

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Termo de Referência 377/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
377/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	NELSON GONCALVES REZENDE	30/10/2025 17:27 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		00094.000055/2025-84

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, incluindo monitoração remota e recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio, a fim de garantir a infraestrutura de alta disponibilidade do Centro de Dados da Presidência da República, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição do Item	CATSER	Unidade	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Total do Item (R\$)
Único	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	20710	Mês	12	25.147,00	301.764,00
	2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda. (Observação: o serviço será realizado sob demanda, uma vez por ano, em uma janela de manutenção que será programada junto a empresa Contratada)	22390	Serviço	1	43.500,00	43.500,00
Valor estimado total (R\$)							345.264,00

Tabela 1

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade, logo, podem ser definidos por este termo, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado pois trata-se de serviço cuja necessidade se estende por mais de um exercício financeiro e cuja interrupção pode prejudicar a continuidade das atividades da Administração. Este serviço possui características que justificam sua contratação por um período mais longo, devido a sua natureza contínua e à necessidade de garantir a sua execução sem interrupções.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

2.1.1. A Presidência da República possui uma sala cofre onde mantém ativos e servidores de rede, do seu Centro de Dados. Esta sala, que ocupa uma área de 29 m2, foi construída pela empresa Aceco TI com tecnologia Aceco Lampertz.

2.1.2. A Sala Cofre com a referida tecnologia é testada e certificada mundialmente, provida de toda a infraestrutura necessária para o armazenamento de dados, garantindo a integridade das informações contra as principais ameaças: incêndio, magnetismo, gases corrosivos, roubo, fumaça, poeira, umidade e acesso indevido.

2.1.3. A Sala Cofre é composta de diversos componentes críticos para o seu funcionamento perfeito, tais como: sistema de climatização, sistema de energia, sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de supervisão de ambiente. Tais componentes são críticos e requerem a devida manutenção, por empresa especializada, para sua operação e funcionamento perfeito.

2.1.4. O padrão de qualidade da tecnologia empregada na construção da Sala Cofre original, bem como a aderência às normas técnicas e certificações, deve ser mantido pela empresa a ser contratada.

2.1.5. O serviço de manutenção é imprescindível para garantir, por exemplo, o funcionamento sem interrupção dos sistemas redundantes de climatização da Sala Cofre. É uma parte da infraestrutura extremamente exigida do ponto de vista do esforço mecânico. Por isso, é um elemento crítico da operação que carece de atenção e manutenções periódicas a fim de garantir sua disponibilidade. Os equipamentos de climatização são compostos de vários subsistemas que necessitam de manutenção. Do mesmo modo, todos os sistemas citados anteriormente, requerem manutenção periódica a fim de mantê-los em funcionamento.

2.1.6. Trata-se, portanto de serviço necessário à DITEC para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação pode estender-se por mais de um exercício.

### 2.2. Fundamentação da contratação (Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais)

2.2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 78/2025.

2.2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 - 110001 - Secretaria de Administração, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024, **atualização em 21/07/2025.**
- III) Id do item no PCA: 687
- IV) Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO).
- V) Identificador da Futura Contratação: 110001-174/2025

2.2.3 O objeto da contratação está em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação PDTI PR/VPR 2024-2027, do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação, e se encontra alinhada da seguinte forma:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ID	Objetivos estratégicos	Descrição do objetivo

OE7	Aprimorar a infraestrutura tecnológica da PR	Manter os recursos de infraestrutura atualizados evitando a obsolescência de equipamentos críticos e a estagnação tecnológica.
OE8	Aprimorar a segurança cibernética na PR	Aprimorar a gestão de SI em meios tecnológicos a fim de manter atualizado todos os mecanismos de defesa aos ataques cibernéticos.

Tabela 2

ALINHAMENTO AO PDTIC (2024-2027)				
ID	Necessidade de TIC	ID	Ação	Meta
N9	Garantir capacidade, nível de disponibilidade e performance da infraestrutura tecnológica do Centro de Dados	A47	Contratar e/ou renovar os serviços do Centro de Dados	Manutenção da sala cofre

Tabela 3

2.2.4 Ressalta-se que a demanda relativa ao objeto da contratação foi prevista no Plano de Contratações Anual de 2025. Portanto a disponibilidade de recursos foi provisionada para o exercício de 2025, a demanda foi inserida no PCA de 2025, conforme DFD 230/2024 (Doc 6371211).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes deverão ser prestados preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota, durante a vigência do contrato e após a assinatura do mesmo, de acordo com as seguintes especificações:

3.1.1 Sala cofre

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
PORTA	4
<ul style="list-style-type: none"><li>Verificar funcionamento do mecanismo</li><li>Verificar lubrificação do mecanismo</li><li>Verificar posição dos pinos</li><li>Verificar funcionamento das chaves</li></ul>	
Vedações	
<ul style="list-style-type: none"><li>Verificar as gaxetas</li><li>Verificar contato gaxetas x batente</li><li>Verificar isolantes térmicos</li></ul>	
Dobradiças	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lubrificar</li> <li>• Verificar cordões de solda</li> <li>• Verificar alinhamento folha x batente</li> </ul>	
<b>Soleiras</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar aspecto visual</li> </ul>	
<b>Almofadas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar estado geral das almofadas e parafusos</li> </ul>	
<b>Mola Geze</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar travamento</li> <li>• Verificar fechamento automático</li> <li>• Verificar cabos de ligação e duto flexível</li> </ul>	
<b>Micro switch</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento</li> </ul>	
<b>BLINDAGENS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a integridade das blindagens</li> <li>• Verificar as cunhas de aperto</li> <li>• Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens</li> <li>• Verificar lacres</li> <li>• Verificar pontos de ruptura</li> </ul>	
<b>ELEMENTOS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar integridade dos painéis</li> <li>• Verificar as vedações e elementos químicos das junções entre os painéis e perfis de acabamento</li> <li>• Realizar retoques de pintura (manter as características originais)</li> <li>• Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo</li> <li>• Verificar luminárias e efetuar substituição, se necessário.</li> </ul>	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar réguas de bornes</li> <li>• Reapertar terminais</li> <li>• Verificar funcionamento de botoeiras</li> <li>• Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores</li> <li>• Verificar tensão de alimentação de saída da fonte</li> <li>• Verificar temporizadores, fusíveis de reserva</li> <li>• Verificar Leds de iluminação e contadores</li> <li>• Limpar painel interna e externamente</li> <li>• Verificar fechaduras com grafite</li> <li>• Verificar configuração lógica da CLP</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.</li> </ul>	
<b>TESTES</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers.</li> </ul>	
<b>TESTE DE ESTANQUEIDADE</b>	<b>1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar teste de acordo com o método descrito na norma ASTM E779-99.</li> </ul>	

### 3.1.2 Piso elevado

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>NIVELAMENTO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar nivelamento das placas</li> <li>• Verificar cruzetas</li> <li>• Verificar trims (piso americano)</li> <li>• Verificar alinhamento das placas</li> </ul>	
<b>REFORÇO</b>	<b>1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colocar suportes de reforço onde necessário</li> </ul>	
<b>PLACAS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trocar placas danificadas</li> </ul>	
<b>LEITO ARAMADO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário</li> <li>• Alteração de rota ou instalação de nova rota, se necessário</li> </ul>	

### 3.1.3 Limpeza

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>ELEMENTO DE FUNDO</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aspiração do pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado.</li> </ul>	
<b>PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)</b>	<b>2</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar a superfície das placas com pano úmido.</li> </ul>	
<b>PISO ELEVADO (PESADA)</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante, em conformidade com as especificações do fabricante.</li> </ul>	
<b>LEITOS ARAMADOS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos.</li> </ul>	
<b>ELEMENTOS DAS SALAS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos sensores, quadros, equipamentos de ar condicionado, cilindro de gás.</li> </ul>	
<b>PORTAS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas.</li> </ul>	
<b>LUMINÁRIAS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza da superfície refletora, das lâmpadas e das grelhas difusoras.</li> </ul>	
<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, da superfície externa dos quadros de energia.</li> </ul>	

### 3.1.4 Sistemas de energia

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>PAINÉIS ELÉTRICOS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar fixação, pintura e funcionamento da porta</li> <li>Verificar identificação do painel</li> <li>Efetuar limpeza do painel</li> <li>Efetuar limpeza interna e externa do painel</li> <li>Verificar cabos e canaletas do painel</li> <li>Organizar cabos e canaletas do painel</li> <li>Realizar inspeção com termovisor das conexões e componentes</li> <li>Verificar proteções de partes energizadas</li> <li>Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos</li> <li>Realizar inspeção com termovisor</li> <li>Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes</li> <li>Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel</li> <li>Verificar condições dos componentes elétricos</li> <li>Verificar aterramento e neutro do painel</li> <li>Verificar dispositivos de proteção</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar</li> </ul>	
<b>CIRCUITOS ELÉTRICOS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança ou instalação de até 2 pontos de energia e disjuntores</li> </ul>	

### 3.1.5 Sistema de climatização

3.1.5.1. Serviço a ser executado em três (03) equipamentos de precisão da marca Liebert.

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
Elétrica	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir tensão de entrada</li> <li>• Medir tensão do ventilador</li> <li>• Medir corrente do ventilador</li> <li>• Medir corrente do compressor</li> <li>• Medir corrente das resistências</li> <li>• Medir corrente do umidificador</li> <li>• Verificar disjuntores</li> <li>• Reapertar conexões elétricas</li> </ul>	
Mecânica	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar filtros de ar (trocar se necessário)</li> <li>• Verificar resistência de carter</li> <li>• Verificar pontos de vazamento de óleo</li> <li>• Verificar visor de líquido</li> <li>• Verificar vazamentos de gás</li> <li>• Limpar o equipamento (interno e externo)</li> <li>• Medir temperatura de insuflamento de ar</li> <li>• Medir temperatura de retorno de ar</li> <li>• Realizar limpeza do dreno</li> </ul>	
Painel de revezamento	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento em modo automático</li> <li>• Realizar limpeza interna e externa</li> <li>• Realizar reaperto das conexões elétricas</li> <li>• Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)</li> <li>• Aferir sensores de temperatura e umidade</li> </ul>	
Parâmetros	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Set-point de temperatura</li> <li>• Set-point de umidade relativa</li> <li>• Set-point de alarmes</li> </ul>	

<b>CONDENSADORAS</b>	<b>6</b>
Elétrica:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir tensão de entrada</li> <li>• Medir corrente dos ventiladores</li> <li>• Medir tensão das bombas</li> <li>• Reapertar terminais e bornes</li> </ul>	
Pumpset:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir corrente do painel pumpset</li> <li>• Teste operacional do painel pumpset</li> </ul>	
Mecânica:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir temperatura de entrada do ar</li> <li>• Medir temperatura de saída do ar</li> <li>• Retirar ventilador e lavar a serpentina</li> <li>• Medir temperatura de entrada do ar</li> <li>• Medir temperatura de saída do ar</li> </ul>	
<b>INSTALAÇÕES - CLIMATIZAÇÃO</b>	<b>6</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos</li> <li>• Verificar estrutura dos equipamentos</li> <li>• Verificar tubulações de água e dreno</li> <li>• Verificar proximidades dos equipamentos e interferências</li> <li>• Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos</li> <li>• Verificar fixação das partes, tampas e vedações</li> <li>• Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras</li> <li>• Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade</li> <li>• Verificar proporção de placas perfuradas</li> <li>• Verificar distribuição adequada das placas perfuradas</li> <li>• Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente</li> <li>• Verificar obstáculos sob o piso elevado</li> <li>• Efetuar recarga de gás refrigerante (caso necessário)</li> <li>• Efetuar retífica de compressores (caso necessário)</li> </ul>	

### 3.1.6 Sistema de detecção e combate a incêndio

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>DETECÇÃO DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar auto check da central de alarmes</li> <li>• Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes</li> <li>• Analisar o log de eventos da central de alarmes</li> <li>• Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário.</li> <li>• Verificar tubulações</li> <li>• Verificar módulos</li> <li>• Verificar conectores e reapertar conexões</li> <li>• Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de fumaça</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cronometrar tempo para a primeira detecção</li> <li>• Verificar funcionamento da sinalização do painel</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes</li> <li>• Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios</li> <li>• Verificar a atuação na central de alarmes</li> </ul>	
<b>CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar Auto check da central de alarmes</li> <li>• Realizar limpeza externa da central de alarmes</li> <li>• Verificar estado de conservação e fixação da central</li> <li>• Verificar a fixação de componentes</li> <li>• Verificar controle de acesso e climatização (dampers automáticos)</li> <li>• Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário</li> <li>• Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em um detector</li> <li>• Cronometrar tempo para a primeira detecção</li> <li>• Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes</li> <li>• Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)</li> </ul>	
<b>COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar plugs de acionamento</li> <li>• Verificar lacres do acionamento manual</li> <li>• Verificar pressão do manômetro dos cilindros</li> <li>• Realizar limpeza dos cilindros</li> <li>• Verificar fixação dos cilindros</li> <li>• Verificar data para manutenção dos cilindros</li> <li>• Simular atuação de alarme de incêndio</li> <li>• Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros</li> <li>• Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los</li> </ul>	

### 3.1.7 Sistema de monitoração

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>CMC</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar parâmetros de configuração</li> <li>• Verificar sensor de temperatura</li> <li>• Verificar sensor de umidade</li> <li>• Verificar log de eventos</li> <li>• Verificar leitora de cartões</li> <li>• Verificar trava de porta</li> <li>• Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética</li> <li>• Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC</li> <li>• Verificar recepção de traps nos equipamentos</li> <li>• Verificar sensor de vibração</li> <li>• Verificar sensor de estado de porta</li> <li>• Verificar cabeamento de alarmes</li> <li>• Verificar conectores de interligação</li> <li>• Verificar painel frontal [led's e touch pannel]</li> <li>• Verificar comunicação via TCP/IP</li> <li>• Verificar software CMC Manager</li> <li>• Verificar sensor de líquido CMC/IHM</li> <li>• Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido</li> </ul>	

<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>3</b>
<b>Leitores</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)</li> <li>Verificar condições de instalação e conservação</li> </ul>	
<b>Portas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário.</li> <li>Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário.</li> <li>Verificar fechamento automático e reparar, se necessário.</li> <li>Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário.</li> <li>Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo.</li> </ul>	
<b>Painéis das controladoras</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar limpeza interna e externa dos painéis.</li> <li>Reparar fixação do painel e componentes.</li> <li>Verificar condições das conexões e realizar reapertos.</li> <li>Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário.</li> </ul>	
<b>Infraestrutura</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar componentes de campo.</li> <li>Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura.</li> <li>Estação de programação</li> <li>Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário.</li> <li>Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças</li> <li>Realizar testes de navegação e acionamentos remotos</li> <li>Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo</li> </ul>	
<b>Funcionamento</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Testar inter-travamento com sistema de segurança (combate a incêndio)</li> </ul>	

3.1.8 “As built” dinâmico

3.1.8.1 Entende-se por “as built dinâmico” o serviço de atualização das plantas do layout de distribuição de equipamentos dentro da sala cofre, bem como do quadro unifilar de energia, em caso de mudanças no ambiente de TI.

3.1.8.2 Comparar a distribuição de equipamentos com a configuração da última planta, registrar as mudanças no mobiliário, no piso elevado, no leito aramado, nas tubulações de detecção e combate de incêndio.

3.1.8.3 Este serviço consiste de atualização quadrimestral dos desenhos técnicos da sala cofre, com o objetivo de manter os projetos atualizados da forma como o ambiente se encontra. Os projetos sempre atualizados permitem que diferentes técnicos, trabalhem em um ambiente conhecido, o que diminui as chances de erro, acidentes e paradas não programadas. Compreende atualizações, com entregas nos formatos DWG e PDF, dos seguintes itens:

- Layout do ambiente de TI;
- Unifilar elétrico;
- Isométrico ar condicionado.

### **3.1.9 Auditoria física**

3.1.9.1. Este serviço consiste de auditoria anual no ambiente, buscando encontrar não conformidades para que seja possível corrigi-las. Terá como produto final um relatório de auditoria. Neste relatório deve constar os seguintes aspectos:

3.1.9.1.1. pontos de conformidade e não conformidade encontrados no centro de dados da Presidência da República;

3.1.9.1.2. análise de novos riscos e vulnerabilidades nas áreas periféricas à sala cofre;

3.1.9.1.3. recomendações de upgrades e melhorias tecnológicas da sala cofre;

3.1.9.1.4. recomendações das providências a serem tomadas para elevar o nível de segurança física do ambiente de TI.

### **3.1.10 Manutenção corretiva**

3.1.10.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a solucionar os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo, neste caso, a substituição de peças e componentes, por originais do fabricante, ajustes e reparos necessários para mantê-los em perfeitas condições de uso.

3.1.10.2. Todas as peças, componentes e acessórios necessários à manutenção corretiva serão fornecidos à base de permuta, ficando estabelecido que as peças, componentes e acessórios colocados em substituição aos defeituosos tornar-se-ão propriedade da Presidência da República, e as peças, componentes e acessórios retirados poderão ser recolhidos pela contratada.

3.1.10.3. A manutenção corretiva consiste na execução dos serviços para correção de problemas detectados no sistema de climatização, sistema de energia, sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de supervisão de ambiente da sala cofre, ou quaisquer outros identificados pelos técnicos de manutenção, pela equipe técnica da Presidência da República ou pelo sistema de monitoração local ou remota.

### **3.1.11. Monitoração remota**

3.1.11.1. Entende-se por Monitoração Remota as atividades contínuas (24x7x365 - vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana e trezentos e sessenta e cinco dias por ano), incluindo feriados e finais de semana, de medição e supervisão dos equipamentos e sistemas da sala cofre, realizadas remotamente pela Contratada, com o objetivo de mantê-los em funcionamento dentro dos parâmetros esperados.

3.1.11.2. A Contratada deverá ter uma central integrada de monitoração 24x7, ou seja, deve monitorar a infraestrutura da sala cofre em todos os horários, em tempo real.

3.1.11.3. Toda a comunicação entre a central e o ambiente monitorado deve ser feita por meio do link de Internet da Presidência da República.

3.1.11.4. A Contratada deverá enviar equipe para resolver problemas na hora em que qualquer alarme for detectado pelo sistema de monitoração.

3.1.11.5. A Contratada também deverá executar Manutenção Corretiva sempre que identificar, por meio de sua Central de Monitoração Remota, falhas em equipamentos ou sistemas, com o objetivo de recolocá-los em operação normal de funcionamento, obedecendo ao Instrumento de Medição de Resultado e aos parâmetros de funcionamento esperados.

3.1.11.6. A Central de Monitoração Remota deverá abrir um chamado de Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva, com classificação de nível de serviço Crítico e em observância aos níveis do Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo VI), sempre que um equipamento ou sistema da sala cofre não estiver operando dentro do parâmetro de funcionamento esperado.

3.1.11.7. A Contratada deverá possibilitar que a Presidência da República desative, temporariamente, a abertura de chamados de Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva da Central de Monitoração Remota. Para tanto, a Presidência da República usará a Central de Atendimento para comunicar a intenção de desativação temporária e

fará a solicitação por e-mail, informando data e horário de início e fim da desativação. A CONTRATADA deverá confirmar a desativação, respondendo o e-mail de solicitação enviado pela Contratante.

3.1.11.8. À Presidência da República é reservado o direito de realizar inspeção nas instalações do licitante vencedor, para comprovar a existência do ambiente de Monitoração Remota.

### **3.2. Prestação de serviço de recarga de FM-200**

3.2.1. Prestação de serviço de recarga de FM-200, sob demanda, para um (01) cilindro da marca Kidde Fire Systems, P/N 90-FM200M-002, do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, conforme discriminado a seguir:

3.2.1.1. fornecimento de Gás FM-200 P/N: 93-190000-001, Cód: 934SB-00281 para cilindro (vazio) com a seguinte característica: EMPTY WT 86.4 lb, FULL WT 172.4 lb;

3.2.1.2. fornecimento de kit de reparo de válvula 1.1/2" P/N: 90-140100-000, Cód.: 934SB-00682;

3.2.1.3. mão de obra/frete para coleta, retorno e reinstalação do cilindro de FM-200 com as devidas precauções requeridas para este tipo de equipamento;

3.2.1.4. serviço de teste hidrostático do cilindro;

3.2.1.5. serviço de decapagem e pintura do cilindro;

3.2.1.6. serviço de jateamento da válvula do cilindro;

3.2.1.7. serviço de envase do cilindro;

3.2.1.8. serviço de desconexão e conexão do cilindro;

3.2.1.9. apresentação de relatório de conformidade do cilindro.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Requisitos de Negócio**

4.1.1. A Diretoria de Tecnologia - DITEC tem como missão prover soluções e serviços de TI para diversos órgãos vinculados à Presidência da República (PR), a fim de alcançar seus objetivos institucionais. Conforme os objetivos estratégicos descritos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação PDTI-PR /VPR 2024 a 2027, os quais, em consonância com o Plano Estratégico de TI – PETI, descrevem a implantação de soluções de TIC, incluindo a ampliação da capacidade e da qualidade do serviço prestado ao usuário como um objetivo estratégico.

4.1.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.2.1. Os serviços de manutenção e suporte técnico deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pela PR, contidos neste termo de referência.

4.1.2.2. Com esta contratação, eventuais falhas no ambiente da sala cofre poderão ser devidamente corrigidas em tempo hábil, de modo a evitar paradas que comprometam o serviço de TI. Por causa da criticidade da disponibilidade do serviço, os equipamentos devem estar cobertos por contrato de prestação de serviço de manutenção de forma continuada.

### **4.2. Requisitos de Capacitação**

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

### **4.3. Requisitos Legais**

4.3.1. Deverão ser cumpridos os procedimentos, normas, modelos e regulamentos vigentes na Presidência da República.

4.3.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as seguintes legislações vigentes:

4.3.1.1.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3.1.1.2. Lei Geral de proteção de Dados Pessoais - LGPD, dispõe sobre o tratamento de dados Lei nº 13.709 /2018 pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

4.3.1.1.3. Instrução Normativa SGD/ME, dispõe sobre o processo de contratação de nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.3.1.1.4. Instrução Normativa SEGES/ME, dispõe sobre o procedimento administrativo nº 65, de 7 de julho de 2021 para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.1.1.5. O Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta os procedimentos para a realização do pregão eletrônico na administração pública federal, abrangendo a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluindo os de engenharia, e dispõe sobre a dispensa eletrônica.

#### **4.4. Requisitos de Manutenção**

4.4.1. Devido às características do ambiente, há necessidade de realização de manutenções por empresa Contratada, considerando que a sala cofre protege não apenas os equipamentos (ativos de rede, servidores e storages), mas também os dados armazenados, garantindo a continuidade dos negócios e evitando perdas devido a incidentes de operação e climatização, por exemplo.

4.4.2. Os serviços de manutenção de suporte técnico deverão ser realizados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo feriados, conforme estabelecido no subitem 6.1.2, deste termo de referência.

4.4.3. Todas as peças, componentes e acessórios necessários à manutenção corretiva serão fornecidos à base de permuta, ficando estabelecido que as peças, componentes e acessórios colocados em substituição aos defeituosos tornar-se-ão de propriedade da PR, e as peças, componentes e acessórios retirados poderão ser recolhidos pela CONTRATADA.

4.4.4. Eventuais defeitos nas máquinas de climatização:

4.4.4.1. Defeitos em máquinas de climatização podem se manifestar de diversas formas, afetando tanto o desempenho quanto a segurança do equipamento. É crucial identificar esses problemas precocemente para evitar danos maiores e custos de reparo mais elevados. Alguns dos problemas mais comuns incluem:

a) Ar-condicionado não gela: pode ser causado por filtros de ar sujos, vazamento de gás refrigerante, ou problemas no compressor, na válvula de expansão ou no motor do ventilador.

b) Ar-condicionado liga e desliga com frequência: pode indicar problemas no termostato, sensores ou compressor, levando a ciclos curtos e ineficientes.

c) Vazamento de água: geralmente, vazamentos são causados por entupimento no dreno ou instalação inadequada.

d) Mau cheiro: filtros sujos ou problemas no dreno podem causar mau cheiro.

e) Ruídos anormais: barulhos como chiados ou cliques podem indicar problemas na válvula de expansão ou no motor do ventilador.

#### **4.5. Requisitos Temporais.**

4.5.1. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo definido pela PRIORIDADE DO CHAMADO, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada,

excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela Contratada e autorizado pela Contratante;

4.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-ão dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.5.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os prazos constantes do item 6. Modelo de Execução do Contrato, deste termo de referência.

#### **4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da Contratante.

4.6.2. Para viabilizar a prestação dos serviços, a CONTRATADA precisará ter acesso local ao Centro de Dados da PR, sendo portanto imprescindível a assinatura de Termo de Confidencialidade, em anexo.

4.6.3 A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Contratante a tais documentos.

4.6.4. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Presidência da República, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no anexo do presente Termo de Referência, com a denominação de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência.

#### **4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão trajar-se de maneira adequada, quando no ambiente da Presidência da República, e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os dirigentes da Presidência da República e usuários, em consonância com as regras e normas internas.

4.7.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de modo a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material.

4.7.3. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

#### **4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.8.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.8.3. Escopo da sala cofre da PR:

- sala cofre Rittal/Lampertz Tipo B/M, fabricada pela empresa Rittal GmbH & Co. KG, área de 29 m2 e piso elevado;
- energia: 06 QDFs - painéis elétricos;
- climatização: 03 máquinas da marca Liebert /Emerson Network Power e 03 condensadoras;

- detecção a incêndio: Detecção precoce com 01 Stratos Micra;
- combate a incêndio automático com 01 cilindro de FM-200;
- monitoração e segurança: Supervisório com 01 Netwatch;
- controle de Acesso com 01 leitor biométrico.

#### **4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. Não serão necessários requisitos de Projeto e de Implementação.

#### **4.10. Requisitos de Implantação**

4.10.1. Não serão necessários requisitos de Implantação.

#### **4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.11.1. Os prazos de garantia e suporte técnico serão de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

4.11.2. O serviço de garantia e suporte técnico deverá ser prestado de forma presencial por técnicos da empresa contratada.

4.11.3. A garantia deverá englobar qualquer atividade relacionada ao funcionamento dos componentes elétricos-eletrônicos, como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em equipamentos e sistemas de controle, sem nenhum ônus para a PR.

4.11.4. Caso ocorra mau funcionamento de qualquer componente da sala cofre, de modo que seja necessário a substituição do componente com defeito, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento defeituoso por um novo, incluindo as **03 (três) máquinas de climatização existentes**, sem ônus para a PR.

#### **4.12. Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. Os serviços de manutenção e suporte técnico deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como, com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

#### **4.13. Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. Os serviços de manutenção e suporte técnico deverão ser prestados por profissionais devidamente capacitados e especializados na prestação de serviço nos equipamentos que compõem a sala cofre, objeto deste termo.

#### **4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.14.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser prestados.

4.14.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e/ou via telefônica.

4.14.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

#### **4.15. Vistoria**

4.15.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3411-2159 ou (61) 3411-3376.

4.15.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.15.6. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

#### **4.16. Sustentabilidade**

4.16.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos todos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.16.2. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na (Lei de Licitações e Contratos Lei 14.133 /2021 Administrativos), no que couber.

4.16.3. Utilizar critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis, previstos no artigo –7º, XI, da Lei nº 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.16.4. Adotar as práticas de sustentabilidade em todas as etapas do processo de contratação, alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Presidência da República – PLS/PR 2024-2026, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, conforme Art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022.

4.16.5. A contratada e seus dirigentes assumem o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art.5º, e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

4.16.6. A contratada se compromete a não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts.149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim),Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nº 29 e 105.

#### **4.17. Da exigência de carta de solidariedade**

4.17..1 Não haverá exigência de carta de solidariedade.

#### **4.18. Subcontratação**

4.18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **4.19. Garantia da contratação**

4.19.1. Não haverá exigência da garantia contratual a que se refere o Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4.20. Indicação de marcas ou modelos**

4.20.1. Na presente contratação será admitida a indicação da marca **Liebert** para as máquinas de climatização, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

*Obs.: **Liebert** é uma marca de equipamentos de infraestrutura crítica, incluindo soluções de gerenciamento térmico, que foi adquirida pela Emerson Electric em 1987 e posteriormente integrada à empresa Network Power. Atualmente,*

a Vertiv, uma empresa independente, gerencia a marca Liebert e continua a desenvolver e fornecer soluções de infraestrutura, como sistemas de refrigeração de precisão, anteriormente fabricados pela Emerson Network Power.

4.20.2. A Sala Cofre da Presidência da República é baseada em produto da empresa “Otto **Lampertz Gmbh &. Co**”, enquanto o sistema de supressão de incêndio desta sala utiliza cilindro da marca **Kidde Fire Systems**.

#### **4.21. Parcelamento da Solução de TIC**

4.21.1. No contexto de obtenção de serviços pela administração pública, verificou-se que a legislação preza pela análise técnica e econômica para decidir sobre a divisão do objeto, senão vejamos:

*Lei 14.133, Seção IV, Disposições Setoriais, Subseção I, Das Compras*

*“Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

*§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:*

*I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;”*

4.21.2. O objeto desta contratação será em grupo único, dividido em 02 itens, atendendo ao preceituado da citada Lei 14.133.

4.21.3. Um requisito fundamental para que haja viabilidade técnica e também administrativa da contratação em questão, é o de que o conjunto de serviços/soluções sejam agrupados e licitados em um único grupo, sendo assim com adjudicação para um único licitante vencedor, ou seja, não haverá parcelamento.

4.21.4. A definição pela contratação em grupo único, com dois itens levou em consideração a viabilidade técnica de operação e gerenciamento da Solução 1 a ser contratada, sendo necessário que esses itens façam parte de um mesmo agrupamento (Único), para garantir o gerenciamento e a interoperabilidade da operação sem prejuízos nas análises e correlação dos eventos.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### **5.2. São obrigações do CONTRATADO:**

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1 Condições de Execução**

6.1.1 A execução do objeto seguirá a dinâmica a seguir.

6.1.2 CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo feriados locais e nacionais, cobrindo todo o ambiente operacional indicado neste termo. Os chamados são sempre iniciados através dos canais disponibilizados pela CONTRATADA para abertura de chamados online e/ou telefônico, de acordo com as especificações detalhadas a seguir:

6.1.2.1 O início do prazo do suporte técnico se dará a partir da data de assinatura do contrato.

6.1.2.2 O atendimento deverá ser realizado de acordo com os padrões de qualidade e certificação do fabricante.

6.1.2.3 A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE um gestor do contrato, que será o responsável por todas as demandas de suporte da CONTRATANTE em situações de escalações ou dificuldades no atendimento do Suporte Técnico.

6.1.2.4 Todo suporte deverá ser prestado pela empresa CONTRATADA.

6.1.2.5 Acesso a informações e serviços eletrônicos de suporte, tais como, site de suporte onde os técnicos de TI podem obter informações sobre software e documentações, abertura e acompanhamento de chamados.

6.1.2.6 Ferramenta de monitoramento proativo das condições de hardware que em casos de falhas registram chamados automaticamente junto à Central de Suporte da CONTRATADA visando rápida reação e redução no tempo de correção de falha.

6.1.2.7 Deverá ser fornecido acesso a Central de Atendimento da CONTRATADA (sítio na Internet ou telefone 0800), durante a vigência da garantia e do suporte técnico, sem custo adicional à PR, para consultas, aberturas de chamados técnicos e para solução de problemas decorrentes de defeitos e falhas nos produtos fornecidos, durante 24

(vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, obrigatoriamente em português brasileiro.

6.1.2.8 A Central de Atendimento da CONTRATADA deverá prover funcionalidade que permita o acompanhamento pela PR dos chamados abertos, contendo as informações dos acionamentos realizados.

6.1.2.9 Para formalização do chamado técnico, deverá ser fornecido o número de identificação (protocolo de atendimento) imediatamente após o primeiro contato da PR à Central de Atendimento da CONTRATADA.

6.1.2.10 As solicitações de informações sobre o funcionamento, configurações e operação dos equipamentos /softwares (dúvidas em geral) deverão ser atendidas em até 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do momento da formalização do chamado.

6.1.2.11 O prazo máximo para término do atendimento da garantia e suporte técnico começará a ser contado a partir da formalização do registro do chamado.

6.1.2.12 Caso a resolução de problemas requerer a correção de software e desde que não haja degradação de desempenho ou indisponibilidade do equipamento, o prazo para resolução poderá ser prorrogado por período a ser definido entre a PR e a CONTRATADA.

6.1.2.13 Os chamados registrados deverão estar disponíveis, contendo data e hora da abertura do chamado, do início do atendimento, o problema ocorrido, a solução adotada, data e hora de conclusão.

6.1.2.14 O número de chamados para atendimentos e reparos deve ser ilimitado durante a vigência do contrato de garantia e suporte técnico.

6.1.2.15 Decorrido os prazos de início de atendimento e/ou de solução previstos neste documento, sem o atendimento devido, fica a PR autorizada a penalizar a CONTRATADA dentro dos parâmetros explicitados neste documento, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa.

6.1.2.16 As justificativas, devidamente fundamentadas, aceitas pelo gestor e pelo fiscal técnico do contrato poderão anular a incidência de glosas e advertências aplicadas.

6.1.2.17 A CONTRATADA deverá disponibilizar um relatório mensal de acompanhamento dos chamados atendidos que permita ao fiscal técnico do contrato aferir o nível de atendimento, até o 5º dia útil de cada mês, durante a vigência do período de garantia e suporte técnico, com informações de todos os chamados abertos.

6.1.2.17.1 Todos os chamados, incluindo os que podem levar a manutenções corretivas, assim como o processo de solução de problemas, precisam ser registrados. Esta documentação, juntamente com outras produzidas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou ajustes, deve ser fornecida à CONTRATANTE por meio de relatórios em formato digital.

6.1.2.17.2 A CONTRATADA deverá emitir mensalmente, anexo à fatura, relatório técnico de todos os chamados abertos pela CONTRATANTE no período a que a fatura se refere, indicando o protocolo de abertura da ocorrência; a descrição dos serviços executados, indicação de peça e/ou componente eventualmente substituídos; a data e hora da abertura dos chamados; a data e hora de início e término do atendimento; e nome do técnico responsável. Uma via assinada deste relatório deverá ser entregue ao representante da PR.

6.1.3 A manutenção corretiva compreende os serviços para o restabelecimento do perfeito funcionamento dos equipamentos, com fornecimento de peças, de acordo com as especificações do fabricante, quando da ocorrência de quaisquer falhas ou defeitos nos componentes de hardware.

6.1.4 Os serviços de manutenção serão prestados com atendimento presencial, on-site, e deverão cobrir todo e qualquer defeito apresentado, ajustes, reparos e correções necessárias para recolocar os equipamentos e software em perfeito estado de funcionamento.

6.1.5 A CONTRATADA deverá prestar os serviços de manutenção, com aparelhamento e ferramentas próprios, e técnicos com especialização, devidamente identificados.

6.1.6 Os componentes, peças e materiais defeituosos deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, homologados pelo FABRICANTE do equipamento e possuir características iguais ou superiores ao item substituído, devendo sempre passar pela avaliação da equipe técnica da PR.

6.1.6.1 Para peças, o prazo de reposição máximo será de acordo com a severidade do problema conforme definido no Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo VI).

6.1.7 Todas as peças, componentes e acessórios necessários à manutenção corretiva serão fornecidos à base de permuta, ficando estabelecido que as peças, componentes e acessórios colocados em substituição aos defeituosos, tornar-se-ão de propriedade da PR, e as peças, componentes e acessórios retirados poderão ser recolhidos pela CONTRATADA.

6.1.8 O fornecimento de peças de reposição ficará sob responsabilidade da CONTRATADA, não ensejando qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.

6.1.9 Em caso de manutenção corretiva ou atualização de versão de software, caberá à Contratada arcar com os custos necessários.

6.1.10 O suporte técnico consiste no restabelecimento do funcionamento correto dos equipamentos cobertos por esta contratação, assim como suas funcionalidades, através de um conjunto de ações e atividades (de configuração) que permitam a habilitação, a implementação/aplicação, a manutenção e a colocação em produção de quaisquer funcionalidades destes dispositivos.

6.1.10.1 O suporte técnico abrange alteração e melhoria na configuração, solução de problemas de software, aplicação de bug fixes, atualização de firmware, atualização de componente de software e esclarecimento de dúvidas.

6.1.11 Considera-se suporte técnico On-Site as atividades que devem ser executadas de forma presencial e acompanhadas por servidor da Presidência da República.

6.1.12 A Contratada deverá iniciar o atendimento de acordo com os prazos definidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a contar da abertura da Ordem de Serviço. O início do prazo para o atendimento é o mesmo para os tipos de suporte On-site e Remoto.

6.1.13 Os serviços de manutenção nos equipamentos deverão ser executados pela CONTRATADA com conhecimento técnico destes equipamentos e atender às Normas Técnicas aplicáveis.

6.1.14 Havendo a necessidade de atualização de firmware dos equipamentos ou de seus componentes, a CONTRATADA deve providenciar o pacote de software e efetuar o serviço de atualização, sem custos para a CONTRATANTE.

6.1.15 Fica facultado à equipe técnica da PR o fornecimento de acesso remoto para atendimento do tipo suporte, em caso onde os problemas identificados permitam esse tipo de atuação.

6.1.16 Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelas manutenções no endereço da PR, bem como pelo deslocamento de seus técnicos ao local de instalação do equipamento, pela retirada e entrega do mesmo e por todas as despesas de transporte, estada, frete e seguro correspondentes ou quaisquer outras necessárias ao cumprimento do serviço de manutenção.

6.1.17 A instalação de qualquer software durante a prestação do objeto deve ser condicionada à prévia autorização da equipe técnica do centro de dados da PR.

6.1.18 Tempo de solução: é o prazo compreendido entre o horário de abertura do chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA até a entrega do equipamento (hardware) em pleno funcionamento.

6.1.19 Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação da equipe técnica PR.

6.1.20 Durante a vigência da garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá prover à PR os serviços descritos a seguir.

6.1.20.1 Garantia pelo pleno funcionamento dos equipamentos, considerados isolados ou interligados aos demais, de acordo com as características descritas nos manuais e nas especificações técnicas exigidas, desde que o restante dos equipamentos de rede da PR esteja em condições normais de operação.

6.1.20.2 Garantia de que uma nova versão do software ou firmware mantenha a compatibilidade e contenha todas as funções das versões anteriores e que a introdução da nova versão não prejudique sua interoperabilidade na rede.

6.1.20.3 Substituição, recuperação e/ou modificação dos softwares e firmwares instalados nos casos comprovados de mau funcionamento e de outras falhas (bugs), de modo a ajustá-los aos resultados que atendam às especificações técnicas dos produtos fornecidos.

6.1.20.4 Toda logística de retirada e devolução dos produtos para prestação dos serviços de garantia e a substituição de produtos não aceitos, sem ônus à PR.

6.1.20.5 Realização de todos os procedimentos necessários à solução do problema, incluindo a substituição de quaisquer módulos defeituosos nos equipamentos, bem como a própria substituição dos equipamentos ou do softwares, se for necessário.

6.1.20.6 Caso haja a necessidade de retirada de algum produto em substituição aos danificados ou para fins de reparo, o mesmo deverá ser substituído por outro com características, no mínimo, iguais aos originais do equipamento. Mesmo que sejam utilizados componentes com características superiores, não haverá ônus adicional para a PR.

6.1.20.7 Essa substituição será em caráter definitivo se no prazo de 30 (trinta) dias não for realizada a devolução do produto retirado e em perfeitas condições de uso e após ter sido notificada pela PR.

## **6.2 Local e horário da prestação dos serviços.**

6.2.1 Os serviços de suporte técnico deverão ser prestados nas instalações do Centro de Dados da Presidência da República, no horário agendado com o gestor ou fiscal do contrato, em Brasília, no seguinte endereço:

Coordenação do Centro de Dados  
Palácio do Planalto, Ed. Anexo I-A, Sala 107  
Praça dos Três Poderes, Centro Cívico Administrativo  
Brasília – DF, CEP: 70150-900  
Telefone: (61) 3411-2159

6.2.2 O horário de atendimento é no horário comercial entre 08:00 e 18:00 horas para manutenção preventiva, e em qualquer horário para as manutenções corretivas emergenciais. Caso a execução dos serviços acarrete a interrupção de sistemas considerados essenciais ou traga inconvenientes aos usuários, o mesmo deverá ser executado fora do horário comercial, à noite ou em finais de semana.

6.2.3. A contratada deverá ter a disponibilidade para atendimento 24x7, disponibilidade em formato 24 horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana.

## **6.3 Rotinas a serem cumpridas**

6.3.1 A contratada deverá informar o número do telefone de suporte e/ou e-mail e/ou endereço de Internet para abertura e acompanhamento dos chamados técnicos dos serviços. O contato telefônico deverá ser do tipo “sem custo” (0800) ou ligação local para a PR.

6.3.2 O registro do horário da abertura do chamado será feito através do número do protocolo de atendimento que deverá ser informado pela CONTRATADA (para demandas abertas via telefone ou via site da Internet) ou através do horário de envio do e-mail com a solicitação da CONTRATANTE (para demandas abertas via e-mail).

6.3.3 Para demandas abertas por e-mail, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a CONTRATANTE para confirmar o recebimento da solicitação e informar o número do protocolo do atendimento.

6.3.4 Caso a CONTRATADA necessite de prazo maior que o estabelecido ou necessite remover o equipamento de seu local de instalação, em razão dos serviços não poderem ser executados no local de instalação do equipamento, a

CONTRATADA deverá substituir o equipamento (ou o componente defeituoso) por outro, dentro dos prazos estabelecidos no IMR, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, até que seja efetuado o reparo ou a substituição do componente defeituoso.

6.3.5 Os equipamentos substitutos deverão ser instalados e ativados no ambiente da PR, de modo a garantir que todas as funções e atividades providas pelo equipamento original estejam totalmente operacionais e ambientadas de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

6.3.6 É responsabilidade da CONTRATADA a realização de toda e qualquer atividade necessária para o transporte, ativação, ambientação e adaptação dos equipamentos (incluindo a instalação e customização de softwares e migrações de dados), assim como a sua posterior desinstalação e remoção com reinstalação dos itens definitivos.

6.3.7 Quando constatada a impossibilidade do conserto ou passados 30 (trinta) dias corridos, a substituição passará a ser definitiva.

6.3.8 Se, em razão da complexidade dos reparos, for necessária a remoção do equipamento das instalações da CONTRATANTE, observar-se-á o seguinte:

6.3.8.1 A remoção somente será possível mediante justificativa, devidamente aceita pela CONTRATANTE, e assinatura de termo de responsabilidade por parte da CONTRATADA.

6.3.8.2 Todas as despesas referentes ao transporte e ao seguro do equipamento correrão por conta da Contratada, sendo sua exclusiva responsabilidade reparar quaisquer avarias decorrentes deste transporte.

6.3.9 Os serviços deverão ser executados de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de funcionamento, com suas características originais mantidas.

6.3.10 Independentemente da existência de glosas provenientes do IMR (Anexo VI), a fatura não será aceita pelo Fiscal do Contrato quando houver chamado sem resolução, relativo ao período a que a fatura se refere ou anterior. A substituição temporária do equipamento permite o aceite da fatura.

6.3.11 O chamado aberto junto à Contratada, após fechado, poderá ser reaberto, se necessário a qualquer momento fazendo referência ao número original de identificação da chamada.

## **6.4 Materiais a serem disponibilizados**

6.4.1 Todos os equipamentos e acessórios para prestação dos serviços de manutenção deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4.2 Todas as peças que precisem ser trocadas deverão ser substituídas por peças novas e originais, não podendo ser utilizadas peças reconcondicionadas e nem usadas.

6.4.3 Todas as peças trocadas serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

## **6.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.5.1 Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pela PR, de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo VI).

6.5.2 O término do atendimento não poderá ultrapassar o prazo estipulado no IMR (Anexo VI).

6.5.3 Caso a Contratada não cumpra com o IMR (Anexo VI), ela estará passível às sanções administrativas cabíveis.

6.5.4 Para melhor dimensionamento da proposta poderá ser realizada a vistoria, conforme o subitem 4.15 deste Termo de Referência.

## **6.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).**

6.6.1. Não haverá exigência da garantia contratual conforme subitem 4.19. Garantia da contratação.

## **6.7 Formas de transferência de conhecimento**

6.7.1 Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

## **6.8 Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.8.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6.9 Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.9.1 Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito em anexo.

## **6.10 Mecanismos formais de comunicação**

6.10.1 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.10.1.1 Ordem de Serviço;

6.10.1.2 Ata de Reunião;

6.10.1.3 Ofício;

6.10.1.4 Sistema de abertura de chamados;

6.10.1.5 E-mails.

## **6.11 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.11.1 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

a) Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado pelo representante legal do contratado; e

b) Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado por todos os empregados do contratado diretamente envolvidos na contratação.

# **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **Preposto**

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Reunião Inicial**

7.7. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.8. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.9. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.9.1. presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.9.2. entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.9.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.4. a Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

### **Fiscalização**

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

7.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

7.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

7.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

7.17. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento,

as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.19. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Da Medição de Resultado (IMR)**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VI, deste Termo de Referência.

8.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do IMR (Anexo VI) não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Do recebimento**

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.14. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

8.15. Todos os serviços serão analisados conforme os tempos de resolução do problema, a partir de relatórios gerados pela equipe técnica da Presidência da República e/ou pela Contratada para verificação de cumprimento ou não dos Instrumentos de Medição de Resultado (IMR) especificados no Anexo V, deste Termo de Referência.

### **Liquidação**

8.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.18.1. o prazo de validade;

8.18.2. a data da emissão;

8.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.18.5. o valor a pagar; e

8.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.31. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/08/2025.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

8.41. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.41.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.42. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.43. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.44. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.45. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência / Em caso de reincidência, multa 0,5% sobre o valor mensal do Contrato, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 5% sobre o valor mensal do Contrato / Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 2 dias úteis.	Multa de 0,5% sobre o valor mensal do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela CONTRATANTE, até o limite de 10 dias úteis / Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 3% do valor mensal do Contrato, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
		A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou

9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software.	contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado e às cláusulas contratuais.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133 /2021.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133 /2021.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da CONTRATANTE.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
13	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência / Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor anual do Contrato, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
14	Atraso na entrega dos serviços adicionais.	Multa de 0,5% sobre o valor mensal do Contrato em que estiver prevista a entrega do serviço por dia útil de atraso, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

Tabela 4

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

9.4.4.2. compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.3, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

9.4.4.3. compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.3, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

9.4.4.4. para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.3, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

9.4.4.5. para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.3, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

9.4.4.6. para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR preço global.

10.1.1. A solução será licitada por itens (dois) em um único grupo. A regra geral é que as licitações sejam realizadas com critério de julgamento por item, a fim de preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa, previsto no art. 1º, IV da Constituição Federal.

10.1.2. Ressalta-se que a formação do grupo único se baseou na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas especializadas e parceiras do fabricante, ou seja, de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.

10.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

10.1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

### **Regime de execução**

10.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

### **Da Aplicação da Margem de Preferência**

10.3 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

### **Exigências de habilitação**

10.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.13. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.14. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 10.15. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.16. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.17. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.18. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.19. prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.20. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 10.21. o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 10.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 10.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 10.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

10.24.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10 (dez) % do valor total estimado da contratação objeto deste presente termo de referência.

10.24.2. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica-Operacional

10.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, conforme os §§ 1º e 2º do art. 67, da Lei nº 14.133, de 2021:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

10.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, entende-se como compatível ao objeto desta licitação a prestação de serviços de manutenção em sala cofre nas seguintes quantidades:

Serviço	Quantidade
Manutenção de sala cofre da marca ACECO LAMPERTZ com as seguintes características mínimas: a) célula estanque com paredes ou painéis e portas corta-fogo; b) execução de teste de estanqueidade conforme norma ASTM E779-10.	01 (um) atestado de manutenção de Sala Cofre (marca ACECO LAMPERTZ), com sistema de climatização de equipamento de precisão (marca LIEBERT)
Manutenção de sistemas de climatização de equipamento de precisão da marca LIEBERT	
Manutenção de sistema de detecção e combate a incêndio com gás FM-200	01 (um) atestado de manutenção de sistema de detecção e combate a incêndio com gás FM-200

10.30. Por se tratar de serviços que exigem conhecimentos técnicos especializados nos equipamentos detalhados no item 2, justifica-se a exigência dos atestados, bem como a respectiva demonstração técnica, em face do grau de complexidade envolvida.

10.31 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.32. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, e somente será aceito mediante a apresentação do contrato.

10.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa LICITANTE.

10.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.35 No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos pela própria licitante ou por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial.

10.35.1 Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante, empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

10.36. A exigência de marca quanto à comprovação de capacidade técnica se justifica em razão de que o conhecimento e experiência técnica em equipamentos de outras marcas não garantem expertise necessária para realização do serviço de manutenção com a qualidade requerida para cada item do objeto, conforme a marca especificada, posto que cada marca tem especificações técnicas e particularidades que demandam conhecimento específico.

10.37. Justificativa: a exigência se faz necessária tendo em vista que os equipamentos afetam diretamente os dados institucionais da PR, quanto a disponibilidade e acesso a esses dados. Trata-se de um serviço que é extremamente crítico para a PR e não são admissíveis falhas no processo de manutenção. A exigência de expertise do licitante vencedor visa minimizar os riscos relacionados à sustentação dos serviços.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

10.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **Documentação complementar para cooperativas**

10.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.43.6.1. ata de fundação;

10.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 345.264,00** (trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais), conforme custos unitários apostos na tabela do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

11.2. No valor estimado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 110001/0001 - Secretaria de Administração SA/PR;

II) Fonte de Recursos: 0100; e

III) Elemento de Despesa:

a) Item 1: 33.90.40.11 - Suporte de infraestrutura de TIC;

b) Item 2: 33.90.39.17 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.

12.3. Após aprovação deste Termo de Referência, será indicado disponibilidade orçamentária, através de Pré-Empenho, indicando os recursos necessários ou de outro documento comprobatório.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Cronograma Físico Financeiro

Seq.	Evento	Prazo	Valor (R\$)
1	Assinatura do contrato	Vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.	- X -
2	Reunião inicial do Projeto	até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato	- X -
3	Emissão da Ordem de Serviço para o serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	Emitida em até 5 (cinco) dias corridos após a realização da etapa 2	R\$ 25.147,00
4	Recebimento Provisório (TRP)	Em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada, com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga	
5	Recebimento Definitivo (TRD)	Em até 2 (dois) dias úteis, contados após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado assinado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente	
6	Emissão da Solicitação de Pagamento		
7	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda.	Sob demanda	R\$ 43.500,00
8	Recebimento Provisório (TRP)	Em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado, com a comprovação da prestação dos serviços/fornecimento de bens a que se referem a parcela única a ser paga	
9	Recebimento Definitivo (TRD)	Em até 2 (dois) dias úteis, contados após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado assinado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente	
10	Emissão da Solicitação de Pagamento		

Tabela 6

MARCO ANTONIO ROSA Matrícula SIAPE nº 6171749 Integrante Requisitante	MARCONI RODRIGUES Matrícula SIAPE nº 172885 Integrante Técnico	FABRÍCIO DA SILVA GAMA Matrícula SIAPE nº 23800951 Integrante Administrativo
---	--	--

Brasília, na data da assinatura.

Aprovo,

BRUNO PEREIRA PONTES  
Matrícula SIAPE nº 2664038  
Autoridade Competente

## 14. Obrigações Pertinentes à LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 87, DE 19 DE MARÇO DE 2025

**MARCONI RODRIGUES**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 14:37:39.*

Despacho: PORTARIA Nº 87, DE 19 DE MARÇO DE 2025

**MARCO ANTONIO ROSA**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 16:12:43.*

Despacho: PORTARIA Nº 87, DE 19 DE MARÇO DE 2025

**FABRICIO DA SILVA GAMA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 16:14:01.*

**BRUNO PEREIRA PONTES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 17:27:49.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Ciencia.pdf (330.76 KB)
- Anexo II - Termo de Compromisso e Sigilo.pdf (444.45 KB)
- Anexo III - Termo de Ordem de Servico.pdf (458.68 KB)
- Anexo IV - Termo de Recebimento Provisorio.pdf (457.25 KB)
- Anexo V - Termo de Recebimento Definitivo.pdf (464.69 KB)
- Anexo VI - Instrumento de Medicao de Resultado (IMR), v21.08 12.39.pdf (242.17 KB)



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Tecnologia  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

**ANEXO I**  
**TERMO DE CIÊNCIA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO</b>	
Contrato n°:	
Objeto (resumido):	
Contratada: CNPJ:	
Gestor do Contrato: Matrícula:	
Preposto da Contratada: CPF:	
<b>DECLARAÇÃO</b>	
<p>Pelo presente instrumento, o(s) funcionário(s) abaixo qualificado(s) e assinado(s) DECLARA(M) ter plena ciência e conhecimento do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo firmado pela CONTRATADA, e da Política de Segurança da Informação e normas de segurança da Presidência da República – PR, bem como de sua(s) responsabilidade(s) no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre as atividades desenvolvidas ou as ações realizadas no âmbito do Contrato Administrativo em epígrafe, bem como sobre todas as informações que eventualmente ou por força de sua(s) função(ões) venha(m) a tomar conhecimento, comprometendo-se a guardar o sigilo necessário nos termos da legislação aplicável e a prestar total obediência às normas de segurança da informação vigentes no ambiente da PR ou que venham a ser implantadas a qualquer tempo por este.</p>	
<b>LOCAL E DATA</b>	
Local/UF, _____ de _____ de 20__.	
<b>IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO(S) DECLARANTE(S)</b>	
Nome: Identidade: CPF: Função/Cargo:	Assinatura:
Nome: Identidade: CPF: Função/Cargo:	Assinatura:
Observação: Este Termo deve ser impresso em papel timbrado da CONTRATADA.	



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Tecnologia  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

**ANEXO II**  
**TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO**

O NOME DO ÓRGÃO, sediado em ENDEREÇO, CNPJ nº CNPJ, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a NOME DA EMPRESA, sediada em ENDEREÇO, CNPJ nº CNPJ, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

**Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

**Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de

computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

#### **Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### **Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### **Cláusula Nona – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da CIDADE DA CONTRATANTE, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

#### **DE ACORDO**

<b>CONTRATANTE</b>	<b>CONTRATADA</b>
Nome: _____  Matrícula: _____	Nome: _____  Qualificação: _____

<b>TESTEMUNHAS</b>	
<b>Testemunha 1</b>	<b>Testemunha 2</b>
Nome: _____  Qualificação: _____	Nome: _____  Qualificação: _____

Local/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Tecnologia  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

**ANEXO III**  
**TERMO DE ORDEM DE SERVIÇO**  
**OU DE FORNECIMENTO DE BENS**

**ATENÇÃO!**

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

< Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

**INTRODUÇÃO**

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

**(Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022)**

**1 – IDENTIFICAÇÃO**

<b>Nº da OS/OFB</b>	xxxx/aaaa	<b>Data de emissão</b>	<dd/mm/aaaa>
<b>CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº</b>	xx/aaaa		
<b>Objeto do Contrato</b>	<Descrição do objeto do contrato>		
<b>Contratada</b>	<Nome da contratada>	<b>CNPJ</b>	99.999.999/9999-99
<b>Preposto</b>	<Nome do preposto>		
<b>Início vigência</b>	<dd/mm/aaaa>	<b>Fim vigência</b>	<dd/mm/aaaa>

**ÁREA REQUISITANTE**

<b>Unidade</b>	< Sigla – Nome da unidade>		
<b>Solicitante</b>	<Nome do solicitante>	<b>E-mail</b>	xxxxxxxxxxxxxx

**2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS**

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1					
Valor total estimado da OS/OFB					
<b>3 – &lt;INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES&gt; COMPLEMENTARES</b>					
<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB> <Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega> <Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>					

<b>4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS</b>			
Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA</b>			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

<b>5 – ARTEFATOS / PRODUTOS</b>	
Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

## 5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

\_\_\_\_\_  
<Responsável pela Demanda/Fiscal Requisitante>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

\_\_\_\_\_  
<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Tecnologia  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

**ANEXO IV**  
**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**HISTÓRICO DE REVISÕES**

Data	Versão	Descrição	Autor
dd/mm/aaaa	1.0	Primeira versão do documento	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**ATENÇÃO!**

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

< Conforme ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

< Nas contratações de licenciamento de softwares, é imprescindível verificar se toda a documentação entregue pela contratada está completa e corresponde exatamente ao que foi especificado no TR. É fundamental certificar-se de que todas as licenças, suporte e/ou garantia entregues estejam de acordo com os part numbers especificados no TR>.

**INTRODUÇÃO**

O Termo de Recebimento Provisório declarará, de forma sumária, que as compras foram entregues, para verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

**Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.**

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		
2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S) E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OFB de abertura>	<Ex.: UNID.>	<n>
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os <bem (s) /produto(s)> correspondentes à <OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram entregues, estando sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes <bem (s)/produto(s)> ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

<b>4 – ASSINATURA</b>
<b>FISCAL TÉCNICO</b>
<div>&lt;Nome do Fiscal Técnico do Contrato&gt; Matrícula: xxxxxx</div> <div>&lt;Local&gt;, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;.</div>
<b>PREPOSTO</b>
<div>&lt;Nome do Preposto do Contrato&gt; Matrícula: xxxxxx</div> <div>&lt;Local&gt;, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;.</div>



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Tecnologia  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

**ANEXO V**  
**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**HISTÓRICO DE REVISÕES**

Data	Versão	Descrição	Autor
dd/mm/aaaa	1.0	Primeira versão do documento	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**ATENÇÃO!**

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preen-chimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

<Nas contratações de licenciamento de softwares, é imprescindível verificar se toda a documentação entregue pela contratada está completa e corresponde exatamente ao que foi especificado no TR. É fundamental certificar-se de que todas as licenças, suporte e/ou garantia entregues estejam de acordo com os part numbers especifica-dos no TR>.

**INTRODUÇÃO**

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.

**Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.**

**1 – IDENTIFICAÇÃO**

<b>CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N°</b>	xx/aaaa		
<b>CONTRATADA</b>	<Nome da Contratada>	<b>CNPJ</b>	XXXXXXXXXXXXXX
<b>N° DA OS/OFB</b>	<xxxx/aaaa>		
<b>DATA DA EMISSÃO</b>	<dd/mm/aaaa>		

**2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S) E VOLUMES DE EXECUÇÃO****SOLUÇÃO DE TIC**

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OFB de abertura>	<Ex.: UNID.>	<n>
...	...	...	...
...	...	...	...
<b>TOTAL DE ITENS</b>			

**3 – ATESTE DE RECEBIMENTO**

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO/ATESTAMOS que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela CONTRATADA e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigência contratual estabelecida no TR >		

<b>4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR</b>
<b>5 – ASSINATURA</b>
<b>GESTOR DO CONTRATO</b>
<div><div></div><div>&lt;Nome do Gestor do Contrato&gt; <b>Matrícula:</b> xxxxxxxx &lt;Local&gt;, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;.</div></div>

<As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização>.

<b>6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO</b>
<b>GESTOR DO CONTRATO</b>
Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a <b>CONTRATADA</b> a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima. <div><div></div><div>&lt;Nome do Gestor do Contrato&gt; <b>Matrícula:</b> xxxxxxxx &lt;Local&gt;, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;</div></div>
<b>7 – CIÊNCIA</b>
<b>PREPOSTO</b>
<div><div></div><div>&lt;Nome do Preposto do Contrato&gt; <b>Matrícula:</b> xxxxxxxx &lt;Local&gt;, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;</div></div>



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Tecnologia  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

**ANEXO VI**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

1. Como instrumento de aferição de resultados, será adotado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e os correspondentes critérios de mensuração e avaliação, conforme descrito a seguir:

1.1. Esse nível de severidade é aplicado quando há indisponibilidade Severidade ALTA do uso de qualquer componente da sala cofre.

Dias úteis		Sábados, domingos e feriados	
Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva	Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva
02 horas	04 horas	02 horas	04 horas

1.2. Severidade MÉDIA: Esse nível de severidade é aplicado quando há falha no uso do equipamento, estando ainda disponível, porém apresentando problemas ou instabilidade de qualquer componente da sala cofre.

Dias úteis		Sábados, domingos e feriados	
Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva	Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva
04 horas	08 horas	04 horas	08 horas

1.3. Severidade BAIXA: Esse nível de severidade é aplicado quando ocorre alerta no sistema de diagnóstico do equipamento, porém sem ocorrência de falha em seu uso. Não haverá abertura de chamados de manutenção com esta severidade em sábados, domingos e feriados.

Dias úteis		Sábados, domingos e feriados	
Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva	Prazo de atendimento	Prazo de solução definitiva
12 horas	48 horas	- X -	- X -

- 1.4. Haverá glosa em fatura em caso de atraso na prestação dos serviços ou inadimplemento na execução do objeto (as ocorrências serão registradas pela contratante), conforme a tabela abaixo:

Glosa em fatura	Classificação ANS	Limite da incidência
5% por hora de atraso	Severidade Alta	24 horas
3% por hora de atraso	Severidade Média	48 horas
1% por hora de atraso	Severidade baixa	96 horas

- 1.5. Faculta-se à Contratada substituir temporariamente o equipamento, peça e componente defeituoso por outros de mesmas características técnicas, quando então, a partir de seu pleno estado de funcionamento, ficará suspensa a contagem do prazo de solução definitiva.

- 1.6. O prazo máximo para a substituição temporária descrita no parágrafo anterior será de 10 (dez) dias corridos, sendo que neste prazo o equipamento, peça e componente deverá ser devolvido à PR em perfeito estado de funcionamento ou ser substituído definitivamente.

- 1.7. Serão considerados os seguintes prazos para efeito do IMR:

- 1.7.1. **Prazo de Atendimento:** Tempo decorrido entre a solicitação efetuada pela Equipe Técnica da PR à Contratada e o efetivo início dos trabalhos de manutenção.

- 1.7.2. **Prazo de Solução Definitiva:** Tempo decorrido entre a solicitação efetuada pela Equipe Técnica da PR à Contratada e a efetiva recolocação do equipamento em seu pleno estado de funcionamento e operação normais.

- 1.8. A contagem do prazo de atendimento e solução definitiva de cada solicitação será a partir da notificação à Contratada, até o momento da comunicação da solução definitiva do problema e aceite pela equipe técnica da PR.

- 1.9. O atendimento às solicitações de severidade ALTA deverá ser realizado nas instalações da PR (on-site) e não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento do equipamento, mesmo que se estenda para períodos noturnos, sábados, domingos e feriados. Nesse caso, não poderá implicar em custos adicionais à PR.

- 1.10. A interrupção do atendimento a uma solicitação desse tipo de severidade por parte da Contratada e que não tenha sido previamente autorizado pela PR, poderá ensejar em aplicação de glosas previstas.

- 1.11. Depois de concluído o serviço de manutenção, a Contratada comunicará o fato à Equipe Técnica da PR e solicitará autorização para o fechamento do chamado. Caso a PR não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela Contratada. Nesse caso, a PR fornecerá as pendências relativas à solicitação em aberto.

- 1.12. Por necessidade excepcional de serviço, a PR também poderá solicitar a escalção de chamado para níveis superiores de severidade. Nesse caso, a escalção deverá ser justificada e os prazos dos chamados passarão a contar do início novamente.

- 1.13. O pagamento das faturas mensais estará sujeito à glosa quando não houver cumprimento dos níveis de serviço exigidos ou quaisquer outras que impliquem em glosas previstas.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Estudo Técnico Preliminar 78/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00094.000055/2025-84

## 2. Serviços de manutenção de sala cofre

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, incluindo monitoração remota e recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio, a fim de garantir a infraestrutura de alta disponibilidade do Centro de Dados da Presidência da República - PR.

## 3. Descrição da necessidade

3.1. A manutenção da sala cofre de Tecnologia da Informação é essencial para garantir a continuidade dos serviços críticos de TI da PR. A sala cofre abriga servidores de rede, *storages*, *switches* e demais equipamentos de missão crítica que suportam sistemas corporativos e serviços digitais. A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva visa assegurar o funcionamento ininterrupto e seguro da infraestrutura, bem como a conformidade com as normas técnicas e de segurança.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica - CGINT	Walter Lopes Neto

## 5. Necessidades de Negócio

5.1. A Diretoria de Tecnologia - DITEC tem como missão prover soluções e serviços de TI para diversos órgãos vinculados à Presidência da República – PR a fim de alcançar seus objetivos institucionais. Esta diretoria implementa o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, o qual, em consonância com o Plano Estratégico de TI – PETI, descreve a implantação de soluções de TIC, incluindo a qualidade do serviço prestado ao usuário como um objetivo estratégico.

5.1.1. A pretensa contratação está prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República - PDTI PR/VPR 2024/2027, publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação por meio da Resolução CGD/PR n.º 41, de 8 de outubro de 2024.

5.1.2. O presente estudo está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável 2024-2026 da Presidência da República (PLS/PR), além de outros instrumentos de planejamento da Administração, conforme art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

5.2. A Presidência da República possui uma sala cofre onde mantém servidores de rede e ativos do seu Centro de Dados. Esta sala, que ocupa uma área de 29 m2, foi construída pela empresa Aceco TI com tecnologia Aceco Lampertz.

5.3. A Sala Cofre com a referida tecnologia é testada e certificada mundialmente, provida de toda a infraestrutura necessária para o armazenamento de dados, garantindo a integridade das informações contra as principais ameaças: incêndio, magnetismo, gases corrosivos, roubo, fumaça, poeira, umidade e acesso indevido.

5.4. A Sala Cofre é composta de diversos componentes críticos para o seu funcionamento perfeito, tais como: sistema de climatização, sistema de energia, sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de supervisão de ambiente. Tais componentes são críticos e requerem a devida manutenção, por empresa especializada, para sua operação e funcionamento perfeito.

5.5. O padrão de qualidade da tecnologia empregada na construção da Sala Cofre original, bem como a aderência às normas técnicas e certificações, deve ser mantido pela empresa a ser contratada.

5.6. O serviço de manutenção é imprescindível para garantir, por exemplo, o funcionamento sem interrupção dos sistemas redundantes de climatização da Sala Cofre. É uma parte da infraestrutura extremamente exigida do ponto de vista do esforço mecânico. Por isso, é um elemento crítico da operação que carece de atenção e manutenções periódicas a fim de garantir sua disponibilidade. Os equipamentos de climatização são compostos de vários subsistemas que necessitam de manutenção. Do mesmo modo, todos os sistemas citados anteriormente, requerem manutenção periódica a fim de mantê-los em funcionamento.

5.7. Trata-se, portanto de serviço necessário à DITEC para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação pode estender-se por mais de um exercício.

## **6. Necessidades Tecnológicas**

### **6.1 Necessidades genéricas:**

6.1.1 Garantia de disponibilidade dos sistemas hospedados na Sala Cofre.

6.1.2 Atendimento a padrões de segurança física e lógica.

6.1.3 Execução de manutenções periódicas nos sistemas de climatização, detecção e combate a incêndio, portas e painéis blindados, controle de acesso e monitoramento.

6.1.4 Atendimento emergencial em caso de falhas críticas.

6.1.5 Emissão de relatórios técnicos das intervenções realizadas.

### **6.2 Necessidades Específicas:**

6.2.1 Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes que deverão ser prestados de modo a preservar as características atuais de desempenho.

6.2.2 Sistema de climatização configurado em rede com três (03) equipamentos de precisão da marca Liebert.

6.2.3 Sistema de energia: painéis e circuitos elétricos.

6.2.4 Sistema de detecção e combate a incêndio.

6.2.5 Controle de acesso.

6.2.6 As built dinâmico.

6.2.7 Auditoria física

6.2.8 Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda.

## **7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC**

### **7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC**

#### **7.1 Monitoração remota**

a) Entende-se por Monitoração Remota as atividades contínuas (24x7x365 - vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana e trezentos e sessenta e cinco dias por ano, incluindo feriados e finais de semana) de medição e supervisão dos equipamentos e

sistemas da sala cofre, realizadas remotamente pela Contratada, com o objetivo de mantê-los em funcionamento dentro dos parâmetros esperados.

b) A Contratada deverá ter uma central integrada de monitoração 24x7, ou seja, deve monitorar a infraestrutura da sala cofre em todos os horários, em tempo real.

c) Toda a comunicação entre a central e o ambiente monitorado deve ser feita utilizando-se da Internet.

d) A Contratada deverá enviar equipe para resolver problemas na hora em que qualquer alarme for detectado pelo sistema de monitoração.

e) A Contratada também deverá executar Manutenção Corretiva sempre que identificar, por meio de sua Central de Monitoração Remota, falhas em equipamentos ou sistemas, com o objetivo de recolocá-los em operação normal de funcionamento, obedecendo ao Instrumento de Medição de Resultado e aos parâmetros de funcionamento esperados.

f) A Central de Monitoração Remota deverá abrir um chamado de Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva, com classificação de nível serviço Crítico e em observância aos níveis do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sempre que um equipamento ou sistema da sala cofre não estiver operando dentro do parâmetro de funcionamento esperado.

g) A Contratada deverá possibilitar que a PR desative, temporariamente, a abertura de chamados de Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva da Central de Monitoração Remota. Para tanto, a PR usará a Central de Atendimento para comunicar a intenção de desativação temporária e fará a solicitação por e-mail, informando data e horário de início e fim da desativação. A CONTRATADA deverá confirmar a desativação, respondendo o e-mail de solicitação enviado pela Contratante.

h) À Presidência da República é reservado o direito de realizar inspeção nas instalações do licitante vencedor, para comprovar a existência do ambiente de Monitoração Remota.

**7.2 A tabela a seguir demonstra os preços praticados nas contratações anteriores, a partir do ano de 2010, após a garantia do serviço de ampliação da sala cofre.**

Ano	Descrição	Valor total (R\$)
2010/11	Contrato 181/2010 – serviços de manutenção	R\$ 185.998,00
2011/12	Contrato 181/2010 – aditivo	R\$ 185.998,00
2012/13	Contrato 181/2010 – aditivo	R\$ 200.543,88
2014/15	Contrato 202/2014 – serviços de manutenção	R\$ 255.852,00
2015/16	Contrato 202/2014 – aditivo	R\$ 277.215,60
2016/17	Contrato 202/2014 – aditivo	R\$ 277.215,60
2017/18	Contrato 202/2014 – aditivo	R\$ 277.215,60
2018/19	Contrato 202/2014 – aditivo	R\$ 277.215,60
2020/21	Contrato 036/2020 – serviços de manutenção/monitoração	R\$ 180.000,00
2021/22	Contrato 036/2020 – aditivo	R\$ 194.238,00

2022/23	Contrato 036/2020 – aditivo	R\$ 194.238,00
2023/24	Contrato 036/2020 – aditivo	R\$ 205.814,58
2024/25	Contrato 036/2020 – aditivo até 1º de setembro de 2025	R\$ 212.277,12

Obs.: Após a garantia do serviço de ampliação da sala cofre, foram firmados os contratos 181/2010, 202/2014 e 36/2020 para prestação de serviços de manutenção, por meio de processos licitatórios.

**7.3. Requisitos sociais, ambientais e culturais.**

7.3.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão trajar-se de maneira adequada, quando no ambiente da Presidência da República, e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os dirigentes da Presidência da República e usuários, em consonância com as regras e normas internas.

7.3.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de modo a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material.

7.3.3. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

7.3.4. A manutenção da Sala Cofre envolve descarte de resíduos como filtros e gases de extintores. A empresa contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes, como a destinação adequada dos materiais (conforme Resolução CONAMA nº 401/2008).

7.3.4.1. Os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, deverão ser observadas como o baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

**7.4. Requisitos de Capacitação**

7.4.1. A transferência de conhecimento deve garantir que toda a informação gerada durante a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala-Cofre seja integralmente apresentada pela equipe da contratada, por meio de relatórios ou qualquer outro documento de registro.

**7.5. Requisitos Legais**

7.5.1. Deverão ser cumpridos os procedimentos, normas, modelos e regulamentos vigentes na Presidência da República.

7.5.2. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as seguintes legislações vigentes:

7.5.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações);

7.5.2.2. Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de proteção de Dados Pessoais - LGPD, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

7.5.2.3. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta os novos procedimentos para realização do pregão eletrônico nas aquisições de bens e contratações de serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, bem como dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

7.5.2.4. Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

7.5.2.5. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

7.6. Requisitos de Garantia, Suporte e Manutenção

7.6.1. O prazo de execução contratual do suporte e manutenção, é de, no mínimo, 12 meses, contado a partir da data de assinatura do contrato.

7.7. Requisitos Temporais

7.7.1 Não serão necessários requisitos temporais.

7.8. Requisitos de Segurança e Privacidade

7.8.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

7.8.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7.8.3. O Termo de Compromisso e Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Presidência da República, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, termos obrigatórios para ter acesso ao Centro de Dados da Presidência da República. O Termo de Compromisso e Sigilo e o Termo de Ciência, serão oportunizados no Termo de Referência se a equipe de planejamento concluir pela viabilidade do presente estudo preliminar.

7.9. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

7.9.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

7.9.2. Características técnicas das máquinas de clima:

MAQUINA DE CLIMATIZAÇÃO 1

MODEL	S23UA051V300010M0
VOLTAGE-PHASE-FREQUENCY	380V/3PH/60HZ+N+PE
COMPRESSOR	FLA 15,0; LRA 100
FAN MOTOR	FLA 6,2
EL. HEATER	A 6,5; STAGES 3
HUMIDIFIER	A 14,3
TOTAL FLA	A 37
REFRIGERANT TYPE	R407C
MAX ALLOWABLE PRESSURE	HP SIDE(PS) 30 B
HIGH PRESS, SWITCH MANUAL	SET 2

OPERATING AIR TEMPERATURE	MIN 18 16°C
OPERATING AIR HUMIDITY	45
WEIGHT	270 KG
MANUFACTURING DATE	JAN 2009

## MAQUINA DE CLIMATIZAÇÃO 2

MODEL	<b>S23UA2510300020MX05126611</b>
VOLTAGE-PHASE-FREQUENCY	380V/3PH/60HZ+N+PE
COMPRESSOR	FLA 15,0; LRA 100
FAN MOTOR	FLA 4,0
EL. HEATER	A 6,8 - STAGES 3
HUMIDIFIER	A 14,3
TOTAL FLA AC	A 26
REFRIGERANT TYPE	R407C
MAX ALLOWABLE PRESSURE	HP SIDE(PS) 30
HIGH PRESS, SWITCH MANUAL	SET 26
OPERATING AIR TEMPERATURE	MIN 18 16°C
OPERATING AIR HUMIDITY	45
WEIGHT	270 KG
MANUFACTURING DATE	JUN 2013

## MAQUINA DE CLIMATIZAÇÃO 3

MODEL	<b>6SUA0061V10S0</b>
-------	----------------------

VOLTAGE-PHASE-FREQUENCY	230V/3PH/60HZ+T
COMPRESSOR	FLA 13,9
FAN MOTOR	FLA 4,5
EL. HEATER	A 11,5
HUMIDIFIER	A 8,5
TOTAL FLA AC	A 38
REFRIGERANT TYPE	22
MAX ALLOWABLE PRESSURE	HP SIDE(PS) 30
HIGH PRESS, SWITCH MANUAL	SET 24
OPERATING AIR TEMPERATURE	MIN 18 16°C
OPERATING AIR HUMIDITY	35
MANUFACTURING DATE	NOV 20003

#### 7.10. Requisitos de Projeto e de Implementação

7.10.1. Não serão necessários requisitos de Projeto e de Implementação.

#### 7.11. Requisitos de Implantação

7.11.1. Não serão necessários requisitos de Implantação.

#### 7.12. Indicação de marcas ou modelos

7.12.1 No presente estudo a indicação da marca **Liebert** se justifica-se pelo fato da Liebert ser a marca de equipamentos de infraestrutura crítica, que incluem soluções de gerenciamento térmico como as máquinas de climatização.

7.12.1.1. A Liebert foi adquirida pela Emerson Electric, em 1987, e posteriormente, integrada à empresa Network Power. Atualmente, a Vertiv, uma empresa independente, gerencia a marca Liebert e continua a desenvolver e fornecer soluções de infraestrutura, como sistemas de refrigeração de precisão, anteriormente fabricados pela Emerson Network Power.

7.12.2. A Sala Cofre da Presidência da República é baseada em produto da empresa “Otto **Lampertz** Gmbh &. Co”, enquanto o sistema de supressão de incêndio desta sala utiliza cilindro da marca **Kidde Fire Systems**.

7.12.3. A adoção de solução de diferentes fabricantes seria tecnicamente inviável para o objeto em questão, sendo esses incompatíveis tecnologicamente.

7.12.4. Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviço em equipamentos da marca existente atualmente no ambiente do centro de dados da PR. Esta prática visa otimizar o aproveitamento dos investimentos realizados, garantindo continuidade, economicidade e segurança na gestão da sala cofre e está em acordo com a alínea "b" do inciso "I" do "Art. 41" da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

8.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, deverão ser prestados preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota, durante 12 meses após a assinatura do contrato, de acordo com as seguintes especificações:

Grupo	Item	Descrição do Serviço	CATSER	Unid.de medida	QTD	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	20710	Mês	12	25.147,00	301.764,00
1	2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda. (Observação: o serviço será realizado sob demanda, uma vez por ano, em uma janela de manutenção que será programada junto a empresa Contratada)	22390	Serviço	01	43.500,00	43.500,00
VALOR ESTIMADO TOTAL							R\$ 345.264,00

9. Levantamento de soluções

9.1. Levantamento de soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, <u>incluindo monitoração remota</u> .
2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, <u>sem monitoração remota</u> .
3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes - execução com equipe interna.
4	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes - contratação sob demanda com chamada técnica por evento.

## 10. Análise comparativa de soluções

### 10.1. Análise das Soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software) Solução 1	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			X

## 11. Registro de soluções consideradas inviáveis

11.1. Solução 2: O serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, sem monitoração remota, tornou-se uma Solução inadequada devido a falta de recursos humanos da Diretora de Tecnologia para monitorar o ambiente em regime 24x7x365, por se tratar de serviço de manutenção de equipamento de alta criticidade.

11.2. Solução 3: A "execução com equipe interna" apresenta a vantagem de redução de custos em longo prazo, mas com risco à continuidade devido à ausência de equipe técnica especializada.

11.3. Solução 4: A "contratação sob demanda com chamada técnica por evento", com pagamento apenas quando necessário apresenta falta de previsibilidade e riscos operacionais em ambiente com alta criticidade.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

12.1. Descrição da Solução Viável: Serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, incluindo monitoração remota. (Solução 1)

12.1.1. A análise comparativa de custos foi elaborada considerando apenas soluções técnicas e funcionalmente viáveis, nos termos do inc. III, Art. 11, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, incluindo:

a) cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO) por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia técnica estendida, manutenção, migração e treinamento; e

b) memória de cálculo que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados.

12.1.2. Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo:

Grupo	Item	Descrição do Item	CATSER	Unidade	Qtde	Valor Total
Único	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala-Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota	20710	Mês	12	R\$ 301.764,00
	2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda (Observação: o serviço será realizado sob demanda, uma vez por ano, em uma janela de manutenção que será programada junto a empresa Contratada)	22390	Serviço	01	R\$ 43.500,00
Valor Total Geral						R\$ 345.264,00

12.2 – Mapa comparativo dos cálculos totais de propriedade (TCO)

SOLUÇÃO/CUSTO		PERÍODO					TOTAL, EM 60 MESES
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota	R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 1.381.056,00
2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda						
TOTAL		R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 345.264,00	R\$ 1.381.056,00

12.3. Análise

12.3.1. Relativamente ao tema, de acordo com o Acórdão 4925/2012 - Plenário, a definição da metodologia de referência para estabelecer preços é discricionária da Administração.

12.3.1. O Acórdão nº 1850/2020-TCU - Plenário - preconiza que "na elaboração de orçamento estimativo para equipamentos a serem fornecidos em mercado restrito, devem ser adotados os valores decorrentes das cotações mínimas. As médias ou medianas de cotações de preços devem ser empregadas apenas em condições de mercado competitivo", razão pela qual a EPC definiu pela utilização do MENOR PREÇO como parâmetro.

12.3.1. Observando o disposto no art. 6º, § 1º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, considerando que foi necessária a combinação de parâmetros estipulados no art. 5º da referida IN para obtenção dos 3 (três) preços que integram a presente pesquisa, tem-se que o valor unitário de referência a ser empregado na estimativa de preço será o valor global dos MENORES PREÇOS identificadas para os itens nº 01 e nº 02, totalizando o valor anual de **R\$ 345.264,00** (trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais).

### 13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

13.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, deverão ser prestados preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota, durante 12 meses após a assinatura do contrato, de acordo com as seguintes especificações:

#### 13.1.1. Sala-cofre

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>PORTA</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar funcionamento do mecanismo</li><li>• Verificar lubrificação do mecanismo</li><li>• Verificar posição dos pinos</li><li>• Verificar funcionamento das chaves</li></ul>	
<b>Vedações</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar as gaxetas</li><li>• Verificar contato gaxetas x batente</li><li>• Verificar isolantes térmicos</li></ul>	
<b>Dobradiças</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Lubrificar</li><li>• Verificar cordões de solda</li><li>• Verificar alinhamento folha x batente</li></ul>	
<b>Soleiras</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar aspecto visual</li></ul>	
<b>Almofadas</b>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar estado geral das almofadas e parafusos</li> </ul>	
<b>Mola Geze</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar travamento</li> <li>• Verificar fechamento automático</li> <li>• Verificar cabos de ligação e duto flexível</li> </ul>	
<b>Micro switch</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento</li> </ul>	
<b>BLINDAGENS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a integridade das blindagens</li> <li>• Verificar as cunhas de aperto</li> <li>• Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens</li> <li>• Verificar lacres</li> <li>• Verificar pontos de ruptura</li> </ul>	
<b>ELEMENTOS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar integridade dos painéis</li> <li>• Verificar as vedações e elementos químicos das junções entre os painéis e perfis de acabamento</li> <li>• Realizar retoques de pintura (manter as características originais)</li> <li>• Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo</li> <li>• Verificar luminárias e efetuar substituição, se necessário.</li> </ul>	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar réguas de bornes</li> <li>• Reapertar terminais</li> <li>• Verificar funcionamento de botoeiras</li> <li>• Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores</li> <li>• Verificar tensão de alimentação de saída da fonte</li> <li>• Verificar temporizadores, fusíveis de reserva</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar Leds de iluminação e contadores</li> <li>• Limpar painel interna e externamente</li> <li>• Verificar fechaduras com grafite</li> <li>• Verificar configuração lógica da CLP</li> <li>• Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.</li> </ul>	
<b>TESTES</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers.</li> </ul>	
<b>TESTE DE ESTANQUEIDADE</b>	<b>1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar teste de acordo com o método descrito na norma ASTM E779-99.</li> </ul>	

#### 13.1.2 Piso elevado

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>NIVELAMENTO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar nivelamento das placas</li> <li>• Verificar cruzetas</li> <li>• Verificar trims (piso americano)</li> <li>• Verificar alinhamento das placas</li> </ul>	
<b>REFORÇO</b>	<b>1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colocar suportes de reforço onde necessário</li> </ul>	
<b>PLACAS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trocar placas danificadas</li> </ul>	
<b>LEITO ARAMADO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário</li> <li>• Alteração de rota ou instalação de nova rota, se necessário</li> </ul>	

#### 13.1.3 Limpeza

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>ELEMENTO DE FUNDO</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado.</li> </ul>	
<b>PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar a superfície das placas com pano úmido.</li> </ul>	
<b>PISO ELEVADO (PESADA)</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante, em conformidade com as especificações do fabricante.</li> </ul>	
<b>LEITOS ARAMADOS</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos.</li> </ul>	
<b>ELEMENTOS DAS SALAS</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos sensores, quadros, equipamentos de ar condicionado, cilindro de gás.</li> </ul>	
<b>PORTAS</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas.</li> </ul>	
<b>LUMINÁRIAS</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza da superfície refletora, das lâmpadas e das grelhas difusoras.</li> </ul>	
<b>MOBILIÁRIO</b>	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, da superfície externa dos quadros de energia.</li> </ul>	

#### 13.1.4 Sistemas de energia

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO

<b>PAINÉIS ELÉTRICOS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar fixação, pintura e funcionamento da porta</li> <li>• Verificar identificação do painel</li> <li>• Efetuar limpeza do painel</li> <li>• Efetuar limpeza interna e externa do painel</li> <li>• Verificar cabos e canaletas do painel</li> <li>• Organizar cabos e canaletas do painel</li> <li>• Realizar inspeção com termovisor das conexões e componentes</li> <li>• Verificar proteções de partes energizadas</li> <li>• Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos</li> <li>• Realizar inspeção com termovisor</li> <li>• Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes</li> <li>• Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel</li> <li>• Verificar condições dos componentes elétricos</li> <li>• Verificar aterramento e neutro do painel</li> <li>• Verificar dispositivos de proteção</li> <li>• Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar</li> </ul>	
<b>CIRCUITOS ELÉTRICOS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança ou instalação de até 5 pontos de energia e disjuntores</li> </ul>	

#### 13.1.5 Sistema de climatização (3 equipamentos de precisão da marca Liebert)

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
Elétrica	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir tensão de entrada</li> <li>• Medir tensão do ventilador</li> <li>• Medir corrente do ventilador</li> <li>• Medir corrente do compressor</li> <li>• Medir corrente das resistências</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir corrente do umidificador</li> <li>• Verificar disjuntores</li> <li>• Reapertar conexões elétricas</li> </ul>	
Mecânica	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar filtros de ar (trocar se necessário)</li> <li>• Verificar resistência de carter</li> <li>• Verificar pontos de vazamento de óleo</li> <li>• Verificar visor de líquido</li> <li>• Verificar vazamentos de gás</li> <li>• Limpar o equipamento (interno e externo)</li> <li>• Medir temperatura de insuflamento de ar</li> <li>• Medir temperatura de retorno de ar</li> <li>• Realizar limpeza do dreno</li> </ul>	
Painel de revezamento	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento em modo automático</li> <li>• Realizar limpeza interna e externa</li> <li>• Realizar reaperto das conexões elétricas</li> <li>• Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)</li> <li>• Aferir sensores de temperatura e umidade</li> </ul>	
Parâmetros	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Set-point de temperatura</li> <li>• Set-point de umidade relativa</li> <li>• Set-point de alarmes</li> </ul>	
<b>CONDENSADORAS</b>	<b>6</b>
Elétrica:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir tensão de entrada</li> <li>• Medir corrente dos ventiladores</li> <li>• Medir tensão das bombas</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reapertar terminais e bornes</li> </ul>	
Pumpset:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir corrente do painel pumpset</li> <li>• Teste operacional do painel pumpset</li> </ul>	
Mecânica:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir temperatura de entrada do ar</li> <li>• Medir temperatura de saída do ar</li> <li>• Retirar ventilador e lavar a serpentina</li> <li>• Medir temperatura de entrada do ar</li> <li>• Medir temperatura de saída do ar</li> </ul>	
<b>INSTALAÇÕES - CLIMATIZAÇÃO</b>	<b>6</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos</li> <li>• Verificar estrutura dos equipamentos</li> <li>• Verificar tubulações de água e dreno</li> <li>• Verificar proximidades dos equipamentos e interferências</li> <li>• Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos</li> <li>• Verificar fixação das partes, tampas e vedações</li> <li>• Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras</li> <li>• Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade</li> <li>• Verificar proporção de placas perfuradas</li> <li>• Verificar distribuição adequada das placas perfuradas</li> <li>• Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente</li> <li>• Verificar obstáculos sob o piso elevado</li> <li>• Efetuar recarga de gás refrigerante (caso necessário)</li> <li>• Efetuar retífica de compressores (caso necessário)</li> <li>• Check-up preventivo e lavagem das condensadoras</li> </ul>	

### 13.1.6 Sistema de detecção e combate a incêndio

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>DETECÇÃO DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar auto check da central de alarmes</li> <li>• Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes</li> <li>• Analisar o log de eventos da central de alarmes</li> <li>• Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário.</li> <li>• Verificar identificação dos detectores</li> <li>• Verificar tubulações</li> <li>• Verificar módulos</li> <li>• Verificar conectores e reapertar conexões</li> <li>• Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de fumaça</li> <li>• Cronometrar tempo para a primeira detecção</li> <li>• Verificar funcionamento da sinalização do painel</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes</li> <li>• Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios</li> <li>• Verificar a atuação na central de alarmes</li> </ul>	
<b>CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar Auto check da central de alarmes</li> <li>• Realizar limpeza externa da central de alarmes</li> <li>• Verificar estado de conservação e fixação da central</li> <li>• Verificar a fixação de componentes</li> <li>• Verificar controle de acesso e climatização (dampers automáticos)</li> <li>• Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário</li> <li>• Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em um detector</li> <li>• Cronometrar tempo para a primeira detecção</li> <li>• Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes</li> <li>• Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)</li> </ul>	

<b>COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar plugs de acionamento</li> <li>• Verificar lacres do acionamento manual</li> <li>• Verificar pressão do manômetro dos cilindros</li> <li>• Realizar limpeza dos cilindros</li> <li>• Verificar fixação dos cilindros</li> <li>• Verificar data para manutenção dos cilindros</li> <li>• Simular atuação de alarme de incêndio</li> <li>• Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros</li> <li>• Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los</li> </ul>	

#### 13.1.7 Sistema de monitoração

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>CMC</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar parâmetros de configuração</li> <li>• Verificar sensor de temperatura</li> <li>• Verificar sensor de umidade</li> <li>• Verificar log de eventos</li> <li>• Verificar leitora de cartões</li> <li>• Verificar trava de porta</li> <li>• Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética</li> <li>• Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC</li> <li>• Verificar recepção de traps nos equipamentos</li> <li>• Verificar sensor de vibração</li> <li>• Verificar sensor de estado de porta</li> <li>• Verificar cabeamento de alarmes</li> <li>• Verificar conectores de interligação</li> <li>• Verificar painel frontal [led's e touch pannel]</li> <li>• Verificar comunicação via TCP/IP</li> <li>• Verificar software CMC Manager</li> <li>• Verificar sensor de líquido CMC/IHM</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido</li> </ul>	
<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>3</b>
<b>Leitores</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)</li> <li>• Verificar condições de instalação e conservação</li> <li>• Manutenção de leitores biométricos</li> </ul>	
<b>Portas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário.</li> <li>• Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário.</li> <li>• Verificar fechamento automático e reparar, se necessário.</li> <li>• Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário.</li> <li>• Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo.</li> </ul>	
<b>Painéis das controladoras</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar limpeza interna e externa dos painéis.</li> <li>• Reparar fixação do painel e componentes.</li> <li>• Verificar condições das conexões e realizar reapertos.</li> <li>• Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário.</li> </ul>	
<b>Infraestrutura</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar componentes de campo.</li> <li>• Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura.</li> <li>• Estação de programação</li> <li>• Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário.</li> <li>• Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças</li> <li>• Realizar testes de navegação e acionamentos remotos</li> <li>• Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo</li> </ul>	
<b>Funcionamento</b>	

- |  |  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Testar intertravamento com sistema de segurança (combate a incêndio)</li></ul> |  |
|--|--|

#### 13.1.8 “As built” dinâmico

a) Entende-se por “as built dinâmico” o serviço de atualização das plantas do layout de distribuição de equipamentos dentro da sala cofre, bem como do quadro unifilar de energia, em caso de mudanças no ambiente de TI.

b) Comparar a distribuição de equipamentos com a configuração da última planta, registrar as mudanças no mobiliário, no piso elevado, no leito aramado, nas tubulações de detecção e combate de incêndio.

c) Este serviço consiste de atualização quadrimestral dos desenhos técnicos da sala cofre, com o objetivo de manter os projetos atualizados da forma como o ambiente se encontra. Os projetos sempre atualizados permitem que diferentes técnicos trabalhem em um ambiente conhecido, o que diminui as chances de erro, acidentes e paradas não programadas. Compreende atualizações, com entregas nos formatos DWG e PDF, dos seguintes itens:

c1) Layout do ambiente de TI;

c2) Unifilar elétrico;

c3) Isométrico ar condicionado.

#### 13.1.9 Auditoria física

a) Este serviço consiste de auditoria anual no ambiente, buscando encontrar não conformidades para que seja possível corrigi-las. Terá como produto final um relatório de auditoria. Neste relatório deve constar os seguintes aspectos:

a1) Pontos de conformidade e não conformidade encontrados no centro de dados da Presidência da República.

a2) Análise de novos riscos e vulnerabilidades nas áreas periféricas à sala cofre.

a3) Recomendações de upgrades e melhorias tecnológicas da sala cofre.

a4) Recomendações das providências a serem tomadas para elevar o nível de segurança física do ambiente de TI.

#### 13.1.10 Manutenção corretiva

a) Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a solucionar os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo, neste caso, a substituição de peças e componentes, por originais do fabricante, ajustes e reparos necessários para mantê-los em perfeitas condições de uso.

b) Todas as peças, componentes e acessórios necessários à manutenção corretiva serão fornecidos à base de permuta, ficando estabelecido que as peças, componentes e acessórios colocados em substituição aos defeituosos tornar-se-ão propriedade da PR, e as peças, componentes e acessórios retirados poderão ser recolhidos pela contratada.

c) A manutenção corretiva consiste na execução dos serviços para correção de problemas detectados no sistema de climatização, sistema de energia, sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de supervisão de ambiente da sala cofre, ou quaisquer outros identificados pelos técnicos de manutenção, pela equipe técnica da PR ou pelo sistema de Monitoração Remota.

### 13.2. Prestação de serviço de recarga de FM-200

13.2.1. Prestação de serviço de recarga de FM-200, sob demanda, para um (01) cilindro da marca Kidde Fire Systems, P/N 90-FM200M-002, do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, conforme discriminado a seguir.

a) Fornecimento de Gás FM-200 P/N: 93-190000-001, Cód: 934SB-00281 para cilindro (vazio) com a seguinte característica: EMPTY WT 86.4 lb, FULL WT 172.4 lb.

b) Fornecimento de kit de reparo de válvula 1.1/2” P/N: 90-140100-000, Cód.: 934SB-00682.

c) Mão de obra/frete para coleta, retorno e reinstalação do cilindro de FM-200 com as devidas precauções requeridas para este tipo de equipamento.

- e) Serviço de teste hidrostático do cilindro.
- f) Serviço de decapagem e pintura do cilindro.
- g) Serviço de jateamento da válvula do cilindro.
- h) Serviço de envase do cilindro.
- i) Serviço de desconexão e conexão do cilindro.
- j) Apresentação de relatório de conformidade do cilindro.

13.3. Parcelamento da solução

13.3.1. No contexto de obtenção de serviços pela administração pública, verificou-se que a legislação preza pela análise técnica e econômica para decidir sobre a divisão do objeto, senão vejamos:

*Lei 14.133, Seção IV, Disposições Setoriais, Subseção I, Das Compras*

*"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:  
§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:  
I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;"*

13.3.2. O objeto desta contratação será em grupo único, dividido em 02 itens, atendendo ao preceituado da citada Lei 14.133.

13.3.3. Um requisito fundamental para que haja viabilidade técnica e também administrativa da contratação em questão, é o de que o conjunto de serviços/soluções sejam agrupados e licitados em um único grupo, sendo assim com adjudicação para um único licitante vencedor, ou seja, não haverá parcelamento.

13.4. A definição pela contratação em grupo único, com dois itens levou em consideração a viabilidade técnica de operação e gerenciamento da Solução 1 a ser contratada, sendo necessário que esses itens façam parte de um mesmo agrupamento (Único), para garantir o gerenciamento e a interoperabilidade da operação sem prejuízos nas análises e correlação dos eventos.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 345.264,00

14.1. Estimativa de custo único total da solução de **R\$ 345.264,00** (trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais), conforme planilha abaixo:

Grupo	Item	Descrição do Serviço	Unid.de medida	QTD	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	Mês	12	25.147,00	301.764,00
	2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda. (Observação: o serviço será realizado sob demanda, uma vez por ano, em uma janela de manutenção que será programada junto a empresa Contratada)	Serviço	01	43.500,00	43.500,00
VALOR ESTIMADO TOTAL						R\$ 345.264,00

## **15. Justificativa técnica da escolha da solução**

### **15. 1. Solução 1: Serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, incluindo monitoração remota.**

15.1.1. Então, esta solução apresenta melhor custo-benefício para a Administração, posto que a DITEC não possui equipe técnica para monitorar o ambiente em regime 24x7.

15.1.2. Atualmente, a monitoração da DITEC está inadequada para cumprir com as boas práticas que são exigidas para um centro de dados com a importância que requer a Presidência da República.

15.1.3. Com o serviço de monitoração remota que deverá ser prestado pela contratada por meio de uma central integrada de monitoração 24x7, haverá monitoração da infraestrutura da sala cofre em todos os horários, em tempo real, utilizando link de internet.

15.1.4. Deste modo, a contratada deverá enviar equipe para resolver problemas na hora em que qualquer alarme for detectado pelo sistema de monitoração.

15.1.5. Portanto, com este serviço, os problemas serão resolvidos com mais rapidez de modo a evitar incidentes de segurança mais sérios que estão sujeitos os ambientes computacionais que mantém serviços críticos de Tecnologia da Informação.

15.1.6. A contratação de empresa especializada por meio de contrato contínuo apresenta-se como a solução mais adequada, uma vez que:

- a) Atende aos requisitos técnicos e normativos;
- b) Garante a disponibilidade dos serviços com equipe capacitada e treinada;
- c) Permite resposta rápida a falhas e incidentes.

15.1.7. A contratação contínua de empresa especializada,\*\* assegura maior confiabilidade, continuidade dos serviços, mitigação de riscos operacionais e conformidade com os padrões técnicos exigidos para ambientes críticos de TI.

## **16. Justificativa econômica da escolha da solução**

16.1. **Solução 1:** Serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, incluindo monitoração remota.

16.2. Esta solução apresenta melhor custo-benefício para a Administração tendo em vista as seguintes considerações:

16.2.1. Com as pesquisas realizadas no portal ComprasNet para comparação dos preços praticados no mercado em contratos existentes em órgãos públicos e para definição do valor estimado, constatou-se que os preços constantes nas propostas comerciais recebidas estão mais vantajosos para a Administração.

16.3. Considerando a criticidade da Sala Cofre para o funcionamento da infraestrutura de TI da instituição, recomenda-se a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, por meio de processo licitatório, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

## **17. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

17.1. Com a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, os seguintes benefícios serão alcançados:

17.1.1. Manter a sala cofre da Presidência em condições ambientais adequadas, de acordo com as normas de segurança.

17.1.2. A manutenção proporciona a continuidade dos serviços e garante atendimento aos usuários, evitando prejuízos não só a nível institucional, mas também à comunidade em geral, já que transtornos na área de tecnologia da informação comprometem a prestação de serviços e desgastam a imagem deste órgão junto à sociedade.

17.1.3. Prover recursos e meios tecnológicos aos usuários da rede de dados e voz da PR.

17.1.4. Garantir disponibilidade da informação aos usuários internos e externos da PR.

17.1.5. Utilização dos melhores recursos de TI para a implementação dos programas e projetos sob a responsabilidade da PR.

17.1.6. Diminuição no tempo de resposta a sinistros referentes à infraestrutura de TI.

17.1.7. Garantir recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre.

## **18. Providências a serem Adotadas**

18.1 Considerando a criticidade da Sala Cofre para o funcionamento da infraestrutura de TI da PR, recomenda-se a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, por meio de processo licitatório, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021; e

18.2. Os serviços de manutenção e assistência técnica serão prestados mediante deslocamento de técnico ou através da disponibilização do serviço em uma unidade física da empresa CONTRATADA, desde que essa unidade esteja localizada em uma distância compatível com as necessidades da PR, conforme dispõe o § 4º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **19. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **19.1. Justificativa da Viabilidade**

19.1. A declaração da viabilidade da contratação expressa nesta seção apresenta a justificativa da solução escolhida, abrangendo a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

19.2. Nesse sentido, o planejamento em tela almeja os seguintes benefícios e resultados:

19.2.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sala cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, incluindo monitoração remota e recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio, a fim de garantir a infraestrutura de alta disponibilidade do Centro de Dados da Presidência da República - PR.

19.2.2. Economia no valor da aquisição.

19.3. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

19.4. Por fim, considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL para a Solução 01.

## **20. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCONI RODRIGUES**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 14:38:56.*

**MARCO ANTONIO ROSA**

Integrante requisitante



*Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 16:09:32.*

**BRUNO PEREIRA PONTES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 17:26:36.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Emails\_Solicita\_proposta.pdf (2.05 MB)
- Anexo II - CJF - Edital do PE nº 21-2021 - Sala Cofre de 30,70 m2 (UASG 090026)-mesclado.pdf (7.87 MB)
- Anexo III - CNJ - Edital PE nº 14-2023 - Célula Segura de 57 m2 (UASG 040003)-mesclado.pdf (1.46 MB)
- Anexo IV - CONAB - Edital PE - Sala Cofre de 40 m2 (UASG 135100).pdf (1.29 MB)
- Anexo V - JFSC - Edital do PE nº 90017-2024 - Sala Segura de 40 m² (UASG 090019)-mesclado.pdf (955.41 KB)
- Anexo VI - METRO-SP - Edital do PE nº 90572-2024 - Sala Cofre de 49 m2 (UASG 373301)-mesclado.pdf (1.1 MB)
- Anexo VII - TRT6ºReg - Ata de Realização do PE nº 19-2022 (UASG 080006)-mesclado.pdf (4.43 MB)
- Anexo VIII - GLS\_ESTIMATIVA PRESIDENCIA\_SALA\_COFRE.pdf (232.32 KB)
- Anexo IX - VIRTUAL\_PROPOSTA\_COMERCIAL\_PR.pdf (846.0 KB)
- Anexo X - GREEN4T\_250605\_12796\_R00\_250528.pdf (1.04 MB)

## Marco Antonio Rosa

**De:** Marco Antonio Rosa  
**Enviado em:** quarta-feira, 30 de abril de 2025 08:54  
**Para:** 'glsproducao@glsengenharia.com.br'; 'GERALDO'  
**Cc:** Marconi Rodrigues  
**Assunto:** PR - COTAÇÃO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SALA COFRE  
**Anexos:** CP2025-manutencao-sala-cofre-PR-v0.2.doc

À GLS Engenharia e Consultoria Ltda,

Em nome da Diretoria de Tecnologia da Casa Civil da Presidência da República, solicitamos proposta comercial para os itens discriminados no arquivo anexo, tendo em vista prospecção no mercado para eventual composição de processo licitatório.

Solicitamos que a proposta contenha, pelo menos, as informações da tabela abaixo para o objeto discriminado, sem prejuízo de quaisquer outras descrições que considere pertinentes ou relevantes para o perfeito entendimento da especificação técnica.

Item	Descrição do Serviço	CATSER	QTD	Unid.de medida	Valor unitário	Valor total
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	20710	12	Mês		
2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda.	20710	01	Serviço		
	<b>Valor total estimado (R\$)</b>					

Dados para a proposta:

Secretaria de Administração da Presidência da República – CNPJ 00.394.411/0001-09

Atenciosamente,



**Marco Rosa**

Coordenador do Centro de Dados  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica  
Diretoria de Tecnologia  
Secretaria de Administração  
Casa Civil

## Marco Antonio Rosa

**De:** Marco Antonio Rosa  
**Enviado em:** terça-feira, 29 de abril de 2025 15:26  
**Para:** 'Marcelo Cesar Amaral Henriques'  
**Cc:** Marconi Rodrigues  
**Assunto:** PR - COTAÇÃO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SALA COFRE  
**Anexos:** CP2025-manutencao-sala-cofre-PR-v0.2.doc

À GREEN4T,

Em nome da Diretoria de Tecnologia da Casa Civil da Presidência da República, solicitamos proposta comercial para os itens discriminados no arquivo anexo, tendo em vista prospecção no mercado para eventual composição de processo licitatório.

Solicitamos que a proposta contenha, pelo menos, as informações da tabela abaixo para o objeto discriminado, sem prejuízo de quaisquer outras descrições que considere pertinentes ou relevantes para o perfeito entendimento da especificação técnica.

Item	Descrição do Serviço	CATSER	QTD	Unid.de medida	Valor unitário	Valor total
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	20710	12	Mês		
2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda.	20710	01	Serviço		
<b>Valor total estimado (R\$)</b>						

Dados para a proposta:

Secretaria de Administração da Presidência da República – CNPJ 00.394.411/0001-09

Atenciosamente,



**Marco Rosa**

Coordenador do Centro de Dados  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica  
Diretoria de Tecnologia  
Secretaria de Administração  
Casa Civil

## Marco Antonio Rosa

**De:** Marco Antonio Rosa  
**Enviado em:** quarta-feira, 30 de abril de 2025 09:28  
**Para:** 'regiane@virtualti.net.br'  
**Cc:** Marconi Rodrigues  
**Assunto:** PR - COTAÇÃO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SALA COFRE  
**Anexos:** CP2025-manutencao-sala-cofre-PR-v0.2.doc

À VIRTUAL TECNOLOGIA INTEGRADA,

Em nome da Diretoria de Tecnologia da Casa Civil da Presidência da República, solicitamos proposta comercial para os itens discriminados no arquivo anexo, tendo em vista prospecção no mercado para eventual composição de processo licitatório.

Solicitamos que a proposta contenha, pelo menos, as informações da tabela abaixo para o objeto discriminado, sem prejuízo de quaisquer outras descrições que considere pertinentes ou relevantes para o perfeito entendimento da especificação técnica.

Item	Descrição do Serviço	CATSER	QTD	Unid.de medida	Valor unitário	Valor total
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	20710	12	Mês		
2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda.	20710	01	Serviço		
	<b>Valor total estimado (R\$)</b>					

Dados para a proposta:

Secretaria de Administração da Presidência da República – CNPJ 00.394.411/0001-09

Atenciosamente,



**Marco Rosa**

Coordenador do Centro de Dados  
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica  
Diretoria de Tecnologia  
Secretaria de Administração  
Casa Civil



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2021**

PROCESSO SEI N. 0004108-15.2020.4.90.8000

O **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF**, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria n. 98-CJF, de 12 de abril de 2021, nos termos das disposições contidas na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e, ainda, a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

[I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO](#)

[II – DO OBJETO](#)

[III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO](#)

[IV – DO CREDENCIAMENTO](#)

[V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP](#)

[VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)

[VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS](#)

[VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE](#)

[IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS](#)

[X – DA HABILITAÇÃO](#)

[XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO](#)

[XII – DOS RECURSOS](#)

[XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)

[XIV – DO PAGAMENTO](#)

[XV – DAS PENALIDADES](#)

[XVI – DA VISTORIA](#)

[XVII – DA CONTRATAÇÃO E DO REAJUSTE](#)

[XVIII – DA GARANTIA](#)

[XIX – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO](#)

[XX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS](#)

[MÓDULO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS](#)

[MÓDULO II – FORMULÁRIO DE PREÇOS](#)

[MÓDULO III – INFORME SOBRE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA](#)

[MÓDULO IV – MINUTA DE CONTRATO](#)

**I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**1.1** – A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

**1.2** – No dia **07/07/2021, às 10h**, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**1.3** – Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **II – DO OBJETO**

**2.1** – Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, **monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos, de acordo com as especificações técnicas contidas no Módulo I – Termo de Referência e seus anexos.**

**2.1.2** – A Sala-cofre é certificada junto às normas da ABNT NBR 15247 e NBR 60529 com o grau de proteção IP67, por órgão certificador reconhecido e acreditado pelo INMETRO, devendo ser garantidas suas condições de certificação a qualquer tempo.

**2.2** – **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

## **III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

**3.1** – Qualquer pessoa poderá impugnar este edital, encaminhando o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico [seilista@cjf.jus.br](mailto:seilista@cjf.jus.br), cabendo ao pregoeiro, com auxílio do setor responsável pela elaboração do termo de referência (se for o caso), decidir a matéria no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, nos termos do § 1º, do art. 24 do Decreto n. 10.024/2019.

**3.2** – As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.

**3.3** – Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**3.4** – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do correio eletrônico [sei-selita@cjf.jus.br](mailto:sei-selita@cjf.jus.br).

**3.4.1** – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, nos termos do § 1º do art. 23 do Decreto n. 10.024/2019.

**3.4.2** – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração, nos termos do § 2º do art. 23 do Decreto n. 10.024/2019.

**3.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio do link *Consultas>Pregões>Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

#### **IV – DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (art. 9º, § 1º, Decreto n. 10.024/2019).

**4.1.1** – O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**4.2** – A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 19, inciso III, do Decreto n. 10.024/2019).

**4.2.1** – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

#### **V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP**

**5.1 – Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:**

**5.1.1** – Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**5.1.2** – Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Ministério da Economia, por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**5.1.3** – Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do art. 10 do Decreto n. 10.024/2019.

**5.1.4** – Manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**5.1.5** – Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015.

**5.1.6** – Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

**5.2 – Não poderão participar deste certame:**

**5.2.1** – Empresas que estiverem sob a aplicação da penalidade referente ao art. 87, incisos III e IV, da Lei n. 8.666/1993, do art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

**5.2.1.1** – A suspensão prevista no art. 87, inciso III, aplica-se apenas no âmbito do CJF.

**5.2.1.2** – Para fins de participação nesta licitação, a penalidade imposta com base no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 abrange os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, nos termos do inciso I, § 3º, do art. 34 da IN 3/2018/MPOG.

**5.2.2** – Servidor/membro/juiz de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor/membro/juiz seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**5.2.3** – Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição: controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

**5.2.4** – OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

**5.2.4.1** – As cooperativas e associações sem fins lucrativos poderão participar deste pregão eletrônico desde que sejam observadas as exigências contidas na Seção V da Instrução Normativa MPOG n. 5, de 26 de maio de 2017.

**5.2.5** – Empresas estrangeiras que não funcionem no País.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**5.2.6** – Empresas que possuam em seu quadro societário pessoa detentora de mandato de deputado e/ou senador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 54 da Constituição Federal;

**5.2.7** – Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

**5.2.8** – Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.

**5.2.9** – Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

**5.2.10** – Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**5.2.10.1** – A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

**5.2.10.2** – A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item **5.2.10.1** deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

**5.5.10.3** – A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens **5.2.10.1** e **5.2.10.2**.

## **VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1** – Após a divulgação deste edital no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

**6.2** – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital.

**6.3** – No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**6.4** – Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no **Módulo I** – Termo de Referência e seus anexos.

**6.5** – O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias.

**6.6** – Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme definido no § 3º do art. 44 da Lei n. 8.666/1993.

**6.7** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**6.8** – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada, após o encerramento do envio de lances, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contadas da solicitação do pregoeiro no sistema.

**6.9** – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação imediata da proposta.

**6.10** – Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.11** – Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas, nos termos do § 7º do art. 26 do Decreto n. 10.024/2019.

**6.12** – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

**6.13** – A licitante deverá apresentar, ainda, juntamente com a proposta:

**6.13.1** – Declaração que possuirá em seu corpo técnico, durante toda a vigência do contrato, profissional de nível superior com formação em Engenharia Elétrica ou Engenharia Mecânica ou Engenharia de Controle de Automação, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado serviços de manutenção em sala-cofre construída em conformidade com as normas ABNT NBR 15.247 e NBR 60.529 IP67;

**6.13.1.1** – Não se requer a exclusividade do profissional citado, pois não há óbice ao compartilhamento de qualquer profissional com outros contratos que porventura a CONTRATADA possua.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**6.13.2** – Declaração de que todo o material a ser utilizado é de primeira qualidade e está em conformidade com as normas estabelecidas pela ABNT, INMETRO e normas ISO;

**6.13.3** – Declaração de que possui a capacitação técnica e aplicará os materiais, métodos e técnicas em estrito atendimento aos requisitos especificados no edital, garantindo que os serviços de manutenção a serem prestadores garantirão junto à ABNT a manutenção da certificação NBR 15.247 que a sala-cofre do CJF possui, conforme Anexo Complemento II do Termo de Referência.

## **VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1** – O pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

**7.2** – A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3** – O pregoeiro procederá à análise das propostas quanto ao atendimento dos requisitos deste edital, efetuando a classificação ou desclassificação da proposta. Após, dará início à fase competitiva das propostas classificadas.

**7.4** – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

## **VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

**8.1** – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.2** – Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**8.3** – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

**8.3.1** – A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo **mínimo de 1%** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. (Parágrafo único do art. 31 c/c com o § 3º do art. 30, ambos do Decreto n. 10.024/2019).

**8.3.2** – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**8.4** – No transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

**8.5** – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

**8.6** – A etapa de lances da sessão pública **será ABERTA** e perdurará por 10 (dez) minutos. Quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão, o sistema prorrogará a fase automaticamente, nos termos do caput do art. 32 do Decreto n. 10.024/2019.

**8.6.1** – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item será de dois minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários, nos termos do § 1º do art. 32 do Decreto n. 10.024/2019.

**8.6.2** – Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens **8.6 e 8.6.1**, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**8.7** – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item **8.6.1**, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa. (Decreto n. 10.024/2019, art. 32, § 3º).

**8.8 – Do desempate:**

**8.8.1** – Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até **5% superior** à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

**a)** classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item **8.8.1**;

**b)** convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

**c)** não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

**8.17** – Não havendo êxito ou não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, a preferência estabelecida no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666, de 1993.

**8.18** – Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**8.19** – Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

**8.20** – Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.21** – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1** – Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação.

**9.2** – O pregoeiro encaminhará contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

**9.3** – Havendo negociação, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta negociada e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.

**9.4** – Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 9.3 o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n. 10.204/2019, e verificará a habilitação da licitante, conforme disposições do edital.

**9.5** – Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

**9.6** – O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

**9.7** – No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**9.7.1** – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

## **X – DA HABILITAÇÃO**

**10.1** – Os documentos para habilitação encontram-se listados a seguir e deverão ser encaminhados juntamente com a proposta:

**10.1.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

### **Habilitação jurídica**

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### **Regularidade fiscal e trabalhista**

- f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2 de



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**i)** prova de regularidade para com as Fazendas Estadual ou Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**j)** certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**k)** certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

**Qualificação técnica**

**l)** A licitante deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de sua capacidade técnica:

**l.1)** Certificado de cadastramento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, NT-19/04/99, referente aos serviços de manutenção de sistemas de prevenção contra incêndio e pânico;

**l.2)** Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional comprobatório(s) de que a empresa proponente tenha prestado ou esteja prestando satisfatoriamente, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, serviço de manutenção preventiva e corretiva da sala-cofre certificada ABNT NBR 15247 e NBR 60529, com uma configuração mínima de:

- i. Célula estanque com paredes ou painéis e portas corta-fogo;
- ii. Piso elevado;
- iii. Sistema de climatização de precisão;
- iv. Sistema de detecção e combate a incêndio com uso de gás inerte FM-200;
- v. Instalações elétricas (quadro de distribuição, tomadas e iluminação);
- vi. Cabeamento estruturado.

**l.3)** Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante (Pessoa Jurídica) tenha executado satisfatoriamente pelo menos 1 (um) teste de estanqueidade em sala cofre construída em conformidade com a norma ABNT NBR 15247 e NBR 60.529 IP67 ou norma similar nacional ou internacional;

**l.4)** deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica em destaque, no mínimo, as seguintes informações: (a) nome ou razão social, CNPJ e endereço completo do emitente; (b) descrição do escopo dos serviços prestados; (c) nome ou razão social da empresa que prestou o serviço ao emitente; (d) data de emissão do atestado ou da certidão; (e) assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto à empresa emitente);

**l.5)** a qualquer tempo, o CJF poderá fazer diligência a fim de esclarecer dúvidas relacionadas à documentação apresentada pela licitante.

**Qualificação econômico-financeira**

**m)** Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**m.1)** a certidão negativa de recuperação judicial é exigível por força do art. 31, inciso II, da Lei n. 8.666/1993, porém a certidão positiva não implica a imediata inabilitação, cabendo ao CJF realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira, mediante, inclusive, a apresentação do plano de



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida, nos termos do item **5.2.10, da cláusula V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP;**

**n)** Balanço patrimonial do último exercício social exigível na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, conforme tabelas constantes no Módulo III deste edital;

**o)** Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, conforme tabelas constantes no Módulo III deste edital;

**p)** Qualificação econômico-financeira válida no SICAF, conforme tabelas constantes no Módulo III deste edital;

**p.1)** Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para 12 (doze) meses da contratação (conforme Acórdão TCU 1.335/2010 – Plenário e Resp 182.370/AC – STJ), quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1, devendo a comprovação ser feita mediante balanço exigido na alínea “n”;

**p.2)** Os índices serão obtidos a partir das seguintes fórmulas:

a) LG – Liquidez Geral;

$$Liquidez\ Geral = \frac{Ativo\ Circulante + Ativo\ Não\ Circulante\ Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$$

b) LC – Liquidez Corrente;

$$Liquidez\ Corrente = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

c) SG – Solvência Geral;

$$Solvência\ Geral = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$$

**q)** Para maior esclarecimento da comprovação dos índices contábeis estabelecidos para qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar, preenchida e assinada pelo seu representante legal, a planilha do Módulo III deste Edital.

**q.1)** Para as organizações não sujeitas a registro em Juntas Comerciais, serão consideradas na forma da lei o Balanço Patrimonial apresentado por meio de cópia da escrituração contábil em formato digital ou não-digital.

**q.2)** As empresas com escrituração em formato digital deverão apresentar a impressão dos seguintes arquivos gerados pelo SPED Contábil da Receita Federal: (a) Termo de Autenticação (Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital-ECD gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED); (b) Termo de Abertura e Encerramento; (c) Balanço Patrimonial.

**q.3)** As empresas com escrituração em formato não-digital deverão apresentar as cópias do Balanço Patrimonial extraídos das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas pelo órgão de registro público competente da sede



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ou domicílio do licitante (Junta Comercial ou em outro órgão equivalente), em conjunto com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento, todos evidenciando a correta ordem sequencial de extração do Livro Diário.

**q.4)** A licitante que iniciou as atividades no exercício em que se realizar o certame poderá apresentar o Balanço Patrimonial por meio de cópias da escrituração em formato digital ou não digital na forma dos itens anteriores, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**q.5)** Nos termos do Acórdão TCU n. 119/2016 – Plenário, do Acórdão TCU n. 2.293/2018 – Plenário e da Instrução Normativa RFB n. 2.023/2021, consideram-se os seguintes marcos temporais para apresentação do Balanço Patrimonial do exercício social anterior (2020):

**q.5.1)** No caso de apresentação de escrituração digital cuja legislação autorize a comprovação de forma alternativa à autenticação da Junta Comercial nos livros não digitais: a partir de **1º de agosto**, podendo a empresa, neste caso, apresentar do ano de 2019;

**q.5.2)** Para demais entidades: a partir de **1º de maio**, sendo exigível, para a presente licitação, do ano de 2020.

**10.2 – Documentação complementar:**

- a) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), por meio do link [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);
- b) como condição para habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>), em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;
- c) as documentações indicadas nas alíneas "a" e "b" poderão ser substituídas pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**10.3 – Declarações exigidas:**

- a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 27, inciso V, da Lei n. 8.666/1993;
- b) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n. 8.666/1993.

**10.4 –** A documentação elencada no item **10.3** desta Cláusula deverá ser formalizada em campo próprio no sistema.

**10.5 –** As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas “a” a “k” do item **10.1**, para fins de habilitação da licitante cadastrada naquele sistema. Essas declarações somente serão válidas nas seguintes condições:

- a) se as informações relativas àqueles documentos estiverem disponíveis para consulta na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

b) se estiverem dentro dos respectivos prazos de validade.

**10.6** – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados no prazo de apresentação das propostas.

**10.7** – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o CJF diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 29 da IN n. 03/2018 – MPOG.

**10.8** – O descumprimento das exigências contidas nesta cláusula determinará a inabilitação da licitante.

**10.9** – As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

**10.9.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.9.1.1** – O prazo de que trata o subitem **10.9.1** poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

**10.9.2** – A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens **10.9.1** e **10.9.1.1** desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

**10.10** – Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

**10.11** – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

**10.12** – No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**10.12.1** – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.12, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**10.12.2** – Caso seja necessário o envio de documentos complementares, após o julgamento das propostas, quando imprescindíveis à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, a licitante deverá encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado no item **6.8 da cláusula VI** deste edital.

**10.12.3** – O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

**10.13** – Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

**10.14** – A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**10.15** – Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

## **XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO**

**11.1** – A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, elaborada nos moldes do Módulo II do edital, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na **Cláusula XV (Das Penalidades)** deste edital.

**11.1.1** – A critério do pregoeiro e por solicitação da licitante, o prazo determinado no item **11.1** poderá ser prorrogado.

**11.2** – Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

**11.3** – A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverá constar:

**11.3.1** – Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

**11.3.2** – O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

**11.3.3** – A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**11.3.4** – Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

## **XII – DOS RECURSOS**

**12.1** – Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico. Não havendo intenção registrada, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação em favor da licitante julgada vencedora.

**12.2** – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso.

**12.3** – O pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**12.4** – A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**12.5** – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.6** – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**12.7** – Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento para determinar a contratação.

## **XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** – A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos consignados ao Conselho da Justiça Federal no Orçamento Geral da União, Plano Orçamentário CTN – 192205, Natureza de Despesa 33.90.40.11.

**13.2** – A despesa com a execução do objeto desta licitação é **estimada em R\$ 969.366,18 (novecentos e sessenta e nove mil trezentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos)**, conforme pesquisa de mercado elaborada pela equipe de planejamento do MCTI (id. 0204617 do Processo Administrativo n. 0004108-15.2020.4.90.8000).

## **XIV – DO PAGAMENTO**

**14.1** – O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no **contrato e/ou termo**



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

de referência, após o atesto firmado pela fiscalização da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

**14.1.1** – As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas ao gestor pelos e-mails [protocolo@cjf.jus.br](mailto:protocolo@cjf.jus.br) e [sutec@cjf.jus.br](mailto:sutec@cjf.jus.br) ou outro a critério da Administração ou enviadas pelo sistema eletrônico ([sei.cjf.jus.br](http://sei.cjf.jus.br)) e encaminhadas para a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

## **XV – DAS PENALIDADES**

**15.1** – A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa compensatória:
  - b.1) 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;
  - b.2) 10%, calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do contrato;
- c) suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993.

**15.1.1** – As multas previstas nas alíneas “b.1” e “b.2” poderão cumular-se com as penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **15.1**, bem como as do item **15.2**, deste capítulo.

**15.1.2** – O CJF, para aplicação da penalidade prevista no item 15.1, adotará os critérios previstos nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993.

**15.2** – Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

**a) não assinar o contrato:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

**b) deixar de entregar documentação exigida para o certame:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

**c) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa:**



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

**d) ensejar o retardamento da execução do objeto:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

**e) não manter a proposta:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

**f) comportar-se de modo inidôneo:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

**g) cometer fraude fiscal:**

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses.

**15.3** – O CJF, para aplicação da penalidade prevista no item **15.2**, adotará os critérios previstos na Instrução Normativa n. 1, de 23 de novembro de 2020, da Presidência da República, publicada no DOU, em 24/11/2020 (n. 224, seção 1, p. 2).

**15.4** – A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do CJF decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

**15.5** – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da comunicação.

**15.6** – Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

**15.7** – As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta de contrato, anexa a este edital.

## **XVI – DA VISTORIA**

**16.1** – A Vistoria Técnica pelas Licitantes é opcional, e tem como objetivo dar ciência à empresa quanto aos seguintes itens:

- a) Locais onde deverão ser realizados os serviços contratados;
- b) Áreas destinadas à Contratada para execução dos serviços;
- c) Softwares, aplicativos e ferramentas auxiliares em utilização no momento da vistoria.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**16.2** – A Vistoria Técnica deverá ocorrer por horário marcado entre 14h e 18h, limitada a realização da vistoria a um interessado por vez, e será agendada junto à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI por meio do telefone (61) 3022-7403 ou e-mail: [sutec@cjf.jus.br](mailto:sutec@cjf.jus.br);

**16.3** – O agendamento de visita poderá ocorrer até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e horário de abertura do processo licitatório;

**16.4** – A Vistoria Técnica deverá ser realizada em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do processo licitatório.

**16.5** – A Vistoria Técnica deverá ser realizada por profissional especificamente designado pela LICITANTE, que deverá garantir todo o sigilo e reserva das informações internas do CJF.

**16.6** – O profissional deverá ser designado pelas Licitantes por procuração ou autorização da empresa, em papel timbrado, em que constem informações identificadoras como nome e CPF do autorizado e CNPJ do autorizador.

**16.7** – A procuração ou autorização deverá ser acompanhada de cópia do documento de identidade do profissional.

**16.8** – O profissional para iniciar a Vistoria, deverá assinar um Termo de Confidencialidade quanto às informações técnicas a serem repassadas pela equipe do Contratante, conforme modelo apresentado no ANEXO IV do Termo de Referência - Termo de Confidencialidade.

**16.9** – Caso não seja apresentada a documentação acima exigida, nenhuma informação será repassada à empresa, e não será emitido o ANEXO III do Termo de Referência - Termo de Vistoria.

**16.10** – A vistoria poderá ser realizada no(s) endereço(s) abaixo:

a) Conselho da Justiça Federal (CJF), no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES - Trecho III - Polo 8 - Lote 9 - CEP 70200-003 - Brasília/DF.

**16.11** – Tendo em vista a realização da vistoria ser facultativa, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

## **XVII – DA CONTRATAÇÃO E DO REAJUSTE**

**17.1** – Homologada a licitação, o CJF poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CJF, nos termos do § 1º do art. 6º do Decreto n. 8.539/2019, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e no art. 81 da Lei n. 8.666/1993.

**17.1.1** – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período,



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**17.2** – Impreterivelmente dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação, a licitante vencedora deverá requerer o cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CJF.

**17.3** – É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

**17.4** – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

**17.5** – O CJF poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

**17.6** – A critério do CJF, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

**17.7** – O reajuste será devido de acordo com as condições previstas na minuta de contrato, Módulo IV, deste edital.

## **XVIII – DA GARANTIA**

**18.1** – Para o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, será exigida garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, em uma das modalidades do art. 56, § 1º da Lei n. 8.666/1993, nos termos constantes da minuta contratual (Módulo IV).

**18.2** – Não serão aceitos instrumentos de garantia que contenham cláusulas conflitantes com dispositivos contratuais ou, até mesmo, que lhe restrinjam a cobertura ou a sua eficácia.

## **XIX - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1** – O objeto deste pregão será adjudicado pelo pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

## **XX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

**20.2** – Assegura-se a este Conselho o direito de:

**20.2.1** – Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/1993), fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

deveria constar originalmente da proposta.

**20.2.2** – Caso entenda necessário, com vistas à examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

**20.2.2.1** – A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**20.2.3** – Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 49, caput, da Lei n. 8.666/1993), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

**20.2.4** – Adiar a data da sessão pública.

**20.3** – O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

**20.4** – As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

**20.5** – O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

**20.6** – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

**20.7** – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**20.8** – Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao endereço constante no item **20.9**.

**20.9** – O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, na Seção de Licitações, localizada no 3º andar, sala 303, na sede do CJF, situada no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, CEP: 70.200-003, telefones 3022-7510 e 7511, nos dias úteis, de 13h às 18h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.cjf.jus.br](http://www.cjf.jus.br).

Brasília - DF, 25 de junho de 2021.

**Tamires Haniery de Souza Silva**  
Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MÓDULO I – TERMO DE REFERÊNCIA N. 0224336 E ANEXOS**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

**2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

O presente termo de referência tem por objetivo a contratação de empresa que possua capacitação técnica mínima para atender em plenitude as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, garantindo as tarefas e atividades necessárias para a continuidade das operações da Sala-cofre modular e seus subsistemas, englobando manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e suporte técnico para equipamentos pertencentes à solução de ambiente físico seguro e seus subsistemas, bem como a manutenção das certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 com o grau de proteção IP67, atribuídas ao ambiente em questão, contribuindo, em última análise, para a manutenção dos índices de disponibilidade requeridos pelos sistemas de informação do Conselho da Justiça Federal.

A Sala-cofre é certificada junto às normas da ABNT NBR 15247 e NBR 60529 com o grau de proteção IP67, por órgão certificador reconhecido e acreditado pelo INMETRO, devendo ser garantidas suas condições de certificação a qualquer tempo.

**3. FUNDAMENTAÇÃO DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1. Princípios e Diretrizes Legais**

O presente termo foi elaborado em conformidade com os seguintes ditames:

- Lei 8.666/93 e DL 200/67, como peça integrante e indissociável de um procedimento licitatório;
- Lei nº 10.520/02, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- Determinações do TCU, como do acórdão 315/2010 e 3729/2010, quanto à exigência de capacitação técnica por empresa certificada NBR e modalidade de licitação para ambientes do tipo Sala-Cofre;
- Resolução n.º 182/2013 CNJ, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação pelos órgãos do Poder Judiciário;
- Resolução n.º 279/2013-CJF, que dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- Instrução Normativa n.º 07/2018-ME, altera a IN n.º 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Portaria n. 62/2021 – CJF, que dispõe sobre as etapas do planejamento da contratação, para aquisição de bens e contratações de serviços sob o regime de execução indireta, no âmbito do Conselho da Justiça Federal.
- Necessidades da Organização, com vistas a viabilizar e garantir a disponibilidade dos recursos de infraestrutura tecnológica e da base atualmente instalada no que se refere aos sistemas nacionais e aos utilizados no CJF, atendendo assim as necessidades das áreas fim e meio do CJF.

### **3.2. Histórico, Necessidade, Problemas e Objetivos**

A construção de uma Sala-cofre para hospedar o Datacenter (CPD) do CJF foi objeto do contrato CJF nº 002/2010.

A solução adquirida agregou ao CJF a certificação de segurança mais importante neste segmento. A certificação de marca de segurança de acordo com a norma ABNT NBR 15247, conferida por órgão certificador reconhecido e acreditado pelo INMETRO, é hoje a mais ampla certificação e o mais alto nível de proteção de Sala-Cofre vigente no mercado mundial. Além do ensaio de resistência ao fogo da sala com teto bipartido, de acordo com as exigências da ABNT NBR 15247, agrega outros níveis de proteção não contemplados em outras certificações. É importante ressaltar a proteção contra inundação, norma ABNT NBR 60529, uma vez que o DATACENTER do CJF está localizado no subsolo.

A certificação é a prova de que o produto fabricado e instalado tem as mesmas características e qualidades do produto testado em laboratório, avaliado pela ABNT dentro de padrões e exigências internacionais, e que funcionará perfeitamente em caso de incêndio, alagamento ou outro tipo de ocorrência para a qual tenha sido testada. É a certeza de que cumprirá com sua função de proteção de hardware e dados em um caso fortuito ou um momento crítico.

O programa de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva nos sistemas de infraestrutura de uma Sala-Cofre tem como principal objetivo garantir a continuidade das operações, elevando a confiabilidade e integridade das informações. Este programa inclui desde a limpeza de leitos



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

aramados e dutos de ar, eventuais reparos e trocas de porta e painéis para garantia de estanqueidade do produto, vistorias e reparos de equipamentos e componentes elétricos, enfim, até a atualização do software de monitoramento remoto do ambiente objeto da contratação.

A empresa contratada deverá ser capaz de atender com qualidade todos os requisitos dos serviços de manutenção, de forma a assegurar a continuidade da certificação e consequente utilização da Marca de Segurança ABNT para este “Datacenter” e todos os seus componentes de infraestrutura.

Tendo em vista o iminente término da vigência do contrato de manutenção da sala-cofre N. 018/2016 em 10/10/2021 e o risco do órgão ficar desprovido desta assistência técnica especializada, faz-se necessário a adoção de medidas que garantam a continuidade dos serviços prestados. Logo, esse instrumento tem por finalidade a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico “on site”, 24x7, inclusive feriados.

Essa contratação envolverá a realização de manutenções preventivas, corretivas e evolutivas visando garantir a disponibilidade dos serviços de TI disponibilizados aos usuários.

### **3.3. Benefícios Pretendidos**

É de suma importância que a empresa contratada garanta a certificação adquirida quando da contratação da Sala Cofre (NBR 15247 e NBR 60529), devendo se responsabilizar pela manutenção de todos os subsistemas, todos os procedimentos e condições que ensejam a certificação da Sala.

Os novos projetos estratégicos da organização, combinados com os já existentes, tornaram a área de TI primordial e crítica para o atendimento das atividades fim da Instituição, de tal forma que, em casos de paralisações dos serviços de TI, praticamente todos os outros também serão interrompidos. No caso específico do CJF, até mesmo os Sistemas Nacionais que estão centralizados na infraestrutura do CJF, como o Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), base de dados CPF/CNPJ, Sistema de Agendamento de Videoconferências (SAE), Sistema de Alvará Eletrônico (SAE), Malote Digital da Justiça Federal, entre outros sistemas, ficariam inoperantes.

Por ser tratar de ambiente declaradamente crítico, de funcionamento contínuo e essencial para o CJF, justifica definição de margens de glosas e multas mais altas, com a perspectiva de possibilitar a garantia de sua funcionalidade e a execução dos procedimentos com a eficiência e eficácia necessárias para a sua estabilização.

Dessa forma, manutenções destinadas a prevenir e corrigir erros são imprescindíveis para garantir a disponibilidade dos serviços nacionais e internos, a integridade das informações e a estrutura desse ambiente de proteção.

### **3.4. Fundamentação da Modalidade Licitatória**

Com relação ao planejamento da organização, esta licitação insere-se como um projeto integrante de continuidade a diversas outras medidas que se possa dar curso à estratégia de



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

modernização de gestão da informação como delineado no Planejamento Estratégico de TI e do CJF.

Quanto à modalidade da licitação – Pregão -, os serviços demandados, especificamente relacionados ao objeto deste Termo, são rotinas de natureza comum na área de informática, onde os equipamentos são alocados em ambiente de segurança, definidos como contínuos, essenciais e obrigatórios a qualquer estrutura como o objeto da presente contratação, ou seja, de características tipicamente da área. Portanto, trata-se de atividades rotineiras e obrigatórias no ambiente de Tecnologia da Informação, comum a qualquer parque desta natureza.

Nesse sentido, a modalidade definida está embasada por decisões e recomendações do TCU, conforme pode ser entendido no Acórdão 1.114/2006 – Plenário, onde se destaca:

“[Relatório]20. .... O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto’

21. ‘(...)Bens e serviços com complexidade técnica, seja na sua definição ou na sua execução, também são passíveis de ser contratados por meio de pregão. O que se exige é que a técnica neles envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva no edital.’

Portanto, considerando a Lei 11.077/2004 e o Decreto 3.693/2000 admitirem o uso de Pregão para bens e serviços de informática, e que na licitação do tipo "menor preço", não interessa mais à Administração valorar a variação técnica das propostas que estejam acima dos requisitos mínimos aceitáveis e previamente fixados, permitindo considerar que todas as propostas qualificadas são tecnicamente equivalentes (mesmo valor para o adquirente), porque o excesso de qualidade técnica não é valorável, pois o edital fixará os requisitos aceitáveis para os critérios de prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade e especificação de desempenho, satisfazendo assim os critérios para sua definição e as recomendações do TCU que preconizam nesse sentido.

Com a finalidade de assegurar a conformidade com os parâmetros normativos vigentes e subsidiar o processo de contratação foram realizados estudos preliminares (Análise de Viabilidade – SEI n. 0203078, Plano de Sustentação – SEI n. 0203079, Estratégia da Contratação – SEI n. 0203081 e Análise de Riscos – SEI n. 0203082).

### **3.5. Alinhamento entre a Contratação e o PETI e PDTI do CJF**

Esta contratação está alinhada com o elemento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) descrito abaixo:

“Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal: Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas da informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de Tecnologia da Informação.”



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Esta contratação está alinhada com o elemento I13 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) denominado:

“Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico.”

#### 4. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O processo de contratação proposto atento às recomendações legais e normatizadoras para instituições públicas, e a modalidade de pregão é pacificada pelas decisões e recomendações do Tribunal de Contas da União.

A exigência de termos de capacitação técnica que comprovem ter a concorrente interessada prestado ou estar prestando serviços de manutenção deste tipo de solução demonstra que existe, por parte da instituição, a preocupação de manutenção das certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 obtidas no ato da aquisição do ambiente objeto desta contratação, condição esta essencial à garantia de adequabilidade deste ambiente quanto aos requisitos de segurança que nortearam sua aquisição, oferecendo ao CJF a proteção de seu patrimônio tecnológico no caso de ocorrências de casos fortuitos de desastres como alagamentos, incêndios, gases, etc., possibilitando o restabelecimento de suas atividades tão logo estabelecido os meios de tráfego e comunicação dos dados.

Foi considerada no presente termo a totalidade dos serviços existentes e necessários, estabelecendo os requisitos que caracterizam as soluções consistentes para o alcance dos objetivos motivadores da contratação, permitindo, de forma clara, obter os resultados e benefícios pretendidos.

Resumindo, a contratação proposta é viável para a organização, por atender os principais quesitos de contratação e com base nos seguintes princípios:

- **Eficácia.** A contratação define todos os prazos para execução dos serviços, tanto para as atividades corretivas quanto para as proativas, baseando-se em resultados e níveis de qualidade definidos;
- **Eficiência.** Os prazos previstos são definidos de acordo com a necessidade e capacidade de sustentação da organização, sendo factíveis e realizáveis desde que a contratada esteja provida de recursos profissionais especializados, capacitados e experientes na execução das atribuições demandadas.
- **Economicidade.** A definição dos resultados, vinculados aos Níveis de Serviço exigidos, proporcionará à Contratante obter resultados efetivos por custos justos, já que a especificação das atividades a serem realizadas dará às concorrentes igualdade de condições para provisionar o custo real da contratação;
- **Isonomia.** A definição prévia da totalidade dos serviços previstos e a expectativa mínima de execução no que concerne ao detalhamento das atividades, resultados esperados, níveis de qualidade aceitáveis e previsão de glosas, proporcionará a todos os concorrentes o



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

conhecimento prévio dos serviços exigidos, dando visibilidade ao processo e permitindo a livre concorrência de mercado;

· **Caracterização.** O modelo de prestação de serviços prevê que a contratada seja integralmente responsável pela gestão de seu pessoal em todos os aspectos, sendo vedado à equipe demandante, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência ou influência sobre a administração da contratada, ou comando direto sobre seus empregados.

· **Produtividade.** A garantia de funcionamento do ambiente objeto da contratação, assim como a manutenção de sua certificação, promoverá a certeza da obrigação de sustentabilidade do ambiente, que, associado aos demais serviços de suporte de infraestrutura, garantirá melhor a disponibilidade dos sistemas eletrônicos dos processos judiciais e administrativos.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para fins de execução do contrato, a CONTRATADA deverá atender os seguintes requisitos técnicos e especificações técnicas, além das detalhadas nos ANEXOS:

### 5.1. REQUISITOS INTERNOS FUNCIONAIS

A CONTRATADA deverá ter conhecimento e capacitação técnica para prestar os serviços abaixo relacionados:

5.1.1. Realizar manutenção preventiva programada, que se destina a prevenir indisponibilidades e/ou falhas dos componentes da solução de sala-cofre em suas instalações, subsistemas, seus periféricos e seus sistemas internos de controle do ambiente, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

5.1.2. Realizar manutenção corretiva, que compreende providências para reparar e corrigir os componentes da Solução de Sala-cofre em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos eventualmente apresentados.

5.1.3. Realizar a manutenção evolutiva dos softwares, fornecendo, instalando e configurando as novas versões e/ou releases e atualizações lançadas durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo CJF.

5.1.4. Realizar o monitoramento ativo e em tempo real dos principais parâmetros ambientais dos sistemas que compõe a Solução de sala-cofre, por meio da coleta, análise e monitoramento de métricas para a identificação e prevenção de falhas e para o acompanhamento de desempenho.

5.1.5. Garantir o funcionamento do ambiente com relação aos equipamentos instalados pela CONTRATADA, incluindo todos os serviços, configurações e fornecimento de peças, durante toda a vigência do contrato.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.1.6. Garantir a Certificação ABNT NBR 15247 e NBR 60529, com o grau de proteção IP67 atribuída a sala-cofre do CJF, conforme ANEXO COMPLEMENTO II, respeitando todos os procedimentos e modelos definidos pela norma.

5.1.6.1. A perda de certificação ABNT NBR 15.247 atribuída à sala cofre do Contratante, por qualquer motivo atribuído à Contratada, ensejará a aplicação das Sanções previstas neste Termo de Referência.

5.1.7. Executar, durante o período de vigência do contrato, o monitoramento, operação e suporte da infraestrutura da solução, para as seguintes atividades:

- a) Parametrização, operação e auditoria técnica do ambiente;
- b) Manutenção e suporte a todo o ambiente de software da solução, requerendo a realização de estudos comparativos, testes e homologação de configurações;
- c) Fornecer chip para envio de SMS, compatível com o módulo SMS da sala-cofre, incluindo os custos mensais de manutenção do serviço;
- d) Operacionalização de soluções de aperfeiçoamento de funcionalidade, disponibilidade e configuração dos produtos da solução;
- e) Execução de procedimentos operacionais da solução e de instalação dos componentes em conformidade com as documentações existentes e as boas práticas de mercado;
- f) Suporte, configuração, customização, parametrização e implantação de softwares de apoio, tais como: controles de umidade, temperatura, acesso físico e lógico, e outros, visando manter a disponibilidade e o desempenho dos subsistemas;
- g) Detecção, análise e resolução dos problemas de funcionalidade, configuração e parametrização;
- h) Análise de registros (logs) dos equipamentos, ferramentas e softwares envolvidos na solução, com anotações em ferramentas apropriadas e geração de relatórios de desempenho.
- i) Registro, em livros ou aplicações apropriadas, de todas as ocorrências de falhas identificadas, correções, intervenções, manutenções e instalações a que cada serviço for submetido;
- j) Geração de relatórios de ocorrências para todas as falhas de serviços classificados pela CONTRATANTE como críticos, com informações de causa e efeito, providências e correções aplicadas e recomendações sobre as lições aprendidas;

5.1.8. A CONTRATADA deverá operar ininterruptamente a solução do Sistema de Monitoramento Remoto existente na sala-cofre da CONTRATANTE, acionando a equipe de manutenção corretiva sobre qualquer incidente detectado, a qualquer momento da ocorrência, sem qualquer custo adicional.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.1.9. O monitoramento ativo e em tempo real deverá abranger, no mínimo os seguintes itens:

- a) Tensões e Correntes dos Quadros elétricos;
- b) Climatizadores: Ligado / Desligado / Defeito;
- c) Temperatura;
- d) Umidade Relativa do Ar;
- e) Ponto de Orvalho;
- f) Sistema de Refrigeração;
- g) Detector de Fumaça;
- h) Sensoriamento de Alagamento;
- i) Alarme de Incêndio;
- j) Porta da Sala Cofre: Aberta / Fechada;
- k) Serviço de CFTV existente da Sala Cofre;
- l) Verificação de logs de eventos.

5.1.10. A CONTRATANTE proverá à CONTRATADA o acesso ao Sistema de Monitoramento existente e às imagens de CFTV da Sala Cofre. O acesso poderá ser por meio de VPN Site-to-Site ou link dedicado, fornecido sem custos adicionais à CONTRATANTE.

5.1.11. Atender especificamente as seguintes atividades da sala-cofre e seus sistemas componentes por técnico especializado com supervisão do CONTRATANTE:

**a) CÉLULA SALA-COFRE**

**a) PORTAS**

- i. Inspecionar, verificar e trocar os elementos desgastados das vedações, dobradiças, fechaduras, molas de tensão do fechamento automático e cabos flexíveis.
- ii. Verificar e testar os eletroímãs e o microswitch, efetuando as correções necessárias para o perfeito funcionamento deles.
- iii. Verificar e regular o alinhamento da porta e posicionamento da soleira para garantir o correto funcionamento do fechamento das portas.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**b) BLINDAGENS**

- i. Inspecionar e reparar todas as blindagens para cabos de energia, voz, dados e tubulações.
- ii. Inspecionar e reparar as cunhas de aperto.
- iii. Providenciar abertura e fechamento das blindagens para inclusão de novos cabos e tubulações conforme demanda do CONTRATANTE.

**c) ILUMINAÇÃO**

- i. Verificar e testar as funções de fechamento automático da porta, alarmes, luzes, luzes de emergência e leds de sinalização.
- ii. Fazer verificação completa das luzes e, em especial, luzes de emergência com substituição de lâmpadas e reatores no ambiente quando necessário.

**d) PAINÉIS**

- i. Fazer a verificação completa da integridade dos painéis, dos elementos de vedação das juntas e dos perfis de acabamento.
- ii. Fazer retoques de pinturas e limpeza não abrasiva quando necessário.
- iii. Inspeção e avaliação geral dos elementos de estanqueidade da Sala-cofre contra fogo, água, umidade, gases corrosivos, campos magnéticos e radiação.

**e) PISO ELEVADO**

- i. Nivelamento: verificação e correção do alinhamento e nivelamento das placas do piso elevado e inspeção dos pedestais e cruzetas.
- ii. Carregamento: reavaliação de cargas e reforço de pontos onde novos equipamentos tenham sido instalados ou remanejados.
- iii. Placas do Piso: substituição eventual de placas danificadas e remanejamento ou troca de placas para adequação às novas disposições dos equipamentos e ao adequado condicionamento do ar ambiente.
- iv. Leitos Aramados: verificação e correção do alinhamento e do torque dos elementos de fixação. Inclusão de leitos e/ou alteração de rota para atender novos equipamentos ou remanejamento dos atuais.

**b) SISTEMA ELÉTRICO**

- a) Quadros de Distribuição de Energia:



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- i. Verificação da corrente e tensão de alimentação por fase.
  - ii. Reaperto geral dos componentes do quadro (régua de bornes, barramento, terminais e disjuntores).
  - iii. Verificação e reparo ou substituição de disjuntores, bornes, canaletas, armários e fechos do painel.
  - iv. Medição e balanceamento de cargas entre as fases.
  - v. Limpeza geral.
- b) Aterramento:
- i. Medição e avaliação da resistência,
  - ii. Verificação e reparo da malha, das conexões na estrutura e no piso e do aterramento dos equipamentos.
- c) Pontos de Energia:
- i. Verificação das tomadas dos equipamentos, fixação e aperto de suportes.
  - ii. Instalação e mudança de pontos de energia, de acordo com a solicitação e aprovação da CONTRATANTE.
  - iii. Serviço de Inspeção das Instalações Elétricas para a Sala-cofre, incluindo a Subestação de entrada de energia, painéis de distribuição internos às salas cofre, painéis de distribuição, aterramento. Estas inspeções terão frequência mensal e visam verificar se as orientações técnicas estão sendo implementadas, bem como a qualidade e a observância de Normas Brasileiras pertinentes a instalações.
  - iv. Emitir Relatório Técnico de Visita após cada visita.

**c) SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO**

- a) Condensador/Compressor:
- i. Inspeção com verificação e correção do nível de óleo e vazamentos dos compressores.
  - ii. Acompanhamento da capacidade de carregamento (pressão de entrada e saída).
  - iii. Calibração e funcionalidade dos pressostatos e termostatos.
  - iv. Verificação da tensão e corrente de alimentação do compressor e do ventilador.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- v. Substituição dos compressores em caso de necessidade.
- vi. Limpeza geral dos equipamentos.
- b) Circuito Frigorífico:
  - i. Inspeção e substituição dos filtros.
  - ii. Inspeção das válvulas e verificação da estanqueidade da tubulação.
  - iii. Recarga de gás refrigerante.
  - iv. Avaliação e substituição dos isolamentos térmicos.
  - v. Avaliação e aperto de suportes e fixações.
- c) Evaporador:
  - i. Verificação e troca de filtros de ar.
- d) Quadro de comando:
  - i. Teste dos pontos de ajustes (set point) de temperatura e umidade e de intertravamento de alarmes.
  - ii. Medição e correção da temperatura e umidade de diversos pontos da Sala-cofre.
  - iii. Efetuar balanceamento térmico do ambiente.
  - iv. Emitir Relatório Técnico de Visita após cada visita.
- d) SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO**
  - a) Detecção precoce de incêndio:
    - i. Verificar os parâmetros de configuração e de alarmes.
    - ii. Inspecionar e trocar filtros de ar.
    - iii. Inspecionar tubulações, orifícios, suportes e campainhas de alarmes.
  - b) Detecção Convencional:
    - i. Inspeção e testes de funcionalidade e integridade.
    - ii. Medição da tensão das baterias.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

iii. Inspeção da continuidade dos laços e a sinalização no painel de comando.

iv. Testes de funcionalidade.

c) Gás FM200:

i. Testes sem descarga, alarmes, intertravamento, configurações e manutenção das tubulações e recipientes.

ii. Recarga de gás com Certificação de Qualidade.

iii. Recarga em caso de insuficiência do gás.

**e) SISTEMA DE MONITORAMENTO**

a) Dispositivos:

i. Verificação da parametrização dos sensores.

ii. Testes de intertravamento.

iii. Inspeção do sistema de alarmes e comunicação, conectores de interligação e painéis de controle.

iv. Avaliar e corrigir comunicação via TCP/IP.

b) Relatório de “Log”:

i. Avaliação contínua dos eventos e ações pertinentes.

**f) CFTV E CONTROLE DE ACESSO BIOMÉTRICO**

a) Sistema de Acesso:

i. Customização do software.

ii. Verificação da configuração e teste dos leitores biométricos e de proximidade.

b) CFTV:

i. Inspeção geral.

ii. Checagem da funcionalidade e integridade dos monitores de imagem, das câmeras, cabos e dos equipamentos de gravação.

c) Limpeza das lentes e reaperto dos suportes das câmeras.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**g) “AS BUILT” DINÂMICO**

- a) Atualização das plantas do layout de distribuição dos equipamentos dentro da Sala-cofre, bem como do quadro unifilar de energia, de acordo com as mudanças no ambiente.
- b) Comparar a distribuição de equipamentos com a configuração da última planta, comparar e registrar mudanças no mobiliário (racks), no piso elevado, no leito aramado, nas tubulações de detecção e combate de incêndio.
- c) Registro das mudanças no piso elevado, no leito aramado, na configuração do ar-condicionado, nas tubulações de detecção e combate de incêndio.

**h) TESTE DE ESTANQUEIDADE**

- a) A CONTRATADA deverá realizar em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, teste de estanqueidade da sala-cofre, seguindo estritamente o que preconiza a norma NBR 15.247.
- b) A CONTRATADA deverá providenciar em até 2 (dois) dias, a partir da realização do teste de estanqueidade, a devida correção de quaisquer vazamentos ou problemas que esse teste vier a acusar, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- c) A CONTRATADA deverá realizar anualmente novo teste de estanqueidade da sala-cofre, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**i) LIMPEZA**

- a) Piso de fundo, Piso elevado, Leito Aramado e Cabos: limpeza a seco e aspiração de pó.
- b) Portas, Elementos Laterais e de Teto, Luminária e Móveis: aspiração de pó, limpeza com pano úmido e produto químico não abrasivo.

**j) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO DOS SUBSISTEMAS E DA OPERAÇÃO DA SALA COFRE**

- a) Fornecer repasse de conhecimento do funcionamento da Sala-Cofre e de seus diversos componentes de infraestrutura, simulações de emergências e manobras, detalhando os procedimentos de acionamento da equipe de manutenções corretivas. Como referência, sugere-se que seja abordado o seguinte conteúdo para o repasse:

**i. Módulo 1: Infraestrutura da Sala-Cofre**

- Características, estanqueidade e cuidados gerais da Sala-Cofre
- Capacidade de cabos e procedimento de solicitação para abertura de caixa de passagem
- Abertura e cuidados com a porta



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- Procedimentos de emergência
- ii. Módulo 2: Sistemas Elétricos do Data Center
  - Quadros Elétricos
- iii. Módulo 3: Sistemas de Climatização
  - Equipamentos de Climatização de Precisão: função e características
  - Reconhecimento dos diversos tipos de alarme
  - Primeiro combate ao alarme do sistema.
- iv. Módulo 4: Prevenção, Detecção e Combate à Incêndios
  - Cuidados gerais para prevenção de incêndio em Data Centers
  - Sistema de Detecção Convencional e Precoce
  - Verificação visual
  - O Sistema de Combate via gás: funcionamento e cuidados
- v. Módulo 5: Monitoramento e Controle de Acesso
  - Cadastramento e gerenciamento do acesso de pessoas ao Data Center
  - Acesso emergencial
  - O Netwatch e suas características de monitoramento
- c) O repasse poderá ser feito em plataforma à distância, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

**k) AUDITORIA DE SEGURANÇA FÍSICA**

- a) Analisar novos riscos e vulnerabilidades nas áreas periféricas à Sala-Cofre.
- b) Elaborar relatórios de recomendações das providências a serem tomadas para elevar o nível de segurança física do ambiente de TI.

**l) FREQUÊNCIA DAS INSPEÇÕES À SALA-COFRE**

- a) As visitas para manutenção e suporte da Sala Cofre deverão ser realizadas, no mínimo, mensalmente para a execução das inspeções listadas na Tabela de Frequência das Inspeções.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

b) As inspeções devem ser distribuídas igualmente ao longo do ano levando em consideração a quantidade de visitas especificadas na Tabela de Frequência das Inspeções contidas no ANEXO II – Tabela de Frequência das Inspeções.

c) Os serviços detalhados na Tabela de Frequência das Inspeções são contemplados como manutenções preventivas com substituição de componentes.

## **5.2. REQUISITOS INTERNOS NÃO FUNCIONAIS.**

5.2.1 A CONTRATADA deverá atender às definições, premissas técnicas e recomendações da Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF para execução dos procedimentos abaixo relacionados, observando:

a) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da Contratante, observando sempre os critérios de qualidade.

b) Disponibilizar no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato relação de contatos (número telefônico ou e-mail ou outro canal), com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, para fins de abertura de chamados técnicos, assim como para acompanhamento da solução de problemas.

c) Disponibilizar os serviços de manutenção durante os 07 (sete) dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, executando-os sempre que aberto um chamado técnico pelo CONTRATANTE.

d) A CONTRATADA, independentemente do fato de ser ou não fabricante dos equipamentos fornecidos, sem ônus para o CONTRATANTE, deverá efetuar a substituição nos prazos máximos determinados neste Termo de Referência de equipamentos ou componentes defeituosos por novos, de primeiro uso, com características idênticas ou superiores aos instalados.

e) A execução das atividades de suporte deverá ser realizada na sede do CONTRATANTE, situada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES - Trecho III - Pólo 8 - Lote 9 - CEP 70200-003 - Brasília/DF.

f) As atividades de suporte evolutivas e proativas, assim como as programadas, deverão ser realizadas prioritariamente fora do expediente normal da organização, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, ou seja, durante as madrugadas ou em finais de semana e feriados.

g) Para atividades que não possuam rotinas e processos proativos normatizados, deverão ser analisadas junto com a CONTRATANTE as melhores maneiras de ativação dos serviços, executando, após autorização, as implantações necessárias e os processos de controle até que a solução esteja totalmente funcional.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- h) Repassar à equipe técnica da CONTRATANTE toda a documentação técnica e/ou relatórios de execução referentes aos novos serviços implantados ou modificados.
- i) Apresentar, juntamente com o faturamento mensal, relatórios das atividades realizadas pela CONTRATADA, que deverão vir acompanhados de resumo dos relatórios de atendimento tomando por base o modelo do ANEXO I, demonstrando os resultados promovidos pelos serviços executados.
- j) Incluir nos projetos e/ou propostas proativas as especificações dos equipamentos, dos cabos e de todos os materiais e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da solução, os quais deverão satisfazer os requisitos mínimos definidos nos processos de padronização da CONTRATANTE.
- k) Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do ambiente em produção, exceto as predeterminadas com a equipe da CONTRATANTE. Do mesmo modo, deverão ser observadas as rotinas internas da Organização, cujo andamento em hipótese nenhuma deverá ser prejudicado em razão de quaisquer das atividades acima mencionadas.
- l) Testar todos os serviços depois de concluídos, na presença da área demandante e/ou da fiscalização da CONTRATANTE, ficando sua aceitação final dependente das características do desempenho apresentado.
- m) Acompanhar diariamente a qualidade e os Níveis de Serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo.

### **5.3. REQUISITOS EXTERNOS**

#### **5.3.1. São requisitos exigidos da CONTRATADA com relação ao PADRÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS:**

- a) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste processo de contratação, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.
- b) Manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram sua contratação.
- c) Fiscalizar regularmente os seus recursos técnicos designados para a prestação dos serviços verificando as condições em que as atividades estão sendo realizadas.
- d) Refazer, no mesmo prazo da solicitação original, qualquer serviço que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no custo contratado, independentemente das penalidades previstas nas Ordens de Serviços e Níveis de Qualidade fixados.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- e) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e com as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade.
- f) Atender prontamente as solicitações da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- g) Executar os serviços descritos no contrato nos prazos máximos determinados neste Termo de Referência.

5.3.2. Requisitos com relação à POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- a) A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pela CONTRATANTE.
- b) Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- c) Promover o afastamento imediato de qualquer dos seus empregados que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbem a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE.
- d) Responsabilizarem-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer.
- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- f) Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE.
- g) Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pela CONTRATANTE e às configurações de hardware e de softwares decorrentes.
- h) Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos da solução.
- i) A CONTRATADA deverá concordar e assinar o Termo de Confidencialidade, durante a reunião inicial, conforme especificado no **ANEXO IV**;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- j) Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, seja fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa da CONTRATANTE.
- k) Executar todos os testes de segurança necessários e definidos na legislação pertinente.
- l) Submeter seus empregados aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pela CONTRATANTE, durante o tempo de permanência nas suas dependências.

5.3.3. Requisitos com relação à POLÍTICA DE CONTROLE DE ACESSO

- a) Obrigar-se a utilizar e disponibilizar à CONTRATANTE o acesso a ferramentas de gerência que possibilitem o acompanhamento local e pelo acesso web do estágio dos serviços descritos e encaminhados nas Ordens de Serviços e/ou chamados.
- b) Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, observando e cumprindo as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho.

5.3.4. Requisitos de aperfeiçoamento do processo de METODOLOGIA E PADRONIZAÇÃO

- a) Depois de concluída a manutenção de qualquer equipamento, registrar detalhadamente em relatório próprio todos os procedimentos adotados para a solução dos problemas encontrados, onde constem informações referentes às substituições de peças, identificação do chamado, data e hora do chamado, início e término do atendimento, e fornecer o registro ao CJF.
- b) Elaborar documentos, relatórios gerenciais e outros, referentes ao acompanhamento da execução das Ordens de Serviços.
- c) Realizar os serviços de modo que não prejudiquem o andamento normal das atividades da CONTRATANTE em horário de seu expediente normal.
- d) A CONTRATADA deverá considerar o horário de 07 horas às 20 horas como de horário normal de expediente, para os dias úteis.
- e) Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente das tarefas demandadas, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da CONTRATANTE.
- f) Comunicar às unidades da CONTRATANTE responsáveis pela fiscalização do contrato, por escrito, qualquer anormalidade, tanto operacional quanto administrativa, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido.
- g) Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica, pertinentes à execução dos serviços, que venham porventura a ser solicitado pela CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- h) Colocar seu corpo técnico à disposição da CONTRATANTE para orientação quanto à execução dos serviços, sempre que solicitado.
- i) Promover a transferência de conhecimento para os técnicos indicados pelo demandante, de forma a permitir a completa gerência, operação, monitoramento e otimização da solução, de modo a minimizar a dependência técnica com a empresa contratada nos casos de interrupção, transição ou encerramento do contrato.
- j) Formalizar o encerramento dos serviços, com documentação, procedimentos e termos de entrega.
- k) Acatar as determinações feitas pela fiscalização da CONTRATANTE no que tange ao cumprimento do objeto deste Contrato.
- l) Prestar, de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado.

5.3.5. Requisitos de **NORMAS GERAIS**

- a) A CONTRATADA fica terminantemente proibida de utilizar qualquer servidor da CONTRATANTE na execução dos serviços contratados, nos termos do que estabelece o Art. 9º. Inciso III, da Lei nº 8.666/93, sob pena de imediata rescisão contratual.
- b) No prazo de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, a Contratada deverá indicar um Responsável Técnico com especialidade em gerência de projetos, doravante denominado de **PREPOSTO**, que deverá assumir, pessoal e diretamente, a gestão administrativa do contrato podendo acumular também a coordenação e a execução dos serviços técnicos.
- c) O PREPOSTO deverá assegurar que as determinações do Contratante sejam disseminadas junto à CONTRATADA com vistas à alocação dos profissionais necessários para execução das Ordens de Serviços.
- d) O PREPOSTO deverá acompanhar e manter-se atualizado quanto aos chamados técnicos de suporte e às manutenções corretivas.
- e) O PREPOSTO deverá atender às instruções do Contratante quanto à execução e aos horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências do CJF.
- f) O PREPOSTO deverá apresentar seus recursos técnicos com pontualidade, de acordo com os horários fixados pelo Contratante, para fins de execução dos serviços contratados.
- g) O PREPOSTO deverá responsabilizar-se pela limpeza e conservação dos ambientes onde desempenhe seus serviços.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- h) A Contratada deverá responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio do Contratante, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado.
- i) A Contratada deverá manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação.
- j) A Contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à perfeita instalação, execução e funcionamento de suas atividades.
- k) A Contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao CJF ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da entrega dos insumos pelo Contratante.
- l) A Contratada deverá cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.
- m) A Contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e PREPOSTO, quando nas dependências do CJF, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- k) A Contratada assumirá, sem que haja responsabilização do Contratante, todos os encargos, tributos e multas, devendo:
- i. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como mão de obra, ferramentas, equipamentos, taxas, emolumentos, encargos sociais.
  - ii. Arcar com as despesas de retirada, deslocamento e reinstalação de componentes a serem mantidos ou substituídos.
  - iii. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus recursos técnicos, inclusive com as glosas previstas, quando da execução dos serviços especificados nas Ordens de Serviços.
  - iv. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do Contratante.
  - v. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
  - vi. Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

vii. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração do Contratante a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Contratante.

viii. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionada com a execução do objeto deste contrato.

ix. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes de ações judiciais que o Contratante for compelida a responder por força desta contratação.

#### **5.4. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

5.4.1 Todas as requisições de execução de serviço serão formalizadas pelo Contratante à Contratada por meio de Ordem de Serviço.

5.4.2 Para todos os efeitos, serão considerados como “Ordem de Serviço” todos os chamados de suporte corretivo, abertos manualmente ou automaticamente pelo serviço de monitoramento proativo, solicitações de serviços, aprovações de cronogramas de atividades e pedidos encaminhados por e-mail, contato telefônico ou outros meios acordados entre as partes.

5.4.3 No caso de Ordens de Serviço abertas por meio de chamadas telefônicas ou e-mail, a Contratada deverá fornecer um número de identificação do pedido, e os prazos de atendimento definidos neste Termo de Referência terão início a partir do registro da solicitação por telefone ou do recebimento do e-mail.

5.4.4 Os demais formatos de solicitação deverão estar assinados pelo Contratante e obter o visto ou comprovante de entrega da Contratada.

5.4.5 As manutenções preventivas programadas deverão ser realizadas, no mínimo, mensalmente para a execução das inspeções listadas no ANEXO II - Tabela de Frequência das Inspeções, criando um cronograma de análise a ser aprovado pela área responsável.

5.4.6 No caso de alterações do cronograma, deverá ser observado o mesmo procedimento definido anteriormente.

5.4.7 Para a manutenção corretiva, o modelo de execução deverá ser por Chamado de Suporte Técnico, acionando diretamente a Contratada, a ser realizado automaticamente ou pela área responsável quando detectada a falha ou erro. O chamado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- i. Data e horário de abertura do chamado.
- ii. Descrição do erro ou falha relatada ou detectada.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

iii. Classificação do impacto do erro na execução dos serviços, obedecendo às definições contidas no item Níveis Mínimos de Serviço deste Termo de Referência;

5.4.8 O fechamento do chamado será condicionado à prestação das seguintes informações pela contratada:

- i. Resultado da análise de impacto ou de riscos sobre o ambiente.
- ii. Correção aplicada.
- iii. Recomendações para evitar a repetição da falha.

5.4.9 Os chamados de suporte técnico encaminhados por e-mail deverão atender os mesmos critérios do item anterior e poderão ser abertos pelo Contratante quando as especificações dos problemas, falhas ou dúvidas requererem maior detalhamento e/ou arquivos anexos que fundamentem a solicitação, para análise e estudo da Contratada.

5.4.10 Todos os chamados deverão ser atendidos dentro do prazo especificado no presente termo.

5.4.11 No prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a Contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento e suporte para ligações gratuitas, modelo 0800, ou por telefone com DDD de Brasília-DF, a quem caberá registrar e fornecer o número do chamado ou pedido no primeiro contato técnico.

5.4.12 Para a manutenção evolutiva dos softwares a Contratada deverá efetuar todos os testes de adequação do ambiente contratado antes de efetivar a recomendação de aplicação ou não, devendo proceder da seguinte forma:

- i. Providenciar os novos licenciamentos se for o caso, em nome do CJF e encaminhá-los para o Contratante.
- ii. Efetuar análise das alterações em comparação com a versão atual que estiver instalada.
- iii. Fazer, em ambiente próprio, não sendo admitidos no ambiente contratado do CJF, todos os testes de compatibilidade.
- iv. Emitir relatório de análise e testes e de recomendações de aplicações para que seja aprovado pela área responsável.
- v. Efetuar a instalação das versões propostas após autorização, de acordo com o cronograma definido pela Contratante.
- vi. Respeitar os prazos definidos neste termo para essa atividade.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.4.13 No que tange às Certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 do ambiente contratado, a contratada deverá propor um cronograma de testes e garantia das certificações, assim como de visitas dos órgãos certificadores quando for o caso.

5.4.14 A cada 6 (seis) meses da data de assinatura do contrato, ou termo aditivo quando for o caso, a Contratada deverá fazer um diagnóstico de utilização do ambiente, emitindo parecer da situação existente, caracterizando as condições de uso e capacidade disponível para novas instalações.

5.4.15 Emitir o relatório de análise e proposições de melhorias para análise da Contratante.

5.4.16 Executar, após autorização da Contratante, as melhorias propostas.

5.4.17 Os chamados e/ou pedidos de serviços deverão ser analisados pela Contratada e encaminhados à área responsável do Contratante quando necessitarem de aprovação para execução ou quando não atenderem aos seus requisitos de competência contratados.

5.4.18 A Contratada providenciará remessa tempestiva, via e-mail, ao Contratante informando cada abertura e fechamento do suporte efetuado por força da presente contratação.

5.4.19 Ao receber a devolução da Ordem de Serviço da Contratada, deverá o demandante validar se foram executados corretamente os serviços descritos e se foram alcançados os resultados esperados.

5.4.20 A Contratada não poderá se negar ou deixar de executar nenhuma Ordem de Serviço demandada cujo teor esteja previsto no Contrato.

5.4.21 Caso a Contratada não consiga executar a Ordem de Serviço conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal ou gestor por escrito e com antecedência em relação ao prazo de conclusão, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

5.4.22 Para adequação dos serviços ou da qualidade de prestação dos mesmos, poderão ser acordados entre o Contratante e Contratada, procedimentos que deverão ser documentados e assinados entre as partes, permitindo assim novo direcionamento quanto àquelas atividades.

## **6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

6.1 O recebimento do objeto contratual dar-se-á por intermédio de Atesto Mensal em termo circunstanciado, que será lavrado pelo(a) gestor(a) do contrato em até 05 (cinco) dias após o recebimento da fatura e demais documentos entregues pela empresa.

6.2 Os serviços prestados em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a refazê-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

6.3 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

## 7. PAGAMENTO

7.1 Os serviços ora contratados serão cobrados por meio de notas fiscais, devendo ser emitidos obrigatoriamente pelo CNPJ que conste no contrato.

7.2 As notas fiscais e os documentos exigidos fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues eletronicamente, por meio dos endereços de e-mail: protocolo@cjf.jus.br e sutec@cjf.jus.br ou envio eletrônico pelo Sistema Eletrônico do CJF, mediante cadastro prévio.

7.3 No corpo das notas fiscais, faturas ou boletos deverá ser especificado o serviço prestado, a parcela a que se refere e o período faturado no formato dia/mês/ano.

7.4 A data de início de cobrança dos serviços deverá observar a data de assinatura do contrato, sendo a que a primeira fatura corresponderá à prestação de serviços desde a assinatura até o último dia do respectivo mês, de forma pro rata.

7.5 As demais faturas deverão abranger o período do primeiro ao último dia do mês.

7.6 Os valores a serem faturados concernentes aos serviços objeto desta contratação estarão sujeitos à descontos (glosas) nas situações de descumprimento das metas estabelecidas para os indicadores elencados no Níveis Mínimos de Serviço (NMS).

7.7 As notas fiscais deverão consignar, concomitantemente ao período considerado, os descontos proporcionais relativos ao desempenho da Contratada no que diz respeito ao atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS), e serão acompanhadas das respectivas memórias de cálculo dos descontos lançados.

7.8 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, correspondente aos serviços efetivamente executados e aceitos definitivamente, e já aplicados os devidos descontos e glosas, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

7.9 A contratada deverá encaminhar ao Gestor do Contrato os relatórios referentes à prestação dos serviços prestados mensalmente e, no prazo de 10 (dez) dias contados do envio dos documentos, o Gestor do Contrato deverá analisar a documentação enviada e autorizar a emissão das notas fiscais.

7.10 O atesto do gestor do contrato ocorrerá em até 5 (cinco) dias contados do recebimento das notas fiscais, que será encaminhada à área financeira para pagamento nos seguintes prazos:

- a. 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata a Lei n. 8.666/1993, art. 24, inciso II, neste caso o prazo para atesto será de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

b. 10 (dez) dias úteis contados do atesto nos demais casos.

7.11 No caso de discordância das glosas aplicadas na nota fiscal, a Contratada posteriormente deverá apresentar o recurso que será analisado pela Área Administrativa.

7.12 Se a decisão da Administração for favorável ao recurso da Contratada, a mesma emitirá fatura de cobrança adicional, para que seja efetuado o pagamento referente ao custo glosado.

7.13 Ao Contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e seus anexos.

7.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada.

7.15 O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

7.16 O Contratante exigirá da Contratada, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à nota fiscal, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal, Estadual e Municipal e a Justiça do Trabalho.

7.17 Caso a Contratada goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa n. 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa n. 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal.

7.17.1 Após apresentada a referida comprovação, a Contratada ficará responsável por comunicar ao Contratante qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do ajuste.

7.18 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, haverá incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização. Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

7.19 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela Contratada, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

## 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 São considerados requisitos obrigatórios para concorrer à prestação dos serviços propostos no presente Termo:

- a. Comprovar, no momento de habilitação, ter atendido aos requisitos de habilitação exigidos para participação do pregão.

8.2 A Vistoria Técnica pelas Licitantes é opcional, e tem como objetivo dar ciência à empresa quanto aos seguintes itens:

- a. Locais onde deverão ser realizados os serviços contratados;
- b. Áreas destinadas à Contratada para execução dos serviços;
- c. Softwares, aplicativos e ferramentas auxiliares em utilização no momento da vistoria.

8.2.1 A Vistoria Técnica deverá ocorrer por horário marcado entre 14h e 18h, limitada a realização da vistoria a um interessado por vez, e será agendada junto à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI por meio do telefone (61) 3022-7403 ou e-mail: [sutec@cjf.jus.br](mailto:sutec@cjf.jus.br);

8.2.2 O agendamento de visita poderá ocorrer até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e horário de abertura do processo licitatório;

8.2.3 A Vistoria Técnica deverá ser realizada em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do processo licitatório.

8.2.4 A Vistoria Técnica deverá ser realizada por profissional especificamente designado pela LICITANTE, que deverá garantir todo o sigilo e reserva das informações internas do CJF.

8.2.5 O profissional deverá ser designado pelas Licitantes por procuração ou autorização da empresa, em papel timbrado, em que constem informações identificadoras como nome e CPF do autorizado e CNPJ do autorizador.

8.2.6 A procuração ou autorização deverá ser acompanhada de cópia do documento de identidade do profissional.

8.2.7 O profissional para iniciar a Vistoria, deverá assinar um Termo de Confidencialidade quanto às informações técnicas a serem repassadas pela equipe do Contratante, conforme modelo apresentado no ANEXO IV - Termo de Confidencialidade.

8.2.8 Caso não seja apresentada a documentação acima exigida, nenhuma informação será repassada à empresa, e não será emitido o ANEXO III - Termo de Vistoria.

8.2.9 A vistoria poderá ser realizada no(s) endereço(s) abaixo:

- a) Conselho da Justiça Federal (CJF), no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES - Trecho III - Pólo 8 - Lote 9 - CEP 70200-003 - Brasília/DF.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

8.2.10 Tendo em vista a realização da vistoria ser facultativa, as Licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

8.3 Será considerada **QUALIFICADA TECNICAMENTE** a proposta que atender aos seguintes critérios:

- a. Caso tenha optado por realizar a Vistoria nos termos do item 8.2 e subitens, deverá juntar o Termo de Vistoria emitido pelo CJF, declarando ter conhecimento do ambiente objeto da contratação, condições físicas, estruturais, ambientais e locais de manutenção;
- b. Apresentar o Certificado de cadastramento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, NT-19/04/99, referente aos serviços de manutenção de sistemas de prevenção contra incêndio e pânico;
- c. Apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional comprobatório(s) de que a empresa proponente tenha prestado ou esteja prestando satisfatoriamente, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, serviço de manutenção preventiva e corretiva da sala-cofre certificada ABNT NBR 15247 e NBR 60529, com uma configuração mínima de:
  - i. Célula estanque com paredes ou painéis e portas corta-fogo;
  - ii. Piso elevado;
  - iii. Sistema de climatização de precisão;
  - iv. Sistema de detecção e combate a incêndio com uso de gás inerte FM-200;
  - v. Instalações elétricas (quadro de distribuição, tomadas e iluminação);
  - vi. Cabeamento estruturado.
4. Apresentar atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante (Pessoa Jurídica) tenha executado satisfatoriamente pelo menos 1 (um) teste de estanqueidade em sala cofre construída em conformidade com a norma ABNT NBR 15247 e NBR 60.529 IP67 ou norma similar nacional ou internacional;
- e. Apresentar declaração que possuirá em seu corpo técnico, durante toda a vigência do contrato, profissional de nível superior com formação em Engenharia Elétrica ou Engenharia Mecânica ou Engenharia de Controle de Automação, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado serviços de manutenção em sala-cofre construída em conformidade com as normas ABNT NBR 15.247 e NBR 60.529 IP67;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Observação: Não se requer a exclusividade do profissional citado, pois não há óbice ao compartilhamento de qualquer profissional com outros contratos que porventura a CONTRATADA possua.

6. Apresentar declaração de que todo o material a ser utilizado é de primeira qualidade e está em conformidade com as normas estabelecidas pela ABNT, INMETRO e normas ISO;
- g. Apresentar declaração de que possui a capacitação técnica e aplicará os materiais, métodos e técnicas em estrito atendimento aos requisitos especificados no edital, garantindo que os serviços de manutenção a serem prestadores garantirão junto à ABNT a manutenção da certificação NBR 15.247 que a sala-cofre do CJF possui, conforme evidência do Anexo Complemento II.

8.4 Para participar do certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, as concorrentes deverão obrigatoriamente apresentar os itens acima relacionados.

8.5 A não apresentação de quaisquer dos documentos acima relacionados implicará na desclassificação da concorrente.

8.6 A critério da Administração poderá ser necessário diligenciar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado.

8.7 A critério da Administração, e quando assim entender necessário, antes de emitir o parecer de desclassificação, poderão ser solicitados novos esclarecimentos complementares e por escrito da concorrente que possibilite fundamentar a desclassificação ou aceitabilidade das informações encaminhadas nas planilhas de custos.

8.8 É vedada a participação de empresas em consórcio. Os atestados de capacitação técnica, documentações e comprovações necessárias para que a administração comprove a veracidade das informações deverão conferir com o CNPJ da empresa licitante.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **9.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

9.1.1. O **Gestor do Contrato** será responsável por:

- a) Aprovar e fiscalizar o cronograma de atividades proativas.
- b) Aprovar a atualização da documentação “Como-construído” (as built).
- c) Supervisionar a execução e implantação dos produtos objetos das Ordens de Serviços.
- d) Checar e aprovar os relatórios de serviços encaminhados pela CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- e) Analisar a qualidade dos serviços realizados pela CONTRATADA e aplicar as glosas quando não atendidos os padrões exigidos.
- f) No caso de proposta de glosa, anexar os documentos comprobatórios do não atendimento às exigências.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- h) Determinar as datas e os horários para realização das manutenções programadas, prevendo o mínimo de impacto nas atividades dos usuários.
- i) Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a apresentação de documentos que comprovem a validação e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação previstas no ato convocatório.
- j) Manter representante do Contratante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência.
- k) Atestar e encaminhar cópia do Relatório de Atividades ao PREPOSTO para conhecimento e emissão da nota de cobrança até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços;
- l) Atestar a nota de cobrança encaminhada pela CONTRATADA e enviá-la, juntamente com o Relatório de Atividades, à área administrativa para providências.
- m) Encaminhar a documentação comprobatória de penalizações ou multas administrativas para os setores responsáveis e solicitar providências.

## **9.2. APROVAÇÃO E ATESTAÇÃO TÉCNICA**

- a) A Ordem de Serviço somente poderá ser encerrada quando todos os objetivos propostos forem plenamente atingidos, devidamente aceitos pela área técnica responsável, aprovada e atestada pelo Gestor.
- b) Antes do fechamento de cada Ordem de Serviço a CONTRATADA consultará o representante responsável, que avaliará e aprovará o serviço realizado.
- c) Caso a Ordem de Serviço seja encerrada pela CONTRATADA sem anuência da área demandante ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberta e os prazos serão contados em continuidade ao expresso inicialmente na abertura original do chamado e/ou Ordem de Serviço, inclusive para efeito de aplicação das glosas e sanções previstas.

## **9.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)**

- 9.3.1 A Contratada deverá prestar o suporte e a manutenção emergencial de acordo com os Níveis de Serviço contratados.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

9.3.2 A Contratada deverá realizar as manutenções programadas fora dos horários normais de expediente, sem ônus adicionais ao Contratante, ou seja, pela madrugada ou em feriados e finais de semana, e de acordo com a autorização e programação do Contratante.

9.3.3 Deverá encerrar os chamados descrevendo todos os serviços executados.

9.3.4 Para efeito de classificação dos problemas relatados pelo Contratante, a Central de Suporte da CONTRATADA, deverá registrar e classificar os problemas e falhas conforme nível de Severidade, nas seguintes condições:

- a. **Severidade CRÍTICA**, para problemas que afetam de forma crítica os serviços de TI da CONTRATANTE, deixando o ambiente sem condições de operação, causando impactos significativos em seu desempenho, existindo ou não a parada dos serviços.
- b. **Severidade ALTA**, para problemas ou dúvidas graves, que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho, e que não promova a parada dos serviços.
- c. **Severidade MÉDIA**, para problemas ou dúvidas que criam algumas restrições à operação do ambiente, e que não causam impacto significativo sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços de TI da CONTRATANTE.
- d. **Severidade BAIXA**, para problemas ou dúvidas que não afetam a operação do ambiente e que exigem ações para esclarecimentos técnicos, monitoração de serviços, execução ou acompanhamento de rotinas sobre o ambiente objeto da contratação.

9.3.5 Para tratamento dos problemas classificados como de **Severidade CRÍTICA**, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a. A CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após a detecção por meio do serviço de monitoramento e realizar a abertura automática de requisição de suporte, promovendo o esforço concentrado, presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até **01 (uma) hora**, contadas a partir da abertura do chamado.
- b. Se após os primeiros **30 minutos de atendimento** o serviço não for restabelecido, a CONTRATADA obrigatoriamente deverá utilizar todos os seus recursos e especialistas no dispositivo ou solução causadora do problema.
- c. O atendimento aos problemas classificados como de severidade CRÍTICA não poderá ser interrompido até a recuperação do ambiente objeto da contratação e funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados.
- d. Neste caso deverá haver o acompanhamento do Responsável Técnico da CONTRATANTE.
- e. Após restabelecimento do serviço e solução do problema, a CONTRATADA deverá confeccionar o “Relatório de Ocorrências Críticas”, relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas e as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência da falha.

9.3.6 Para tratamento dos problemas classificados como de **Severidade ALTA**, deverão ser atendidas as seguintes condições:



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- a) A CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 06 (seis) horas, contadas a partir do início da abertura do chamado.
- b) Se após as 04 (quatro) horas iniciais do atendimento o serviço não for restabelecido, a CONTRATADA obrigatoriamente deverá realizar o atendimento localmente, utilizando-se de todos os seus recursos especialistas no dispositivo ou solução causadora do.
- c) O atendimento aos problemas classificados como de severidade ALTA não poderá ser interrompido até a recuperação do funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados.
- d) Neste caso deverá haver o acompanhamento do Responsável Técnico da CONTRATANTE.
- e) Após restabelecimento do serviço e solução do problema, a CONTRATADA deverá confeccionar o “Relatório de Ocorrências”, relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas, as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência.

9.3.7 Para tratamento dos problemas classificados como de **Severidade MÉDIA**, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a) A CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico em até 12 (doze) horas após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do início do atendimento.
- b) Após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o “Registro de Ocorrência”, relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o “link” da documentação adotada.
- c) Para tratamento dos problemas classificados como de **severidade BAIXA**, deverão ser atendidas as seguintes condições:
- d) Iniciar o suporte técnico em até o primeiro dia útil seguinte à solicitação ou detecção da falha, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 07 (sete) dias úteis, contadas a partir da data de abertura do chamado.
- e) Após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o “Registro de Ocorrência”, relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o “link” da documentação adotada.

9.3.8 A Contratada deverá efetuar, no prazo máximo de 7 (sete) dias, sem que isso implique acréscimos aos preços contratados, a substituição de qualquer equipamento por outro novo, de primeiro uso, com características idênticas ou superiores, nos seguintes casos:



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

a) Se apresentar divergência com as especificações do equipamento defeituoso retirado do ambiente do CJF.

b) Se, no período de 30 (trinta) dias corridos, contados após a abertura de chamado técnico, ocorrer defeitos recorrentes que não permitam seu correto funcionamento, mesmo tendo havido substituição de peças e componentes mecânicos ou eletrônicos. Por necessidade de serviço, a CONTRATANTE poderá solicitar a escalção de problema para níveis superiores de severidade.

9.3.9 Os prazos para solução dos problemas técnicos escalados passam a contar do início novamente.

#### 9.4 INCIDÊNCIA DE REDUTOR DE FATURA (GLOSAS)

9.4.1 O não cumprimento dos níveis de serviço definidos neste termo de referência, que não tenha sido devidamente justificado pela CONTRATADA, ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pelo CONTRATANTE, implicará em desconto na fatura (glosa). A aplicação da glosa servirá ainda como indicador de desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços;

9.4.2 As glosas deverão ser aplicadas quando não atenderem ao resultado esperado e/ou quando os níveis de serviços não forem atendidos ou concluídos dentro do prazo previsto;

9.4.3 No caso de discordância das glosas aplicadas, a CONTRATADA deverá apresentar o recurso que será analisado pela Área Administrativa;

9.4.4 Se a decisão da Administração for favorável ao recurso da CONTRATADA, ela emitirá a nota de cobrança adicional para que seja efetuado o pagamento referente ao custo glosado;

9.4.5 A nota de cobrança emitida pela CONTRATADA deverá ser atestada pelo Gestor do Contrato e encaminhada para a área financeira efetuar o pagamento, acompanhada do Relatório de Atividades e da documentação comprobatória das glosas;

9.4.6 A CONTRATADA estará sujeita, independentemente das penalidades previstas, a aplicação de redutor na fatura (glosa) pelo não cumprimento de qualquer indicador de Nível Mínimo de Serviço, aplicáveis sobre o valor mensal do serviço, nos seguintes casos:

- a. Glosa de 2% (dois por cento), para cada dia de atraso, pela não entrega de cada relatório de visita técnica prevista no subitem de “Requisitos Internos Funcionais”, limitado até 10 (dez) dias, quando se aplicará o limite de 30% (trinta por cento).
- b. Glosa de 5% (cinco por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com **severidade crítica**, limitado até 4 (quatro) horas de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).
- c. Glosa de 3% (três por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com **severidade alta**, limitada até 6 (seis) horas de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- d. Glosa de 2% (dois por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com **severidade média**, limitada até 12 (doze) horas de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).
- e. Glosa de 1% (um por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com **severidade baixa**, limitada até 24 (vinte e quatro) horas de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).
- f. Glosa de 10% (dez por cento), para cada dia de atraso, pela não substituição de qualquer equipamento defeituoso em que não foi possível realizar o reparo por outro novo, limitada a 2 (dois) dias de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).
- g. Glosa de 2% (dois por cento), para cada dia de atraso, pela não atualização das plantas do layout de distribuição dos equipamentos dentro da Sala-cofre, bem como do quadro unifilar de energia, de acordo com as mudanças ocorridas após 15 (quinze) dias da alteração. A glosa será limitada até 10 (dez) dias de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).

9.4.7 Independentemente do descumprimento dos atrasos previstos nas alíneas a) a g) do item anterior, o limite de glosas mensais será de até 30% (trinta por cento) do valor mensal do serviço.

9.4.8 Nos casos em que os atrasos forem superiores aos limites previstos nos itens anteriores, além da aplicação das glosas previstas, poderá ser aplicada a Sanção Administrativa prevista na alínea e) do Item 10.1.2.

## 10. SANÇÕES E PENALIDADES

10.1 A CONTRATADA ficará sujeita, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, de execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência;

**10.1.2 Multa de Mora**, nos seguintes termos:

- a. Pelo atraso na disponibilização da central de atendimento e suporte para ligações gratuitas, prevista na alínea n, do ITEM 5.4: 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;
- b. Pela não realização no prazo estabelecido no Termo de Referência, de teste da estanqueidade da sala-cofre seguindo estritamente o que preconiza norma NBR 15.247: 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- c. Pela não correção, no prazo estabelecido no Termo de Referência de quaisquer vazamentos ou problemas acusados pelo teste de estanqueidade: 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;
- d. Pelo atraso na apresentação da garantia contratual prevista no item 11: 2% (dois por cento), por dia corrido, calculado sobre o valor mensal do contrato, limitado a 15 (quinze) dias. Caso ultrapasse este limite, poderá ser caracterizada a inexecução parcial do contrato.
- e. Pelo não-cumprimento de quaisquer outras condições previstas no Termo de Referência: 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas.

**10.1.3 Multa Compensatória, nos seguintes termos:**

- a. No caso da Contratada der causa por qualquer motivo, ao cancelamento, perda ou invalidação da certificação pelo Órgão Certificador da certificação ABNT NBR 15.247 ou NBR 60.529 com o grau de proteção IP67, atribuída ao ambiente sala-cofre objeto da contratação: 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor atualizado do contrato;
- b. No caso de inexecução parcial do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório: 20% (vinte por cento) calculado sobre a parcela inadimplida;
- c. No caso de inexecução total do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório: 20% (vinte por cento) calculado sobre a parcela inadimplida.

10.1.4 Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

10.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão, conforme previsto neste instrumento e nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos, eventualmente causados ao Contratante.

10.3 A não manutenção das condições de habilitação da Contratada ao longo da execução do Contrato, poderá ensejar rescisão contratual unilateral pelo Contratante, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, cabendo ainda a aplicação de Multa Compensatória de 20% (vinte por cento) calculada sobre a parcela inadimplida;

10.4 A critério da autoridade competente do CONTRATANTE, com fundamento nos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

razão de circunstâncias fundamentadas, mediante comprovação dos fatos e, desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.

10.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a CONTRATADA, na forma da lei.

10.6 O valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, seguirá a seguinte ordem de execução:

- a. Descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante à Contratada; ou
- b. Executado da Garantia Contratual; ou
- c. Recolhido pela Contratada mediante pagamento de GRU; ou
- d. Cobrado Judicialmente.

10.7 O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei n. 8.666/1993;

10.8 A interposição de recursos aos atos da Administração por parte da CONTRATADA será nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

## **11. GARANTIA CONTRATUAL**

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar garantia equivalente a 5% do valor total do contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b. seguro-garantia;
- c. fiança bancária.

11.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas à CONTRATADA, prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato e obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

11.3 Caso a garantia prestada pela CONTRATADA seja nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, ela deverá prever, expressamente, a cobertura indicada no parágrafo acima.

11.4 O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

11.5 A garantia prestada pela CONTRATADA deverá ter validade de três meses após o término da vigência contratual e somente será liberada ou restituída no prazo máximo de noventa dias, depois de expirado o prazo de vigência do Contrato ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

11.6 Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

11.7 Aditado o contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor, ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do evento que deu ensejo à alteração, garantia complementar ou substituta, no mesmo percentual e modalidades constantes desta Seção.

11.8 Em caso de prorrogação do prazo contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura de termo aditivo ao Contrato.

## **12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

12.1 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CJF em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas aos serviços e produtos objeto do presente Termo de Referência.

12.2 A CONTRATADA deverá atender aos requisitos previstos no Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do CJF, instituído pela Portaria CJF n. 323, de 14 de agosto de 2020, especificamente o item sustentabilidade em serviços de manutenção de sistemas de refrigeração.

12.3 A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para o Contratante, os equipamentos de segurança e proteção individual que se fizerem necessários para a execução dos serviços, conforme disposto no art. 6º, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

12.4 A CONTRATADA será responsável, no que couber, pelo descarte final ambientalmente adequado das sobras de obra e entulho, conforme Lei Distrital n. 4.704, de 20 de dezembro de 2011.

12.5 A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com o Contratante, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e à melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica dos equipamentos. Deverá, ainda, apresentar ao Contratante, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação, bem como informação a respeito das medidas adotadas para sua melhoria.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

12.6 A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste Termo de Referência.

### 13. ESTIMATIVA DE PREÇO

13.1 A empresa concorrente deverá estimar o custo necessário para atender todo o objeto contratado, conforme exigências, padrões de qualidade e exigências contratuais, preenchendo a planilha abaixo com o valor global mensal e total para a vigência do contrato.

Item	Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Mensal (R\$)	Total (R\$)
1	Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre.	Mês	30	32.312,21	969.366,18

### 14. VIGÊNCIA

14.1 Por tratar-se de serviço de natureza contínua, ou seja, serviços auxiliares e necessários à Administração, no desempenho de suas atribuições, que se interrompidos podem comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício, **o prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses contados de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.**

14.2 A caracterização do objeto da licitação como serviço contínuo justifica-se quando se verificam presentes os requisitos de essencialidade e habitualidade para o CJF, visto que sua essencialidade se atrela à necessidade de existência e manutenção do contrato, dado que eventual paralisação da sala-cofre por deficiência de manutenção nos seus componentes implica em graves prejuízos ao exercício das atividades finalísticas do CJF. Quanto a habitualidade do serviço, verifica-se que existe a necessidade de a atividade ser prestada mediante contratação de terceiros de modo permanente, considerando que o CJF não possui corpo técnico próprio com as habilidades e requisitos necessários para manter junto à ABNT as certificações ABNT NBR 15.247 e NBR 60.529 com o grau de proteção IP67, atribuídas ao ambiente Datacenter.

### 15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

15.1 Os preços poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data da proposta ou do orçamento a que ela se refere ou da data do último reajuste, limitada



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou de outro índice que passe a substituí-lo.

15.2 Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato (originária ou prorrogada) serão objeto de preclusão por ocasião do início de um novo período de vigência decorrente de prorrogação, ou com o encerramento do contrato.

## **16. UNIDADE GESTORA DO CONTRATO**

16.1 A autoridade competente designará a equipe de gestão e fiscalização do contrato com as seguintes atribuições:

- a. GESTOR DO CONTRATO: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual;
- b. FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação para fiscalizar tecnicamente o contrato;

## **17. DOCUMENTOS ANEXOS**

17.1 Seguem anexos a este Termo de Referência os seguintes documentos:

- a. ANEXO I – Modelo de Relatório de Atividades;
- b. ANEXO II – Tabela de Frequência das Inspeções;
- c. ANEXO III – Modelo do Termo de Vistoria;
- d. ANEXO IV – Modelo do Termo de Confidencialidade;
- e. COMPLEMENTO I - Equipamentos e Memorial Descritivo da Solução;
- f. COMPLEMENTO II – Comprovação da Certificação ABNT NBR 15247.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**ANEXO I – MODELO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	MÊS REFERÊNCIA:
Contrato Número Contratada	VALOR MENSAL (R\$)

CONSOLIDAÇÃO MENSAL DOS SERVIÇOS
----------------------------------

**LISTA DE ATIVIDADES REALIZADAS**

Item Contratual	Quantidade Executada	Quantidade Aprovada	Quantidade Glosada	Desconto das Glosas	Custo Mensal Aprovado
TOTAL					

RESUMO DESCRITIVO DAS GLOSAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	% APLICADO	CUSTO TOTAL DA GLOSA
TOTAL DE GLOSAS			

**ATESTADO DO GESTOR**

Ao Preposto,

Atesto e aprovo os valores e quantitativos acima especificados e solicito a emissão da Nota Fiscal, nos parâmetros do presente relatório para que seja efetuado o pagamento. Caso não concorde com os valores descontados por razão de glosas, deverá encaminhar recurso com exposição das razões para a Secretaria de Administração, a quem caberá a decisão final.

Gestor do Contrato  
Carimbo/Data

Aceitação
-----------



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

( ) De acordo com o ateste acima

( )

Acordo parcial

Preposto da Contratada  
Carimbo/Data



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**ANEXO II – TABELA DE FREQUÊNCIA DAS INSPEÇÕES**

**1.1. SALA-COFRE**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PORTA</b>	<b>12</b>
Verificar funcionamento do mecanismo	
Verificar lubrificação do mecanismo	
Verificar posição dos pinos	
Verificar funcionamento das chaves	
<b>Vedações:</b>	
Verificar as gaxetas	
Verificar contato gaxetas x batente	
Verificar isolantes térmicos	
<b>Dobradiças:</b>	
Lubrificar	
Verificar cordões de solda	
Verificar alinhamento folha x batente	
<b>Soleiras:</b>	
Verificar aspecto visual	
<b>Almofadas:</b>	
Verificar estado geral das almofadas e parafusos.	
<b>Mola Geze:</b>	
Verificar travamento	
Verificar fechamento automático	
Verificar cabos de ligação e duto flexível	
<b>Micro switch:</b>	
Verificar funcionamento	
<b>BLINDAGENS</b>	<b>12</b>
Verificar a integridade das blindagens	
Verificar as cunhas de aperto	
Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens	
Verificar lacres	
Verificar pontos de ruptura	
<b>ELEMENTOS</b>	<b>12</b>
Verificar integridade dos painéis	
Verificar as vedações e elementos químicos das junções	
Realizar retoques de pintura (manter as características originais)	
Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	<b>12</b>
Verificar régua de bornes	
Reapertar terminais	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar funcionamento de botoeiras	
Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores	
Verificar temperatura da fonte e do Trafo	
Verificar tensão de alimentação, saída do Trafo, saída da fonte, carga das baterias	
Verificar temporizadores, fusíveis de reserva	
Verificar LEDs de iluminação e contatores	
Limpar painel interna e externamente	
Verificar fechaduras com grafite	
Verificar configuração lógica da CLP	
Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.	
<b>TESTES</b>	<b>12</b>
Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers	
<b>TESTE DE ESTANQUEIDADE</b>	<b>1</b>
Teste realizado de acordo com a norma NBR 15.247 ou ECB-S (European Certification Body) EN 1047-2.	

**1.2. PISO ELEVADO**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PISO ELEVADO</b>	<b>12</b>
<b>Nivelamento:</b>	
Verificar nivelamento das placas	
Verificar cruzetas	
Verificar trims (piso americano)	
Verificar alinhamento das placas	
<b>Reforço:</b>	
Colocar suportes de reforço onde necessário	
<b>Placas:</b>	
Trocar placas danificadas	
<b>Leito aramado:</b>	
Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário	

**1.3. LIMPEZA**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>ELEMENTO DE FUNDO</b>	<b>12</b>
Aspirar o pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado;	
<b>PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)</b>	<b>9</b>



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Aspirar o pó e limpar a superfície das placas com pano úmido	
<b>PISO ELEVADO (PESADA)</b>	<b>3</b>
Aspirar o pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante (em conformidade com as especificações do fabricante)	
<b>LEITOS ARAMADOS</b>	<b>4</b>
Aspirar o pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos nas dependências da sala-cofre	
<b>ELEMENTOS DAS SALAS</b>	<b>12</b>
Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos (sensores, quadros, equipamentos de ar-condicionado, cilindro de gás)	
<b>PORTAS</b>	<b>12</b>
Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas	
<b>LUMINÁRIAS</b>	<b>4</b>
Limpeza da superfície refletora, das lâmpadas e das grelhas difusoras	
<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>4</b>
Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, dos nobreaks, da superfície externa dos quadros de energia.	

**1.4. SISTEMAS DE ENERGIA**

<b>ITEM</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>PAINÉIS DE BAIXA</b>	<b>4</b>
Verificar fixação, pintura e funcionamento das portas	
Verificar identificação do painel	
Efetuar limpeza do painel	
Efetuar limpeza interna e externa do painel	
Verificar cabos e canaletas do painel	
Organizar cabos e canaletas do painel	
Realizar Inspeção com termovisor das conexões e componentes	
Verificar proteções de partes energizadas	
Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos	
Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes	
Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar condições dos componentes elétricos	
Verificar aterramento e neutro do painel	
Verificar dispositivos de proteção	
Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar	

### 1.5. SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO

ITEM	VISITAS/ANO
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir tensão do ventilador	
Medir corrente do ventilador	
Medir corrente do compressor	
Medir corrente das resistências	
Medir corrente do umidificador	
Verificar disjuntores	
Reapertar conexões elétricas	
<b>Mecânica:</b>	
Verificar filtros de ar (trocar se necessário)	
Verificar resistência de cárter	
Verificar pontos de vazamento de óleo	
Verificar visor de líquido	
Verificar vazamentos de gás	
Limpar o equipamento (interno e externo)	
Medir temperatura de insuflamento de ar	
Medir temperatura de retorno de ar	
Realizar limpeza do dreno	
<b>Painel de revezamento:</b>	
Verificar funcionamento em modo automático	
Realizar limpeza interna e externa	
Realizar reaperto das conexões elétricas	
Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)	
Aferir sensores de temperatura e umidade	
<b>Parâmetros:</b>	
Set-point de temperatura	
Set-point de umidade relativa	
Set-point de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONDENSADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Medir tensão de entrada	
Medir corrente dos ventiladores	
Medir tensão das bombas	
Reapertar terminais e bornes	
<b>Pumpset:</b>	
Medir corrente do painel pumpset	
Teste operacional do painel pumpset	
<b>Mecânica:</b>	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	
Retirar ventilador e lavar a serpentina	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>INSTALAÇÕES – CLIMATIZAÇÃO</b>	<b>12</b>
Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos	
Verificar estrutura dos equipamentos	
Verificar tubulações de água e dreno	
Verificar proximidades dos equipamentos e interferências	
Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos	
Verificar fixação das partes, tampas e vedações	
Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras	
Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade	
Verificar proporção de placas perfuradas	
Verificar distribuição adequada das placas perfuradas	
Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente	
Verificar obstáculos sob o piso elevado	

**1.6. SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>DETECÇÃO DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Realizar auto check da central de alarmes	
Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes	
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar identificação dos detectores	
Verificar tubulações	
Verificar módulos	
Verificar conectores e reapertar conexões	
Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de	
fumaça	
Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar funcionamento da sinalização do painel	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios	
Verificar a atuação na central de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Realizar Auto check da central de alarmes	
Realizar limpeza externa da central de alarmes	
Verificar estado de conservação e fixação da central	
Verificar a fixação de componentes	
Verificar comunicação com elevadores, pressurização de escadas, controle de acesso e climatização (dampers automáticos)	
Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário	
Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em	
detector	
Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Verificar plugs de acionamento	
Verificar lacres do acionamento manual	
Verificar pressão do manômetro dos cilindros	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Realizar limpeza dos cilindros	
Verificar fixação dos cilindros	
Verificar data para manutenção dos cilindros	
Simular atuação de alarme de incêndio (fechamento de laço convencional/precoce)	
Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros	
Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los	

**1.7. SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CFTV</b>	<b>4</b>
<b>Câmeras:</b>	
Verificar a necessidade de reposicionamentos ou ajustes	
Realizar limpeza externa e das lentes	
Verificar fixação e conexões elétricas	
<b>Painéis de switches:</b>	
Realizar limpeza interna e externa	
Organizar cabos e verificar conexões	
Verificar funcionamento dos switches	
Verificar o aterramento	
<b>Servidor:</b>	
Verificar funcionamento adequado do software do CFTV	
Verificar a gravação adequada das imagens (tempo/backup)	
Verificar conexões e funcionamento de rede	
<b>Monitores:</b>	
Testar funcionamento de detecção de movimentos e pop-ups	
Verificar revezamento das imagens	
Verificar funcionamento de câmeras móveis (controle remoto)	
Verificar posicionamento das câmeras e qualidade das imagens (foco/distorções)	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CMC/NETWATCH</b>	<b>4</b>
Verificar parâmetros de configuração	
Verificar sensor(es) de temperatura	
Verificar sensor(es) de umidade	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar log de eventos	
Verificar leitora de cartões	
Verificar trava de porta	
Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética	
Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC	
Verificar recepção de traps nos equipamentos	
Verificar sensor de vibração	
Verificar sensor (es) de estado de porta (s)	
Verificar cabeamento de alarmes	
Verificar conectores de interligação	
Verificar painel frontal (LEDs e touch pannel)	
Verificar comunicação via TCP/IP	
Verificar software CMC Manager	
Verificar sensor de líquido CMC/IHM	
Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>3</b>
<b>Leitores:</b>	
Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)	
Verificar condições de instalação e conservação	
<b>Portas:</b>	
Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário	
Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário	
Verificar fechamento automático e reparar, se necessário	
Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário	
Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo	
<b>Painéis das controladoras:</b>	
Realizar limpeza interna e externa dos painéis	
Reparar fixação do painel e componentes	
Verificar condições das conexões e realizar reapertos	
Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário	
<b>Infraestrutura:</b>	
Verificar componentes de campo	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura	
Estação de programação	
Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário	
Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças	
Realizar testes de navegação e acionamentos remotos	
Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo	
<b>Funcionamento:</b>	
Testar intertravamento com sistema de segurança (combate a incêndio)	

**1.8. LIMITES AO ESCOPO DOS SERVIÇOS ONGOING**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>SALA-COFRE</b>	
Abertura e fechamento de blindagens existentes	<b>6</b>
Pintura dos elementos da sala	<b>10m<sup>2</sup></b>
<b>PISO ELEVADO</b>	
Troca de placas do piso	<b>6 placas</b>
Leito aramado: novos e alteração da rota	<b>4m lineares</b>
Reforços	<b>1</b>
<b>SISTEMA DE ENERGIA</b>	
Mudança de até dois pontos de energia e disjuntores	<b>4</b>
<b>SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO</b>	
Troca de filtros de ar	<b>2 (por equip)</b>
Recarga de Gás Refrigerante (caso necessário)	<b>1 (por equip)</b>
Troca de compressor (caso necessário)	<b>1 (por equip)</b>



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**ANEXO III – TERMO DE VISTORIA**

Declaro que eu, \_\_\_\_\_,  
portador(a) do CPF(MF) nº \_\_\_\_\_, representante da empresa  
\_\_\_\_\_,  
estabelecida no endereço \_\_\_\_\_ como  
seu(ua) representante legal para os fins da presente declaração, tomei conhecimento, com  
o objetivo de participação no Pregão N.\_\_\_\_\_, de todas as informações necessárias  
para a identificação dos serviços licitados, bem como da área destinada para execução  
dos serviços; quantidade e modelos de equipamentos, célula sala-cofre, piso elevado,  
sistema elétrico, sistemas de climatização, sistema de detecção de incêndio, sistema de  
monitoramento, CFTV e controle de acesso biométrico.

Brasília, 25 de junho de 2021.

---

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

---

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO CJF



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**ANEXO IV – TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE**

---

Termo de Responsabilidade e Confidencialidade para empresas pretendentes a concorrer ao edital para contratação de manutenção de Sala-cofre para o Conselho de Justiça Federal

---

**Objetivo**

Este termo de responsabilidade se aplica às empresas concorrentes ao edital para **contratação de empresa especializada para manutenção de Sala-Cofre** para o Conselho de Justiça Federal, que se comprometem a não divulgar as informações e dados do ambiente do CJF, incluindo aquelas repassadas durante a vistoria técnica de que trata o item 9.1.1 do Termo de Referência, assumindo tais informações como confidenciais.

Este compromisso se fará mediante a assinatura do representante autorizado da empresa, devendo ser anexadas ao Termo de Confidencialidade a procuração da empresa em nome de seu representante e cópia da identificação do próprio representante.

Pelo presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade, eu \_\_\_\_\_, (dados civis), CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, (órgão emissor), representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, comprometo-me a manter sob sigilo as informações e dados das instalações, softwares e processos do ambiente computacional do CJF, a mim divulgadas em função de participação no Edital de Licitação nº \_\_\_\_\_ modalidade Pregão.

Sob as penas da Lei, comprometo-me a não divulgar ou distribuir o material e as informações recebidas.

Brasília, 25 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_  
CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO / REPRESENTANTE  
DA CONCORRENTE

\_\_\_\_\_  
CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO CJF



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

COMPLEMENTO I - EQUIPAMENTOS E MEMORIAL DESCRITIVO DA  
SOLUÇÃO

DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE					
COMPLEMENTO I - EQUIPAMENTOS E MEMORIAL DESCRITIVO					
CLIENTE/ CÓDIGO	Conselho de Justiça Federal-DF				
RESPONSÁVEL			TELEFONE	3022-7420	
ENDEREÇO	SAFS-QD 06 LOTE 01 TRECHO 3 BL D		CIDADE/ESTADO	BRASÍLIA/ DF	
Nº DO CONTRATO	RG/Nº: 002/2010				
SALA COFRE					
Fabricante/Tipo	ACECO-LAMPERTZ/IT CERTIFICADA		Altura interna (m)	2,87	
Comprimento interno (m)	5,25	Largura interna (m)	5,847	Área total interna (m²)	30,70
Normas aplicáveis	NBR 15247/NBR 11515/NBR ISO IEC 17799/certificada ABNT pelo procedimento PE047.01/resoluções da ICP-Brasil contidas no DOC-ICP-02 e DOC-ICP-05				
PISO ELEVADO					
Fabricante/Modelo	TATE - CC1250		Modulação do Piso	600X600mm	
Vão livre	23.5		Altura do Piso (acabado)	27cm	
CLIMATIZAÇÃO: EVAPORADORES/CONDENSADORAS (HIROSS-HIMOD S23UA)					
Descrição dos equipamentos	380V/3PH/60HZ+NE+PE		Fabricante	Liebert-Hiross	
Modelo	Hiross- Himod S23UA		Quantidade	4	
Capacidade dos equip. (KW ou TR)	21 KW		Nºs de série	A1-8894080002 / A2-8894090001 A3-9102990005	
Tensão nominal/ alimentação	380V		Microface/Eprom	PAM/ICON	
Compressor/ Modelo/ Fabricante	ZR81KCE-TF7-522		Tipo de gás	R 407C	
Visor de liquido	1/2 SOLDA / CASTEL		Filtor secador/ Fabricante/ Modelo	1/2 SOLDA / CASTEL / 4316/M12S	
Pressostato de alta	P100DA-14D CO 377 MAN 281R05		Pressostato de baixa	P100AP-107 CO 15 CI29 303 R05	
Resistência do Carter/ modelo	240V 70W / CH280		Medida do filtro	695X645X100mm	
Válvula Solenoide	24V 1/2 SOLDA CASTEL TYPE HM2		Modelo do ventilador/ fabricante (evaporador)	NA	
Condensadora	Remota a ar		Fabricante/ modelo	Emerson/HCE 33	
Valvula Expansão	8TR 28KW DANFOSS		Dimensões	NA	
Tensão	380V - monofásico		Nºs de série	NA	
CABEAMENTO LÓGICO					
Fabricante/Qtd	FURUKAWA/144 pontos		Tipo/Categoria	UTP 4 pares cat. 6	
Patch Panel	06 unidades/angular/24 posições		Caixas de consolidação	24 unidades/06 posições	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Rack	01 unidade/tipo aberto	Patch cords	288 unidades, sendo 144 de 2,5m e 144 de 3,0m
Leito aramado	310X110	NA	

DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE

CABEAMENTO ELÉTRICO

Quadros	QDIX/QDIY	Fabricante	VEPAN
Qtd de circuitos(X)	21 circuitos mono(utilizados)/60 Barramento+A50:I66	Modelo	Power Logic PM210
Qtd de circuitos(Y)	25 circuitos mono(utilizados)/60Barramento	Disjuntor de entrada	EZC250N em 150A
Cabos	3x2,50mm <sup>2</sup> - AFUMEX	Tomadas	Conector Pial 32A
Leito Aramado	310X100	Disjuntor de entrada	EZC250N em 150A
Painel	Multimedidor	Aterramento	Cordoalha chata

SISTEMA DE DETECÇÃO PRECOCE E COMBATE AUTOMÁTICA CONTRA INCÊNDIOS

DETECÇÃO PRECOCE - STRATOS

Descrição do equipamento	STRATOS MICRA HSSD 25	Quantidade de equipamentos	1
Modelo	30760	Nº de serie	105830
Bateria	12 volts	Quant. de bateria	02 p/ cada
Fonte	24 volts	Quant.de fontes	01 p/ cada

COMBATE AUTOMÁTICO - FM-200

Fabricante	KENTEC	Modelo	SIRENE/SAV
Detector convencional	Óptico	Quant. de detector convencional	02 na Sala Cofre
Modelo FM 200	HFC 227ea	Quant. de cilindro	1 unidade (na Sala Cofre)
Pesp de cada cilindro	150,0 LBS / 70.5 Kg	Fornecedor	GLOBAL SYSTEM

SISTEMA DE SUPERVISÃO REMOTO (DATA CENTER NET WATCH - CMC-TC MANANGER)

Descrição do equipamento/ Qtd	CMC TC / 02	Modelo	CMC TC NET WATCH V 3.01
Fabricante	RITTAL	Unidade de I/O	3
Unidade de processamento	1	Sensor de fumaça	2
Unidade GSM	1	Sensor de temperatura	2
Sensor de umidade	2	Sensor de líquido	1
Sensr de porta	1	Serie	43170



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

--	--	--	--

DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE			
SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO			
Descrição do equipamento/ modelo	Leitora Biométrica Control ID CX 700	Quantidade	01 (conforme indicado no projeto As Built)
Fabricante	Control ID	Hardware (Controlador)	NA
Software	W-ACCESS versão 3.09	Hardware (Leitoras)	NA
SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV (CFTV)			
Fabricante/Modelo	BOSCH NWC00455-20P DINION IP	Quantidade	04 câmeras, sendo 3 unidades na Sala Cofre e 1 unidade no ambiente externo (conforme indicado no projeto As Built)
Lente	LTC 3364/50 3374/50 CS 1/3" 50500mm	Câmeras (tipo)	POE 24VAC/12VDC
Software	DIGIFORT / EXPLORE VERSÃO 6.3	Hardware	Servidor de imagens 16 cameras
PAINEL DE ALARME			
Fabricante/Modelo	BOSCH/FPD 7024	Quantidade	1
Detector Convencional Ótico	sim	Quantidade	2
OUTROS EQUIPAMENTOS			
Painel IHM	sim	Quantidade	1
Chave de Bloqueio	sim	Quantidade	1
Chave Manual	sim	Quantidade	1
Inibidor de Sirene	sim	Quantidade	1



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Quadro Painel Célula	sim	Quantidade	1
Quadro de Alim. (Climas)	sim	Quantidade	1



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**COMPLEMENTO II – COMPROVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ABNT NBR 15247**



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**  
*Conformity Declaration*

**Nº 113.192/20**

A ABNT declara que foram cumpridas as atividades programadas de manutenção na solução abaixo identificada em conformidade ao item 6 do PE-047, podendo, portanto, manter o direito ao uso da placa de identificação da Marca de Segurança ABNT.

*ABNT declares that the scheduled maintenance activities in the solution identified below have been complied with in accordance with item 6 PE-047 and may therefore retain the right to use the ABNT Safety Mark nameplate.*

Data da realização da manutenção: <i>Date of maintenance</i>	19/10/2020
Relatório de Atividade Técnica (RAT) nº: <i>Technical Activities Report (RAT) n°:</i>	113-5308/2020

Empresa responsável pela manutenção da sala-cofre durante o período de validade desta declaração: <i>Company responsible for maintaining the safe room during the period of validity of this declaration:</i>	ACECO TI LTDA
Empresa/Órgão no qual está instalada a sala-cofre: <i>Company/Body where the safe room is installed:</i>	Conselho de Justiça Federal - CJF
Endereço da empresa/Órgão: <i>Company/Body address:</i>	St. de Clubes Esportivos Sul, Trecho 3 - Lote 9 - Brasília - DF - 70200-003
Modelo da sala-cofre: <i>Safe room model:</i>	Rittal TDR-B/M Classe: S60D Tipo: B
Número de série: <i>Serial number:</i>	SCO-271
Placa ABNT: <i>ABNT identification plaque:</i>	0105

Data limite de inspeção da sala: <i>Deadline for room inspection:</i>	09/10/2021
--	------------

Validade da declaração: <i>Validity of the declaration:</i>
19/10/2021

**O fornecedor certificado ou o proprietário da sala cofre devem solicitar a ABNT a renovação desta declaração.**

*The certified supplier or the safe room owner must request ABNT to renew this declaration.*

**Data de Emissão: Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2021.**

*Issuance date: Rio de Janeiro, January 11 th, 2021*


**Sergio Pacheco**  
**Gerente de Certificação de Produto**  
*Product Certification Manager*

**ABNT** Associação Brasileira de Normas Técnicas

Av. Treze de Maio, 13 - 28º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-901  
Rua Conselheiro Nebias, 1.131 - Campos Elíseos - São Paulo - SP - CEP 01203-002



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

  <b>ABNT NBR 15247</b>  <b>S 60 D</b>  <b>TIPO B</b> <small>Type B</small>	<b>Unidade de armazenagem segura</b> <b>Salas-cofre e cofres para hardware</b> <small>Secure storage units - Data rooms and data containers</small>	
	<b>Número de série: SCO - 271</b> <small>Serial Nr. SCO - 271</small>	<b>Ano de fabricação: 20 10</b> <small>Fabrication year 2010</small>
	<p>Esta sala cofre foi fabricada e está certificada conforme a norma ABNT NBR 15247 sendo classificada para resistência ao fogo por 60 minutos. <small>This data container was manufactured and certified according ABNT NBR 15247 and is classified for 60 minutes fire resistance.</small></p> <p>Esta sala também foi testada conforme a norma ABNT NBR IEC 60529 com o grau de proteção IP67. <small>This data container was also tested according ABNT NBR IEC 60529 with protection degree IP67</small></p> <p>Qualquer alteração em suas características originais por uso indevido ou desgaste natural, ou a falta de manutenção preventiva e corretiva, efetuada pelo fabricante ou seu credenciado invalida esta marca de segurança. <small>Any alteration in its original characteristics caused by improper use, natural wear and tear or lack of preventive and/or corrective maintenance made by the manufacturer or by their accredited invalidates this security mark.</small></p>	
	<b>Controle - ABNT - Nº</b>	<b>0105</b>

<b>DATA ROOM</b>	
Type tested and certified according to EN 1047-2 by the European Certification Board Security Systems of Forschungs- und Prüfgemeinschaft Geldschränke und Tresoranlagen e.V., Frankfurt am Main	
Cert. mark No.	664
Protection class	<b>R 60 D</b>
Serial No.	SCO 271
Year of manufacture	2010
 <b>Deutscher Akkreditierungsrat DAT-ZE-003/92</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MÓDULO II DO EDITAL – FORMULÁRIO DE PREÇOS**

PROPONENTE: .....

ENDEREÇO:..... N.....

BAIRRO:..... CIDADE:..... UF.....

FONE:..... E-MAIL:.....

CEP:..... CNPJ:.....

**BANCO**

**AGÊNCIA**

**PRAÇA  
PAGAMENTO**

**CONTA  
CORRENTE**

1) Fornecer preço à vista com tributos, insumos e demais encargos da contratação.

2) Pagamento exclusivamente por ordem bancária.

Obs.: Por força do art. 2º, §3º do Decreto n. 6.306/2007, o IOF não poderá ser incluído no valor da proposta.

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.	30 (trinta) meses		

VALIDADE DA PROPOSTA: ..... (Mínimo 90 dias), contados da data de abertura da licitação.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Brasília, ...../...../20....

---

Nome legível

---

Assinatura do responsável



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MÓDULO III – INFORME SOBRE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

(Análise do item **10.1**, alíneas **n, o e p** do Edital)

1. A licitante deverá preencher as tabelas do presente módulo, em atenção às alíneas **n, o e p** do item **10.1** do Edital, devendo apresentá-la juntamente com os documentos comprobatórios de sua habilitação econômico-financeira.

*“n) balanço patrimonial do último exercício social exigível na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, conforme tabelas constantes no Módulo III deste edital;*

*o) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, conforme tabelas constantes no Módulo III deste edital;”*

Balanço Patrimonial			
1 - Ativo			R\$
1.1 – Ativo Circulante	R\$		
1.2 – Ativo Não Circulante	R\$		
1.2.1 – Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$		
1.2.2 – Investimento	R\$		
1.2.3 - Imobilizado	R\$		
1.2.4 - Intangível	R\$		

OBS. O subgrupo “Ativo Diferido” deixou de existir com a edição da Medida Provisória n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. O artigo 38 da Lei 11.941/2009 acrescentou à Lei 6.404/1976 o artigo 299-A, que dispõe o seguinte: “Art. 299-A. O saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sujeito à análise sobre a recuperação de que trata o § 3º do art. 183 desta Lei.”

2 - PASSIVO		R\$
2.1 – Passivo Circulante	R\$	
2.2 – Passivo Não Circulante (**)	R\$	

(\*\*) Antigo “Passivo Exigível a Longo Prazo”.

3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$
3.1 – Capital Social	R\$	
3.2 – Reservas de Capital	R\$	
3.3 – Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$	
3.4 – Reserva de Lucros	R\$	
3.5 – Ações em Tesouraria	R\$	
3.6 – Prejuízos Acumulados	R\$	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

“p) qualificação econômico-financeira válida no SICAF, conforme tabelas constantes no Módulo III deste edital;

*p.1) comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para 12 (doze) meses da contratação (conforme Acórdão TCU 1.335/2010 – Plenário e Resp 182.370/AC – STJ), quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1, devendo a comprovação ser feita mediante balanço exigido na alínea “n”;*

*p.2) os índices serão obtidos a partir das seguintes fórmulas: [...]”*

<b>FÓRMULA = (Patrimônio Líquido ÷ Valor Global Anual da Proposta) X 100</b>		
3 – Patrimônio Líquido	R\$	%
Valor Global Anual da Proposta (Valor para 12 meses)	R\$	

<b>LIQUIDEZ GERAL = (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)</b>		
1.1 – Ativo Circulante	R\$	LG =
1.2.1 – Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$	
2.1 – Passivo Circulante	R\$	
2.2 – Passivo Não Circulante	R\$	

<b>LIQUIDEZ CORRENTE = Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante</b>		
1.1 – Ativo Circulante	R\$	LC =
2.1 – Passivo Circulante	R\$	

<b>SOLVÊNCIA GERAL = (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)</b>		
1.1 – Ativo Circulante	R\$	SG =
1.2 – Ativo Não Circulante	R\$	
2.1 – Passivo Circulante	R\$	
2.2 – Passivo Não Circulante	R\$	

2. Para análise da presente qualificação econômico-financeira, o pregoeiro ou a autoridade superior poderá valer-se de pareceres técnicos emitidos por técnicos ou especialistas no assunto.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/REPRESENTANTE DA EMPRESA

Nome legível \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MÓDULO IV DO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO CJF N. 0 /20\_**

PROCESSO SEI N. 0004108-15.2020.4.90.8000

**PREGÃO ELETRÔNICO N. \_/ \_/**

**DADOS DA EMPRESA**

**CONTRATADA:** (indicar)

**CNPJ/MF:** (indicar)

**ENDEREÇO:** (indicar)

**TELEFONE:** (indicar)

**E-MAIL:** (indicar)

**SIGNATÁRIO EMPRESA:** (indicar)- Representante Legal

**SIGNATÁRIO CJF:** MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS – Secretário-Geral

**DADOS DA CONTRATAÇÃO**

**OBJETO:** Serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e, em conformidade com as informações constante do Processo SEI N. 0004108-15.2020.4.90.8000

**VIGÊNCIA:** 30 (trinta) meses, contados da assinatura.

**UNIDADE FISCALIZADORA:** SUGOV



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**CONTRATO CJF N. 0\_\_/20\_\_**

que entre si celebram o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e a (**inserir nome da CONTRATADA**), para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

**O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**, órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário-Geral, o Exmo. Juiz Federal **MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**, brasileiro, CPF/MF n. 446.173.212-68, Carteira de Identidade n. 10100393 - SSP/AM, residente em Brasília - DF, e a

(**NOME DA EMPRESA**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 00.000.000/0000-00, estabelecida na (**endereço**), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (sua) (cargo/função), o (a) senhor (a) (**nome SIGNATÁRIO**), brasileiro (a), CPF/MF n. 0000 e Carteira de Identidade n. 0000 - SSP/\_\_, residente em (**domicílio**), celebram o presente contrato, com fundamento na Lei 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e em conformidade com as informações constantes do Processo SEI n. 0004108-15.2020.4.90.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O objeto deste contrato consiste na prestação dos serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos, bem como a manutenção das certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 com o grau de proteção IP67.

**1.2** As especificações constantes do edital de licitação (**Pregão Eletrônico n. 00/0000**), do termo de referência e da proposta comercial da **CONTRATADA**, fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição. No caso de conflito, prevalecem as disposições constantes deste contrato.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS**

**2.1** Para fins de execução do contrato, a CONTRATADA deverá atender os requisitos técnicos e especificações constantes do item 5 do Termo de Referência, Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 00/0000).

**2.2** A CONTRATADA deverá, ainda, realizar os seguintes serviços:

- a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**, que se destina a prevenir indisponibilidades e/ou falhas dos componentes da solução de sala-cofre em suas instalações, subsistemas, seus periféricos e seus sistemas internos de controle do ambiente, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.
- b) **MANUTENÇÃO CORRETIVA**, que compreende providências para reparar e corrigir os componentes da Solução de Sala-cofre em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos eventualmente apresentados.
- c) **MANUTENÇÃO EVOLUTIVA** dos softwares, fornecendo, instalando e configurando as novas versões e/ou releases e atualizações lançadas durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo CJF.

**2.3** A CONTRATADA deverá realizar o monitoramento ativo e em tempo real dos principais parâmetros ambientais dos sistemas que compõe a Solução de sala-cofre, por meio da coleta, análise e monitoramento de métricas para a identificação e prevenção de falhas e para o acompanhamento de desempenho.

**2.4** A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento do ambiente com relação aos equipamentos que instalar, incluindo todos os serviços, configurações e fornecimento de peças, durante toda a vigência do contrato.

**2.5** É dever garantir a Certificação ABNT NBR 15247 e NBR 60529, com o grau de proteção IP67 atribuída a sala-cofre do CJF, conforme ANEXO V, respeitando todos os procedimentos e modelos definidos pela norma.

**2.5.1** A perda de certificação ABNT NBR 15.247 atribuída à sala cofre do CONTRATANTE, por qualquer motivo atribuído à CONTRATADA, ensejará a aplicação das sanções previstas neste contrato.

**2.6** Durante o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá executar o monitoramento, operação e suporte da infraestrutura da solução, para as seguintes atividades:

- a) parametrização, operação e auditoria técnica do ambiente;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- b)** manutenção e suporte a todo o ambiente de software da solução, requerendo a realização de estudos comparativos, testes e homologação de configurações;
- c)** fornecer chip para envio de SMS, compatível com o módulo SMS da sala-cofre, incluindo os custos mensais de manutenção do serviço;
- d)** operacionalização de soluções de aperfeiçoamento de funcionalidade, disponibilidade e configuração dos produtos da solução;
- e)** execução de procedimentos operacionais da solução e de instalação dos componentes em conformidade com as documentações existentes e as boas práticas de mercado;
- f)** suporte, configuração, customização, parametrização e implantação de softwares de apoio, tais como: controles de umidade, temperatura, acesso físico e lógico, e outros, visando manter a disponibilidade e o desempenho dos subsistemas;
- g)** detecção, análise e resolução dos problemas de funcionalidade, configuração e parametrização;
- h)** análise de registros (logs) dos equipamentos, ferramentas e softwares envolvidos na solução, com anotações em ferramentas apropriadas e geração de relatórios de desempenho.
- i)** registro, em livros ou aplicações apropriadas, de todas as ocorrências de falhas identificadas, correções, intervenções, manutenções e instalações a que cada serviço for submetido;
- j)** geração de relatórios de ocorrências para todas as falhas de serviços classificados pela CONTRATANTE como críticos, com informações de causa e efeito, providências e correções aplicadas e recomendações sobre as lições aprendidas.

**2.7** A CONTRATADA deverá operar ininterruptamente a solução do Sistema de Monitoramento Remoto existente na sala-cofre da CONTRATANTE, acionando a equipe de manutenção corretiva sobre qualquer incidente detectado, a qualquer momento da ocorrência, sem qualquer custo adicional.

**2.8** O monitoramento ativo e em tempo real deverá abranger, no mínimo os seguintes itens:

- a)** tensões e correntes dos quadros elétricos;
- b)** climatizadores: ligado / desligado / defeito;
- c)** temperatura;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- d) umidade relativa do ar;
- e) ponto de orvalho;
- f) sistema de refrigeração;
- g) detector de Fumaça;
- h) sensoriamento de alagamento;
- i) alarme de incêndio;
- j) porta da sala cofre: aberta / fechada;
- k) serviço de CFTV existente da sala cofre;
- l) verificação de logs de eventos.

**2.9** A CONTRATANTE proverá à CONTRATADA o acesso ao sistema de monitoramento existente e às imagens de CFTV da sala cofre. O acesso poderá ser por meio de VPN Site-to-Site ou link dedicado, fornecido sem custos adicionais à CONTRATANTE.

**2.10** Deverá a CONTRATADA atender especificamente às atividades da sala-cofre e seus sistemas componentes, conforme descrito no subitem 5.1.11, do Termo de Referência Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 00/0000) por técnico especializado com supervisão do CONTRATANTE.

**2.11** A CONTRATADA deverá atender aos Requisitos Internos Não Funcionais e aos Requisitos Externos, conforme descrito nos itens 5.2 a 5.3 do Termo de Referência Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 00/0000).

## CLÁUSULA SEGUNDA –DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1** Todas as requisições de execução de serviço serão formalizadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA por meio de ordem de serviço.

**3.2** Para todos os efeitos, serão considerados como “ordem de serviço” todos os chamados de suporte corretivo, abertos manualmente ou automaticamente pelo serviço de monitoramento proativo, solicitações de serviços, aprovações de cronogramas de atividades e pedidos encaminhados por e-mail, contato telefônico ou outros meios acordados entre as partes.

**3.3** No caso de Ordens de Serviço abertas por meio de chamadas telefônicas ou e-mail, a CONTRATADA deverá fornecer um número de identificação do pedido, e os prazos de atendimento definidos neste contrato terão início a partir do registro da solicitação por telefone ou do recebimento do e-mail.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**3.4** Os demais formatos de solicitação deverão estar assinados pelo CONTRATANTE e obter o visto ou comprovante de entrega da CONTRATADA.

**3.5** As manutenções preventivas programadas deverão ser realizadas, no mínimo, mensalmente para a execução das inspeções listadas no ANEXO II, criando um cronograma de análise a ser aprovado pela área responsável.

**3.6** No caso de alterações do cronograma, deverá ser observado o mesmo procedimento definido anteriormente.

**3.7** Para a manutenção corretiva, o modelo de execução deverá ser por Chamado de Suporte Técnico, acionando diretamente a CONTRATADA, a ser realizado automaticamente ou pela área responsável quando detectada a falha ou erro. O chamado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e horário de abertura do chamado;
- b) descrição do erro ou falha relatada ou detectada;
- c) classificação do impacto do erro na execução dos serviços, obedecendo às definições contidas no item Níveis Mínimos de Serviço deste contrato.

**3.8** O fechamento do chamado será condicionado à prestação das seguintes informações pela CONTRATADA:

- a) resultado da análise de impacto ou de riscos sobre o ambiente;
- b) correção aplicada;
- c) recomendações para evitar a repetição da falha.

**3.9** Os chamados de suporte técnico encaminhados por e-mail deverão atender os mesmos critérios do item anterior e poderão ser abertos pelo CONTRATANTE quando as especificações dos problemas, falhas ou dúvidas requererem maior detalhamento e/ou arquivos anexos que fundamentem a solicitação, para análise e estudo da CONTRATADA.

**3.10** Todos os chamados deverão ser atendidos dentro do prazo especificado no presente termo.

**3.11** No prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar uma central de atendimento e suporte para ligações gratuitas, modelo 0800, ou por telefone com DDD de Brasília-DF, a quem caberá registrar e fornecer o número do chamado ou pedido no primeiro contato técnico.

**3.12** Para a manutenção evolutiva dos softwares a CONTRATADA deverá efetuar todos os testes de adequação do ambiente contratado antes de efetivar a recomendação de aplicação ou não, devendo proceder da seguinte forma:

- a) providenciar os novos licenciamentos se for o caso, em nome do CJF e encaminhá-los para o CONTRATANTE;
- b) efetuar análise das alterações em comparação com a versão atual que estiver instalada;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- c) fazer, em ambiente próprio, não sendo admitidos no ambiente contratado, todos os testes de compatibilidade;
- d) emitir relatório de análise e testes e de recomendações de aplicações para que seja aprovado pela área responsável;
- e) efetuar a instalação das versões propostas após autorização, de acordo com o cronograma definido pela CONTRATANTE;
- f) respeitar os prazos definidos neste termo para essa atividade.

**3.13** No que tange às Certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 do ambiente contratado, a CONTRATADA deverá propor um cronograma de testes e garantia das certificações, assim como de visitas dos órgãos certificadores quando for o caso.

**3.14** A cada 6 (seis) meses da data de assinatura do contrato, ou termo aditivo quando for o caso, a CONTRATADA deverá fazer um diagnóstico de utilização do ambiente, emitindo parecer da situação existente, caracterizando as condições de uso e capacidade disponível para novas instalações.

**3.15** Emitir o relatório de análise e proposições de melhorias para análise da CONTRATANTE.

**3.16** Executar, após autorização da CONTRATANTE, as melhorias propostas.

**3.17** Os chamados e/ou pedidos de serviços deverão ser analisados pela CONTRATADA e encaminhados à área responsável do CONTRATANTE quando necessitarem de aprovação para execução ou quando não atenderem aos seus requisitos de competência contratados.

**3.18** A CONTRATADA providenciará remessa tempestiva, via e-mail, ao CONTRATANTE informando cada abertura e fechamento do suporte efetuado por força da presente contratação.

**3.19** Ao receber a devolução da ordem de serviço da CONTRATADA, deverá o demandante validar se foram executados corretamente os serviços descritos e se foram alcançados os resultados esperados.

**3.20** A CONTRATADA não poderá se negar ou deixar de executar nenhuma ordem de serviço demandada cujo teor esteja previsto no contrato.

**3.21** Caso a CONTRATADA não consiga executar a ordem de serviço conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal ou gestor por escrito e com antecedência em relação ao prazo de conclusão, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

**3.22** Para adequação dos serviços ou da qualidade de prestação dos mesmos, poderão ser acordados entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, procedimentos que deverão ser documentados e assinados entre as partes, permitindo assim novo direcionamento quanto àquelas atividades.

**3.23** A ordem de serviço somente poderá ser encerrada quando todos os objetivos propostos forem plenamente atingidos, devidamente aceitos pela área técnica responsável, aprovada e atestada pelo gestor.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**3.24** Antes do fechamento de cada ordem de serviço a CONTRATADA consultará o representante responsável, que avaliará e aprovará o serviço realizado.

**3.25** Caso a ordem de serviço seja encerrada pela CONTRATADA sem anuência da área demandante ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberta e os prazos serão contados em continuidade ao expresso inicialmente na abertura original do chamado e/ou ordem de serviço, inclusive para efeito de aplicação das glosas e sanções previstas.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO**

**4.1** O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto nos arts. 73 a 76 da Lei n. 8.666/1993.

**4.2** Caso o CONTRATANTE constate que os serviços foram prestados em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompleto, a CONTRATADA será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada.

**4.2.1** Os serviços prestados em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será notificada e obrigada a refazê-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

**4.3** O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

**4.4** O recebimento do objeto contratual dar-se-á por intermédio de Atesto Mensal em termo circunstanciado, que será lavrado pelo(a) gestor(a) do contrato em até 05 (cinco) dias após o recebimento da fatura e demais documentos entregues pela empresa.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**4.1** O CONTRATANTE designará, na forma da Lei n. 8.666/1993, art. 67, um servidor com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

**4.2** O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto designado.

**4.3** A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1** Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:

- a) atender às ordens de serviço do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;
- b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c) não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- d) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- f) comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- g) indicar formalmente preposto, no prazo de 5 (cinco) dias, visando estabelecer contatos com o gestor do contrato;
- h) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) dar ciência aos seus empregados acerca da obediência ao Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Resolução n. 147 de 15 de abril de 2011 (<http://www.cjf.jus.br/cjf/conheca-o-cjf/codigo-de-conduta>);
- j) cumprir todas as demais obrigações constantes do item 5 do Termo de Referência, Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 00/0000).

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**6.1** Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a) permitir à CONTRATADA o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- b)** acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c)** exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d)** designar servidor para atuar como gestor do contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;
- e)** atestar as notas fiscais e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- f)** comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto;
- g)** efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;
- h)** aprovar e fiscalizar o cronograma de atividades proativas;
- i)** aprovar a atualização da documentação “Como-construído” (as built);
- j)** supervisionar a execução e implantação dos produtos objetos das ordens de serviços;
- k)** checar e aprovar os relatórios de serviços encaminhados pela CONTRATADA;
- l)** analisar a qualidade dos serviços realizados pela CONTRATADA e aplicar as glosas quando não atendidos os padrões exigidos;
- m)** determinar as datas e os horários para realização das manutenções programadas, prevendo o mínimo de impacto nas atividades dos usuários;
- n)** atestar e encaminhar cópia do Relatório de Atividades ao PREPOSTO para conhecimento e emissão da nota de cobrança até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

**7.1** O prazo de vigência deste contrato é de 30 (trinta) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

**7.2** A prorrogação da vigência do contrato, em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação dos serviços prestados à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

mercado, à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes, bem como a manutenção das condições de habilitação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO**

**8.1** O valor total contratado fica estimado em **R\$ 00,00 (extenso)**, conforme especificado a seguir:

Item	Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Mensal (R\$)	Total (R\$)
1	Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre.	Mês	30		

**8.2** Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irrecorríveis.

**8.3** O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 8.666/1993, art. 65, §1º.

**CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1** As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta dos recursos consignados, inclusive os suplementados, ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho Resumido - PTRES: CTN - 192205, Natureza da Despesa - ND: 33.90.40.11, Nota de Empenho: (\_\_\_\_).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

**10.1** O valor do contrato poderá ser reajustado decorrido 12 (doze) meses de vigência contratual, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, conforme a seguir:

**10.1.1** Na primeira prorrogação de vigência, as partes observarão para que o percentual a ser aplicado não seja superior à variação acumulada, no período compreendido entre a data da apresentação da proposta e aquela em que se verificar o mês anterior ao aniversário da celebração do contrato, conforme estabelece a Lei n. 8.666/1993, art. 40, inciso XI.

**10.1.2** Nas prorrogações seguintes, o reajuste será calculado considerando-se a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do contrato.

**10.2** Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**10.2.1** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

**10.3** Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

**11.1** O pagamento será efetuado, mensalmente, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica.

**11.2** As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao gestor do contrato pelos e-mails: protocolo@cjf.jus.br e sutec@cjf.jus.br.

**11.2.1** No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia/mês/ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

**11.3** A data de início de cobrança dos serviços deverá observar a data de assinatura do contrato, sendo a que a primeira fatura corresponderá à prestação de serviços desde a assinatura até o último dia do respectivo mês, de forma pro rata.

**11.4** As demais faturas deverão abranger o período do primeiro ao último dia do mês.

**11.5** Os valores a serem faturados concernentes aos serviços objeto desta contratação estarão sujeitos à descontos (glosas) nas situações de descumprimento das metas estabelecidas para os indicadores elencados no Níveis Mínimos de Serviço (NMS).



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**11.6** As notas fiscais deverão consignar, concomitantemente ao período considerado, os descontos proporcionais relativos ao desempenho da CONTRATADA no que diz respeito ao atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS), e serão acompanhadas das respectivas memórias de cálculo dos descontos lançados.

**11.7** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, correspondente aos serviços efetivamente executados e aceitos definitivamente, e já aplicados os devidos descontos e glosas, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

**11.8** A CONTRATADA deverá encaminhar ao gestor do contrato os relatórios referentes à prestação dos serviços prestados mensalmente e, no prazo de 10 (dez) dias contados do envio dos documentos, o gestor do contrato deverá analisar a documentação enviada e autorizar a emissão das notas fiscais.

**11.9** O atesto do gestor do contrato ocorrerá em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da nota fiscal, que será encaminhada à área financeira para pagamento nos seguintes prazos:

a) 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata a Lei n. 8.666/1993, art. 24, inciso II, neste caso o prazo para atesto será de **2 (dois) dias úteis** contados do recebimento da nota fiscal;

b) 10 (dez) dias úteis contados do atesto nos demais casos.

**11.10** Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

**11.11** Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

**11.11.1** Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**11.12** O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

**11.12.1** A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**11.13** O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**12.1** No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

**12.1.1** Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

**12.2** O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS

**13.1** A CONTRATADA deverá prestar o suporte e a manutenção de acordo com os Níveis de Serviço contratados.

**13.2** A CONTRATADA deverá realizar as manutenções programadas fora dos horários normais de expediente, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE, ou seja, pela madrugada ou em feriados e finais de semana, e de acordo com a autorização e programação do CONTRATANTE.

**13.3** Os chamados deverão ser encerrados descrevendo todos os serviços executados.

**13.4** Para efeito de classificação dos problemas relatados pelo CONTRATANTE, a Central de Suporte da CONTRATADA deverá registrar e classificar os problemas e falhas conforme nível de Severidade, nas seguintes condições:

a) severidade CRÍTICA, para problemas que afetam de forma crítica os serviços de TI da CONTRATANTE, deixando o ambiente sem condições de operação, causando impactos significativos em seu desempenho, existindo ou não a parada dos serviços;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- b)** severidade **ALTA**, para problemas ou dúvidas graves, que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho, e que não promova a parada dos serviços;
- c)** severidade **MÉDIA**, para problemas ou dúvidas que criam algumas restrições à operação do ambiente, e que não causam impacto significativo sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços de TI da **CONTRATANTE**;
- d)** severidade **BAIXA**, para problemas ou dúvidas que não afetam a operação do ambiente e que exigem ações para esclarecimentos técnicos, monitoração de serviços, execução ou acompanhamento de rotinas sobre o ambiente objeto da contratação.

**13.5** Para tratamento dos problemas classificados como de Severidade **CRÍTICA**, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a)** a **CONTRATADA** deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após a detecção por meio do serviço de monitoramento e realizar a abertura automática de requisição de suporte, promovendo o esforço concentrado, presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 01 (uma) hora, contadas a partir da abertura do chamado;
- b)** se após os primeiros 30 minutos de atendimento o serviço não for restabelecido, a **CONTRATADA** obrigatoriamente deverá utilizar todos os seus recursos e especialistas no dispositivo ou solução causadora do problema;
- c)** o atendimento aos problemas classificados como de severidade **CRÍTICA** não poderá ser interrompido até a recuperação do ambiente objeto da contratação e funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados;
- d)** neste caso deverá haver o acompanhamento do Responsável Técnico da **CONTRATANTE**;
- e)** após o restabelecimento do serviço e solução do problema, a **CONTRATADA** deverá confeccionar o “Relatório de Ocorrências Críticas”, relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas e as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência da falha.

**13.6** Para tratamento dos problemas classificados como de Severidade **ALTA**, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a)** a **CONTRATADA** deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 06 (seis) horas, contadas a partir do início da abertura do chamado;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**b)** se após as 04 (quatro) horas iniciais do atendimento o serviço não for restabelecido, a CONTRATADA obrigatoriamente deverá realizar o atendimento localmente, utilizando-se de todos os seus recursos especialistas no dispositivo ou solução causadora do problema.

**c)** o atendimento aos problemas classificados como de severidade ALTA não poderá ser interrompido até a recuperação do funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados.

**d)** neste caso deverá haver o acompanhamento do Responsável Técnico da CONTRATANTE.

**e)** após o restabelecimento do serviço e solução do problema, a CONTRATADA deverá confeccionar o “Relatório de Ocorrências”, relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas, as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência.

**13.7** Para tratamento dos problemas classificados como de Severidade MÉDIA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

**a)** a CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico em até 12 (doze) horas após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do início do atendimento.

**b)** após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o “Registro de Ocorrência”, relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o “link” da documentação adotada.

**c)** para tratamento dos problemas classificados como de severidade BAIXA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

**c.1)** iniciar o suporte técnico em até o primeiro dia útil seguinte à solicitação ou detecção da falha, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 07 (sete) dias úteis, contadas a partir da data de abertura do chamado.

**c.2)** após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o “Registro de Ocorrência”, relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o “link” da documentação adotada.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**13.8** A CONTRATADA deverá efetuar, no prazo máximo de 7 (sete) dias, sem que isso implique acréscimos aos preços contratados, a substituição de qualquer equipamento por outro novo, de primeiro uso, com características idênticas ou superiores, nos seguintes casos:

a) se apresentar divergência com as especificações do equipamento defeituoso retirado do ambiente do CONTRATANTE.

b) se, no período de 30 (trinta) dias corridos, contados após a abertura de chamado técnico, ocorrer defeitos recorrentes que não permitam seu correto funcionamento, mesmo tendo havido substituição de peças e componentes mecânicos ou eletrônicos. Por necessidade de serviço, a CONTRATANTE poderá solicitar a escalção de problema para níveis superiores de severidade.

**13.9** Os prazos para solução dos problemas técnicos escalados passam a contar do início novamente.

**13.10** O não cumprimento dos níveis de serviço definidos neste contrato, que não tenha sido devidamente justificado pela CONTRATADA, ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pelo CONTRATANTE, implicará em desconto na fatura (glosa). A aplicação da glosa servirá ainda como indicador de desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços.

**13.11** As glosas deverão ser aplicadas quando não atenderem ao resultado esperado e/ou quando os níveis de serviços não forem atendidos ou concluídos dentro do prazo previsto.

**13.12** No caso de discordância das glosas aplicadas, a CONTRATADA deverá apresentar impugnação, que será analisada pela CONTRATANTE.

**13.13** Se a decisão da Administração for favorável ao recurso da CONTRATADA, ela emitirá a nota de cobrança adicional para que seja efetuado o pagamento referente ao custo glosado.

**13.14** A nota de cobrança emitida pela CONTRATADA deverá ser atestada pelo gestor do contrato e encaminhada para a área financeira efetuar o pagamento, acompanhada do Relatório de Atividades e da documentação comprobatória das glosas.

**13.15** A CONTRATADA estará sujeita, independentemente das penalidades previstas, a aplicação de redutor na fatura (glosa) pelo não cumprimento de qualquer indicador de Nível Mínimo de Serviço, aplicáveis sobre o valor mensal do serviço, nos seguintes casos:

a) glosa de 2% (dois por cento), para cada dia de atraso, pela não entrega de cada relatório de visita técnica prevista no subitem de “Requisitos Internos Funcionais”, limitado até 10 (dez) dias. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**b)** glosa de 5% (cinco por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade crítica, limitado até 4 (quatro) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;

**c)** glosa de 3% (três por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade alta, limitada até 6 (seis) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;

**d)** glosa de 2% (dois por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade média, limitada até 12 (doze) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;

**e)** glosa de 1% (um por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade baixa, limitada até 24 (vinte e quatro) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;

**f)** glosa de 10% (dez por cento), para cada dia de atraso, pela não substituição de qualquer equipamento defeituoso em que não foi possível realizar o reparo por outro novo, limitada a 2 (dois) dias de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;

**g)** glosa de 2% (dois por cento), para cada dia de atraso, pela não atualização das plantas do layout de distribuição dos equipamentos dentro da Sala-cofre, bem como do quadro unifilar de energia, de acordo com as mudanças ocorridas após 15 (quinze) dias da alteração. A glosa será limitada até 10 (dez) dias de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;

**13.16** Independentemente do descumprimento dos atrasos previstos nas alíneas *a* a *g* do subitem anterior, o limite de glosas mensais será de até 30% (trinta por cento) do valor mensal do serviço.

**13.17** Nos casos em que os atrasos forem superiores aos limites previstos nos itens anteriores, além da aplicação das glosas previstas, poderá ser aplicada a Sanção Administrativa prevista na alínea *e* do Item 14.1.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

**14.1** O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará a CONTRATADA à:



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**a)** multa de mora pelo atraso na disponibilização da central de atendimento e suporte para ligações gratuitas, prevista na alínea n, do ITEM 5.4: de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;

**b)** multa de mora pela não realização no prazo estabelecido no contrato, de teste da estanqueidade da sala-cofre seguindo estritamente o que preconiza norma NBR 15.247: de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;

**c)** multa de mora pela não correção, no prazo estabelecido no contrato de quaisquer vazamentos ou problemas acusados pelo teste de estanqueidade: de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;

**d)** multa de mora pelo atraso na apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima quinta: de 2% (dois por cento), por dia corrido, calculado sobre o valor mensal do contrato, limitado a 15 (quinze) dias. Caso ultrapasse este limite, poderá ser caracterizada a inexecução parcial do contrato.

**e)** multa de mora pelo não-cumprimento de quaisquer outras condições previstas no contrato: de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida e/ou ocorrência, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas e/ou 12% (doze por cento) do valor mensal. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida e/ou ocorrência, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas e/ou 12% (doze por cento) do valor mensal.

**14.2** Pela inexecução total ou parcial o CONTRATANTE poderá, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 20 % (vinte por cento), sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) suspensão temporária;
- d) declaração de inidoneidade.

**14.3** Multa Compensatória, no caso da CONTRATADA der causa por qualquer motivo, ao cancelamento, perda ou invalidação da certificação pelo Órgão Certificador da certificação ABNT NBR 15.247 ou NBR 60.529 com o grau de proteção IP67, atribuída ao ambiente sala-



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

cofre objeto da contratação: 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor atualizado do contrato;

**14.4** Nos termos da Lei n. 10.520/2002, art. 7º, o CONTRATANTE poderá aplicar impedimento de licitar àquele que:

Ocorrência	Pena
a) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
b) falhar na execução do contrato:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
c) fraudar na execução do contrato:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;
d) comportar-se de modo inidôneo:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
e) cometer fraude fiscal:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

**14.4.1** O CONTRATANTE, para aplicação da penalidade prevista no item anterior, adotará os critérios previstos na Instrução Normativa n. 1, de 23/11/2020, da Presidência da República, publicada no DOU, em 24/11/2020 (n. 224, Seção 1, pag. 2).

**14.5** A não manutenção das condições de habilitação da empresa ao longo da execução do contrato, poderá ensejar a sua rescisão unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ainda, a aplicação de multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**14.6** A reabilitação, para a penalidade prevista na alínea “d” do item **14.2**, será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de suspensão temporária, se aplicada.

**14.7** A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com outras penalidades previstas no contrato ou nos dispositivos legais.

**14.8** A inexecução total ou parcial do ajuste poderá acarretar a sua rescisão, conforme previsto neste contrato e nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, assim como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**14.9** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com a respectiva comunicação da penalidade à CONTRATADA.

**14.9.1** A critério da autoridade competente do CONTRATANTE, com fundamento nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas, mediante comprovação dos fatos e, desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação da CONTRATADA.

**14.10** Em caso de aplicação de multa, o valor poderá ser descontado da garantia prestada, se houver, dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União – GRU, ou cobrado judicialmente, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

**14.11** O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE

**14.12** O CONTRATANTE promoverá o registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA

**15.1** A CONTRATADA apresentará, nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/1993, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, garantia de execução do contrato no valor de R\$ (inserir valor), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, tendo como beneficiário o CONTRATANTE.

**15.1.1** A CONTRATADA, caso opte pela modalidade de garantia caução, declara que manterá conta de caução específica para o depósito de valores oferecidos em garantia/caução referentes exclusivamente a contratos firmados com o CONTRATANTE.

**15.1.2** No caso de a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-Lei n. 1.737, de 21 de dezembro de 1979.

**15.2** A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas à CONTRATADA;



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**15.3** Caso o valor da garantia venha a ser utilizado em pagamento de qualquer obrigação atribuída à CONTRATADA, esta se obriga a efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação pelo CONTRATANTE.

**15.4** A CONTRATADA ficará obrigada a apresentar nova garantia sempre que necessário, seja por expirar o vencimento, alteração por aumento no valor do contrato ou outra necessidade indispensável, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura do respectivo instrumento contratual.

**15.5** A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstos neste instrumento será devolvida à CONTRATADA, que disporá do prazo improrrogável de 20 (vinte) dias úteis para a regularização da pendência.

**15.6** O CONTRATANTE poderá executar a garantia para ressarcimento dos valores que a CONTRATADA passe a dever em virtude da ocorrência de qualquer das situações expressamente previstas neste contrato e na legislação pertinente, após a instauração de procedimento administrativo específico.

**15.7** Na ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações contratadas, o CONTRATANTE notificará a empresa seguradora da expectativa de sinistro com vistas a resguardar a Administração de possíveis prejuízos, mediante provocação da unidade gestora responsável pelo acompanhamento da execução contratual, durante a vigência da apólice.

**15.8** A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato e será liberada mediante a comprovação do adimplemento total das obrigações contratuais.

**15.9** O termo de garantia será restituído à CONTRATADA após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, mediante solicitação formal da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

**16.1** Este contrato poderá ser rescindido a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

**16.2** Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processo de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução objeto não seja afetada e que a sucessora mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**17.1** Em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993, art.61, parágrafo único, o contrato será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

**18.1** A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CONTRANTE em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas aos serviços e produtos objeto do presente contrato.

**18.2** A CONTRATADA deverá atender aos requisitos previstos no Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do CJF, instituído pela Portaria CJF n. 323, de 14 de agosto de 2020, especificamente o item sustentabilidade em serviços de manutenção de sistemas de refrigeração.

**18.3** A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para o Contratante, os equipamentos de segurança e proteção individual que se fizerem necessários para a execução dos serviços, conforme disposto no art. 6º, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

**18.4** A CONTRATADA será responsável, no que couber, pelo descarte final ambientalmente adequado das sobras de obra e entulho, conforme Lei Distrital n. 4.704, de 20 de dezembro de 2011.

**18.5** A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com o CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e à melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica dos equipamentos. Deverá, ainda, apresentar ao CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação, bem como informação a respeito das medidas adotadas para sua melhoria.

**18.6** A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**19.1** Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

**20.2** Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 8.666/1993, bem como dos princípios de direito público.

**20.3** É defeso à CONTRATADA utilizar-se deste contrato para caucionar qualquer dívida ou títulos por ela emitidos, seja qual for a natureza.

**20.4** A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

**20.5** A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelos e-mails: (inserir e-mail gestor, substituto e da unidade).

**20.5.1** Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

**20.6** Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

**20.6.1** O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**  
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

**SIGNATÁRIO CONTRATADA**

**ANEXOS**

ao CONTRATO CJF N. 0\_\_/20\_\_  
celebrado entre o CONSELHO DA  
JUSTIÇA FEDERAL e a (inserir nome  
da CONTRATADA), para prestação de  
serviços de assistência técnica para  
equipamentos pertencentes à solução do  
ambiente físico seguro e seus subsistemas,  
do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho  
da Justiça Federal, abrangendo  
manutenção preventiva programada,  
corretiva e evolutiva de software,  
monitoramento e suporte técnico, com  
substituição de peças, componentes e  
equipamentos.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO I

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	MÊS REFERÊNCIA:
Contrato Número Contratada	VALOR MENSAL (R\$)

CONSOLIDAÇÃO MENSAL DOS SERVIÇOS

LISTA DE ATIVIDADES REALIZADAS

Item Contratual	Quantidade Executada	Quantidade Aprovada	Quantidade Glosada	Desconto das Glosas	Custo Mensal Aprovado



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

<b>TOTAL</b>					

<b>RESUMO DESCRITIVO DAS GLOSAS</b>	<b>Nº DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>% APLICADO</b>	<b>CUSTO TOTAL DA GLOSA</b>
<b>TOTAL DE GLOSAS</b>			

**ATESTADO DO GESTOR**

Ao Preposto,

Atesto e aprovo os valores e quantitativos acima especificados e solicito a emissão da Nota Fiscal, nos parâmetros do presente relatório para que seja efetuado o pagamento. Caso não concorde com os valores descontados por razão de glosas, deverá encaminhar recurso com exposição das razões para a Secretaria de Administração, a quem caberá a decisão final.

Gestor do contrato  
Carimbo/Data

**Aceitação**

(    ) De acordo com o ateste acima

(    ) Acordo parcial

Preposto da Contratada  
Carimbo/Data



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO II  
TABELA DE FREQUÊNCIA DAS INSPEÇÕES

1.9. SALA-COFRE

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PORTA</b>	<b>12</b>
Verificar funcionamento do mecanismo	
Verificar lubrificação do mecanismo	
Verificar posição dos pinos	
Verificar funcionamento das chaves	
<b>Vedações:</b>	
Verificar as gaxetas	
Verificar contato gaxetas x batente	
Verificar isolantes térmicos	
<b>Dobradiças:</b>	
Lubrificar	
Verificar cordões de solda	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar alinhamento folha x batente	
<b>Soleiras:</b>	
Verificar aspecto visual	
<b>Almofadas:</b>	
Verificar estado geral das almofadas e parafusos.	
<b>Mola Geze:</b>	
Verificar travamento	
Verificar fechamento automático	
Verificar cabos de ligação e duto flexível	
<b>Micro switch:</b>	
Verificar funcionamento	
<b>BLINDAGENS</b>	<b>12</b>
Verificar a integridade das blindagens	
Verificar as cunhas de aperto	
Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens	
Verificar lacres	
Verificar pontos de ruptura	
<b>ELEMENTOS</b>	<b>12</b>
Verificar integridade dos painéis	
Verificar as vedações e elementos químicos das junções	
Realizar retoques de pintura (manter as características originais)	
Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	<b>12</b>
Verificar régua de bornes	
Reapertar terminais	
Verificar funcionamento de botoeiras	
Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores	
Verificar temperatura da fonte e do Trafo	
Verificar tensão de alimentação, saída do Trafo, saída da fonte, carga das baterias	
Verificar temporizadores, fusíveis de reserva	
Verificar LEDs de iluminação e contatores	
Limpar painel interna e externamente	
Verificar fechaduras com grafite	
Verificar configuração lógica da CLP	
Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

TESTES	12
Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers	
TESTE DE ESTANQUEIDADE	1
Teste realizado de acordo com a norma NBR 15.247 ou ECB-S (European Certification Body) EN 1047-2.	

#### 1.10. PISO ELEVADO

ITEM	VISITAS/ANO
PISO ELEVADO	12
<b>Nivelamento:</b>	
Verificar nivelamento das placas	
Verificar cruzetas	
Verificar trims (piso americano)	
Verificar alinhamento das placas	
<b>Reforço:</b>	
Colocar suportes de reforço onde necessário	
<b>Placas:</b>	
Trocar placas danificadas	
<b>Leito aramado:</b>	
Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário	

#### 1.11. LIMPEZA

ITEM	VISITAS/ANO
ELEMENTO DE FUNDO	12
Aspirar o pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado;	
PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)	9
Aspirar o pó e limpar a superfície das placas com pano úmido	
PISO ELEVADO (PESADA)	3
Aspirar o pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante (em conformidade com as especificações do fabricante)	
LEITOS ARAMADOS	4



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Aspirar o pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos nas dependências da sala-cofre	
<b>ELEMENTOS DAS SALAS</b>	<b>12</b>
Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos (sensores, quadros, equipamentos de ar-condicionado, cilindro de gás)	
<b>PORTAS</b>	<b>12</b>
Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas	
<b>LUMINÁRIAS</b>	<b>4</b>
Limpeza da superfície refletora, das lâmpadas e das grelhas difusoras	
<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>4</b>
Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, dos nobreaks, da superfície externa dos quadros de energia.	

#### 1.12. SISTEMAS DE ENERGIA

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PAINÉIS DE BAIXA</b>	<b>4</b>
Verificar fixação, pintura e funcionamento das portas	
Verificar identificação do painel	
Efetuar limpeza do painel	
Efetuar limpeza interna e externa do painel	
Verificar cabos e canaletas do painel	
Organizar cabos e canaletas do painel	
Realizar Inspeção com termovisor das conexões e componentes	
Verificar proteções de partes energizadas	
Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos	
Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes	
Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel	
Verificar condições dos componentes elétricos	
Verificar aterramento e neutro do painel	
Verificar dispositivos de proteção	
Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

### 1.13. SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO

ITEM	VISITAS/ANO
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir tensão do ventilador	
Medir corrente do ventilador	
Medir corrente do compressor	
Medir corrente das resistências	
Medir corrente do umidificador	
Verificar disjuntores	
Reapertar conexões elétricas	
<b>Mecânica:</b>	
Verificar filtros de ar (trocar se necessário)	
Verificar resistência de cárter	
Verificar pontos de vazamento de óleo	
Verificar visor de líquido	
Verificar vazamentos de gás	
Limpar o equipamento (interno e externo)	
Medir temperatura de insuflamento de ar	
Medir temperatura de retorno de ar	
Realizar limpeza do dreno	
<b>Painel de revezamento:</b>	
Verificar funcionamento em modo automático	
Realizar limpeza interna e externa	
Realizar reaperto das conexões elétricas	
Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)	
Aferir sensores de temperatura e umidade	
<b>Parâmetros:</b>	
Set-point de temperatura	
Set-point de umidade relativa	
Set-point de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONDENSADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir corrente dos ventiladores	
Medir tensão das bombas	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Reapertar terminais e bornes	
<b>Pumpset:</b>	
Medir corrente do painel pumpset	
Teste operacional do painel pumpset	
<b>Mecânica:</b>	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	
Retirar ventilador e lavar a serpentina	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>INSTALAÇÕES – CLIMATIZAÇÃO</b>	<b>12</b>
Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos	
Verificar estrutura dos equipamentos	
Verificar tubulações de água e dreno	
Verificar proximidades dos equipamentos e interferências	
Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos	
Verificar fixação das partes, tampas e vedações	
Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras	
Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade	
Verificar proporção de placas perfuradas	
Verificar distribuição adequada das placas perfuradas	
Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente	
Verificar obstáculos sob o piso elevado	

#### 1.14. SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

ITEM	VISITAS/ANO
<b>DETECÇÃO DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Realizar auto check da central de alarmes	
Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes	
Analisar o log de eventos da central de alarmes	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário	
Verificar identificação dos detectores	
Verificar tubulações	
Verificar módulos	
Verificar conectores e reapertar conexões	
Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de fumaça	
Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar funcionamento da sinalização do painel	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios	
Verificar a atuação na central de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Realizar Auto check da central de alarmes	
Realizar limpeza externa da central de alarmes	
Verificar estado de conservação e fixação da central	
Verificar a fixação de componentes	
Verificar comunicação com elevadores, pressurização de escadas, controle de acesso e climatização (dampers automáticos)	
Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário	
Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em detector	
Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)	
---	--

ITEM	VISITAS/ANO
<b>COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Verificar plugs de acionamento	
Verificar lacres do acionamento manual	
Verificar pressão do manômetro dos cilindros	
Realizar limpeza dos cilindros	
Verificar fixação dos cilindros	
Verificar data para manutenção dos cilindros	
Simular atuação de alarme de incêndio (fechamento de laço convencional/precoce)	
Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros	
Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los	

#### 1.15. SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CFTV</b>	<b>4</b>
<b>Câmeras:</b>	
Verificar a necessidade de reposicionamentos ou ajustes	
Realizar limpeza externa e das lentes	
Verificar fixação e conexões elétricas	
<b>Painéis de switches:</b>	
Realizar limpeza interna e externa	
Organizar cabos e verificar conexões	
Verificar funcionamento dos switches	
Verificar o aterramento	
<b>Servidor:</b>	
Verificar funcionamento adequado do software do CFTV	
Verificar a gravação adequada das imagens (tempo/backup)	
Verificar conexões e funcionamento de rede	
<b>Monitores:</b>	
Testar funcionamento de detecção de movimentos e pop-ups	
Verificar revezamento das imagens	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar funcionamento de câmeras móveis (controle remoto)	
Verificar posicionamento das câmeras e qualidade das imagens (foco/distorções)	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CMC/NETWATCH</b>	<b>4</b>
Verificar parâmetros de configuração	
Verificar sensor(es) de temperatura	
Verificar sensor(es) de umidade	
Verificar log de eventos	
Verificar leitora de cartões	
Verificar trava de porta	
Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética	
Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC	
Verificar recepção de traps nos equipamentos	
Verificar sensor de vibração	
Verificar sensor (es) de estado de porta (s)	
Verificar cabeamento de alarmes	
Verificar conectores de interligação	
Verificar painel frontal (LEDs e touch pannel)	
Verificar comunicação via TCP/IP	
Verificar software CMC Manager	
Verificar sensor de líquido CMC/IHM	
Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>3</b>
<b>Leitores:</b>	
Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)	
Verificar condições de instalação e conservação	
<b>Portas:</b>	
Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário	
Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário	
Verificar fechamento automático e reparar, se necessário	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário	
Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo	
<b>Painéis das controladoras:</b>	
Realizar limpeza interna e externa dos painéis	
Reparar fixação do painel e componentes	
Verificar condições das conexões e realizar reapertos	
Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário	
<b>Infraestrutura:</b>	
Verificar componentes de campo	
Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura	
Estação de programação	
Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário	
Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças	
Realizar testes de navegação e acionamentos remotos	
Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo	
<b>Funcionamento:</b>	
Testar intertravamento com sistema de segurança (combate a incêndio)	

#### 1.16. LIMITES AO ESCOPO DOS SERVIÇOS ONGOING

ITEM	VISITAS/ANO
<b>SALA-COFRE</b>	
Abertura e fechamento de blindagens existentes	6
Pintura dos elementos da sala	10m <sup>2</sup>
<b>PISO ELEVADO</b>	
Troca de placas do piso	6 placas
Leito aramado: novos e alteração da rota	4m lineares
Reforços	1
<b>SISTEMA DE ENERGIA</b>	
Mudança de até dois pontos de energia e disjuntores	4
<b>SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Troca de filtros de ar	<b>2 (por equip)</b>
Recarga de Gás Refrigerante (caso necessário)	<b>1 (por equip)</b>
Troca de compressor (caso necessário)	<b>1 (por equip)</b>



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

### ANEXO III

## TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

---

**Termo de Responsabilidade e Confidencialidade para empresas pretendentes a concorrer ao edital para contratação de manutenção de Sala-cofre para o Conselho de Justiça Federal**

---

### **Objetivo**

Este termo de responsabilidade se aplica às empresas concorrentes ao edital para **Contratação de empresa especializada para manutenção de Sala-Cofre** para o Conselho de Justiça Federal, que se comprometem a não divulgar as informações e dados do ambiente do CJF, incluindo aquelas repassadas durante a vistoria técnica de que trata o item 9.1.1 do Termo de Referência, assumindo tais informações como confidenciais.

Este compromisso se fará mediante a assinatura do representante autorizado da empresa, devendo ser anexadas ao Termo de Confidencialidade a procuração da empresa em nome de seu representante e cópia da identificação do próprio representante.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Pelo presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade, eu \_\_\_\_\_, (dados civis), CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, (órgão emissor), representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, comprometo-me a manter sob sigilo as informações e dados das instalações, softwares e processos do ambiente computacional do CJF, a mim divulgadas em função de participação no Edital de Licitação nº \_\_\_\_\_ modalidade Pregão.

Sob as penas da Lei, comprometo-me a não divulgar ou distribuir o material e as informações recebidas.

Brasília, 25 de junho de 2021.

---

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO /  
REPRESENTANTE DA CONCORRENTE

---

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO CJF



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**ANEXO IV**  
**EQUIPAMENTOS E MEMORIAL DESCRITIVO**

DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE					
COMPLEMENTO I - EQUIPAMENTOS E MEMORIAL DESCRITIVO					
CLIENTE/ CÓDIGO	Conselho de Justiça Federal-DF				
RESPONSÁVEL			TELEFONE	3022-7420	
ENDEREÇO	SAFS-QD 06 LOTE 01 TRECHO 3 BL D		CIDADE/ESTADO	BRASÍLIA/ DF	
Nº DO CONTRATO	RG/Nº: 002/2010				
SALA COFRE					
Fabricante/Tipo	ACECO-LAMPERTZ/IT CERTIFICADA		Altura interna (m)	2,87	
Comprimento interno (m)	5,25	Largura interna (m)	5,847	Área total interna (m²)	30,70
Normas aplicáveis	NBR 15247/NBR 11515/NBR ISO IEC 17799/certificada ABNT pelo procedimento PE047.01/resoluções da ICP-Brasil contidas no DOC-ICP-02 e DOC-ICP-05				
PISO ELEVADO					
Fabricante/Modelo	TATE - CC1250		Modulação do Piso	600X600mm	
Vão livre	23.5		Altura do Piso (acabado)	27cm	
CLIMATIZAÇÃO: EVAPORADORES/CONDENSADORAS (HIROSS-HIMOD S23UA)					
Descrição dos equipamentos	380V/3PH/60HZ+NE+PE		Fabricante	Liebert-Hiross	
Modelo	Hiross- Himod S23UA		Quantidade	4	
Capacidade dos equip. (KW ou TR)	21 KW		Nºs de série	A1-8894080002 / A2-8894090001 A3-9102990005	
Tensão nominal/alimentação	380V		Microface/Eprom	PAM/ICON	
Compressor/Modelo/ Fabricante	ZR81KCE-TF7-522		Tipo de gás	R 407C	
Visor de liquido	1/2 SOLDA / CASTEL		Filtor secador/ Fabricante/ Modelo	1/2 SOLDA / CASTEL / 4316/M12S	
Pressostato de alta	P100DA-14D CO 377 MAN 281R05		Pressostato de baixa	P100AP-107 CO 15 CI29 303 R05	
Resistência do Carter/ modelo	240V 70W / CH280		Medida do filtro	695X645X100mm	
Válvula Solenoide	24V 1/2 SOLDA CASTEL TYPE HM2		Modelo do ventilador/ fabricante (evaporador)	NA	
Condensadora	Remota a ar		Fabricante/ modelo	Emerson/HCE 33	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Valvula Expansão	8TR 28KW DANFOSS	Dimensões	NA
Tensão	380V - monofásico	Nºs de série	NA
<b>CABEAMENTO LÓGICO</b>			
Fabricante/Qtd	FURUKAWA/144 pontos	Tipo/Categoria	UTP 4 pares cat. 6
Patch Panel	06 unidades/angular/24 posições	Caixas de consolidação	24 unidades/06 posições
Rack	01 unidade/tipo aberto	Patch cords	288 unidades, sendo 144 de 2,5m e 144 de 3,0m
Leito aramado	310X110	NA	

<b>DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE</b>			
<b>CABEAMENTO ELÉTRICO</b>			
Quadros	QDIX/QDIY	Fabricante	VEPAN
Qtd de circuitos(X)	21 circuitos mono(utilizados)/60 Barramento+A50:I66	Modelo	Power Logic PM210
Qtd de circuitos(Y)	25 circuitos mono(utilizados)/60Barramento	Disjuntor de entrada	EZC250N em 150A
Cabos	3x2,50mm² - AFUMEX	Tomadas	Conector Pial 32A
Leito Aramado	310X100	Disjuntor de entrada	EZC250N em 150A
Painel	Multimedidor	Aterramento	Cordoalha chata
<b>SISTEMA DE DETECÇÃO PRECOCE E COMBATE AUTOMÁTICA CONTRA INCÊNDIOS</b>			
<b>DETECÇÃO PRECOCE - STRATOS</b>			
Descrição do equipamento	STRATOS MICRA HSSD 25	Quantidade de equipamentos	1
Modelo	30760	Nº de serie	105830
Bateria	12 volts	Quant. de bateria	02 p/ cada
Fonte	24 volts	Quant.de fontes	01 p/ cada
<b>COMBATE AUTOMÁTICO - FM-200</b>			
Fabricante	KENTEC	Modelo	SIRENE/SAV
Detector convencional	Óptico	Quant. de detector convencional	02 na Sala Cofre
Modelo FM 200	HFC 227ea	Quant. de cilindro	1 unidade (na Sala Cofre)
Pesp de cada cilindro	150,0 LBS / 70.5 Kg	Fornecedor	GLOBAL SYSTEM



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SISTEMA DE SUPERVISÃO REMOTO (DATA CENTER NET WATCH - CMC-TC MANANGER)			
Descrição do equipamento/ Qtd	CMC TC / 02	Modelo	CMC TC NET WATCH V 3.01
Fabricante	RITTAL	Unidade de I/O	3
Unidade de processamento	1	Sensor de fumaça	2
Unidade GSM	1	Sensor de temperatura	2
Sensor de umidade	2	Sensor de líquido	1
Sensr de porta	1	Serie	43170

DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE			
SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO			
Descrição do equipamento/ modelo	Leitora Biométrica Control ID CX 700	Quantidade	01 (conforme indicado no projeto As Built)
Fabricante	Control ID	Hardware (Controlador)	NA
Software	W-ACCESS versão 3.09	Hardware (Leitoras)	NA
SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV (CFTV)			
Fabricante/Modelo	BOSCH NWC00455-20P DINION IP	Quantidade	04 câmeras, sendo 3 unidades na Sala Cofre e 1 unidade no ambiente externo (conforme indicado no projeto As Built)
Lente	LTC 3364/50 3374/50 CS 1/3" 50500mm	Câmeras (tipo)	POE 24VAC/12VDC
Software	DIGIFORT / EXPLORE VERSÃO 6.3	Hardware	Servidor de imagens 16 cameras
PAINEL DE ALARME			
Fabricante/Modelo	BOSCH/FPD 7024	Quantidade	1
Detector Convencional Ótico	sim	Quantidade	2
OUTROS EQUIPAMENTOS			
Painel IHM	sim	Quantidade	1
Chave de Bloqueio	sim	Quantidade	1
Chave Manual	sim	Quantidade	1
Inibidor de Sirene	sim	Quantidade	1



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Quadro Painel Célula	sim	Quantidade	1
Quadro de Alim. (Climas)	sim	Quantidade	1

ANEXO V

**CERTIFICAÇÃO ABNT NBR 15247 Nº 105**



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**  
*Conformity Declaration*

**Nº 113.192/20**

A ABNT declara que foram cumpridas as atividades programadas de manutenção na solução abaixo identificada em conformidade ao item 6 do PE-047, podendo, portanto, manter o direito ao uso da placa de identificação da Marca de Segurança ABNT.

*ABNT declares that the scheduled maintenance activities in the solution identified below have been complied with in accordance with item 6 PE-047 and may therefore retain the right to use the ABNT Safety Mark nameplate.*

Data da realização da manutenção: <i>Date of maintenance</i>	19/10/2020
Relatório de Atividade Técnica (RAT) nº: <i>Technical Activities Report (RAT) n°:</i>	113-5308/2020

Empresa responsável pela manutenção da sala-cofre durante o período de validade desta declaração: <i>Company responsible for maintaining the safe room during the period of validity of this declaration:</i>	ACECO TI LTDA
Empresa/Órgão no qual está instalada a sala-cofre: <i>Company/Body where the safe room is installed:</i>	Conselho de Justiça Federal - CJF
Endereço da empresa/Órgão: <i>Company/Body address:</i>	St. de Clubes Esportivos Sul, Trecho 3 - Lote 9 - Brasília - DF - 70200-003
Modelo da sala-cofre: <i>Safe room model:</i>	Rittal TDR-B/M Classe: S60D Tipo: B
Número de série: <i>Serial number:</i>	SCO-271
Placa ABNT: <i>ABNT identification plaque:</i>	0105

Data limite de inspeção da sala: <i>Deadline for room inspection:</i>	09/10/2021
--	------------

**Validade da declaração:**

*Validity of the declaration:*

**19/10/2021**

**O fornecedor certificado ou o proprietário da sala cofre devem solicitar a ABNT a renovação desta declaração.**

*The certified supplier or the safe room owner must request ABNT to renew this declaration.*

**Data de Emissão: Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2021.**

*Issuance date: Rio de Janeiro, January 11 th, 2021*

**Sergio Pacheco**  
**Gerente de Certificação de Produto**  
*Product Certification Manager*

**ABNT** Associação Brasileira de Normas Técnicas

Av. Treze de Maio, 13 – 28º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-901  
Rua Conselheiro Nebias, 1.131 – Campos Elíseos – São Paulo – SP – CEP 01203-002



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

 <b>ABNT NBR 15247</b>  <b>S 60 D</b>  <b>TIPO B</b> <small>Type B</small>	<b>Unidade de armazenagem segura</b> <b>Salas-cofre e cofres para hardware</b> <small>Secure storage units - Data rooms and data containers</small>	
	<b>Número de série: SCO - 271</b> <small>Serial Nr. SCO - 271</small>	<b>Ano de fabricação: 20 10</b> <small>Fabrication year 2010</small>
	<p>Esta sala cofre foi fabricada e está certificada conforme a norma ABNT NBR 15247 sendo classificada para resistência ao fogo por 60 minutos. <small>This data container was manufactured and certified according ABNT NBR 15247 and is classified for 60 minutes fire resistance.</small></p> <p>Esta sala também foi testada conforme a norma ABNT NBR IEC 60529 com o grau de proteção IP67. <small>This data container was also tested according ABNT NBR IEC 60529 with protection degree IP67</small></p> <p>Qualquer alteração em suas características originais por uso indevido ou desgaste natural, ou a falta de manutenção preventiva e corretiva, efetuada pelo fabricante ou seu credenciado invalida esta marca de segurança. <small>Any alteration in its original characteristics caused by improper use, natural wear and tear or lack of preventive and/or corrective maintenance made by the manufacturer or by their accredited invalidates this security mark.</small></p>	
	<b>Controle - ABNT - Nº</b>	<b>0105</b>

<b>DATA ROOM</b>	
Type tested and certified according to EN 1047-2 by the European Certification Board-Security Systems of Forschungs- und Prüfgemeinschaft Geldschränke und Tresoranlagen e.V., Frankfurt am Main	
Cert. mark No.	664
Protection class	R 60 D
Serial No.	SCO 271
Year of manufacture	2010
 <b>Deutscher Akkreditierungsrat DAT-ZE-003/92</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

90026.212021.8014.4229.6234027723



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DO DF

**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**  
**Nº 00021/2021**

Às 10:00 horas do dia 08 de julho de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 367 de 31/08/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 0004108152020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00021/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1****Descrição:** Instalação , manutenção , montagem - sala cofre , sala tele-presença , vídeoconferência**Descrição Complementar:** Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre.**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 1**Valor Estimado:** R\$ 969.366,1800**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** 1,00 %**Unidade de fornecimento:** Unidade**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, pelo melhor lance de R\$ 939.866,0000 e com valor negociado a R\$ 930.000,0000 .

**Histórico****Item: 1 - Instalação , manutenção , montagem - sala cofre , sala tele-presença , vídeoconferência****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
06.172.384/0001-06	VIACOM NEXT GENERATION COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 969.366,1800	R\$ 969.366,1800	06/07/2021 23:33:43
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
22.823.243/0001-62	D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI	Sim	Sim	1	R\$ 969.366,1800	R\$ 969.366,1800	07/07/2021 10:45:37
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
08.220.952/0001-22	RCS TECNOLOGIA LTDA	Não	Não	1	R\$ 969.366,1800	R\$ 969.366,1800	07/07/2021 16:39:14
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							
01.011.976/0001-22	ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A	Não	Não	1	R\$ 969.366,1800	R\$ 969.366,1800	08/07/2021 00:29:41
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							
26.415.117/0001-20	ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDUSTRIA E	Sim	Sim	1	R\$ 990.000,0000	R\$ 990.000,0000	07/07/2021 17:24:25

COMERCIO LTDA EM  
R**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre.**Porte da empresa:** ME/EPP**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 990.000,0000	26.415.117/0001-20	08/07/2021 10:00:02:193
R\$ 969.366,1800	08.220.952/0001-22	08/07/2021 10:00:02:193
R\$ 969.366,1800	01.011.976/0001-22	08/07/2021 10:00:02:193
R\$ 969.366,1800	06.172.384/0001-06	08/07/2021 10:00:02:193
R\$ 969.366,1800	22.823.243/0001-62	08/07/2021 10:00:02:193
R\$ 959.672,0000	01.011.976/0001-22	08/07/2021 10:08:29:737
R\$ 949.360,0000	22.823.243/0001-62	08/07/2021 10:10:06:507
R\$ 939.866,0000	01.011.976/0001-22	08/07/2021 10:11:19:437
R\$ 930.000,0000	22.823.243/0001-62	08/07/2021 10:13:07:803

**Desempate de Lances ME/EPP**

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
06.172.384/0001-06	09/07/2021 16:00:12:700	09/07/2021 16:05:12:700	Tempo para envio de lance expirou	-

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Abertura	08/07/2021 10:00:05	Item aberto.
Encerramento etapa aberta	08/07/2021 10:15:08	Encerrada etapa aberta do item.
Encerramento	08/07/2021 10:15:08	Item encerrado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	08/07/2021 13:09:41	Convocado para envio de anexo o fornecedor D ´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, CNPJ/CPF: 22.823.243/0001-62.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	08/07/2021 14:13:21	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor D ´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, CNPJ/CPF: 22.823.243/0001-62.
Aceite de proposta	09/07/2021 15:39:51	Aceite individual da proposta. Fornecedor: D ´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, CNPJ/CPF: 22.823.243/0001-62, pelo melhor lance de R\$ 930.000,0000.
Inabilitação de fornecedor	09/07/2021 15:41:49	Inabilitação de proposta. Fornecedor: D ´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, CNPJ/CPF: 22.823.243/0001-62, pelo melhor lance de R\$ 930.000,0000. Motivo: Não foram encaminhados atestados de capacidade técnica, correspondente a clausula X, item 10.1, alíneas I.1 e I.3 do edital. E com fundamento no art. 43 § 3º, da Lei 8.666/93, que veda a inclusão posterior de documento não é possível aceitar novos atestados.
Inabilitação de fornecedor	09/07/2021 15:55:50	Inabilitação de proposta. Fornecedor: D ´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, CNPJ/CPF: 22.823.243/0001-62, pelo melhor lance de R\$ 930.000,0000. Motivo: Não foram encaminhados atestados de capacidade técnica, correspondente a clausula X, item 10.1, alíneas I.1 e I.3 do edital. E com fundamento no art. 43 § 3º, da Lei 8.666/93, que veda a inclusão posterior de documento não é possível aceitar novos atestados.
Desempate - Retorno do julgamento	09/07/2021 16:00:12	Retorno de item do julgamento para a etapa de desempate Me/Epp.
Desempate - Início do desempate	09/07/2021 16:00:12	Item está em 1º desempate Me/Epp, aguardando lance.
Desempate - Tempo do lance expirado	09/07/2021 16:05:13	O Item teve o 1º desempate Me/Epp encerrado às 16:05:12 de 09/07/2021. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor VIACOM NEXT GENERATION COMUNICACAO LTDA, CPF/CNPJ: 06.172.384/0001-06.
Encerramento	09/07/2021 16:05:13	Item encerrado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	09/07/2021 16:07:58	Convocado para envio de anexo o fornecedor ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, CNPJ/CPF: 01.011.976/0001-22.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	09/07/2021 16:30:59	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, CNPJ/CPF: 01.011.976/0001-22.
Aceite de proposta	12/07/2021 14:30:30	Aceite individual da proposta. Fornecedor: ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, CNPJ/CPF: 01.011.976/0001-22, pelo melhor lance de R\$ 939.866,0000.
Negociação de valor	12/07/2021 14:31:52	Alteração na negociação da proposta. Fornecedor: ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, CNPJ/CPF: 01.011.976/0001-22, pelo melhor lance de R\$ 939.866,0000 e com valor negociado a R\$ 930.000,0000. Motivo: O valor foi negociado, e a empresa aceitou reduzir o valor ofertado no ultimo lance.

Habilitação de fornecedor	12/07/2021 14:32:51	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, CNPJ/CPF: 01.011.976/0001-22, pelo melhor lance de R\$ 939.866,0000 e com valor negociado a R\$ 930.000,0000.
---------------------------	---------------------	--

**Não existem intenções de recurso para o item**

### Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	08/07/2021 10:00:02	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	08/07/2021 10:00:05	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	08/07/2021 10:00:05	Algumas propostas do item 1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	08/07/2021 10:15:08	O item 1 está encerrado.
Sistema	08/07/2021 10:15:11	Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade.
Pregoeiro	08/07/2021 12:14:39	Para D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI - Sr. licitante, solicito o envio de proposta ajustada ao valor do lance final no prazo de 2h, contadas da convocação do anexo no sistema comprasnet, nos termos do item 11.1 do edital.
Pregoeiro	08/07/2021 12:15:42	Para D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI - Antes de convocar o anexo, questiono a empresa acerca da possibilidade de negociação dos valores ofertados?
22.823.243/0001-62	08/07/2021 12:21:19	Boa tarde, Sr. pregoeiro.
22.823.243/0001-62	08/07/2021 12:25:24	Sr. pregoeiro, podemos negociar sim. Podemos baixar no valor 5.000,00
22.823.243/0001-62	08/07/2021 12:26:01	Baixar no valor do último lance 5.000,00
Pregoeiro	08/07/2021 13:09:18	Ok, obrigada.
Pregoeiro	08/07/2021 13:09:31	Vou convocar o anexo.
Sistema	08/07/2021 13:09:41	Senhor fornecedor D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, CNPJ/CPF: 22.823.243/0001-62, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	08/07/2021 14:13:21	Senhor Pregoeiro, o fornecedor D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI, CNPJ/CPF: 22.823.243/0001-62, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	08/07/2021 16:33:38	Srs. licitantes, informo que estamos avaliando a proposta e documentação de habilitação, da empresa, até então classificada em primeiro lugar. Por tal razão, irei suspender a sessão hoje, e retornaremos amanhã às 11h.
Pregoeiro	08/07/2021 16:33:47	Tenham uma boa tarde.
Pregoeiro	09/07/2021 11:17:43	Bom dia Srs. fornecedores, informo que a sessão encontra-se reaberta.
Pregoeiro	09/07/2021 15:31:59	Para D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI - Sr. licitante, informo que a sua proposta, bem como os documentos de habilitação encaminhados foram aceitos.
Pregoeiro	09/07/2021 15:37:24	Para D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI - No entanto, não foram encaminhados atestados de capacidade técnico, correspondente a clausula X, item 10.1 e alíneas I.1 e 1.3 do edital.
Pregoeiro	09/07/2021 15:37:57	Para D´SOUZA ENG MANUTENCOES E INSTALACOES ELETRICAS EIRELI - Dessa forma, e com fundamento no art. 43 § 3º, da Lei 8.666/93, que veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, informo que na fase de julgamento da proposta irei aceitar a proposta, porem, na fase de habilitação, irei inabilitar a empresa.
Pregoeiro	09/07/2021 15:43:05	Para ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A - Sr. licitante, sua empresa é a próxima classificada. Assim, solicito o envio de proposta ajustada ao valor do lance final no prazo de 2h, contadas da convocação do anexo no sistema comprasnet, nos termos do item 11.1 do edital.
Pregoeiro	09/07/2021 15:43:28	Para ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A - Antes de realizar a convocação do anexo, questiono a empresa acerca, da possibilidade de negociação dos valores ofertados?
Sistema	09/07/2021 16:00:12	O item 1 terá desempate do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	09/07/2021 16:00:12	Sr. Fornecedor VIACOM NEXT GENERATION COMUNICACAO LTDA, CPF/CNPJ 06.172.384/0001-06, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 16:05:12 do dia 09/07/2021. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	09/07/2021 16:05:13	O item 1 teve o 1º desempate encerrado às 16:05:12 de 09/07/2021. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor VIACOM NEXT GENERATION COMUNICACAO LTDA,

CPF/CNPJ 06.172.384/0001-06.

Sistema	09/07/2021 16:05:13	O item 1 está encerrado.
Sistema	09/07/2021 16:07:58	Senhor fornecedor ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, CNPJ/CPF: 01.011.976/0001-22, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	09/07/2021 16:30:59	Senhor Pregoeiro, o fornecedor ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, CNPJ/CPF: 01.011.976/0001-22, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	09/07/2021 16:52:07	Para ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A - Sr. licitante, verificamos aqui que os valores ofertados na proposta estão inferiores aos ofertados no sistema comprasnet. Trata-se de negociação dos valores cotados?
01.011.976/0001-22	09/07/2021 16:56:04	Boa tarde, oferecemos o desconto no lance final
01.011.976/0001-22	09/07/2021 16:56:51	Pois quando questionados, o sistema não abriu para oferecermos o nosso desconto.
01.011.976/0001-22	09/07/2021 16:57:47	Assim, após avaliarmos os nossos custos, conseguimos chegar ao menor lance do certame, ou seja: R\$ 930.000,00 global.
Pregoeiro	09/07/2021 16:58:39	Para ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A - Ok, obrigada.
Pregoeiro	09/07/2021 17:26:46	Srs. licitantes, devido a proximidade com o fim do expediente, informo que irei suspender a sessão hoje, e retornaremos dia 12/07 às 10h. Tenham uma boa tarde.
Pregoeiro	12/07/2021 10:03:09	Bom dia srs. licitantes, informo que a licitação encontra-se reaberta.
Pregoeiro	12/07/2021 14:29:10	Para ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A - Sr. licitante, informo que a sua proposta, bem como os documentos de habilitação encaminhados foram aceitos. Dessa forma, declaro a empresa vencedora deste certame.
Sistema	12/07/2021 14:32:51	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	12/07/2021 14:33:22	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 12/07/2021 às 16:04:00.
Pregoeiro	12/07/2021 14:34:06	Foi informado nova data de fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 12/07/2021 às 15:05:00.
01.011.976/0001-22	12/07/2021 15:06:31	Boa tarde..... há necessidade de enviar os documentos originais?

**Eventos do Pregão**

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura da sessão pública	08/07/2021 10:00:02	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	08/07/2021 10:15:11	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	12/07/2021 14:32:51	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	12/07/2021 14:33:22	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 12/07/2021 às 16:04:00.
Fechamento do prazo	12/07/2021 14:34:06	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso reagendado para: 12/07/2021 às 15:05:00. Justificativa: O prazo informado anteriormente foi equivocado

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:24 horas do dia 12 de julho de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

TAMIRES HANIERY DE SOUZA SILVA  
**Pregoeiro Oficial**

LEUMAISE APARECIDA DOS SANTOS  
**Equipe de Apoio**



**Voltar**





## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF

PE 21/2021 - PROPOSTA COMERCIAL | PO 052-2021





**CNPJ: 01.011.976/0001-22**

SCS Qd. 4 - Bl A Ed. Vera Cruz 6º andar  
Brasília-DF | CEP 70304-913  
(61) 3314-1099

Brasília-DF., 08 de julho de 2021.

**Ao**

**Conselho da Justiça Federal – CJF**

Brasília-DF

Assunto: Proposta comercial - Pregão Eletrônico nº 21/2021

Processo SEI N. 0004108-15.2020.4.90.800

Abertura: 08/07/21 às 10:00 horas

PO 148/2021

Prezado Senhor pregoeiro,

Conforme solicitado nos termos do Edital acima referido e seus Anexos, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos, de acordo com as especificações técnicas contidas no Módulo I – Termo de Referência e seus anexos.

## **1. DADOS DA EMPRESA**

- 1.1. Razão Social: ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A
- 1.2. Endereço: SCS Quadra 04 Bloco “A” – Ed. Vera Cruz, 6º Andar, Brasília-DF
- 1.3. Telefone: (61) 3314-1099 | Fax: (61) 3314-1090
- 1.4. CNPJ: 01.011.976/0001-22 - CF/DF: 07.358.770/001-20
- 1.5. Correio eletrônico: [comercial@grupoorion.com.br](mailto:comercial@grupoorion.com.br)
- 1.6. Referência Bancária: Banco: Bradesco S/A – Agência: 1228-9 - C/C: 0336456-9

## **2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

- 2.1. Nome: Arthur Fernandes Rodrigues Coury
- 2.2. CI nº 3.997.075-SSP-GO – CPF nº 960.892.531-20
- 2.3. Correio eletrônico: [arthur@grupoorion.com.br](mailto:arthur@grupoorion.com.br)
- 2.4. Procurador



**CNPJ: 01.011.976/0001-22**

SCS Qd. 4 - Bl A Ed. Vera Cruz 6º andar

Brasília-DF | CEP 70304-913

(61) 3314-1099

### 3. APRESENTAÇÃO

A Orion é uma empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva predial e industrial nas áreas de elétrica, eletrônica, ar-condicionado, hidráulica, geradores, rede de cabeamento estruturado, CFTV, automação e outros.

A empresa ainda oferece soluções completas e personalizadas para ambientes de Sala Segura para Data Center, compreendendo projeto e implantação de toda a solução (gerenciamento de energia, automação, prevenção e combate a incêndio, CFTV, controle de acesso, ar condicionado de precisão, etc.).

Com mais de 21 anos de atuação e com tecnologia própria, dispo de uma equipe de profissionais de larga experiência e conhecimentos técnicos permanentemente atualizados, capacita-se, desse modo, a prestar um serviço com alto padrão tecnológico.

**Missão:** Prover soluções tecnológicas de engenharia em edificações corporativas, proporcionando confiabilidade nos sistemas e bem-estar aos usuários.

**Visão:** Ser referência nacional na aplicação de tecnologias em edificações, com uma equipe de alto desempenho, inovadora e focada no desenvolvimento sustentável.

**Valores:** Dedicação exclusiva, Ética, Sustentabilidade, Tolerância aos erros novos, Aprendizado constante, Clientes respeitados, Segurança do Trabalho.

### 4. OBJETO:

Prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos, de acordo com as especificações técnicas contidas no Módulo I – Termo de Referência e seus anexos.





**CNPJ: 01.011.976/0001-22**

SCS Qd. 4 - Bl A Ed. Vera Cruz 6º andar

Brasília-DF | CEP 70304-913

(61) 3314-1099

#### **4.1. Demais especificações**

- Tudo de acordo com o edital e seus anexos, bem como anexo técnico da proposta.

#### **5. PREÇO**

5.1. Nosso preço global para a prestação dos serviços objeto da presente proposta é de:

- **R\$ 969.366,18 (Novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos)**

#### **6.3. Declaração:**

- Declaramos que nos preços propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

#### **6. VALIDADE DA PROPOSTA**

- 9(noventa) dias, a contar da data de abertura da licitação.

#### **7. DECLARAÇÃO**

- Declaramos que estamos cientes da responsabilidade de manter nossos dados cadastrais atualizados junto ao Contratante, bem como nos comprometemos a informar qualquer alteração que venha a ser realizada.

Atenciosamente,

Eng.º Arthur Fernandes Rodrigues Coury  
Representante Legal  
ORION TEL. ENGENHARIA S/A



**CNPJ: 01.011.976/0001-22**

SCS Qd. 4 - Bl A Ed. Vera Cruz 6º andar

Brasília-DF | CEP 70304-913

(61) 3314-1099

### FORMULÁRIO DE PREÇOS

PROPONENTE: ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A

ENDEREÇO: SCS – QUADRA 04 – BLOCO A – ED. VERA CRUZ – 6º ANDAR – ASA SUL – BRASILIA-DF

BAIRRO: ASA SUL

CIDADE: BRASILIA

UF: DF

FONE: 61-33141099

E-MAIL: comercial@grupoorion.com.br

CEP.: 70304-913

CNPJ: 01.011.976/0001-22

**BANCO**

**AGÊNCIA**

**PRAÇA DE  
PAGAMENTO**

**CONTA CORRENTE**

Bradesco

1228-9

Brasilia-DF

0336456-9

Item	Serviço	Prazo	Valor mensal(R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.	30	R\$ 32.312,21	<b>R\$ 969.366,18</b>

Valor total: **(Novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos)**

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 90(noventa) dias, contados da data de abertura da licitação.

Eng.º Arthur Fernandes Rodrigues Coury  
Representante Legal  
ORION TEL. ENGENHARIA S/A

**Brasília**

SCS, Quadra 04, Bloco A, Ed. Vera Cruz,  
6º Andar, Asa Sul, Brasília-DF  
CEP 70304-913  
Fone (61) 3314-1099

**São Paulo**

Rua Apinajés, 1.594, Sumaré,  
São Paulo-SP  
CEP 01258-000  
Fone (11) 3670-2222

 **Orion**  
[www.grupoorion.com.br](http://www.grupoorion.com.br)





JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**CONTRATO CJF N. 025/2021**

que entre si celebram o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e a **ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A**, para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

**O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**, órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário-Geral, o Exmo. Juiz Federal **MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**, brasileiro, CPF/MF n. 446.173.212-68, Carteira de Identidade n. 10100393 - SSP/AM, residente em Brasília - DF, e a

**ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 01.011.976/0001-22, estabelecida no SCS Quadra 04 Bloco "A" – Ed. Vera Cruz, 6º Andar, Brasília-DF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, o senhor **ROBERPAULO ELLER**, brasileiro, CPF/MF n. 864.875.821-15 e Carteira de Identidade n. 2.386.604-SSP/DF, residente em Brasília-DF, celebram o presente contrato, com fundamento na Lei 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e em conformidade com as informações constantes do Processo SEI n. 0004108-15.2020.4.90.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O objeto deste contrato consiste na prestação dos serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos, bem como a manutenção das certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 com o grau de proteção IP67.

**1.2** As especificações constantes do edital de licitação (Pregão Eletrônico n. 21/2021), do termo de referência e da proposta comercial da **CONTRATADA**, fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição. No caso de conflito, prevalecem as disposições constantes deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS**

**2.1** Para fins de execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá atender os requisitos técnicos e especificações constantes do item 5 do Termo de Referência, Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 21/2021).

**2.2** A **CONTRATADA** deverá, ainda, realizar os seguintes serviços:

- a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**, que se destina a prevenir indisponibilidades e/ou falhas dos componentes da solução de sala-cofre em suas instalações, subsistemas, seus periféricos e seus sistemas internos de controle do ambiente, mantendo-as em

perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

**b) MANUTENÇÃO CORRETIVA**, que compreende providências para reparar e corrigir os componentes da Solução de Sala-cofre em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos eventualmente apresentados.

**c) MANUTENÇÃO EVOLUTIVA** dos softwares, fornecendo, instalando e configurando as novas versões e/ou releases e atualizações lançadas durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo CJF.

**2.3** A CONTRATADA deverá realizar o monitoramento ativo e em tempo real dos principais parâmetros ambientais dos sistemas que compõe a Solução de sala-cofre, por meio da coleta, análise e monitoramento de métricas para a identificação e prevenção de falhas e para o acompanhamento de desempenho.

**2.4** A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento do ambiente com relação aos equipamentos que instalar, incluindo todos os serviços, configurações e fornecimento de peças, durante toda a vigência do contrato.

**2.5** É dever garantir a Certificação ABNT NBR 15247 e NBR 60529, com o grau de proteção IP67 atribuída a sala-cofre do CJF, conforme ANEXO V, respeitando todos os procedimentos e modelos definidos pela norma.

**2.5.1** A perda de certificação ABNT NBR 15.247 atribuída à sala cofre do CONTRATANTE, por qualquer motivo atribuído à CONTRATADA, ensejará a aplicação das sanções previstas neste contrato.

**2.6** Durante o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá executar o monitoramento, operação e suporte da infraestrutura da solução, para as seguintes atividades:

- a)** parametrização, operação e auditoria técnica do ambiente;
- b)** manutenção e suporte a todo o ambiente de software da solução, requerendo a realização de estudos comparativos, testes e homologação de configurações;
- c)** fornecer chip para envio de SMS, compatível com o módulo SMS da sala-cofre, incluindo os custos mensais de manutenção do serviço;
- d)** operacionalização de soluções de aperfeiçoamento de funcionalidade, disponibilidade e configuração dos produtos da solução;
- e)** execução de procedimentos operacionais da solução e de instalação dos componentes em conformidade com as documentações existentes e as boas práticas de mercado;
- f)** suporte, configuração, customização, parametrização e implantação de softwares de apoio, tais como: controles de umidade, temperatura, acesso físico e lógico, e outros, visando manter a disponibilidade e o desempenho dos subsistemas;
- g)** detecção, análise e resolução dos problemas de funcionalidade, configuração e parametrização;
- h)** análise de registros (logs) dos equipamentos, ferramentas e softwares envolvidos na solução, com anotações em ferramentas apropriadas e geração de relatórios de desempenho.
- i)** registro, em livros ou aplicações apropriadas, de todas as ocorrências de falhas identificadas, correções, intervenções, manutenções e instalações a que cada serviço for submetido;
- j)** geração de relatórios de ocorrências para todas as falhas de serviços classificados pela CONTRATANTE como críticos, com informações de causa e efeito, providências e correções aplicadas e recomendações sobre as lições aprendidas.

**2.7** A CONTRATADA deverá operar ininterruptamente a solução do Sistema de Monitoramento Remoto existente na sala-cofre da CONTRATANTE, acionando a equipe de manutenção corretiva sobre qualquer incidente detectado, a qualquer momento da ocorrência, sem qualquer custo adicional.

**2.8** O monitoramento ativo e em tempo real deverá abranger, no mínimo os seguintes itens:

- a)** tensões e correntes dos quadros elétricos;
- b)** climatizadores: ligado / desligado / defeito;

- c) temperatura;
- d) umidade relativa do ar;
- e) ponto de orvalho;
- f) sistema de refrigeração;
- g) detector de Fumaça;
- h) sensoramento de alagamento;
- i) alarme de incêndio;
- j) porta da sala cofre: aberta / fechada;
- k) serviço de CFTV existente da sala cofre;
- l) verificação de logs de eventos.

**2.9** A CONTRATANTE proverá à CONTRATADA o acesso ao sistema de monitoramento existente e às imagens de CFTV da sala cofre. O acesso poderá ser por meio de VPN Site-to-Site ou link dedicado, fornecido sem custos adicionais à CONTRATANTE.

**2.10** Deverá a CONTRATADA atender especificamente às atividades da sala-cofre e seus sistemas componentes, conforme descrito no subitem 5.1.11, do Termo de Referência Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 21/2021) por técnico especializado com supervisão do CONTRATANTE.

**2.11** A CONTRATADA deverá atender aos Requisitos Internos Não Funcionais e aos Requisitos Externos, conforme descrito nos itens 5.2 a 5.3 do Termo de Referência Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 21/2021).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1** Todas as requisições de execução de serviço serão formalizadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA por meio de ordem de serviço.

**3.2** Para todos os efeitos, serão considerados como “ordem de serviço” todos os chamados de suporte corretivo, abertos manualmente ou automaticamente pelo serviço de monitoramento proativo, solicitações de serviços, aprovações de cronogramas de atividades e pedidos encaminhados por e-mail, contato telefônico ou outros meios acordados entre as partes.

**3.3** No caso de Ordens de Serviço abertas por meio de chamadas telefônicas ou e-mail, a CONTRATADA deverá fornecer um número de identificação do pedido, e os prazos de atendimento definidos neste contrato terão início a partir do registro da solicitação por telefone ou do recebimento do e-mail.

**3.4** Os demais formatos de solicitação deverão estar assinados pelo CONTRATANTE e obter o visto ou comprovante de entrega da CONTRATADA.

**3.5** As manutenções preventivas programadas deverão ser realizadas, no mínimo, mensalmente para a execução das inspeções listadas no ANEXO II, criando um cronograma de análise a ser aprovado pela área responsável.

**3.6** No caso de alterações do cronograma, deverá ser observado o mesmo procedimento definido anteriormente.

**3.7** Para a manutenção corretiva, o modelo de execução deverá ser por Chamado de Suporte Técnico, acionando diretamente a CONTRATADA, a ser realizado automaticamente ou pela área responsável quando detectada a falha ou erro. O chamado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e horário de abertura do chamado;
- b) descrição do erro ou falha relatada ou detectada;
- c) classificação do impacto do erro na execução dos serviços, obedecendo às definições contidas no item Níveis Mínimos de Serviço deste contrato.

**3.8** O fechamento do chamado será condicionado à prestação das seguintes informações pela CONTRATADA:

- a) resultado da análise de impacto ou de riscos sobre o ambiente;
- b) correção aplicada;
- c) recomendações para evitar a repetição da falha.

**3.9** Os chamados de suporte técnico encaminhados por e-mail deverão atender os mesmos critérios do item anterior e poderão ser abertos pelo CONTRATANTE quando as especificações dos problemas, falhas ou dúvidas requererem maior detalhamento e/ou arquivos anexos que fundamentem a solicitação, para análise e estudo da CONTRATADA.

**3.10** Todos os chamados deverão ser atendidos dentro do prazo especificado no presente termo.

**3.11** No prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar uma central de atendimento e suporte para ligações gratuitas, modelo 0800, ou por telefone com DDD de Brasília-DF, a quem caberá registrar e fornecer o número do chamado ou pedido no primeiro contato técnico.

**3.12** Para a manutenção evolutiva dos softwares a CONTRATADA deverá efetuar todos os testes de adequação do ambiente contratado antes de efetivar a recomendação de aplicação ou não, devendo proceder da seguinte forma:

- a) providenciar os novos licenciamentos se for o caso, em nome do CJF e encaminhá-los para o CONTRATANTE;
- b) efetuar análise das alterações em comparação com a versão atual que estiver instalada;
- c) fazer, em ambiente próprio, não sendo admitidos no ambiente contratado, todos os testes de compatibilidade;
- d) emitir relatório de análise e testes e de recomendações de aplicações para que seja aprovado pela área responsável;
- e) efetuar a instalação das versões propostas após autorização, de acordo com o cronograma definido pela CONTRATANTE;
- f) respeitar os prazos definidos neste termo para essa atividade.

**3.13** No que tange às Certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 do ambiente contratado, a CONTRATADA deverá propor um cronograma de testes e garantia das certificações, assim como de visitas dos órgãos certificadores quando for o caso.

**3.14** A cada 6 (seis) meses da data de assinatura do contrato, ou termo aditivo quando for o caso, a CONTRATADA deverá fazer um diagnóstico de utilização do ambiente, emitindo parecer da situação existente, caracterizando as condições de uso e capacidade disponível para novas instalações.

**3.15** Emitir o relatório de análise e proposições de melhorias para análise da CONTRATANTE.

**3.16** Executar, após autorização da CONTRATANTE, as melhorias propostas.

**3.17** Os chamados e/ou pedidos de serviços deverão ser analisados pela CONTRATADA e encaminhados à área responsável do CONTRATANTE quando necessitarem de aprovação para execução ou quando não atenderem aos seus requisitos de competência contratados.

**3.18** A CONTRATADA providenciará remessa tempestiva, via e-mail, ao CONTRATANTE informando cada abertura e fechamento do suporte efetuado por força da presente contratação.

**3.19** Ao receber a devolução da ordem de serviço da CONTRATADA, deverá o demandante validar se foram executados corretamente os serviços descritos e se foram alcançados os resultados esperados.

**3.20** A CONTRATADA não poderá se negar ou deixar de executar nenhuma ordem de serviço demandada cujo teor esteja previsto no contrato.

**3.21** Caso a CONTRATADA não consiga executar a ordem de serviço conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal ou gestor por escrito e com antecedência em relação ao prazo de conclusão, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

**3.22** Para adequação dos serviços ou da qualidade de prestação dos mesmos, poderão ser acordados entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, procedimentos que deverão ser documentados e assinados entre as

partes, permitindo assim novo direcionamento quanto àquelas atividades.

**3.23** A ordem de serviço somente poderá ser encerrada quando todos os objetivos propostos forem plenamente atingidos, devidamente aceitos pela área técnica responsável, aprovada e atestada pelo gestor.

**3.24** Antes do fechamento de cada ordem de serviço a CONTRATADA consultará o representante responsável, que avaliará e aprovará o serviço realizado.

**3.25** Caso a ordem de serviço seja encerrada pela CONTRATADA sem anuência da área demandante ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberta e os prazos serão contados em continuidade ao expresso inicialmente na abertura original do chamado e/ou ordem de serviço, inclusive para efeito de aplicação das glosas e sanções previstas.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO**

**4.1** O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto nos arts. 73 a 76 da Lei n. 8.666/1993.

**4.2** Caso o CONTRATANTE constate que os serviços foram prestados em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompleto, a CONTRATADA será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada.

**4.2.1** Os serviços prestados em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será notificada e obrigada a refazê-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

**4.3** O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

**4.4** O recebimento do objeto contratual dar-se-á por intermédio de Atesto Mensal em termo circunstanciado, que será lavrado pelo(a) gestor(a) do contrato em até 05 (cinco) dias após o recebimento da fatura e demais documentos entregues pela empresa.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**5.1** O CONTRATANTE designará, na forma da Lei n. 8.666/1993, art. 67, um servidor com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

**5.2** O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto designado.

**5.3** A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:

- a)** atender às ordens de serviço do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;
- b)** responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c)** não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- d)** responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e)** apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;

- f)** comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- g)** indicar formalmente preposto, no prazo de 5 (cinco) dias, visando estabelecer contatos com o gestor do contrato;
- h)** manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i)** dar ciência aos seus empregados acerca da obediência ao Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Resolução n. 147 de 15 de abril de 2011 (<http://www.cjf.jus.br/cjf/conheca-o-cjf/codigo-de-conduta>);
- j)** cumprir todas as demais obrigações constantes do item 5 do Termo de Referência, Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 21/2021).

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1** Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a)** permitir à CONTRATADA o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;
- b)** acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c)** exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d)** designar servidor para atuar como gestor do contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;
- e)** atestar as notas fiscais e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- f)** comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto;
- g)** efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;
- h)** aprovar e fiscalizar o cronograma de atividades proativas;
- i)** aprovar a atualização da documentação “Como-construído” (as built);
- j)** supervisionar a execução e implantação dos produtos objetos das ordens de serviços;
- k)** checar e aprovar os relatórios de serviços encaminhados pela CONTRATADA;
- l)** analisar a qualidade dos serviços realizados pela CONTRATADA e aplicar as glosas quando não atendidos os padrões exigidos;
- m)** determinar as datas e os horários para realização das manutenções programadas, prevendo o mínimo de impacto nas atividades dos usuários;
- n)** atestar e encaminhar cópia do Relatório de Atividades ao PREPOSTO para conhecimento e emissão da nota de cobrança até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**8.1** O prazo de vigência deste contrato é de 30 (trinta) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

**8.2** A prorrogação da vigência do contrato, em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação dos serviços prestados à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, à existência,

em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes, bem como a manutenção das condições de habilitação.

## CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO

**9.1** O valor total contratado fica estimado em **R\$ 930.000,00** (novecentos e trinta mil reais), conforme especificado a seguir:

Item	Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Mensal (R\$)	Total (R\$)
1	Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre.	Mês	30	R\$ 31.000,00	R\$ 930.000,00

**9.2** Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

**9.3** O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 8.666/1993, art. 65, §1º.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1** As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta dos recursos consignados, inclusive os suplementados, ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho Resumido - PTRES: AI - 168364, Natureza da Despesa - ND: 33.90.40.11, Nota de Empenho: 2021NE352.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

**11.1** O valor do contrato poderá ser reajustado decorrido 12 (doze) meses de vigência contratual, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, conforme a seguir:

**11.1.1** Na primeira prorrogação de vigência, as partes observarão para que o percentual a ser aplicado não seja superior à variação acumulada, no período compreendido entre a data da apresentação da proposta e aquela em que se verificar o mês anterior ao aniversário da celebração do contrato, conforme estabelece a Lei n. 8.666/1993, art. 40, inciso XI.

**11.1.2** Nas prorrogações seguintes, o reajuste será calculado considerando-se a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do contrato.

**11.2** Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**11.2.1** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

**11.3** Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

**12.1** O pagamento será efetuado, mensalmente, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica.

**12.2** As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao gestor do contrato pelos e-mails: protocolo@cjf.jus.br e sutec@cjf.jus.br.

**12.2.1** No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia/mês/ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

**12.3** A data de início de cobrança dos serviços deverá observar a data de assinatura do contrato, sendo a que a primeira fatura corresponderá à prestação de serviços desde a assinatura até o último dia do respectivo mês, de forma pro rata.

**12.4** As demais faturas deverão abranger o período do primeiro ao último dia do mês.

**12.5** Os valores a serem faturados concernentes aos serviços objeto desta contratação estarão sujeitos à descontos (glosas) nas situações de descumprimento das metas estabelecidas para os indicadores elencados no Níveis Mínimos de Serviço (NMS).

**12.6** As notas fiscais deverão consignar, concomitantemente ao período considerado, os descontos proporcionais relativos ao desempenho da CONTRATADA no que diz respeito ao atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS), e serão acompanhadas das respectivas memórias de cálculo dos descontos lançados.

**12.7** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, correspondente aos serviços efetivamente executados e aceitos definitivamente, e já aplicados os devidos descontos e glosas, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

**12.8** A CONTRATADA deverá encaminhar ao gestor do contrato os relatórios referentes à prestação dos serviços prestados mensalmente e, no prazo de 10 (dez) dias contados do envio dos documentos, o gestor do contrato deverá analisar a documentação enviada e autorizar a emissão das notas fiscais.

**12.9** O atesto do gestor do contrato ocorrerá em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da nota fiscal, que será encaminhada à área financeira para pagamento nos seguintes prazos:

**a)** 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata a Lei n. 8.666/1993, art. 24, inciso II, neste caso o prazo para atesto será de **2 (dois) dias úteis** contados do recebimento da nota fiscal;

**b)** 10 (dez) dias úteis contados do atesto nos demais casos.

**12.10** Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

**a)** Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

**b)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

**c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

**d)** Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

**12.11** Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

**12.11.1** Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

**12.12** O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

**12.12.1** A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**12.13** O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**13.1** No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

**13.1.1** Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

**13.2** O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS

**14.1** A CONTRATADA deverá prestar o suporte e a manutenção de acordo com os Níveis de Serviço contratados.

**14.2** A CONTRATADA deverá realizar as manutenções programadas fora dos horários normais de expediente, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE, ou seja, pela madrugada ou em feriados e finais de semana, e de acordo com a autorização e programação do CONTRATANTE.

**14.3** Os chamados deverão ser encerrados descrevendo todos os serviços executados.

**14.4** Para efeito de classificação dos problemas relatados pelo CONTRATANTE, a Central de Suporte da CONTRATADA deverá registrar e classificar os problemas e falhas conforme nível de Severidade, nas seguintes condições:

- a) severidade CRÍTICA, para problemas que afetam de forma crítica os serviços de TI da CONTRATANTE, deixando o ambiente sem condições de operação, causando impactos significativos em seu desempenho, existindo ou não a parada dos serviços;
- b) severidade ALTA, para problemas ou dúvidas graves, que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho, e que não promova a parada dos serviços;
- c) severidade MÉDIA, para problemas ou dúvidas que criam algumas restrições à operação do ambiente, e que não causam impacto significativo sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços de TI da CONTRATANTE;
- d) severidade BAIXA, para problemas ou dúvidas que não afetam a operação do ambiente e que exigem ações para esclarecimentos técnicos, monitoração de serviços, execução ou acompanhamento de rotinas sobre o ambiente objeto da contratação.

**14.5** Para tratamento dos problemas classificados como de Severidade CRÍTICA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após a detecção por meio do serviço de monitoramento e realizar a abertura automática de requisição de suporte, promovendo o esforço concentrado, presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 01 (uma) hora, contadas a partir da abertura do chamado;
- b) se após os primeiros 30 minutos de atendimento o serviço não for restabelecido, a CONTRATADA obrigatoriamente deverá utilizar todos os seus recursos e especialistas no dispositivo ou solução causadora do problema;
- c) o atendimento aos problemas classificados como de severidade CRÍTICA não poderá ser interrompido até a recuperação do ambiente objeto da contratação e funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados;
- d) neste caso deverá haver o acompanhamento do Responsável Técnico da CONTRATANTE;
- e) após o restabelecimento do serviço e solução do problema, a CONTRATADA deverá confeccionar o “Relatório de Ocorrências Críticas”, relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas e as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência da falha.

**14.6** Para tratamento dos problemas classificados como de Severidade ALTA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a)** a CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 06 (seis) horas, contadas a partir do início da abertura do chamado;
- b)** se após as 04 (quatro) horas iniciais do atendimento o serviço não for restabelecido, a CONTRATADA obrigatoriamente deverá realizar o atendimento localmente, utilizando-se de todos os seus recursos especialistas no dispositivo ou solução causadora do problema.
- c)** o atendimento aos problemas classificados como de severidade ALTA não poderá ser interrompido até a recuperação do funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados.
- d)** neste caso deverá haver o acompanhamento do Responsável Técnico da CONTRATANTE.
- e)** após o restabelecimento do serviço e solução do problema, a CONTRATADA deverá confeccionar o “Relatório de Ocorrências”, relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas, as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência.

**14.7** Para tratamento dos problemas classificados como de Severidade MÉDIA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a)** a CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico em até 12 (doze) horas após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do início do atendimento.
- b)** após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o “Registro de Ocorrência”, relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o “link” da documentação adotada.
- c)** para tratamento dos problemas classificados como de severidade BAIXA, deverão ser atendidas as seguintes condições:
  - c.1)** iniciar o suporte técnico em até o primeiro dia útil seguinte à solicitação ou detecção da falha, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 07 (sete) dias úteis, contadas a partir da data de abertura do chamado.
  - c.2)** após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o “Registro de Ocorrência”, relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o “link” da documentação adotada.

**14.8** A CONTRATADA deverá efetuar, no prazo máximo de 7 (sete) dias, sem que isso implique acréscimos aos preços contratados, a substituição de qualquer equipamento por outro novo, de primeiro uso, com características idênticas ou superiores, nos seguintes casos:

- a)** se apresentar divergência com as especificações do equipamento defeituoso retirado do ambiente do CONTRATANTE.
- b)** se, no período de 30 (trinta) dias corridos, contados após a abertura de chamado técnico, ocorrer defeitos recorrentes que não permitam seu correto funcionamento, mesmo tendo havido substituição de peças e componentes mecânicos ou eletrônicos. Por necessidade de serviço, a CONTRATANTE poderá solicitar a escalção de problema para níveis superiores de severidade.

**14.9** Os prazos para solução dos problemas técnicos escalados passam a contar do início novamente.

**14.10** O não cumprimento dos níveis de serviço definidos neste contrato, que não tenha sido devidamente justificado pela CONTRATADA, ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pelo CONTRATANTE, implicará em desconto na fatura (glosa). A aplicação da glosa servirá ainda como indicador de desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços.

**14.11** As glosas deverão ser aplicadas quando não atenderem ao resultado esperado e/ou quando os níveis de serviços não forem atendidos ou concluídos dentro do prazo previsto.

**14.12** No caso de discordância das glosas aplicadas, a CONTRATADA deverá apresentar impugnação, que será analisada pela CONTRATANTE.

**14.13** Se a decisão da Administração for favorável ao recurso da CONTRATADA, ela emitirá a nota de cobrança adicional para que seja efetuado o pagamento referente ao custo glosado.

**14.14** A nota de cobrança emitida pela CONTRATADA deverá ser atestada pelo gestor do contrato e encaminhada para a área financeira efetuar o pagamento, acompanhada do Relatório de Atividades e da documentação comprobatória das glosas.

**14.15** A CONTRATADA estará sujeita, independentemente das penalidades previstas, a aplicação de redutor na fatura (glosa) pelo não cumprimento de qualquer indicador de Nível Mínimo de Serviço, aplicáveis sobre o valor mensal do serviço, nos seguintes casos:

- a)** glosa de 2% (dois por cento), para cada dia de atraso, pela não entrega de cada relatório de visita técnica prevista no subitem de “Requisitos Internos Funcionais”, limitado até 10 (dez) dias. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;
- b)** glosa de 5% (cinco por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade crítica, limitado até 4 (quatro) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;
- c)** glosa de 3% (três por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade alta, limitada até 6 (seis) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;
- d)** glosa de 2% (dois por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade média, limitada até 12 (doze) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;
- e)** glosa de 1% (um por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade baixa, limitada até 24 (vinte e quatro) horas de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;
- f)** glosa de 10% (dez por cento), para cada dia de atraso, pela não substituição de qualquer equipamento defeituoso em que não foi possível realizar o reparo por outro novo, limitada a 2 (dois) dias de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo;
- g)** glosa de 2% (dois por cento), para cada dia de atraso, pela não atualização das plantas do layout de distribuição dos equipamentos dentro da Sala-cofre, bem como do quadro unifilar de energia, de acordo com as mudanças ocorridas após 15 (quinze) dias da alteração. A glosa será limitada até 10 (dez) dias de atraso. Após esse prazo, aplicar-se-á de 30% (trinta por cento), como limite máximo.

**14.16** Independentemente do descumprimento dos atrasos previstos nas alíneas *a* a *g* do subitem anterior, o limite de glosas mensais será de até 30% (trinta por cento) do valor mensal do serviço.

**14.17** Nos casos em que os atrasos forem superiores aos limites previstos nos itens anteriores, além da aplicação das glosas previstas, poderá ser aplicada a Sanção Administrativa prevista na alínea *e* do Item 15.1.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

**15.1** O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará a CONTRATADA à:

- a)** multa de mora pelo atraso na disponibilização da central de atendimento e suporte para ligações gratuitas, prevista no ITEM 5.4 do Termo de Referência, Módulo I do Edital de Licitação (Pregão Eletrônico n. 21/2021): de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;
- b)** multa de mora pela não realização no prazo estabelecido no contrato, de teste da estanqueidade da sala-cofre seguindo estritamente o que preconiza norma NBR 15.247: de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;
- c)** multa de mora pela não correção, no prazo estabelecido no contrato de quaisquer vazamentos ou problemas acusados pelo teste de estanqueidade: de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora

corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas;

**d)** multa de mora pelo atraso na apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima sexta: de 2% (dois por cento), por dia corrido, calculado sobre o valor mensal do contrato, limitado a 15 (quinze) dias. Caso ultrapasse este limite, poderá ser caracterizada a inexecução parcial do contrato;

**e)** multa de mora pelo não-cumprimento de quaisquer outras condições previstas no contrato: de 0,05% (cinco centésimos por cento), por hora corrida e/ou ocorrência, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 240 horas e/ou 12% (doze por cento) do valor mensal. Caso ultrapasse este limite, será aplicada 0,1% (um décimo por cento), por hora corrida e/ou ocorrência, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 120 horas e/ou 12% (doze por cento) do valor mensal.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial o CONTRATANTE poderá, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa compensatória de 20 % (vinte por cento), sobre o valor da parcela inadimplida;

**c)** suspensão temporária;

**d)** declaração de inidoneidade.

**15.3** Multa Compensatória, no caso da CONTRATADA der causa por qualquer motivo, ao cancelamento, perda ou invalidação da certificação pelo Órgão Certificador da certificação ABNT NBR 15.247 ou NBR 60.529 com o grau de proteção IP67, atribuída ao ambiente sala-cofre objeto da contratação: 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor atualizado do contrato.

**15.4** Nos termos da Lei n. 10.520/2002, art. 7º, o CONTRATANTE poderá aplicar impedimento de licitar àquele que:

Ocorrência	Pena
a) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
b) falhar na execução do contrato:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
c) fraudar na execução do contrato:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;
d) comportar-se de modo inidôneo:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
e) cometer fraude fiscal:	Impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

**15.4.1** O CONTRATANTE, para aplicação da penalidade prevista no item anterior, adotará os critérios previstos na Instrução Normativa n. 1, de 23/11/2020, da Presidência da República, publicada no DOU, em 24/11/2020 (n. 224, Seção 1, pag. 2).

**15.5** A não manutenção das condições de habilitação da empresa ao longo da execução do contrato, poderá ensejar a sua rescisão unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ainda, a aplicação de multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**15.6** A reabilitação, para a penalidade prevista na alínea “d” do item 15.2, será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de suspensão temporária, se aplicada.

**15.7** A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com outras penalidades previstas no contrato ou nos dispositivos legais.

**15.8** A inexecução total ou parcial do ajuste poderá acarretar a sua rescisão, conforme previsto neste contrato e nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, assim como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao CONTRATANTE.

**15.9** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com a respectiva comunicação da penalidade à CONTRATADA.

**15.9.1** A critério da autoridade competente do CONTRATANTE, com fundamento nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas, mediante comprovação dos fatos e, desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação da CONTRATADA.

**15.10** Em caso de aplicação de multa, o valor poderá ser descontado da garantia prestada, se houver, dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União – GRU, ou cobrado judicialmente, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

**15.11** O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE

**15.12** O CONTRATANTE promoverá o registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA**

**16.1** A CONTRATADA apresentará, nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/1993, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, garantia de execução do contrato no valor de **R\$ 46.500,00** (quarenta e seis mil e quinhentos reais) , correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, tendo como beneficiário o CONTRATANTE.

**16.1.1** A CONTRATADA, caso opte pela modalidade de garantia caução, declara que manterá conta de caução específica para o depósito de valores oferecidos em garantia/caução referentes exclusivamente a contratos firmados com o CONTRATANTE.

**16.1.2** No caso de a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-Lei n. 1.737, de 21 de dezembro de 1979.

**16.2** A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a)** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b)** prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c)** multas moratórias e punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- d)** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**16.3** Caso o valor da garantia venha a ser utilizado em pagamento de qualquer obrigação atribuída à CONTRATADA, esta se obriga a efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação pelo CONTRATANTE.

**16.4** A CONTRATADA ficará obrigada a apresentar nova garantia sempre que necessário, seja por expirar o vencimento, alteração por aumento no valor do contrato ou outra necessidade indispensável, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura do respectivo instrumento contratual.

**16.5** A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstos neste instrumento será devolvida à CONTRATADA, que disporá do prazo improrrogável de 20 (vinte) dias úteis para a regularização da pendência.

**16.6** O CONTRATANTE poderá executar a garantia para ressarcimento dos valores que a CONTRATADA passe a dever em virtude da ocorrência de qualquer das situações expressamente previstas neste contrato e na legislação pertinente, após a instauração de procedimento administrativo específico.

**16.7** Na ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações contratadas, o CONTRATANTE notificará a empresa seguradora da expectativa de sinistro com vistas a resguardar a Administração de

possíveis prejuízos, mediante provocação da unidade gestora responsável pelo acompanhamento da execução contratual, durante a vigência da apólice.

**16.8** A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato e será liberada mediante a comprovação do adimplemento total das obrigações contratuais.

**16.9** O termo de garantia será restituído à CONTRATADA após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, mediante solicitação formal da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**17.1** Este contrato poderá ser rescindido a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

**17.2** Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processo de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução objeto não seja afetada e que a sucessora mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1** Em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993, art.61, parágrafo único, o contrato será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

**19.1** A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CONTRANTE em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas aos serviços e produtos objeto do presente contrato.

**19.2** A CONTRATADA deverá atender aos requisitos previstos no Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do CJF, instituído pela Portaria CJF n. 323, de 14 de agosto de 2020, especificamente o item sustentabilidade em serviços de manutenção de sistemas de refrigeração.

**19.3** A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para o Contratante, os equipamentos de segurança e proteção individual que se fizerem necessários para a execução dos serviços, conforme disposto no art. 6º, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

**19.4** A CONTRATADA será responsável, no que couber, pelo descarte final ambientalmente adequado das sobras de obra e entulho, conforme Lei Distrital n. 4.704, de 20 de dezembro de 2011.

**19.5** A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com o CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e à melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica dos equipamentos. Deverá, ainda, apresentar ao CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação, bem como informação a respeito das medidas adotadas para sua melhoria.

**19.6** A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**20.1** Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1** As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

**21.2** Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 8.666/1993, bem como dos princípios de direito público.

**21.3** É defeso à CONTRATADA utilizar-se deste contrato para caucionar qualquer dívida ou títulos por ela emitidos, seja qual for a natureza.

**21.4** A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

**21.5** A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelos e-mails: protocolo@cjf.jus.br e sutec@cjf.jus.br.

**21.5.1** Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

**21.6** Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

**21.6.1** O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

**Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**

Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

**ROBERPAULO ELLER**

Diretor Superintendente da Orion Telecomunicações, Engenharia S/A

/

/

/

## **ANEXOS**

**ao CONTRATO CJF N. 025/2021** celebrado entre o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e a **ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A**, para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

## ANEXO I

<b>RELATÓRIO DE ATIVIDADES</b>  <b>Contrato CJF Número 025/2021</b>  <b>Contratada: ORION TELECOMUNICAÇÕES,</b> <b>ENGENHARIA S/A</b>	<b>MÊS REFERÊNCIA:</b>  <b>VALOR MENSAL (R\$)</b>
<b>CONSOLIDAÇÃO MENSAL DOS SERVIÇOS</b>	

## LISTA DE ATIVIDADES REALIZADAS

Item Contratual	Quantidade Executada	Quantidade Aprovada	Quantidade Glosada	Desconto das Glosas	Custo Mensal Aprovado
<b>TOTAL</b>					
RESUMO DESCRITIVO DAS GLOSAS			Nº DE OCORRÊNCIAS	% APLICADO	CUSTO TOTAL DA GLOSA
<b>TOTAL DE GLOSAS</b>					
<b>ATESTADO DO GESTOR</b>					

**Ao Preposto,**

**Atesto e aprovo os valores e quantitativos acima especificados e solicito a emissão da Nota Fiscal, nos parâmetros do presente relatório para que seja efetuado o pagamento. Caso não concorde com os valores descontados por razão de glosas, deverá encaminhar recurso com exposição das razões para a Secretaria de Administração, a quem caberá a decisão final.**

Gestor do Contrato

Carimbo/Data

Aceitação

(     ) De acordo com o ateste acima

(     ) Acordo parcial

Preposto da Contratada

Carimbo/Data

**ANEXO II**  
**TABELA DE FREQUÊNCIA DAS INSPEÇÕES**

**1.1 SALA-COFRE**

<b>ITEM</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>PORTA</b>	<b>12</b>
Verificar funcionamento do mecanismo	
Verificar lubrificação do mecanismo	

Verificar posição dos pinos	
Verificar funcionamento das chaves	
<b>Vedações:</b>	
Verificar as gaxetas	
Verificar contato gaxetas x batente	
Verificar isolantes térmicos	
<b>Dobradiças:</b>	
Lubrificar	
Verificar cordões de solda	
Verificar alinhamento folha x batente	
<b>Soleiras:</b>	
Verificar aspecto visual	
<b>Almofadas:</b>	
Verificar estado geral das almofadas e parafusos.	
<b>Mola Geze:</b>	
Verificar travamento	
Verificar fechamento automático	
Verificar cabos de ligação e duto flexível	
<b>Micro switch:</b>	
Verificar funcionamento	

<b>BLINDAGENS</b>	<b>12</b>
Verificar a integridade das blindagens	
Verificar as cunhas de aperto	
Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens	
Verificar lacres	
Verificar pontos de ruptura	
<b>ELEMENTOS</b>	<b>12</b>
Verificar integridade dos painéis	
Verificar as vedações e elementos químicos das junções	
Realizar retoques de pintura (manter as características originais)	
Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	<b>12</b>
Verificar régua de bornes	
Reapertar terminais	
Verificar funcionamento de botoeiras	
Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores	
Verificar temperatura da fonte e do Trafo	
Verificar tensão de alimentação, saída do Trafo, saída da fonte, carga das baterias	
Verificar temporizadores, fusíveis de reserva	

Verificar LEDs de iluminação e contatores	
Limpar painel interna e externamente	
Verificar fechaduras com grafite	
Verificar configuração lógica da CLP	
Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.	
<b>TESTES</b>	<b>12</b>
Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers	
<b>TESTE DE ESTANQUEIDADE</b>	<b>1</b>
Teste realizado de acordo com a norma NBR 15.247 ou ECB-S (European Certification Body) EN 1047-2.	

### 1.2 PISO ELEVADO

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PISO ELEVADO</b>	<b>12</b>
<b>Nivelamento:</b>	
Verificar nivelamento das placas	
Verificar cruzetas	
Verificar trims (piso americano)	
Verificar alinhamento das placas	
<b>Reforço:</b>	
Colocar suportes de reforço onde necessário	

<b>Placas:</b>	
Trocar placas danificadas	
<b>Leito aramado:</b>	
Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário	

### 1.3 LIMPEZA

ITEM	VISITAS/ANO
<b>ELEMENTO DE FUNDO</b>	<b>12</b>
Aspirar o pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado;	
<b>PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)</b>	<b>9</b>
Aspirar o pó e limpar a superfície das placas com pano úmido	
<b>PISO ELEVADO (PESADA)</b>	<b>3</b>
Aspirar o pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante (em conformidade com as especificações do fabricante)	
<b>LEITOS ARAMADOS</b>	<b>4</b>
Aspirar o pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos nas dependências da sala-cofre	
<b>ELEMENTOS DAS SALAS</b>	<b>12</b>
Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos (sensores, quadros, equipamentos de ar-condicionado, cilindro de gás)	

<b>PORTAS</b>	<b>12</b>
Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas	
<b>LUMINÁRIAS</b>	<b>4</b>
Limpeza da superfície refletora, das lâmpadas e das grelhas difusoras	
<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>4</b>
Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, dos nobreaks, da superfície externa dos quadros de energia.	

#### 1.4 SISTEMAS DE ENERGIA

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PAINÉIS DE BAIXA</b>	<b>4</b>
Verificar fixação, pintura e funcionamento das portas	
Verificar identificação do painel	
Efetuar limpeza do painel	
Efetuar limpeza interna e externa do painel	
Verificar cabos e canaletas do painel	
Organizar cabos e canaletas do painel	
Realizar Inspeção com termovisor das conexões e componentes	
Verificar proteções de partes energizadas	
Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos	

Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes	
Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel	
Verificar condições dos componentes elétricos	
Verificar aterramento e neutro do painel	
Verificar dispositivos de proteção	
Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar	

### 1.5 SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO

ITEM	VISITAS/ANO
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir tensão do ventilador	
Medir corrente do ventilador	
Medir corrente do compressor	
Medir corrente das resistências	
Medir corrente do umidificador	
Verificar disjuntores	
Reapertar conexões elétricas	
<b>Mecânica:</b>	

Verificar filtros de ar (trocar se necessário)	
Verificar resistência de cárter	
Verificar pontos de vazamento de óleo	
Verificar visor de líquido	
Verificar vazamentos de gás	
Limpar o equipamento (interno e externo)	
Medir temperatura de insuflamento de ar	
Medir temperatura de retorno de ar	
Realizar limpeza do dreno	
<b>Painel de revezamento:</b>	
Verificar funcionamento em modo automático	
Realizar limpeza interna e externa	
Realizar reaperto das conexões elétricas	
Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)	
Aferir sensores de temperatura e umidade	
<b>Parâmetros:</b>	
Set-point de temperatura	
Set-point de umidade relativa	
Set-point de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONDENSADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir corrente dos ventiladores	
Medir tensão das bombas	
Reapertar terminais e bornes	
<b>Pumpset:</b>	
Medir corrente do painel pumpset	
Teste operacional do painel pumpset	
<b>Mecânica:</b>	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	
Retirar ventilador e lavar a serpentina	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>INSTALAÇÕES – CLIMATIZAÇÃO</b>	<b>12</b>
Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos	

Verificar estrutura dos equipamentos	
Verificar tubulações de água e dreno	
Verificar proximidades dos equipamentos e interferências	
Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos	
Verificar fixação das partes, tampas e vedações	
Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras	
Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade	
Verificar proporção de placas perfuradas	
Verificar distribuição adequada das placas perfuradas	
Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente	
Verificar obstáculos sob o piso elevado	

### 1.6 SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

ITEM	VISITAS/ANO
<b>DETECÇÃO DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Realizar auto check da central de alarmes	
Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes	
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário	

Verificar identificação dos detectores	
Verificar tubulações	
Verificar módulos	
Verificar conectores e reapertar conexões	
Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de	
fumaça	
Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar funcionamento da sinalização do painel	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios	
Verificar a atuação na central de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Realizar Auto check da central de alarmes	
Realizar limpeza externa da central de alarmes	
Verificar estado de conservação e fixação da central	
Verificar a fixação de componentes	

Verificar comunicação com elevadores, pressurização de escadas, controle	
de acesso e climatização (dampers automáticos)	
Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário	
Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em	
detector	
Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Verificar plugs de acionamento	
Verificar lacres do acionamento manual	
Verificar pressão do manômetro dos cilindros	
Realizar limpeza dos cilindros	
Verificar fixação dos cilindros	
Verificar data para manutenção dos cilindros	

Simular atuação de alarme de incêndio (fechamento de laço	
convencional/precoce)	
Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros	
Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los	

### 1.7 SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CFTV</b>	<b>4</b>
<b>Câmeras:</b>	
Verificar a necessidade de reposicionamentos ou ajustes	
Realizar limpeza externa e das lentes	
Verificar fixação e conexões elétricas	
<b>Painéis de switches:</b>	
Realizar limpeza interna e externa	
Organizar cabos e verificar conexões	
Verificar funcionamento dos switches	
Verificar o aterramento	
<b>Servidor:</b>	
Verificar funcionamento adequado do software do CFTV	

Verificar a gravação adequada das imagens (tempo/backup)	
Verificar conexões e funcionamento de rede	
<b>Monitores:</b>	
Testar funcionamento de detecção de movimentos e pop-ups	
Verificar revezamento das imagens	
Verificar funcionamento de câmeras móveis (controle remoto)	
Verificar posicionamento das câmeras e qualidade das imagens (foco/distorções)	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CMC/NETWATCH</b>	<b>4</b>
Verificar parâmetros de configuração	
Verificar sensor(es) de temperatura	
Verificar sensor(es) de umidade	
Verificar log de eventos	
Verificar leitora de cartões	
Verificar trava de porta	
Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética	
Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC	

Verificar recepção de traps nos equipamentos	
Verificar sensor de vibração	
Verificar sensor (es) de estado de porta (s)	
Verificar cabeamento de alarmes	
Verificar conectores de interligação	
Verificar painel frontal (LEDs e touch pannel)	
Verificar comunicação via TCP/IP	
Verificar software CMC Manager	
Verificar sensor de líquido CMC/IHM	
Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>3</b>
<b>Leitores:</b>	
Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)	
Verificar condições de instalação e conservação	
<b>Portas:</b>	
Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário	
Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário	

Verificar fechamento automático e reparar, se necessário	
Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário	
Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo	
<b>Painéis das controladoras:</b>	
Realizar limpeza interna e externa dos painéis	
Reparar fixação do painel e componentes	
Verificar condições das conexões e realizar reapertos	
Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário	
<b>Infraestrutura:</b>	
Verificar componentes de campo	
Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura	
Estação de programação	
Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário	
Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças	
Realizar testes de navegação e acionamentos remotos	
Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo	
<b>Funcionamento:</b>	
Testar intertravamento com sistema de segurança (combate a incêndio)	

**1.8 LIMITES AO ESCOPO DOS SERVIÇOS ONGOING**

<b>ITEM</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>SALA-COFRE</b>	
Abertura e fechamento de blindagens existentes	<b>6</b>
Pintura dos elementos da sala	<b>10m<sup>2</sup></b>
<b>PISO ELEVADO</b>	
Troca de placas do piso	<b>6 placas</b>
Leito aramado: novos e alteração da rota	<b>4m lineares</b>
Reforços	<b>1</b>
<b>SISTEMA DE ENERGIA</b>	
Mudança de até dois pontos de energia e disjuntores	<b>4</b>
<b>SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO</b>	
Troca de filtros de ar	<b>2 (por equip)</b>
Recarga de Gás Refrigerante (caso necessário)	<b>1 (por equip)</b>
Troca de compressor (caso necessário)	<b>1 (por equip)</b>

**ANEXO III****TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE**

Termo de Responsabilidade e Confidencialidade para empresas pretendentes a concorrer ao edital para contratação de manutenção de Sala-cofre para o Conselho de Justiça Federal

Objetivo

Este termo de responsabilidade se aplica às empresas concorrentes ao edital para Contratação de empresa especializada para manutenção de Sala-Cofre para o Conselho de Justiça Federal, que se comprometem a não divulgar as informações e dados do ambiente do CJF, incluindo aquelas repassadas durante a vistoria técnica de que trata o item 9.1.1 do Termo de Referência, assumindo tais informações como confidenciais.

Este compromisso se fará mediante a assinatura do representante autorizado da empresa, devendo ser anexadas ao Termo de Confidencialidade a procuração da empresa em nome de seu representante e cópia da identificação do próprio representante.

Pelo presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade, eu **ROBERPAULO ELLER**, CPF nº 864.875.821-15, RG nº 2.386.604-SSP/DF, representante da empresa **ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A**, CNPJ nº 01.011.976/0001-22, comprometo-me a manter sob sigilo as informações e dados das instalações, softwares e processos do ambiente computacional do CJF, a mim divulgadas em função de participação no Edital de Licitação nº 21/2021 modalidade Pregão.

Sob as penas da Lei, comprometo-me a não divulgar ou distribuir o material e as informações recebidas.

**ANEXO IV****EQUIPAMENTOS E MEMORIAL DESCRITIVO**

<b>DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE</b>			
<b>COMPLEMENTO I - EQUIPAMENTOS E MEMORIAL DESCRITIVO</b>			
<b>CLIENTE/ CÓDIGO</b>	Conselho de Justiça Federal-DF		
<b>RESPONSÁVEL</b>		<b>TELEFONE</b>	3022-7420
<b>ENDEREÇO</b>	SAFS-QD 06 LOTE 01 TRECHO 3 BL D	<b>CIDADE/ESTADO</b>	BRASÍLIA/ DF
<b>Nº DO CONTRATO</b>	RG/Nº: 002/2010		
<b>SALA COFRE</b>			
<b>Fabricante/Tipo</b>	ACECO-LAMPERTZ/IT CERTIFICADA	<b>Altura interna (m)</b>	2,87

Comprimento interno (m)	5,25	Largura interna (m)	5,847	Área total interna (m²)	30,70
Normas aplicáveis	NBR 15247/NBR 11515/NBR ISO IEC 17799/certificada ABNT pelo procedimento PE047.01/resoluções da ICP-Brasil contidas no DOC-ICP-02 e DOC-ICP-05				
PISO ELEVADO					
Fabricante/Modelo	TATE - CC1250		Modulação do Piso	600X600mm	
Vão livre	23.5		Altura do Piso (acabado)	27cm	
CLIMATIZAÇÃO: EVAPORADORES/CONDENSADORAS (HIROSS-HIMOD S23UA)					
Descrição dos equipamentos	380V/3PH/60HZ+NE+PE		Fabricante	Liebert-Hiross	
Modelo	Hiross- Himod S23UA		Quantidade	4	
Capacidade dos equip. (KW ou TR)	21 KW		Nºs de série	A1-8894080002 / A2-8894090001 A3-9102990005	
Tensão nominal/alimentação	380V		Microface/Eprom	PAM/ICON	
Compressor/Modelo/ Fabricante	ZR81KCE-TF7-522		Tipo de gás	R 407C	
Visor de liquido	1/2 SOLDA / CASTEL		Filtor secador/ Fabricante/ Modelo	1/2 SOLDA / CASTEL / 4316/M12S	
Pressostato de alta	P100DA-14D CO 377 MAN 281R05		Pressostato de baixa	P100AP-107 CO 15 CI29 303 R05	
Resistência do Carter/ modelo	240V 70W / CH280		Medida do filtro	695X645X100mm	

<b>Válvula Solenoide</b>	24V 1/2 SOLDA CASTEL TYPE HM2	<b>Modelo do ventilador/ fabricante (evaporador)</b>	NA
<b>Condensadora</b>	Remota a ar	<b>Fabricante/ modelo</b>	Emerson/HCE 33
<b>Valvula Expansão</b>	8TR 28KW DANFOSS	<b>Dimensões</b>	NA
<b>Tensão</b>	380V - monofásico	<b>N<sup>os</sup> de série</b>	NA
<b>CABEAMENTO LÓGICO</b>			
<b>Fabricante/Qtd</b>	FURUKAWA/144 pontos	<b>Tipo/Categoria</b>	UTP 4 pares cat. 6
<b>Patch Panel</b>	06 unidades/angular/24 posições	<b>Caixas de consolidação</b>	24 unidades/06 posições
<b>Rack</b>	01 unidade/tipo aberto	<b>Patch cords</b>	288 unidades, sendo 144 de 2,5m e 144 de 3,0m
<b>Leito aramado</b>	310X110	NA	

<b>DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE</b>			
<b>CABEAMENTO ELÉTRICO</b>			
<b>Quadros</b>	QDIX/QDIY	<b>Fabricante</b>	VEPAN
<b>Qtd de circuitos(X)</b>	21 circuitos mono(utilizados)/60 Barramento+A50:I66	<b>Modelo</b>	Power Logic PM210
<b>Qtd de circuitos(Y)</b>	25 circuitos mono(utilizados)/60Barramento	<b>Disjuntor de entrada</b>	EZC250N em 150A
<b>Cabos</b>	3x2,50mm <sup>2</sup> - AFUMEX	<b>Tomadas</b>	Conector Pial 32A

<b>Leito Aramado</b>	310X100	<b>Disjuntor de entrada</b>	EZC250N em 150A
<b>Painel</b>	Multimedidor	<b>Aterramento</b>	Cordoalha chata
<b>SISTEMA DE DETECÇÃO PRECOCE E COMBATE AUTOMÁTICA CONTRA INCÊNDIOS</b>			
<b>DETECÇÃO PRECOCE - STRATOS</b>			
<b>Descrição do equipamento</b>	STRATOS MICRA HSSD 25	<b>Quantidade de equipamentos</b>	1
<b>Modelo</b>	30760	<b>Nº de serie</b>	105830
<b>Bateria</b>	12 volts	<b>Quant. de bateria</b>	02 p/ cada
<b>Fonte</b>	24 volts	<b>Quant.de fontes</b>	01 p/ cada
<b>COMBATE AUTOMÁTICO - FM-200</b>			
<b>Fabricante</b>	KENTEC	<b>Modelo</b>	SIRENE/SAV
<b>Detector convencional</b>	Óptico	<b>Quant. de detector convencional</b>	02 na Sala Cofre
<b>Modelo FM 200</b>	HFC 227ea	<b>Quant. de cilindro</b>	1 unidade (na Sala Cofre)
<b>Pesp de cada cilindro</b>	150,0 LBS / 70.5 Kg	<b>Fornecedor</b>	GLOBAL SYSTEM
<b>SISTEMA DE SUPERVISÃO REMOTO (DATA CENTER NET WATCH - CMC-TC MANANGER)</b>			
<b>Descrição do equipamento/ Qtd</b>	CMC TC / 02	<b>Modelo</b>	CMC TC NET WATCH V 3.01

<b>Fabricante</b>	RITTAL	<b>Unidade de I/O</b>	3
<b>Unidade de processamento</b>	1	<b>Sensor de fumaça</b>	2
<b>Unidade GSM</b>	1	<b>Sensor de temperatura</b>	2
<b>Sensor de umidade</b>	2	<b>Sensor de líquido</b>	1
<b>Sensr de porta</b>	1	<b>Serie</b>	43170

<b>DADOS TÉCNICOS DA SALA COFRE</b>			
<b>SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO</b>			
<b>Descrição do equipamento/ modelo</b>	Leitora Biométrica Control ID CX 700	<b>Quantidade</b>	01 (conforme indicado no projeto As Built)
<b>Fabricante</b>	Control ID	<b>Hardware (Controlador)</b>	NA
<b>Software</b>	W-ACCESS versão 3.09	<b>Hardware (Leitoras)</b>	NA
<b>SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV (CFTV)</b>			
<b>Fabricante/Modelo</b>	BOSCH NWC00455-20P DINION IP	<b>Quantidade</b>	04 câmeras, sendo 3 unidades na Sala Cofre e 1 unidade no ambiente externo (conforme indicado no projeto As Built)

<b>Lente</b>	LTC 3364/50 3374/50 CS 1/3"	<b>Câmeras (tipo)</b>	POE 24VAC/12VDC
	50500mm		
<b>Software</b>	DIGIFORT / EXPLORE VERSÃO 6.3	<b>Hardware</b>	Servidor de imagens 16 cameras
	<b>PAINEL DE ALARME</b>		
<b>Fabricante/Modelo</b>	BOSCH/FPD 7024	<b>Quantidade</b>	1
<b>Detector Convencional Ótico</b>	sim	<b>Quantidade</b>	2
	<b>OUTROS EQUIPAMENTOS</b>		
<b>Painel IHM</b>	sim	<b>Quantidade</b>	1
<b>Chave de Bloqueio</b>	sim	<b>Quantidade</b>	1
<b>Chave Manual</b>	sim	<b>Quantidade</b>	1
<b>Inibidor de Sirene</b>	sim	<b>Quantidade</b>	1
<b>Quadro Pannel Célula</b>	sim	<b>Quantidade</b>	1
<b>Quadro de Alim. (Climas)</b>	sim	<b>Quantidade</b>	1

**ANEXO V**  
**CERTIFICAÇÃO ABNT NBR 15247 N° 105**



# DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

## Conformity Declaration

N° 113.192/20

A ABNT declara que foram cumpridas as atividades programadas de manutenção na solução abaixo identificada em conformidade ao item 6 do PE-047, podendo, portanto, manter o direito ao uso da placa de identificação da Marca de Segurança ABNT.

ABNT declares that the scheduled maintenance activities in the solution identified below have been complied with in accordance with item 6 PE-047 and may therefore retain the right to use the ABNT Safety Mark nameplate.

Data da realização da manutenção: <i>Date of maintenance</i>	19/10/2020
Relatório de Atividade Técnica (RAT) nº: <i>Technical Activities Report (RAT) n°</i>	113-5308/2020
Empresa responsável pela manutenção da sala-cofre durante o período de validade desta declaração: <i>Company responsible for maintaining the safe room during the period of validity of this declaration:</i>	ACECO TI LTDA
Empresa/Órgão no qual está instalada a sala-cofre: <i>Company/Body where the safe room is installed:</i>	Conselho de Justiça Federal - CJF
Endereço da empresa/Órgão: <i>Company/Body address:</i>	St. de Clubes Esportivos Sul, Trecho 3 - Lote 9 - Brasília - DF - 70200-003
Modelo da sala-cofre: <i>Safe room model:</i>	Rittal TDR-B/M Classe: S60D Tipo: B
Número de série: <i>Serial number:</i>	SCO-271
Placa ABNT: <i>ABNT identification plaque:</i>	0105

Data limite de inspeção da sala: <i>Deadline for room inspection:</i>	09/10/2021
--	------------

Validade da declaração: <i>Validity of the declaration:</i>
19/10/2021

O fornecedor certificado ou o proprietário da sala cofre devem solicitar a ABNT a renovação desta declaração.

The certified supplier or the safe room owner must request ABNT to renew this declaration.

Data de Emissão: Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2021.  
Issuance date: Rio de Janeiro, January 11 th, 2021

Sérgio Pacheco  
Gerente de Certificação de Produto  
Product Certification Manager

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Av. Treze de Maio, 13 - 28º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-901  
Rua Conselheiro Nebras, 1.131 - Campos Eliseos - São Paulo - SP - CEP 01203-002

 ABNT NBR 15247 S 60 D TIPO B Type B	Unidade de armazenagem segura Salas-cofre e cofres para hardware <i>Secure storage units - Data rooms and data containers</i>	
	Número de série: SCO - 271 <i>Serial N° SCO-271</i>	Ano de fabricação: 20 10 <i>Fabrication year 2010</i>
	Esta sala cofre foi fabricada e está certificada conforme a norma ABNT NBR 15247 sendo classificada para resistência ao fogo por 60 minutos. <i>This data container was manufactured and certified according ABNT NBR 15247 and is classified for 60 minutes fire resistance.</i> Esta sala também foi testada conforme a norma ABNT NBR IEC 60529 com o grau de proteção IP67. <i>This data container was also tested according ABNT NBR IEC 60529 with protection degree IP67.</i>	
	Qualquer alteração em suas características originais por desgaste natural, ou a falta de manutenção preventiva ou corretiva, efetuada pelo fabricante ou seu credenciado invalida esta marca de segurança. <i>Any alteration in its original characteristics caused by improper use, natural wear and tear or lack of preventive and/or corrective maintenance made by the manufacturer or by their accredited invalidates this security mark.</i>	
Controle - ABNT - N°		0105

DATA ROOM	
Type tested and certified according to EN 1047-2 by the European Certification Board-Security Systems of Forschungs- und Prüfgemeinschaft Geldschränke und Tresoranlagen e.V., Frankfurt am Main	
Cert. mark No.	15247
Protection class	R 60 D
Serial No.	SCO-271
Year of manufacture	2010
 Deutscher Akkreditierungsrat DAT-ZE-003/92	



Autenticado eletronicamente por **Roberpaulo Eller, Usuário Externo**, em 21/09/2021, às 16:03, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, Secretário-Geral**, em 23/09/2021, às 11:54, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0263353** e o código CRC **E2D4A161**.





PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**TERCEIRO TERMO ADITIVO**

ao Contrato CJF n. 025/2021, celebrado entre o CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL e a ORION ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A, referente à prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília-DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas, o senhor **LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO**, matrícula 1075, e a

**ORION ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n. 01.011.976/0001-22, com sede no SCS Quadra 4, Bloco A, n. 219, 6º andar, Edifício Vera Cruz, Brasília - DF, CEP 70304-913, neste ato representada por seu (sua) (cargo/função), o (a) senhor (a) (nome **SIGNATÁRIO**), doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o terceiro termo aditivo, conforme disposto no Processo SEI n. 0004108-15.2020.4.90.8000, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O objeto deste termo consiste em alterações no Contrato CJF n. 025/2021, que trata da prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos, conforme a seguir:

- a) alteração da razão social da CONTRATADA no preâmbulo do contrato.
- b) reajuste de 3,97%, por acordo entre as partes, sobre o valor do contrato, com efeitos financeiros a partir de 23/09/2024;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

**2.1** Constituição Federal, art. 37; Registro na Junta Comercial do Distrito Federal sob NIRE nº 53300014736, Protocolo DFP2400067637; Lei n. 8.666/1993, art. 58, inciso I; Lei n. 10.192/2001, arts. 2º e 3º; Lei n. 8.666/1993,



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

art. 40, inciso XI; Decreto n. 9.507/2018, art. 13; IN MPOG n. 05/2017, arts. 53 e 61; cláusula décima primeira do Contrato e em conformidade com as informações constante do Processo SEI n. 0004108-15.2020.4.90.8000.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL**

**3.1** Fica alterada a razão social da CONTRATADA no preâmbulo do Contrato CJF n. 025/2021 de ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A para ORION ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A.

**CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE**

**4.1** Reajuste de **3,97%**, por acordo entre as partes, sobre o valor do contrato, com efeitos financeiros a partir de 23/09/2024.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO ADITIVO**

**5.1** O valor mensal estimado do contrato para cobrir as despesas relativas ao reajuste é de R\$ 35.758,23 (trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), com efeitos financeiros a partir de 23/09/2024, conforme a seguir:

Item	Serviço	Unidade	Valor Mensal (R\$)
1	Serviço de manutenção (preventiva, programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças) da sala-cofre.	Mês	R\$ 35.758,23

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta dos recursos consignados, inclusive os suplementados, ao Conselho da Justiça Federal, no Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho Resumido - PTRES: 168364, Natureza da Despesa - ND: 33.90.40.11

**6.2** A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao CONTRATANTE, na respectiva Lei Orçamentária Anual.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

**7.1** A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, a garantia contratual complementar no valor de **R\$ 1.688,54 (mil e seiscientos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)**, nos termos da Lei n. 8.666/1993, art. 56, § 1º, incisos I, II e III, c/c cláusula décima sexta do contrato.



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**8.1** Em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993, art. 61, parágrafo único, o presente instrumento de aditamento será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

**CLÁUSULA NONA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

**9.1** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato, desde que não contrariem este aditamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1** A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelo e-mail: [sutec@cjf.jus.br](mailto:sutec@cjf.jus.br).

**10.1.1** Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicados, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

MINUTA

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

**LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO**  
Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas

**SIGNATÁRIO EMPRESA**

Cargo

ORION ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A

cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/licitacoes-e-contratos/contrato...

5.56

Novo Chrome disponível

Ir para o conteúdo 1

Ir para o menu 2

Ir para a busca 3


Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE

ALTO CONTRASTE

VÍBRAS

MAPA DO SITE



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal

VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [TRANSPARÊNCIA PÚBLICA](#) > [LICITAÇÕES E CONTRATOS](#) > [CONTRATOS E ADITIVOS](#) > [CONTRATOS VIGENTES \(EXIBIDOS EM ORDEM ALFABÉTICA\)](#) > [ORION ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A](#)

Justiça Federal  
Mais Perto de  
Você

Acessibilidade

Acesso à  
Informação

ASCOM

Atos Normativos

Biblioteca

CAJU

Centro de  
Cooperação  
Jurídica  
Internacional

Certidão Unificada

Conheça o CJF

Estatísticas

LGPD

Licitações

Links Úteis

Ipê Lab

Manual de  
Cálculos

025/2021 - ORION ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A

**Objeto:** Serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, corretiva e evolutiva de software, monitoramento e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

**Vigência:** 23/09/2021 à 22/09/2026

[Acesse o contrato](#)

**Alterações:**

[I Termo Aditivo ao CTR 025/2021 - Alteração e Reajuste](#)

[Publicação DOU I TA ao CTR 025/2021](#)

[II Termo Aditivo ao CTR 025/2021 - Prorrogação e Reajuste](#)

[Publicação DOU II TA ao CTR 025/2021](#)

[III Termo Aditivo ao CTR 025/2021 - Reajuste e Alteração](#)

[Publicação DOU III TA ao CTR 025/2021](#)

**Outros Documentos:**

[Edital PE 21-2021.pdf](#)

[PROPOSTA.pdf](#)

[Publicacao.pdf](#)

[Portaria de Gestor CJF n. 558/2022](#)



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023

<b>Objeto</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA SALA-COFRE CERTIFICADA ABNT NBR 15.247, ABRANGENDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA DE TODOS OS SUBSISTEMAS, REABASTECIMENTO DO GERADOR E MELHORIA DE ALARMES DO CNJ.</b>
<b>Valor estimado</b>	<b>R\$ 979.807,48 (novecentos e setenta e nove mil, oitocentos e sete reais e quarenta e oito centavos)</b>

<b>Data de abertura: 11/12/2023</b>	<b>Horário: 14h (horário de Brasília)</b>
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	<b>UASG: 40003</b>
<b>Exclusiva ME/EPP? NÃO</b>	<b>Reserva de quota ME/EPP? NÃO</b>
<b>Decreto 7.174/2010? NÃO</b>	<b>Vistoria? SIM</b>
<b>Amostra/Demonstração? NÃO</b>	<b>Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO</b>
<b>Forma de julgamento: MENOR PREÇO</b>	<b>Forma de Adjudicação: GRUPO</b>
<b>Instrumento Contratual: TERMO DE CONTRATO</b>	<b>Impugnação e Pedido de Esclarecimento: até 23:59hs do dia 06/12/2023</b>
<b>Pregoeiro e Equipe de Apoio</b>	COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC Conselho Nacional de Justiça, Edifício Premium, SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Brasília-DF. CEP - 70.070-600 Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5016 e-mail: <a href="mailto:cpc@cnj.jus.br">cpc@cnj.jus.br</a>
<b>Mensagem aos licitantes</b>	O Edital, seus anexos e outras informações estão disponíveis para <i>download</i> no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ( <a href="https://www.gov.br/pncp/pt-br">https://www.gov.br/pncp/pt-br</a> ) e também no Portal do Conselho



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Nacional de Justiça (<https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/gestao-administrativa/licitacoes-e-contratos/>)

Os licitantes estarão sujeitos às sanções e às penalidades estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Em momento anterior ao de apresentação de propostas, os licitantes deverão analisar cuidadosamente o inteiro teor deste Edital e dos respectivos Anexos, compreender todos os seus termos, certificar-se de que dispõe dos recursos materiais e humanos necessários para participar da Sessão Pública e obter a certeza de que toda a documentação exigida está atualizada, de acordo com exigências Editalícias e pronta para ser exibida quando for requisitada pelo Pregoeiro.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023

### PREÂMBULO

O Conselho Nacional de Justiça torna público que realizará o Pregão Eletrônico n. 14/2023, com critério de julgamento menor preço, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário. A sessão pública será realizada em **11/12/2023**, às **14h** (horário de Brasília), no Conselho Nacional de Justiça, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Esta licitação, autorizada no Processo SEI n. 10172/2022, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

### SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de suporte técnico para sala-cofre certificada ABNT NBR 15.247, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva de todos os subsistemas, reabastecimento do gerador e melhoria de alarmes, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.

### SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital em data, horário e endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as pessoas físicas e jurídicas que:

- a) atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente cadastradas no sistema de registro cadastral unificado disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na forma do regulamento;
- b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação;
- c) explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- d) constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021, mediante declaração em campo próprio do sistema;
- e) consórcios de empresas, desde que atendidos os requisitos do art. 15 da Lei 14.133/2021.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, caso contratado, será o responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa e empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n. 123/2006 em razão da presente contratação.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3 da Lei Complementar n. 123/2006 sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação, pessoas físicas ou jurídicas, que:

- a) não explorem atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) de forma direta ou indireta, agentes públicos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP atuando nessa condição;

i) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; e

j) empresas que, por conta de vínculo com o CNJ, tenham prestado auxílio técnico na elaboração dos documentos componentes da fase interna do procedimento licitatório, tais como o Documento de Oficialização de Demanda, os Estudos Preliminares e/ou o Termo de Referência.

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento que trata sobre a impossibilidade de participar de licitação será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

2.12. Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

2.13. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

2.13.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) do valor exigido do licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

### **SEÇÃO III – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, mediante digitação de senha privativa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **formulada de acordo com os Anexos I e II do Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

3.3. Ao encaminhar a proposta de preços, o licitante deverá incluir o **detalhamento do objeto** ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto”. Caso o número de caracteres seja insuficiente, deverá incluir descrição resumida contendo as informações essenciais.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá assinalar, em campo próprio do sistema, “sim” ou “não” relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, bem como que os limites dos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolaram a receita bruta máxima admitida para o ano calendário para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a.1) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

c) que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos supervenientes e impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos para pessoa com deficiência para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

h) de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

h.1) o não cumprimento da exigência acima acarretará desclassificação do certame, nos termos do art. 63, §1º da Lei n. 14.133/21.

3.5. Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação (quando houver previsão de anteceder a fase) anteriormente inseridos no sistema.

3.6. O licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico **o valor unitário de cada item e, se for o caso, de cada item que compõe o grupo**, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

3.7. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos anexos deste Edital.

3.8. Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema Comprasnet e as descritas neste Edital, prevalecerão estas.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

3.9. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

3.10. Na etapa de apresentação da proposta não haverá ordem de classificação das propostas. A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.11. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverá constar:

a) identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de telefone e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público particular acompanhada de documento oficial de identificação de seu outorgante para fins de comparação das assinaturas e verificação de autenticidade) com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

c) prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

d) indicação única de preço (R\$), com exibição dos valores unitário, em algarismos, e total, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo;

e

e) descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência, com indicação de quantidade, prazo de entrega e demais características dos produtos/serviços ofertados, quando houver.

3.12. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca do licitante.

3.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

3.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

I - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá 0,10% (um décimo por cento) do valor total da contratação estimado no Anexo II deste Edital; e

II - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

3.15. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.16. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o CNJ, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

### **SEÇÃO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE ENVIOS DE LANCES**

4.1. A sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema no dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital.

4.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

4.3. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Aberta a fase competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

4.5. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

4.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.7. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

4.7.1. A eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

4.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.9. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;

b) não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

c) embora a classificação final seja pelo valor total do grupo, a disputa será por item. A cada lance ofertado, o sistema atualizará automaticamente o valor total.

4.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

4.11. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

4.12. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

4.13. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada, concluindo assim, a etapa aberta.

4.14. Após o encerramento automático dos lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- 4.15. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.16. Na ausência de, no mínimo, três ofertas na etapa fechada na margem dos 10% (dez por cento) previstos, o sistema oportunizará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, o registro de um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 4.17. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.18. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da fase competitiva e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
4. 19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### **SEÇÃO V – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

- 5.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.8. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## **SEÇÃO VI – DA CONFORMIDADE, DA ORDENAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

6.2. O licitante terá o prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado, bem como para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital.

6.3. A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou

II - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata essa Seção.

6.4. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, poderá, em diligência, solicitar, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública.

## **SEÇÃO VII – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. Na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

7.4. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.5. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.8. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.9. Observado o prazo de que trata o item 6.2, o Pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração para bens e serviços em geral. Nessa hipótese, só será considerada inexequível após diligência do Pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Caso o termo de referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

7.16. Será declarado vencedor o licitante que, atendidas as demais exigências fixadas neste Edital, apresentar o **menor valor para grupo, observados os valores unitários máximos dos itens constantes da Estimativa de Preços do Anexo II deste Edital.**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## **SEÇÃO VIII – DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos para habilitação, relativos a estabelecimento matriz e aos estabelecimentos filiais que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, serão os seguintes:

### **Habilitação jurídica**

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

### **Regularidade fiscal e trabalhista**

- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
- e) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

### **Qualificação econômico-financeira**

- i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

### **Qualificação técnica**

- j) Atestado (s) de Capacidade Técnica Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove:



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

### **Para o Grupo 1:**

j.1) Atestado comprovando que o licitante executou ou está executando serviço de suporte técnico para sala cofre estanque construída com certificação ABNT NBR 15.247, subsistemas de ar-condicionado, detecção e combate a incêndio, monitoração e controle de acesso;

j.2) Declaração do próprio licitante de que pode prestar o serviço de suporte técnico, com manutenção da certificação ABNT NBR 15.247 ou apresentação da certificação segundo a norma EN 1047-2 ou ainda apresentação de certificado emitido pelas demais entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);

j.3) Atestado de capacidade técnica comprovando que o Licitante instalou um sistema de monitoramento em sala cofre certificada ABNT NBR 15.247;

j.4) Atestado comprovando que a licitante realizou teste de estanqueidade conforme os preceitos da norma ASTM E779 (Standard Test Method for Determining Air Leakage Rate by Fan Pressurization).

### **Para o Grupo 2:**

j.5) Atestado comprovando que o licitante executou ou está executando serviço de manutenção para grupo gerador com capacidade mínima de 225 Kva e sistema de nobreak com capacidade mínima de 65 Kw que componha um sistema de alimentação para atendimento de datacenter;

### **Para os Grupos 1 e 2:**

j.6) Comprovação de que possui em seu quadro de pessoal, ou de que disponibilizará a partir da assinatura do contrato, Responsável Técnico (Engenheiro Eletricista), que deverá assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços contratados. A comprovação far-se-á mediante a apresentação do contrato social da empresa, da CTPS, do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste;

j.7) Atestado(s) de Capacidade Técnica Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada no CREA, em nome do Responsável Técnico indicado para a execução dos serviços, no qual fique comprovada a responsabilidade técnica na prestação de serviços de manutenção ou suporte técnico;

k) Para fins de comprovação do disposto nos itens anteriores, para o grupo 2 caso a empresa não tenha como apresentar atestado único com a



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

quantidade total exigida, será admitida a soma de atestados (por exemplo, um atestado para grupo gerador e outro para as UPS)

k.1) O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços;

k.2) Os documentos apresentados por um mesmo licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos.

k.3) Os atestados relacionados à manutenção da certificação, da exigência de experiência da empresa e de capacidade técnica no CREA são necessários devido à complexidade da manutenção e da importância dos dados e sistemas do datacenter do CNJ.

8.2. As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h' do item 8.1, para fins de habilitação do licitante cadastrada naquele sistema. Essas declarações somente serão válidas nas seguintes condições:

a) se as informações relativas àqueles documentos estiverem disponíveis para consulta na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação; e

b) se estiverem dentro dos respectivos prazos de validade.

8.3. Caso nos registros cadastrais conste algum documento com prazo de validade vencido, o licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, no mesmo decurso estipulado no item 8.2 sob pena de inabilitação.

8.4. Quando a certidão for emitida com prazo de validade indeterminado e/ou o prazo de validade da certidão não estiver expresso em seu instrumento, aquela expedida nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem à data da sessão deste certame será considerada válida, exceto quando houver norma (lei, resolução, instrução normativa, portaria etc.) estabelecendo prazo de validade inferior, hipótese na qual prevalecerá o prazo nela previsto. Os prazos aqui referidos serão contados a partir da data de emissão, inclusive.

8.5. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

microempresas, empresas de pequeno porte, que atendam os requisitos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

8.8. No caso de empresas estrangeiras participantes da licitação, que não funcionem no Brasil, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.9.1. Não serão considerados novos os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.12. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## SEÇÃO IX – DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará decadência do direito de recurso e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarada vencedora.

9.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## SEÇÃO X – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, Diretor-Geral ou pelo Secretário de Administração, conforme o caso.

## SEÇÃO XI – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

11.1. A adjudicatária ficará obrigada a:

a) assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

b) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital e em seus Anexos, na proposta e no contrato;

c) apresentar, caso seja optante do Simples Nacional, no ato da assinatura do contrato, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012;

c.1) no caso de não ser apresentada a declaração prevista na alínea anterior, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado;

d) apresentar, a qualquer tempo, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação do CNJ, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação do licitante.

11.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta) dias corridos**, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.4 O disposto no item anterior não será aplicado aos licitantes remanescentes convocadas na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

## **SEÇÃO XII – DAS SANÇÕES**

12.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n. 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública,



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

12.2. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa CNJ n. 94/2023, após regular procedimento de apuração, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do contrato	<i>Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave</i>
b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
c) Dar causa à inexecução total do contrato;	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	<i>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos</i>
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos</i>
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos</i>
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos</i>
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	<i>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.</i>

12.3. Nas condutas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 12.2, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.4. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

12.4.1. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

12.5. Às condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.

12.6. A multa, calculada na forma do Anexo I - Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7.1. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa à Contratada

12.8. O licitante ou a Contratada serão notificados para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.10. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a Contratada poderão apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.12. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

12.13. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato no



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

processo administrativo, o CNJ poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou Contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

12.14. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

12.15. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Orçamento e Finanças para devolução à Contratada dos valores eventualmente retidos.

12.16. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

### **SEÇÃO XIII – DO RECEBIMENTO**

13.1. O objeto desta licitação será recebido, observadas as condições e as especificações estabelecidas nos Anexos I e III do Edital.

13.2. Caso sejam constatadas outras inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a Contratada obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CNJ.

13.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

13.4. Os eventuais testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da Contratada.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## **SEÇÃO XIV – DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento, observadas as condições estabelecidas nos Anexos I e III do Edital, observará a ordem cronológica das fontes de recursos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, cumpridos os seguintes requisitos, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

14.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do registrado no preâmbulo do contrato.

14.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, o prazo inicialmente fixado será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

14.4. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Ordem de Fornecimento poderá ser devolvida ao fornecedor, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

14.5. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela Contratada no Protocolo do CNJ ou enviado por e-mail, quando acordado com o gestor ou quando essa previsão estiver expressa no Termo de Referência.

14.6. O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto pelo CNJ, desde que não se verifiquem falhas na execução dos serviços, e os prazos inicialmente fixados serão contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

14.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

14.8. A não manutenção das condições de habilitação pela Contratada não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

14.9. Ao longo da execução do contrato, a inclusão de estabelecimento integrante da pessoa jurídica no conjunto daqueles responsáveis pela execução do objeto poderá ocorrer, desde que mediante apresentação de documentos, referidos a todo o período de vigência já transcorrida do ajuste, hábeis à prova de regularidade do estabelecimento a ser acrescido junto à Fazenda Estadual/Distrital e Municipal, bem como de prévia formalização do acréscimo, em termo aditivo ao contrato.

### **SEÇÃO XV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.032.0033.21BH.0001 - "Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias". Naturezas das Despesas: 3.3.90.40.11 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, 3.3.90.30.04 - Material de Consumo, 3.3.90.39.17 - Outros Serviços de Terceiros, 3.3.90.30.26 - Material de Consumo e 3.3.90.30.03 - Material de Consumo.

### **SEÇÃO XVI – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

16.1. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

### **SEÇÃO XVII – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

17.1. Homologada a licitação, o CNJ convocará o licitante vencedor, durante a validade da sua proposta, para assinatura, por meio eletrônico, do instrumento contratual, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2. Em caso da escolha da prestação de garantia na modalidade seguro-garantia pela Contratada, o prazo para assinatura do contrato será de no mínimo um mês contados da homologação da licitação.

17.3. Impreterivelmente dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação que lhe seja feita pelo CNJ, o licitante vencedor deverá requerer cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

17.4. O licitante vencedor deverá assinar, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

17.5. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

17.6. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

### **SEÇÃO XVIII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

18.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

### **SEÇÃO XIX – DO REAJUSTE**

19.1. Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Para formalização da prorrogação do prazo de vigência, será verificada a regularidade fiscal da Contratada por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **SEÇÃO XX – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. O CNJ nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

20.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente ao CNJ ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

20.3. Durante a vigência do contrato, é vedado à Contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

20.4. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

20.5. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CNJ a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no item 20.6.

20.6. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o CNJ responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada.

### **SEÇÃO XXI – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste edital ou no contrato, por parte da Contratada, assegurará ao CNJ o direito de extinção, mediante



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, constituem motivos para a extinção do contrato:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; e

d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da Contratada.

21.3. Caso a Contratada venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação do contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

21.4. Ao CNJ é reconhecido o direito de extinção contratual unilateral, nos termos do artigo 138, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

21.5. A extinção do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

21.5.1. O Contrato poderá ser rescindido antes do término final acordado, mediante notificação prévia à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face da conclusão de procedimento licitatório contemplando o mesmo objeto do contrato.

21.6. A extinção poderá ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.7. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **SEÇÃO XXII – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO**

22.1. Qualquer interessado, antes de decidir participar do Pregão, deverá providenciar exaustivo estudo do inteiro teor do Edital e apresentar, à CPC, as dúvidas e impugnações (inclusive as correlatas a eventuais irrazoabilidades, desproporcionalidades e/ou omissões) que entender existentes neste instrumento.

22.2. Ao participar desta licitação, o licitante estará se declarando ciente de que as condições editalícias, descrições de produtos, condições de fornecimento e outras fórmulas destinam-se a garantir, nos termos Lei, transparência, objetividade, certeza



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

jurídica e isonomia de tratamento a todos os participantes bem como à obtenção de eficácia e celeridade para o processo seletivo do menor preço (ou maior desconto) e da melhor proposta.

22.3. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**., exclusivamente por meio do endereço eletrônico: [cpc@cnj.jus.br](mailto:cpc@cnj.jus.br).

22.4. A resposta a impugnação ou a pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.5 O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema e vincularão os licitantes e o CNJ.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### **SEÇÃO XXIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. O Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Contratação, localizada no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, Bloco “E”, sala 003, CEP: 70.070-600, Asa Sul, Brasília – DF, nos dias úteis, das 12h às 19h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e [www.cnj.jus.br/transparencia](http://www.cnj.jus.br/transparencia).

23.2. O licitante poderá realizar vistoria técnica prévia com vistas à obtenção de informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta e execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto. A vistoria poderá ser realizada **até o dia 07/12/2023**, das 12h às 19h, mediante agendamento prévio com a Comissão Permanente de Contratação, pelo telefone **(61) 2326-5016 / 5159**, devendo, ainda, ser observado o seguinte:

a) ser realizada por profissional especialmente credenciado como representante do licitante;

b) em nenhuma hipótese o licitante/adjudicatária poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

fatos;

c) não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de um licitante;

d) tendo em vista a faculdade da realização da vistoria prévia, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e graus de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão. Assim, **a vistoria poderá ser substituída por declaração formal** assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

23.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

23.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

23.6. Todas as informações, pedidos de esclarecimentos e respostas a impugnações referentes a esta licitação estarão disponíveis no site do CNJ na internet: [www.cnj.jus.br/transparencia](http://www.cnj.jus.br/transparencia).

23.7. Compete exclusivamente aos licitantes, aos adjudicatários e aos demais interessados manter atualizados, junto ao CNJ, os respectivos endereços, inclusive eletrônicos (e-mail). O CNJ reserva-se o direito de considerar válidas comunicações enviadas aos licitantes, aos adjudicatários e a quaisquer outros interessados pelos endereços, inclusive eletrônicos, registrados nos autos e/ou no Sistema SICAF (mantido pelo Poder Executivo Federal).

23.8. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

23.9. As disposições deste Edital serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Estimativa de preços



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

23.11. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, as Leis 13.726/2018 e 10.406/2002, bem como as demais normas pertinentes.

Brasília, 23 de novembro de 2023.

**Johaness Eck**  
**Diretor-Geral**  
**Portaria n. 89/2018**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023**

**ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**

## **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

### **1.1. Da definição do objeto**

Contratação de serviço de suporte técnico para sala-cofre certificada ABNT NBR 15.247, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva de todos os subsistemas, reabastecimento do gerador e melhoria de alarmes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<b>Grupo</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>CATSER/ CATMAT</b>	<b>Un</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	01	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da célula estanque, incluindo eventual fornecimento de peças	20.710	Mês	12	R\$ 28.998,54	R\$ 347.982,48
	02	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de climatização, incluindo eventual fornecimento de peças	20.710	Mês	12	R\$ 13.882,69	R\$ 166.592,28
	03	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de	20.710	Mês	12	R\$ 1.989,85	R\$ 23.878,20



Poder Judiciário

## Conselho Nacional de Justiça

		detecção precoce e combate a incêndio, incluindo eventual fornecimento de peças					
	04	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de supervisão e monitoração, incluindo eventual fornecimento de peças	20.710	Mês	12	R\$ 4.163,65	R\$ 49.963,80
	05	Recarga ou Substituição Eventual de Gás FM-200	3.662	Un	01	R\$ 52.518,60	R\$ 52.518,60
	06	Melhoria no sistema de monitoramento e alarmes da sala cofre	20.710	Un	01	R\$ 53.000,00	R\$ 53.000,00
02	07	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos subsistemas de alimentação elétrica (grupo gerador e nobreaks), incluindo eventual fornecimento de peças	2.356	Mês	12	R\$ 11.846,62	R\$ 142.159,44



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

	08	Substituição das baterias dos Nobreaks	424.155	Un	40	R\$ 2.321,84	R\$ 92.873,60
03	09	Serviço de reabastecimento dos tanques do gerador	2.356	Un	12	R\$ 3.104,59	R\$ 37.255,08
	10	óleo diesel	477.915	Litro	2400	R\$ 5,66	R\$ 13.584,00

Tabela 1 – Definição do objeto

### **1.2. Do parcelamento dos itens que compõem o objeto**

O objeto é divisível conforme os itens descritos no subitem 1.1 deste Termo de Referência. Considerando a natureza da contratação, recomenda-se o agrupamento dos itens, em três grupos, em virtude da economia de escala, a redução dos custos de gestão de contratos, bem como das características técnicas inerentes ao objeto.

O Grupo 1 refere-se a todos os subsistemas referentes à célula estanque da sala-cofre e exigem que a empresa que venha a fornecê-los possua autorização da ABNT segundo a norma NBR 15.247 ou seja autorizado de acordo com a norma internacional EN 1047-2 ou ainda apresente certificado emitido pelas demais entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para manutenção e um item de melhoria no sistema de monitoramento e alarmes da sala. O grupo 2 refere-se aos subsistemas de energia elétrica e compreende a manutenção do grupo gerador e das UPS, assim como um ponto de melhoria no alarme específico dos geradores. O grupo 3 refere-se ao serviço por demanda de abastecimento de óleo diesel do gerador.

### **1.3. Da natureza do objeto**



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

O objeto a ser contratado caracteriza-se como serviço comum tendo natureza contínua, nos termos da alínea "a", inciso XXI, e inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

### **1.4. Da vigência**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Referência aos estudos técnicos preliminares**

O Estudo Técnico Preliminar (Documento nº 1583203) com a fundamentação da contratação e de seus quantitativos foi aprovado pela autoridade competente no Despacho SAD 1584394.

### **2.2. Plano Contratações Anual - PCA**

Os recursos financeiros para a cobertura dessa proposta de contratação estão previstos no Plano de Contratações nos seguintes itens:

- Substituto do contrato 19/2018 - ITEM PC 76
- Substituto do contrato 20/2018 - ITEM PC 93
- Substituto do contrato 21/2018 - ITEM PC 83

O plano de contratação está no processo SEI 08116/2022.

A presente contratação atende ao Objetivo Estratégico de “garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ” (Portaria nº 104/2020 - art. 3º, XI).



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

Contratação de serviço de suporte técnico para sala-cofre certificada ABNT NBR 15.247, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva de todos os subsistemas, reabastecimento do gerador e melhoria de alarmes. A especificação detalhada do objeto e dos ciclos de manutenção encontram-se no item 15 – requisitos técnicos.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Requisito legal da contratação**

As Contratadas deverão prestar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva de todos os subsistemas da sala cofre do CNJ.

Para o grupo 1, a empresa deverá ser autorizada pela ABNT para prestar o serviço de manutenção da sala com a certificação ABNT NBR 15.247 ou de acordo com a norma EN 1047-2 ou ainda apresente certificado emitido pelas demais entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para manutenção da sala cofre.

#### **4.2. Sustentabilidade**

As Contratadas (grupos 1, 2 e 3) deverão observar as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental e ao que se encontra previsto no artigo 21 da Resolução CNJ nº 400, de 16/06/2021, em especial:

- a. eficiência energética;
- b. nível de emissão de poluentes e ruídos de veículos, máquinas e aparelhos consumidores de energia;
- c. eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação;
- d. racionalidade e consumo consciente quanto aos bens materiais

As Contratadas deverão observar, no que couber, o Plano de Logística Sustentável do CNJ, e o Código de Conduta do Fornecedor de Bens e Serviços do CNJ.

#### **4.3. Indicação de marcas e modelos**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

Não se aplica.

#### **4.4. Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

Não se aplica

#### **4.5. Da subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.6. Da garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas características do objeto.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Do local e do horário da execução dos serviços ou do fornecimento**

Os serviços serão realizados no Edifício do Conselho Nacional de Justiça localizados no SEPN 514, Blocos A e B, lotes 6 e 7- Asa Norte, 24 horas por dia, 7 dias da semana.

#### **5.2. Da dinâmica e Ordem de Execução**

Para os serviços de manutenção preventiva não serão emitidas Ordens de Serviços já que os serviços serão prestados mensalmente. A primeira manutenção preventiva deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos da data de assinatura do contrato. As demais manutenções preventivas ocorrerão mensalmente.

Para os serviços sob demanda serão emitidas Ordens de Serviço específicas.

Os serviços de manutenção corretiva serão solicitados através de chamado telefônico, com posterior envio de e-mail a fim de documentar a abertura do chamado.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

### 5.3. Do prazo ou do cronograma de execução.

O cronograma de execução será conforme tabela abaixo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	UNIDADES ENVOLVIDAS
1	Assinatura do Contrato	Até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação	AJU, DG e responsável legal da Contratada
2	Execução do diagnóstico, primeira manutenção preventiva	Até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato	Equipe da Contratada
3	Execução das demais manutenções preventivas da totalidade dos equipamentos	Mensalmente	Equipe da Contratada
4	Atendimento de chamado para manutenção corretiva	Até 1 dia útil após a abertura de chamado telefônico	Equipe da Contratada
5	Atendimento dos itens sob demanda dos grupos 1 e 2 (itens 5 e 8)	Até 30 (trinta) dias úteis após recebimento da Ordem de Serviço	Equipe da Contratada
6	Atendimento dos itens sob demanda do grupo 3 (itens 9 e 10)	Até 1 dia útil após a abertura de chamado telefônico	Equipe da Contratada
6	Instalação dos itens de entrega única (itens 6)	Até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato	Equipe da Contratada
7	Entrega do relatório mensal de atividades	Até o 5º dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços	Equipe da Contratada



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

8	Pagamento relativo aos serviços	Em até 30 dias, conforme item 7.2.1 deste Termo de Referência	SEEMP e SOF
9	Encerramento da prestação dos serviços	Data do encerramento da vigência contratual	SEGTC

Tabela 1 - Cronograma de execução

### **5.4. Da garantia técnica ou assistência técnica.**

Quando houver necessidade, a Contratada deverá efetuar a substituição de componentes, peças e acessórios utilizando sempre componentes novos e originais/genuínos, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de instalação, comprovada pela Ordem de Serviço ou relatório de execução de serviço assinado pelo CNJ.

## **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **6.1. Da modalidade e do critério de julgamento**

6.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **6.2. Da Habilitação jurídica**

6.2.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

6.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

### **6.3. Regularidade fiscal e trabalhista**

6.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.2. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da licitante,



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;

6.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

6.3.5. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

### **6.4. Qualificação econômico-financeira**

6.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

### **6.5. Qualificação técnica**

6.5.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa participante executa ou tenha executado para o grupo 1:

6.5.1.1. Atestado comprovando que a Licitante executou ou está executando serviço de suporte técnico para sala cofre estante construída com certificação ABNT NBR 15.247, subsistemas de ar-condicionado, detecção e combate a incêndio, monitoração e controle de acesso;

6.5.1.2. Declaração da própria licitante de que pode prestar o serviço de suporte técnico, com manutenção da certificação ABNT NBR 15.247 ou apresentação da certificação segundo a norma EN 1047-2 ou ainda apresentação de certificado emitido pelas demais entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);

6.5.1.3. Atestado de capacidade técnica comprovando que a Licitante instalou um sistema de monitoramento em sala cofre certificada ABNT NBR 15.247;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

6.5.1.4. Atestado comprovando que a licitante realizou teste de estanqueidade conforme os preceitos da norma ASTM E779 (Standard Test Method for Determining Air Leakage Rate by Fan Pressurization).

6.5.2. Para o grupo 2:

6.5.2.1. Atestado comprovando que a Licitante executou ou está executando serviço de manutenção para grupo gerador com capacidade mínima de 225 Kw e sistema de nobreak com capacidade mínima de 65 Kw que componha um sistema de alimentação para atendimento de datacenter;

6.5.3. Para os grupos 1 e 2:

6.5.3.1. Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, ou de que disponibilizará a partir da assinatura do contrato, Responsável Técnico (Engenheiro Eletricista), que deverá assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços contratados. A comprovação far-se-á mediante a apresentação do contrato social da empresa, da CTPS, do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste;

6.5.3.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada no CREA, em nome do Responsável Técnico indicado para a execução dos serviços, no qual fique comprovada a responsabilidade técnica na prestação de serviços de manutenção ou suporte técnico;

6.5.4. Para fins de comprovação do disposto nos itens anteriores, para o grupo 2 caso a empresa não tenha como apresentar atestado único com a quantidade total exigida, será admitida a soma de atestados (por exemplo, um atestado para grupo gerador e outro para as UPS):

6.5.4.1. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços;

6.5.4.2. Os documentos apresentados por uma mesma licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos;

6.5.4.3. Os atestados relacionados à manutenção da certificação, da exigência de experiência da empresa e de capacidade técnica no CREA são necessários devido à complexidade da manutenção e da importância dos dados e sistemas do datacenter do CNJ.

### **6.6. Da exigência de amostra**

Não se aplicam ao presente objeto a apresentação de amostras, prova de conceito, laudos técnicos ou exame de conformidade.

### **6.7. Da exigência de vistoria**

**2.1.** O licitante poderá realizar vistoria técnica prévia com vistas à obtenção de informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta e execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto. A vistoria poderá ser realizada até o último dia da abertura da sessão, das 12h às 19h, mediante agendamento prévio com a Comissão Permanente de Contratação, pelo telefone (61) 2326-5013, devendo, ainda, ser observado o seguinte:

- a. ser realizada por profissional especialmente credenciado como representante da empresa licitante;
- b. em nenhuma hipótese a licitante/adjudicatária poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos;
- c. não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma licitante;
- d. tendo em vista a faculdade da realização da vistoria prévia, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e graus de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

em decorrência da execução do objeto deste Pregão. Assim, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. Do acompanhamento e da fiscalização**

Após a assinatura do contrato, o CNJ poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

O CNJ nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do objeto. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à empresa, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

A empresa será responsável pelos danos causados diretamente ao CNJ ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

Durante a vigência do objeto é vedado à empresa contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CNJ ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão objeto

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da vigência do objeto sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação, quando for o caso.

O fiscal técnico fará a análise dos relatórios das manutenções mensais para fins de pagamento.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da empresa, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, quando for o caso, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

### **7.2. Dos critérios de medição e de pagamento**

#### **7.2.1. Do recebimento do objeto**

Os bens ou serviços dos itens 5, 6 (grupo 1), 8 (grupo 2), 9 e 10 (grupo 3) serão recebidos:

- a. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade das especificações previstas na contratação;
- b. definitivamente, em 5 dias a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências da contratação.

O recebimento do(s) serviço(s) dos itens 1, 2, 3, 4 (grupo 1) e 7 (grupo 2) ocorrerá da seguinte forma: mensalmente, mediante atesto da prestação do serviço, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal e do relatório gerencial (RGS).

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto às especificações, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

#### **7.2.2. Da forma de pagamento do objeto**



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

O pagamento será realizado em parcela única para os itens sob demanda e mensalmente pelos serviços de manutenção prestados, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, cumpridos os seguintes requisitos:

- a. apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- b. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a empresa.

A nota fiscal apresentada em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento do objeto será devolvida à empresa e, nesse caso, o prazo previsto para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido nos valores da proposta, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Prestar, por meio de seu Gestor do Contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao(s) serviço(s) contratado(s) que venham a ser solicitados pela Contratada;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- 8.2. Registrar os incidentes e problemas ocorridos durante a execução do Contrato;
- 8.3. Analisar mensalmente o Relatório Gerencial de Serviços (RGS), do mês posterior à execução do serviço, observando-se os níveis de serviços exigidos, em até 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;
- 8.4. Comunicar oficialmente à Contratada sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento dos serviços prestados;
- 8.5. Efetuar o pagamento devido pela execução do(s) serviço(s) dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- 8.6. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a Contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 8.7. Exercer permanente fiscalização na execução do(s) serviço(s), registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- 8.8. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da Contratada às dependências, aos equipamentos relacionados à execução do(s) serviço(s), mas com controle e supervisão das áreas técnicas do CNJ;

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Prestar o(s) serviço(s) contratado(s) conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos;
- 9.2. Utilizar melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade do(s) serviço(s) e o atendimento às especificações contidas no Contrato, Edital e em seus Anexos;
- 9.3. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo Gestor do Contrato, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- 9.4. Reportar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do(s) serviço(s);
- 9.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas;
- 9.6. Detalhar e repassar, conforme orientação e interesse do órgão Contratante, todo o conhecimento técnico utilizado na execução do(s) serviço(s) contratado(s);
- 9.7. Indicar Preposto e cuidar para que esse mantenha permanente contato com o Gestor do Contrato e adote as providências requeridas, além de comandar, coordenar e controlar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), inclusive os seus profissionais;
- 9.8. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas neste Termo de Referência, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridos;
- 9.9. Garantir a execução do(s) serviço(s) sem interrupção, mantendo equipe dimensionada adequadamente para a regular execução do(s) serviço(s), substituindo ou contratando profissionais sem ônus para o órgão Contratante;
- 9.10. Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao órgão Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do(s) serviço(s) contratado(s), independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito;
- 9.11. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do órgão Contratante;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- 9.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações e regras de negócio;
- 9.13. Substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato do órgão Contratante;
- 9.14. Manter seus profissionais nas dependências do órgão Contratante adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível;
- 9.15. Responsabilizar-se pela conservação dos ambientes onde desempenhe o(s) serviço(s) contratado(s);
- 9.16. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser utilizado nas dependências do órgão Contratante, afixando placas de controle patrimonial, selos de segurança, entre outros pertinentes;
- 9.17. Apresentar no protocolo do órgão Contratante as notas fiscais, contendo a discriminação exata dos serviços prestados (prazos de execução, quantidades e valores contratados), junto com o Relatório Gerencial de Serviços (RGS);
- 9.18. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.19. Observar o Código de Conduta de Fornecedores de bens e serviços (Anexo A);
- 9.20. Observar a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário;
- 9.21. Prestar ciência do Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade, Anexo à Portaria 159/2021. (Anexo C).



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## 10. DO VALOR ESTIMADO

O valor estimado total da contratação é de R\$ 979.807,48 (novecentos e setenta e nove mil e oitocentos e sete reais e quarenta e oito centavos).

## 11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Conselho Nacional de Justiça, O plano de contratação está no processo SEI 08116/2022.

Os recursos financeiros para a cobertura dessa proposta de contratação estão previstos no Plano de Contratações nos seguintes itens:

- Substituto do contrato 19/2018 - ITEM PC 76
- Substituto do contrato 20/2018 - ITEM PC 93
- Substituto do contrato 21/2018 - ITEM PC 83

A presente contratação atende ao Objetivo Estratégico de “garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ” (Portaria nº 104/2020 - art. 3º, XI).

## 12. DAS SANÇÕES

Com fundamento na Instrução Normativa CNJ n. 94/2023 e nos arts. 155, 156 e 162 da Lei n. 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- I. advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II. multa de mora, 10% (dez por cento) do valor mensal quando houver atraso injustificado na execução do contrato;
- III. multa, no valor de:
  - a) 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato para os grupos 1 e 2, nos casos de:
    - i. atraso injustificado para a conclusão dos serviços de manutenção preventiva, limitando-se a 10 (dez) dias úteis, após esse prazo poderá ser configurada a inexecução parcial do contrato;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- ii. atraso injustificado para a conclusão dos serviços de manutenção corretiva, desde que não envolvam substituição de componentes, peças e acessórios e/ou entrega de laudo técnico, limitando-se a 5 (cinco) dias úteis, após esse prazo poderá ser configurada a inexecução parcial do contrato;
- iii. atraso injustificado para a conclusão de serviços sob demanda ou de instalação única, limitado a 10 (dez) dias úteis, após esse prazo poderá ser configurada a inexecução parcial do contrato;
- b) 1% (um por cento) sobre o valor do item 10 do grupo 3, por hora ou fração, em caso de atraso no atendimento da solicitação, limitada a incidência a 24 (vinte e quatro) horas;
- c) 8% (oito por cento) do valor total do contrato, por ocorrência, nos casos de:
  - iv. não manutenção das condições de habilitação, podendo ensejar a rescisão unilateral do contrato;
  - v. descumprimento de legislação (legal e infralegal) afeta à execução do objeto, podendo ensejar a rescisão unilateral do contrato;
- d) 10% (dez por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, podendo ensejar a rescisão unilateral do contrato;
- e) 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de inexecução total da obrigação assumida, ensejando a rescisão unilateral do contrato.
- IV. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- VI. as sanções previstas nas alíneas "I", "II", "III" e "V" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da contratação no processo administrativo, o CNJ poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o Termo de Referência e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à Contratada, ou cobrado judicialmente.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Quando houver provimento da defesa prévia, do recurso ou na hipótese de a Administração reconsiderar, de ofício, a decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.

Não sendo possível a retenção do valor presumido da multa, a empresa penalizada será oficiada para realização do pagamento via Guia de Recolhimento da Uniao – GRU em 10 (dez) dias.

### **13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Poderão participar dessa contratação consórcio de empresas, observadas as normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021. Observado também que para o grupo 1 todas as empresas do consórcio deverão ser autorizadas a fazer manutenção com a certificação ABNT NBR 15.247 ou de acordo com a norma EN 1047-2 ou ainda apresente certificado emitido pelas demais entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para manutenção da sala cofre.

### **14. DA PUBLICIDADE**

Os extratos dos contratos serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do CNJ, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **15. REQUISITOS TÉCNICOS (Art. 18, § 3º, IV)**

Durante o período de 12 meses a partir da assinatura do contrato, as Contratadas deverão garantir o funcionamento de toda a solução contratada, prestar suporte técnico e atender aos chamados para manutenção corretiva e preventiva da sala cofre e de seus subsistemas (grupo 1), do subsistema de energia elétrica (grupo 2) e do reabastecimento do gerador (grupo 3).

Os itens do grupo 1 são compostos pelos subsistemas descritos nos itens a seguir:

#### **Célula Segura**

15.1. Compartimento com características especiais de proteção de equipamentos de tecnologia da informação, resistente ao fogo, água, umidade, gases, campos magnéticos e impactos, com área total de 57 m<sup>2</sup> (cinquenta e sete metros quadrados);



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

15.2. É composta por painéis de parede e teto desmontáveis e resistentes ao fogo e penetração de gases corrosivos, com espessura de 87 mm (parede e piso) e 127 mm (teto), de fabricação Aceco Lampertz;

15.3. Possui piso elevado constituído de placas removíveis de aço e concreto com dimensões de aproximadamente 0,60 m x 0,60 m de fabricação Tate, modelo CC1250 composto por base pedestal, cruzeta Posilock e placa de piso;

15.4. O cabeamento interno à célula segura é composto por aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) pontos com cabos UTP, obedecendo a norma EIA/TIA 568, categoria 6, acomodados em leitos metálicos sob o piso elevado, com terminações em patch panels UTP categoria 6 no rack central da sala. A partir desse rack derivam os cabos até os módulos que servem os racks de servidores de rede, storage, etc;

15.5. Também fazem parte do cabeamento interno à célula segura cerca de 250 (duzentos e cinquenta) pontos com fibras óticas multimodo 50/125 e com terminações LC, distribuídos em módulos que suportam até 48 (quarenta e oito) portas, acomodados em leitos metálicos sob o piso elevado. Desses módulos os cabos são interligados aos DIO's do rack central;

15.6. Os quadros elétricos, tomadas e cabos elétricos internos à sala fazem parte do subsistema da célula segura. Os circuitos de energia que partem das UPS e tem como destino os circuitos internos à sala também fazem parte do subsistema da célula estanke;

15.7. Todas as tomadas são catalogadas e identificadas com seus respectivos circuitos, de modo a facilitar sua vistoria para detectar evidências de violação e outras anormalidades, e são do tipo 2P+T (fase, neutro e terra).

### **Subsistema de Climatização**

15.8. O subsistema de climatização de calor sensível, com resfriamento, desumidificação e filtragem do ar em circuito fechado, composto por 6 (seis) equipamentos de 23 kW, marca LIEBERT – HIROSS, com evaporadoras localizadas no interior da Sala Cofre, e 4 (quatro) equipamentos do modelo HCE33, com 2 (duas) evaporadoras localizadas em cada uma das salas de nobreak. Todas as condensadoras estão instaladas remotamente;

15.9. Sistema independente, de precisão, com alta vazão, alto teor de calor sensível, controle de umidade e filtragem eficiente, com capacidade para climatizar a célula com todos os seus equipamentos internos instalados;

15.10. Sistema com capacidade de suportar a carga térmica gerada pelos equipamentos, com modularidade e redundância através de 2 (duas) unidades operando em regime 1+1, que permite a alternância na operação das unidades, de forma a possibilitar manutenções preventivas ou corretivas sem o comprometimento da climatização;

15.11. A alimentação elétrica dos equipamentos de climatização é realizada pelo sistema de emergência suprido por grupo gerador existente, possuindo os equipamentos inteligência de modo a não perderem suas configurações quando da interrupção no fornecimento de energia elétrica.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

### **Subsistema de Combate a Incêndio**

15.12. Sistema automático de supressão por enchimento do ambiente com gás FM-200, que não é prejudicial às pessoas e equipamentos, com atuação por inundação completa da célula segura;

15.13. Sistema composto por 3 (três) sistemas de monitoração ambiental a laser STRATOS, sendo 02 (dois) modelo MICRA 25 e 1 (um) modelo MICRA 100, capaz de detectar precocemente fumaça e partículas na atmosfera da célula, que caracterizem o sobreaquecimento ou a combustão de materiais elétricos e outros materiais combustíveis presentes na instalação;

### **Subsistema de Supervisão e Monitoração**

15.14. Sistema de Controle de Acesso à célula segura e à sala de monitoramento por meio de leitura biométrica de servidores, visitantes e terceiros, com registro das informações;

15.15. Para garantir a segurança do pessoal e dos equipamentos, a porta de acesso ao interior da célula segura possui mecanismo de abertura mecânica para saída de emergência;

15.16. Sistemas de CFTV com 6 (seis) câmeras digitais coloridas com lentes ajustáveis varifocais e sistema de gravação digital com capacidade para 16 (dezesesseis) canais;

15.17. Unidade de monitoramento de todos os subsistemas instalados na sala, que recebe informações de seus sensores de temperatura, tensão, umidade relativa, estado de porta, presença de líquido, detecção de incêndio, falha na climatização, sensor de vibração, controle de acesso e sensor de presença de pessoas.

Os itens do grupo 2 (subsistema de alimentação elétrica) são compostos pelos subsistemas descritos nos itens a seguir:

### **Subsistema de alimentação elétrica**

15.18. A célula segura, os subsistemas de controle e os equipamentos de tecnologia da informação instalados são alimentados pelo sistema de fornecimento ininterrupto de energia elétrica (UPS);

15.19. A alimentação dos circuitos de iluminação e dos equipamentos de climatização é feita a partir de um total de quadros pertencentes ao Sistema de Energia Elétrica de Emergência existente, o qual é suprido por grupo gerador. Os quadros internos à sala cofre fazem parte do subsistema da célula segura. Os demais quadros (UPS e gerador) fazem parte do subsistema de alimentação elétrica;

15.20. Todos os cabos são catalogados e identificados a cada 3 (três) metros e em suas terminações, de modo a facilitar sua vistoria para detectar evidências de violação e outras anormalidades. Os cabos elétricos que têm como origem/destino a célula estanque, fazem parte do subsistema da célula segura. Todos os demais circuitos de energia (UPS e gerador) fazem parte do subsistema de alimentação elétrica;

15.21. Os 2 sistemas de nobreaks estão separados em 2 circuitos independentes (UPS X e UPS Y) que alimentam a sala cofre de forma redundante;

15.22. Os nobreaks têm potência disponível de 144 kW com redundância;

15.23. Os 2 geradores têm capacidade máxima de 450 KVA;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

15.24. Cada um dos geradores possui tanque principal com capacidade de 400 litros e mais um tanque reserva de 200 litros.

### **16. MANUTENÇÕES**

#### **16.1. Manutenção Preventiva Programada**

16.1.1. Manutenção destinada à prevenção de ocorrências de defeitos na infraestrutura que compõe a sala cofre (subsistemas, equipamentos, instalações e acessórios da solução, incluindo a sala de operações), conservando as condições ideais de funcionamento da infraestrutura;

16.1.2. Os itens, as descrições e as frequências mínimas que serão alvos desse tipo de manutenção estão apresentados nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**;

16.1.3. A compra, transporte e substituição de peças, componentes ou insumos, incluindo combustíveis, realizados como parte das manutenções preventivas, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, e não poderão gerar quaisquer custos adicionais ao CNJ;

16.1.4. As peças de reposição eventualmente necessárias à execução desse tipo de manutenção deverão ser novas e homologadas pelos seus respectivos fabricantes.

#### **16.2. Manutenção Corretiva**

16.2.1. Manutenção destinada ao restabelecimento da infraestrutura que compõe a sala cofre (subsistemas, equipamentos, instalações e acessórios da solução, incluindo a sala de operações) às condições ideais de funcionamento, mediante a execução de ajustes mecânicos, eletrônicos e substituição de peças desgastadas ou defeituosas;

16.2.2. As peças de reposição eventualmente necessárias à execução desse tipo de manutenção deverão ser novas e homologadas pelos seus respectivos fabricantes. O fornecimento de peças de reposição será de responsabilidade da empresa contratada, não ensejando qualquer custo adicional para o CNJ;

16.2.3. A empresa contratada para o grupo 2 deverá reabastecer os tanques de combustível que alimentam os geradores do subsistema de alimentação elétrica da sala cofre após os testes de carga do gerador;

16.2.4. O reabastecimento dos geradores durante a falta de energia elétrica será de caráter eventual e a execução do serviço de reabastecimento será realizada pela empresa contratada para o grupo 3, de acordo com o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**1, diferenciando-se do reabastecimento previsto nos testes de carga do gerador (manutenção preventiva programada).

#### **16.3. Manutenção Evolutiva**

16.3.1. São serviços que objetivam a manutenção evolutiva dos firmwares dos equipamentos e dos softwares que compõem a solução da sala cofre e seus subsistemas, fornecendo, instalando e configurando as novas versões e atualizações lançadas durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo CNJ;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

### 16.4. Demais detalhes das manutenções

16.4.1. A empresa contratada deverá prestar garantia dos serviços realizados nas manutenções descritas pelo período mínimo de 90 (noventa) dias corridos, contados da realização do serviço;

16.4.2. No caso de peças ou componentes substituídos, o período de garantia deverá ser de 90 (noventa) dias corridos ou o período indicado pelo fabricante dos mesmos (o que for maior), contados da instalação das peças/componentes;

16.4.3. Caso sejam detectados problemas na realização dos serviços ou peças fornecidas, a empresa contratada deverá providenciar a correção necessária no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação pelo CNJ;

16.4.4. A sala cofre do Conselho Nacional de Justiça encontra-se instalada na SEPN 514, Lote 7, Bloco B, em Brasília - DF. O horário de funcionamento do Conselho é das 08h00 às 20h00, de segunda a sexta-feira;

16.4.5. Os serviços de suporte técnico com manutenção preventiva programada e evolutiva deverão ser agendados com a equipe técnica do CNJ e, de preferência, realizados durante o horário de expediente. Eventualmente, no caso dos serviços a serem executados implicarem em riscos ao funcionamento normal da sala cofre, os serviços deverão ser realizados em horário alternativo, incluindo finais de semana e feriados;

16.4.6. O serviço de suporte técnico com manutenção corretiva deverá ser prestado em regime de 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias da semana).

### 16.5. Detalhamento da Manutenção Preventiva para o Grupo 1

#### 16.5.1. Célula Segura

16.5.1.1. Inspecionar, verificar e trocar os elementos desgastados das vedações, dobradiças, almofadas, fechadura e molas de tensão do fechamento automático da porta;

16.5.1.2. Verificar e testar as funções de fechamento automático da porta, alarmes, luzes, luzes de emergência e LEDs de sinalização;

16.5.1.3. Verificar e testar os eletroímãs e o microswitch, efetuando as correções necessárias para o perfeito funcionamento dos mesmos;

16.5.1.4. Verificar e regular o alinhamento da porta da sala cofre e posicionamento da soleira para garantir o correto funcionamento do fechamento;

16.5.1.5. Inspecionar e reparar todas as blindagens para cabos de energia, voz, dados e tubulações;

16.5.1.6. Inspecionar e reparar as cunhas de aperto.

16.5.1.7. Verificar e testar alarmes, luzes, luzes de emergência e LEDs de sinalização;

16.5.1.8. Proceder à verificação completa das luzes, em especial, luzes de emergência e substituir lâmpadas, difusores e reatores eletrônicos quando necessário;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

16.5.1.9. Aspirar o pó, limpar com pano úmido e elemento químico não abrasivo os elementos de fundo, piso elevado, leito aramado, elementos laterais, teto, portas, luminárias, mobiliário, e qualquer elemento da sala;

16.5.1.10. Proceder à verificação completa da integridade, dos elementos químicos de junção entre os painéis, das vedações e dos perfis de acabamento;

16.5.1.11. Testar fechamento e verificar as vedações dos cabos na sala cofre com dampers de fechamento automático dos dutos de climatização;

16.5.1.12. Fazer retoques de pinturas e limpeza não abrasiva quando necessário;

16.5.1.13. Realizar verificação e correção do alinhamento e nivelamento das placas do piso elevado e inspeção dos pedestais e cruzetas da área interna à célula;

16.5.1.14. Realizar reavaliação de cargas e reforço de pontos onde novos equipamentos tenham sido instalados ou remanejados;

16.5.1.15. Realizar verificação e correção do alinhamento e do torque dos elementos de fixação dos leitos aramados;

16.5.1.16. Realizar limpeza a seco e aspirar o pó, com acompanhamento de técnico especializado em cabeamento estruturado;

16.5.1.17. Realizar organização do cabeamento estruturado;

16.5.1.18. Auxiliar e prestar suporte em migrações de equipamentos;

16.5.1.19. Realizar manobras de pontos de rede.

### 16.5.2. Subsistema de Climatização

16.5.2.1. Inspeção e substituição dos filtros do sistema de resfriamento e climatização;

16.5.2.2. Inspeção das válvulas e verificação da estanqueidade da tubulação;

16.5.2.3. Recarga de gás refrigerante;

16.5.2.4. Levantamento de temperaturas do ambiente (hot spots);

16.5.2.5. Avaliação e substituição dos isolamentos térmicos;

16.5.2.6. Avaliação e aperto de suportes e fixações.

16.5.2.7. Verificar e trocar os filtros de ar dos evaporadores, medir tensão e corrente, ajustar a tensão das correias;

16.5.2.8. Alinhar polias, verificar válvulas e vazamentos e realizar limpeza geral dos evaporadores;

16.5.2.9. Inspeção com verificação e correção do nível de óleo e vazamentos dos compressores e condensadores;

16.5.2.10. Acompanhamento da capacidade de carregamento (pressão de entrada e saída);



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- 16.5.2.11. Calibragem e funcionalidade dos medidores de pressão e temperatura;
- 16.5.2.12. Verificação da tensão e corrente de alimentação do compressor e do ventilador;
- 16.5.2.13. Retífica ou substituição dos compressores em caso de necessidade;
- 16.5.2.14. Limpeza geral dos equipamentos;
- 16.5.2.15. Testar pontos de ajustes (set points) de temperatura e umidade e de intertravamento de alarmes dos quadros de comando;
- 16.5.3. Subsistema de Detecção Precoce e Combate a Incêndio;
  - 16.5.3.1. Verificar os parâmetros de configuração e de alarmes;
  - 16.5.3.2. Inspeccionar e trocar filtros de ar;
  - 16.5.3.3. Inspeccionar tubulações, orifícios e suportes e campainhas de alarmes;
  - 16.5.3.4. Verificar o sistema de intertravamento com outros painéis de controle;
  - 16.5.3.5. Inspeccionar a continuidade dos laços e a sinalização no painel;
  - 16.5.3.6. Medição da tensão das baterias;
  - 16.5.3.7. Fixação dos detectores;
  - 16.5.3.8. Inspeção e testes de funcionalidade e integridade;
  - 16.5.3.9. Testar sinalização visual e sonora e o intertravamento do painel de alarme com outros painéis;
  - 16.5.3.10. Verificar o cabeamento e apertar bornes e terminais;
  - 16.5.3.11. Testar o intertravamento do gás FM-200 com a detecção precoce e a convencional;
  - 16.5.3.12. Testar os alarmes e medir a pressão dos recipientes do gás FM-200;
  - 16.5.3.13. Recarregar em caso de insuficiência do gás;
  - 16.5.3.14. Realizar testes sem descarga;
  - 16.5.3.15. Verificar a data dos testes hidrostáticos do recipiente;
- 16.5.4. Subsistema de Supervisão e Monitoração;
  - 16.5.4.1. Verificar os parâmetros de configuração, os sensores de temperatura e umidade (da sala cofre e das UPS), vibração e da porta;
  - 16.5.4.2. Realizar testes de intertravamento;
  - 16.5.4.3. Inspeccionar o cabeamento dos alarmes, conectores de interligação, o painel frontal e a comunicação TCP/IP



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- 16.5.4.4. Analisar relatório do log de eventos no software de controle;
- 16.5.4.5. Testar os leitores de biométricos de acesso e de proximidade;
- 16.5.4.6. Verificar o intertravamento com o painel da sala cofre e com as demais portas controladas;
- 16.5.4.7. Checar o fechamento das portas;
- 16.5.4.8. Verificar a configuração;
- 16.5.4.9. Testar os circuitos de CFTV;
- 16.5.4.10. Verificar a integração do CFTV com os demais sistemas;
- 16.5.4.11. Verificar o status das câmeras, gravador, cabos e monitores de imagem;
- 16.5.4.12. Realizar limpeza das lentes e reaperto dos suportes das câmeras;
- 16.5.4.13. Verificar a configuração do sistema de CFTV.

### 16.5.5. Frequência e Periodicidade dos Serviços

16.5.5.1. Os serviços descritos nesse item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deverão ser executados de acordo com a periodicidade especificada nas tabelas seguintes:

Célula Segura	Periodicidade
Verificação da porta de acesso à célula segura	Trimestral
Abertura e fechamento de blindagem	Por demanda
Verificação da porta de entrada dos cabos lógicos e elétricos na célula segura	Trimestral
Verificação de luzes e luminárias	Trimestral
Verificação de elementos modulares (painéis) da sala cofre	Semestral
Quadros, circuitos, cabeamento, Piso Elevado, Piso de Fundo e Leito Aramado	Periodicidade
Verificação do nivelamento	Trimestral
Verificação de carga e reforço do piso	Semestral
Reforço de placas de piso	Por demanda



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Verificação de leitos aramados (alinhamento e torque)	Trimestral
Leitos aramados (inclusão alteração)	Por demanda
Verificação do cabeamento lógico estruturado	Trimestral
Verificação dos quadros e circuitos internos da célula	Trimestral
<b>Limpeza</b>	<b>Periodicidade</b>
Célula Segura	Mensal
Sistema de Piso Elevado, Piso de Fundo e Leito Aramado	Trimestral
Subsistema de Climatização	Semestral
Subsistemas de Controle de Acesso e CFTV	Semestral
<b>Subsistema de Climatização</b>	<b>Periodicidade</b>
Verificação do circuito de resfriamento e climatização	Semestral
Verificação dos evaporadores	Bimestral
Verificação dos condensadores/compressores	Bimestral
Verificação do quadro de comando	Bimestral
<b>Subsistema de Detecção Precoce e Combate a Incêndio</b>	<b>Periodicidade</b>
Verificação de detecção precoce de incêndio	Trimestral
Verificação da detecção convencional	Trimestral
Verificação do Painel de alarmes	Trimestral
FM-200 (testes sem descarga, recarga habitual, etc.)	Trimestral
<b>Subsistema de Supervisão e Monitoração</b>	<b>Periodicidade</b>
Supervisão remota do ambiente	Trimestral
<b>Subsistema de Controle de Acesso e CFTV</b>	<b>Periodicidade</b>
Verificação dos leitores de biométricos de acesso	Trimestral



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Verificação dos circuitos de CFTV	Trimestral
<b>Validação da certificação ABNT NBR 15.247</b>	<b>Periodicidade</b>
Validação	Anual

Tabela 3 2 - Periodicidade do item 16.5

### 16.6. Detalhamento da Manutenção corretiva para o grupo 1

Fora a manutenção destinada ao restabelecimento da infraestrutura que compõe a sala cofre (subsistemas, equipamentos, instalações e acessórios da solução, incluindo a sala de operações) às condições ideais de funcionamento, mediante a execução de ajustes mecânicos, eletrônicos e substituição de peças desgastadas ou defeituosas, estão incluídos os seguintes serviços como manutenção corretiva:

#### 16.6.1. Abertura e fechamento de blindagens da célula estanque

16.6.1.1. Mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá providenciar a abertura e o fechamento de blindagens da célula estanque para passagem de novos cabos ou tubulações;

16.6.1.2. O prazo para abertura da blindagem é de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do CNJ. Tão logo concluídos os procedimentos que necessitaram da abertura da blindagem, esta deverá ser imediatamente refeita.

#### 16.6.2. Substituição de placa de piso

16.6.2.1. Mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá substituir placas de piso elevado que se encontram no interior da célula estanque, seja por avaria da placa original ou por necessidade de mudança no tipo da placa para adequação às novas disposições dos equipamentos e ao adequado condicionamento do ar ambiente.

16.6.2.2. O prazo para realização desse serviço será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do CNJ

#### 16.6.3. Mudança de circuito de energia elétrica

16.6.3.1. Mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá modificar circuitos elétricos existentes na solução, como por exemplo a substituição de tomadas.

#### 16.6.4. Instalação de novo circuito de energia elétrica

16.6.4.1. Também mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá instalar novos circuitos de energia elétrica, incluindo a passagem de novos cabos até os quadros de distribuição. O prazo para realização desse serviço será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do CNJ.

#### 16.6.5. Modificação de leito aramado

16.6.5.1. Mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá modificar os leitos aramados existentes na solução, alterando sua rota em caso de remanejamento de equipamentos.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

### 16.6.6. Inclusão de leito aramado

16.6.6.1. Também mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá instalar novos leitos aramados, incluindo a passagem de novos cabos até os novos equipamentos instalados. O prazo para realização desse serviço será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do CNJ.

### 16.6.7. Alteração de As-Built

16.6.7.1. O CNJ possui plantas com os layouts da sala cofre e da distribuição dos equipamentos em seu interior, do quadro de energia, dos racks e do mobiliário, do piso elevado e leito aramado e das tubulações de detecção e combate a incêndios. Mediante a solicitação do CNJ, sempre que forem realizadas modificações nos layouts descritos acima, a empresa contratada deverá, em até 10 (dez) dias úteis, apresentar novas plantas refletindo as alterações realizadas.

### 16.6.8. Teste de estanqueidade

16.6.8.1. A empresa contratada deverá realizar teste da estanqueidade da sala cofre, seguindo estritamente o que preconizam as normas ASTM E779 e NFPA 2001. Deve ser apresentado o certificado de calibração do equipamento, bem como o certificado de calibração das placas de orifício, os certificados devem ser dos últimos 6 meses anteriores à realização do teste.

16.6.8.2. Nesse teste a vedação dos painéis e dos blocos de vedação deverá ser cuidadosamente verificada e testada, de modo a eliminar qualquer possibilidade de falha na vedação proporcionada por esses elementos.

16.6.8.3. O teste de estanqueidade deverá ser executado em duas etapas. A primeira terá o objetivo de identificar os eventuais problemas existentes e propor as ações corretivas cabíveis. A segunda terá como objetivos 1) assegurar que as correções eventualmente implantadas foram efetivas e 2) emitir laudo técnico atestando a eficácia da blindagem aos testes realizados.

16.6.8.4. A empresa contratada deverá providenciar a correção de quaisquer vazamentos ou problemas que os testes vierem a acusar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para o CNJ.

16.6.8.5. Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos do término de cada período do contrato, a empresa contratada deverá realizar novo teste de estanqueidade da sala cofre, seguindo os mesmos preceitos e prazos descritos nos parágrafos anteriores (no que for aplicável).

<b>Procedimentos previstos para manutenção corretiva</b>	<b>Previsão de solicitações anuais</b>
Abertura e fechamento de blindagens da célula estanque	2
Substituição de placa de piso	2
Instalação de novo circuito de energia elétrica	3
Mudança de circuito de energia elétrica	3



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Modificação de leito aramado	5
Inclusão de leito aramado	5
Treinamento	1
Alteração no As-Built Dinâmico	1
Teste de estanqueidade	1

Tabela 4 3 – Demanda prevista para o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

### 16.6.9. Recarga ou Substituição Eventual de Gás FM-200 (sob demanda)

16.6.9.1. Em caso de descarga completa do gás FM-200, a empresa contratada deverá providenciar sua recarga ou substituição.

16.6.9.2. A quantidade de gás do cilindro é 179,3 Kg.

16.6.9.3. O prazo para realização desse serviço será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da solicitação do CNJ

16.6.9.4. Caso reste comprovado que o disparo do cilindro de gás ocorreu por mau funcionamento de qualquer componente ou subsistema da sala cofre, a recarga do cilindro deverá ser realizada sem ônus para o CNJ.

### 16.6.10. Melhoria no Sistema de monitoramento e alarmes da sala cofre (Instalação Unica)

16.6.10.1. A solução de melhoria no sistema de monitoramento e alarmes da sala cofre deve possibilitar a coleta e geração de informações operacionais que apoiem a tomada de decisão da camada gerencial e operacional. Os módulos da solução devem permitir a visualização da eficiência operacional, com capacidade de análise do gerenciamento de energia.

16.6.10.2. A solução deve substituir o sistema atual (CMC II).

16.6.10.3. A solução de supervisório deve possibilitar a estruturação de informações em dashboards e relatórios, a fim de atender ao menos os seguintes níveis:

16.6.10.3.1. Nível corporativo: executivos de nível gerencial podem conduzir seus indicadores e definir as estratégias corporativas e de sustentabilidade ambiental de forma eficiente, escolhendo o cenário que melhor atenda ao seu objetivo de negócio conservando os recursos de toda a instituição.

16.6.10.3.2. Nível de operações: os gerentes funcionais podem otimizar operações, energia e ativos por meio de ferramentas analíticas inteligentes e recursos de planejamento.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

16.6.10.3.3. Nível de controle: os especialistas, no local ou remotamente, podem controlar o desempenho dos processos e garantir a continuidade dos negócios em tempo, enquanto rastreia o consumo de energia

16.6.10.4. A solução do sistema supervisorio deve possuir característica de uma solução SCADA (Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados), a fim de possibilitar o gerenciamento das informações em tempo real, disponibilizando esses dados em formato de dashboards.

16.6.10.5. A solução deve ter a capacidade, e estar licenciada, para efetuar leituras das informações em tempo real, deve possuir repositório de dados em banco de dados, estrutura de templates de usuários, monitoramento de alarmes e eventos, histórico de eventos, capacidade para permitir a execução de queries em linguagem SQL, programação de rotinas, elaboração de relatórios em formatos XML, CSV, XPS e PDF.

16.6.10.6. O acesso à solução deve ser possível através de navegadores web e smartphones.

16.6.10.7. A solução deverá possibilitar a criação de scripts customizados e programação horária de tarefas.

16.6.10.8. As comunicações com os dispositivos monitorados, para entrada e saída de dados, deve ser escalável, atendendo as necessidades de crescimento do ambiente, sendo agnóstico à hardware ou dispositivo, devendo ser compatível com PLCs, CMCs, gateways Digirail ou qualquer outro tipo de equipamento de interface de campo que colete dados físicos de entrada e saída digitais e analógicos, e disponibilize as informações via protocolo SNMP, Modbus, Bacnet, MQTT ou OPC-UA.

16.6.10.9. Todas as informações coletadas pela solução deverão ter a capacidade de serem disponibilizadas ao menos via protocolo MQTT, SNMP ou Modbus, para integração com sistemas de terceiros, como o Zabbix.

16.6.10.10. A solução deve ter a capacidade de coletar e monitorar alarmes e status de qualquer equipamento que possua contato seco, podendo fazer uso de gateways para essa funcionalidade.

16.6.10.11. A solução deve ser escalável, devendo possibilitar, apenas com a agregação de licenças ou módulos, se necessário, a expansão do ambiente supervisionado.

16.6.10.12. A solução deve monitorar sensores de temperatura, umidade, líquido, e qualquer outro dispositivo que tenha suporte aos protocolos Modbus TCP, Modbus RTU, SNMP, OPC-UA, MQTT, Bacnet entre outros possíveis protocolos de padrão industrial, possibilitando a leitura e gerenciamento de, no mínimo, os seguintes parâmetros disponibilizados via interface de comunicação dos ativos como, por exemplo parâmetros elétricos (consumo, tensão de entrada e frequência), mecânicos (velocidade e temperatura) além de possibilidade de telecomando (ligar luz, partir/parar e ligar/desligar).

16.6.10.13. A solução deve ser capaz de monitorar alarmes e status de qualquer equipamento que possua contato seco.

16.6.10.14. Deve possibilitar a integração com multimedidores, geradores, UPS, climatizadores de precisão e demais dispositivos que suportam essa função de comunicação.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

16.6.10.15. Os dados tratados pela solução deverão ser armazenados em banco de dados compatível com linguagem SQL e engines como SQL server, Mysql, ou PostgreSQL, possibilitando disponibilizar os dados para consulta.

16.6.10.16. A solução deve possibilitar a leitura direta atuando como um servidor Modbus TCP, OPC-UA ou MQTT, a fim de possibilitar sua integração com softwares de terceiros.

16.6.10.17. A solução deve possibilitar o envio de notificações via e-mail dos eventos e alarmes, para uma lista de destinatários previamente configurada.

16.6.10.18. Os dados historizados no banco de dados deverão ser disponibilizados por export de CSV, XLS ou PDF através da interface da aplicação ou através de export direto do banco de dados.

16.6.10.19. Os dados historizados, devem ser de alarmes, eventos e parâmetros de leitura, sendo no mínimo, status das entradas digitais e parâmetros disponibilizados pela interface dos ativos. A expectativa dos itens a serem disponibilizados em histórico deve ser previamente alinhado para especificação de recursos de máquina a fim de atender a demanda de forma assertiva.

16.6.10.20. Os alarmes devem ser todos processados, e armazenado no banco de dados e devem estar disponíveis para acesso diretamente pela interface web da aplicação, contemplando no mínimo: a lista de alarmes ativos, histórico de alarmes e histórico de eventos.

16.6.10.21. A solução deve ter a capacidade de armazenar o histórico de eventos pelo período mínimo doze meses.

16.6.10.22. A solução deve possibilitar o gerenciamento dos eventos de alarmes, com recurso de filtragem por: visualização, severidade, tipo de ativo e se o evento de alarme foi reconhecido ou não pelo operador.

16.6.10.23. A solução deve apresentar, de maneira objetiva, o status geral do sistema além de permitir toda a configuração.

16.6.10.24. Devendo contemplar, no mínimo, as seguintes telas: sinótico com status de falha, visão da planta do ambiente, status dos dispositivos monitorados, tela de alarmes, telas de configuração gerais e de comunicação.

16.6.10.25. A solução deve possibilitar que os alarmes sejam apresentados especificando nome do equipamento, nome da sala, severidade, tempo que ficou ativo e se foi reconhecido ou não.

16.6.10.26. A telas de configuração devem disponibilizar, no mínimo, os parâmetros de ajustes de equipamentos, tais como:

16.6.10.26.1. Ativação e desativação de alarmes de entradas digitais;

16.6.10.26.2. Ativação e desativação de alarmes dos dispositivos/sensores Modbus;

16.6.10.26.3. Seleção de envio de mensagens por e-mail;

16.6.10.26.4. Criação e alteração de usuários e senhas;

16.6.10.26.5. Configuração de rede;

16.6.10.26.6. Configurações de data e hora;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

16.6.10.26.7. Trigger dos alarmes;

16.6.10.27. A solução de supervisorio será responsável por processar as informações de envio de e-mail, processamento de alarmes, armazenamento de alarmes e configuração de comunicação para integração.

16.6.10.28. A solução deve contemplar ainda: Monitoramento em tempo real através de coleta de dados dos sensores, controladores, dispositivos e sistemas conectados permitindo a visualização e análise instantânea do estado do processo.

16.6.10.29. Interface gráfica intuitiva, que exhibe as informações de forma visual como gráficos, medidores e animações facilitando a interpretação dos dados pelos operadores.

16.6.10.30. Controle e automação através da interação com dispositivos e sistemas conectados através de telecomandos manuais ou lógicos.

16.6.10.31. Alarmes e eventos através do monitoramento de limites máximos e mínimos das condições pré-estabelecida possibilitando notificações visuais e sonoras, assim como o envio de alertas através de e-mail.

16.6.10.32. Histórico e registro de dados permitindo análise retrospectiva de tendências, falhas e desempenho do processo ao longo do tempo.

16.6.10.33. Garantia de interoperabilidade através da possibilidade de integração multiprotocolos.

16.6.10.34. Segurança e autenticação através de criação de níveis de usuários e permissões.

16.6.10.35. Personalização e flexibilidades para criação de dashboards.

16.6.10.36. Relatórios personalizados.

16.6.10.37. Ter a capacidade de integrar funcionalidades para gestão de TI através de inventário e controle de conexões.

16.6.10.38. Ter a capacidade de integração com sistemas do tipo DCIM.

16.6.10.39. Controladores de campo:

16.6.10.39.1. Capacidade de tratar os dados e as informações coletadas dos itens monitorados.

16.6.10.39.2. Capacidade para que a entrada digital possa ter seu nível logico invertido.

16.6.10.39.3. Capacidade de que as entradas digitais de qualquer controlador possam acionar as saídas do principal.

16.6.10.39.4. Capacidade de que as entradas digitais possam ser habilitadas para alarmar em nível logico.

16.6.10.40. A Contratada será responsável pela implantação da nova solução de Monitoramento Ambiental, que possibilitará ao CNJ um monitoramento



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

mais completo e um gerenciamento mais detalhado e assertivo das instalações existentes, sendo de escopo da Contratada no mínimo:

- 16.6.10.40.1. Remoção do sistema CMC II existente atualmente
  - 16.6.10.40.2. Substituição da IHM atual instalada na Sala Cofre, por nova IHM que suporte o processamento do sistema BMS;
  - 16.6.10.40.3. Inclusão de cartões no painel PC-SC;
  - 16.6.10.40.4. Configuração da placa de interface existente nos equipamentos de UPS, de forma a possibilitar a comunicação com a central do supervisor;
  - 16.6.10.40.5. Fornecimento e instalação da interface de comunicação ( via SNMP ou MODBUS) para os 2 (dois) grupos geradores existentes, compatíveis com o controlador COMAP AMF 25 instalados atualmente nos geradores do CNJ;
  - 16.6.10.40.6. As interfaces de comunicação devem permitir que o sistema monitore de forma integrada os parâmetros críticos para o perfeito funcionamento do gerador incluindo: partida, desligamento, bom funcionamento, temperatura, carga;
  - 16.6.10.40.7. Caso a interface para o modelo de controladora do CNJ não esteja mais disponível no mercado, deverá ser fornecida nova controladora atualizada com as mesmas características mínimas da que está atualmente instalada no CNJ e com interface compatível, contendo as mesmas características do item anterior;
  - 16.6.10.40.8. Fornecimento e instalação de interface de comunicação dos equipamentos de climatização de precisão da Sala Cofre;
  - 16.6.10.40.9. Fornecimento de mini PC (servidor) para suportar o software BMS;
  - 16.6.10.40.10. Fornecimento e instalação de 4 (quatro) novos sensores de temperatura e umidade (na sala cofre e nas salas das UPS);
  - 16.6.10.40.11. Reaproveitamento de 1 sensor RHT existente atualmente;
  - 16.6.10.40.12. Todas as interligações e infraestrutura nova necessárias para implantação;
  - 16.6.10.40.13. A empresa deve realizar, após a finalização da instalação de toda a melhoria, um teste de estanqueidade na sala cofre, conforme a norma ASTM E779.
- 
- 16.6.11. Detalhamento do treinamento para o grupo 1
    - 16.6.11.1. Mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, realizar repasse de conhecimento para até 4 (quatro) técnicos do CNJ de no mínimo 4 horas, visando capacitá-los a operar a sala, enfocando:
      - a) Características dos componentes da sala cofre;
      - b) Operação e controle dos sistemas de climatização, energia, combate a incêndio, controle de acesso e CFTV;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- c) Manual de normas e procedimentos de manuseio;
- d) Ações em caso de alarmes, sinistros e emergências;
- e) Procedimentos para abertura e acompanhamento de chamados.

16.6.11.2. O treinamento deverá ser realizado nas dependências do CNJ.

16.6.11.3. O CNJ poderá solicitar até um treinamento a cada seis meses.

### 16.7. Detalhamento da Manutenção Preventiva para o Grupo 2

#### 16.7.1. Subistemas de Alimentação Elétrica

16.7.1.1. Verificação da corrente e tensão de alimentação dos quadros de distribuição por fase, realizando balanceamento de carga quando necessário;

16.7.1.2. Reaperto geral dos componentes do quadro (régua de bornes, barramento, terminais e disjuntores);

16.7.1.3. Verificação e reparo ou substituição de disjuntores, bornes, canaletas, armários e fechos do painel;

16.7.1.4. Efetuar limpeza.

16.7.1.5. Medição e avaliação da resistência do aterramento;

16.7.1.6. Verificação e reparo da malha, das conexões na estrutura e no piso e do aterramento dos equipamentos.

16.7.1.7. Verificação das tomadas dos equipamentos, fixação e aperto de suportes.

16.7.1.8. Verificar nível de óleo do cárter do gerador;

16.7.1.9. Verificar nível de água do sistema de arrefecimento;

16.7.1.10. Verificar temperatura da água de resfriamento;

16.7.1.11. Verificar e completar o nível de combustível no tanque de serviço;

16.7.1.12. Verificar vazamentos no tanque de serviço;

16.7.1.13. Verificar filtro de ar;

16.7.1.14. Verificar tubulações e válvulas;

16.7.1.15. Verificar bateria(s);

16.7.1.16. Verificar painel de comando;

16.7.1.17. Realizar teste sem carga e com carga no gerador e reabastecer o tanque com a quantidade de combustível utilizada no teste;

16.7.1.18. Medir tempo de entrada em carga;

16.7.1.19. Verificar tensão e frequência geradas.

16.7.1.20. Verificar tensão e corrente de alimentação por fase das UPS;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- 16.7.1.21. Ajustar voltímetro e amperímetro de entrada das UPS;
- 16.7.1.22. Verificar tensão e corrente de saída por fase das UPS;
- 16.7.1.23. Ajustar voltímetro e amperímetro de saída das UPS;
- 16.7.1.24. Verificar disjuntores das UPS;
- 16.7.1.25. Reapertar bornes e terminais das UPS;
- 16.7.1.26. Limpar painel e superfície externa das UPS;
- 16.7.1.27. Verificar fechos do painel das UPS;
- 16.7.1.28. Verificar configuração do programador das UPS;
- 16.7.1.29. Verificar vazamentos e medir tensão das baterias das UPS;
- 16.7.1.30. Verificar e regular o alinhamento das portas da antessala, da sala dos geradores e da sala das UPS, o posicionamento e corrigir qualquer defeito para garantir o correto funcionamento do fechamento.
- 16.7.1.31. Mediante solicitação do CNJ, a empresa contratada deverá substituir placas de piso elevado que se encontram no interior da antessala e das salas de UPS, seja por avaria da placa original ou por necessidade de mudança no tipo da placa para adequação às novas disposições dos equipamentos e ao adequado condicionamento do ar ambiente.
- 16.7.1.32. Realizar a manutenção dos equipamentos de ar-condicionado de conforto, internos à sala das UPS.
- 16.7.1.33. Fazer a limpeza das salas, ajustes de pintura e manutenção do piso elevado das áreas da antessala e sala das UPS e geradores.

### 16.8. Detalhamento da Manutenção corretiva para o grupo 2

16.8.1. Manutenção destinada ao restabelecimento da infraestrutura que compõe o subsistema de energia elétrica às condições ideais de funcionamento, mediante a execução de ajustes mecânicos, eletrônicos e substituição de peças desgastadas ou defeituosas.

### 16.9. Troca das baterias do Nobreak (sob demanda)

16.9.1. Em caso de descarga do banco de baterias comprometendo o funcionamento dos nobreaks, a empresa contratada deverá providenciar sua substituição por baterias com a mesma especificação técnica.

16.9.2. As baterias que estão atualmente no banco são baterias estacionárias de 12 Volts, 100 ampére-hora.

16.9.3. O prazo para realização desse serviço será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação do CNJ.

### 16.10. Frequência e Periodicidade dos Serviços



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

16.10.1. Os serviços descritos no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deverão ser executados de acordo com a periodicidade especificada nas tabelas seguintes:

<b>Subsistema de Alimentação Elétrica</b>	<b>Periodicidade</b>
Quadros de Distribuição de Energia	Trimestral
Aterramento	Trimestral
Pontos de energia e disjuntores (tomadas e suportes)	Trimestral
Teste com carga e sem carga dos Geradores	Mensal
Teste Fornecimento ininterrupto de energia (UPS)	Mensal
Equipamentos de ar-condicionado internos às salas de UPS	Trimestral
<b>Limpeza</b>	<b>Periodicidade</b>
Antesala, Salas das UPS e sala do gerador	Semestral
Sistema de Piso Elevado das salas da UPS	Semestral

Tabela 5 4 – Periodicidade para o item 16.7

### 16.11. Detalhamento da Manutenção para o Grupo 3

16.11.1. A Contratada deve realizar o abastecimento dos tanques principais e dos tanques reservas do gerador de acordo com as solicitações do CNJ;

16.11.2. O reabastecimento tem o propósito de repor o combustível (óleo diesel) usado no período de utilização do gerador nos casos de falha no fornecimento de energia da CEB e não contempla os períodos de teste do gerador nas manutenções preventivas;

16.11.3. O reabastecimento deve ser realizado com cuidado e higiene, sendo a Contratada responsável pela limpeza e demais danos em qualquer caso de vazamento durante o processo de abastecimento;

16.11.4. O pagamento será realizado em 2 itens, um item pelo serviço de transporte e reabastecimento e outro item pela quantidade de litros de óleo diesel utilizada em cada abastecimento;

16.11.5. A Contratada deve disponibilizar um telefone para a solicitação de abastecimento em horário comercial e a execução do serviço deve ser realizada em até 4 (quatro) horas após a solicitação;

16.11.6. O valor do litro do diesel a ser considerado para efeito de pagamento corresponderá à média verificada na tabela mais recente divulgada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo);

16.11.7. O reabastecimento deve respeitar as seguintes normas:



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

16.11.7.1. Resolução nº 420/2004, da ANTT: aprova as instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

16.11.7.2. Norma ABNT NBR 7500:2013: estabelece a simbologia convencional e o seu dimensionamento para identificar produtos perigosos, a ser aplicada nas unidades de transporte e nas embalagens/volumes, a fim de indicar os riscos e os cuidados a serem tomados no transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento;

16.11.7.3. Norma ABNT NBR 9735:2016: estabelece o conjunto mínimo de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos, constituído de equipamento de proteção individual, a ser utilizado pelo condutor e pessoal envolvido (se houver) no transporte, equipamentos para sinalização, da área da ocorrência (avaria, acidente e/ou emergência) e extintor de incêndio portátil para a carga;

### **PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023 ANEXO I - A DO EDITAL CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES**

#### **TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato  
representando o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

nº \_\_\_\_\_, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## ANEXO B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Anexo \_\_\_\_ do contrato no \_\_\_\_/2023, celebrado entre a União, por intermédio do Conselho Nacional de Justiça, e a Empresa \_\_\_\_\_, para os fins que especifica (Pregão Eletrônico no 14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n. 10172/2022).

### TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_, nesse ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita (o) no CPF no \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, apresenta o presente **TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do **CNJ**, comprometendo-se a **CONTRATADA** a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CNJ** ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A **CONTRATADA** reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A **CONTRATADA** assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no **CNJ**.

**CLÁUSULA QUARTA** – A **CONTRATADA** obriga-se a informar ao **CNJ** imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

**CLÁUSULA QUINTA** – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA SEXTA** – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A **CONTRATADA** e o **CNJ**.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

**CLÁUSULA OITAVA** – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

**CLÁUSULA NONA** – A **CONTRATADA** compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA**, em papel timbrado da **CONTRATADA**, conforme modelo anexo.

**CLAUSÚLA DEZ** – A celebração do **TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE** e da **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA** não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

**CLÁUSULA ONZE** – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

---

**CONTRATADA**

---

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023  
ANEXO II DO EDITAL**

**A) ESTIMATIVA DE PREÇOS**

GRUPO 1					
Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da célula estanque, incluindo eventual fornecimento de peças, conforme especificações do Termo de Referência	Mês	12	R\$ 28.998,54	R\$ 347.982,48
02	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de climatização, incluindo eventual fornecimento de peças, conforme especificações do Termo de Referência	Mês	12	R\$ 13.882,69	R\$ 166.592,28
03	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de detecção precoce e combate a incêndio, incluindo eventual fornecimento de peças, conforme especificações do Termo de Referência	Mês	12	R\$ 1.989,85	R\$ 23.878,20
04	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de supervisão e monitoração, incluindo eventual fornecimento de peças, conforme	Mês	12	R\$ 4.163,65	R\$ 49.963,80



Poder Judiciário

## Conselho Nacional de Justiça

	especificações do Termo de Referência				
05	Recarga ou Substituição Eventual de Gás FM-200, conforme especificações do Termo de Referência	Unidade	01	R\$ 52.518,60	R\$ 52.518,60
06	Melhoria no sistema de monitoramento e alarmes da sala cofre, conforme especificações do Termo de Referência	Unidade	01	R\$ 53.000,00	R\$ 53.000,00
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 1</b>			<i>R\$ 693.935,36 (seiscentos e noventa e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).</i>		

GRUPO 2					
Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
07	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos subsistemas de alimentação elétrica (grupo gerador e nobreaks), incluindo eventual fornecimento de peças, conforme especificações do Termo de Referência	Mês	12	R\$ 11.846,62	R\$ 142.159,44
08	Substituição das baterias dos Nobreaks, conforme especificações do Termo de Referência	Unidade	40	R\$ 2.321,84	R\$ 92.873,60
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 2</b>			<i>R\$ 235.033,04 (duzentos e trinta e cinco mil, trinta e três reais e quatro centavos)</i>		



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

GRUPO 3					
09	Serviço de reabastecimento dos tanques do gerador, conforme especificações do Termo de Referência	Un	12	R\$ 3.104,59	R\$ 37.255,08
10	Óleo diesel, conforme especificações do Termo de Referência	Litro	2.400	R\$ 5,66	R\$ 13.584,00
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 3</b>		R\$ 50.839,08 (cinquenta mil, oitocentos e trinta e nove reais e oito centavos)			

**B) PROPOSTA PREÇOS (MODELO)**

GRUPO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(algarismos)	(algarismos)
(...)	(...)	(...)	(...)	(algarismos)	(algarismos)
(...)	(...)	(...)	(...)	(algarismos)	(algarismos)
(...)	(...)	(...)	(...)	(algarismos)	(algarismos)
(...)	(...)	(...)	(...)	(algarismos)	(algarismos)
(...)	(...)	(...)	(...)	(algarismos)	(algarismos)
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>		<b>R\$ (algarismos e por extenso)</b>			



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023**

**ANEXO III DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL  
DE JUSTIÇA, E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA OS FINS  
QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n.  
14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n.  
10172/2022).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por Johanness Eck, RG n. 6.997.231-x SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e o art. 3º, inciso XI, alínea “a”, da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, RG n. \_\_\_\_\_ e CPF n. \_\_\_\_\_, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 14/2023, publicado no Diário Oficial da União do dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de **2023**, e a respectiva homologação, conforme Despacho \_\_\_\_\_ do Processo n. 10172/2022, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes na Lei n. 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

#### **DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto do presente contrato a contratação de serviço de suporte técnico para sala-cofre certificada ABNT NBR 15.247, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva de todos os subsistemas, reabastecimento do gerador e melhoria de alarmes, observados o Edital da licitação, o Termo de Referência, a proposta da **CONTRATADA**, e eventuais anexos dos documentos supracitados, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo único** - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

## DA SUBCONTRATAÇÃO

**CLÁUSULA QUARTA** - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**CLÁUSULA QUINTA** – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- f) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- j) O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **CLÁUSULA SEXTA – Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que interfira a execução do objeto;
  - i) Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
  - j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
  - k) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
  - l) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
  - m) Assinar o Termo de Responsabilidade com o código de conduta de fornecedores de bens e serviços do **CONTRATANTE**, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo ANEXO B - MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA deste termo de referência.
  - n) Assinar termo próprio atestando ciência da existência de tal compromisso ANEXO B – TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – EMPREGADOS E EMPREGADAS;
  - o) Observar a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário; e
  - p) Outras obrigações previstas no Termo de Referência.

**Parágrafo único** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## DO VALOR

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

**Parágrafo primeiro** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo segundo** - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA OITAVA** – O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro.** A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

**Parágrafo segundo.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

**Parágrafo terceiro.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela **CONTRATADA** no Protocolo Eletrônico do **CONTRATANTE** (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## DO REAJUSTE

**CLÁUSULA NONA** – Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**Parágrafo primeiro** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo segundo** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo terceiro** - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**Parágrafo quarto** - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**Parágrafo quinto** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Parágrafo sexto** - O reajuste será realizado por apostilamento.

## DO RECEBIMENTO

**CLÁUSULA DEZ** – O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência.

## DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**CLÁUSULA ONZE** – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA DOZE** – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: 02.032.0033.21BH.0001 - "Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias", Naturezas das Despesas: 3.3.90.40.11 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, 3.3.90.30.04 - Material de Consumo, 3.3.90.39.17 - Outros Serviços de Terceiros, 3.3.90.30.26 - Material de Consumo e 3.3.90.30.03 - Material de Consumo, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. \_\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## DA GARANTIA CONTRATUAL

**CLÁUSULA TREZE** – Não haverá exigência de garantia contratual de contrato.

## DAS SANÇÕES

**CLÁUSULA QUATORZE** – Nos termos da Instrução Normativa CNJ n. 94/2023 e dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021, comete infração administrativa, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo primeiro** – Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- b) multa, nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da cláusula quatorze deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da cláusula quatorze deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo segundo** – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

**Parágrafo terceiro** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

**Parágrafo quarto** – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Parágrafo quinto** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo sexto** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo sétimo** - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo oitavo** - A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Parágrafo nono** - o **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**Parágrafo dez** - Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo onze** – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais, podendo ser digitalizados, e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

### **DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA QUINZE** – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**CLÁUSULA DEZESSEIS** – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, constituem motivos para a extinção deste contrato:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; e



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da **CONTRATADA**.

**Parágrafo único** – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

**CLÁUSULA DEZESSETE** – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de extinção do contrato, nos termos do artigo 137, § 2º, da Lei 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, as disposições dos artigos 138 e 139 da referida Lei.

**Parágrafo primeiro** - A extinção do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

**Parágrafo segundo** - O contrato poderá ser rescindido antes do término final acordado, mediante notificação prévia à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face da conclusão de procedimento licitatório contemplando o mesmo objeto do contrato.

**Parágrafo terceiro** - A extinção poderá ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**Parágrafo quarto** - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA DEZOITO** – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**Parágrafo único** – A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

### **DOS CASOS OMISSOS**

**CLÁUSULA DEZENOVE** – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA VINTE** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**Parágrafo primeiro** - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo segundo** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **DA PUBLICIDADE**

**CLÁUSULA VINTE E UM** - O extrato do presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do **CONTRATANTE** na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **DO FORO**

**CLÁUSULA VINTE E DOIS** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

**Johaness Eck**  
**Diretor-Geral**

Pela **CONTRATADA**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

ANEXO A DO CONTRATO N. \_\_\_\_/2023, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 14/2023 – Processo Administrativo/CNJ n. 10172/2022).

**VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO**

GRUPO XX					
Item	Descrição	Un.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
...	...	...	...	...	...
VALOR TOTAL DO GRUPO					



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**ANEXO B DO CONTRATO N. \_\_\_\_/2023,  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL  
DE JUSTIÇA, E A EMPRESA \_\_\_\_\_,  
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão  
Eletrônico n. 14/2023 – Processo  
Administrativo/CNJ n. 10172/2022).**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA  
PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE  
JUSTIÇA**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representando o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**ANEXO C DO CONTRATO N. \_\_\_\_/2023,  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL  
DE JUSTIÇA, E A EMPRESA \_\_\_\_\_,  
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão  
Eletrônico n. 14/2023 – Processo  
Administrativo/CNJ n. 10172/2022).**

**TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA**

O <<ÓRGÃO>>, sediado na XXXXXX, CEP: XXXXXXXX, CNPJ n.º XXXX/XXXX-XX doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N. ° XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n. 7.845/2012- Salva-guarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

## Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**Informação:** é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

**Informação Pública ou Ostensiva:** são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

**Informações Sensíveis:** são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

## **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

### **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE TCMS**

Por meio desta, o(a) Sr(a) [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto], CPF \_\_\_\_\_, ocupante do cargo [cargo que ocupa] na empresa [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS), emitido por ocasião da assinatura do contrato nº \_\_\_\_/20\_\_, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Ao  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
Pregão Eletrônico nº 14/2023  
Processo nº 23067. 062130/2022-81

## **PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa **GREEN4T SOLUÇÕES TI S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.698.620/0005-68, com endereço na Avenida Gupe, 10.767, Galpão 03, Jardim Belval, Barueri/SP, CEP 06422-120, por intermédio de seu representante infra-assinado, vem por meio deste apresentar sua proposta formulada de acordo com o edital, termo de referência e todas as condições do Pregão Eletrônico nº 14/2023 cujo objeto destina-se a: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA SALA-COFRE CERTIFICADA ABNT NBR 15.247, ABRANGENDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA DE TODOS OS SUBSISTEMAS, REABASTECIMENTO DO GERADOR E MELHORIA DE ALARMES DO CNJ.

### **DADOS DA EMPRESA**

**RAZÃO SOCIAL:** GREEN4T SOLUÇÕES TI S/A

**CNPJ** nº 03.698.620/0005-68

**Insc. Estadual:** 206.724.378.110

**Insc. Municipal:** 5.AH442-0

**ENDEREÇO:** Avenida Gupe, 10.767, Galpão 03, Jardim Belval, Barueri/SP, CEP 06422-120

**TELEFONE:** (11) 99175-3610 / (11) 93332-3062 / (11) 98230-2474

**CONTATO:** Tatiana Montroze / Juliana Malaquias / Marina Vergos

**EMAIL:** [licitacao@green4t.com](mailto:licitacao@green4t.com)

## DOS PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD	PREÇO UNITÁRIO - (R\$)	PREÇO TOTAL
1	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da célula estanque, incluindo eventual fornecimento de peças.	12 MESES	R\$ 27.548,61	R\$ 330.583,36
2	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de climatização, incluindo eventual fornecimento de peças.	12 MESES	R\$ 13.188,56	R\$ 158.262,67
3	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de detecção precoce e combate a incêndio, incluindo eventual fornecimento de peças.	12 MESES	R\$ 1.890,36	R\$ 22.684,29
4	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de supervisão e monitoração, incluindo eventual fornecimento de peças	12 MESES	R\$ 3.955,47	R\$ 47.465,61
5	Recarga ou Substituição Eventual de Gás FM-200	1 MÊS	R\$ 52.518,60	R\$ 52.518,60
6	Melhoria no sistema de monitoramento e alarmes da sala cofre	1 MÊS	R\$50.350,00	R\$ 50.350,00
<b>PREÇO TOTAL</b>				<b>R\$ 661.864,60</b>

**Valor por extenso:** (seiscentos e sessenta e um mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

## **DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS:**

### **DECLARAMOS QUE:**

- a) Nos preços apresentados estão inclusas todas as despesas como, impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto;
- b) No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a entrega dos materiais, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta;
- c) O prazo de validade da proposta é de 60 (Sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- d) Temos conhecimento das exigências do Edital e seus Anexos, e que os serviços ofertados atendem a todas elas; e
- e) Esta proposta foi elaborada de forma independente.

## **DOS DADOS BANCÁRIOS**

Banco: n° 341 – Banco Itaú  
Agência n° 2419  
Conta Corrente n° 04504-8

## **RESPONSÁVEIS PELA ASSINATURA DO CONTRATO.**

**Nome:** MARCIO JOSÉ MARTIN  
**RG n°** 26.847.319 - SSP/SP  
**CPF/MF n°** 180.275.368-04  
**Estado Civil:** Casado  
**Nacionalidade:** Brasileira  
**Cargo:** VP Comercial e de Soluções  
**E-mail:** [licitacao@green4t.com](mailto:licitacao@green4t.com)

**Nome:** JOSÉ FERNANDO DE ALMEIDA ANDRADE JÚNIOR  
**RG n°** 11.469.401-1 – SSP/SP  
**CPF/ME n°** 086.427.927-28  
**Estado Civil:** Casado  
**Nacionalidade:** Brasileira  
**Cargo:** Engenheiro de Comunicações  
**E-mail:** [licitacao@green4t.com](mailto:licitacao@green4t.com)

Barueri (SP), 11 de dezembro de 2023.

---

### **TATIANA MONTEIRO MONTROZE**

RG n°40.183.211-9 SSP/SP  
CPF/MF n° 354.042.638-81  
Coordenadora de Licitações  
Representante Legal



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF  
www.cnj.jus.br

## CONTRATO

**CONTRATO N. 02/2024 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GREEN4T SOLUCOES TI SA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n. 10172/2022).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **Diretor Geral em Substituição**, o sr. **Bruno César de Oliveira Lopes** RG n. 5XXXX5 COMAER/SP e CPF nº 084.XXX.XXX-09, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 69, de 17 de março de 2023, e o art. 3º, inciso XI, alínea "a", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **GREEN4T SOLUCOES TI SA**, com sede Avenida Fabio Eduardo Ramos Esquivel, nº 2100, Galpão C, bairro Canhema, CEP 09941-202, na cidade de Diadema, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.698.620/0002, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Marcio José Martin** RG nº 26.XXX.319 - SSP/SP CPF/MF nº 180.XXX.XXX-04 e **José Fernando De Almeida Andrade Júnior** - RG nº 11.469.401-1 - SSP/SP CPF/ME nº 086.XXX.XXX-28, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 14/2023, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de dezembro de 2023, e a respectiva homologação, conforme Despacho 1741266 (Processo SEI n. 10172/2022) e o processo relacionado (00680/2024), celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes na Lei n. 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

## DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente contrato a contratação de serviços de suporte técnico para sala-cofre certificada ABNT NBR 15.247, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva de todos os subsistemas, reabastecimento do gerador e melhoria de alarmes, **GRUPO 1** - Edital PRE 14/2023.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na

forma do [artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**Parágrafo único** - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

## **DA SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA** - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**CLÁUSULA QUINTA** - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- j) O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da

**CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **CLÁUSULA SEXTA** – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que interfira a execução do objeto;
- i) Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- l) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- m) Assinar o Termo de Responsabilidade com o código de conduta de fornecedores de bens e serviços do **CONTRATANTE**, conforme Portaria n. 18/2020, constante do modelo ANEXO B - MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM

O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA deste termo de referência.

n) Assinar termo próprio atestando ciência da existência de tal compromisso ANEXO B – TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – EMPREGADOS E EMPREGADAS;

o) Observar a Resolução CNJ n. 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário; e

p) Outras obrigações previstas no Termo de Referência.

**Parágrafo único** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

## DO VALOR

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O valor total do presente contrato é de **R\$ 661.864,60 (seiscentos e sessenta e um mil oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos)**, conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

**Parágrafo primeiro** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo segundo** - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA OITAVA** – O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro.** A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido

neste Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

**Parágrafo segundo.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

**Parágrafo terceiro.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela **CONTRATADA** no Protocolo Eletrônico do **CONTRATANTE** (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).

## DO REAJUSTE

**CLÁUSULA NONA** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**Parágrafo primeiro** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo segundo** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo terceiro** - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**Parágrafo quarto** - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**Parágrafo quinto** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Parágrafo sexto** - O reajuste será realizado por apostilamento.

## DO RECEBIMENTO

**CLÁUSULA DEZ** - O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência.

## DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**CLÁUSULA ONZE** - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a

data de sua efetiva realização.

## **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CLÁUSULA DOZE** – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: 02.032.0033.21BH.0001 - "Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias", Naturezas das Despesas: 3.3.90.40.11 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, 3.3.90.30.04 - Material de Consumo, 3.3.90.39.17 - Outros Serviços de Terceiros, 3.3.90.30.26 - Material de Consumo e 3.3.90.30.03 - Material de Consumo, tendo sido emitida a **Nota de Empenho n. 23/2024**, datada de 11 de janeiro de 2024.

## **DA GARANTIA CONTRATUAL**

**CLÁUSULA TREZE** – Não haverá exigência de garantia contratual de contrato.

## **DAS SANÇÕES**

**CLÁUSULA QUATORZE** – Nos termos da Instrução Normativa CNJ n. 94/2023 e dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021, comete infração administrativa, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo primeiro** – Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **multa, nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;**
- c) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da cláusula quatorze deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da cláusula quatorze deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo segundo** - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

**Parágrafo terceiro** - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

**Parágrafo quarto** - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Parágrafo quinto** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

**Parágrafo sexto** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**Parágrafo sétimo** - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo oitavo** - A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Parágrafo nono** - o **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**Parágrafo dez** - Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando

à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo onze** - Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais, podendo ser digitalizados, e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

## **DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA QUINZE** - O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**CLÁUSULA DEZESSEIS** - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, constituem motivos para a extinção deste contrato:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; e
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da **CONTRATADA**.

**Parágrafo único** - Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

**CLÁUSULA DEZESSETE** - Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de extinção do contrato, nos termos do artigo 137, § 2º, da Lei 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, as disposições dos artigos 138 e 139 da referida Lei.

**Parágrafo primeiro** - A extinção do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

**Parágrafo segundo** - O contrato poderá ser rescindido antes do término final acordado, mediante notificação prévia à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face da conclusão de procedimento licitatório contemplando o mesmo objeto do contrato.

**Parágrafo terceiro** - A extinção poderá ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**Parágrafo quarto** - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA DEZOITO** - O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**Parágrafo único** - A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

## **DOS CASOS OMISSOS**

**CLÁUSULA DEZENOVE** - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

## **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA VINTE** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**Parágrafo primeiro** - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo segundo** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **DA PUBLICIDADE**

**CLÁUSULA VINTE E UM** - O extrato do presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial do **CONTRATANTE** na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **DO FORO**

**CLÁUSULA VINTE E DOIS** - Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

**Bruno César de Oliveira Lopes**  
Diretor-Geral em Substituição

Pela **CONTRATADA**

**Marcio José Martin**  
Representante

**José Fernando De Almeida Andrade Júnior**  
Representante

**ANEXO A DO CONTRATO N. 02/2024, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GREEN4T SOLUCOES TI SA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n. 10172/2022).**

**VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO**

<b>GRUPO XX</b>				
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
1	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da célula estanque, incluindo eventual fornecimento de peças	12 meses	R\$ 27.548,61	R\$ 330.583,32
2	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de climatização, incluindo eventual fornecimento de peças	12 meses	R\$ 13.188,56	R\$ 158.262,72
3	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de detecção precoce e combate a incêndio, incluindo eventual fornecimento de peças	12 meses	R\$ 1.890,36	R\$ 22.684,32
4	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de supervisão e monitoração, incluindo eventual fornecimento de peças	12 meses	R\$ 3.955,47	R\$ 47.465,64
5	Recarga ou Substituição Eventual de Gás FM-200	1 mês	R\$ 52.518,60	R\$ 52.518,60
6	Melhoria no sistema de monitoramento e alarmes da sala cofre	1 mês	R\$ 50.350,00	R\$ 50.350,00
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>R\$ 661.864,60</b>		

**ANEXO B DO CONTRATO N. 02/2024, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GREEN4T SOLUCOES TI SA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n. 10172/2022).**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Eu, **Marcio José Martin** RG nº 26.XXX.319 - SSP/SP CPF/MF nº 180.XXX.XXX-04 e **José Fernando De Almeida Andrade Júnior** - RG nº 11.469.401-1 - SSP/SP CPF/ME nº 086.XXX.XXX-28, neste ato representando a **GREEN4T SOLUCOES TI SA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.698.620/0002, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

**ANEXO C DO CONTRATO N. 02/2024, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GREEN4T SOLUCOES TI SA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n. 10172/2022).**

**TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA**

O **Conselho Nacional de Justiça**, sediado na SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, Bloco F, Brasília/DF, CEP: 70.070-600 CNPJ n.º 07.421.906/0001-29 doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **GREEN4T SOLUCOES TI SA**, com sede Avenida Fabio Eduardo Ramos Esquivel, nº 2100, Galpão C, bairro Canhema, CEP 09941-202, na cidade de Diadema, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.698.620/0002 doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º 03/2024 doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n. 7.845/2012- Salva-guarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

**Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE**

## SIGILO

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE TCMS

Por meio desta, **Marcio José Martin** RG nº 26.XXX.319 - SSP/SP CPF/MF nº 180.XXX.XXX-04 e **José Fernando De Almeida Andrade Júnior** - RG nº 11.469.401-1 - SSP/SP CPF/ME nº 086.XXX.XXX-28, representantes da Empresa **GREEN4T SOLUCOES TI SA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.698.620/0002 declaram, sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS), emitido por ocasião da assinatura do contrato nº 22/2024, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO, ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 29/01/2024, às 15:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio José Martin, Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 16:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Fernando de Almeida Andrade Júnior, Usuário Externo**, em 31/01/2024, às 08:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, DIRETOR-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO - DIRETORIA-GERAL**, em 31/01/2024, às 16:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1759911** e o código CRC **B49FC28F**.

00680/2024

1759911v6



Poder Judiciário  
**Conselho Nacional de Justiça**

## **TERMO ADITIVO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 02/2024, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GREEN4T SOLUCOES TI SA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n. 00680/2024).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral em Substituição, **Bruno César de Oliveira Lopes**, RG n. 5\*\*\*\*5 COMAER/SP e CPF n. 084.\*\*\*.\*\*\*-09, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 69, de 17 de março de 2023, e o art. 3º, inciso XI, alínea "a", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.**, com sede na Avenida Fabio Eduardo Ramos Esquivel nº 2100, Galpão C, Bairro Canhema, CEP 09941-202, na cidade de Diadema/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.698.620/0005-68, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Marcio José Martin** e **José Fernando De Almeida Andrade Júnior**, celebram o presente termo aditivo com fundamento no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o que consta no Processo Administrativo CNJ/SEI 00680/2024, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

### **DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente termo aditivo a:

- prorrogação do prazo de vigência do contrato em epígrafe;
- exclusão do item 6 (Melhoria no sistema de monitoramento e alarmes da sala cofre), por exaurimento de conteúdo, conforme §3º do despacho SEGTC 2048873.

### **DA PRORROGAÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de **1º de fevereiro de 2025**.

### **DO VALOR**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O valor total estimado do contrato para cobrir as despesas relativas a este Termo Aditivo, altera **de R\$ 661.864,60** (seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos) anual, **para R\$ 611.514,60** (seiscentos e onze mil, quinhentos e quatorze reais e sessenta centavos).

**Parágrafo único** - Nos termos da cláusula nona do contrato, os preços contratados são reajustáveis após o interregno de um ano, independentemente de pedido da CONTRATADA.

#### **DA DESPESA**

**CLÁUSULA QUARTA** - As despesas com este termo aditivo, no corrente exercício, estão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, consignada à CONTRATANTE, na respectiva Lei Orçamentária Anual, Natureza de Despesa 3.3.90.40, Programa de Trabalho: 02.032.0033.21BH.0001.

**Parágrafo único** - A despesa com este termo aditivo, no próximo exercício, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à **CONTRATANTE**, na respectiva Lei Orçamentária Anual.

#### **DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA QUINTA** - O presente Termo Aditivo tem vigência a contar de sua assinatura.

#### **DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA SEXTA** - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato, no que não colidam com a presente disposição.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

**Bruno César de Oliveira Lopes**

Diretor-Geral em Substituição

Pela **CONTRATADA**

**Marcio José Martin**

Sócio-Diretor

**José Fernando De Almeida Andrade Júnior**

Diretor Financeiro

ANEXO A DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 02/2024, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GREEN4T SOLUCOES TI SA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO/CNJ N. 00680/2024).

VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	UNITÁRIO	TOTAL
1	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da célula estanque, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 27.548,61	R\$ 330.583,32
2	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de climatização, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 13.188,56	R\$ 158.262,72
3	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de detecção precoce e combate a incêndio, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 1.890,36	R\$ 22.684,32
4	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de supervisão e monitoração, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 3.955,47	R\$ 47.465,64
5	Recarga ou Substituição Eventual de Gás FM-200	1	unidade	R\$ 52.518,60	R\$ 52.518,60
TOTAL					R\$ 611.514,60



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO, ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 07/01/2025, às 17:53, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Fernando de Almeida Andrade Júnior, Usuário Externo**, em 08/01/2025, às 00:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, DIRETOR-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO - DIRETORIA-GERAL**, em 09/01/2025, às 18:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Márcio José Martin, Usuário Externo**, em 10/01/2025, às 06:16, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2067006** e o código CRC **0E8F9ED0**.

---

00680/2024

2067006v4



Poder Judiciário  
**Conselho Nacional de Justiça**

## **APOSTILA**

### **TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 AO CONTRATO Nº 02/2024**

**(CONTRATADA: GREEN4T SOLUCOES TI SA)**

(CNPJ: 03.698.620/0005-68)

(PROCESSO SEI Nº 00680/2024)

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/Sul, Quadra 02, Lotes 05/06, Blocos E e F, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Johaness Eck**, RG n. 6.\*\*\*.\*1-x SSP/SP e CPF n. 006.\*\*\*.\*-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e o art. 3º, inciso XI, alínea "a", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, celebra o presente Termo de Apostilamento, com fundamento no art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observando-se o contido no processo CNJ/SEI nº 00680/2024 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

### **DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento o reajuste dos preços no percentual de **6,96%**, com efeitos financeiros a partir de **12 de dezembro de 2024**, conforme novo período de vigência.

**Parágrafo único** - O reajuste objeto desta apostila refere-se à variação do ICTI no período de novembro de 2024.

### **DO VALOR**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O valor total estimado do Contrato para cobrir as despesas relativas ao objeto da Cláusula Primeira desta Apostila passa de **R\$ 611.514,60** (seiscentos e onze mil, quinhentos e catorze reais e sessenta centavos), para **R\$ 654.076,02** (seiscentos e cinquenta e quatro mil, setenta e seis reais e dois centavos), **a partir de 12 de dezembro de 2024**, conforme discriminado no Anexo deste instrumento.

### **DA DESPESA**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - As despesas com este Termo de Apostilamento, no corrente exercício, estão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, consignada à **CONTRATANTE**, na respectiva Lei Orçamentária Anual, Natureza de Despesa 3.3.90.40 e Programa de Trabalho 02.032.0033.21BH.0001.

**Parágrafo único.** A despesa com este apostilamento, no próximo exercício, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à **CONTRATANTE**, na respectiva Lei Orçamentária Anual.

#### **DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA QUARTA** - Este Termo tem vigência a partir de sua assinatura, ressalvado o efeito financeiro constante da Cláusulas Primeira.

#### **DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Contrato nº 02/2024.

**Johaness Eck**  
Diretor-Geral

**ANEXO A DA SEGUNDA APOSTILA AO CONTRATO N. 02/2024, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GREEN4T SOLUCOES TI SA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 14/2023 - Processo Administrativo/CNJ n. 00680/2024)**

**VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO**  
Vigente a partir de 12/12/2024

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	UNITÁRIO	TOTAL
1	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da célula estanque, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 29.465,99	R\$ 353.591,92
2	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de climatização, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 14.106,48	R\$ 169.277,81
3	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de detecção precoce e combate a incêndio, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 2.021,93	R\$ 24.263,15
4	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do subsistema de supervisão e monitoração, incluindo eventual fornecimento de peças	12	mês	R\$ 4.230,77	R\$ 50.769,25
5	Recarga ou Substituição Eventual de Gás FM-200	1	unidade	R\$ 56.173,89	R\$ 56.173,89
TOTAL					R\$ 654.076,02



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA-GERAL**, em 06/02/2025, às 19:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2094270** e o código CRC **8366BFB0**.

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE FISCALIZAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO CONAB N.º 90.012/2024**

**PROCESSO N.º 21200.002879/2023-42**

**TIPO: MENOR PREÇO SOBRE O VALOR GLOBAL DO LOTE, CONFORME TÍTULO 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.**

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, mediante o(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela **PORTARIA PRESI N.º 345, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, sob o modo de disputa aberto, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório se dará na forma da Lei nº 13.303/2016, do Decreto 10.024/2019 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, disponível no endereço eletrônico <https://www.conab.gov.br/index.php/institucional/normativos/normas-da-organizacao>, bem como, subsidiariamente, de outras leis e normas aplicáveis ao certame, inclusive Lei Complementar nº 123, de 2006, e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 10 de janeiro de 2025 (sexta-feira)**

**HORÁRIO: 14:30min (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 135100**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para executar serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529 e sua respectiva infraestrutura, com possível recarga de gás - FM-200 e substituição de bateria - UPS, para atendimento das necessidades da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATSER/CATMAT do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

**2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, bem como perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGE), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2.1. **Caberá ao licitante** interessado em participar deste Pregão Eletrônico, **credenciar-se previamente no Sicaf.**

2.2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CONAB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.3. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante credenciada assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações exigidas pela plataforma do Comprasnet, conforme descreve o item 10.4.5 deste Edital.

2.4. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico, nos moldes do art. 38 da Lei 13.303/2016 e conforme o RLC da Conab:

- a) a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab, nos termos do art. 38, inciso I, da Lei nº 13.303 de 2016;
- b) a empresa suspensa pela Conab, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pelo órgão sancionador, conforme art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;
- c) a empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do art. 38, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;
- d) a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso IV, da Lei nº 13.303 de 2016;
- e) a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso V, da Lei nº 13.303 de 2016;
- f) a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 13.303 de 2016;
- g) a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- h) a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União (unidade federativa a qual se encontra vinculada a Conab), nos termos do art. 38, inciso VIII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- i) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- j) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- k) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
- l) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- m) o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- n) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade ministerial vinculada à Conab; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- o) empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;
- p) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco cônjuge ou companheiro.

### 3. DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA E SUA VERSÃO ESCRITA

3.1. O licitante deverá registrar proposta de preços eletrônica, exclusivamente por meio do sistema Compras Governamentais, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

3.2. O licitante deverá informar em sua proposta de preços eletrônica, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, o **VALOR GLOBAL DO LOTE, OBSERVANDO-SE OS VALORES DE REFERÊNCIA DO TÍTULO 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL**, bem como a especificação clara e completa dos serviços, em conformidade com o Termo de Referência.

3.2.1. O licitante deverá cotar o preço do objeto licitatório em moeda nacional.

3.2.2. O licitante deverá consignar o valor da proposta já considerados inclusive os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação do preço da proposta.

3.2.3. Por ocasião do registro de sua proposta de preços no site Compras Governamentais, o licitante deverá realizar as declarações previstas no item 2.4 deste Edital, assinalando, para tanto, os campos específicos do sistema eletrônico em apreço.

3.2.4. Quando couber, o licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, se o serviço ofertado se enquadra em algum critério de margem de preferência, caso haja indicação, neste aspecto, no Termo de Referência.

3.2.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.3. As propostas eletrônicas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.3.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.3.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.3.3. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

3.4. A proposta elaborada em desacordo com este Edital e Anexos poderá ser desclassificada, após observado o disposto no subitem 20.4 deste Edital.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

3.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.7. **Após a fase de lances, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema, até a data e o horário estabelecidos na convocação pelo Pregoeiro, a versão escrita da sua proposta de preços.**

3.8. **O encaminhamento eletrônico da versão escrita da Proposta de Preços do licitante vencedor, para a apresentação conforme subitem 9.1 deste Edital, deverá conter, em especial, as seguintes informações:**

a) as especificações do serviço, conforme apresentado no Termo de Referência;

b) os preços unitários e totais do LOTE, conforme título 1 do Termo de Referência, (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias);

c) o prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;

d) a declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários à entrega do objeto deste pregão, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

e) a declaração expressa de que se responsabiliza pela execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência;

f) a declaração expressa de elaboração independente de sua proposta comercial;

g) os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, celular/telefone/Fax da empresa e de seu representante, e-mail, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.

3.8.1. A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

3.9. **A proposta comercial do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances**

3.10. **Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, na forma disposta nos itens 9 e 10 deste edital.**

3.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

#### **4. DA ABERTURA DA SESSÃO**

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão atender, para tanto, as exigências e requisitos do Sistema Compras Governamentais.

#### **5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

5.1. Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão, bem como as regras e procedimentos estabelecidos no Sistema Compras Governamentais.

5.3. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, no mínimo, 1 % (um por cento).

5.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação dos licitantes.

5.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

5.8. A etapa de envio de lances na sessão, **sob o modo de disputa aberto**, durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.8.2. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.10. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, e mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

#### **6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada será considerado empate ficto, ao que se procederá da seguinte forma:

6.3.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, poderá ser adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

6.3.2. caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

6.3.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

6.3.4. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

6.3.5. na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

## 7. DA NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá, via sistema, encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 8. DA DESCONEXÃO

8.1. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.2. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro, aos participantes, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## 9. DO ENVIO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar eletronicamente a versão escrita de sua Proposta de Preços adequada ao último lance e à negociação realizada, na forma do item 3.7 deste Edital, **no prazo de 2 (duas) horas** após a solicitação do Pregoeiro, preferencialmente em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais.

9.1.1. **Em conjunto com a versão escrita da Proposta de Preços adequada ao último lance**, a licitante detentora da melhor oferta deverá **encaminhar eletronicamente, os documentos que comprovem sua condição de habilitação, nos moldes do que determina o título 10 deste Edital, no mesmo prazo e forma estipulados no item 9.1**, qual seja, via sistema, por meio do campo “Anexo de Proposta” e em até 02 (duas) horas da convocação do anexo.

9.1.2. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, **e desde que solicitado pelo pregoeiro**, os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio do sistema Compras Governamentais deverão ser encaminhados fisicamente à Conab, na forma estabelecida no item 10.1.1 deste Edital.

9.1.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2. Encaminhada a proposta, o pregoeiro, **pelo critério de menor preço do lote**, a examinará, em conjunto com a área demandante, quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor referência estabelecido no item 6.1 do Termo de Referência, a sua exequibilidade e ao seu cumprimento às especificações técnicas do objeto.

9.2.1. Com vistas à análise da proposta de preços e dos documentos habilitatórios referenciados no Título 10 deste Edital, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do certame, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.2.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CONAB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

9.2.3. **Será considerado aceita a proposta de preços do licitante que oferecer o menor preço conforme disposto no caput do item 9.2 e que atender as exigências editalícias.**

9.2.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.2.5. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado no Termo de Referência ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.2.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.2.5.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.5.3. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas de anexos ou dados não exigidos neste Edital, tais como: "condições gerais", "cláusulas contratuais" etc.

9.2.6. Se o lance ou a proposta de menor valor não forem aceitos ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará o lance ou proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance ou proposta que atenda ao Edital.

9.2.7. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.2.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, deverá ser procedida nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.2.9.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

9.2.9.2. As regras previstas no neste item 9.2.9 não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. **Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, o licitante detentor da melhor proposta ou lance, **deverá encaminhar, via sistema, os documentos de habilitação complementar, em conjunto com sua Proposta de Preços, e no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro.****

10.1.1. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, e desde que solicitado pelo pregoeiro, os documentos originais ou cópias autenticadas referentes à habilitação enviados via sistema Compras Governamentais juntamente a Proposta de Preços atualizada, deverão ser encaminhados, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da solicitação, à Comissão Permanente de Licitações – CPL da Matriz, em envelope fechado, no SGAS 901 Bloco “A” Lote 69, Sala C41 – Asa Sul, Brasília-DF CEP 70.390-010, com, no mínimo, os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO /**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2024**

**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

10.2. A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF e dos documentos complementares elencados no item 10.4.

10.3. A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3, quando os registros no SICAF correlatos a estes documentos estiverem válidos, completos e regulares.

10.4. Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os seguintes documentos complementares, observando-se, para tanto, a exceção prevista no item anterior:

10.4.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) no caso de:

- a.1) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - a.2) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - a.3) sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - a.4) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - a.5) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;
  - a.6) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
  - a.7) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
  - a.8) participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- b) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.2.

**Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
- e) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10. de maio de 1943. ( Lei 12.440, de 8/7/2011).

10.4.2.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4.2.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação - prorrogáveis por igual período, a critério da Conab e a pedido justificado da licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.4.2.1.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Conab convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item ou grupo, para assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.4.3.

**Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:**

- a) certidão negativa de feitos sobre falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- a.1) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) será considerada boa a situação financeira da licitante, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

**LG=** Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**SG=** Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**LC=** Ativo Circulante

## Passivo Circulante

d) Comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante-Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

e) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

f) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Anexo VI deste TR, de que um doze avos dos Contratos firmados com a Administração Pública ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita no inciso anterior, observados os seguintes requisitos:

I - a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, relativa ao último exercício social;

II - caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

### 10.4.4. **Relativo à Qualificação Técnica, apresentar:**

### 10.5. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.5.1. A licitante deverá apresentar registro ou prova de inscrição válida no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), tanto para a pessoa jurídica quanto para os responsáveis técnicos indicados para a execução do contrato. Apresentar "Certidão de Registro" do responsável técnico junto ao CREA dos **Engenheiros Eletricista, Mecânico, Civil e Segurança do Trabalho**;

a) Caso o registro seja emitido por CREA de um estado diferente daquele onde os serviços serão executados, a licitante vencedora deverá providenciar o visto no CREA local no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

10.5.2. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sala-cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247 ou norma equivalente (VDMA 24991-2 ou superior), com características e quantidades compatíveis com o objeto da contratação.

10.5.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo razão social, endereço, CNPJ, e-mail e telefone da empresa emitente, além da identificação do declarante (nome e função). Atendendo a esses requisitos, o atestado estará apto para diligências da Conab, caso julgadas necessárias.

10.5.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente.

10.5.2.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de serviços de manutenção em salas-cofre com as seguintes características mínimas para cada subsistema:

I - **Subsistema de célula segura:** Manutenção em célula segura de no mínimo 20 m<sup>2</sup>, em sala-cofre construída em conformidade com a norma ABNT NBR 15247:2004 ou com a norma ECB-S EN 1047- 2:1999, Rittal Lampertz;

II - **Subsistema de piso elevado:** Manutenção de piso elevado metálico de alta resistência em sala-cofre de no mínimo 20 m<sup>2</sup>;

III - **Subsistema de instalações elétricas:** Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em sistemas de energia elétrica de sala-cofre, incluindo quadros elétricos e chave estática de transferência automática e Sistema de fornecimento ininterrupto de energia redundante;

IV - **Subsistema de climatização:** Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar-condicionado de precisão (expansão direta e indireta) com pelo menos uma unidade do sistema de refrigeração redundante;

V - **Subsistema de detecção e supressão de incêndio:** Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de detecção e supressão de incêndio com gás inerte (FM-200 ou similar).

VI - **Subsistema de automação, controle de acesso e CFTV:** Manutenção em sistemas de CFTV com no mínimo 2 câmeras e sistemas de controle de acesso com pelo menos 1 leitor digital.

10.5.2.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a realização de teste de estanqueidade conforme a norma ASTM E779 e/ou NFPA 2001.

10.5.2.5. A licitante deverá comprovar a realização de teste termográfico durante a manutenção, com atestado emitido por entidade de direito público ou privado, indicando a capacidade de identificar falhas de aquecimento e pontos de risco no ambiente da sala-cofre.

10.5.3. A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, comprovando que o(s) responsável(is) técnico(s) designado(s) para o contrato desempenhou(aram) atividade compatível com as características e quantidades previstas neste Termo de Referência.

10.5.3.1. O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para a execução do contrato deverá(ão) possuir o título de Engenheiro Eletricista ou similar, conforme exigências do objeto.

10.5.3.2. O(s) CAT(s) deverá(ão) apresentar compatibilidade com os requisitos mínimos de experiência nos subsistemas, conforme descrito na "6.1.2.3".

10.5.3.3. A licitante poderá apresentar mais de uma CAT, desde que a execução dos serviços comprove a concomitância dos períodos apresentados.

10.5.4. A licitante deverá comprovar que o(s) responsável(is) técnico(s) integra(m) o quadro permanente da empresa, por meio de:

I - Apresentação de Carteira de Trabalho (CTPS) ou GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS), comprovando vínculo empregatício; ou

II - Apresentação do contrato social ou documento legal registrado na Junta Comercial, em caso de sócio-proprietário; ou

III - Registro do profissional no CREA da empresa; ou IV. Declaração de contratação futura do profissional, com anuência do mesmo; ou

**10.6. DA VISTORIA**

10.6.1. A vistoria técnica é substancial para que o LICITANTE tenha o pleno conhecimento do serviço que será executado, como também: dos complexos equipamentos que compõe a sala-cofre, o grau de dificuldade e a estrutura necessária para realizar a limpeza dos ambientes, o estado de conservação da estrutura, dos equipamentos e demais itens que façam parte do escopo de manutenção.

10.6.2. Também servirá para que o interessado tome conhecimento detalhado das plataformas instaladas, dos locais de realização dos serviços, das instalações, das condições técnicas e ambientais, dos projetos em andamento, do parque de TIC e dos procedimentos adotados para execução das tarefas que compõem os serviços objeto da licitação.

10.6.3. Todos os pontos supracitados impactam diretamente na formulação dos valores e caberá interpretação do LICITANTE para sua formulação. Por tanto, entende-se que para ter o equilíbrio necessário na composição dos valores a LICITANTE realize a visita técnica de forma a conhecer o escopo da presente contratação. Sendo assim, a Visita Técnica seguirá da seguinte forma:

- a) vistoria técnica deverá ocorrer por horário marcado, e será agendada pela Superintendência de Tecnologia da Informação por meio do telefone (61) 3312-6459.
- b) O agendamento de vistoria poderá ocorrer até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e horário de abertura do processo licitatório.
- c) vistoria técnica deverá ser realizada em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do processo licitatório.
- d) vistoria técnica deverá ser realizada por profissional especificamente designado pelo licitante. O profissional deverá comparecer munido de procuração ou autorização da empresa, que constem informações como nome e CPF do autorizado e CNPJ do autorizador em papel timbrado

10.6.4. Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria técnica, deverá apresentar declaração na documentação de habilitação, registrando que as informações disponibilizadas no edital foram suficientes para elaboração de sua proposta, não sendo admitidas quaisquer reclamações posteriores relacionadas a ausência de informações relevantes relacionadas ao ambiente de prestação de serviços.

10.6.5. Não terão fundamento alegações posteriores de desconhecimento dos objetos e suas características de contratação, gestão e execução, sob pretexto do LICITANTE não haver efetuado a visita técnica.

**10.7. Declarações a serem enviadas via sistema Compras Governamentais - o qual gerará um Relatório de Termos de Aceite - referentes à:**

**a) Condições de participação:**

- a.1) Manifestando ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- a.2) Declarando que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**b) Declarações para fins de habilitação:**

- b.1) de atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- b.2) de inexistência de impedimento à habilitação do fornecedor e de que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- b.3) de cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- b.4) de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- b.5) de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:**

- c.1) de observação aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento ao disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- c.2) de cumprimento à reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (Declaração válida apenas para cooperativas):**

- d.1) Manifestando participação da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

**e) Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, se for o caso.**

10.8. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o Pregoeiro, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:

- a) SICAF, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há empregados da Conab;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.8.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.8.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.9. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por empregado da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

10.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, considerando-se, para tanto, o disposto nos itens editalícios 20.3 e 20.4.

10.11. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital, observado o disposto no item 9.2.8.

10.12. Será considerado vencedor deste pregão o licitante que oferecer o **menor preço** e que atender as exigências editalícias, referentes à proposta de preços e à habilitação.

## 11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Declarado o vencedor, o Sistema abrirá o prazo mínimo de 10 minutos para o licitante manifestar sua intenção de recurso quanto ao julgamento da proposta e, na sequência, novo prazo de 10 minutos para manifestar intenção recursal quanto à habilitação, período durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar distintamente sua intenção de recurso quanto ao julgamento e à habilitação.

11.1.1. O Sistema processará automaticamente a intenção de recurso, aceitando-a, em campo próprio da plataforma.

11.1.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita pelo sistema deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.1.3. A falta de apresentação das razões recursais no prazo estabelecido no sistema importará a decadência desse direito e autorizará o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.1.4. Para efeito do disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

11.1.5. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, conforme RLC.

11.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.5. O objeto deste Pregão será **adjudicado e homologado** pela autoridade competente que autorizou a deflagração do processo licitatório, na forma da legislação vigente e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

11.6. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

## 12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por Contrato celebrado entre a CONAB e o licitante vencedor, que observará os termos do RLC e das demais normas pertinentes.

12.2. O licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o termo de Contrato.

12.3. Antes da assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante vencedor durante a vigência contratual.

12.4. Se o licitante vencedor não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou recusar-se a assinar o Contrato, será convocado outro licitante para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

12.6. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses (duração do contrato, conforme art. 461 a 463 do RLC), contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 497 e 498 do RLC.

12.7. Detalhamento da contratação, incluindo a forma de prestação, o reajuste dos preços, a garantia contratual e a subcontratação encontram-se previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## 13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização das obrigações da contratante serão realizadas na forma apresentada no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. As obrigações da CONTRATANTE encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

14.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratante nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

#### 15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. As obrigações da CONTRATADA encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

15.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratada nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

#### 16. **DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento do objeto contratual descrito neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Termo de Referência, disposto no Anexo I deste Edital.

#### 17. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

17.2. Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

#### 18. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para a CONAB e correrão à conta da Natureza de Despesa **33.90.40.12**, do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229503**, na Ação Orçamentária **ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**, Fonte de recurso **1050**, do Plano Interno (PI) **ADM TIC**.

#### 19. **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

19.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o Edital deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico [cpl@conab.gov.br](mailto:cpl@conab.gov.br), até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

19.1.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

19.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico [cpl@conab.gov.br](mailto:cpl@conab.gov.br).

19.3.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis.

19.4. As respostas prestadas pelo Pregoeiro às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhados nos autos do processo licitatório, enviadas por e-mail aos solicitantes e disponibilizadas no sistema eletrônico para consulta dos interessados.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

#### 20. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

20.1.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.

20.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.6. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CONAB.

20.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão aquelas.

20.9. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

20.10. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

20.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CONAB, sem prejuízo do disposto no inciso I, do artigo 245, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

20.12. O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br). O Edital, ainda, poderá ser fornecido pela Conab a qualquer interessado, por meio do Pregoeiro, endereço SGAS 901 Bloco "A" Lote 69, Sala C41 – Asa Sul, Brasília-DF CEP 70.390-010, "Comissão Permanente de Licitações – CPL da Matriz", Brasília/DF, devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de R\$ 10,00 (dez reais), por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a ser emitida através do site [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br) (SIAFI/GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO/IMPRESSÃO DE GRU), Unidade Gestora-UG: 135100 – Gestão: 22211, Código de Recolhimento n.º 28830-6.

20.13. Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência e seus anexos; e
- b) Anexo II - Minuta de Contrato.

## 21. DO FORO

21.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Brasília - DF, 4 de dezembro de 2024.

**TATIANA DE FIGUEIREDO EMILIANO LEÃO**

**Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Matriz**

## ANEXO I DO EDITAL

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para executar serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529 e sua respectiva infraestrutura, com possível recarga de gás - FM-200 e substituição de bateria - UPS, para atendimento das necessidades da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Os serviços estão divididos em itens, sendo que os Itens 2 e 3 serão contratados de maneira eventual e sob demanda, caso haja necessidade durante a vigência do contrato para recarga do gás FM-200 ou troca dos bancos de bateria, respectivamente.

1.3. Na tabela abaixo consta a organização de como os itens serão adquiridos:

TABELA 1 - SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS E VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO									
LOTE 1									
a) item	b) descrição	c) quantidade	d) tipo	e) ciclo pagamento	f) valor unitário	g) Valor total pagamento único	h) valor total pagamento mensal	i) Período (em meses)	j) Valor total
1	Serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529. (manutenção preventiva, preditiva, corretiva, com reposição total de peças e componentes da sala-cofre)	60	serviço	mensal	R\$ 62.014,86	-	R\$ 3.720.891,60	60	R\$ 3.720.891,60
2	Recarga de gás FM200 (Eventual e sob demanda)	1	serviço	único	R\$ 100.636,99	R\$ 100.636,99	-	-	R\$ 100.636,99
3	Banco de Bateria para Sistema de UPS (Eventual e sob demanda)	1	serviço	único	R\$ 502.975,90	R\$ 502.975,90	-	-	R\$ 502.975,90
4	Prestação de serviços de monitoramento remoto com vistas a acompanhar a disponibilidade, consumo elétrico e térmico da sala, uso das baterias, uso do gás, monitoramento via CFTV, incluindo link de comunicação sob responsabilidade da Contratada	60	serviço	mensal	R\$ 17.343,83	-	R\$ 1.040.629,80	60	R\$ 1.040.629,80
TOTAL						R\$ 623.093,41	R\$ 4.761.521,40	60	R\$ 5.365.134,29

- 1.4. A contratação será realizada por um período de 60 meses, abrangendo a totalidade dos serviços listados, com possibilidade de revisão dos itens contratados conforme as necessidades técnicas e operacionais identificadas pela Conab ao longo da execução contratual.
- 1.5. O **CUSTO TOTAL** estimado para 60 meses para aquisição dos produtos objetos deste Termo de Referência é de **R\$ 5.365.134,29 (cinco milhões e trezentos e sessenta e cinco mil e cento e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos)**.
- 1.6. Os valores foram estimados considerando a média simples dos valores informados por quatro fornecedores distintos, conforme o mapa comparativo de propostas 38934897. Não foi utilizada a consulta de outras contratações governamentais pois um a despeito de serem itens comuns, ambientes de sala-cofre são projetados de acordo com a necessidade de cada órgão, e fatores como volume e capacidade instalada são decisivos na precificação dos serviços, e não fomos capazes de encontrar contratação do setor público com requisitos equivalentes.
- 1.7. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço ofertado. Para fins de julgamento das propostas o valor estimado/valor de referência será público. O modo de disputa adotado no certame será aberto.
- 1.8. Os recursos orçamentários decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência estão consignados no Orçamento da Conab para o ano 2024, conforme segue: Natureza de Despesa **33.90.40.12**, do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229503**, na Ação Orçamentária **ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**, Fonte de recurso **1050**, do Plano Interno (PI) **ADM TIC**.
- 1.9. As especificações do objeto estão detalhadas nos Anexo III e IV deste Termo de Referência.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A Conab, como empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, tem como responsabilidade gerir as políticas de abastecimento e assegurar a estabilidade e manutenção da produção agrícola e do abastecimento no Brasil. Para isso, depende fortemente da infraestrutura de Tecnologia da Informação que sustenta suas operações estratégicas.
- 2.2. A Conab está presente em todas as regiões brasileiras, acompanhando a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor. A atuação da Companhia contribui com a decisão do agricultor na hora de plantar, colher e armazenar e segue até a distribuição do produto no mercado, fase em que a garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo é traduzida em abundância no abastecimento e estímulo à produção.
- 2.3. A Companhia tem como missão garantir estas condições realizando estudos e estatística dos preços, assim como os levantamentos de custos de produção da agropecuária, a expectativa de plantio e de colheita de grãos, além do volume e localização de estoques públicos e privados de uma gama de produtos.
- 2.4. Nessas condições, as áreas de negócio da Conab utilizam dos serviços de Tecnologia da Informação para consecução de suas metas e objetivos com o fito de atingir a sociedade brasileira, regular o mercado consumidor e estabelecer políticas de sustentação de renda para o setor agrícola.
- 2.5. Devido a complexidade dos serviços de Tecnologia da Informação, os padrões de qualidade e segurança exigidos à proteção e conservação do patrimônio de dados e informações armazenados, bem como dos equipamentos que compõem o parque de TI, a Conab adquiriu em 2010 uma solução de sala-cofre certificada.
- 2.6. A Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTIN é responsável pela sala-cofre, onde são mantidos os servidores e ativos de rede, cuja área é de 40 m2 (quarenta metros quadrados), construída com tecnologia Lampertz. A sala-cofre é testada e certificada de acordo com as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529, por organismo acreditado pelo INMETRO, provida de toda a infraestrutura necessária para a hospedagem dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia.
- 2.7. A sala-cofre da Conab é um componente crítico da infraestrutura de TI, hospedando sistemas e dados essenciais para as operações de suporte ao planejamento agrícola, monitoramento de estoques e gerenciamento de preços mínimos. Devido à complexidade e criticidade do ambiente, a sala foi construída e certificada de acordo com as normas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529.
- 2.8. A manutenção adequada da estrutura física e tecnológica da sala-cofre garante a resistência a incêndios, inundações, intrusões e outras ameaças que poderiam comprometer a integridade dos serviços e dados hospedados. A manutenção por empresas não certificadas implicaria em risco de descontinuidade e perda de conformidade normativa, comprometendo o investimento e os serviços prestados.
- 2.9. Diante de incidentes anteriores e condições ambientais adversas (como alagamentos), a manutenção especializada e certificada é a única forma de assegurar que o ambiente continue operando conforme as especificações originais. A recarga de gás FM-200 e a substituição de bancos de baterias, por exemplo, só podem ser realizadas por empresas que atendam a esses requisitos, garantindo a integridade da sala-cofre.
- 2.10. A escolha de um único fornecedor para todos os itens evita a fragmentação das responsabilidades e está em linha com o Acórdão 2740/2015 do TCU, que recomenda a integração dos serviços para ambientes complexos. A manutenção de vários subsistemas por diferentes empresas poderia gerar conflitos operacionais e de responsabilidade, comprometendo a eficácia da solução.
- 2.11. O material em apreço será adquirido na modalidade Pregão Eletrônico, por ser caracterizado como bem comum, na forma do Inciso XIII do art. 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e, portanto, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 2.12. **Dos resultados esperados:**
- 2.12.1. Manter a disponibilidade e proteção da sala-cofre contra fogo, calor e incêndio.
  - 2.12.2. Preservar o investimento dos ativos de hardware e software existentes.
  - 2.12.3. Preservar o investimento na certificação da sala-cofre, conforme as normas técnicas.
  - 2.12.4. Efetuar manutenções planejadas com prestador de serviço especializado.
  - 2.12.5. Manter os sistemas de tecnologia da informação sempre disponíveis.
  - 2.12.6. Prover estrutura adequada e satisfatória de tecnologia da informação às áreas da Conab, possibilitando o desenvolvimento de suas atividades.
  - 2.12.7. Proteger os dados e informações da Conab.
  - 2.12.8. Garantir maior segurança da informação.
  - 2.12.9. Garantir a continuidade dos padrões de segurança adquiridos para a sala-cofre certificada e todos os seus componentes integrados.

- 2.12.10. Garantir a disponibilidade dos sistemas e dos equipamentos de infraestrutura, por meio dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 2.12.11. Dar celeridade a solução de problemas que possam vir a ocorrer no ambiente da sala-cofre.
- 2.12.12. Reduzir o tempo de retorno à operação em caso de ocorrência de incidentes graves de segurança.

2.13. **Da descrição da solução:**

2.13.1. A sala-cofre é uma sala totalmente estanque, testada e certificada conforme a norma da ABNT NBR 15247, que protege contra: fogo, calor, umidade, gases corrosivos, fumaça e água. Esta sala possui uma infraestrutura associada, para atendê-la, que garante o fornecimento de energia ininterrupto, climatização de precisão, automatização no combate a incêndio e supervisão destes componentes.

2.13.2. A Sala Cofre da Companhia Nacional de Abastecimento, instalada no Edifício Sede - SGAS 901 Bloco "A" Lote 69 - Asa Sul, cuja área é de 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), a qual foi construída com tecnologia Lampertz. A sala-cofre é testada e certificada de acordo com as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529, por organismo acreditado pelo INMETRO, provida de toda a infraestrutura necessária para a hospedagem dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia.

2.13.3. Dentro da sala-cofre, existem equipamentos como servidores para o processamento de dados, para o armazenamento de dados e os ativos de rede que analisam e encaminham as informações. O objetivo principal é garantir a disponibilidade dos sistemas da CONAB, garantindo assim a continuidade do negócio.

2.13.4. As especificações técnicas dos ambientes, equipamentos, materiais e softwares que compõe a solução sala-cofre que deverão ser mantidos, estão detalhadas no Anexo III deste Termo de Referência.

2.13.5. Importante ressaltar que existe neste objeto a aquisição de equipamentos ou produtos. As descrições de fabricantes e modelos indicados no Anexo III, tem o objetivo de esclarecer a futura CONTRATADA a respeito da composição atual da solução, são dados importantes tendo em vista que a mesma deverá manter o ambiente com todas as suas características originais, provendo manutenções preventivas, preditivas e corretivas.

2.13.6. **Da certificação ABNT NBR 15247:**

2.13.7. A sala-cofre da Conab está instalada em ambiente de subsolo, onde anteriormente se encontrava o estacionamento da Companhia. Esse ambiente, devido às suas características, é inóspito, com diversos incidentes de inundação, umidade elevada e fumaça já registrados, o que enseja no aumento considerável do risco de perda de equipamentos eletro-eletrônicos e documentos importante. Inclusive, a aquisição da sala-cofre se deu após um evento de inundação, resultante de eventos climáticos e que deixou a companhia parada até o reestabelecimento.

2.13.8. A instalação da sala-cofre, com garantia de estanqueidade, reduziu de forma substancial os riscos de incidentes relacionados às características inóspitas do ambiente, garantindo, por mais de 10 anos, a continuidade das operações da Companhia. Historicamente, a CONAB enfrenta desafios significativos relacionados a intempéries e alagamentos em suas instalações, afetando a infraestrutura de TI e, consequentemente, a continuidade de suas operações essenciais. Tais eventos, como os que ocorreram contemporaneamente, referindo-se aos alagamentos no Rio Grande do Sul, em 2024, devido às condições climáticas do "El Niño", evidenciam a necessidade crítica de uma infraestrutura de TI robusta e resiliente, capaz de resistir a condições adversas sem comprometer as operações.

2.13.9. A norma ABNT NBR 15.247 estabelece os requisitos mínimos para a construção de salas-cofre destinadas à proteção de ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A certificação, regulamentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) garante que a sala-cofre atenda a requisitos específicos de segurança física, resistência estrutural e proteção contra ameaças internas e externas.

2.13.10. A manutenção da certificação é essencial para assegurar a integridade física do ambiente e a proteção de dados armazenados, além de ser um requisito indispensável para a continuidade das operações críticas da Conab, que dependem da disponibilidade e segurança das informações hospedadas no ambiente certificado. Salas-cofre certificadas conforme a ABNT NBR 15.247 garantem proteção contra incêndios, inundações, variações térmicas extremas e tentativas de intrusão, oferecendo um nível de segurança superior ao de instalações convencionais.

2.13.11. A manutenção de salas cofre é tema contencioso. O Acórdão 2740/2015 estabelece a não divisão da contratação de serviços de manutenção, com o objetivo de garantir a qualidade e a segurança dos serviços contratados em ambientes críticos, como é o caso de salas-cofre. Um acórdão mais recente, o 2448/2023, estabelece que devido a fusão entre duas das três prestadoras de serviço que possuem a certificação ABNT NBR 15247, existe risco de reserva de mercado, entretanto tal acórdão é pouco claro quanto a como proceder em licitações e contratações públicas.

2.13.12. Recentemente, foi publicado o acórdão 1937/2024, que dá publicidade a Nota Técnica AudContratações 1/2022, produzida de forma conjunta pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) e Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI) do TCU. Este extenso documento analisa questões referentes a versões mais recentes das normas da ABNT referentes a manutenção de salas-cofre (ABNT NBR 15247 e PE-047), assim como a experiência levantada em outros órgãos públicos quando da contratação deste tipo de serviço, mantendo ou não a exigência de tais certificações.

2.13.13. Dentre as conclusões notáveis deste documento, destacamos que a versão mais recente da PE-047, a PE-047.19 de 2023, diferente de versões anteriores não estabelece expressamente a perda do certificado caso a manutenção seja realizada por empresa que não seja o fabricante ou autorizada do fabricante. Outra informação importante é que em órgãos que decidiram realizar a contratação sem a exigência da certificação, houve redução significativa do custo dos serviços, sem perda significativa de qualidade, de acordo com os gestores de contrato entrevistados.

2.13.14. A Nota Técnica AudContratações 1/2022 propõe uma série de encaminhamentos, como a vedação da exigência certificado NBR 15.247 ou do certificado de manutenção PE-047 da ABNT, substituindo tal exigência pela comprovação de prestação de serviços de manutenção em salas certificadas e atestados de capacidade técnica que comprovem a manutenção da estanqueidade durante os referidos contratos, e sugere alguns exemplos de editais onde tal exigência foi removida e substituída por testes e certificações equivalentes.

2.13.15. Dado o risco de direcionamento associado a redução de empresas fornecedoras do serviço, removemos a exigência de tais certificações, e seguindo as sugestões da Nota Técnica AudContratações 1/2022, modificando esta nota técnica para que em seu lugar sejam exigidos novos parâmetros de execução dos serviços, com destaque aos testes de estanqueidade no ambiente, que passarão a ser exigidos como parte das atividades da contratada, assim como a exigência que a contratada conte em seu corpo

funciona com engenheiros especializados neste tipo de teste, nos baseando no edital do serpro para incorporarmos tais exigências a este documento.

**2.14. Da composição do objeto:**

2.14.1. No estudo técnico preliminar, alguns pontos técnicos foram analisados, para compor o objeto a ser contratado.

2.14.2. Por se tratar de uma solução composta por diversos subsistemas, cada um contendo diversos equipamentos, a manutenção da solução como um todo é fundamental para a garantia da qualidade do serviço, uma vez que a falha de um deles pode comprometer todo o ambiente. A adjudicação do objeto desta contratação a empresas distintas, além de aumentar seu custo administrativo, abre margem para que as empresas deixem de prestar o serviço contratado, alegando que a falha de um componente sob sua responsabilidade foi causada por falha de componente sob responsabilidade de outra CONTRATADA. Desta forma, há um maior risco em se gerir este contrato a empresas distintas.

2.14.3. Foi observada a necessidade de separação dos serviços de rara execução e alto custo, dos demais serviços de manutenção rotineiros, em itens, o que permitirá maior transparência a contratação e precificação. O serviço de manutenção para a troca de todas as baterias dos equipamentos de UPS (No-break) e o serviço de manutenção para a recarga do cilindro com o gás FM-200, foram separados dos demais serviços e serão executados sobre demanda.

2.14.4. A despeito desta separação é fundamental que o objeto desta contratação seja adjudicado a uma única licitante. O Acórdão 2740/2015 do TCU delibera a respeito de um contrato de manutenção muito semelhante a este apresentado sendo analisadas as questões da necessidade da indivisibilidade do objeto para várias empresas de manutenção. O referido acórdão estabelece que a presença de múltiplos fornecedores apresenta risco a continuidade de serviços, e seguindo esta decisão, exigimos que os 4 itens desta licitação sejam providos por um único prestador de serviço.

**2.15. Da inclusão do monitoramento remoto ao objeto:**

2.16. A inclusão do monitoramento remoto como parte integrante do objeto de contratação visa proporcionar maior controle sobre a disponibilidade e funcionamento de todos os subsistemas críticos da sala-cofre, permitindo uma resposta proativa a incidentes que possam afetar a integridade física e a operação dos ativos de tecnologia da Conab.

2.17. O monitoramento remoto inclui a supervisão contínua de parâmetros ambientais (temperatura, umidade), consumo elétrico, utilização das baterias de UPS e níveis de gás do sistema de supressão de incêndio (FM-200). Além disso, o monitoramento do controle de acesso e do sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) garante que a segurança física da sala-cofre seja preservada em tempo real, reduzindo o risco de acesso não autorizado e permitindo que eventuais falhas sejam identificadas de imediato.

2.18. A adoção desse serviço se justifica por diversos fatores, incluindo a complexidade da operação da sala-cofre, a necessidade de preservação dos dados armazenados e a continuidade dos serviços críticos que sustentam a missão institucional da Conab. O monitoramento remoto contribui para o rápido diagnóstico e resolução de problemas, minimizando o impacto de falhas e evitando que pequenos incidentes evoluam para situações críticas que possam comprometer a operação.

2.19. Diferente do monitoramento presencial, o monitoramento remoto permite um acompanhamento 24x7, assegurando que todas as atividades da sala-cofre sejam supervisionadas ininterruptamente, mesmo fora do horário comercial. Essa característica é essencial para garantir a continuidade dos serviços durante eventos que possam ocorrer em horários não tradicionais, como finais de semana e feriados.

2.20. A inclusão do monitoramento remoto também agrega valor ao contrato ao fornecer dados históricos e analíticos sobre o desempenho dos subsistemas, permitindo a identificação de tendências que poderiam passar despercebidas em manutenções tradicionais. Dessa forma, é possível adotar medidas preditivas e preventivas com base em dados concretos, elevando o nível de segurança e eficiência da operação.

2.21. Além dos benefícios operacionais, a exigência do monitoramento remoto como parte do objeto contratual está em conformidade com as diretrizes estabelecidas no ETP e segue as melhores práticas recomendadas para ambientes críticos de TI. A ausência desse serviço limitaria a capacidade da Conab de responder de maneira proativa a incidentes e comprometeria a segurança e a conformidade da sala-cofre, que, por suas características, exige monitoramento constante para assegurar a conformidade com as normas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529.

2.22. Por fim, a exigência do monitoramento remoto é reforçada por recomendações de organismos internacionais e nacionais de segurança da informação e tecnologia, como ISO/IEC 27001 e NIST (National Institute of Standards and Technology), que indicam que ambientes críticos devem ser monitorados continuamente para assegurar a segurança e a integridade dos dados e dos sistemas. Essas diretrizes estão alinhadas ao Plano de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (PGTIC) da Conab, que prevê a implementação de controles adicionais de segurança e supervisão de ambientes críticos.

2.23. No passado, optou-se pela não contratação de tal serviço por questão de redução de custos, entretanto com o avanço da transformação digital e aumento da criticidade da operação dos sistemas e serviços, mostra-se necessário um avanço nos processos, especialmente no que tange a abertura de chamados e acompanhamento de disponibilidade dos equipamentos da sala-cofre, como os subsistemas de refrigeração, fornecimento de energia e estanqueidade da sala. Esta contratação, somada a definição de um processo de acesso aos ativos deve aperfeiçoar o modelo atual, com a GEASI sendo responsável pelo monitoramento dos ativos de informação e a empresa contratada, pelos ativos físicos da sala-cofre.

**2.24. Do alinhamento estratégico:**

2.25. A Contratação alinha-se ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), conforme Necessidade 26 (N26), cita-se: "manutenção da sala cofre", especificado na ação AC43, que estabelece como prioridade a manutenção e operação do Datacenter da Conab.

2.26. Adicionalmente, a contratação está alinhada ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), no que tange a necessidade de garantir a operação contínua dos sistemas computacionais da Companhia, hospedados primariamente na Sala-Cofre, assim como seus subsistemas de prevenção e controle de incêndio e provimento contínuo de energia.

### 3. DOS LOTES E ITENS

ITEM 1 – Serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529. (manutenção preventiva, preditiva, corretiva, com reposição total de peças e componentes da sala-cofre) por 60 meses

ITEM 2 – Recarga de gás FM200 (Eventual e sob demanda)

ITEM 3 – Banco de Bateria para Sistema de UPS (Eventual e sob demanda)

ITEM 4 – Prestação de serviços de monitoramento remoto com vistas a acompanhar a disponibilidade, consumo elétrico e térmico da sala, uso das baterias, uso do gás, monitoramento via CFTV, incluindo link de comunicação sob responsabilidade da Contratada

Assim, para estimar a quantidade de demanda a se contratada, utilizaremos como referência o processo anterior nº 21200.000217/2018-71, conforme tabela abaixo:

Lote Único	Unidade de Medida	Quantidade
Item 1 – Serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529. (manutenção preventiva, preditiva, corretiva, com reposição total de peças e componentes da sala-cofre)	Meses	60
Item 2 – Recarga de gás FM200 (Eventual e sob demanda)	Unidade	1
Item 3 – Banco de Bateria para Sistema de UPS (Eventual e sob demanda)	Unidade	1
Item 4 – Prestação de serviços de monitoramento remoto com vistas a acompanhar a disponibilidade, consumo elétrico e térmico da sala, uso das baterias, uso do gás, monitoramento via CFTV, incluindo link de comunicação sob responsabilidade da Contratada	Meses	60

#### 4. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **Menor Preço Global**, desde que atendidas todas as exigências de habilitação técnica, conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital do certame.

4.2. Para serem consideradas aptas, as propostas devem atender integralmente aos requisitos de qualificação técnica e capacidade operacional descritos no item 6 deste Termo de Referência. A ausência de qualquer documento ou comprovação exigida resultará na inabilitação automática da proposta, sem prejuízo ao direito de recurso por parte da licitante.

4.3. As propostas serão avaliadas quanto à conformidade técnica com o objeto da licitação. Serão considerados os seguintes aspectos:

4.3.1. A proposta deve estar compatível com as especificações técnicas e os serviços descritos no Termo de Referência, garantindo que a empresa está apta a prestar todos os serviços exigidos, como manutenção preventiva e corretiva, recarga de gás, substituição de baterias e monitoramento remoto.

4.4. As propostas deverão detalhar o valor global, incluindo todos os itens descritos no Termo de Referência, de forma a permitir a análise de economicidade. A formação do preço deverá contemplar:

4.4.1. Valor Mensal dos Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva;

4.4.2. Informar o valor unitário para a recarga do gás, considerando a quantidade estimada descrita no Termo de Referência.

4.4.3. Detalhar o custo unitário para substituição das baterias do sistema de UPS, conforme especificado no Termo de Referência.

4.4.4. Apresentar o valor mensal do serviço de monitoramento remoto 24x7, considerando todos os sistemas e subsistemas, conforme descrito no escopo.

#### 5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses (duração do contrato, conforme art. 461 a 463 do RLC), contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 497 e 498 do RLC.

5.2. O início da execução dos serviços se dará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do contrato, exceto por chamados de manutenção corretiva que poderão ser abertos imediatamente após a assinatura do contrato.

5.3. Durante o período de vigência deverão ser cumpridos os Níveis de Serviço exigidos e demais condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos.

5.4. A vigência do contrato deverá contemplar os seguintes requisitos:

- a) Interesse da Conab;
- b) Demonstração da vantagem na manutenção do ajuste;
- c) Existência de recurso orçamentário;
- d) Obrigações da contratada tenham sido regularmente cumpridas;
- e) Seja constatada a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- f) Inexistência de sanção restritiva da atividade licitatória e contratual;
- g) Autorização da autoridade competente.

5.5. A Contrato com a Conab poderá ser rescindido quando:

- a) Os preços contratados estiverem superiores aos praticados no mercado, admitindo-se a negociação para redução de preços;
- b) Os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em anexo de ato normativo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços;
- c) A contratada tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e impedimento de licitar e contratar com a União; e
- d) Seja constatada a não manutenção das condições de habilitação da contratada mesmo após a adoção do procedimento previsto no artigo 560 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

5.6. Durante a vigência do contrato, os itens deverão passar, obrigatoriamente, a cada período de 12 meses por nova pesquisa de preço.

## 5.7. DA SEGURANÇA

5.7.1. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação e Política de Proteção de Dados da Conab (<https://www.conab.gov.br/institucional/normativos/politicas-planos-e-cartas>), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados ou outros materiais de propriedade da Conab aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação.

5.7.2. A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese qualquer informação sobre a arquitetura e/ou documentação; assim como dados e/ou metadados trafegados; produtos desenvolvidos e entregues, ficando responsável juntamente com a CONTRATANTE por manter a segurança da informação relativa aos dados e procedimentos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução do contrato.

5.7.3. Fornecer aos seus recursos humanos todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, observando e cumprindo as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho, sempre que necessário.

## 5.8. DA CAPACITAÇÃO

5.8.1. CONTRATADA deverá realizar a capacitação técnica básica para os administradores da solução periodicamente.

5.8.2. A capacitação técnica deverá ser realizada preferencialmente nas dependências da CONTRATANTE, e caso seja de seu interesse, poderá ser realizado de forma remota/virtual, com carga horária mínima de 02 horas diárias, em data e horário a ser definido entre as partes.

5.8.3. Para a capacitação presencial, a CONTRATANTE disponibilizará sala para a capacitação técnica com infraestrutura e apoio básicos (sala com a infraestrutura necessária para a capacitação).

5.8.4. Caso a capacitação ocorra de forma remota/virtual o ambiente necessário para execução da capacitação deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA.

5.8.5. A capacitação técnica deverá contemplar a explanação teórica e prática para até 08 pessoas (Administradores da solução, fiscais técnicos ou outros que o órgão indicar).

5.8.6. O conteúdo programático básico será: Arquitetura e o funcionamento da Sala Cofre em nível de hardware e software; Operação do sistema; Administração de todos os sistemas e subsistemas; Abertura de chamados.

5.8.7. ENTREGÁVEL: A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE o relatório da execução da capacitação técnica com os seguintes dados: Nome dos participantes conteúdo da capacitação, data e hora, carga horária, frequência;

5.8.8. A certificação de participação deverá ser fornecida pela fabricante/CONTRATADA.

## 5.9. DA ENTREGA, LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.9.1. A CONTRATADA deverá apresentar em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, documento que comprove vínculo vigente de parceira autorizada dos fabricantes, para prestação dos serviços objetos deste termo de referência.

5.9.2. A CONTRATADA deverá entregar em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, comprovação formal da aquisição da garantia e suporte técnico junto aos fabricantes, em nome da Conab, contendo o prazo de garantia com o fabricante e todos os equipamentos, softwares e part numbers coberto por essa garantia.

5.9.3. Todos os serviços, objetos deste Termo de Referência deverão ser prestados na Matriz da CONAB, em Brasília/DF.

## 6. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 6.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.1. A licitante deverá apresentar registro ou prova de inscrição válida no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), tanto para a pessoa jurídica quanto para os responsáveis técnicos indicados para a execução do contrato. Apresentar "Certidão de Registro" do responsável técnico junto ao CREA dos **Engenheiros Eletricista, Mecânico, Civil e Segurança do Trabalho**;

6.1.1.1. Caso o registro seja emitido por CREA de um estado diferente daquele onde os serviços serão executados, a licitante vencedora deverá providenciar o visto no CREA local no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

6.1.2. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sala-cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247 ou norma equivalente (VDMA 24991-2 ou superior), com características e quantidades compatíveis com o objeto da contratação.

6.1.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo razão social, endereço, CNPJ, e-mail e telefone da empresa emitente, além da identificação do declarante (nome e função). Atendendo a esses requisitos, o atestado estará apto para diligências da Conab, caso julgadas necessárias.

6.1.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente.

6.1.2.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de serviços de manutenção em salas-cofre com as seguintes características mínimas para cada subsistema:

- I - **Subsistema de célula segura:** Manutenção em célula segura de no mínimo 20 m², em sala-cofre construída em conformidade com a norma ABNT NBR 15247:2004 ou com a norma ECB-S EN 1047- 2:1999, Rittal Lampertz;
- II - **Subsistema de piso elevado:** Manutenção de piso elevado metálico de alta resistência em sala-cofre de no mínimo 20 m²;
- III - **Subsistema de instalações elétricas:** Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em sistemas de energia elétrica de sala-cofre, incluindo quadros elétricos e chave estática de transferência automática e Sistema de fornecimento ininterrupto de energia redundante;
- IV - **Subsistema de climatização:** Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar-condicionado de precisão (expansão direta e indireta) com pelo menos uma unidade do sistema de refrigeração redundante;
- V - **Subsistema de detecção e supressão de incêndio:** Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de detecção e supressão de incêndio com gás inerte (FM-200 ou similar).
- VI - **Subsistema de automação, controle de acesso e CFTV:** Manutenção em sistemas de CFTV com no mínimo 2 câmeras e sistemas de controle de acesso com pelo menos 1 leitor digital.

6.1.2.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a realização de teste de estanqueidade conforme a norma ASTM E779 e/ou NFPA 2001.

6.1.2.5. A licitante deverá comprovar a realização de teste termográfico durante a manutenção, com atestado emitido por entidade de direito público ou privado, indicando a capacidade de identificar falhas de aquecimento e pontos de risco no ambiente da sala-cofre.

6.1.3. A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, comprovando que o(s) responsável(is) técnico(s) designado(s) para o contrato desempenhou(aram) atividade compatível com as características e quantidades previstas neste Termo de Referência.

6.1.3.1. O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para a execução do contrato deverá(ão) possuir o título de Engenheiro Eletricista ou similar, conforme exigências do objeto.

6.1.3.2. O(s) CAT(s) deverá(ão) apresentar compatibilidade com os requisitos mínimos de experiência nos subsistemas, conforme descrito na "6.1.2.3".

6.1.3.3. A licitante poderá apresentar mais de uma CAT, desde que a execução dos serviços comprove a concomitância dos períodos apresentados.

6.1.4. A licitante deverá comprovar que o(s) responsável(is) técnico(s) integra(m) o quadro permanente da empresa, por meio de:

- I - Apresentação de Carteira de Trabalho (CTPS) ou GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS), comprovando vínculo empregatício; ou
- II - Apresentação do contrato social ou documento legal registrado na Junta Comercial, em caso de sócio-proprietário; ou
- III - Registro do profissional no CREA da empresa; ou IV. Declaração de contratação futura do profissional, com anuência do mesmo; ou
- IV - Contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum.

## 6.2. DA REUNIÃO INICIAL

6.2.1. Deverá ser realizada reunião inicial com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do serviço.

6.2.2. A reunião realizar-se-á preferencialmente na sede da CONTRATANTE, e caso seja de seu interesse, poderá ser realizada por meio de videoconferência e será realizada em até 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

6.2.3. Ao final deverá ser produzida, pela CONTRATADA, Ata de Reunião, que consignará todos os assuntos tratados e que deverá ser assinada, na ocasião, por todos os participantes.

## 6.3. DA VISTORIA

6.3.1. A vistoria técnica é substancial para que o LICITANTE tenha o pleno conhecimento do serviço que será executado, como também: dos complexos equipamentos que compõe a sala-cofre, o grau de dificuldade e a estrutura necessária para realizar a limpeza dos ambientes, o estado de conservação da estrutura, dos equipamentos e demais itens que façam parte do escopo de manutenção.

6.3.2. Também servirá para que o interessado tome conhecimento detalhado das plataformas instaladas, dos locais de realização dos serviços, das instalações, das condições técnicas e ambientais, dos projetos em andamento, do parque de TIC e dos procedimentos adotados para execução das tarefas que compõem os serviços objeto da licitação.

6.3.3. Todos os pontos supracitados impactam diretamente na formulação dos valores e caberá interpretação do LICITANTE para sua formulação. Por tanto, entende-se que para ter o equilíbrio necessário na composição dos valores a LICITANTE realize a visita técnica de forma a conhecer o escopo da presente contratação. Sendo assim, a Visita Técnica seguirá da seguinte forma:

6.3.3.1. vistoria técnica deverá ocorrer por horário marcado, e será agendada pela Superintendência de Tecnologia da Informação por meio do telefone (61) 3312-6459.

6.3.3.2. O agendamento de vistoria poderá ocorrer até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e horário de abertura do processo licitatório.

6.3.3.3. vistoria técnica deverá ser realizada em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do processo licitatório.

6.3.3.4. vistoria técnica deverá ser realizada por profissional especificamente designado pelo licitante. O profissional deverá comparecer munido de procuração ou autorização da empresa, que constem informações como nome e CPF do autorizado e CNPJ do autorizador em papel timbrado

6.3.4. Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria técnica, deverá apresentar declaração na documentação de habilitação, registrando que as informações disponibilizadas no edital foram suficientes para elaboração de sua proposta, não sendo admitidas quaisquer reclamações posteriores relacionadas a ausência de informações relevantes relacionadas ao ambiente de prestação de serviços.

6.3.5. Não terão fundamento alegações posteriores de desconhecimento dos objetos e suas características de contratação, gestão e execução, sob pretexto do LICITANTE não haver efetuado a visita técnica.

## 7. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global, conforme parâmetros do art. 439 do RLC, do valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

7.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas contratuais aplicadas pela Conab à CONTRATADA.

7.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC.

7.5. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias, após o término da vigência do contrato.

7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.10. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; ou
- b) com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no item 7.5;
- c) com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no item 7.5.

## 8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o Contratante como responsável pela gestão do Contrato e verificação da aderência dos bens entregues aos padrões de qualidade exigidos e a Contratada como responsável pela entrega dos bens e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.

8.2. Para cumprimento do Contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

8.2.1. **Fiscal do Contrato:** é o empregado ou a comissão designada pela Contratante, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;

8.2.2. **Preposto:** funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

8.3. A atividade de gestão e fiscalização do presente contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos art. 535 a 540 do RLC.

8.4. Nos termos dos art. 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.5. O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com o edital e seus anexos, com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

8.7. A atuação do preposto deverá observar as disposições dos art. 541 e 542 do RLC.

8.8. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à Contratante.

8.9. Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da Contratada poderá ser um dos empregados designados para a entrega dos bens.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento de bens executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- f) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Executar os serviços necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e sua proposta.
- b) A contratada deve assegurar que todos os serviços executados preservem as condições originais de certificação da sala-cofre. A perda das características originais, como estanqueidade e resistência a fogo será considerada uma falha grave e poderá resultar na rescisão do contrato.
- c) A contratada deverá manter um responsável técnico devidamente habilitado e com experiência comprovada em gerenciamento de ambientes críticos, que será o ponto de contato principal para a Conab. Esse responsável deverá ser o signatário de todos os relatórios e documentos técnicos emitidos durante a execução dos serviços.
- d) A contratada deverá apresentar um plano de ação detalhado para resposta a incidentes críticos, como falhas nos sistemas de supressão de incêndio, problemas de climatização ou perda de energia. O plano deve incluir procedimentos de recuperação e comunicação, bem como a designação de um coordenador de crise para gerenciar situações de alta criticidade.
- e) A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos serviços prestados, incluindo o monitoramento remoto e a execução de manutenções corretivas e preventivas. Qualquer interrupção nos serviços que resulte em impacto à operação da Conab deverá ser informada imediatamente e solucionada dentro dos prazos de SLA definidos.
- f) A contratada é responsável pela elaboração e entrega de relatórios técnicos para cada tipo de manutenção. Todos os relatórios devem ser assinados pelo responsável técnico e submetidos à aprovação da SUTIN no prazo máximo estabelecido para cada serviço. A não entrega dos relatórios ou a entrega de relatórios com informações incompletas será considerada uma falha na execução do contrato.
- g) A contratada deverá garantir que a sala-cofre permaneça operacional e em conformidade com os padrões exigidos durante todo o período contratual. Isso inclui a responsabilidade pela reposição de peças e componentes críticos, conforme necessário, e pela atualização dos sistemas de monitoramento e segurança.
- h) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Conab autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- j) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- k) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- l) Apresentar à Conab, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- m) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Conab.
- n) Atender as solicitações da Conab quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- o) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Conab.
- p) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Conab toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- q) Relatar à Conab toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos. Nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- s) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- v) Executar o serviço com profissionais devidamente capacitados e de acordo com os critérios técnicos para prestação do serviço.
- w) Todo material a ser utilizado deve ser de primeira qualidade, novo (nunca usado anteriormente), não remanufaturado ou reconicionado, dentro da validade (quando aplicada), e em conformidade com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT, INMETRO e normas ISO.
- x) Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente das tarefas demandadas, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da Conab.
- y) Comunicar os responsáveis pela fiscalização do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, tanto operacional quanto administrativa, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido.
- z) A Contratada deverá colocar seu corpo técnico à disposição da Conab para orientação quanto à execução dos serviços, sempre que solicitado.
- aa) Promover a transferência de conhecimento para os técnicos indicados pela Conab, de forma a permitir a completa gerência, operação, monitoramento e otimização da solução.
- ab) Formalizar o encerramento dos serviços, com documentação, procedimentos e termos de entrega.
- ac) Prestar por escrito, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, todos os esclarecimentos, sejam técnicos ou não, solicitados pela fiscalização da Conab no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado.
- ad) A Contratada deverá responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Conab, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado.
- ae) A Contratada deverá manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação.
- af) A Contratada deverá fornecer todas as ferramentas e materiais necessários à perfeita instalação, execução e funcionamento de suas atividades.
- ag) A Contratada deverá cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.
- ah) A Contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências da Conab, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- ai) Os funcionários da Contratada deverão obedecer as diretrizes, normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicações, assim como:
  - I - Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Conab ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
  - II - Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da Conab.
  - III - Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pela Conab e às configurações de hardware e de softwares decorrentes.
  - IV - Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos da solução.
  - V - A Contratada poderá a pedido da Conab acompanhar todos os desligamentos e religamentos que houverem da sala-cofre durante vigência do contrato.
- aj) A Contratada deverá possuir infraestrutura adequada e equipe técnica compatível com o objeto da contratação, incluindo a disponibilização de equipe para atendimento em regime 24x7.
- ak) A Contratada deverá, no momento da assinatura do contrato, dispor de profissionais qualificados para a execução dos serviços conforme o Termo de Referência.
- al) A Contratada deverá possuir uma equipe técnica alocada no seu Centro de Operações de Rede (NOC) para atendimento 24x7, com escala de serviço dos empregados e infraestrutura disponível para o monitoramento e tratamento de incidentes.
- am) A Contratada deverá possuir equipe técnica local para atendimento de plantão e realização de manutenções preventivas mensais. Deverá apresentar documento que comprove que a equipe local recebe adicional de periculosidade e adicional de sobreaviso.

## **11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 11.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.
- 11.2. O recebimento provisório será realizado por empregado lotado na Gerência de Administração e Segurança de Infraestrutura em Tecnologia da Informação - GEASI
- 11.3. Ao final de cada período, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.
- 11.4. Ao final dos serviços, o objeto completo será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, preferencialmente por meio de sistema de abertura de chamados oferecido pela CONTRATADA.
- 11.5. Nessa etapa, a CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos objetos previstos no Edital e no Termo de Referência.
- 11.6. No Termo de Recebimento Provisório serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução de eventuais ajustes.
- 11.7. O objeto será recebido definitivamente pelo fiscal do contrato, mediante ateste de recebimento de serviços.

11.8. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

12.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo fiscal do contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.4.1. Não produziu os resultados acordados.

12.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

12.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

12.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

12.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula  $I = [(TX/100)/365]$ ;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação em atraso.

## 13. DO REAJUSTE

13.1. O preço consignado no Contrato poderá ser corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta pela variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. Serão objeto de preclusão, os reajustes a que o contratado fizer jus durante a vigência do Contrato e que não forem solicitados até o implemento dos seguintes eventos:

13.3.1. Assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual;

13.3.2. Data em que o Contrato completa 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente; ou

13.3.3. Encerramento do Contrato.

13.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.6. Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o Contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a contratada proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de Contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.

#### 14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 15. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do Contrato.

#### 16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

16.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

16.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do RLC ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

16.4. O contratado que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

16.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RLC.

16.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

##### 16.7. **Da sanção de advertência:**

16.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

16.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 14.5.

##### 16.8. **Da sanção de multa:**

16.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor homologado para a licitação em questão;
- d) multa moratória por atraso injustificado na entrega da garantia contratual de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- e) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, até o decimo quinto dia de atraso;
- f) multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, do decimo sexto dia de atraso na entrega até o limite do trigésimo dia;

f.1) Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior e a critério da Conab, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

- g) multa compensatória no percentual de 5 % (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial do contrato;
- h) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;
- i) multa rescisória de 12% (doze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;
- j) Glosas e ajustes advindos do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme definido nos indicadores constantes no Anexo III deste Termo de Referência, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos.
- j.1) Dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato, conforme estabelecido no IMR.

16.8.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

16.8.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.8.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

16.9. **Da sanção de suspensão:**

16.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

16.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

16.9.3. Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

16.9.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17. **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos Arts. 568 a 572 do RLC.

17.2. A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.

17.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

17.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos art. 582 a 593 do RLC.

17.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência:

- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

17.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

17.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

18. **DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

18.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e pela contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

19. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

19.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

19.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

19.3. A Contratada deverá garantir o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções e revisões da Sala Cofre, por exemplo: embalagens, peças, fluidos, gases, resíduos e materiais diversos, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto

20. **DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES**

20.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

20.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

20.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

21. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação

21.2. Existindo dúvida acerca da documentação apresentada pelas licitantes, será realizada diligência junto aos órgãos competentes com vistas a verificar a sua autenticidade.

21.3. Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - MATRIZ DE RISCOS;
- b) ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA;
- c) ANEXO III - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS
- d) ANEXO IV - INFRA ESTRUTURA DA SALA-COFRE E SUBSISTEMAS;
- e) ANEXO V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE;
- f) ANEXO VI - TERMO DE VISTORIA

Elaborado por:

Área Demandante:

Jefferson Parreira dos Santos Emerick  
GEASI  
Analista

Área Técnica:

Thiago Jose Ferreira  
GEASI  
Analista

Nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos em todo o seu teor, tendo em vista a coerência das justificativas e dos objetivos apresentados em relação à contratação em apreço.

Área Demandante:

Evandro Alves Rodrigues  
Geasi  
Gerente

Marcelo Lins Faustino  
SUTIN  
Superintendente

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MATRIZ DE RISCOS**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para executar serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529 e sua respectiva infraestrutura, com possível recarga de gás - FM-200 e substituição de bateria - UPS.

Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
Fases (1)	Evento de Risco (2)	Causas (3)	Consequências (4)	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (6) (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco (7)	Responsável (8)
Planejamento	Falha/inadequação na elaboração do Termo de Referência, no detalhamento e/ou nas especificações do objeto.	Especificação imprecisa ou incorreta; erro de definição ou material; Complexidade da contratação.	Paralisação do processo até a correção.	3	2	6	Revisão do TR pela equipe de Planejamento da Contratação.	Contratante
Planejamento	Demora na conclusão do procedimento licitatório.	Não aprovação dos artefatos por outra	Atraso na contratação.	3	3	9	Solicitar celeridade na tramitação do processo	Contratante

		área. Falta de priorização desta contratação.	Aumento no prazo estimado para disponibilização do objeto da contratação.				de aquisição as áreas envolvidas. Acompanhamento minucioso do processo.	
Planejamento	Falta de recursos orçamentário.	Falta da reserva prévia de orçamento por parte da contratante.	Inviabilidade da contratação.	3	4	12	Revisar e reduzir os quantitativos a serem contratados observando às necessidades mínimas. Revisar forma de pagamento.	Contratante
Seleção do Fornecedor	Licitação deserta/fracassada.	Falhas no Edital e Termo de Referência com especificações técnicas restritivas ou descabidas.  Falta de consulta junto aos licitantes sobre os requisitos para habilitação no certame.  Falta de validação das especificações junto aos fabricantes.	Inviabilidade da contratação.	3	2	6	Suspensão do processo licitatório para revisão dos artefatos da contratação. Elaborar as Especificações Técnicas de modo a estimular a competitividade. Revisar o termo de referência.	Contratante
Gestão do contrato	"Sumiço" da empresa, caso receba todos os pagamentos de uma vez.	Pagamento único e de uma vez para todos os itens pretendidos.	Morosidade da contratada em executar os serviços contratados.  Impossibilidade de aplicar glosa.	3	4	12	Implantar pagamento único apenas quando for viável/necessário.  Implantar mecanismos de glosas de acordo com o acordo de nível de serviço.	Contratante e Contratada
Gestão do contrato	Serviços de baixa qualidade.	Fornecedor sem qualificação para prestação do serviço.	Baixa qualidade na prestação dos serviços contratados.	3	3	9	Estabelecer Níveis Mínimos de Serviço compatíveis com a necessidade da Companhia.	Contratante
Gestão Contratual	Não cumprimento dos níveis mínimos de serviços estabelecidos.	Falta de previsão de sanções no Edital.	Execução dos atendimentos fora dos prazos estabelecidos.	3	2	6	Prever as devidas sanções administrativas no Termo de Referências;  Controlar os níveis de serviços mínimos definidos.  Aplicar corretamente as sanções previstas.	Contratante
Gestão do contrato	Faturamento incorreto ou indevido.	Falha no faturamento.	Ônus ao erário.	2	3	6	Ajuste e aplicação de sanções contratuais.	Contratante
Planejamento	Falhas de entendimento sobre o as especificações e/ou prioridade do projeto.	Falta de comunicação entre áreas internas e externas à SUTIN responsáveis pela concretização da contratação.	Atraso no prosseguimento do processo	3	3	9	Acompanhamento minucioso do processo.	Contratante
Planejamento	Impugnações ou mandados de segurança.	Cláusulas que não abrem para concorrência em potencial.	Paralisação do processo.	1	1	4	Corrigir as cláusulas conflitantes caso haja entendimento equivocado.	Contratante
Seleção do Fornecedor	Fornecedor possui problema de cadastro com a administração pública.	Possível falha da CONTRATADA em alguma outra contratação pública.	Paralisação do processo até solução.	2	3	6	A CONTRATADA deve solucionar a possível pendência junto à administração pública. Caso seja irreversível no tempo útil, o CONTRATANTE deverá chamar o próximo colocado.	Contratante e Contratada
Seleção do Fornecedor	Fornecedor entrega objeto não condizente com o solicitado.	Equívoco ou ignorância sobre o objeto pela contratada.	Atrasos e dúvidas quanto ao recebimento.	2	4	8	A CONTRATADA deverá entregar o definido em edital. A CONTRATANTE não deverá receber o objeto e executar o previsto no edital.	Contratante e Contratada

Gestão do contrato	Não cumprimento dos prazos de entrega/execução dos serviços	O CONTRATANTE falhou no quesito prazo de entrega por erro próprio ou de força maior, como: eventos da natureza ou imprevistos diversos.	Paralisação parcial até solução.	2	4	8	A CONTRATADA deverá formalmente comunicar ao CONTRATANTE a justificativa. A CONTRATANTE executará as sanções e procedimentos previstos em edital.	Contratada
Seleção do Fornecedor	Não responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica	Possível falha da CONTRATADA em em sua administração empresarial	Morosidade da contratada em executar os serviços contratados.	1	5	5	A CONTRATADA deverá formalmente comunicar ao CONTRATANTE a justificativa. A CONTRATANTE executará as sanções e procedimentos previstos em edital.	Contratada
Seleção do Fornecedor	Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	Possível falha da CONTRATADA em em sua administração empresarial e manutenção de habilitações e qualificações	Baixa qualidade na prestação dos serviços contratados.	1	5	5	A CONTRATADA deverá formalmente comunicar ao CONTRATANTE a justificativa. A CONTRATANTE executará as sanções e procedimentos previstos em edital.	Contratada
Seleção do Fornecedor	Equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta	Equívoco ou ignorância sobre o objeto pela contratada.	Morosidade da contratada em executar os serviços contratados.	2	4	8	A CONTRATADA deverá formalmente comunicar ao CONTRATANTE a justificativa. A CONTRATANTE executará as sanções e procedimentos previstos em edital.	Contratada
Seleção do Fornecedor	Não obedecer as diretrizes, normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicações	Equívoco ou ignorância sobre normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicações contratada.	Evasão de dados importantes e sensível para a Contratante	1	4	4	A CONTRATADA deverá formalmente comunicar ao CONTRATANTE a justificativa. A CONTRATANTE executará as sanções e procedimentos previstos em edital.	Contratada

1 Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.

2 O evento de risco é incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.

3 Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

4 Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.

5 A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.

8 Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta, se o contratado ou o contratante.

Elaborado por: NOME

Supervisionado por: NOME

Autorizado por: NOME

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
3				R\$	R\$
4				R\$	R\$
VALOR TOTAL DOS ITENS				R\$	

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**TABELA 1 - SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS E VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO**

**LOTE 1**

A) ITEM	B) DESCRIÇÃO	C) QUANTIDADE	D) TIPO	E) CICLO PAGAMENTO	F) VALOR UNITÁRIO	G) VALOR TOTAL PAGAMENTO ÚNICO	H) VALOR TOTAL PAGAMENTO MENSAL	I) PERÍODO (EM MESES)	J) VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529. (manutenção preventiva, preditiva, corretiva, com reposição total de peças e componentes da sala-cofre)	60	serviço	mensal	R\$	-	R\$	60	R\$
2	Recarga de gás FM200 (Eventual e sob demanda)	1	serviço	único	R\$	R\$	-	-	R\$
3	Banco de Bateria para Sistema de UPS (Eventual e sob demanda)	1	serviço	único	R\$	R\$	-	-	R\$
4	Prestação de serviços de monitoramento remoto com vistas a acompanhar a disponibilidade, consumo elétrico e térmico da sala, uso das baterias, uso do gás, monitoramento via CFTV, incluindo link de comunicação sob responsabilidade da Contratada	60	serviço	mensal	R\$	-	R\$	60	R\$
TOTAL						R\$	R\$	60	R\$

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

**ITEM 01 - Serviço especializado em manutenção preventiva, corretiva e preditiva de sala-cofre certificada e seus exclusivos e respectivos acessórios, segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529, garantindo a perpetuação das certificações originalmente contratadas, contemplando os seguintes tópicos:**

**1. Sistema Estrutural da sala-cofre**

**1.1. Elementos Estruturais da sala-cofre**

- 1.1.1. Verificação e manutenção da completa integridade dos elementos laterais, de canto, de teto e de fundo da Célula IT.
- 1.1.2. Verificação e manutenção da completa integridade dos elementos de junção entre painéis, vedações, painéis construtivos, vigas, perfis de acabamento e outros elementos constituintes da Célula IT (incluindo retoques de pintura, chapas console, aspecto visual, etc.).
- 1.1.3. Verificação e manutenção dos painéis, das blindagens e da estanqueidade (incluindo cunhas de aperto, passagens seladas, aspecto visual, etc.).
- 1.1.4. Manutenção, inspeção e avaliação geral dos elementos de estanqueidade da sala-cofre contra fogo, água, umidade, gases corrosivos.
- 1.1.5. Teste de Estanqueidade uma (01) vez por ano ou quando solicitado, seguindo estritamente o que preconiza a norma ASTM E 779 e o Anexo "A" da norma NFPA 2001.
- 1.1.6 No prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas deverá providenciar a correção de quaisquer vazamentos ou problemas que esse teste vier a acusar, sem

ônus adicionais para a Conab.

1.1.7 A Contratada executará novo teste de estanqueidade da sala-cofre, conforme estabelecido nos itens 1.1.5 e 1.1.6, se houver execução de serviços ou qualquer anomalia que alterem as condições estabelecidas em norma da estanqueidade da célula segura, sem qualquer ônus para a Conab.

#### 1.2. Blindagens

1.2.1. Inspeccionar e reparar todas as blindagens para cabos de energia, voz, dados, imagem e tubulações.

1.2.2. Inspeccionar e reparar as cunhas de aperto.

1.2.3. Providenciar abertura e fechamento das blindagens para inclusão de novoscabos e tubulações conforme demanda da Conab.

#### 1.3. Portas

1.3.1. Inspeccionar, verificar e trocar os elementos desgastados das vedações, dobradiças, fechaduras, molas de tensão do fechamento automático e cabos flexíveis (Incluindo pintura, vedações, fechaduras, mecanismos de abertura e trancamento das portas, dobradiças, almofadas, gaxetas, batente, soleira, fechadura, mola de tensão do fechamento automático, maçaneta, isolante térmico, microswitch, eletroímã, alinhamento, e outros elementos que façam parte do sistema).

1.3.2. Verificar e testar os eletroímãs e o microswitch, efetuando as correções necessárias para o perfeito funcionamento dos mesmos.

1.3.3. Verificar e regular o alinhamento da porta e posicionamento da soleira para garantir o correto funcionamento do fechamento das portas.

#### 1.4. Iluminação

1.4.1. Verificação e manutenção da iluminação primária e de emergência (incluindo luminárias, lâmpadas, soquetes, reatores, grades difusoras, sinalização de emergência, etc.) exclusivas da sala-cofre.

#### 1.5. Limpeza da Área Interna

1.5.1. Limpeza e pintura dos painéis de parede, piso e teto, luminárias exclusivas da sala-cofre, juntas de vedação, porta de acesso, elemento de blindagem e demais elementos constituintes e exclusivos da sala-cofre certificada.

1.5.2. Instalação e reposição de adesivos indicativos da sala-cofre certificada.

#### 1.6. Limpeza da Área Externa

1.6.1. Limpeza, pintura e conservação da pintura da área externa da sala-cofre certificada e de seus elementos exclusivos.

#### 1.7. Conservação Geral

1.7.1. A Contratada deve realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do sistema estrutural da célula da salacofre certificada.

#### 1.8. As Built Dinâmico

1.8.1. Atualização permanente do layout da sala-cofre certificada, demonstrando em plantas, cortes, elevações e perspectivas os elementos formadores da solução da sala-cofre.

1.8.2. Registro das mudanças de todos os elementos formadores da Célula de Segurança Física, sala-cofre certificada.

### 2. Quadros de Distribuição de Energia

2.1. Verificação dos quadros de distribuição de energia e medição de corrente e tensão por fase e entre fases na entrada e saída de cada um dos principais equipamentos.

2.2. Reaperto geral dos componentes do quadro (régua de bornes, barramento, terminais, cabeamentos e disjuntores), limpeza e conservação da pintura, internas e externas, etc.).

2.3. Verificação e reparo ou substituição de disjuntores, bornes, canaletas, armários e fechos do painel.

2.4. Medição e balanceamento de cargas entre as fases.

2.5. Verificação das condições e adequação do aterramento.

2.6. Medição e avaliação da resistência.

2.7. Verificação e reparo da malha, das conexões na estrutura e no piso e do aterramento dos equipamentos.

2.8. Realizar análise termográfica e relatório com foto e laudo de cada equipamento a cada 6 meses.

### 3. Pontos de Energia

3.1. Verificação da tomada dos equipamentos.

3.2. Fixação e aperto de suportes.

3.3. Instalação e readequação de pontos de energia, instalação de infraestrutura para atender racks novos na sala-cofre, incluindo seus disjuntores, plugues e tomadas, de acordo com a solicitação e aprovação da Conab.

3.4 Inspeção das instalações elétricas para a sala-cofre, incluindo painéis de distribuição internos, painéis de distribuição externos, aterramento. Estas inspeções visam verificar se as orientações técnicas estão sendo implementadas, bem como a qualidade e a observância de Normas Brasileiras e Internacionais pertinentes às instalações.

3.5. Avaliação de carga elétrica consumida e da capacidade disponível para atender à instalação de novos equipamentos.

### 4. UPS

4.1. Reaperto de todas as conexões elétricas.

4.2. Verificação de banco de capacitores (vazamento, sinais de aquecimento, etc.).

4.3. Realizar medições de corrente elétrica de entrada e saída em todas as fases (também no display do UPS).

4.4. Realizar medições de tensão elétrica de entrada e saída em todas as fases (também no display do UPS).

4.5. Verificar potência de saída (KVA).

4.6. Emitir relatório de análise do UPS.

4.7. Limpeza interna e externa do UPS.

4.8. Limpeza da sala do UPS

### 5 Baterias

5.1. Verificar a ocorrência de quebras, rachaduras, estufamentos e vazamentos nas baterias.

5.2. Verificar o indicador de nível de carga, e o lacre nas válvulas de suspiro das baterias.

5.3. Realizar teste de autonomia do banco de baterias.

5.4. Realizar testes de carga das baterias (individualmente).

5.5. Emitir relatório de análise de resistência das baterias.

5.6. Limpeza e verificação do banco de baterias dos nobreaks (limpeza da superfície externa, reaperto e verificação do estado dos bornes, checagem e correção de vazamentos, medição da tensão).

5.7. A Contratada deve realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do sistema elétrico.

### 6. Sistema de Climatização

#### 6.1. Evaporadora

6.1.1. Verificação da tensão de entrada.

6.1.2. Verificação da tensão e corrente do compressor.

6.1.3. Verificação da tensão e corrente das resistências.

6.1.4. Verificação da tensão e corrente do umidificador.

6.1.5. Inspeção termográfica do cabeamento.

6.1.6. Verificação dos disjuntores.

- 6.1.7. Verificação dos sensores de temperatura e umidade.
- 6.1.8. Verificação dos filtros de ar.
- 6.1.9. Verificação da resistência de cárter.
- 6.1.10. Verificação do óleo (ou vazamentos).
- 6.1.11. Verificação do visor de líquido - inspeção visual das condições da água de refrigeração.
- 6.1.12. Verificação de vazamento de gás.
- 6.1.13. Verificação dos limites de temperatura, umidade e alarmes estipulados.
- 6.1.14. Verificação de terminais e bornes.
- 6.1.15. Verificação da temperatura de entrada do ar.
- 6.1.16. Verificação da temperatura de saída do ar.
- 6.1.17. Verificação dos Controladores Lógicos Programáveis (CLP's).
- 6.1.18. Limpeza (interna e externa, e também do tanque do umidificador, do reservatório do circuito fechado de água, dos drenos, etc.).
- 6.2. Condensadores
  - 6.2.1. Verificação da tensão de entrada.
  - 6.2.2. Verificação da tensão e corrente do ventilador.
  - 6.2.3. Verificação da temperatura de entrada do ar.
  - 6.2.4. Verificação da temperatura de saída do ar.
  - 6.2.5. Verificação dos disjuntores.
  - 6.2.6. Verificação de terminais e bornes.
  - 6.2.7. Realizar limpeza (interna e externa, além da limpeza da serpentina, etc.).
- 6.3. Geral
  - 6.3.1. Inspeção das válvulas e verificação da estanqueidade da tubulação do sistema de climatização.
  - 6.3.2. Verificação da tubulação (estado de conservação, pintura etc.), suportes e fixadores, protetores, etc.
  - 6.3.3. Recarga de gás refrigerante.
  - 6.3.4. Avaliação e substituição dos isolamentos térmicos.
  - 6.3.5. Substituição dos compressores em caso de necessidade.
  - 6.3.6. Fazer checagem de vazamentos dos compressores.
  - 6.3.7. Teste dos pontos de ajustes (set point) de temperatura e umidade e de intertravamento de alarmes.
  - 6.3.8. Medição e correção da temperatura e umidade de diversos pontos do Data Center.
  - 6.3.9. Efetuar balanceamento térmico do ambiente.
  - 6.3.10. Serviço de avaliação da carga térmica consumida e da capacidade disponível para verificar adequação à instalação de novos equipamentos.
  - 6.3.11. Implementar ações de adequação para separação dos fluxos de ar quente e frio quando necessário.
  - 6.3.12. Realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do sistema climatização.

## **7. Sistema de CFTV**

- 7.1. Verificação e regulagem das câmeras.
- 7.2. Reposicionamento de câmeras.
- 7.3. Verificação do cabeamento.
- 7.4. Verificação do funcionamento da visualização remota.
- 7.5. Verificação da configuração e do funcionamento do servidor e backup.
- 7.6. Limpeza das peças, componentes e equipamentos.
- 7.7. Atualização de todos os softwares e componentes do sistema, mantendo-os sempre na última versão disponibilizada pelo fabricante.
- 7.8. Substituição/troca de câmeras danificadas.
- 7.9. A Contratada deve realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do sistema de CFTV.

## **8. Sistema de Controle de Acesso (Leitores Biométricos)**

- 8.1. Verificação e manutenção do cabeamento das unidades de controle biométrico.
- 8.2. Verificação e manutenção das unidades de controle biométrico.
- 8.3. Verificação, manutenção e atualização do software de gerenciamento do sistema sempre que seja disponibilizada, pelo fabricante, novas versões.
- 8.4. Limpeza interna (quando aplicável) e externa das peças, componentes e equipamentos.
- 8.5. Substituição/troca de leitores biométricos danificados, sempre que necessário.
- 8.6. A Contratada deve realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do sistema de controle de acesso.

## **9. Piso Elevado**

- 9.1. Verificação e correção do alinhamento e nivelamento das placas do piso elevado e inspeção dos pedestais e cruzetas.
- 9.2. Reavaliação de cargas e instalação de reforço de pontos onde novos equipamentos tenham sido instalados ou remanejados.
- 9.3. Substituição eventual de placas danificadas, manchadas, quebradas ou arranhadas, (incluindo piso elevado de vidro) a critério da Conab.
- 9.4. Remanejamento ou troca de placas para adequação às novas disposições dos equipamentos e ao adequado condicionamento do ar ambiente.
- 9.5. Verificação e correção do alinhamento e do torque dos elementos de fixação. Inclusão de leitos e/ou alteração de rota para atender novos equipamentos ou remanejamento dos atuais.
- 9.6. A Contratada deve realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do piso elevado.

## **10 Sistema de Detecção e Combate a Incêndio**

- 10.1. As atividades de manutenção previstas para este sistema devem contemplar, entre outras que se façam necessárias, a troca de peças, componentes, equipamentos, insumos e softwares que apresentem estado anormal de funcionamento ou desgaste que possa comprometer sua confiabilidade ou que possua recomendação do fabricante para sua troca ou manutenção:
- 10.2. Sistemas de detecção (precoce e convencional)
  - 10.2.1. Verificação de intertravamento entre os sistemas de incêndio.
  - 10.2.2. Verificação do painel de comando (incluindo régua de bornes, terminais, fechaduras, dobradiças, botoeiras, LED's de sinalização, contadores e outros componentes integrantes).
  - 10.2.3. Verificação de régua de bornes e terminais.
  - 10.2.4. Verificação de fixação dos equipamentos Stratos Micra.
  - 10.2.5. Verificação e conservação dos filtros de ar.
  - 10.2.6. Verificação do fluxo de aspiração do sistema de detecção precoce de incêndio.
  - 10.2.7. Verificação da unidade de monitoramento central.
  - 10.2.8. Verificação da tensão das baterias dos componentes.
  - 10.2.9. Troca das baterias (caso necessário).
  - 10.2.10. Verificação da tensão de entrada e saída da fonte dos componentes.
  - 10.2.11. Verificação e análise dos logs dos eventos nos Stratos Micra e no painel de comando central.
  - 10.2.12. Verificação das tubulações, conexões, orifícios (das linhas de coleta de ar dos Stratos Micra), suportes, fixadores e outros componentes integrantes.

- 10.2.13. Realização de testes, para verificação de funcionamento dos contatos secos.
- 10.2.14. Testes de funcionamento (sistemas, laços, válvulas e outros componentes integrantes).
- 10.2.15. Limpeza dos equipamentos e elementos constituintes.
- 10.2.16. Substituição do extintor de incêndio sempre que se fizer necessário, seja pela validade ou pela necessidade de uso.

#### 10.3. Cilindro FM-200

- 10.3.1. Verificação de continuidade nos laços.
- 10.3.2. Verificação dos bicos difusores do gás FM-200.
- 10.3.3. Verificação da pressão nos cilindros de gás FM-200.
- 10.3.4. Verificação do volume de gás FM-200 em cada cilindro.
- 10.3.5. Verificação da validade do cilindro.
- 10.3.6. Fazer testes hidrostáticos no cilindro de acordo com a norma NR 13 e seguindo as recomendações do fabricante do cilindro, de acordo com seu prazo de fabricação, data de validade e data de manutenção.
  - 10.3.6.1. Durante a execução do teste hidrostático, a Contratada deverá colocar outro cilindro com características semelhantes, sendo proibida a colocação de extintores de incêndio comuns.
- 10.3.7. Testes sem descarga, alarmes, intertravamento, configurações, verificação, reparo, ou substituição de tubulações, recipientes, suportes, bicos difusores, válvulas.
- 10.3.8. Verificação e manutenção das sirenes existentes na sala-cofre certificada.
- 10.3.9. Limpeza interna (quando aplicável) e externa das peças, componentes e equipamentos.
- 10.3.10. A Contratada deve realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio.

#### 11. Sistemas de Monitoramento

- 11.1. Verificação de parâmetros de configuração.
- 11.2. Verificação de sensores de temperatura.
- 11.3. Verificação de sensores de umidade.
- 11.4. Verificação de controle de acesso.
- 11.5. Verificação do funcionamento de fechadura eletromagnética.
- 11.6. Verificação das quantidades de equipamentos monitorados pelo CMC.
- 11.7. Verificação de traps nos equipamentos.
- 11.8. Verificação de sensor de vibração.
- 11.9. Verificação de sensores de estado de portas.
- 11.10. Verificação de cabeamento de alarmes.
- 11.11. Verificação de sensores de conectores de interligação.
- 11.12. Verificação de comunicação via protocolos.
- 11.13. Verificação, manutenção e atualização de software que compõe o sistema.
- 11.14. Verificação de sensores de líquidos.
- 11.15. Verificação de parâmetros de set point do sensor de líquido.
- 11.16. Avaliação contínua dos eventos e ações pertinentes.
- 11.17. Verificação de logs de eventos.
- 11.18. Elaboração de relatórios personalizados, conforme solicitação da Conab.
- 11.19. A Contratada deve realizar quaisquer outras manutenções que sejam necessárias ao bom funcionamento do sistema de monitoramento.

#### 12. Porta de Acesso Sala UPS

- 12.1. Inspecionar, verificar e trocar os elementos desgastados das vedações, dobradiças, fechaduras, molas de tensão do fechamento automático e cabos flexíveis (Incluindo pintura, vedações, fechaduras, mecanismos de abertura e trancamento das portas, dobradiças, almofadas, gaxetas, batente, soleira, fechadura, mola de tensão do fechamento automático, maçaneta, isolante térmico, microswitch, eletroímã, alinhamento, etc.).
- 12.2. Verificar e testar os eletroímãs e o microswitch, efetuando as correções necessárias para o perfeito funcionamento dos mesmos.
- 12.3. Verificar e regular o alinhamento da porta e posicionamento da soleira para garantir o correto funcionamento do fechamento das portas.

#### 13. Iluminação

- 13.1. Verificação e manutenção da iluminação primária e de emergência (incluindo luminárias, lâmpadas, soquetes, reatores, grades difusoras, sinalização de emergência, etc.) para a Sala UPS.

#### 14. Limpeza

- 14.1. Limpeza da superfície piso elevado e do entrepiso do Data Center.
- 14.2. Limpeza completa da Sala UPS.

#### 15. As Built Dinâmico

- 15.1. Atualização permanente das plantas do layout de distribuição dos equipamentos dentro da sala-cofre certificada, bem como do quadro unifilar de energia, de acordo com as mudanças no ambiente.
- 15.2. Registro das mudanças no piso elevado, no leito aramado, na configuração do ar condicionado, passagem de cabos e tubulações de detecção e combate de incêndio.

#### 16. Telecomunicações

- 16.1. Manutenção do cabeamento existente e atualização do as built do cabeamento.
- 16.2. Substituição, fusão, testes e inclusão de novos cabos (UTP ou FIBRA) e conectores.
- 16.3. Manter a especificação do cabeamento atual. Caso seja acrescido com tecnologia ou qualidade superior deve ser compatível com os equipamentos utilizados no Data Center.
- 16.4. Manter e realizar toda organização do cabeamento do Data Center.

#### 17. Treinamento de Operação da sala-cofre

- 17.1. Deverá ser ministrado treinamento aos colaboradores (com material e apostilas de orientação) da Conab, com carga horária suficiente para contemplar devidamente os assuntos determinados:
  - 17.1.1. Especificidades construtivas do ambiente.
  - 17.1.2. Conduta em ambiente de sala-cofre (forma de trabalho, transporte de equipamentos e ferramentas, casos de emergência, etc).
  - 17.1.3. Abertura e fechamento da porta de acesso.
  - 17.1.4. Segurança pessoal e de dados no interior da sala-cofre certificada (com informação de normas aplicáveis).
  - 17.1.5. Situações de emergência - combate a incêndio e escape.
  - 17.1.6. Procedimentos de operação dos sistemas e equipamentos.
  - 17.1.7. Simulações de falhas e situações de emergência relacionadas.

**Instrumento de Medição de Resultados – Indicadores de Desempenho:**

INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 01	
SERVIÇO	Serviços de manutenção corretiva
CONDUTA AFERIDA	Atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia em 7 (sete) dias por semana.
FINALIDADE	Garantir a realização dos reparos técnicos para manter o funcionamento do sistema em casos de suporte com grau de severidade 1 (Alta).
META A CUMPRIR	Iniciar o atendimento remoto em até 1(uma) hora após a abertura do chamado pela CONTRATANTE com solução parcial do problema em até 4 (quatro) horas e solução definitiva em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, contados a partir da abertura do chamado
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registros das datas e horas das solicitações de serviços e início do atendimento efetuado pelo técnico.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Sistema de chamados disponibilizado pela contratada.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	Somatório das horas ou fração de hora de atraso.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	Data indicada no memorando de Início.
AJUSTE NO PAGAMENTO (GLOSA)	1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, por hora ou fração de atraso na solução definitiva do problema.

INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 02	
SERVIÇO	Serviços de manutenção corretiva
CONDUTA AFERIDA	Atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia em 7 (sete) dias por semana.
FINALIDADE	Garantir a realização dos reparos técnicos para manter o funcionamento do sistema em casos de suporte com grau de severidade 2 (Media).
META A CUMPRIR	Iniciar o atendimento remoto em até 1(uma) hora após a abertura do chamado pela CONTRATANTE com solução parcial do problema em até 12 (doze) horas e solução definitiva em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, contados a partir da abertura do chamado
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registros das datas e horas das solicitações de serviços e início do atendimento efetuado pelo técnico.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Sistema de chamados disponibilizado pela contratada.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	Somatório das horas ou fração de hora de atraso.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	Data indicada no memorando de Início.
AJUSTE NO PAGAMENTO (GLOSA)	0.8% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, por hora ou fração de atraso na solução definitiva do problema.

INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 03	
SERVIÇO	Serviços de manutenção corretiva
CONDUTA AFERIDA	Atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia em 7 (sete) dias por semana.
FINALIDADE	Garantir a realização dos reparos técnicos para manter o funcionamento do sistema em casos de suporte com grau de severidade 3 (Baixa).
META A CUMPRIR	Iniciar o atendimento remoto em até 1(uma) hora após a abertura do chamado pela CONTRATANTE com solução parcial do problema em até 36 (trinta e seis) horas e solução definitiva em até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contados a partir da abertura do chamado
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registros das datas e horas das solicitações de serviços e início do atendimento efetuado pelo técnico.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Sistema de chamados disponibilizado pela contratada.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	Somatório das horas ou fração de hora de atraso.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	Data indicada no memorando de Início.
AJUSTE NO PAGAMENTO (GLOSA)	2% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, por hora ou fração de atraso na solução definitiva do problema.

INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 04	
SERVIÇO	Serviços de Manutenção Especial
CONDUTA AFERIDA	Atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia em 7 (sete) dias por semana.
FINALIDADE	Garantir a realização do serviço solicitado.
META A CUMPRIR	Iniciar o atendimento remoto em até 1(uma) hora após a abertura do chamado pela CONTRATANTE com solução definitiva em até 72 (setenta e duas) horas corridas, contados a partir da abertura do chamado
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registros das datas e horas das solicitações de serviços e início do atendimento efetuado pelo técnico.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Sistema de chamados disponibilizado pela contratada.
PERIODICIDADE	Sob demanda.
MECANISMO DE CÁLCULO	Somatório das horas ou fração de hora de atraso.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	Data indicada no memorando de Início.

AJUSTE NO PAGAMENTO (GLOSA)	5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço, por dia ou fração de atraso na solução do problema.
-----------------------------	--

Entende-se por início imediato o primeiro nível de atendimento, ou seja, a CONTRATADA deverá registrar o chamado, passar ao CONTRATANTE o número do protocolo da solicitação e fornecer as primeiras orientações visando à solução do problema;

Entende-se por solução parcial a adoção de soluções intermediárias, de contorno, que minimizem o impacto do problema e permitam o retorno das operações afetadas;

Entende-se como solução definitiva, a correção total do problema, permitindo o retorno do sistema a suas operações normais;

A solução parcial não interrompe a contagem do tempo estabelecido para solução definitiva do problema;

Caso haja reincidência do problema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solução definitiva, o chamado será reaberto e o tempo de atendimento, para fins de controle dos acordos de nível de serviço, será reiniciado do momento em que foi interrompido;

**NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO**

O nível de serviço (NS) refere-se ao prazo de atendimento (PA) somado ao tempo para reparo (TR), sendo considerados na execução do contrato, 04 (quatro) diferentes níveis para os Serviços de Manutenção do Item 01, e 01 (um) único nível para os Serviços de Manutenção do Item 02 e Item 03, referenciados nas tabelas de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO a seguir.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO (ITEM 01)			
SEVERIDADE	PRAZO PARA ATENDIMENTO E REPARO	DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	NS
ALTA	4 h (quatro) horas corridas para resolução de incidentes	Que cause o travamento da porta ou que envolva falha grave em subsistema de energia, climatização ou controle de incêndio.	1
MEDIA	12 h (doze) horas corridas para resolução de incidentes	Incidentes em Geral	2
BAIXA	36 h (trinta e seis horas) horas corridas para resolução de incidentes	Incidentes que não geram impacto ou que impliquem na substituição de equipamentos de grande porte como o ar-condicionado, condensador ou evaporador.	3
N/A (PREVENTIVA)	72 h (setenta e duas) horas corridas após o início da manutenção preventiva.	Manutenção Preventiva conforme será detalhados em outro anexo dos autos	4

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO (ITEM 02 E ITEM 03)			
SEVERIDADE	PRAZO PARA ATENDIMENTO E REPARO	DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	NS
BAIXA	45 (quarenta e cinco) dias corridos para concluir o atendimento.	Recarga total do cilindro do Gás FM-200.	5
BAIXA	45 (quarenta e cinco) dias corridos para concluir o atendimento.	Remoção de todas as baterias velhas e instalação das novas baterias nas duas unidades de UPS (No breaks).	6

Do detalhamento dos serviços de manutenção

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

A manutenção preventiva consiste na execução de serviços periódicos e planejados com o objetivo de manter a sala-cofre e seus subsistemas em plena operação, prevenindo falhas e minimizando o risco de incidentes que possam comprometer a integridade e a segurança do ambiente.

A manutenção preventiva deve incluir, mas não se limitar, aos seguintes serviços:

**Inspecção e Testes de Sistemas Elétricos:** Verificação dos quadros de distribuição, conexões elétricas e fontes de energia (UPS), substituição de componentes desgastados e ajuste de circuitos.

**Inspecção e Ajuste do Sistema de Climatização:** Limpeza de filtros, verificação de compressores, controle de umidade e temperatura e ajustes no sistema de ar-condicionado.

**Verificação e Recarga do Sistema de Supressão de Incêndio (FM-200):** Inspecção dos cilindros de gás, verificação de vazamentos e recarga, conforme necessário, para garantir a proteção contra incêndios.

**Inspecção do Controle de Acesso:** Testes de funcionamento de leitores biométricos, cartões de acesso e outros dispositivos de controle, com ajustes de configuração conforme necessário.

**Verificação do Sistema de Monitoramento Remoto e CFTV:** Inspecção das câmeras, cabos e links de comunicação, ajustes de foco e ângulo de visão e verificação de registros.

**Teste de Estanqueidade e Inspecção Estrutural:** Avaliação da integridade física da sala-cofre, com testes de estanqueidade e verificação de resistência a impactos, conforme exigências das normas ABNT/NBR.

A manutenção preventiva deverá ser realizada a cada trimestre, conforme cronograma a ser acordado com a conab, preferencialmente fora do horário comercial para evitar interrupções nos serviços. a contratada deverá fornecer um relatório de manutenção preventiva (rmp) detalhado, indicando os serviços executados, peças substituídas e eventuais recomendações para ajustes futuros. o relatório deverá ser assinado pelo responsável técnico e entregue à sutin no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da manutenção.

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Amanutenção corretiva consiste na execução de serviços para reparo imediato de falhas ou defeitos identificados nos sistemas da sala-cofre, a fim de restabelecer sua operação normal e garantir a continuidade dos serviços críticos de tecnologia da informação.

A manutenção corretiva deve cobrir qualquer falha nos subsistemas da sala-cofre, incluindo:

Reparo e substituição de componentes defeituosos no sistema de supressão de incêndio (FM-200), UPS e climatização.

Correção de falhas nos dispositivos de controle de acesso e segurança (biometria, leitores de cartões, câmeras).

Restabelecimento de sistemas de comunicação e monitoramento remoto.

Substituição emergencial de bancos de bateria e recarga de gás FM-200 em caso de uso.

A contratada deve atender às solicitações de manutenção corretiva dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas para falhas críticas e 4 (quatro) horas para falhas de média severidade, com resolução em até 24 horas para falhas não críticas.

A contratada deverá elaborar um relatório de atendimento corretivo (rac) para cada ocorrência, descrevendo a natureza da falha, ações corretivas adotadas e o tempo de resolução. o relatório deve ser entregue à conab no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a conclusão do atendimento.

**MANUTENÇÃO PREDITIVA**

A manutenção preditiva é uma abordagem de manutenção baseada na análise de dados coletados periodicamente dos sistemas da sala-cofre. o objetivo é prever falhas potenciais com base em tendências observadas e evitar paradas inesperadas ou danos aos equipamentos.

A manutenção preditiva deve incluir:

**Análise Termográfica:** Realização de testes termográficos nos componentes elétricos e mecânicos para identificar pontos de aquecimento excessivo e desgaste.

**Análise de Vibração e Ruído:** Monitoramento de motores e compressores para identificar variações anormais de vibração e ruído que possam indicar falhas iminentes.

**Monitoramento de Condição das Baterias:** Análise do ciclo de vida das baterias e verificação da eficiência de carga e descarga.

**Verificação de Desgaste dos Componentes:** Inspeção visual e coleta de dados para verificar o desgaste de peças e previsão de substituição antes de falhas críticas. A manutenção preditiva será realizada semestralmente, utilizando ferramentas e metodologias de diagnóstico baseadas em tecnologia preditiva.

O relatório deve incluir todas as análises, gráficos de tendência e recomendações de substituição ou reparo. o documento deve ser entregue no prazo de 7 (sete) dias úteis após a conclusão da manutenção.

**MONITORAMENTO REMOTO**

O monitoramento remoto consiste na supervisão contínua, 24x7, de todos os sistemas e subsistemas da sala-cofre, incluindo temperatura, umidade, energia, controle de acesso, cftv e status do gás fm-200. o objetivo é detectar qualquer anomalia em tempo real e permitir uma resposta imediata. o monitoramento remoto deve incluir:

Coleta contínua de dados de sensores ambientais e de segurança.

Alerta imediato para qualquer falha nos sistemas monitorados.

Geração de relatórios diários, semanais e mensais com análise de desempenho e tendência.

A contratada deverá garantir que todas as anomalias sejam identificadas e comunicadas à conab em tempo real, e deverá apresentar relatórios mensais detalhados.

Das Rotinas de Manutenção Preventiva de Infraestrutura (Periodicidade)

**ITEM 01 - MANUTENÇÃO DE SALA-COFRE:**

Na tabela abaixo temos a estimativa prévia do volume de serviços demandados, para comparação e controle, são atividades de manutenção que podem ser solicitadas por demanda ou ocorrerão dentro das manutenções preventivas, com o seu volume estimado, para uma previsão de serviços e insumos:

Célula (sala-cofre)	Eventos por ano
Portas	4
Blindagens	2
Painéis e Luminárias	4
Elementos estruturais da sala-cofre	2
Teste de estanqueidade da sala-cofre	1/início do contrato/quando houver alteração na estrutura da sala
Limpeza	
Limpeza Elementos da Sala IT, Portas, Luminárias	4
As Built Dinâmico	
Atualização dinâmica do layout da sala-cofre	2

Piso Elevado	Eventos por ano
Nivelamento	2
Reforços	2
Troca de placas do Piso	4
Leitos aramados: novos e alteração da rota	1
Limpeza Piso Elevado / Piso de Fundo	4
Sistemas de Energia	
QDF: reaperto	3
Aterramento	3
Manutenção UPS (2 x 80kVA)	3
Manutenção baterias	3
Mudança de até 4 pontos de energia e disjuntores	3
Limpeza dos sistemas de energia	3
Sistemas de Climatização	
Troca de Filtros de Ar	4
Recarga de Gás refrigerante (caso necessário)	2
Retifica de compressores (caso necessário)	2
Check-up preventivo e lavagem do condensador	4
Levantamento de temperaturas (hot spots)	4
Limpeza dos sistemas de climatização	4
Sistemas de Detecção a Incêndio	
Stratos, testes, troca de filtros e tubulação	4
Detecção precoce de incêndio, Detecção Convencional e Gás FM200	4
Sistema de Supervisão e Controle	
CMC - testes de intertravamento	3
CMC - verificação de parâmetros / configurações	3
Controle de Acesso	
Manutenção dos sistemas de controle de acesso (leitores, bateria, etc.)	3
Dynamic "as built"	
Layout do Data Center e Sala UPS	2
Layout do piso elevado / leito aramado	2
Layout ar condicionado	2
Treinamento	
Treinamento da equipe interna do órgão	2

#### **ITEM 02 - Recarga de gás FM200:**

1. O serviço de recarga de gás é considerado de caráter eventual, não devendo ser incluído no custo mensal do Contrato. Tal serviço deverá ser realizado sob demanda, em decorrência de descargas provocadas pela detecção de sinistros relacionados a incêndios. Nestes casos, a Contratada deverá apresentar à Conab relatório consubstanciado do ocorrido.
2. Este serviço deverá ser realizado em um prazo de quarenta e cinco (45) dias. O não cumprimento deste prazo ensejará a aplicação de adequação dos pagamentos nas faturas de prestação dos serviços.
3. Durante a realização de serviço de substituição e/ou recarga do cilindro que comporta o gás FM200, a Contratada deverá instalar novo sistema provisório ou definitivo, sem prejuízos a Conab e deve possuir características semelhantes ao equipamento da CONAB, sendo proibida a colocação de extintores de incêndio comuns.
4. Se após análise do relatório ficar comprovado que o disparo do cilindro de gás ocorreu por mau funcionamento de qualquer componente ou subsistema da sala-cofre, ou ainda por falha causada pelos funcionários da Contratada, a recarga do cilindro deverá ser realizada pela Contratada, sem qualquer ônus para a Conab.
5. Caso a contratante detecte através da análise dos relatórios que o gás FM-200 foi contaminado por falha de verificação das manutenções do cilindro, a recarga e a troca do cilindro deverão ser realizadas pela contratada, sem qualquer ônus para a Conab.
6. O não cumprimento deste prazo ensejará a aplicação de descontos nas faturas de prestação dos serviços equivalentes aos descritos para solicitações de prioridade Alta.
7. A Contratada é responsável por realizar a remoção do recipiente vazio e dar os devidos fins.
8. A Contratada deverá fornecer o gás FM-200 com as mesmas características do recipiente removido, assim como, realizar a substituição do sistema de disparo.

#### **ITEM 03 - Banco de Bateria para Sistema de UPS:**

1. O serviço consiste na substituição dos bancos de baterias que fazem parte do Data Center, integrantes do subsistema de energia, e que estão conectados aos equipamentos de nobreaks (UPS), por baterias novas e serem fornecidas pela Contratada, de forma a manter as características originais, e sob responsabilidade da Contratada
2. A Contratada terá o prazo de trinta (45) dias para efetuar a substituição dos bancos de bateria.
3. A Contratada será responsável por descartar as baterias conforme as legislações vigentes.
4. As baterias utilizadas devem ser novas, compatíveis com os nobreaks utilizado no Data Center da Conab. Após a instalação das novas baterias, a Contratada deverá realizar testes operacionais no no-break com o objetivo de validar o adequado funcionamento das novas baterias.
5. Através das manutenções preventivas e preditivas ou mesmo através de uma manutenção corretiva, onde o técnico tenha dados que indiquem que as baterias alcançaram o final da vida útil, seja por tempo de uso, ou número de acionamentos, (Dependerá da qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica da concessionária), a CONTRATADA deverá emitir um laudo técnico assinado por um engenheiro(a) elétrico(a) ou eletricitista, registrado no CREA/DF, onde este(a) profissional indicará a necessidade da substituição de todas as baterias da solução das UPS (nobreaks).
6. Ficando claro que não foi fruto de falha ou de imperícia dos procedimentos de manutenção dos próprios funcionários da CONTRATADA, a CONAB arcará com os custos da execução deste serviço.

### **ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **INFRA ESTRUTURA DA SALA-COFRE E SUBSISTEMAS**

##### **1. SALA COFRE:**

1. Construída em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e instituições internacionais, certificada atendendo a todos os requisitos da norma ABNT NBR 15.247 e NBR 60529, certificada por organismo devidamente acreditado no INMETRO:
  1. NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
  2. NBR 6880 - Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão montados em fábrica.
  3. ABNT - NBR 9441 - Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio.
  4. NBR 14565 - Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada.
  5. ANSI/EIA/TIA TR-42.7.1 - Cooper Cabling System Workgroup - Category 6 - draft 10.
  6. ANSI/EIA/TIA-568B - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard.
  7. EIA/TIA-569-A - Commercial Building Standard telecommunications Pathways and spaces.
  8. EIA/TIA-607 - Commercial Building Grounding / Bonding requirements.
  9. NFPA - National Fire Protection Association (vol 72 e 2001)
2. A Sala Cofre é certificada atendendo a todos os requisitos da norma ABNT NBR 15.247 e NBR 60529. A certificação emitida por organismo devidamente acreditado no INMETRO.
3. A sala cofre da Conab é um compartimento estanque com características especiais para proteção de equipamentos eletrônicos e mídias magnéticas contra fogo, água, umidade, gases corrosivos, campos magnéticos e radiações, roubo, vandalismo, arrombamento e acesso indevido, é modular, composta de elementos laterais, de fundo e teto e provida de sistemas de vedação das juntas para proporcionar flexibilidade sem perder a estanqueidade. Tal modularidade permite alterações nas dimensões iniciais e mudança de local sem perda do material.
4. Os elementos da sala cofre foram fabricados em chapa de aço na face interna e externa, com reforços para estruturação e para compartimentação do material isolante/absorvente, sem uso de solda, aplicação de argamassa ou material semelhante.
5. A sala cofre da Conab possui área de 40 m<sup>2</sup>, com área útil de 36 m<sup>2</sup>, é resistente contra arrombamento, comprovado através de teste, atendendo a classificação ET2/WK3 conforme norma DIN V18103 ou EN V 1627.
6. A iluminação interna concebida com setorização dos circuitos com unidade autônoma para luz de emergência.
7. Porta de acesso composta por camadas de aço e isolantes, com batente em toda volta, fechadura que possibilita travamento automático, acionamento eletromecânico para controle de acesso e totalmente livre para saída, dotada de função antipânico que permite a saída da sala mesmo com a porta trancada, por essa razão. Possibilita "bypass" mecânico por chave.
8. Sala cofre composta de blocos em elastômero intumescente, com vedação de isolamento térmico, mesmo para cabos com capas plásticas.
9. O sistema de blindagens é modular e permite o remanejamento de cabos sem interferência na operação, garantindo a proteção do ambiente da sala.

##### **2. PISO TÉCNICO:**

1. Os interiores das salas Cofre e de UPS são compostos de piso técnico para suporte dos equipamentos, permitindo acomodação de cabeamento de força e rede dentro de um "plenum" adequado para distribuição de ar condicionado. o piso é composto por painéis removíveis de aço suportados diretamente por bases ajustáveis de aço.
2. O sistema de piso possui resistência conforme os valores abaixo, testado em conformidade com a Cisca:
  1. Carga Estática Concentrada: mm. 500 kg
  2. Carga Estática Distribuída: mm. 1600 kg/m<sup>2</sup>
  3. Carga Rolante: mm. 350 kg
  4. Carga de Impacto: mm. 45 kg
  5. Peso do Sistema: máx. 50 kg/m<sup>2</sup>
3. Placas removíveis:
  1. Revestimento laminado melamínico de 1,6 mm com capacidade dissipativa de cargas eletrostáticas dentro da norma ASTM-D257.

2. Painel tipo perfurado com furos com 6-8 mm de diâmetro totalizando uma área livre para vazão superior a 50.000 mm<sup>2</sup>.
3. Possui tolerância de planicidade de até 0,7 mm e precisão dimensional de até 0,2mm.
4. Possui proteção antioxidante por fosfatização através de banho de imersão e pintura à base de tinta epóxi/poliéster a pó.
5. Placas preenchidas com composto de argamassa especial de cimento leve, mais reagentes químicos, cujo enchimento foi executado à alta densidade para evitar falhas de enchimento.
4. Estrutura de suporte:
  1. Sustentação e nivelamento do piso por pedestais inteiramente de aço galvanizado, composto por dois componentes - base e cruzeta.
  2. Base com área de apoio superior a 100 cm<sup>2</sup> de chapa com nervuras para maior resistência a torções e um dispositivo para facilitar o aterramento.
  3. Cruzeta que permitir ajuste de precisão através de rosca auto travante que impede desnivelamento acidental. Os painéis permitem o travamento nas cruzetas, de modo a dispensar o uso de longarinas.
  4. Nos pontos sujeitos a cargas extra pesadas, existem pedestais adequados para reforço com estabilidade, com sistema específico para apoio seguro de painéis cortados ao longo do perímetro e provisão para parafusos de fixação das placas caso necessário.
5. Passagem de cabo:
  1. Aberturas para passagem de cabos são providas de proteção dos cortes para evitar danos aos cabos.
6. Suportes:
  1. Suportes para leitos, quadros, unidades de climatização, etc. são integrados no sistema de piso técnico de modo a evitar obstrução no entrepiso.
3. **SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO:**
  1. A Sala Cofre é climatizada por um sistema de climatização de precisão, com alta vazão de ar, alta taxa de calor sensível, controle de umidade e filtragem eficientes.
  2. A climatização segregada tem a capacidade de impedir que contaminação ou subprodutos de um incêndio externo à Sala Cofre (fumaça, gases corrosivos, calor, umidade e água) possam penetrar no ambiente crítico via dutos de insuflamento de ar vindos da área externa ao ambiente crítico. Tal insuflamento ocorre diretamente por baixo do piso elevado técnico com retorno livre pelo ambiente, via filtro de ar na parte superior da máquina e a descarga do calor é realizada através de unidade condensadora remota a ar.
  3. O sistema é modular, com redundância, por meio de 03 unidades com capacidade de 23 kW calor sensível, cada. A redundância de operação permitir que manutenções preventivas ou corretivas possam ser realizadas sem o comprometimento da capacidade de climatização do ambiente.
  4. As unidades possuem controles microprocessados autônomos incorporados na própria máquina, interligados em rede. O sistema mantém pelo menos uma das unidades em stand-by, alternando sua operação em períodos programáveis e sempre que algum alarme assim o requerer.
  5. O sistema de climatização é provido de controle da umidade relativa com umidificação e desumidificação automáticos, os quais são interligados ao sistema de água potável, utilizando-se de tubos de cobre para a alimentação do sistema, cuja tubulação é pintada com tinta esmalte sintética e possui sistemas de drenagem em cobre rígido, classe E.
  6. Todas as interligações entre unidades evaporadoras e condensadoras (rede frigorígena) são de tubos de cobre rígidos com espessuras de paredes mínimas de 1/32", sem costura e soldadas utilizando composição óxido-acetileno em atmosfera inerte.
  7. Características técnicas do equipamento de climatização:
    1. Gabinete: Construído estruturalmente em perfis de aço, painéis e porta em chapa galvanizada, de parede dupla, feitos em estrutura tipo sanduíche, isolamento termo acústico interno auto extingüível, classe O (conforme ISO 1182.2), com portas frontais. Possui compartimento de serviços para a manutenção do sistema com acesso aos principais dispositivos de refrigeração. Todos os materiais serão livres de CFC e, portanto, passíveis reciclagem.
    2. Compressor: Do tipo Scroll, para gás refrigerante ecológico do tipo R-407c montado sobre coxins de borracha atenuadores de vibração, com dispositivos de proteção. tais como pressostatos de alta e baixa pressão, válvulas de serviço (sucção e descarga) e elemento térmico interno de proteção, com alto COP, alto M.T.B.F., baixo nível de ruído e grau de proteção IP-54.
    3. Filtro de ar: Filtro de ar do tipo descartável e instalado dentro da unidade, antes do ventilador e serpentina evaporadora, com estrutura para alta eficiência de filtragem, padrão G4. Os filtros são de estrutura em papelão rígido do tipo "cardboard" e possuir células de fibra sintética.
    4. Circuito frigorígeno: Cada unidade é provida de circuito de refrigerante, constituída de reservatório de líquido, válvula de expansão termostática comequalização externa, controlando o fluxo de refrigerante, válvula solenóide on-off, filtro secador instalado na linha de líquido e visor de líquido instalado antes da válvula de expansão. Todas as partes do circuito frigorígeno de baixa temperatura são devidamente isoladas.
    5. Serpentina: Do tipo expansão direta, de alta performance, alta superfície de troca, baixa perda de pressão, para alta taxa de calor sensível, com tratamento hidrofílico, executada em tubos de cobre sem costura e com aletas de alumínio, cabeceiras de chapa galvanizada, dotada de distribuidor executado em tubos de cobre. Bandeja de água de condensação executada em aço inoxidável.
    6. Ventilador: Do tipo radial centrífugo com pás reversas curvadas para trás, com motor acoplado diretamente ao eixo, com alta eficiência mecânica e uma grande faixa de operação, balanceado estático e dinamicamente, com rolamentos autolubrificantes, alimentado por autotransformador para ajustes de rotação/vazão, alterando os respectivos taps de tensão, com baixo ruído, montado sobre coxins amortecedores, de modo a reduzir substancialmente quaisquer tipo vibração que possa ser transmitida ao chassis do equipamento.
    7. Quadro elétrico: Fabricado conforme IEC240-1. Localizado na parte frontal do equipamento, isolado do fluxo de ar e coberto por proteção plástica, que protege todos os componentes alimentados por tensão superior a 24 V.
    8. Dispositivos de proteção: Pressostato de alta, pressostato de baixa, proteção térmica interna em cada dispositivo e no disjuntor.
    9. Sensores de temperatura e de umidade: As unidades evaporadoras dotadas de sensores de temperatura e umidade, instaladas no retorno de ar.
    10. Controle microprocessado: Teclado e display para visualização dos alarmes, tais como perda de fluxo de ar, falha do compressor, falha no reaquecimento, falha no umidificador, com capacidade para controlar até 16 máquinas, no mesmo ambiente. Dotado de funções do tipo revezamento, módulo descanso e operar conjuntamente com outras unidades.
    11. Unidade condensadora remota a ar: Para uso externo, dotada de trocadores de calor tipo micro-channel em configuração VEE, com ventiladores axiais e motores elétricos acoplados diretamente aos cubos dos rotores, com grau de proteção IP54. Chaves de partida e proteção instaladas no quadro elétrico da unidade evaporadora. Unidade condensadora dotada de dispositivo sensor de pressão, que regula a rotação dos ventiladores via variação de tensão de alimentação dos motores elétricos, de forma a manter a temperatura de condensação do gás refrigerante a mais estável possível.
    12. Dispositivo de desumidificação: Reaquecedores feitos com resistências e aletas de alumínio, de modo a se obter baixa inércia térmica. Com capacidade para eliminar o efeito de ionização em razão da baixa temperatura dos reaquecedores. Estágios de reaquecimento distribuídos em três, de modo a evitar problemas de balanceamento.
    13. Reaquecimento: Realizado através de resistências elétricas em 3 estágios de reaquecimento com potência total máxima de 5 kW.
    14. Umidificador a vapor: Elétrico, através de resistência elétrica de imersão instalada em tanque plástico de alta resistência. A alimentação e drenagem de fundo de tanque é realizada por meio de válvulas solenóides. O cilindro de vapor é instalado fora do fluxo de ar, para evitar perdas de calor. O vapor é misturado com o ar proveniente da serpentina do evaporador, através de distribuidor adequado.
    15. O sistema de climatização para Sala de UPS é provido de 2 (dois) equipamentos tipo Split com capacidade de 4TR (ou 48.000 BTU) cada, com unidades condensadoras remotas, instaladas na área externa.
  4. **SISTEMA DE ENERGIA:**
    1. Equipamentos alimentados por duas fontes com energia limpa e ininterrupta, configurando sistema "Dual Power".

2. Essas fontes (denominadas X e Y) são constituídas de 2 (dois) UPS de 80 kVA, trifásico, banco de baterias com autonomia de 7 mm. Este sistema alimenta com energia trifásica os Quadros de Distribuição de Força da sala cofre, dedicados a alimentação dos equipamentos críticos na sala cofre.
3. O sistema de climatização é alimentado pelo sistema de energia essencial existente (grupo motor-gerador).
4. O sistema de alimentação ininterrupta de energia está ligado ao Grupo Gerador a partir do QDEMG instalado na Sala de UPS, por meio do qual são alimentados os UPS e os equipamentos de climatização da sala cofre e Sala de UPS.
5. Os Quadros de Distribuição de Energia da sala cofre foram projetados para minimizar interrupções. Para tanto, os disjuntores de proteção das cargas parciais são do tipo plugin, termomagnéticos, com montagem de forma a minimizar tempos de manutenção.
6. As características dos componentes internos dos quadros devem ser:
  1. Interruptores de carga (chaves seccionadoras) na entrada dos quadros. Os interruptores permitem abertura em carga, montagem fixa, corrente nominal, conforme diagrama unifilar do projeto a ser aprovado.
  2. Disjuntores parciais, conforme IEC 947-2 e NBR IEC 60947-2. Os disjuntores estão montados em bases especiais permitindo a instalação e retirada dos disjuntores com o quadro energizado, sem o uso de ferramentas.
  3. Medidor de energia digital, multifunção, com os seguintes recursos de medição/indicação:
    1. Indicação de correntes monofásica e de neutro.
    2. Indicações de tensões fase-fase e fase-neutro.
    3. Medições de energia ativa, reativa e aparente.
    4. Indicações de potências ativa, reativa e aparente.
    5. Indicação de fator de potência.
    6. Indicação de frequência.
    7. Transformadores de corrente, classe de isolamento 600 V, isolamento de epóxi, classe de exatidão 0,3C25, fator térmico 1,2.
    8. Blocos de aferição para circuito de corrente, classe de isolamento 600 V.
    9. Supressores de surto (Transiente Voltage Surge Suppressor).
  4. Constituído de barramento de terra único usado para equipotencial para a Sala Cofre
  5. Cabos acomodados em leitos aramados, constituídos de tubos de aço soldados entre si, instalados sob o piso técnico. Os cabos do suporte para o equipamento saem pelas laterais do suporte.
  6. Os cabos para ligação dos equipamentos instalados no interior da sala cofre (circuitos terminais) são constituídos de condutores flexíveis, multipolares, com isolamento LSOH, classe de isolamento 750 V.
  7. Os cabos para alimentação de quadros são constituídos de condutores flexíveis, singelos, com isolamento e capa externa de PVC, classe de isolamento 0,6/1 kV.
  8. Os eletrodutos no interior da sala cofre são flexíveis, fabricados com fita contínua de aço zincado, com revestimento externo de polivinyl clorídrico extrudado na cor preta
  9. As conexões dos equipamentos com a rede de distribuição de energia são através de tomadas instaladas sob o piso elevado.
- 4.7. Fabricante do UPS - Eaton, Modelo 9390-80. Cada um dos UPS possuem 40 baterias da própria EATON, modelo PWHR12200W4FR.

#### 5. **SISTEMA DE DETECÇÃO DE PRODUTOS DE COMBUSTÃO:**

1. As salas Cofre e de UPS são providas de sistema de monitoração ativa da atmosfera, coletando amostras do ar por aspiração para detecção de produtos de combustão, utilizando-se de detectores de partículas a laser. O sistema utiliza detectores de partículas a laser de alta sensibilidade que antecipam a detecção de um princípio de incêndio, permitindo a sua prevenção. Os detectores possuem ajuste automático de sensibilidade para acompanhar as variações entre dias de operação e noites ou dias de inatividade.
2. O sinal de alerta é integrado ao sistema de supervisão remota e o sinal de alarme é enviado automaticamente ao sistema de controle de incêndio.
3. A configuração do sistema constitui-se em uma unidade laser com uma linha de tubo coletando amostras para cada grupo de unidades de climatização.
4. Requisitos do sistema:
  1. O sistema emprega o princípio de detecção de partículas por dispersão de raio Laser.
  2. O sistema não depende da convecção térmica para encontrar partículas em suspensão no ar ambiente, sendo que as amostras de ar são coletadas do objeto da monitoração por um sistema de aspiração mecânica.
  3. As amostras são conduzidas por uma tubulação até a unidade detectora a Laser.
  4. O detector admite alto teor de pó sem degradação do seu desempenho, para o que adote-se a utilização de filtro na admissão do ar, desde que haja monitoração do grau de redução de fluxo e a correspondente compensação automática da avaliação.
  5. Cada entrada de tubo possui um sensor de fluxo para alarme de falha em caso de baixo ou alto fluxo.
  6. A frequência de alarmes indesejáveis deve ser reduzida ao mínimo. O processamento dos sinais deve incorporar meio lógico de descarte de sinais causados por partículas de pó.
  7. A sensibilidade deve ser constantemente otimizada pelo programa de interpretação dos sinais, o qual deve incorporar avaliação de parâmetros estatísticos registrados nas últimas 24 horas para ajuste dinâmico do nível de alarme em função do desvio padrão das medições.
  8. A função de ajuste dinâmico do nível de alarme utiliza um fator selecionável adequado para cada tipo de objeto. Para situações transitórias que implicam em contaminação maior, tais como abertura de uma porta ou partida de um gerador, o programa sobrepõe um fator de redução da sensibilidade, quando acionado via uma entrada de sinal tipo contato seco.
  9. O programa, automaticamente, percebe eventuais diferenças nos períodos de inatividade como finais de semana, feriados, noite e dia, criando parâmetros diferenciados.
  10. O sistema permite integração numa rede superior a 50 unidades. A interface, com visor e teclas, pode se localizar à distância e sem detector.
  11. O sistema oferece unidades com capacidades variadas, adequadas para cada tipo de ambiente.
  12. A transmissão dos alarmes, além da rede específica parte de contatos secos providos na unidade de interface.
  13. A sensibilidade do detector, medido como obscurecimento por metro linear, abrange uma faixa de 0,0015 à 25%.
  14. As leituras do detector são obtidas pelo microprocessador a uma taxa média de uma por segundo.
  15. O sistema tem aprovação de órgãos certificadores especializados com atuação internacional, tais como ECB-S da União Europeia, UL ou FM dos EEUU, LPCB do Reino Unido ou VDS da Alemanha.

#### 6. **CONTROLE DE INCÊNDIO:**

1. sala cofre é provida de sistema automático supressor de combustão por inundação com gás FM-200. Cada cilindro tem cabeçote de atuação e atende o ambiente através de tubulação e difusores apropriados.
2. Cilindro da Marca Manchester, Data de fabricação 01/2010, Validade: 23/03/2021, Volume 50 Litros, PTH 38 kgf/cm<sup>2</sup>, PMTA 25 kgf/cm<sup>2</sup> e PT 25 kgf/cm<sup>2</sup>.
3. O sistema de supressão automático com a aplicação de gás FM 200 atua por inundação completa do ambiente e é protegido com o gás na razão de 7% em volume para o ambiente, sobre e sob o piso. O sistema atende a norma Americana NFPA 2001, bem como tem a aprovação UL.
- 6.4. Além da descarga automática, há acionamento manual e existe dispositivo que permite o bloqueio do processo de contagem (temporização) em curso para difusão do gás.
4. O sistema é acionado automaticamente por um laço de detectores de fumaça interligados a um Painel Central e com confirmação do sistema de monitoração a Laser.
5. O painel contém chaveadores para bloquear a descarga de gás e também acionador manual, e, ainda, um temporizador e sinalizadores audiovisuais dentro e fora da Sala Cofre.
6. Especificação dos materiais instalados:
  1. Cilindro de FM-200 - fabricado em aço-carbono SAE-1010/1020.

2. Cabeça de comando elétrico - Instalada na válvula do cilindro mestre, permitindo efetuar a descarga automática ou manualmente, em 24 VDC. Material de Fabricação: bronze forjado ASTM B-62.
3. Difusor - Utilizado para obter a perfeita distribuição do gás na área a ser protegida, bem como, garantir a perfeita gaseificação do mesmo. Material de Fabricação: Aço Inoxidável. Furação: conforme cálculo hidráulico.
4. Tubulação - Utilizada para conduzir o gás até o local de descarga, dimensionada conforme cálculo hidráulico. Material de Fabricação: segundo as normas ASTM A106, Schedule 40, preto e sem costura.
5. Conexões - Utilizadas na interligação da tubulação e derivações. Material de Fabricação: Ferro maleável, Classe 300, preto, rosca NPT, para uma pressão de trabalho de até 2000 psi.
6. Detector Óptico de Fumaça - O detector óptico de fumaça é composto de um emissor pulsante de luz infravermelha e um receptor fotodiodo de silício. Em estado normal, o fotodiodo não recebe nenhuma luz do emissor. Em caso de incêndio, a fumaça penetra no detector e a luz é refletida nas partículas de fumaça, atingindo o fotodiodo, onde é transformada em sinal eletrônico. Quando dois destes sinais são detectados num período pré-calibrado, um circuito comparador opera o detector de fumaça, enviando um sinal eletrônico ao Painel de Detecção e Incêndio EST2, ativando o alarme de incêndio.
7. Base: Modelo 6251-13, para sinalização remota (15 V-24 mA), LED indicador de atuação e trava de segurança.
8. Material: Carcaça em plástico injetado.
9. Alimentação: 18 a 27 VDC (com supervisão elétrica).
10. Corrente de Repouso: 80 microA máx.
11. Área de Cobertura: Vide normas ABNT-NBR 9441 e NFPA 72.
12. Corrente de Alarme: 120 mA máx.
13. Temperatura Ambiente: 0 a 49°C.
14. Umidade do Ar Máxima: 93%.
15. Homologação: UL, FM.
7. Painel Central de Sinalização e Comando: Utilizado para supervisionar e alimentar os detectores, e ativar alarmes sonoros e visuais de incêndio, bem como efetuar os comandos de equipamentos auxiliares.
8. Constitui-se em um sistema lógico modular, digital em estado sólido, compreendido de funções automáticas de detecção e alarme, atuação e supervisão, para sistemas de sinalização inteligente e comando de elementos extintores de incêndios.
9. O sistema é composto, basicamente, por:
  1. Módulo de alarmes
  2. Módulo de expansão Módulo Mother Board
  3. Alimentado por 220 VAC, 60 Hz e uma fonte de emergência composta de um conjunto de baterias na tensão de 24 VDC, montadas em caixa ventilada, com carregador de baterias automático.
7. **CONTROLE DE ACESSO, CFTV:**
  1. Possibilita o controle do fluxo de funcionários de operação, manutenção, administração, visitantes e contratados por meio de tecnologia biométrica digital, atendendo as salas Cofre e de UPS.
  2. Sistema de CFTV digital instalado com 4 câmeras coloridas, permitindo a monitoração, gravação, acesso ou back-up, simultaneamente, contemplando:
  3. 4 Câmeras coloridas tipo Day-Night com DSP, 7.2.2. Lente Varifocal 3,5 a 8 mm, 7.2.3. Gravador digital em HDD com unidade de CD-RW, 7.2.4. Monitor RGB 17 polegadas, 7.2.5. Software pertinente.
8. **CABEAMENTO LÓGICO:**
  1. O Cabeamento Estruturado provê o compartilhamento de informações e de recursos de informática e telefonia, por meio de 240 pontos Cat 6 e 20 pares de cordões óticos distribuídos na sala cofre, numa rede preparada para trafegar Ethernet / Fast-Ethernet / Gigabit Ethernet e ATM.
  2. A ligação entre o rack do primeiro subsolo (localizado na atual sala dos servidores) para o rack onde se concentram as conexões de fibra óptica da sala cofre é em fibra óptica (50/125 lam - OM3).
  3. O cabos UTP 4 pares cat 6 são do mesmo padrão das demais instalações, em conformidade com o leiaute dos equipamentos dentro da Sala Cofre, possuindo extremidades jack's modulares fêmea cat 6.
  4. Infraestrutura:
    1. Os cabos são acomodados em leitos aramados do piso técnico.
    2. Os cabos do Cabeamento Estruturado estão em plena conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Norma da EIA/TIA 569-A, devidamente certificados
  5. Sistema de Testes de Certificação:
  6. O projeto de cabeamento lógico foi executado e testado, devidamente certificado, utilizando equipamentos de testes (Nível III), como Fluke DSP-4000. Equipamentos estes, preparados para testar o cabeamento instalado em todos os requisitos de performance estabelecidos pela EIA/TIA para Categoria 6, como NEXT, Atenuation, FEXT, Return Loss, ELFEXT, PSNEXT, PSFEXT, PSELFEXT, Delay Skew, Propagation Delay, ACR, PSACR.
  7. Todos os serviços foram executados rigorosamente segundo recomendações da norma ANSI/EIA/TIA-568-A, ANSI/EIA/TIA-569-A, ANSI/EIA/TIA-606, ANSI/EIA/TIA-607, TSB 67, TSB72 e TSB95 para cabeamento estruturado e últimas alterações. Analogamente, todos os materiais e componentes são fabricação aderente a mesma normatização e de mesma origem, tal que a garantia abrange a todos os materiais, componentes, permitindo, inclusive, evolução tecnológica, possibilitando garantia do conjunto pelo período de 15 anos.
9. **SUPERVISÃO E MONITORAMENTO:**
  1. A sala cofre e de UPS possui um sistema de supervisão que permite que o estado dos parâmetros e alarmes do ambiente sejam transmitidos via TCP/IP até o ponto focal do gerenciamento, por meio de uma estação dedicada. O sistema realiza o registro de todas as ocorrências no ambiente protegido e permite que os operadores no centro de monitoração sejam avisados da ocorrência de alarmes e possam tomar ciência do tipo de alarme ou origem, em tempo real.

## ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, doravante denominada Contratada - neste ato representada pelo senhor \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, Cargo \_\_\_\_\_, apresenta este TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, vinculado ao Contrato Conab/Nº \_\_\_\_\_, conforme as condições seguintes:

A Contratada reconhece que, em razão da sua prestação de serviços a Conab por meio do Contrato estabelece contato com informações privadas da Conab, que podem e devem ser conceituadas como segredo de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados que não tenham vínculo com o Contrato, da Conab e da Contratada, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

As PARTES se obrigam a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, conforme abaixo definida, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pela Conab à Contratada, devendo ser tratada como informação sigilosa.

A Contratada assume os compromissos:

Manter o completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamento de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a ser confiada em razão do serviço prestado, não podendo, sob qualquer pretexto, reproduzir, divulgar, ceder, dar conhecimentos a terceiros, sem anuência expressa da Conab, sob as penas da Lei, mesmo após o término do contrato.

Utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO. Cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES da Conab.

O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à EMPRESA, são única e exclusivamente propriedade intelectual da Conab.

A EMPRESA \_\_\_\_\_ firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

A EMPRESA \_\_\_\_\_ obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO.

A Conab reserva-se o direito de auditar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, instalações físicas, equipamentos e sistemas utilizados pela Contratada para a prestação dos serviços especificados neste TR.

Nestes Termos, Subscreve.

Brasília \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável da Empresa

#### ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

##### TERMO DE VISTORIA

Na forma do item \_\_\_\_\_ do anexo do Edital de Licitação \_\_\_\_\_ - N° \_\_\_\_\_ declaro que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o N° \_\_\_\_\_, por meio do Sr \_\_\_\_\_ CPF N° \_\_\_\_\_, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da licitação em epígrafe, por meio de visita técnica nas instalações, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes.

Brasília \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável da Empresa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável da Conab  
Brasília, 02 de agosto de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Alves Rodrigues, Gerente de Área - Conab**, em 12/11/2024, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO JOSE FERREIRA, Analista de Tecnologia da Informação - Conab**, em 12/11/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37849322** e o código CRC **765F3583**.

**ANEXO II DO EDITAL**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO N.º 21200.002879/2023-42**

**Contrato N.º: [número do Contrato]**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB E  
A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE MANUTENÇÃO  
DE SALA-COFRE CERTIFICADA SEGUNDO AS NORMAS TÉCNICAS ABNT/NBR 15.247 E ABNT/NBR 60.529 E SUA RESPECTIVA  
INFRAESTRUTURA, COM POSSÍVEL RECARGA DE GÁS - FM-200 E SUBSTITUIÇÃO DE BATERIA - UPS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES  
DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES  
E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL,**

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, conforme Medida Provisória nº 1.154 de 1º de janeiro de 2023 e Decreto nº 11.401 de 23 de janeiro de 2023, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral em 16/01/2024 publicado no D.O.U. EM 25/01/2024, EDIÇÃO 58, SEÇÃO 1, com sede em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, CNPJ nº 26.461.699/0001-80, Inscrição Estadual nº 07.122.550-1, representada por seu Diretor-Presidente, \_\_\_\_\_, parte doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, parte doravante denominada CONTRATADA, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo n.º **21200.002879/2023-42**, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90.012/2024, resolvem celebrar a presente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SALA-COFRE CERTIFICADA SEGUNDO AS NORMAS TÉCNICAS ABNT/NBR 15.247 E ABNT/NBR 60.529 E SUA RESPECTIVA INFRAESTRUTURA, COM POSSÍVEL RECARGA DE GÁS - FM-200 E SUBSTITUIÇÃO DE BATERIA - UPS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL**, que se regerá pelo Edital e seus anexos e pela proposta da contratada, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, pela Lei nº 13.303, de 2016 e demais legislações pertinentes, pelo ato que autorizou a lavratura deste termo, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para executar serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529 e sua respectiva infraestrutura, com possível recarga de gás - FM-200 e substituição de bateria - UPS, para atendimento das necessidades da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. As especificações do objeto ora contratados encontram-se detalhadas no Termo de Referência e seus Anexos.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses (duração do contrato, conforme art. 461 a 463 do RLC), contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 497 e 498 do RLC.
- 2.2. O início da execução dos serviços se dará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do contrato, exceto por chamados de manutenção corretiva que poderão ser abertos imediatamente após a assinatura do contrato.
- 2.3. Durante o período de vigência deverão ser cumpridos os Níveis de Serviço exigidos e demais condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos.
- 2.4. A vigência do contrato deverá contemplar os seguintes requisitos:
- a) Interesse da Conab;
  - b) Demonstração da vantajosidade na manutenção do ajuste;
  - c) Existência de recurso orçamentário;
  - d) Obrigações da contratada tenham sido regularmente cumpridas;
  - e) Seja constatada a manutenção das condições de habilitação da contratada;
  - f) Inexistência de sanção restritiva da atividade licitatória e contratual;
  - g) Autorização da autoridade competente.
- 2.5. A Contrato com a Conab poderá ser rescindido quando:
- a) Os preços contratados estiverem superiores aos praticados no mercado, admitindo-se a negociação para redução de preços;

- b) Os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em anexo de ato normativo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços;
- c) A contratada tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e impedimento de licitar e contratar com a União; e
- d) Seja constatada a não manutenção das condições de habilitação da contratada mesmo após a adoção do procedimento previsto no artigo 560 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

2.6. Durante a vigência do contrato, os itens deverão passar, obrigatoriamente, a cada período de 12 meses por nova pesquisa de preço.

### 3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DO LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

3.1. Os serviços serão executados indiretamente no regime de empreitada por preço global, conforme o inciso IV, art. 208 do RLC.

3.2. O regime de execução dos serviços, o local e horário de execução, bem como os materiais, os utensílios, os equipamentos e as ferramentas que serão utilizados na contratação em apreço observarão o detalhamento disposto no Termo de Referência.

#### 3.3. **DA SEGURANÇA**

3.3.1. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação e Política de Proteção de Dados da Conab (<https://www.conab.gov.br/institucional/normativos/politicas-planos-e-cartas>), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados ou outros materiais de propriedade da Conab aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação.

3.3.2. A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese qualquer informação sobre a arquitetura e/ou documentação; assim como dados e/ou metadados trafegados; produtos desenvolvidos e entregues, ficando responsável juntamente com a CONTRATANTE por manter a segurança da informação relativa aos dados e procedimentos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução do contrato.

3.3.3. Fornecer aos seus recursos humanos todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, observando e cumprindo as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho, sempre que necessário.

#### 3.4. **DA CAPACITAÇÃO**

3.4.1. CONTRATADA deverá realizar a capacitação técnica básica para os administradores da solução periodicamente.

3.4.2. A capacitação técnica deverá ser realizada preferencialmente nas dependências da CONTRATANTE, e caso seja de seu interesse, poderá ser realizado de forma remota/virtual, com carga horária mínima de 02 horas diárias, em data e horário a ser definido entre as partes.

3.4.3. Para a capacitação presencial, a CONTRATANTE disponibilizará sala para a capacitação técnica com infraestrutura e apoio básicos (sala com a infraestrutura necessária para a capacitação).

3.4.4. Caso a capacitação ocorra de forma remota/virtual o ambiente necessário para execução da capacitação deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA.

3.4.5. A capacitação técnica deverá contemplar a explanação teórica e prática para até 08 pessoas (Administradores da solução, fiscais técnicos ou outros que o órgão indicar).

3.4.6. O conteúdo programático básico será: Arquitetura e o funcionamento da Sala Cofre em nível de hardware e software; Operação do sistema; Administração de todos os sistemas e subsistemas; Abertura de chamados.

3.4.7. ENTREGÁVEL: A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE o relatório da execução da capacitação técnica com os seguintes dados: Nome dos participantes conteúdo da capacitação, data e hora, carga horária, frequência;

3.4.8. A certificação de participação deverá ser fornecida pela fabricante/CONTRATADA.

#### 3.5. **DA ENTREGA, LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO**

3.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, documento que comprove vínculo vigente de parceira autorizada dos fabricantes, para prestação dos serviços objetos do termo de referência.

3.5.2. A CONTRATADA deverá entregar em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, comprovação formal da aquisição da garantia e suporte técnico junto aos fabricantes, em nome da Conab, contendo o prazo de garantia com o fabricante e todos os equipamentos, softwares e part numbers coberto por essa garantia.

3.5.3. Todos os serviços, objetos do Termo de Referência deverão ser prestados na Matriz da CONAB, em Brasília/DF.

#### 3.6. **DA REUNIÃO INICIAL**

3.6.1. Deverá ser realizada reunião inicial com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus Anexos e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do serviço.

3.6.2. A reunião realizar-se-á preferencialmente na sede da CONTRATANTE, e caso seja de seu interesse, poderá ser realizada por meio de videoconferência e será realizada em até 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

3.6.3. Ao final deverá ser produzida, pela CONTRATADA, Ata de Reunião, que consignará todos os assuntos tratados e que deverá ser assinada, na ocasião, por todos os participantes.

### 4. **CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

4.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

4.2. O recebimento provisório será realizado por empregado lotado na Gerência de Administração e Segurança de Infraestrutura em Tecnologia da Informação - GEASI

4.3. Ao final de cada período, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.

4.4. Ao final dos serviços, o objeto completo será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, preferencialmente por meio de sistema de abertura de chamados oferecido pela CONTRATADA.

- 4.5. Nessa etapa, a CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos objetos previstos no Edital e no Termo de Referência.
- 4.6. No Termo de Recebimento Provisório serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução de eventuais ajustes.
- 4.7. O objeto será recebido definitivamente pelo fiscal do contrato, mediante ateste de recebimento de serviços.
- 4.8. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DO DETALHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. O objeto da contratação é composto pelos seguintes itens, nas unidades e quantidades conforme tabela a seguir:
- a) ITEM 1 – Serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529. (manutenção preventiva, preditiva, corretiva, com reposição total de peças e componentes da sala-cofre) por 60 meses
  - b) ITEM 2 – Recarga de gás FM200 (Eventual e sob demanda)
  - c) ITEM 3 – Banco de Bateria para Sistema de UPS (Eventual e sob demanda)
  - d) ITEM 4 – Prestação de serviços de monitoramento remoto com vistas a acompanhar a disponibilidade, consumo elétrico e térmico da sala, uso das baterias, uso do gás, monitoramento via CFTV, incluindo link de comunicação sob responsabilidade da Contratada

LOTE ÚNICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Item 1 – Serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529. (manutenção preventiva, preditiva, corretiva, com reposição total de peças e componentes da sala-cofre)	Meses	60
Item 2 – Recarga de gás FM200 (Eventual e sob demanda)	Unidade	1
Item 3 – Banco de Bateria para Sistema de UPS (Eventual e sob demanda)	Unidade	1
Item 4 – Prestação de serviços de monitoramento remoto com vistas a acompanhar a disponibilidade, consumo elétrico e térmico da sala, uso das baterias, uso do gás, monitoramento via CFTV, incluindo link de comunicação sob responsabilidade da Contratada	Meses	60

- 5.2. O detalhamento da contratação está previsto no Termo de Referência e seus anexos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

- 6.1. O valor global do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), referente à contratação dos serviços pelo prazo de 60 (sessenta) meses, cujas parcelas que os compõem encontram-se assim discriminadas:

TABELA 1 - SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS E VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO									
LOTE 1									
a) item	b) descrição	c) quantidade	d) tipo	e) ciclo pagamento	f) valor unitário	g) Valor total pagamento único	h) valor total pagamento mensal	i) Período (em meses)	j) Valor total
1	Serviço de manutenção de sala-cofre certificada segundo as normas técnicas ABNT/NBR 15.247 e ABNT/NBR 60.529. (manutenção preventiva, preditiva, corretiva, com reposição total de peças e componentes da sala-cofre)	60	serviço	mensal	R\$	-	R\$	60	R\$
2	Recarga de gás FM200 (Eventual e sob demanda)	1	serviço	único	R\$	R\$	-	-	R\$
3	Banco de Bateria para Sistema de UPS (Eventual e sob demanda)	1	serviço	único	R\$	R\$	-	-	R\$
4	Prestação de serviços de monitoramento remoto com vistas a acompanhar a disponibilidade, consumo elétrico e térmico da sala, uso das baterias, uso do gás, monitoramento via CFTV, incluindo link de comunicação sob responsabilidade da Contratada	60	serviço	mensal	R\$	-	R\$	60	R\$
TOTAL						R\$	R\$	60	R\$

- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, conforme parâmetros do art. 439 do RLC, do valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

- 7.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) Multas contratuais aplicadas pela Conab à CONTRATADA.
- 7.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 7.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC.
- 7.5. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias, após o término da vigência do contrato.
- 7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.7. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.10. Será considerada extinta a garantia:
- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; ou
  - b) com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no item 7.5;
  - c) com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no item 7.5.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. A despesa orçamentária da execução deste Contrato correrá à conta da Natureza da Despesa \_\_\_\_\_, PTRES \_\_\_\_\_, Fonte: \_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## 9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações da Contratante:
- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento de bens executado em desacordo com o previsto no Termo de Referência;
  - e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;
  - f) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 9.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- a) Executar os serviços necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas no Termo de Referência e sua proposta.
  - b) A contratada deve assegurar que todos os serviços executados preservem as condições originais de certificação da sala-cofre. A perda das características originais, como estanqueidade e resistência a fogo será considerada uma falha grave e poderá resultar na rescisão do contrato.
  - c) A contratada deverá manter um responsável técnico devidamente habilitado e com experiência comprovada em gerenciamento de ambientes críticos, que será o ponto de contato principal para a Conab. Esse responsável deverá ser o signatário de todos os relatórios e documentos técnicos emitidos durante a execução dos serviços.
  - d) A contratada deverá apresentar um plano de ação detalhado para resposta a incidentes críticos, como falhas nos sistemas de supressão de incêndio, problemas de climatização ou perda de energia. O plano deve incluir procedimentos de recuperação e comunicação, bem como a designação de um coordenador de crise para gerenciar situações de alta criticidade.
  - e) A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos serviços prestados, incluindo o monitoramento remoto e a execução de manutenções corretivas e preventivas. Qualquer interrupção nos serviços que resulte em impacto à operação da Conab deverá ser informada imediatamente e solucionada dentro dos prazos de SLA definidos.

- f) A contratada é responsável pela elaboração e entrega de relatórios técnicos para cada tipo de manutenção. Todos os relatórios devem ser assinados pelo responsável técnico e submetidos à aprovação da SUTIN no prazo máximo estabelecido para cada serviço. A não entrega dos relatórios ou a entrega de relatórios com informações incompletas será considerada uma falha na execução do contrato.
- g) A contratada deverá garantir que a sala-cofre permaneça operacional e em conformidade com os padrões exigidos durante todo o período contratual. Isso inclui a responsabilidade pela reposição de peças e componentes críticos, conforme necessário, e pela atualização dos sistemas de monitoramento e segurança.
- h) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Conab autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- j) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- k) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- l) Apresentar à Conab, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- m) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Conab.
- n) Atender as solicitações da Conab quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência.
- o) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Conab.
- p) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Conab toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- q) Relatar à Conab toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos. Nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- s) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- v) Executar o serviço com profissionais devidamente capacitados e de acordo com os critérios técnicos para prestação do serviço.
- w) Todo material a ser utilizado deve ser de primeira qualidade, novo (nunca usado anteriormente), não remanufaturado ou reconcondicionado, dentro da validade (quando aplicada), e em conformidade com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT, INMETRO e normas ISO.
- x) Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente das tarefas demandadas, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da Conab.
- y) Comunicar os responsáveis pela fiscalização do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, tanto operacional quanto administrativa, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido.
- z) A Contratada deverá colocar seu corpo técnico à disposição da Conab para orientação quanto à execução dos serviços, sempre que solicitado.
- aa) Promover a transferência de conhecimento para os técnicos indicados pela Conab, de forma a permitir a completa gerência, operação, monitoramento e otimização da solução.
- ab) Formalizar o encerramento dos serviços, com documentação, procedimentos e termos de entrega.
- ac) Prestar por escrito, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, todos os esclarecimentos, sejam técnicos ou não, solicitados pela fiscalização da Conab no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado.
- ad) A Contratada deverá responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Conab, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado.
- ae) A Contratada deverá manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação.
- af) A Contratada deverá fornecer todas as ferramentas e materiais necessários à perfeita instalação, execução e funcionamento de suas atividades.
- ag) A Contratada deverá cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.
- ah) A Contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências da Conab, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- ai) Os funcionários da Contratada deverão obedecer as diretrizes, normas e procedimentos de Segurança da Informação e Comunicações, assim como:
- I - Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Conab ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

II - Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da Conab.

III - Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pela Conab e às configurações de hardware e de softwares decorrentes.

IV - Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos da solução.

V - A Contratada poderá a pedido da Conab acompanhar todos os desligamentos e religamentos que houverem da sala-cofre durante vigência do contrato.

aj) A Contratada deverá possuir infraestrutura adequada e equipe técnica compatível com o objeto da contratação, incluindo a disponibilização de equipe para atendimento em regime 24x7.

ak) A Contratada deverá, no momento da assinatura do contrato, dispor de profissionais qualificados para a execução dos serviços conforme o Termo de Referência.

al) A Contratada deverá possuir uma equipe técnica alocada no seu Centro de Operações de Rede (NOC) para atendimento 24x7, com escala de serviço dos empregados e infraestrutura disponível para o monitoramento e tratamento de incidentes.

am A Contratada deverá possuir equipe técnica local para atendimento de plantão e realização de manutenções preventivas mensais. Deverá apresentar documento que comprove que a equipe local recebe adicional de periculosidade e adicional de sobreaviso.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

11.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

11.1.1. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

11.1.2. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

11.1.3. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

11.1.4. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

11.1.5. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

11.1.6. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

11.1.7. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

11.1.8. As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais."

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

12.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

12.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

12.3. A Contratada deverá garantir o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções e revisões da Sala Cofre, por exemplo: embalagens, peças, fluidos, gases, resíduos e materiais diversos, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO**

13.1. A CONTRATADA se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e as qualificações exigidas na licitação.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão exercidos de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo I do Edital e conforme Regulamento de Licitações e Contratos - RLC.

#### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO**

15.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes se encontram definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital e nos artigos 558 a 567 do RLC.

#### 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE**

16.1. O preço consignado no Contrato poderá ser corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta pela variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. Serão objeto de preclusão, os reajustes a que o contratado fizer jus durante a vigência do Contrato e que não forem solicitados até o implemento dos seguintes eventos:

16.3.1. Assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual;

16.3.2. Data em que o Contrato completa 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente; ou

16.3.3. Encerramento do Contrato.

16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6. Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o Contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a contratada proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de Contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.

#### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

a) advertência;

b) multa moratória;

c) multa compensatória;

d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;

e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

17.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do RLC ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

17.4. O contratado que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

17.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RLC.

17.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

##### 17.7. **Da sanção de advertência:**

17.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

17.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 17.5.

##### 17.8. **Da sanção de multa:**

17.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor homologado para a licitação em questão;

d) multa moratória por atraso injustificado na entrega da garantia contratual de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

e) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, até o décimo quinto dia de atraso;

f) multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, do decimo sexto dia de atraso na entrega até o limite do trigésimo dia;

f.1) Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior e a critério da Conab, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

g) multa compensatória no percentual de 5 % (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial do contrato;

h) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;

i) multa rescisória de 12% (doze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;

j) Glosas e ajustes advindos do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme definido nos indicadores constantes no Anexo III do Termo de Referência, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos.

j.1) Dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato, conforme estabelecido no IMR.

17.8.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

17.8.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.8.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

#### 17.9. **Da sanção de suspensão:**

17.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

17.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

17.9.3. Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

17.9.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

### 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO**

18.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do RLC.

18.2. A rescisão poderá ser:

a) por ato unilateral e escrito da Conab;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e

c) judicial, por determinação judicial.

18.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

18.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos arts. 582 a 593 do RLC.

18.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no título anterior:

a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;

b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e

c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

18.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

18.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

### 19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES**

20.1. A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

20.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.

20.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.

20.4. A MATRIZ DE RISCOS – Anexo II do Termo de Referência constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

21.1. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

21.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

21.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

21.5. A CONTRATADA somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do Contrato.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES**

23.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- c) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto licitatório.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

24.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e nos moldes do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO**

25.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual os termos do Edital de Pregão Eletrônico CONAB n.º 90.012/2024 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

## **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

26.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e Contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

## **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

27.1. A publicação do extrato do presente Contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 480 do RLC.

28. **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORO**

28.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

28.2. Por estarem justas e acordadas firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo identificadas.

[Cidade-Estado], [DIA] de [MÊS] de [ANO]

Pela Contratante:

Pela Contratada:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Testemunha 1:

Testemunha 2:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE FIGUEIREDO EMILIANO LEAO**, Presidente da Comissão de Licitação - Conab/Matriz, em 18/12/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39671609** e o código CRC **B48F7331**.

Referência: Processo nº.: 21200.002879/2023-42

SEI: nº.: 39671609



JUSTIÇA FEDERAL DE SANTA CATARINA

Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4810 - Bairro Agrônômica - CEP 88025-255 - Florianópolis - SC - [www.jfsc.jus.br](http://www.jfsc.jus.br)

Edital Pregão Nº 17/2024

Processo nº [0001610-64.2024.4.04.8002](#)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO nº 17/2024

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SANTA CATARINA, com sede na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4810, Agrônômica, Florianópolis, SC, torna público que, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.078/1990, suas alterações e demais legislação vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, com adjudicação **global**, sob a forma de execução indireta e em regime de empreitada por preço global, visando **à contratação de empresa para prestação de serviços especializados de manutenção continuada e monitoramento para o Data Center instalado no prédio sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina**, com a finalidade de promover manutenção evolutiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de material/peça que vier a apresentar defeito e/ou estiver com sua vida útil esgotada, conforme especificações constantes no anexo I do presente edital.

A sessão pública, por meio de sistema eletrônico no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), para a abertura das propostas, dar-se-á no:

**Dia: 02/12/2024**

**Horário: 13:30 horas**

UASG: 090019

Observação: Se no dia supracitado não houver expediente nesta Seccional ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão pública on line será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento desta Seção Judiciária, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

## I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços especializados de manutenção continuada e monitoramento para o Data Center instalado no prédio sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina**, com a finalidade de promover manutenção evolutiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de material/peça que vier a apresentar defeito e/ou estiver com sua vida útil esgotada, de acordo com as especificações constantes no anexo I do presente edital.

1.1.1. Estão previstos, ainda, na presente contratação, a substituição das 80 (oitenta) baterias dos bancos dos UPS (“*nobreaks*”), dos dois cilindros de gás antichamas (FM200), e da central de monitoramento ambiental (CMC-TC) do datacenter, sob demanda, mediante ordem de serviço específica, tendo em vista a necessidade de substituição destes componentes do datacenter, ao longo da execução do contrato.

1.1.2. Os serviços deverão ser realizados no prédio-sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina que fica localizado na Rua Paschoal Apóstolo Pitísica, nº 4810, Agronômica, Florianópolis, SC.

1.2. Os licitantes deverão realizar visita técnica ao local de prestação dos serviços e equipamentos associados, visando ao perfeito conhecimento do objeto ora licitado, bem como a verificação do ambiente técnico; instalações físicas dos ativos de rede; instalações elétricas, hidráulicas e de ar condicionado; subestações elétricas; grupo de geradores; instalações dos sistemas de detecção de incêndio e demais sistemas que compõe o Data Center da JFSC, estimando os materiais a serem empregados nos serviços de manutenção preventiva e corretiva. ALTERNATIVAMENTE, os licitantes poderão apresentar **Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto**, que permita aos participantes do certame certificar que possuem pleno conhecimento do objeto e da complexidade do serviço a ser contratado, conforme modelo constante do anexo V deste edital.

1.2.1. As visitas deverão ser previamente agendadas por e-mail [dti.datacenter@jfsc.jus.br](mailto:dti.datacenter@jfsc.jus.br), [dti.contratos@jfsc.jus.br](mailto:dti.contratos@jfsc.jus.br), e/ou telefones (48) 3251-

2984 / (48) 3251-2589, em horário comercial, com pelo menos 1 (um) dia útil de antecedência.

1.2.2. As visitas devem ser feitas por representante da empresa interessada, o qual deve estar munido de documento de identificação funcional.

1.2.3. Após a visita, será fornecido pela Seção Judiciária de Santa Catarina **Atestado de Visita Técnica (anexo IV)**, que deverá ser apresentado na fase de habilitação, nos termos estabelecidos no subitem 9.2., alínea “g” do presente edital.

1.2.4. Não se admitirá alegação de desconhecimento do objeto nas etapas posteriores da licitação ou reclamações advindas de dificuldades técnicas e operacionais não detectadas quando da visita ou da emissão da declaração de pleno conhecimento.

1.3. Os LICITANTES poderão solicitar, através do e-mail [dti.datacenter@jfsc.jus.br](mailto:dti.datacenter@jfsc.jus.br) ou [dti.contratos@jfsc.jus.br](mailto:dti.contratos@jfsc.jus.br), cópias (em mídia digital) dos projetos "*as-built*" do datacenter. Neste caso, deverão, previamente, encaminhar o "Termo de Confidencialidade e Sigilo", cujo modelo encontra-se no Anexo VI do presente Edital, devidamente datado e assinado por seu representante legal.

1.5. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Direção da Divisão de Tecnologia da Informação, por meio do telefone (48) 3251-2984/2589 e/ou e-mail [dti.direcao@jfsc.jus.br](mailto:dti.direcao@jfsc.jus.br).

1.6. É permitida a subcontratação parcial dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, desde que a subcontratada seja empresa de Assistência Técnica Autorizada do Fabricante, mediante aprovação prévia do fiscal do contrato, para os seguintes sistemas e equipamentos:

- a) Sistema de climatização e ar condicionado (Emerson/Liebert);
- b) Sistema ininterrupto de energia UPS (Emerson/Chloride);
- c) Sistema de detecção e combate à incêndio (Kidde/Chemetron Fire Systems);

1.6.1. A comprovação de que a subcontratada é assistência técnica autorizada do Fabricante (como, por exemplo, cópia do contrato de subcontratação e declaração do fabricante), deverão ser apresentados à fiscalização do Contrato, quando da ocorrência da manutenção preventiva/corretiva, ou instalação, destes sistemas;

1.6.2. A CONTRATADA deverá supervisionar todos os serviços prestados pela subcontratada, sendo responsável pela sua fiel execução.

1.6.3 Nos termos do art. 122, § 3º, da Lei 14.133/2021, é vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente

do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

1.7. Na hipótese de haver diferença na especificação ou demais condições dos serviços, entre a registrada no sistema Comprasnet ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)) e a constante do anexo I deste edital, deverá ser considerada a do edital.

## II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1.1. Empresas em consórcio, desde que:

- a) comprovem por meio de compromisso público ou particular a constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) tenham indicação da empresa líder do consórcio, a qual será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) não estejam participando, nesta licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- d) tenham responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º Caso o licitante consorciado seja vencedor deste certame, fica obrigado a comprovar, no prazo de 05 (cinco) dias, da homologação do resultado do certame, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea ‘a’ do caput deste item.

2.1.2. Declararem, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º, da LC nº 123/2006, quando for o caso;
- b) que estão cientes e concordam com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de

trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não empregam menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

e) que cumprem as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.1.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e/ou relativa ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, assim como pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no sistema eletrônico "Comprasnet".

2.2.1. A Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, não se responsabilizará por eventual desconexão no sistema eletrônico.

2.3. É vedada a participação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do certame, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III, da Lei nº 14.133/2021).

b) de pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

c) de empresas que tenham entre seus empregados colocados à disposição da Contratante para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 4º do referido ato normativo;

d) de Sociedade Cooperativa, na forma do art. 5º da Lei nº 12.690/2012;

- e) daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- i) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021;

2.3.1. O impedimento de que trata a alínea “a” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.3.3. A vedação de que trata a alínea “i” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação o licitante deverá se credenciar no sistema "Pregão Eletrônico", por meio do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### IV. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes deverão, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, encaminhar a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. A proposta deverá ser encaminhada da forma prevista no Capítulo V.

4.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações de que trata o subitem 2.1.2 deste edital.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios

diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

## V. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preencher, em campo próprio do sistema, o **VALOR TOTAL DA PROPOSTA**, assim considerado o valor obtido mediante o preenchimento da proposta e planilha de composição de preços, conforme modelo constante do Anexo III, desde que atendidas as especificações deste edital, sendo que:

a.1) no preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação, referentes ao perfeito cumprimento do objeto, bem como quaisquer outros custos que poderão ocorrer até o total cumprimento do contrato, sem que caiba qualquer tipo de pleito ao contratante com a alegação de que alguma parcela do custo foi omitida;

a.1.1.) para efeitos de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global e os preços unitários de referência como preços máximos, conforme Súmula TCU 259.

a.2) todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

b) indicar, em campo próprio destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a especificação complementar do objeto cotado, no que couber, e também:

b.1) conter prazo de garantia dos materiais, peças e equipamentos instalados/substituídos de, no mínimo, **01 (um) ano** ou a do fabricante, se maior, a contar da data do atesto da respectiva Nota Fiscal;

b.2) conter prazo de garantia do serviço de, no mínimo, 3 (três) meses, a contar da data do atesto na nota fiscal;

b.3) caso não seja informado o prazo mínimo de garantia, aplicar-se-á o estipulado nas alíneas acima.

c) a marca e modelo dos materiais especificados nos subitens 5.4, 5.5 e 5.6 do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

5.1.1. A validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data da sessão de abertura desta licitação.

## VI. DO INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro dará início à sessão pública *on line* via *internet*, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

## VII. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes previamente classificados pelo pregoeiro poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivos horários de registro e valor.

7.1.1. Assim como as propostas, os lances deverão ser ofertados pelo **valor total da proposta**, obtido através do preenchimento da proposta/planilha de formação de preços constante do anexo III.

7.1.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% entre os lances.

7.1.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.4. Encerrado o prazo de que trata o item acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4.1. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.4.2. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item acima, os licitantes que ofertaram os melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.5. Encerrados os prazos estabelecidos no item 7.4 e subitens, o sistema ordenará os lances em ordem crescente.

7.6. Encerrada a etapa de lances, após eventual desempate, em relação aos itens não exclusivos, o sistema comprasnet identificará, em coluna própria, para os fins do direito de preferência estabelecido nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte participantes.

7.7. Caso a proposta de menor preço não seja de uma microempresa, o sistema fará uma comparação entre a proposta da primeira colocada e as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte, na ordem de classificação.

7.7.1. A proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrar na faixa de até 5% (cinco) por cento acima da proposta de menor preço, é considerada empatada com a primeira colocada e terá o direito de encaminhar, no prazo de 05 (cinco) minutos, para fins de desempate, uma última oferta, obrigatoriamente em valor menor do que a primeira colocada, sob pena de decair do direito de preferência.

7.7.2. A convocação e o controle do prazo para o exercício desse direito de preferência serão feitos automaticamente pelo sistema.

7.7.3. Caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará para o exercício desse direito, na ordem de classificação, enquanto necessário, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que também se encontrem na condição de empate.

7.8. Ocorrendo proposta de desempate de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema disponibilizará a nova classificação das propostas, para fins de aceitação pelo pregoeiro.

7.9. Na hipótese de empate, após a fase de lances, entre propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% acima da

primeira classificada, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais, definindo automaticamente a ordem de convocação para o exercício do direito de preferência de oferta de desempate.

7.9.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.10. Não havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte na faixa de até 5% acima do menor preço obtido na fase de lances, ou não havendo êxito no procedimento de desempate, prevalecerá a classificação inicial.

7.11. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.11.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.11.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.11.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.11.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.12. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.12.1. Empresas brasileiras;

7.12.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.12.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.13.1. Quando a desconexão para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## VIII. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, conforme o caso, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.2.1. O licitante será convocado, por meio do chat, por 03 (três) vezes consecutivas em intervalos de 05 (cinco) minutos. Nas hipóteses de o licitante não estar conectado ao sistema eletrônico ou não apresentar manifestação, em caso de preço excessivo, o pregoeiro desclassificará sua proposta comercial.

8.2.2. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, que será anexada aos autos do processo licitatório.

8.3. Concluída a negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço e, em caso de aceitação, solicitará, se necessário, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.2., bem como de eventuais documentos complementares.

8.3.1. A proposta/planilha de formação de preços deverá ser preenchida seguindo o modelo constante do Anexo III –, sob pena de desclassificação.

**8.3.2. Os documentos, quando solicitados, deverão ser enviados no prazo fixado pelo Pregoeiro no chat, que não será inferior a 02 (duas) horas, contado da solicitação.**

8.3.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou, de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.4. O critério de julgamento será o **MENOR VALOR TOTAL DA PROPOSTA** para a prestação dos serviços, assim considerado o valor obtido mediante o preenchimento da proposta/planilha de formação de preços, conforme modelo constante do Anexo III, desde que atendidas as especificações constantes deste edital.

8.4.1. Para efeitos de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global e os preços unitários de referência como preços máximos, conforme Súmula TCU 259.

8.4.2. O “preço total estimado” será calculado apenas para fins de comparação entre as propostas das licitantes.

8.4.3. Na avaliação do menor preço será considerado o valor em moeda corrente nacional, com precisão de 02 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração restante.

8.5. Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não serem aceitos ou se o licitante detentor da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda ao edital.

8.6. No julgamento das propostas considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste edital e seus anexos, o menor preço, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.

8.7. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos registros cadastrais do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.7.1. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inapto, por falta de condição de participação.

8.8. Será, também, desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis;

8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.8.4.1. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, sem prejuízo da realização de diligências para aferir sua exequibilidade ou de se exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.8.4.1.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8.4.2. Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

8.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.8.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo refere-se à possibilidade do pregoeiro, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta e sua validade jurídica, atribuindo-lhe eficácia para fins de classificação;

8.8.6.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento da proposta, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## IX. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf, bem como documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste instrumento convocatório, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.1.1. No caso de Empresário Individual, serão considerados documentos de habilitação complementares aqueles necessários à comprovação das regularidades previstas nos subitens 8.7 e 9.2, alíneas 'a' e 'c' em nome da pessoa física (CPF), desde que comprobatórios de condição atendida até o prazo da abertura das propostas.

9.2. Os documentos de habilitação a serem apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar são os seguintes:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União da empresa licitante (CNPJ) e, também, da pessoa física (CPF), quando se tratar de empresário individual;

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), da empresa licitante (CNPJ) e, também, da pessoa física (CPF), quando se tratar de empresário individual;

d) Cópia do contrato social ou outro documento que comprove ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

e) Inscrição no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, quando for o caso;

f) Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante por meio de apresentação da **Certificação de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)**, da jurisdição da empresa, comprovando atividades compatíveis com o objeto do contrato. A referida Certificação deverá estar em vigor na data da apresentação da proposta, e durante toda a execução do contrato.

f.1) O licitante com registro originário no Conselho Fiscalizador Profissional de outro Estado da Federação que não o de Santa Catarina, caso venha sagrar-se vencedor do certame, deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, a formalização do visto/registro no CREA-SC.

g) Atestado de Vistoria Técnica (anexo IV), emitido pela fiscalização da contratante, atestando que o licitante realizou visita ao local visando ao perfeito conhecimento do objeto ora licitado, bem como a verificação do ambiente técnico; instalações físicas

dos ativos de rede; instalações elétricas, hidráulicas e de ar condicionado; subestações elétricas; grupo de geradores; instalações dos sistemas de detecção de incêndio e demais sistemas que compõem o Data Center da JFSC, estimando os materiais a serem empregados nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, ou, ALTERNATIVAMENTE, apresentação de declaração de pleno conhecimento do objeto, firmada por representante legal do licitante, de que o licitante tomou conhecimento do objeto e da complexidade do serviço a ser contratado, conforme anexo V deste edital, nos termos do subitem 1.2 deste edital;

g.1) A Visita Técnica deverá ser previamente agendada, por e-mail [dti.datacenter@jfsc.jus.br](mailto:dti.datacenter@jfsc.jus.br), [dti.contratos@jfsc.jus.br](mailto:dti.contratos@jfsc.jus.br), e/ou telefones (48) 3251-2984 / (48) 3251-2589, em horário comercial, com pelo menos 1 (um) dia útil de antecedência.

g.2) Não se admitirá alegação de desconhecimento do objeto nas etapas posteriores da licitação ou reclamações advindas de dificuldades técnicas e operacionais não detectadas quando da vistoria ou da emissão da referida declaração.

h) **Certidão de Acervo Operacional - CAO**, em nome da empresa licitante, emitido pelo conselho profissional competente ou **Atestado(s) de Capacidade Técnica** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor da empresa licitante, acompanhado(s) de **Certidão de Acervo Técnico-Profissional (CAT)** ou de **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, em nome dos responsáveis técnicos (pessoas físicas) que executaram os serviços atestados em favor da empresa licitante, que demonstre(m) capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, serviços de manutenção em Data Center com características semelhantes ao da JFSC, por um período de, pelo menos, **12 (doze) meses**, conforme estipulado a seguir:

h.1) Considera-se “*Datacenter com características semelhantes ao da JFSC*”, para fins destas qualificações, o ambiente específico e seguro para abrigar equipamentos de processamento e armazenamento de dados (também conhecidos como datacenter, sala segura, sala cofre, sala de servidores ou Centro de Processamento de Dados), com capacidade de, no mínimo, metade da capacidade do datacenter da JFSC, composto por, no mínimo, os seguintes subsistemas e serviços, em um mesmo empreendimento, que são os itens de maior relevância no escopo dos serviços a serem prestados:

- Manutenção de datacenter (sala segura, sala cofre, sala de servidores, etc.) com, pelo menos, **20 m²** de área útil da sala segura;
- Sistema de piso elevado de alta resistência;

- Sistema de fornecimento ininterrupto de energia (UPS - "Uninterruptible Power Supply"), com capacidade total de, pelo menos, 80 kVA;
- Sistema de climatização de precisão com capacidade total de, pelo menos, 13 TR (aprox. 46 kW);
- Sistema de detecção precoce de incêndio, através de monitoramento permanente de partículas em suspensão no ar por meio da tecnologia de raio laser/HSSD;
- Sistema de alarme e combate automático de incêndio, por meio da utilização de gás ou fluido antichamas limpo (como FM200, NOVEC 1230, FK-5112 ou similares);
- Sistema de cabeamento/quadros elétricos em baixa tensão;
- Sistema de cabeamento estruturado lógico (metálico e óptico);
- Sistema de monitoramento ambiental do datacenter;
- Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) e câmeras de vídeo;
- Sistema de Controle de Acesso;
- Serviço de Teste de Estanqueidade do datacenter, conforme norma NFPA2001 ou ASTM E779;
- Serviço de monitoramento remoto dos sistemas do datacenter, em tempo real 24x7x365, através de solução do tipo "Data Center Infrastructure Management" (DCIM), com central de atendimento e abertura automática de chamados.

h.2) **Não serão aceitos somatórios de atestados** com as características acima, inclusive em relação ao período mínimo e ininterrupto de 12 (doze) meses, por conta do grau de complexidade do ambiente e da execução do serviço ora licitado.

h.3) Somente será aceito Atestado de Capacidade Técnica Operacional expedido após a conclusão do contrato ou se decorridos, pelo menos, **12 (doze) meses** do início de sua execução.

h.4) O **Atestado de Capacidade Técnica Operacional** deverá estar datado e assinado e conter Nome/Razão Social e endereço da Contratante, além de dados de contato (tais como nome, cargo, telefone/e-mail) dos responsáveis pelo atesto, de forma que a Justiça Federal possa diligenciar e checar, em caso de dúvidas, a veracidade das informações atestadas.

i) Deverão ser apresentados os seguintes profissionais:

i.1) **Engenheira ou Engenheiro Eletricista** (ou, ainda, Eng. Elétrico, Eletrônico ou de Telecomunicações), devidamente registrado no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica (CAT ou similares) por execução de serviço de

características semelhantes a esta contratação, a saber, execução de **serviço de manutenção em Data Center**, compreendendo, pelo menos, os seguintes sistemas:

- Sistema de fornecimento ininterrupto de energia ("no-break", UPS ou "Uninterruptible Power Supply")
- Sistema de detecção precoce de incêndio, através de monitoramento permanente de partículas em suspensão no ar por meio da tecnologia de raio laser/HSSD;
- Sistema de cabeamento/quadros elétricos em baixa tensão;
- Sistema de cabeamento estruturado lógico (metálico e/ou óptico);
- Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) e câmeras de vídeo;
- Sistema de monitoramento ambiental;
- Sistema de Controle de acesso.

i.2) **Engenheira ou Engenheiro Mecânico** (ou, ainda, Engenheiro de Controle e Automação, modalidade **Mecatrônica**), devidamente registrado no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica (CAT ou similares) por execução de serviço de características semelhantes a esta contratação, a saber, execução de **serviço de manutenção em Data Center**, compreendendo, pelo menos, os seguintes sistemas:

- Sistema de climatização de precisão;
- Sistema de combate automático de incêndio, por meio da utilização de gás/fluido antichamas (FM200, NOVEC 1230, ou similar);

i.3) Estes(as) profissionais devem participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que comprovada pela Contratada e aprovada pela Administração, ao longo da execução do contrato;

i.4) É facultado à licitante comprovar a habilitação exigida na alíneas "h" e "i" valendo-se de um mesmo serviço já executado, desde que apresentada a documentação correspondente.

j) Comprovação da qualificação econômico-financeira do licitante por meio da apresentação dos seguintes documentos:

j.1) balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, assinado pelo representante legal e pelo contabilista responsável, exigível e apresentado na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um), mediante aplicação da seguinte fórmula:

Liquidez Geral (LG) =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/Passivo Circulante + Passivo não Circulante
Solvência Geral (SG) =	Ativo Total/Passivo Circulante + Passivo não Circulante
Liquidez Corrente (LC) =	Ativo Circulante/Passivo Circulante

j.1.1) para fins de cálculo dos índices acima referidos, utilizar-se-ão duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

j.1.2) os índices acima poderão ser comprovados por meio dos dados constantes do SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores, caso existentes;

j.1.3) Para a hipótese de qualquer desses índices serem iguais ou inferiores a 1 (um), a licitante deve demonstrar a existência, no exercício correspondente, de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da proposta, ou patrimônio líquido não inferior a 5% do valor anual da proposta, se qualquer desses índices for superior a 1 (um), por meio dos documentos mencionados na alínea “j.1”;

j.1.4) as pessoas jurídicas constituídas no mesmo exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

j.1.5) No caso da participação de consórcios, exceto aqueles compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas, em relação ao último exercício social, será exigido liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1,3; ou patrimônio líquido não inferior a 13% do valor da proposta quando qualquer dos índices de liquidez geral, de liquidez corrente ou de solvência geral for igual ou inferior a 1,3.

§ 1º No caso de participação em consórcio, será admitido, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado.

§ 2º No caso de consórcios de empresas compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas, serão exigidos os indicadores discriminados na alínea j.1 e j.1.3.

j.2) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º Alternativamente, para as pessoas jurídicas e equiparadas que estão obrigadas, a habilitação econômico-financeira referida da alínea “j” e subalíneas poderá se dar mediante Escrituração Contábil Digital (ECD) com comprovação da transmissão do balanço patrimonial das licitantes via SPED à Receita Federal, a partir do recibo de entrega emitido pelo SPED, nos termos do Decreto n. 6.022/07 e da IN RFB 1774/2017.

§ 2º As pessoas jurídicas que não estejam obrigadas a apresentar a ECD podem apresentá-la de forma facultativa.

§3º As empresas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências habilitatórias e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.2.1. Para fins de habilitação, será considerada, ainda, a declaração prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, registrada em campo próprio do sistema Comprasnet, como condição para a participação no certame - nos termos consignados no subitem 2.1.2, alínea “d” deste edital -, restando dispensada sua apresentação.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.**

**9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10.3. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro, nos termos do Acórdão 1211/2021, Plenário, do TCU.

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

9.11.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento dos documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.1.

9.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante, qualificado como microempresa ou empresa de pequeno

porte, seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. Havendo qualquer restrição dentre as referidas no item acima, o licitante vencedor será convocado para comprovar a regularização, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, na forma do § 1º do art. 43 da LC 123/2006, mediante requerimento justificado.

9.14.2. A não comprovação da regularização, no prazo previsto no subitem 9.14.1, acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, e implicará o exame, pelo pregoeiro, das propostas subsequentes na ordem de classificação.

## X. DA IMPUGNAÇÃO, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, na forma eletrônica, podendo ser enviada para o e-mail: [pregoeiro@jfsc.jus.br](mailto:pregoeiro@jfsc.jus.br). A resposta à impugnação do edital será divulgada no sítio eletrônico oficial do órgão e no sistema (§4º, do art. 16, da IN SEGE/ME nº 73/2022).

10.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e será dirigida ao pregoeiro que, auxiliado pelas unidades envolvidas na elaboração do edital e dos anexos, decidirá no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.1.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, no endereço [pregoeiro@jfsc.jus.br](mailto:pregoeiro@jfsc.jus.br).

10.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

10.2.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do órgão e no sistema e vincularão os participantes e a administração (§4º, do art. 16, da IN SEGE/ME nº 73/2022).

10.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.5.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, durante o prazo concedido pelo pregoeiro após o término do julgamento - que não será inferior a 10 minutos -, sob pena de preclusão;

10.5.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.7. O recurso será dirigido ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## XI. DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

11.1. Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada para apresentar a garantia de até 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação, nos termos do art. 98 da Lei 14.133/2021, bem como de eventual garantia adicional, prevista no item

8.8.4.2. deste edital, no prazo de 1 (um) mês. e, somente depois da sua comprovação, será convocada para assinar o contrato (minuta anexo II).

11.1.1. Comprovada a prestação da garantia e, se for o caso, da garantia adicional, será a vencedora notificada e convocada para assinar o contrato (minuta anexo II), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula XIII deste edital. A assinatura dar-se-á mediante login e senha requeridos pelo licitante vencedor e fornecidos pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

11.1.1.1. O prazo assinalado no item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

11.1.2. O cadastramento será de inteira responsabilidade do licitante vencedor, que deverá fazê-lo imediatamente após a homologação do certame, a fim de viabilizar a assinatura eletrônica no prazo descrito no item anterior, mediante acesso ao sítio [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), no link “SEI! Usuários Externos”.

11.1.3. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Divisão de Protocolo Administrativo Centralizado do Tribunal Regional da 4ª Região, por meio dos telefones (51) 3213-3820/3821, e endereço eletrônico: [protocolo@trf4.jus.br](mailto:protocolo@trf4.jus.br).

11.2. No ato de assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela empresa durante o cumprimento da obrigação.

11.2.1. A apresentação desses documentos ficará dispensada quando possível a confirmação da regularidade da empresa em sítios oficiais.

**11.2.2. Caso o licitante consorciado seja vencedor deste certame, fica obrigado a comprovar, no prazo de 05 (cinco) dias da homologação do resultado do certame, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea ‘a’ do item 2.1.1.1. deste Edital.**

11.3. No ato de formalização do contrato, deverá o licitante vencedor indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

11.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não fizer a comprovação prevista no 11.2, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 11.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I- convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II- adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5. Na hipótese de ocorrência da situação descrita no item 8.8.4.2. deste edital, o licitante vencedor deverá prestar garantia em valor equivalente à diferença entre a quantia correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração e o valor da proposta, a qual será liberada ou restituída após a execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.5.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.5.1.1. A garantia deverá ser prestada no prazo de 01 (um) mês, contado da data da notificação da licitante vencedora, se for o caso.

11.5.2. O valor da garantia deverá ser atualizado em razão de revisão, repactuação e alterações contratuais.

11.5.3. A garantia deverá ter validade de, no mínimo, 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

11.5.4. O não cumprimento da obrigação descrita no subitem 11.5.1.1. será considerada como recusa em assinar o contrato.

11.6. O contrato decorrente desta licitação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos da legislação vigente.

11.6.1. O início dos serviços dar-se-á conforme determinado na Ordem de Serviço a ser expedida pelo fiscal técnico do contrato.

## XII. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização será exercida no interesse da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, por meio do(s) fiscal(is) e do gestor do contrato. A gestão do contrato será exercida pela Direção da Divisão de Tecnologia da Informação ([dti.direcao@jfsc.jus.br](mailto:dti.direcao@jfsc.jus.br)), a fiscalização técnica pela Supervisão da Seção de Administração de Redes/NIS/DTI ([dti.rede@jfsc.jus.br](mailto:dti.rede@jfsc.jus.br)) e a fiscalização administrativa pela Direção do Núcleo de Governança e Planejamento de Contratações/DTI ([dti.contratos@jfsc.jus.br](mailto:dti.contratos@jfsc.jus.br)) desta Seccional.

12.2. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto da licitação, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina.

## XIII. DAS PENALIDADES

13.1. A não manutenção da proposta pelo licitante; a não apresentação de documentos ou o não atendimento do adjudicatário à convocação para assinatura do contrato dentro do prazo previsto no edital, sujeita-lo-á à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total estimado da contratação, aplicada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 11.1. deste edital.

13.1.1. Entende-se por valor total estimado da contratação o montante obtido considerando o valor total estimado da contratação (critério de julgamento) constante da proposta comercial do licitante.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.2.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.2.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.2.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.2.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.2.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.2.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.3.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, quando for o caso, acarretará a aplicação de multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor total previsto para a contratação por dia de atraso, observado o máximo de 6% (seis por cento);

13.2.3.3 . O atraso superior a 20 (vinte) dias para apresentação da garantia autoriza a Administração a considerar como recusa para sua apresentação e a consequente desistência da proposta, bem como recusa em assinar o contrato, situação que sujeitará o licitante à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta;

13.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.5. Fraudar a licitação;

13.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.2.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.2.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.2.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.3. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1. Advertência;

13.3.2. Multa;

13.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### XIV. DA DOTAÇÃO

14.1. As despesas com a contratação decorrente do presente pregão correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de trabalho: 203940

Elemento de Despesa: 33.90.40-12

#### XV. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

15.1. O pagamento e o reajuste serão efetuados, respectivamente, de acordo com as cláusulas sétima e nona do contrato a ser firmado, conforme minuta constante do anexo II do presente edital.

#### XVI. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

16.1. Os serviços deverão ser executados na forma estabelecida no anexo I do presente edital.

#### XVII. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

17.1. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material, causado por dolo ou culpa de seus prepostos e/ou empregados aos bens, aos materiais e às instalações deste órgão, ou a terceiros, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria.

## XVIII. DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

18.1. A aplicação de multas e outros atos relacionados ao ajuste decorrente desta licitação serão comunicados à empresa por meio eletrônico, em endereço constante do SICAF ou a ser informado no instrumento contratual, computando-se os prazos estabelecidos a partir do primeiro dia útil seguinte à transmissão de seu inteiro teor.

## XIX. DO FORO

19.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta licitação, elegem as partes o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, Subseção Judiciária de Florianópolis.

## XX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.2. O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 124 da Lei 14.133/2021.

20.3. As intimações referentes a este Pregão Eletrônico dar-se-ão exclusivamente por meio eletrônico.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e do Código Civil.

20.5. A CONTRATANTE não poderá exercer qualquer espécie de ingerência na formação do quadro de pessoal da empresa que vier a ser contratada, a quem caberá, com exclusividade, a admissão ou dispensa dos empregados que irão desempenhar os serviços.

20.6. Conforme disposto no art. 1º da Resolução nº 09, de 06-12-2005, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento ou de membros ou Juízes vinculados à contratante.

20.7. Conforme disposto no art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 7, de 18-10-2005, do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução 229, de 22-06-2016, do

Conselho Nacional de Justiça, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

20.8. Conforme o disposto no art. 14, inciso IV da Lei 14.133/2021, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

20.9. No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do edital, obedecendo ao disposto no art. 55, §1º da Lei 14.133/2021.

20.10. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência (doc. [7488830](#)) e Estudo Técnico Preliminar (doc. [7307380](#))

Anexo II - Minuta de Contrato

Anexo III – Modelo de Proposta e Planilha de Formação de Preços

Anexo IV – Atestado de Visita Técnica

Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto

Anexo VI – Modelo de Termo de Confidencialidade e Sigilo da Empresa

20.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [[www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)].

20.13. Informações complementares poderão ser obtidas com o pregoeiro da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, ou na Seção de Compras e Licitações

desta Seção Judiciária, no horário das 13 às 18 horas, por intermédio dos telefones (48) 3251-2938 ou 3251-2658, respectivamente.

Setor de Instrução de Licitações

Seção de Compras e Licitações

## ANEXO I

(doc. [7488830](#)) e Estudo Técnico Preliminar (doc. [7307380](#))

## ANEXO II

### MINUTA DE CONTRATO

A UNIÃO, representada pela JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SANTA CATARINA, com sede na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4810, Agrônômica, em Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 05.427.319/0001-11, representada neste ato por seu representante legal, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_, endereço eletrônico (e-mail) \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, em atendimento ao documento nº \_\_\_\_\_, do Processo nº 0001610-64.2024.4.04.8002, que autoriza sua lavratura, celebram o presente instrumento, oriundo da licitação modalidade Pregão nº 17/2024, com as partes sujeitando-se às determinações da Lei nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e legislação vigente e pertinente à matéria, bem como às seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **prestação de serviços especializados de manutenção continuada e monitoramento para o Data Center instalado no prédio sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina**, com a finalidade de promover manutenção evolutiva, preventiva e corretiva, com

fornecimento de material/peça que vier a apresentar defeito e/ou estiver com sua vida útil esgotada, de acordo com as especificações constantes do anexo I do edital Pregão nº 17/2024, que passa a fazer parte integrante deste contrato.

1.1.1. Estão previstos, ainda, na presente contratação, a substituição das 80 (oitenta) baterias dos bancos dos UPS (“*nobreaks*”), dos dois cilindros de gás antichamas (FM200), e da central de monitoramento ambiental (CMC-TC) do datacenter, sob demanda, mediante ordem de serviço específica, tendo em vista a necessidade de substituição destes componentes do data center, ao longo da execução do contrato.

1.1.2. Os serviços deverão ser realizados no prédio-sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina que fica localizado na Rua Paschoal Apóstolo Pitísica, nº 4810, Agronômica, Florianópolis, SC.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global.

## CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços especificados no Termo de Referência constante do anexo I do edital convocatório – Pregão nº 17/2024, bem como atender a todas as exigências ali mencionadas.

3.1.1. Os funcionários da CONTRATADA deverão estar sempre devidamente identificados, mediante a utilização de crachá e uniforme, e usando EPI’S (Equipamentos de Proteção Individual) adequados aos serviços a serem realizados.

3.2. A CONTRATADA deverá manter-se, durante a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, cumprindo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do ajuste.

3.2.1. Antes da assinatura deste contrato, bem como também da assinatura de termos aditivos que visem à prorrogação de seu prazo de vigência, serão verificadas **(a)** a regularidade da CONTRATADA perante a Fazenda federal, o FGTS e a Justiça do Trabalho; **(b)** a inexistência das sanções de inidoneidade e impedimento lançadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep); e **(c)** o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, no caso o CREA.

3.2.1.1. A **Certificação de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)**, deve ser da jurisdição da empresa, e comprovar atividades compatíveis com o objeto do contrato. A referida Certificação deverá estar em vigor na data da apresentação da proposta, e durante toda a execução do contrato.

3.2.1.2. A CONTRATADA, com registro originário no Conselho Fiscalizador Profissional de outro Estado da Federação que não o de Santa Catarina, caso venha sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, a formalização do visto/registro no CREA-SC.

3.2.2. A LICITANTE/CONTRATADA deverá apresentar comprovação de possuir em seu quadro técnico, **no momento da assinatura deste Contrato**, pelo menos **2 (dois)** dos profissionais abaixo relacionados, com as respectivas qualificações, que sejam detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou seja, com **comprovada experiência em serviços de manutenção de Data Center**:

a) **Engenheiro Eletricista** (Elétrico, Eletrônico e/ou de Telecomunicações), com registro profissional no CREA;

b) **Engenheiro Mecânico** (ou Mecatrônico), com registro profissional no CREA;

§1º Os profissionais (engenheiros) apresentados deverão atuar como responsáveis técnicos pelas atividades descritas na presente contratação.

§2º A comprovação de a empresa possuir no seu quadro de pessoal os profissionais (engenheiros) será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e previdência Social (CTPS) ou, ainda, cópia do instrumento particular de prestação de serviços entre a CONTRATADA e o profissional apresentado, com firmas reconhecidas em cartório (ou registrado pelo CREA);

§3º A comprovação de o profissional ter registro no CREA será feita mediante a apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física, devidamente emitida pelo CREA;

§4º A comprovação de o profissional ser detentor de atestado de responsabilidade técnica será feita mediante apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitidas pelo CREA.

§5º Os documentos, descritos neste item 3.3, deverão ser apresentados, obrigatoriamente, no momento da assinatura deste Contrato;

§6º O não cumprimento da obrigação acima descrita será considerada como recusa em assinar o contrato, imputando-se à CONTRATADA a aplicação da correspondente penalidade.

3.2.2.1. Caso haja a necessidade de substituição definitiva do responsável técnico, o preposto da CONTRATADA deverá informar à fiscalização do contrato o nome e o número de registro junto ao Conselho Regional competente do profissional (CREA) para que seja avaliado, pela CONTRATANTE, se este atende aos requisitos exigidos no edital de pregão 17/2024.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, ao Gestor e/ou ao(s) fiscal(is) do contrato, no prazo de até 5(cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato, os documentos relacionados abaixo:

- a) Um preposto administrativo/gerencial, com poder de gestão e facilidade de localização (indicando, no mínimo, nome, endereço eletrônico e telefone de contato), responsável por representar a CONTRATADA, prestar esclarecimentos e atender às reclamações que eventualmente surgirem durante a execução do contrato;
- b) Um preposto técnico, engenheiro (registrado no CREA, com comprovada experiência em serviços de manutenção de Data Center), responsável técnico pela gestão e supervisão do objeto contratual, por parte da Contratada;
- c) Matriz de escalabilidade dos contatos dentro da empresa (indicando, no mínimo, nome, endereço eletrônico e telefone de contato), contendo, no mínimo, dois níveis gerenciais acima e eventual(is) substituto(s) dos prepostos indicados;
- d) Canais de contato (indicando, no mínimo, endereço eletrônico e telefone, inclusive telefone móvel plantonista) a serem utilizados pela CONTRATANTE para solicitações relativas aos serviços;
- e) Relação dos profissionais, técnicos, que irão prestar os serviços de manutenção preventiva/corretiva nas dependências da CONTRATANTE;
- f) Relação explícita e a declaração formal de disponibilidade dos equipamentos, ferramental e pessoal técnico especializado, para o fornecimento do serviço objeto desta contratação.

3.4. A CONTRATADA deverá agendar uma reunião (presencial) com a CONTRATANTE, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, após a assinatura deste contrato, para a apresentação das equipes e planejamento da execução do Contrato.

3.5. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, após a assinatura deste contrato, cronograma anual das manutenções preventivas, com as respectivas datas previstas, juntamente com Plano de Manutenção Operação e

Controle (PMOC), contendo os procedimentos operacionais e roteiros de manutenção detalhados.

3.6. A empresa Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo de até **60 (sessenta) dias corridos** após a assinatura deste contrato, comprovante das Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), referentes aos serviços de manutenção do Datacenter da JFSC, em nome do Responsáveis Técnicos (engenheiros eletricitista e mecânico) indicados pela CONTRATADA, com validade durante a vigência do contrato.

3.7. É permitida a subcontratação parcial dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, desde que a subcontratada seja empresa de Assistência Técnica Autorizada do Fabricante, mediante aprovação prévia do fiscal do contrato, conforme item 6.9 do Termo de Referência, anexo I do Pregão nº 17/2024.

3.7.1. A comprovação da subcontratação deverá ser realizada mediante apresentação de cópia do contrato de prestação de serviço entre a CONTRATADA e a subcontratada.

3.7.2. O sistemas e equipamentos passíveis de subcontratação são os seguintes:

- a) Sistema de climatização e ar condicionado (Emerson/Liebert);
- b) Sistema ininterrupto de energia UPS (Emerson/Chloride);
- c) Sistema de detecção e combate à incêndio (Kidde/Chemetron Fire Systems);

§1º A comprovação de que a subcontratada é assistência técnica autorizada do Fabricante (como, por exemplo, cópia do contrato de subcontratação e declaração do fabricante), deverão ser apresentados à fiscalização do Contrato, quando da ocorrência da manutenção preventiva/corretiva, ou instalação, destes sistemas;

§2º A CONTRATADA deverá supervisionar todos os serviços prestados pela subcontratada, sendo responsável pela sua fiel execução.

3.7.3. A prática de subcontratação não autorizada no subitem 3.7 ensejará a aplicação de penalidade constante do subitem 8.1, alínea “a” ou “b”, conforme o caso, bem como a possibilidade de rescisão do contrato.

3.8. A CONTRATADA deverá, ainda, cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);

3.8.1. Sempre que solicitado pela Administração, a CONTRATADA deve comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

3.9. A CONTRATADA deverá dar ciência aos seus empregados, bem como aos da eventual subcontratada, acerca da obediência ao Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Resolução n. 147 de 15 de abril de 2011 (<http://www.cjf.jus.br/cjf/conheca-o-cjf/codigo-de-conduta>).

3.10. CONTRATADA deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, "Termo de Confidencialidade e Sigilo", cujo modelo encontra-se no Anexo VI do Edital Pregão 17/2024, devidamente datado e assinado por seu representante legal.

3.11. Nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação e, na hipótese de ocorrência da situação descrita no item 8.8.4.2. (garantia adicional) do Edital Pregão 17/2024, a CONTRATADA deverá prestar garantia em valor equivalente à diferença entre a quantia correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração e o valor da proposta.

3.11.1. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

3.11.1.1. A garantia prevista no item 8.8.4.2. do edital de Pregão nº 17/2024 deve ser prestada no prazo de 01 (um) mês, contado da data da notificação da CONTRATADA e anterior à assinatura deste contrato.

3.11.2. O valor da garantia deverá ser atualizado em razão de revisão, repactuação e alterações contratuais.

3.11.3. A garantia deverá ter validade de, no mínimo, 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

3.11.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia à Contratante (na Seção de Contratos) acarretará a aplicação de multa prevista no item XIII do edital de Pregão nº 17/2024, sendo que o atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Contratante a considerar como recusa para sua apresentação e a consequente desistência da proposta, bem como recusa em assinar este termo.

3.12. A CONTRATANTE terá propriedade sobre todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos no escopo da presente contratação, que devem ser gerados e entregues de acordo com os padrões e formatos definidos pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Durante a vigência deste contrato, serão obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas nele previstas;

4.1.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e com a antecedência necessária, as necessidades quanto à prestação ora contratada;

4.1.3. Efetuar o pagamento, conforme disposto neste contrato;

4.1.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as irregularidades relativas à execução dos serviços;

4.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre a aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nº da Nota de Empenho:

Data:

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os serviços deverão ser executados na forma e condições estabelecidas no anexo I do edital do Pregão nº 17/2024, que é parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Pelo objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, após a execução de cada serviço/fornecimento de material e conforme a periodicidade estabelecida no Termo de Referência (anexo I do Pregão 17/2024), os preços

constantes da proposta/planilha de formação de preços, colacionada sob o n.º \_\_\_\_\_ e que faz parte do presente instrumento, conforme a seguir:

a) pela prestação de serviços especializados de manutenção continuada (preventiva e corretiva) e monitoramento 24x7x365 para o *Data Center* do prédio-sede da Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC), incluindo peças de reposição, o valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_;

b) pelo fornecimento de Baterias para UPS ("*no-breaks*") conforme item 5.4 do TR, o valor unitário de R\$ \_\_\_\_\_;

c) pela substituição dos dois cilindros de gás FM200 pelo NOVEC 1230 (ou fluido similar) conforme item 5.5 do TR, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_; e

d) pela substituição da central de monitoramento (Item 5.6 do TR), o valor total de R\$ \_\_\_\_\_.

7.1.1. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

7.1.2. Todos os custos para a execução do serviço contratado (peças, serviços, mão de obra, deslocamento, equipamentos e outros inerentes ao objeto) deverão ser considerados no custo mensal da contratação, não podendo a CONTRATADA aplicar outros custos estranhos ao objeto do contrato.

7.2. O período de faturamento compreende do dia 1º ao último dia do mês calendário em que o serviço foi prestado, considerando-se, para efeito de pagamento, o mês comercial de trinta dias, salvo em relação ao mês de ativação ou de desativação dos serviços quando será proporcional ao número de dias efetivos do mês da ocorrência.

7.2.1. Excepcionalmente, a primeira fatura referir-se-á ao período compreendido entre o primeiro dia útil após o início da prestação dos serviços e o último dia do mês, sendo este faturamento feito proporcionalmente (*pro rata*). Da mesma forma, a última fatura do contrato será proporcional ao 1º dia do mês até o último dia de vigência do contrato.

7.2.2. Excepcionalmente, no interesse da Administração, o período de faturamento poderá ser reduzido durante o último mês do exercício financeiro, para possibilitar atesto e pagamento dos serviços já executados.

7.3. Mensalmente, o processo de pagamento obedecerá às etapas definidas a seguir:

a) Primeira Etapa: a CONTRATADA enviará à CONTRATANTE, por e-mail, a Nota Fiscal de Serviços / Fatura, acompanhada dos respectivos relatórios mensais de manutenção do ambiente e de atividades executadas, conforme as definições especificadas neste Termo de Referência;

b) Segunda Etapa: a Contratante realizará, em até 5 dias úteis após o recebimento do faturamento e relatórios, a conferência dos documentos e valores e solicitará à Contratada os ajustes eventualmente necessários. Somente quando os documentos e valores estiverem devidamente validados, a CONTRATANTE realizará os demais procedimentos para o “Atesto” e o pagamento da respectiva fatura.

7.4. Os pagamentos referentes à aquisição de material/peças/insumos e serviços, especificadas nos subitens abaixo do Termo de Referência, anexo I do Edital Pregão 17/2024, somente serão efetivados mediante a apresentação de nota fiscal específica, após o Recebimento Definitivo e Atesto, pela CONTRATANTE:

- 5.4 - Substituição e parametrização das 80 baterias dos UPS;
- 5.5 - Substituição dos cilindros de gás antichamas FM 200 pelo NOVEC 1230 (ou similar); e
- 5.6 - Substituição do sistema de monitoramento ambiental (CMC).

7.5. A nota fiscal dos serviços mensais deverá ser apresentada, ao fiscal do contrato, no local da prestação dos serviços, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do cumprimento da obrigação.

7.5.1. É defeso à CONTRATADA emitir nota fiscal, referente aos serviços prestados, com data anterior ao término do mês a que se refere, **salvo na situação prevista na subcláusula 7.2.1 e 7.2.2.**

7.6. Somente serão pagos pela CONTRATANTE os valores referentes à aquisição/fornecimento dos itens referidos no subitem 7.4 deste contrato previstos na Proposta Comercial, ficando claro que todos os serviços e mão de obra decorrentes da substituição das peças e manutenção regular dos mesmos, integram o objeto do contrato de manutenção preventiva/corretiva.

7.7. Os pagamentos correspondentes aos serviços objeto deste contrato, executados e aceitos em definitivo, serão efetuados, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal pela empresa CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no caso de valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, e nos demais casos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal.

7.7.1. O pagamento será efetuado em observância à ordem cronológica prevista no art. 141 da Lei 14.133/2021.

7.7.2. A inclusão da sequência do crédito da contratada na sequência de pagamentos poderá ser condicionada à comprovação de quitação das verbas trabalhistas vencidas, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 5º da IN SEGES/ME Nº 77/2022.

7.8. A nota fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ constante dos documentos solicitados para fins de participação no processo de contratação.

7.8.1. Deverão constar da nota fiscal a agência bancária e o número da conta corrente da empresa CONTRATADA.

7.9. Por ocasião do pagamento, serão retidos na fonte os tributos previstos na legislação vigente.

7.9.1. Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá comprovar esta condição mediante a apresentação de declaração original emitida na forma constante do anexo IV da IN 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal.

7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, e caso seja requerido pela interessada, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)/365 I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações estabelecidas neste contrato poderá sujeitar a CONTRATADA, garantida a ampla defesa, às sanções previstas na cláusula XIII do edital de pregão 17/2024, no item 7 do Termo de Referência (anexo I), sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021:

a) multa de 30% (trinta por cento), aplicável sobre o valor total estimado da contratação, por inadimplemento total, e, também, nos casos de não apresentação dos documentos necessários à lavratura contratual ou de não atendimento à convocação de assinatura do contrato;

a.1) Entende-se por valor total estimado da contratação o valor total constante da proposta comercial da CONTRATADA .

b) especificamente quanto ao item 3.2 e 3.3 e seus respectivos subitens deste contrato, multa de 5% (cinco por cento), aplicável sobre o valor dos serviços prestados no respectivo mês do inadimplemento.

c) multa de 30% (trinta por cento) aplicável sobre o valor total previsto para o termo aditivo, no caso de não-assinatura do respectivo termo, já anuído, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da convocação da CONTRATADA;

c.1) entende-se por valor total previsto para o termo aditivo, o montante obtido multiplicando-se o valor a ser aditivado pelo seu respectivo período de vigência.

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação prevista neste instrumento e não enquadrada nos itens anteriores, sem prejuízo de, em relação àquelas relacionadas na Cláusula XII, encaminhamento à autoridade responsável pelas sanções administrativas previstas na Lei nº 13.709/2018.

8.3. As multas cominadas à CONTRATADA serão aplicadas cumulativamente, excetuados os percentuais descritos nas alíneas a e b.

8.4. As multas cominadas à CONTRATADA poderão ser, a critério da CONTRATANTE, descontadas dos pagamentos devidos e imediatamente convertidas em renda da União;

8.4.1. A CONTRATANTE poderá reter, provisoriamente, valores correspondentes a eventuais multas no decorrer do procedimento instaurado para aplicação de penalidades.

8.4.2. Para as hipóteses em que as multas previstas na cláusula 8.1, alínea b, bem como no item 7.5.2, alínea “a” do Termo de Referência, não atingirem o limite mínimo de 0,5% do valor da contratação, a contratada será advertida. Verificado o terceiro descumprimento pelo mesmo fato, será aplicada a multa de 0,5% do valor da contratação (subcláusula 8.1.a.1).

8.5. Além das penalidades previstas neste tópico, será responsabilizada administrativamente a CONTRATADA que cometer as seguintes infrações (art. 155, da Lei nº 14.133/2021):

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.6. Conforme o disposto no art. 156, da Lei 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do item 8.6 (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

## CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O preço a ser pago à CONTRATADA pelo serviço será fixo e irreajustável pelo período de **12 (doze) meses iniciais**. Após esse período, o reajuste será feito de ofício, podendo ocorrer negociação entre as partes, limitado o reajuste à variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice oficial que passe a substituí-lo, contado da data do orçamento estimado (**02/10/2024**) ou do último reajuste, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = V \times (I/I_0 - 1)$$

R = Valor do reajuste procurado

I = Índice da data do reajuste

I<sub>0</sub> = índice da data-limite para apresentação da proposta

V = Valor contratual

9.2. No caso de extinção do índice supracitado, ele será substituído por índice considerado oficial, de acordo com a legislação em vigor na época do reajuste.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços contínuos de Manutenção Preventiva e Corretiva do Datacenter da JFSC, com monitoramento e atendimento 24h por dia e 7 dias por semana, durante o período de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data de **15/12/2024** (ou da assinatura do Contrato, se for posterior a esta data).

10.2. Será admitida a sua prorrogação na forma e prazo previstos na legislação vigente, mediante acordo celebrado entre as partes, respeitada a vigência máxima decenal.

10.2.1. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

10.3 O Contrato poderá ter o término de sua vigência antecipado, pela CONTRATANTE (JFSC), após decorridos os **12 (doze) primeiros meses** da data de início de sua vigência:

10.3.1. A CONTRATANTE, então, terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

10.3.2. Transcorrido, pelo menos, **12 (doze) meses** da vigência contratual, constatando-se, a qualquer tempo, que os preços praticados no contrato estão superiores ao praticados no mercado, a CONTRATANTE proporá à empresa CONTRATADA que reduza os preços contratuais de modo a evitar o término antecipado da vigência;

10.3.3. A CONTRATANTE manifestará desinteresse na manutenção do contrato, no prazo mínimo de **4 (quatro) meses antes da data do término pretendido**, devendo comunicar a empresa desta decisão, da qual não caberá recurso.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1. A CONTRATADA oferece prazo de garantia para o material de \_\_\_\_\_ (no mínimo, 1 (um) ano, ou o oferecido pelo fabricante, se maior), no caso de substituição de peças, material e/ou equipamentos, e para os serviços de \_\_\_\_\_ (no mínimo, 3 (três) meses).

11.1.1. O início do prazo se dará a partir da data do atesto na nota fiscal.

11.2. Eventual ocorrência de vício oculto será resolvida pelas disposições pertinentes do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes se submetem às regras disciplinadas pela Lei nº 13.709/2018, em especial aos princípios que a fundamentam, sendo vedadas operações de tratamento de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018.

12.3. Para a execução do serviço objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá fornecer acesso a dados pessoais de seus representantes, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia de documentos de identificação.

12.4. A CONTRATADA declara que conhece - assim como seus empregados envolvidos nesta contratação - as obrigações e responsabilizações introduzidas pela Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos

internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger eventuais dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

13.1. A extinção deste contrato somente se dará na forma e nas hipóteses previstas pela Lei nº 14.133/2021.

13.2. Imputar-se-á à CONTRATADA, na hipótese de extinção a ela atribuída, a obrigação de ressarcir a Administração de eventuais despesas decorrentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

14.1. Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

14.2. As alterações que porventura venham a ocorrer na constituição da empresa contratada deverão ser previamente informadas à Contratante, que decidirá sobre a possibilidade de transferência ou cessão das obrigações contratuais, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria.

14.3. Nos termos do art. 128, da Lei 14.133/2021 e do Acórdão 2699/2019 do TCU/Plenário, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do CONTRATADO em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, inclusive quanto à inclusão de serviços novos, e nem poderá ser alterada a coerência de preços já existentes nesta contratação.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização será exercida no interesse da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, por meio do(s) fiscal(is) e do gestor do contrato. A gestão do contrato será exercida pela Direção da Divisão de Tecnologia da Informação ([dti.direcao@jpsc.jus.br](mailto:dti.direcao@jpsc.jus.br)), a fiscalização técnica pela Supervisão da Seção de Administração de Redes/NIS/DTI ([dti.rede@jpsc.jus.br](mailto:dti.rede@jpsc.jus.br)) e a fiscalização administrativa pela Direção do Núcleo de Governança e Planejamento de Contratações/DTI ([dti.contratos@jpsc.jus.br](mailto:dti.contratos@jpsc.jus.br)) desta Seccional, não excluída a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade constatada, tampouco implicando, em sua ocorrência, co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15.2. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer dano pessoal ou material, causado por dolo ou culpa de seus prepostos, e/ou empregados, aos bens, aos materiais e às instalações deste órgão, ou a terceiros, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

17.1. A aplicação de multas e outros atos relacionados ao ajuste celebrado serão comunicados à empresa por meio eletrônico, em endereço constante do preâmbulo deste instrumento contratual, computando-se os prazos estabelecidos a partir do primeiro dia útil seguinte à transmissão de seu inteiro teor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste ajuste, elegem as partes o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina, Subseção Judiciária de Florianópolis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A execução do objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste contrato, aos termos da proposta comercial apresentada pela empresa, bem como às disposições constantes do edital Pregão nº 17/2024.

19.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme dispõem a Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), o Código Civil e a legislação vigente e pertinente à matéria.

19.3. A abstenção, por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos e/ou faculdades que lhe assistem em razão deste contrato e/ou lei não importará renúncia a estes, não gerando, pois, precedente invocável.

19.4. A CONTRATANTE não poderá exercer qualquer espécie de ingerência na formação do quadro de pessoal da empresa que vier a ser contratada, a quem caberá,

com exclusividade, a admissão ou dispensa dos empregados que irão desempenhar os serviços.

19.5. Conforme disposto no art. 1º da Resolução nº 09, de 06-12-2005, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento ou de membros ou juízes vinculados à contratante.

19.6. Conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 156, de 8-8-2012, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição da Contratante para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º do referido ato normativo.

19.7. Conforme disposto no art. 13, IV, da Lei nº14.133/21, é vedada a participação - direta ou indireta - na execução do contrato, de quem mantiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação/dispensa eletrônica ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente contrato de nº \_\_\_\_/20\_\_.

Florianópolis,SC.

Juiz Federal Diretor do Foro

Pela empresa contratada

### ANEXO III

#### PROPOSTA/PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

#### **(ADEQUADA AO VALOR DO LANCE FINAL OU DA NEGOCIAÇÃO)**

1. RAZÃO SOCIAL:.....

2. CNPJ Nº: .....

3. ENDEREÇO:.....

4. TELEFONE: ..... E-MAIL:.....

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do **Pregão Eletrônico nº**  
\_\_\_\_/2024, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

OBJETO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
<b>Prestação de serviços especializados de manutenção continuada (preventiva e corretiva) e monitoramento 24x7x365 para o Data Center do prédio-sede da Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC), incluindo peças de reposição, de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.</b>	R\$ ..... ..... (mensal)	36 meses	R\$ ..... .....
<b>Fornecimento de Baterias para UPS ("no-breaks") – Item 5.4 do TR</b> Tipo: Bateria de Chumbo Ácido Regulada por Válvula (VRLA), Tensão:12 Volts e Capacidade 60 Ah, para uso em banco de baterias dos UPS, conforme especificações do item 5.4 do Termo de Referência. <b>Marca/Modelo:.....</b>	R\$ ..... ..... (unitário)	80 unidades	R\$ ..... .....
<b>Substituição dos dois cilindros de gás FM200 pelo NOVEC 1230 (ou fluido similar) – Item 5.5 do TR</b> Substituição dos 02 (dois) cilindros de gás FM200 pelo gás NOVEC 1230 (ou similar), do sistema de combate a incêndio, localizados na sala segura e sala de UPS, conforme especificações do item 5.5 do Termo de Referência. <b>Marca/Modelo:.....</b>	R\$ ..... .....	01 execução	R\$ ..... .....
<b>Substituição da central de monitoramento – Item 5.6 do TR</b> Substituição do sistema de monitoramento (CMC-TC II) por outro sistema similar, compatível com tecnologia móvel 4G/5G (para envio de SMS), conforme especificações do item 5.6 do Termo de Referência. <b>Marca/Modelo:.....</b>	R\$ ..... .....	01 execução	R\$ ..... .....

VALOR	TOTAL	DA	PROPOSTA	R\$ .....
..... (por extenso)				.....

**5. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ..... (no mínimo 90 (noventa) dias, observado o disposto no Edital).

**6.** Para fim de contratação, faturamento e pagamento de valor proposto constante do sistema Comprasnet, considerar-se-á somente as duas primeiras casas após a vírgula, sem arredondamentos.

....., ..... de ..... de 2024.

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

**Carimbo CNPJ da empresa abaixo**

**ANEXO IV**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

DECLARAMOS, para fins de participação no **Pregão nº \_\_\_\_/2024**, que a empresa <<**NOME DA EMPRESA**>>, inscrita no CNPJ sob o nº. <<**NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA**>>, sediada no endereço <<**R. NOME DA RUA**>>, na cidade de <<**CIDADE**>>, representada pelo Sr. <<**NOME DO PROFISSIONAL TÉCNICO**>>, (registrado no CREA sob nº <<**NÚMERO DO CREA**>>, se for engenheiro), o qual vistoriou, nesta data, os locais e tomou conhecimento das instalações para a perfeita execução dos serviços de manutenção no Datacenter da JFSC, conforme as especificações do edital.

Florianópolis, ..... de ..... de 2024.

.....  
(Assinatura e carimbo do Técnico da DTI da JFSC)

De acordo,

.....  
(Assinatura do Representante da Licitante)

#### ANEXO V

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante Sr. (a) \_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, que possui pleno conhecimento do objeto ora licitado, bem como que está ciente do local da execução dos serviços serem realizados no Datacenter da Justiça Federal – Seção Judiciária de Santa Catarina(Pregão nº 17/2024).

....., ..... de ..... de 2024

\_\_\_\_\_  
Responsável da Empresa

Cargo

(Nome, RG, CPF)

#### ANEXO VI

## MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DA EMPRESA (LICITANTE/CONTRATADA)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XXX.XXX.XXX-XX, atesta tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional da Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC), aceita regras, condições e obrigações constantes do presente termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva da CONTRATANTE (JFSC) reveladas ao signatário em função da prestação dos serviços objeto do contrato XX/XXXX.
2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. A empresa signatária compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da CONTRATANTE, das informações restritas reveladas.
4. A empresa signatária compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços a CONTRATANTE, as informações restritas reveladas.
5. A empresa signatária deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. A empresa signatária obriga-se a informar imediatamente a CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
7. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da JFSC, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a CONTRATANTE e o signatário sem qualquer ônus para a

JFSC. Nesse caso, o signatário, estará sujeito, por ação ou omissão, além das eventuais multas definidas no contrato, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas da CONTRATANTE.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o signatário assina o presente termo através de seus representantes legais.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

XXXXXXXXXXXXXX

Nome/assinatura do representante legal



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE MOLSSATO BORG**O, Supervisora da Seção de Compras e Licitações, em 11/11/2024, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **7508318** e o código CRC **E188F955**.



JUSTIÇA FEDERAL DE SANTA CATARINA

Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4810 - Bairro Agrônômica - CEP 88025-255 - Florianópolis - SC - www.jfsc.jus.br

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 7307380/2024

### 1 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Prestação de serviços especializados de **manutenção continuada e monitoramento para o Data Center instalado no prédio-sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Santa Catarina**, com a finalidade de promover manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, com fornecimento de material/peça que vier a apresentar defeito e/ou estiver com sua vida útil esgotada.

#### 1.1 - MOTIVAÇÕES

O "Datacenter" é o Centro de Dados da Justiça Federal - Seção Judiciária de Santa Catarina (JFSC), ou seja, é uma instalação projetada e construída para abrigar, com segurança, computadores, servidores de rede e outros equipamentos necessários para a existência e permanente disponibilidade dos diversos sistemas da SJSC que visam à prestação de serviços de forma digital. Com o avanço das tecnologias digitais e a crescente dependência de sistemas informatizados, é essencial garantir a disponibilidade, confiabilidade e segurança contínuas dos recursos de TI, abrigadas por esta estrutura, eliminando possíveis falhas e evitando paradas não programadas deste Centro de Dados.

Assim como os ativos de tecnologia nelas instalados, a sala do datacenter exige manutenção preventiva e corretiva em caráter permanente, a fim de manter a continuidade dos seus recursos vitais, como os sistemas de energia, a climatização, a detecção/combate a incêndios e o controle de acesso, entre outros.

A manutenção da sala exige a atuação de uma empresa que disponha de profissionais especializados nos diferentes sistemas, além de insumos e materiais necessários para o reparo imediato dos eventuais defeitos.

Este ambiente é composto por uma sala segura (de 40 m<sup>2</sup>), hermeticamente fechada, onde são abrigados os racks dos equipamentos de comunicação, processamento e armazenamento de dados (computadores servidores, sistemas de *storage e backup*, switches centrais, firewall, roteadores, etc.), e toda a infraestrutura necessária para manter este ambiente de forma segura e resiliente, composta por sistemas de ar-condicionado, energia/UPS, cabeamento lógico, segurança física, combate a incêndio, dentre outros.

Atualmente, os serviços de manutenção do datacenter desta JFSC são prestados por meio do contrato nº 53/2019, cuja vigência encerrará no dia **14/12/2024**, sendo necessária, portanto, uma nova contratação para a continuidade dos serviços.

É importante destacar que a manutenção apenas corretiva, mediante contratações avulsas, além de apresentar alto custo, ofereceria grande risco à continuidade da operação deste datacenter, face ao moroso e complexo processo de contratação, o que poderia expor a riscos os equipamentos e as informações ali armazenadas, por falta de uma manutenção preventiva continuada.

Tendo em vista que o contrato pretendido, terá uma vigência de, pelo menos, 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogados até o limite de 120 meses (ou 10 anos), faz-se necessário prever, também, a substituição/melhorias de alguns componentes deste sistema, ao longo deste período:

a) Troca das baterias dos UPS ("*nobreaks*"): estes componentes tem vida útil de cerca de quatro anos. Como a última troca ocorreu em fevereiro de 2023, será necessário prever esta substituição ao longo da execução contratual;

b) Substituição dos cilindros de gás antichamas, do sistema de combate a incêndio. Atualmente, o sistema é composto por 02 cilindros, do gás HFC 227ea (comercialmente conhecido como "FM200"). Como a manutenção preventiva preconiza que estes cilindros tem que passar por testes hidrostáticos a cada 10 anos, para garantir a estanqueidade e integridade do recipiente, será necessária realizar esta manutenção em meados de 2025. Esta manutenção consiste na retirada dos cilindros, que deverão ser levados para laboratórios apropriados (localizados na cidade de São Paulo/SP), para que sejam feitos os testes e a recarga dos mesmos. Porém, visando futuros problemas de descontinuidade no

fornecimento do FM200, devido ao tratado internacional, em que os países signatários (inclusive o Brasil) comprometem-se a substituir as substâncias que demonstrarem ser responsáveis pela destruição da camada de ozônio bem como pelo feito "estufa", como é o caso dos gases baseados em fluorcarbono (como os CFC e HFC), é recomendável, então, que o gás HFC 227ea ("FM200") seja substituído por outro agente equivalente, menos agressivo ao meio ambiente. Por isso, recomendamos a troca do fluido atual pelo gás FK-5-1-12 (conhecido comercialmente como "Novec 1230"). Este agente é utilizado para aplicações de inundação total, onde o sistema apaga o incêndio antes que o fogo se propague, removendo o calor de forma rápida e eficiente. O agente é limpo, incolor e apresenta potencial nulo de impacto à camada de ozônio, além do fluido possuir uma vida útil de pelo menos 30 anos, e não fica suspenso na atmosfera, não sendo alvo, então, de restrições regulatórias, além de não danificar os equipamentos no interior do datacenter, em caso de necessidade de disparo.

c) Substituição da central de monitoramento permanente do ambiente, visando alertar, de forma efetiva, as equipes técnicas da JFSC e da Contratada, quando ocorrer algum evento de falta de energia, problemas na climatização (temperatura/umidade), entrada não autorizada ou inundação do ambiente do datacenter. Como a solução atual não é compatível com as modernas redes de telefonia móvel (4G/5G), restou prejudicada o envio de alertas através de mensagens de texto do tipo "SMS", pelo sistema de monitoramento atual (instalado há mais de 10 anos atrás), o que motiva a sua substituição por um sistema mais moderno, compatível com a rede móvel (4G/5G) que cobre a região onde a sede da JFSC está localizada.

## 1.2 - JUSTIFICATIVAS

Dado o aumento das demandas tecnológicas e a complexidade dos sistemas, a contratação de uma empresa especializada em suporte e manutenção de datacenter se torna imprescindível para atender às necessidades crescentes desta JFSC. Abaixo, apresentamos alguns pontos-chave que justificam essa contratação:

1. Experiência e conhecimento especializado: Uma empresa de suporte e manutenção de data center possui profissionais com especialização na área. Eles têm conhecimento atualizado sobre as melhores práticas de gerenciamento de data center, infraestrutura física, sistemas de refrigeração, segurança, energia, entre outros aspectos. Essa especialização garantirá um ambiente de datacenter seguro, eficiente e altamente disponível;
2. Redução de custos e otimização de recursos: ao contratar uma empresa especializada em manutenção preventiva, a JFSC poderá evitar investimentos pesados em aquisição de novos equipamentos de infraestrutura a curto prazo. Além disso, a empresa contratada será responsável por fornecer e manter equipamentos e tecnologias de ponta, quando forem substituídos, o que reduzirá os custos operacionais da JFSC a longo prazo;
3. Aumento da disponibilidade e confiabilidade: Com uma equipe dedicada de profissionais especializados, a empresa contratada poderá oferecer suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana. Isso garantirá um tempo de resposta rápido em caso de problemas, minimizando qualquer interrupção nos serviços e aumentando a disponibilidade dos sistemas críticos da JFSC;
4. Manutenção preventiva e proativa: A empresa contratada será responsável por monitorar constantemente o datacenter, identificando e solucionando problemas potenciais antes que se tornem críticos. Isso inclui manutenção preventiva regular, e a implementação de medidas de contingência para garantir a continuidade dos serviços em caso de falhas;
5. Pelo alto valor agregado da instalação e dos equipamentos abrigados por esta infraestrutura;
6. Pela complexidade dos equipamentos e sistemas que provem esta infraestrutura (sistemas de ar-condicionado, automação, alarmes e sistemas de combate a incêndio, controle de acesso, CFTV, rede de cabeamento lógico e elétrico, UPS, etc.);
7. Pelo fato de que, em caso de falha ou parada de destes sistemas críticos (ar-condicionado, rede lógica e elétrica e UPS, por exemplo), as atividades da Justiça Federal que dependam de processamento ou comunicação de dados seriam prejudicadas e/ou interrompidas.
8. O teste de estanqueidade da sala segura do Datacenter, conforme a Norma NFPA2001, tem por objetivo comprovar que a Sala Segura Modular (CF-120) apresenta as condições de selagem adequadas a fim de comprovar se o tempo mínimo de retenção do agente limpo em caso de disparo, está atendendo a recomendação da norma. O teste deverá ser realizado com equipamento próprio

indicado pela NFPA 2001, contemplando Teste de Pressurização e Despressurização com ventiladores.

Com base nos pontos apresentados, se torna evidente a necessidade de contratação de uma empresa especializada de suporte e manutenção de data center institucional, como medida estratégica para garantir a eficiência, segurança e confiabilidade contínuas dos sistemas e serviços de TI desta instituição.

### **1.3 - ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL DA SJSC**

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratação Anual (PAC 2024 e PAC 2025) da SJSC.

- Programação Origem: PC 890/24 - Programa de Trabalho: JC/SEG (203940)
- Programação Origem: PC 287/25 - Programa de Trabalho: JC/AI (168364)

## **2 - REQUISITO DE NEGÓCIO DA ÁREA REQUISITANTE**

### **2.1 - NECESSIDADES DE NEGÓCIO**

Ao considerar um processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para suporte e manutenção do datacenter da Justiça Federal de Santa Catarina, algumas das principais necessidades de negócio são:

1. Confiabilidade e Disponibilidade: A garantia de que o datacenter esteja sempre disponível e operacional, com um tempo mínimo de inatividade e interrupções no serviço;
2. Segurança da Informação: A proteção dos dados e informações armazenadas no data center contra acessos não autorizados, ataques cibernéticos, vazamentos de informações e conformidade com as regulamentações de segurança da informação;
3. Escalabilidade e Capacidade: A capacidade do data center para lidar com o crescimento futuro da demanda de armazenamento e processamento de dados, permitindo a expansão ou atualização dos recursos e capacidade, de forma eficiente e escalável;
4. Desempenho e Eficiência: Garantir que o data center seja capaz de fornecer um desempenho rápido e eficiente, com alta capacidade de processamento e resposta, minimizando a latência e os tempos de espera;
5. Suporte Técnico e Manutenção: Disponibilidade de suporte técnico especializado para resolver problemas emergenciais, solucionar falhas e fornecer manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos e sistemas de infraestrutura do datacenter;
6. Conformidade e Governança: Atendimento aos requisitos legais e regulatórios relacionados à segurança da informação, privacidade de dados e proteção de informações sensíveis, garantindo a conformidade com as políticas da Justiça Federal da 4 Região (JF4R) e normas aplicáveis;
7. Custo-benefício: Avaliação do custo dos serviços em relação ao valor entregue, buscando obter a melhor relação custo-benefício para a JFSC, considerando a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados.

### **2.2 - NECESSIDADES TECNOLÓGICAS / FUNCIONALIDADES**

Considerando as principais características, em um processo de contratação de serviços manutenção contínua (preventiva/corretiva) de um datacenter como o da Justiça Federal de Santa Catarina, algumas de suas principais necessidades tecnológicas incluem:

1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas de infraestrutura que compõe o Datacenter, além da limpeza do ambiente:
  - a. Sala segura estanque modular (e seus componentes estruturais, como portas, módulos, piso elevado, iluminação, etc.);
  - b. Sistema de cabeamento e infraestrutura elétrica;
  - c. Sistema de cabeamento lógico estruturado óptico e metálico;
  - d. Sistema de refrigeração e ar-condicionado;
  - e. Sistema de fornecimento ininterrupto de energia (UPS);

- e. Sistema de detecção, alarme e combate a incêndio;
- f. Sistema de monitoramento e supervisão do ambiente;
- g. Sistemas de controle de acesso e vigilância eletrônica (CFTV).

2. Serviço de Monitoramento e Gerenciamento: implementar ferramentas de monitoramento em tempo real para acompanhar o desempenho e a disponibilidade dos componentes do data center, além de sistemas de gerenciamento centralizados, para facilitar o controle e a administração dos recursos, com atendimento e acompanhamento em regime 24x7x365.

3. Serviço de teste de estanqueidade do Datacenter, de acordo com as Normas NFPA 2001 ou ASTM E779, como atividade da manutenção preventiva programada anual, com intuito de aferir a integridade do ambiente. O teste de estanqueidade da sala segura do datacenter, conforme estas Normas, tem por objetivo comprovar que a Sala Segura Modular (CF-120) apresenta as condições de selagem adequadas a fim de comprovar se o tempo mínimo de retenção do agente limpo em caso de disparo, está atendendo a recomendação da norma.

4. Substituição de componentes, seja por ter atingido a vida útil, quanto por necessidade de evolução tecnológica (manutenção evolutiva):

- a. Substituição das baterias do banco de baterias dos UPS;
- b. Substituição dos cilindros de gás antichamas, do sistema de combate a incêndio;
- c. Substituição da central de monitoramento ambiental.

5. O período de prestação dos serviços deverá ser, inicialmente, de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o máximo de 120 (cento e vinte) meses, caso demonstrada a vantajosidade e necessidade da prorrogação.

O escopo dos serviços a serem prestados serão melhores detalhados no Termo de Referência.

## 2.3 - DEMAIS REQUISITOS

TIPO	REQUISITO
<b>Legais</b>	Observar a legislação e normativos aplicáveis à contratação, em especial: <ul style="list-style-type: none"><li>• Lei nº 14133/2021</li><li>• Resolução nº 468/2022 CNJ</li></ul>
<b>Experiência e Qualificações da Empresa:</b>	Verificar se a empresa candidata possui experiência comprovada e qualificações relevantes no fornecimento de serviços de suporte e manutenção de datacenter.  Avaliar sua reputação, histórico de clientes atendidos e certificações relevantes, através de Atestados de Capacidade Técnica e Operacional.  Verificar se a empresa está devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que regula a atuação profissional neste ramo de negócios (manutenção de sistemas elétricos e mecânicos).

<b>Equipe Técnica Especializada:</b>	<p>Verificar se a empresa possui uma equipe técnica qualificada, com conhecimentos especializados em manutenção de datacenters, englobando todos os sistemas que o compõem.</p> <p>Verificar se os profissionais estão devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que regula a atuação profissional neste ramo de negócios (manutenção de sistemas elétricos e mecânicos).</p> <p>A equipe deve ser capaz de lidar com problemas técnicos, fornecer suporte adequado e implementar melhores práticas durante a execução dos serviços.</p>
<b>Contratos e Acordos de Nível de Serviço (SLAs):</b>	<p>Estabelecer contratos claros e abrangentes que descrevam os níveis de serviço esperados, como tempo de resposta para solução de problemas, tempo de atividade mínimo garantido, escalonamento de suporte, entre outros critérios relevantes. Os SLAs devem ser acordados e fornecer mecanismos para monitorar e garantir a conformidade com os níveis de serviço estabelecidos.</p>
<b>Ambientais e Sustentabilidade</b>	<p>Deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>Que os bens e materiais utilizados sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;</li><li>Que os bens e materiais utilizados devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</li><li>Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente</li></ol>

	<p>(Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES);</p> <p>d. Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>e. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.</p> <p>Deverá ser realizada a substituição do gás HFC 227ea ("FM200"), do sistema de combate a incêndio, por outro fluido que não agrida a Camada de Ozônio, e nem provoque o "Efeito Estufa" na atmosfera, tais como os agentes FK-5-1-12 / NOVEC 1230.</p> <p>A Contratada deverá ser responsável por realizar a remoção de toda peça ou materiais substituídos e dar os devidos fins ecologicamente corretos.</p>
<b>Custos e Orçamento:</b>	Avaliar o custo da contratação em relação ao orçamento disponível pela JFSC. Considerar os custos iniciais, recorrentes, bem como os custos eventuais associados à solução de manutenção contratada, garantindo que os serviços oferecidos estejam alinhados com o valor entregue.
<b>Segurança da Informação</b>	A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre quaisquer dados da CONTRATANTE a que eventualmente tenha acesso durante a execução do contrato.
<b>Compatibilidade</b>	Todas as peças de reposição, materiais e componentes utilizados no serviço contratado deverão ser originais do fabricante dos equipamentos instalados, novas, de boa qualidade e adequados tecnicamente para compor o Datacenter e seus sistemas integrados.

	Por questões de compatibilidade, performance e garantia (de 25 anos) do cabeamento já existente no datacenter da JFSC, os componentes das soluções de cabeamento metálico e cabeamento óptico, que porventura necessitarem ser substituídos, deverão ser, obrigatoriamente, do fabricante/marca FURUKAWA.
<b>Temporais</b>	<p>A contratação deverá ocorrer até <b>14/12/2024</b>, data de encerramento da vigência do atual contrato nº 53/2019.</p> <p>O novo contrato deverá ter vigência de 36 (trinta e seis) meses, prorrogáveis na forma da legislação vigente.</p>

### 3 - LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS

#### 3.1. DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES:

<b>SOLUÇÃO 1</b>	Contratação de Serviços de manutenção continuada (preventiva e corretiva) da sala segura/datacenter, por empresa especializada.
<b>SOLUÇÃO 2</b>	Contratação de Serviços de "Colocation" (aluguel) de datacenter externo, utilizando infraestrutura de terceiros.
<b>SOLUÇÃO 3</b>	Manutenção corretiva, sob demanda, dos sistemas/componentes do datacenter.

#### 3.2. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

<b>SOLUÇÃO 1</b>	<p><b>Contratação de Serviços de manutenção continuada (preventiva e corretiva) da sala segura/datacenter, com fornecimento de peças e materiais auxiliares necessários para a realização dos serviços, por empresa especializada.</b></p> <p>Esta é a solução atualmente adotada pela JFSC, e pela grande maioria dos órgãos da Administração Pública que possuem datacenter próprio.</p> <p>Assim como os demais recursos de infraestrutura, o datacenter instalado no prédio sede da JFSC necessita de manutenção em caráter continuado, tanto para prevenir falhas quanto</p>
------------------	---

para corrigir os defeitos dos diversos materiais, equipamentos e sistemas de controle que a compõem, de modo a assegurar as condições ideais de funcionamento e operação dos ativos de TI instalados em tal ambiente, visando a continuidade e a disponibilidade dos serviços, bem como a segurança das informações armazenadas nessas estruturas.

O datacenter da JFSC foi construído há cerca de 10 anos atrás, e possui vida útil de, pelo menos, mais 15 a 20 anos, desde que a sua manutenção preventiva seja feita corretamente, necessitando apenas de algumas melhorias ou atualizações pontuais, durante este período. O tamanho e capacidade dele mostra-se adequado às necessidades e demandas atuais da JFSC, o que afastaria, por ora, a necessidade de construção de um novo ambiente.

No caso concreto desta Seccional, o datacenter encontra-se em operação ininterrupta há mais de 10 anos, com raros episódios de desligamentos programados, apresentando plenas condições para muitos anos de operação, graças à qualidade dos componentes, juntamente com os serviços permanentes de manutenção preventiva e corretiva que vêm sendo prestados ao longo de sua vida útil.

Alguns contratos semelhantes de manutenção continuada de datacenters, com infraestrutura similar ao da JFSC, recentemente celebrados com órgãos da Administração Pública, nos trazem uma ideia do custo mensal desta solução :

Contrato 16/2024 - Justiça Federal do Rio Grande do Sul - R\$ 15.000,00 (mensais)  
Contrato 34/2024 - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte - R\$ 18.390,00 (mensais)  
Contrato 05/2024 - Inst. Nacional Cardiologia - R\$ 18.905,00 (mensais)  
Contrato 23SR037 - Tribunal Reg. Trabalho 3a Região - R\$ 22.327,00 (mensais)  
Contrato 21/2023 - Univ. Federal Rural da Amazônia - R\$ 23.405,00 (mensais)

	<p>Contrato 32/2023 - Tribunal Regional Eleitoral MS - R\$ 24.603,09 (mensais)</p> <p>Contrato 378/2024 - Governo do Estado do Piauí - R\$ 27.917,13 (mensais)</p> <p>O Contrato atual (53/2019), da Justiça Federal de Santa Catarina, tem o custo mensal de R\$ 15.065,07.</p> <p>Normalmente, estes contratos já incluem toda a mão de obra necessária para execução dos serviços, materiais e peças de reposição/reparo, à exceção dos insumos de maior vulto, como os banco de baterias dos UPS e a recarga do gás antichamas, que são cotados ou contratados à parte.</p> <p>Por fim, o serviço de monitoramento agrega o acompanhamento, em regime permanente (24x7x365), das variáveis ambientais e técnicas da sala, permitindo a rápida identificação das falhas ou situações potenciais, necessário para que a empresa Contratada atue de forma proativa nesse ambiente de alta criticidade.</p>
<b>SOLUÇÃO 2</b>	<p><b>Aluguel da infraestrutura de datacenter de terceiros.</b></p> <p>Também conhecida como <i>co-location</i>, esta solução consiste em alugar a infraestrutura (sejam racks de equipamentos ou uma determinada metragem quadrada) dentro de um datacenter operado por terceiros. Neste caso, a contratada é responsável por manter toda a infraestrutura necessária: fornecimento de energia e UPS, refrigeração, rede elétrica e lógica, sistema de combate a incêndio, segurança patrimonial (CFTV, controle de acesso), links de comunicação de dados, etc. e o órgão contratante instala os seus ativos (servidores, storage, switches, etc.) no espaço contratado.</p> <p>É a solução indicada para os órgãos que não dispõe de infraestrutura própria, ou que a infraestrutura tenha sido comprometida após a ocorrência de algum sinistro, como foi o caso, recente, das instituições públicas de</p>

	<p>Porto Alegre, atingidas pela inundação.</p> <p>Alguns contratos de co-location (aluguel de infraestrutura), celebrados com órgãos da Administração Pública, nos trazem uma ideia do custo mensal desta solução:</p> <p>Termo de Dispensa 62/2024 - Agência Nacional de Mineração - R\$ 73.502,71 (mensais)</p> <p>Termo de Dispensa 90093/2023 - Ministério Desenvolvimento Social - R\$ 82.523,24 (mensais)</p> <p>Contrato 5779/2022 - PROCERGS - R\$ 85.747,30 (mensais)</p> <p>Contrato 24/2019 - Tribunal Regional Federal 4a Região - R\$ 92.500,00 (mensais)</p> <p>Normalmente, estes contratos incluem toda infraestrutura necessária para o funcionamento do centro de dados da instituição, à exceção dos próprios ativos de TIC (tais como computadores servidores, armazenamento, backup, switches) que são de responsabilidade da Contratante, além do fornecimento de energia elétrica e links de comunicação de dados.</p>
<b>SOLUÇÃO 3</b>	<p><b>Manutenção corretiva, sob demanda, dos sistemas/componentes do datacenter.</b></p> <p>Esta solução consistiria, simplesmente, em apenas contratar a manutenção corretiva, quando algum componente da infraestrutura do datacenter vier a apresentar falha ou paralisação de seu funcionamento.</p> <p>Além de não realizar a devida manutenção preventiva dos componentes críticos para o funcionamento do datacenter (como os sistemas de fornecimento de energia, ar-condicionado e prevenção de incêndio), esta prática é muito arriscada, uma vez que um processo de contratação de manutenção corretiva, sob demanda, seria muito moroso, mesmo que contratado de forma emergencial. Dessa forma, dependendo da falha apresentada, os serviços essenciais da JFSC poderiam ficar indisponíveis por muito tempo, não sendo razoável,</p>

para a Administração e para os jurisdicionados, arcarem com esta consequência.

Pelo fato de não podermos prever, com antecedência, qual sistema ou componente seria atingido por uma falha por falta de manutenção preventiva, não daria para estimar, de antemão, qual seria o custo desta solução.

### 3.3. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

**Solução 2** - A contratação de serviços de *Co-location* (aluguel de infraestrutura) embora seja tecnicamente viável, possui um custo mensal bem mais elevado: cerca de 3 a 6 vezes mais caro, do que a "Solução 1", que seria a contratação dos serviços de manutenção continuada (preventiva/corretiva).

Esta solução só seria justificável caso a JFSC não dispusesse de infraestrutura própria, ou se esta viesse a ser atingida por algum evento grave que causasse a sua total paralisação, ou ainda, se esta se tornar insuficiente para atender a toda a demanda de processamento/armazenamento de dados.

**Solução 3** - Realizar a contratação de peças e/ou manutenção corretiva, apenas quando ocorrer uma falha é muito arriscado, uma vez que o todo o processo de contratação pode demorar vários dias, ou até meses, dependendo da complexidade do objeto, fora os prazos de entrega. Dessa forma, dependendo da falha, os serviços informatizados da JFSC poderão ficar indisponíveis por muito tempo, o que causaria a paralisação, total ou parcial, dos serviços aos jurisdicionados.

Além disso, para a execução dos serviços de manutenção preventiva seria necessária mão de obra contínua e devidamente qualificada em manutenção elétrica e mecânica, como técnicos e engenheiros, o que não dispomos em nosso quadro da equipe técnica da DTI.

Tal solução geraria riscos extremos à continuidade dos serviços, uma vez que os componentes ficariam descobertos de contratos de manutenção. A manutenção apenas corretiva, contratada sob demanda, além de apresentar alto custo, acarretaria grandes atrasos na manutenção devido ao processo de contratação, expondo a riscos todos os equipamentos mantidos em funcionamento no datacenter. **Por isto, consideramos a "Solução 3" como totalmente inviável.**

## 4 - DETALHAMENTO DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES

Requisito	Id da Solução	SI M	NÃO	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	1	x	-	-
	2	x	-	-
	3	-	-	x
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Justiça Federal?	1	x	-	-
	2	x	-	-

	3	-	-	x
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	1	-	-	x
	2	-	-	x
	3	-	-	x
A Solução é um software livre ou software público?	1	-	-	x
	2	-	-	x
	3	-	-	x
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PING, e-MAG?	1	-	-	x
	2	-	-	x
	3	-	-	x
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	1	-	-	x
	2	-	-	x
	3	-	-	x
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário - MoReq-Jus?	1	-	-	x
	2	-	-	x
	3	-	-	x

## 5 - JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

### 5.1 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Os diversos elementos que compõem a infraestrutura do datacenter da JFSC são todos integrados e, em maioria, são importados e de alta tecnologia, o que gera grande complexidade. Vale ressaltar que como se trata de um ambiente de segurança e alta disponibilidade, os equipamentos e sistemas de informação críticos não podem ficar indisponíveis. Tais componentes são críticos e requerem a devida manutenção por empresa com conhecimento e capacidade técnica para sua operação e funcionamento perfeito, o que implica diretamente na manutenção contínua de recursos e dispositivos de TI para sua sustentação. Ressalta-se que este datacenter comporta todos os equipamentos de rede, sistemas de armazenamento de dados e computadores servidores corporativos de infraestrutura tecnológica de TIC. O ambiente é protegido e monitorado, garantindo a segurança da instalação física contra intempéries e acidentes. A manutenção continuada deste datacenter é fundamental e indispensável para garantia de segurança e disponibilidade dos serviços de tecnologia da informação prestados por esta Instituição.

Busca-se, com a presente contratação, minimizar o risco de colapso dos serviços de TI, com isso, objetiva-se manter o serviço de manutenção evitando, em última instância, paralisações na prestação de serviços aos jurisdicionados. Portanto, tendo em vista o final da vigência do atual Contrato 53/2019, faz-se necessário uma nova contratação que contemple a cobertura integral deste ambiente crítico para que a integridade, confidencialidade e disponibilidade do conjunto dos elementos, que compõe este datacenter, permaneçam inalteradas.

O Datacenter é provido de toda a infraestrutura necessária para o acomodamento de equipamentos para armazenamento de dados, o que garante a integridade das informações contra as principais ameaças: incêndio, magnetismo, gases corrosivos, roubo, fumaça, poeira, umidade e acesso indevido.

Para trazer segurança às informações da JFSC, o datacenter é composto de diversos componentes, tais como: sistema de climatização; sistema de energia para funcionamento dos equipamentos; sistema de detecção e combate a incêndio; e sistema de supervisão de ambiente. Tais componentes são críticos e requerem a devida manutenção contínua, por empresa especializada, para sua operação e funcionamento perfeito.

A contratação dos serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva e monitoração remota visam:

- a) manter o nível de proteção das informações armazenadas e do investimento em tecnologia da informação contra acessos indevidos às áreas do Datacenter, inundação, incêndio, superaquecimento e interrupção no fornecimento de energia elétrica, adequando a infraestrutura computacional da JFSC às melhores práticas e recomendações da indústria de TI;
- b) reduzir o tempo de retorno à operação em caso de ocorrência de sinistro;
- c) permitir expansão da rede e dos serviços de TI;
- d) possibilitar detecção precoce de incêndio e de combate a incêndio e inundação;
- e) extinguir eventuais focos de incêndio na sala de equipamentos sem comprometer a integridade dos equipamentos centrais de rede e, principalmente, das informações armazenadas;
- f) monitoramento online do sistema de alarme e desvios de funcionamento pré-configurados (temperatura / umidade / tensão);
- g) Reconhecimento prévio da ocorrência antes da chegada da equipe de suporte técnico e acionamento imediato das equipes de atendimento on-site;
- h) Realização de testes e simulações, para comprovar e garantir a resiliência do ambiente e dos sistemas.

Para que todo esse ambiente possa dar maior garantia de seu perfeito funcionamento é fundamental que todos os elementos que o compõem estejam em perfeito funcionamento e devidamente integrados, visto que uma falha em um sistema pode acarretar alerta e falha em outros sistemas. O contrato de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva, corretiva e monitoração remota é indispensável para a continuidade das operações, proporcionando uma segurança real, disponível sem interrupção, integrada com o local e a organização da Contratante dos serviços, onde a Contratada se obriga a manter uma equipe prontamente disponível e ter em estoque, ou contrato, todas as peças de reposição e insumos que compõem uma contratação desta natureza.

Os serviços técnicos especializados em manutenção preventiva, corretiva e monitoração remota, neste caso, oferecem:

- a) Assessoria para integrar a sala com todos os sistemas de segurança existentes e/ou planejadas;
- b) Treinamento dos funcionários da área, dos responsáveis pela segurança e dos responsáveis pela manutenção e limpeza do local;
- c) Visitas periódicas para verificação do estado da sala, e seus subsistemas;
- d) Manutenção preventiva, incluindo substituição de peças;
- e) Plantão permanente para atendimento em casos de necessidade de manutenção corretiva urgente.

Ressaltamos que a Contratação de serviços de manutenção preventiva para o Datacenter (e seus subsistemas) é de suma importância para a garantir a continuidade dos serviços prestados por esta instituição.

## 5.2. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

O datacenter da JFSC dispõe de inúmeros subsistemas internos e é circundado por um conjunto de sistemas periféricos externos, que asseguram o seu perfeito funcionamento de modo a preservar a integridade física do hardware e dos dados de alta criticidade nele armazenados, visando garantir a operação dos sistemas informatizados da JFSC. O ambiente de missão crítica exposto configura um conjunto indissociável, razão pela qual, qualquer inconformidade ou eventual parada de um desses subsistemas e/ou dos sistemas periféricos poderá causar uma falha no funcionamento do datacenter como um todo, podendo provocar, inclusive, sua parada total e, por conseguinte, comprometer a segurança de equipamentos, mídias e dados de alta criticidade nela armazenados e ainda sua alta disponibilidade.

As peças de reposição dos componentes deste ambiente seguro formado e seus subsistemas periféricos interligados, são de difícil aquisição por se tratar, na grande maioria, de material importado e de alta tecnologia. A contratação dos serviços de manutenção preventiva/corretiva com o fornecimento de peças sob demanda, sem a garantia do fornecimento imediato de peças e componentes originais da sala estanke e seus sistemas periféricos interligados, torna-se inviável pelo fato de que, numa possível falha de um dos

sistemas, a aquisição da peça/componente não poderá sofrer solução de continuidade, sob pena da paralisação do datacenter e consequentemente de todos os serviços disponibilizados pela JFSC.

Sendo assim, somente a contratação de forma integrada dos serviços licitados (sem parcelamento) e com a garantia do fornecimento imediato de peças garante a preservação do cenário ideal de segurança anteriormente exposto, uma vez que asseguram a conservação das características de estanqueidade originais desta sala segura, além da operação ininterrupta do ambiente, evitando transferência de responsabilidade, no caso de eventuais problemas causados por ações de manutenção, como, por exemplo, pane nos “nobreaks” e quadros elétricos que permitem que o datacenter continue operando ininterruptamente no caso de queda total de energia, deslocamentos dos cabos elétricos de seu bloco de blindagem, defeitos no sistema de climatização, defeito nos sistemas de detecção e combate a incêndios e defeito no sistema de controle de acesso que garantem a segurança exigida para o funcionamento deste ambiente crítico.

Por tais razões, é justificadamente inviável, sob o ponto de vista técnico, a contratação de serviços com o fornecimento de peças sob demanda, bem como a divisão do objeto da presente licitação em lotes (parcelas), possibilitando que diversas empresas concorram nos subsistemas de seu interesse.

O parcelamento não se mostra técnica e economicamente viável, visto tratar-se de uma única solução e estratégia da Administração, sendo inviável a contratação de itens de serviços isolados por diversos motivos, tais como:

- a) sobrecarregar o trabalho da administração;
- b) imputar maiores dificuldades de controle, exigir a gestão de vários contratos;
- c) caracterizar possíveis sobreposições de serviços;
- d) implicar em conflitos administrativos associados a execução do objeto; e
- e) representar risco operacional à integração dos serviços e ao atingimento dos objetivos e benefícios da contratação.

Diante de todo o exposto, fica assegurado o interesse público e justifica-se a inviabilidade do parcelamento do objeto.

Aqui não há que se confundir seleção da solução menos onerosa com solução mais vantajosa. De nada servirá à Administração selecionar a solução menos onerosa se esta não resultar na satisfação do interesse público que levou à própria contratação. Assim, vemos aqui o viés de uma análise da relação de custo x benefício.

Logo, a solução escolhida deve ser aquela que propicia o melhor resultado (eficiência) de modo a garantir que a Administração tenha à sua disposição a melhor e mais completa solução para o atendimento de suas necessidades. Do contrário, restaria comprometido o próprio princípio da economicidade, vez que, ao selecionar uma solução baseando-se meramente no menor custo, como uma contratação parcelada ou, ainda, apenas contratar uma manutenção corretiva sob demanda, renunciar-se-ia ao resultado pretendido (atendimento cabal da necessidade delineada pela Administração).

### 5.3 BENEFÍCIOS ESPERADOS

A contratação de uma empresa especializada em manutenção contínua de datacenter pode trazer diversos benefícios. Alguns dos principais benefícios a serem alcançados com essa contratação incluem:

- a. Equipe Técnica Especializada: A contratação de uma empresa especializada traz consigo conhecimentos técnicos e experiência específica na área de suporte e manutenção de data center. Isso significa que a Contratante pode contar com profissionais capacitados e atualizados nas melhores práticas, resultando em um serviço de qualidade superior;
- b. Aumento da Disponibilidade e Confiabilidade: Ao contar com o suporte e a manutenção adequados, a universidade pode alcançar maior disponibilidade e confiabilidade do data center. A empresa contratada será responsável por garantir o bom funcionamento dos equipamentos, reduzindo o risco de falhas e interrupções que possam afetar as atividades da JFSC;
- c. Redução de Custos Operacionais: A contratação de uma empresa para suporte e manutenção do datacenter pode ajudar a JFSC a reduzir os custos operacionais. Isso ocorre porque a empresa contratada será responsável pela gestão e manutenção dos equipamentos, o que pode resultar em eficiências operacionais e economia de recursos, como aquisição de estoque de peças e materiais de reposição e contratação de pessoal interno especializado;
- d. Acesso a Tecnologias Atualizadas: A empresa especializada acompanhará as tendências e inovações

tecnológicas na área de datacenters. Isso significa que a JFSC terá acesso a tecnologias atualizadas e melhores práticas de mercado, permitindo que seu datacenter esteja alinhado com os avanços tecnológicos mais recentes;

e. Foco na Missão Institucional da Contratante: Ao ter uma Contratada (externa) responsável pelo suporte e manutenção do datacenter, a JFSC pode direcionar seus recursos internos e especialização para sua missão principal: a prestação jurisdicional. Isso permite que a equipe interna se concentre em atividades estratégicas, enquanto a empresa contratada cuida dos aspectos técnicos e operacionais desta manutenção;

f. Acesso a Recursos e Ferramentas Avançadas: A empresa contratada pode dispor de recursos e ferramentas avançadas para monitoramento, gerenciamento e diagnóstico de problemas no data center. Isso permite uma abordagem proativa na identificação e solução de possíveis falhas, contribuindo para a estabilidade e desempenho do ambiente;

g. Redução de Riscos e Responsabilidades: Ao contratar uma empresa especializada, a JFSC compartilha responsabilidades e riscos com o fornecedor. A empresa será responsável pela aplicação de práticas adequadas de manutenção do ambiente seguro, minimizando os riscos operacionais e jurídicos para a Contratante;

h. Melhoria da Eficiência Energética: A empresa especializada pode fornecer orientações e implementar práticas que visam melhorar a eficiência energética do datacenter, contribuindo para a redução de custos e o uso sustentável de recursos;

i. Possibilitar detecção precoce de incêndio e de combate a incêndio e extinguir eventuais focos de incêndio na sala de equipamentos, sem comprometer a integridade física dos equipamentos centrais de rede e, principalmente, das informações armazenadas;

j. Reduzir o tempo de retorno à operação em caso de ocorrência de sinistro;

k. Valorização do investimento realizado, mantendo-se a funcionalidade da sala cofre para aplicações presentes e futuras;

l. Elevação do nível de segurança com upgrades nos subsistemas adquiridos ou pela aquisição de componentes mais modernos.

Esses benefícios destacam a importância de contar com uma empresa especializada em suporte e manutenção de datacenters, proporcionando à Contratante vantagens como acesso a recursos avançados, redução de riscos, atualizações contínuas e capacidade de adaptação às demandas em constante evolução, bem como a continuidade dos padrões adquiridos de segurança para a Sala Segura e todos os componentes de sua infraestrutura, além da preservação da integridade física de equipamentos e informações ali contidas, através da manutenção preventiva e programada deste ambiente crítico.

#### 5.4. - ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS OU SERVIÇOS

- Prestação de serviços especializados de manutenção continuada (preventiva e corretiva) e monitoramento 24x7x365 para o Data Center da JFSC: **36 (trinta e seis) meses** de execução contratual;
- Fornecimento de Baterias para UPS ("no-breaks"): **80 (oitenta) baterias**, para substituição dos bancos de baterias (de 40 baterias, cada) dos dois UPS da JFSC, ao longo da execução contratual;
- Substituição dos dois cilindros de gás FM200 pelo NOVEC 1230 (ou fluido similar): **01 (uma) substituição**, longo da execução contratual;
- Substituição da central de monitoramento ambiental: **01 (uma) substituição**, longo da execução contratual.

#### 5.5 - PREVISÃO DE PRAZOS PARA CONTRATAÇÃO

Os serviços deverão ser prestados durante o período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de **15/12/2019** (devido ao encerramento da vigência do atual Contrato 53/2019), sendo admitida a sua prorrogação na forma e prazos previstos na legislação vigente, por se tratar de serviços contínuos.

#### 5.6 - VALOR ESTIMADO DO CUSTO PARA CONTRATAÇÃO

O Valor Total Estimado da contratação será demonstrado na Planilha Anexo Pesquisa de Preços ([7380398](#)).

## **6 - NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

### **6.1 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Considerando a solução escolhida, não há necessidade de provisionamento de infraestrutura tecnológica para sua implantação no ambiente da CONTRATANTE, tendo em vista que já é a solução atualmente utilizada. As modificações a serem feitas na infraestrutura existente (substituição dos cilindros de gás e do sistema de monitoramento ambiental) serão objeto do futuro contrato e de responsabilidade da CONTRATADA.

Por outro lado, a JFSC deverá prover todos os meios de comunicação interna, autorização de acesso e suporte necessário às equipes técnicas da CONTRATADA com vistas à viabilização da prestação dos serviços contratados e ainda:

- Disponibilizar espaço físico (sala/deposito) para guarda de suprimentos ou ferramentas utilizadas na manutenção;
- Disponibilizar acesso a uma vaga de garagem, no prédio sede da JFSC, para a viatura da empresa, que transportará pessoal, material e ferramentas utilizados nos serviços de manutenção.

### **6.2. - ESTRATÉGIA DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

#### **a) Forma de Transferência do Conhecimento**

Reunião inicial: deverá ser realizada uma reunião inicial entre o gestor do contrato, a equipe técnica da SJSC e a Contratada, cuja pauta observará, pelo menos:

- Esclarecimentos relativos a questões operacionais e de gerenciamento do contrato;
- Alinhamento de expectativas contratuais;
- Indicação dos profissionais que prestarão os serviços e apresentação da respectiva documentação comprobatória de qualificação técnica e de vínculo societário ou empregatício;
- Indicação do(s) preposto(s) que representará(ão) a empresa no que se referir à execução do contrato.

A transferência de conhecimento do CONTRATANTE para a CONTRATADA dar-se-á por meio de visitas periódicas, reuniões de alinhamento e pela prestação de informações solicitadas ao preposto da CONTRATADA

A transferência de conhecimento da CONTRATADA para o CONTRATANTE dar-se-á por meio de reuniões, treinamentos, documentação e pela prestação de informações solicitadas pelo gestor do Contrato, de modo a assegurar que a equipe técnica do CONTRATANTE esteja permanentemente capacitada e atualizada com relação aos métodos, técnicas, soluções e rotinas empregados pela CONTRATADA na execução dos serviços.

#### **b) Direitos de Propriedade Intelectual**

A CONTRATANTE terá propriedade sobre todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos no escopo da presente contratação, que devem ser gerados e entregues de acordo com os padrões e formatos definidos pela CONTRATADA

Toda informação referente ao CONTRATANTE que a CONTRATADA vier a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese nenhuma, ser divulgada a terceiros sem expressa autorização da SJSC.

## **7- JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

Por se tratar de contratação de serviços relacionados à manutenção da infraestrutura já previamente adquirida pela JFSC, a única solução tecnicamente viável é a "Solução 1" descrita neste documento.

## 8 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação designada, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos técnicos e normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, pelo que RECOMENDAMOS o prosseguimento da pretensão.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
Milton Lucio Cortes	Rafael Augusto da Silva	Jocimara Segantini Ferranti



Documento assinado eletronicamente por **MILTON LUCIO DE SOUZA CORTES**, **Diretor do Núcleo de Governança e Planejamento de Contratações de TI**, em 18/09/2024, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL AUGUSTO DA SILVA**, **Direção do Núcleo de Infraestrutura e Segurança de TI**, em 18/09/2024, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOCIMARA SEGANTINI FERRANTI**, **Supervisora da Seção de Análise e Instrução de Pagamentos**, em 18/09/2024, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **7307380** e o código CRC **0AA3A942**.

---

---

0001610-64.2024.4.04.80027307380v118

---

Criado por [mlc99](#), versão 118 por [mlc99](#) em 18/09/2024 10:27:46.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10020945**

**CONTRATANTE (UASG): 373301**

**COMPRAS.GOV Nº 90572/2024**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, AUDITORIA FÍSICA E MONITORAMENTO DA SALA COFRE E A TOTALIDADE DE SEUS SUBSISTEMAS, INCLUINDO SALA UPS, CORREDOR TÉCNICO, SALA DE MONITORAMENTO, SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DO DATACENTER DA COMPANHIA DO METRÔ.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 1.840.823,44**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: [menor preço global]**

**MODO DE DISPUTA: [aberto]**

**( X ) LICITAÇÃO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO.**

O item 2.1 alínea “b” das Condições Específicas do Edital não é aplicável.

**( ) LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVAS QUE PREENCHAM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 34 DA LEI FEDERAL Nº 11.488, DE 15/06/2007.**



## PREÂMBULO

A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ torna público que se encontra aberta a licitação acima na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações, denominado “ Portal de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada “PREGÃO ELETRÔNICO”, observados o critério de julgamento de **MENOR PREÇO** bem como o modo de disputa **ABERTO**, que serão regidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e subsidiariamente, no que se concerne, pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô (REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES), disponível para acesso em seu sítio eletrônico, e pelas disposições da Lei federal nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, assim como da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, gerido pelo Governo Federal.

A sessão pública de processamento do PREGÃO ELETRÔNICO será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do respectivo processo e indicados no sistema pela autoridade competente e será realizada no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), na data e horário indicado abaixo.

Dia 20/12/2024 às 10h.
------------------------

## PRIMEIRA PARTE

### CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

#### 1. DO EDITAL E OBJETO

1.1 Este Edital é referente ao

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10020945**

**COMPRAS.GOV Nº 90572/2024**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, AUDITORIA FÍSICA E MONITORAMENTO DA SALA COFRE E A TOTALIDADE DE SEUS SUBSISTEMAS, INCLUINDO SALA UPS, CORREDOR TÉCNICO, SALA DE MONITORAMENTO, SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DO DATACENTER DA COMPANHIA DO METRÔ.

1.2 O Edital completo estará disponível nos sítios, [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) e [www.metro.sp.gov.br](http://www.metro.sp.gov.br) a partir do dia **06/12/2024**.

1.2.1 A COMPANHIA DO METRÔ não se responsabiliza pelo texto e anexos de editais obtidos ou conhecidos de forma e local diversos do disposto no subitem 1.2 acima.

1.3 Esta Licitação observará o critério de julgamento **MENOR PREÇO**.

1.4 O objeto licitado será adjudicado a uma só PROPONENTE, pelo que não serão aceitas propostas com condições diferentes das estabelecidas neste Edital.

1.5 A cotação será feita por preço unitário

1.6 Os serviços serão executados sob regime de empreitada por preço unitário.

1.7 O prazo de execução do objeto desta licitação é o previsto na Minuta do Contrato.

1.8 O valor do orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ para esta licitação é de R\$ 1.840.823,44 **na data-base 01/09/2024, conforme Planilha de Orçamento Estimado – Anexo 4 deste Edital**. Os recursos utilizados na presente licitação possuem origem exclusivamente estadual.

#### 1.9 Características técnicas dos serviços

1.9.1 Os serviços deverão estar de acordo com o descrito no Documento Técnico RT\_GTICOI/8x\_032\_24, integrante deste Edital.

1.10 Se aplicável, a matriz de risco constará da Minuta do Contrato anexa a este edital.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 a) Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) em atividade econômica compatível com o objeto da licitação, e desde que sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento próprio.

b) Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) , em atividade econômica

compatível com o objeto da licitação, e desde que sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, e que sejam Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, na forma estabelecida no regulamento próprio.

b.1) A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5 Não será permitida a participação de empresas na forma de consórcio.
- 2.6 A PROPONENTE responde integralmente por todos os atos praticados no PREGÃO ELETRÔNICO, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 2.7 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma PROPONENTE em cada PREGÃO ELETRÔNICO.
- 2.8 O envio da proposta vinculará a PROPONENTE a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.9 Para o exercício dos direitos assegurados pela Lei Complementar 123/06 deverá constar do registro da PROPONENTE, junto ao SICAF, a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007.
- 2.9.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que participarem do certame, para que possam ser beneficiadas pelo tratamento jurídico diferenciado previsto pela Lei Complementar 123/2006, não poderão possuir nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações.

- 2.9.2 Caso seja permitida a participação de consórcios e se estes forem formados exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488/2007 terão assegurados os benefícios previstos pela Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.9.3 Para ser beneficiada nesta licitação por qualquer das vantagens descritas nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte não pode ter celebrado, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.10 Serão impedidas de participar da presente licitação e contratar com a COMPANHIA DO METRÔ:
- 2.10.1 As empresas que não atenderem todas as exigências deste edital e seus anexos.
- 2.10.2 As empresas que estiverem impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo ou com qualquer de seus órgãos descentralizados em razão das condutas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou estiverem impedidas por condutas cometidas durante a vigência da legislação anterior.
- 2.10.3 As empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 2.10.4 As empresas que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado à pena de proibição de contratar com o Poder Público devido a prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 22 inciso III da Lei nº 9.605, de 12/02/1998.
- 2.10.5 As pessoas físicas que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido a prática de crimes ambientais, conforme disciplinado nos art. 8 inciso II e art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/1998.
- 2.11 Serão também impedidas de licitar e contratar com a COMPANHIA DO METRÔ, com base no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES e nos termos da Lei Federal nº 13.303/16:
- 2.11.1 As empresas cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COMPANHIA DO METRÔ.
- 2.11.2 As empresas que tenham sido suspensas pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 2.11.3 As empresas que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal ou enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 2.11.4 As empresas que sejam constituídas por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.
- 2.11.5 As empresas cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.
- 2.11.6 As empresas constituídas por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

- 2.11.7 As empresas cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- 2.11.8 As empresas que tenham nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, também nos seus quadros de diretoria, de empresa declarada inidônea.
- 2.11.9 Os próprios empregados ou dirigentes da COMPANHIA DO METRÔ.
- 2.11.10 Quaisquer parentes até o terceiro grau civil (pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios e sobrinhos), das pessoas listadas a seguir:
  - 2.11.10.1 De dirigente da COMPANHIA DO METRÔ, assim entendidos seus administradores;
  - 2.11.10.2 De empregado da COMPANHIA DO METRÔ cujas atribuições envolvam atuação na área responsável pela licitação ou contratação e as gerências envolvidas no processo.
  - 2.11.10.3 De autoridade do Governo do Estado de São Paulo a que a COMPANHIA DO METRÔ esteja vinculada.
- 2.11.11 A empresa cujo proprietário ou sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COMPANHIA DO METRÔ há menos de 6 (seis) meses.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha pessoal, intransferível para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).
- 3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da PROPONENTE ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO.
- 3.3 O uso de senha de acesso pela PROPONENTE é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou a entidade provedora da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### **4. DAS PROPOSTAS**

- 4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.2.1 Valor unitário e total do item;
  - 4.2.2 Quantidade cotada, sendo que não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 4.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.15 Os preços deverão ser expressos em números, na moeda corrente nacional, ficando estabelecido que a data-base dos preços corresponde ao dia 1 (um) do mês estabelecido para a entrega das propostas, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e referir-se estritamente à(s) quantidade(s) e à(s) respectiva(s) unidade(s) fixadas para efeito de apresentação da proposta.
- 4.16 O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.17 Os preços ofertados deverão contemplar todos os tributos, taxas, encargos e demais custos de qualquer natureza inerentes ao atendimento das condições dispostas na Minuta do Contrato, sendo certo que qualquer divergência relativa à correta indicação da sua composição é de inteira responsabilidade da PROPONENTE, que arcará com os ônus daí decorrentes.
- 4.18 Se aplicável, a matriz de risco deverá contemplar as situações definidas na cláusula "matriz de risco", bem como em seu anexo, constantes da Minuta do Contrato - anexa a este Edital.
- 4.19 A PROPONENTE, nos termos da declaração a ser firmada, consoante modelo que integra o Anexo 1 do edital, compromete-se a:
  - a) elaborar proposta de maneira independente e a não informar ou discutir seu conteúdo, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

- b) não informar ou discutir a intenção de apresentação de proposta com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) não tentar, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) não comunicar e não discutir, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) confirmar que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) responsabilizar-se que o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta cláusula e que detém plenos poderes e informações para aceitá-la.

4.19.1 Compromete-se, ainda, a conduzir seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/22, tais como:

- I prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

## 5. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação serão analisados pelo Pregoeiro, conforme o procedimento definido na cláusula Da Sessão Pública e do Julgamento.

### 5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Os documentos a seguir deverão ser apresentados no caso de participação de empresas na forma de Consórcio, se permitido:

5.1.1 Compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, onde conste com clareza e precisão, os compromissos dos mesmos entre si e em relação ao objeto da licitação, contendo as seguintes cláusulas:

- a) denominação do consórcio, a qual deverá ser composta, preferencialmente, pela aglutinação ordenada de vocábulos que representem as razões sociais das empresas que constituem o consórcio, iniciando pelo nome da empresa líder e, na sequência, pelos nomes dos demais membros, de tal forma que a denominação do consórcio contemple uma quantidade de vocábulos igual à quantidade de membros consorciados;
- b) composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- c) organização do consórcio;
- d) objetivo do consórcio;
- e) indicação da empresa líder que representará o consórcio perante a COMPANHIA DO METRÔ;
- f) declaração expressa de responsabilidade solidária das empresas compromissadas pelos atos praticados pelo consórcio que compuserem.

5.1.1.1 Procuração dos membros do Consórcio outorgando à empresa líder poderes para representá-los no presente Pregão Eletrônico.

Os documentos a seguir deverão ser apresentados pela PROPONENTE individual ou por cada um dos membros do Consórcio, se permitido:

5.1.2 Registro Empresarial na Junta Comercial ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária).

5.1.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, acompanhado de prova dos administradores em exercício, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro competente, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, com previsão de atividade econômica compatível com o objeto da licitação.

5.1.3.1 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatutos social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o certificado/declaração de regularidade na Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo ou em outra organização estadual de cooperativas, conforme previsto no art. 107 da Lei 5.764/71.

5.1.4 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativa;

5.1.5 Ato Constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova dos administradores em exercício;

- 5.1.6 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 5.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Os documentos a seguir deverão ser apresentados pela PROPONENTE individual ou por cada um dos membros do Consórcio, se permitido:

- 5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 5.2.2 Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado.
- 5.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Seguridade Social e a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados.
- 5.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, consistente na certidão de tributos mobiliários do domicílio ou da sede da PROPONENTE, que esteja dentro do prazo de validade nela atestado.
- 5.2.5 Prova de regularidade trabalhista, por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, que esteja dentro do prazo de validade.
- 5.2.6 As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, deverão apresentar toda documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, ainda que algum documento apresente restrição.
- 5.2.7 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas aquelas emitidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.
- 5.2.8 Para todas as certidões exigidas, serão aceitas, igualmente, certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débito.

## 5.3 DECLARAÇÕES

Declarações devidamente assinadas pelo representante legal da LICITANTE, conforme modelo Anexo 1.

## 5.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 5.4.1 Será exigida Qualificação Técnica, conforme detalhado nos itens abaixo:

- 5.4.1.1 Certidão atualizada de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA para efeito do disposto na Lei Federal nº 5.194 de 24/12/66.
- 5.4.1.2 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da PROPONENTE, individual ou de membros do Consórcio (se permitido), devidamente registrados na entidade profissional competente, que comprove(m) ter ela executado ou estar executando serviço pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

5.4.1.2.1 Entende-se por pertinente e compatível, a prestação de serviços pelo período mínimo de 12 (doze) meses ininterruptos: de i) Manutenção preventiva e corretiva em sala cofre; e ii) Manutenção de sistema ininterrupto de energia UPS de no mínimo 50kVA; e iii) Manutenção em sistema de climatização de precisão para datacenters com no mínimo 20KW.

5.4.1.3 A comprovação a que se refere o item 5.4.1.2.1 acima poderá ser feita mediante a apresentação de um ou mais atestados.

5.4.1.3.1 As experiências requisitadas no item 5.4.1.2.1 contêm valores, indicados a seguir, que são características indivisíveis dos serviços. Portanto, devem ser comprovados integralmente em cada atestado, não sendo admitida a soma de valores de atestados diferentes para uma mesma experiência:

Atestado	ii) Manutenção de sistema ininterrupto de energia UPS de no mínimo 50kVA
Atestado	iii) Manutenção em sistema de climatização de precisão para datacenters com no mínimo 20KW.

5.4.1.4 Os atestados deverão conter as seguintes informações:

- Caracterização do serviço realizado;
- Nome e identificação do signatário / data de emissão.
- Data de início e término dos serviços;

5.4.1.5 Para efeito do disposto no subitem 5.4.1.2.1, admite-se que a comprovação seja realizada por meio de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida(s) em nome de profissional pertencente ao quadro permanente da PROPONENTE, na data da entrega da proposta

5.4.1.5.1 A comprovação do vínculo profissional do detentor do(s) atestado(s) com a empresa PROPONENTE poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha do empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo, apresentando cópia do contrato de prestação de serviços autônomo e declaração de que se responsabiliza tecnicamente pela execução dos serviços.

5.4.1.6 Quaisquer informações acima relacionadas, não constantes do atestado, deverão ser complementadas pelos seguintes documentos: cópias do Contrato a que se refere o atestado; ordens de serviços e/ou outros pertinentes, sendo que os mesmos em hipótese alguma substituirão o atestado.

5.4.1.7 Os atestados referentes a Contratos em andamento deverão conter as características dos serviços realizados, compatíveis com o subitem 5.4.1.2.1.

5.4.1.8 Os atestados que não estejam em nome da proponente somente serão aceitos nos casos de cisão, fusão, incorporação ou criação de subsidiária integral, da pessoa jurídica, em que esteja comprovada, inequívoca e documentalmente, a transferência definitiva, para si, do acervo técnico.

5.4.1.9 Os atestados de empresas que realizaram serviços constituídas em consórcio deverão destacar os serviços exatamente executados por cada empresa ou, no caso de impossibilidade, a proporcionalidade de participação no referido consórcio na atividade de cada um.

## 5.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**Será exigida Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais conforme detalhado abaixo**

- 5.5.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio da pessoa física (em São Paulo denominada certidão de distribuição cível), com data de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega à COMPANHIA DO METRÔ.
- 5.5.1.1 Caso a PROPONENTE seja filial, deverá apresentar a certidão da matriz.
- 5.5.1.2 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, deve o Proponente apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- 5.5.2 **Balanco Patrimonial**
- Serão exigidos Balanco Patrimonial, Índice de Liquidez e Patrimônio Líquido, conforme detalhado abaixo**
- 5.5.2.1 Será exigida a apresentação de Balanco Patrimonial, conforme detalhado nos itens abaixo:
- 5.5.2.1.1 Balanco Patrimonial demonstração do resultado do exercício e demais e demonstrativos contábeis do último exercício social, já exigíveis, observados o cumprimento das seguintes formalidades:
- 5.5.2.1.1.1 Assinatura do Contabilista e do administrador ou representante legal do PROPONENTE no Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.
- 5.5.2.1.1.2 As sociedades de capital aberto, em cumprimento às formalidades indicadas, poderão apresentar as demonstrações contábeis publicadas na imprensa oficial ou jornal de grande circulação.
- 5.5.2.1.1.3 A data de encerramento do exercício social e os poderes dos administradores para a assinatura das demonstrações contábeis deverão ser comprovados por meio da apresentação do contrato social, do estatuto social ou outro documento legal.
- 5.5.2.1.1.4 Quando encerrado há mais de 6 (seis) meses da data de apresentação da proposta, poderá ser apresentado, em conjunto com os documentos indicados acima, o balancete de verificação, que não poderá ser anterior a 3 (três) meses da data de apresentação dos documentos de habilitação, acompanhado da demonstração do resultado do período, devidamente assinado pelo contabilista e pelo administrador ou representante legal.
- 5.5.2.1.1.5 No caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano e desde que não tenha levantado o balanço patrimonial e os demais demonstrativos contábeis do seu primeiro exercício social, exigível na data de apresentação dos documentos de habilitação, deverá ser apresentado o balanço patrimonial de abertura da empresa, devidamente assinado pelo contabilista e pelo administrador ou representante legal.
- 5.5.2.1.1.6 Caso a PROPONENTE seja filial/sucursal, deverá apresentar o balanço patrimonial consolidado da matriz.

- 5.5.2.1.1.7 Em substituição aos documentos exigidos acima, o PROPONENTE poderá apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, por meio de Escrituração Contábil Digital (ECD), na forma do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), acompanhado do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, constando a Identificação da Escrituração (HASH) e as assinaturas digitais dos administradores e do contabilista legalmente habilitado.

### **5.5.3 Índice de Liquidez**

- 5.5.3.1 Será exigida a comprovação de Índice de Liquidez Corrente, conforme detalhado no item abaixo:

- 5.5.3.1.1 A comprovação da boa situação financeira da PROPONENTE será feita de forma objetiva, com base em cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC), conforme fórmula e critérios a seguir descritos.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

O quociente deve ser maior ou igual a 1,00 (um inteiro).

O Índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade da empresa em honrar seus compromissos de curto prazo com os seus direitos realizáveis, também de curto prazo.

Para a apuração do índice de cada PROPONENTE serão consideradas 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

No caso de consórcio, as empresas consorciadas serão avaliadas individualmente.

### **5.5.4 Patrimônio Líquido**

- 5.5.4.1 As PROPONENTES deverão comprovar Patrimônio Líquido referente ao último exercício social de, no mínimo, 10% do valor da proposta final vencedora, e calculado sobre o valor correspondente a 12 (doze) meses da prestação do serviço, considerando o prazo de vigência contratual.

## **6. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO**

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** o último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 18.000,00
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO** .
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada

a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
  - 6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 6.19.2.2 empresas brasileiras;
  - 6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

- 6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observando-se que não serão aceitas propostas com valores superiores ao orçamento total estimado pela COMPANHIA DO METRÔ atualizado para a data-base das propostas por meio da aplicação da fórmula constante na Cláusula Reajuste integrante da Minuta do Contrato anexa a este Edital.
- 6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.22 Finda a negociação, a PROPONENTE deverá encaminhar por meio eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A Planilha de Preços deve conter os preços unitários e total para o serviço, a partir do **valor unitário ou total final** obtido no certame, a qual poderá ser apresentada com base no Anexo 4-A - Planilha Referencial para a Composição dos Preços Unitários, meramente orientativa, para a composição dos preços unitários.
- 6.22.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.22.2 Quando a aquisição for realizada por agrupamento de itens, e caso se verifique que algum preço unitário constante da Planilha de Preços preliminar permaneça superior ao orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ, será lícito ao Pregoeiro negociar esse valor unitário do item, bem como de outros itens da Planilha, conforme o item 6.22.2.1 e sem prejuízo do disposto no item 6.22.
- 6.22.2.1 Durante a negociação, será lícita a adequação dos valores unitários da Planilha.
- 6.22.2.2 Finalizada a adequação dos valores unitários descrita no item 6.22.2.1, a PROPONENTE deverá encaminhar a Planilha de Preços definitiva.
- 6.23 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade do **MENOR PREÇO**, com base nos preços de mercado, apurados mediante pesquisa de preços realizada pela COMPANHIA DO METRÔ, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.23.1 Sempre que entender necessário, o pregoeiro poderá exigir da PROPONENTE melhor classificada documentação que comprove que os custos dos insumos e, quando aplicável, que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, considerando sempre o critério do preço.

- 6.23.1.1 Caso a melhor oferta se enquadre no critério de presunção de inexecutabilidade abaixo, será facultado à proponente, a demonstração de sua executabilidade através de suas composições e respectivas justificativas técnicas que comprovem que os preços dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto ora licitado, sob pena de desclassificação da proposta.
- 6.23.1.2 Entende-se por inexecutáveis as propostas cujos valores globais sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a) média aritmética das propostas no intervalo entre 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ; ou;
- b) valor do Orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ.
- Nota:** Para o cálculo acima o orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ será atualizado para a data base das propostas por meio da aplicação da fórmula constante na Cláusula Reajuste integrante da Minuta do Contrato – anexa a este Edital.
- 6.23.2 Poderá ainda o pregoeiro, caso entenda necessário, realizar diligências adicionais para aferir o acima.
- 6.23.3 Oportunizada a comprovação do item 6.23.1 e analisados os documentos e informações fornecidas em conjunto com as diligências do item 6.23.2 (quando realizadas), poderão ser desclassificadas propostas que apresentem preços manifestamente inexecutáveis.
- 6.23.4 Consideram-se manifestamente inexecutáveis os preços que não tenham sua viabilidade efetivamente demonstrada, quando exigida essa comprovação, conforme subitem acima.
- 6.24 O Pregoeiro consultará por meio do “chat” a PROPONENTE que ofertou o menor preço, que deverá declarar nesse momento se está participando individual ou em Consórcio, se permitido.
- 6.24.1 Em caso de participação em consórcio, se permitido, deverá ser encaminhado neste momento o documento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, de acordo com as disposições das cláusulas 5.1.1. e 5.1.1.1.
- 6.24.1.1 Será desclassificado o consórcio que tenha sido beneficiado pelo tratamento jurídico diferenciado previsto pela Lei Complementar 123/2006 e que não seja constituído exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas nos termos do item 2.8.2.
- 6.24.1.2 Será desclassificado o consórcio cuja empresa líder não esteja registrada no SICAF em atividade econômica compatível com o objeto da licitação nos termos do item 2.1
- 6.25 Considerada aceitável a oferta de **MENOR PREÇO**, é aberto automaticamente prazo de 10 minutos para intenção de recurso. O registro de intenção de recurso contra o julgamento da proposta não impede a continuidade da sessão com análise da habilitação. O Pregoeiro passará à análise dos requisitos de habilitação, apresentados pela PROponente individual ou por cada um dos membros do Consórcio, se permitido, observando as seguintes diretrizes:
- a) Verificação dos dados e informações constantes do SICAF, e-Sanções, CEIS, e dos documentos indicados no item 5 deste Edital;



- b) Verificação da possibilidade de serem supridas ou saneadas eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios hábeis de informações, caso os dados e informações constantes no SICAF não atendam ao(s) requisito(s) estabelecido(s) no item 5 deste Edital;
- c) Deverão ser anexados aos autos da licitação, os documentos passíveis de obtenção mediante consultas efetuadas por meio hábil de informação distintos do SICAF, salvo impossibilidade certificada e devidamente justificada pelo Pregoeiro.
- d) A PROPONENTE, provocada pelo Pregoeiro, poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, inerentes aos documentos de habilitação, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO e até a decisão sobre a habilitação, por meio do Sistema Compras.gov.br ou meio eletrônico (e-mail).
- e) A COMPANHIA DO METRÔ não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos descritos na alínea “c”, ambas deste subitem. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a PROPONENTE será inabilitada, mediante decisão motivada;
- f) Os originais e/ou cópias autenticadas, nos termos do artigo 17, do REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES, dos documentos enviados na forma constante da alínea “d”, a Planilha de Preços conforme modelo constante do Anexo 5, deverão ser apresentados na Gerência de Contratações e Compras, situada na Rua Boa Vista, nº 175 – Bloco B – 7º Andar - Mezanino, Centro, São Paulo – SP, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a PROPONENTE será habilitada e declarada vencedora do certame

6.26 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, porém durante a fase de habilitação deverão ser apresentados os documentos indicados no item 5.2, ainda que apresentem alguma restrição.

6.26.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da COMPANHIA DO METRÔ, para a regularização da documentação, com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

6.26.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 6.26.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

- 6.26.3 Conforme descrito em 2.8.3, a obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.27 Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal.
- 6.28 Se a oferta não for aceitável, se a PROPONENTE desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de **MENOR PREÇO**, negociará com o seu autor, decidirá sobre a aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 6.29 Observadas as condições, dos artigos 82 e 83, do REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES o Pregoeiro, a seu critério, poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos e/ou comprovação dos documentos apresentados, destinados a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

## 7. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 7.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 7.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 7.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 7.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 7.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



- 7.8 As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 7.9 A ausência de manifestação imediata da PROPONENTE importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto da licitação à PROPONENTE vencedora e homologação pela autoridade competente.
- 7.10 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à PROPONENTE vencedora e homologará o procedimento.
- 7.11 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 8. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1 À PROPONENTE caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 8.2 A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
- a) Fora da etapa de lances, a sua suspensão e a sua retomada, desde o ponto em que foi suspensa;
  - b) Se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às PROPONENTES, de nova data e horário para a sua continuidade;
  - c) Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas PROPONENTES, até o término do período estabelecido no edital, caso o sistema eletrônico permaneça acessível para as PROPONENTES.
  - d) No caso acima, o pregoeiro retomará, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados até então.
- 8.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer PROPONENTE não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 9. VISITA TÉCNICA

### 9.1 A visita técnica é facultativa, conforme detalhado no item abaixo:

- 9.1.1 A Visita Técnica é facultativa, porém é altamente recomendável a participação, em razão da complexidade e especificidade de alguns locais. **Será de responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de prestação dos serviços.** O licitante interessado em participar deste certame poderá, com o acompanhamento de um representante da COMPANHIA DO METRÔ, visitar o(s) local(is) relacionado(s) com o objeto da licitação, durante todo o período de publicidade deste edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existente(s), mediante prévio agendamento de horário pelos seguintes e-mails: [jonatan.roldao@metrosp.com.br](mailto:jonatan.roldao@metrosp.com.br) e [rmpedro@metrosp.com.br](mailto:rmpedro@metrosp.com.br), com a identificação: Pregão Eletrônico nº 10020945.
- 9.1.2 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



9.1.3 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme acima, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.1.4 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## 10 DA CONTRATAÇÃO

10.1 Nos termos da minuta integrante e da Planilha de Preços apresentada pela PROPONENTE e respeitando-se o prazo de validade de sua proposta, a contratação do objeto da Licitação com a PROPONENTE vencedora será formalizada por meio do seguinte instrumento contratual:

**Contrato, com exigência de garantia de execução contratual.**

10.2 Após a homologação, a PROPONENTE vencedora terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento de comunicação neste sentido, para:

- a) Devolver o Contrato assinado pelos representantes legais em 1 (uma) via-;
- b) No caso de o objeto da licitação ser adjudicado a um consórcio, este deverá apresentar o Instrumento de Constituição do Consórcio, elaborado nos termos do Compromisso de Constituição de Consórcio, devidamente registrado na Junta Comercial de São Paulo;
- c) Assinar o Termo de Ciência e de Notificação, conforme consta do Anexo 3 integrante deste Edital em cumprimento ao disposto na Resolução nº 07/2020 e Instrução nº 01/20 do Tribunal de Contas do Estado;
- d) Informar, por escrito, o número da conta que mantém junto ao BANCO DO BRASIL S.A., indicando a agência e conta em que serão depositados os valores relativos aos pagamentos resultantes do Contrato, bem como a indicação do e-mail para o recebimento do Instrumento Contratual assinado e digitalizado, conforme Anexo 2, integrante deste Edital.
- e) Apresentar Garantia de Execução Contratual no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor referente ao período de 12 (doze) meses do Contrato, calculado com base no prazo de vigência contratual, com prazo de validade que abranja todo o período de vigência do instrumento.

10.3 O prazo estabelecido no item **10.2** poderá ser prorrogado por período igual, se solicitada a prorrogação pela PROPONENTE selecionada, desde que ocorra motivo justificado para tanto, aceito a critério da COMPANHIA DO METRÔ.

10.4 Na hipótese de a COMPANHIA DO METRÔ optar pela prorrogação referida no item acima e, ainda assim, a PROPONENTE, por sua culpa, apresentar com atraso em relação ao prazo final quaisquer dos documentos referidos acima, será aplicada multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor total atualizado mencionado na Cláusula Preços do instrumento contratual, que será descontada do 1º (primeiro) pagamento devido à CONTRATADA, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

10.5 Em atendimento ao artigo 6º e §1º da Lei estadual 12.799/08, a assinatura do Instrumento Contratual, fica vinculada à inexistência de qualquer dívida perante qualquer ente da Administração Direta e Indireta, salvo se suspensa, após a prévia consulta ao CADIN ESTADUAL.

- 10.6 A garantia, **se estipulada no item 10.2**, será prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à PROPONENTE optar por uma dessas modalidades, estando, entretanto, os termos do seguro-garantia e os da fiança bancária sujeitos à prévia aprovação pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 10.6.1 A garantia prestada na modalidade de fiança bancária deve estar acompanhada, obrigatoriamente, de original ou cópia autenticada do instrumento que dá poderes para os signatários do documento de garantia. Sendo os signatários diretores da instituição garantidora, apresentar original ou cópia autenticada da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária ou do Conselho de Administração. Sendo procuradores, original ou cópia autenticada da Procuração Pública. A(s) assinatura(s) deve(m) estar com firma reconhecida, exceto quando emitidas com certificação digital.
- 10.6.1.1 A modalidade de seguro garantia está dispensada da apresentação de comprovação dos poderes dos signatários, desde que seja possível a verificação do registro da apólice junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. A apólice deve estar com firmas reconhecidas das assinaturas, exceto se emitida por meio de certificação digital.
- 10.6.2 A Fiança Bancária, se esta vier a ser a modalidade de garantia ajustada, deverá ser apresentada na forma e conteúdo do modelo anexo deste Edital.
- 10.6.2.1 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ser emitida por uma instituição bancária devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, ter seu valor expresso em REAL e, se aplicável, com atualização automática de seu valor, na mesma época, forma e periodicidade, estabelecidas na Cláusula Reajuste da Minuta do Contrato – Anexo deste Edital, devendo ser apresentada conforme modelo anexo do Edital vinculado.
- 10.6.3 A documentação e valores que caracterizam a prestação inicial de garantia deverão ser apresentados na Gerência de Contratações e Compras - GCP, situada na Rua Boa Vista, 175 - 7º Andar - Mezanino- São Paulo, Capital.
- 10.7 A PROPONENTE vencedora fica obrigada a manter a sua condição de habilitação, desde a data da homologação e durante todo o prazo de vigência do Instrumento Contratual, sob pena de rescisão contratual.
- 10.8 As eventuais alterações de razão social do fornecedor deverão ser comunicadas à COMPANHIA DO METRÔ devidamente documentadas em tempo hábil, pois as divergências nesse sentido acarretarão o não recebimento dos materiais, a não aceitação dos serviços ou a suspensão do pagamento até que a situação seja regularizada.
- 10.9 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.
- 10.10 Na hipótese de a PROPONENTE vencedora ser uma sociedade cooperativa, deverá indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a COMPANHIA DO METRÔ, conforme dispõe o artigo 1º, § 2º, item 2, do Decreto estadual nº 55.938/10, alterado pelo Decreto estadual nº 57.159/11.
- 10.11 **No caso do edital ter exigido a apresentação de certidão negativa de falência, a PROPONENTE vencedora deverá atender os subitens 10.11.1 e 10.11.2**

- 10.11.1 No caso de empresa em situação de recuperação judicial deverá ser apresentada cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 10.11.2 No caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial deverá ser apresentada comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 10.12 No caso do edital ter exigido a apresentação de Balanço Patrimonial, a PROPONENTE vencedora deverá atender os subitens 10.12.1 ou 10.12.2.**
- 10.12.1 Deverá ser apresentada no prazo previsto no item 10.2 a prova de registro do Balanço Patrimonial na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial) e o Termo de Abertura e o Termo de Encerramento do Livro Diário nos quais constam a indicação do número das páginas e número do livro, onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, como condição para a celebração da contratação.
- 10.12.2 Caso a PROPONENTE tenha apresentado os demonstrativos contábeis, de acordo com o previsto no item 5.5.2.1.1.7, não haverá a necessidade do atendimento ao item 10.12.1.
- 10.13 A PROPONENTE que apresentou Certidão expedida por CREA de outro Estado fica obrigada, no momento da assinatura do Contrato, a apresentar o visto do CREA de São Paulo, válido, pelo menos, por 180 (cento e oitenta dias).
- 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA FASE LICITATÓRIA**
- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei e deste edital, a PROPONENTE que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.
- 11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela COMPANHIA DO METRÔ;
- 11.1.3.2 cometer erro no lançamento dos valores e ensejar o retardamento da continuidade do certame, na tentativa de corrigir o erro cometido;



- 11.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5 fraudar a licitação;
- 11.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a COMPANHIA DO METRÔ poderá aplicar aos PROPONENTES as seguintes sanções, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1 multa;
  - 11.2.2 impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4 os danos que dela provierem para a COMPANHIA DO METRÔ;
  - 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4 A sanção de multa será aplicada para as infrações previstas conforme abaixo:
  - 11.4.1 Itens 11.1.1 e 11.1.2.1 corresponderá a 1% (um por cento) do valor da proposta inicial;
  - 11.4.2 item 11.1.3, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor da proposta inicial;
  - 11.4.3 Itens 11.1.4; 11.1.5; 11.1.6; 11.1.7 e 11.1.8, a multa corresponderá a 15% (quinze por cento) do valor da proposta inicial;
  - 11.4.4 No caso de aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.5 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

- 11.6 Aplicadas as multas referidas no subitem 11.4, a PROPONENTE deverá pagá-las em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, na Gerência de Execução Financeira da COMPANHIA DO METRÔ, situado na Rua Boa Vista, 175 – 5º andar, São Paulo, Capital, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às medidas cabíveis, inclusive sua inscrição no CADIN ESTADUAL.
- 11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1; 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Estadual, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.4; 11.1.5, 11.1.6; 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1; 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à COMPANHIA DO METRÔ.
- 12. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 12.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as PROPONENTES e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.2 Das sessões públicas de processamento do PREGÃO serão lavradas atas circunstanciadas.
- 12.3 O sistema manterá sigilo quanto à identidade das PROPONENTES, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta.
- 12.4 A COMPANHIA DO METRÔ poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.
- 12.5 No caso de divergências entre o Edital e seus anexos, prevalecerá o disposto neste Edital.



- 12.6 No interesse da COMPANHIA DO METRÔ, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura desta licitação, ou alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.
- 12.7 Tanto a impugnação ao Edital como os pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados e enviados por e-mail para todos os seguintes endereços: [lf Souza@metrosp.com.br](mailto:lf Souza@metrosp.com.br) E [kelly.cristina@metrosp.com.br](mailto:kelly.cristina@metrosp.com.br), em até 3 (três) dias úteis anteriores à data da sessão, sendo que a impugnação poderá ser dado efeito suspensivo ou respondida até 1 (um) dia útil antes da sessão do PREGÃO ELETRÔNICO. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos igualmente até 1 (um) dia útil antes da sessão do PREGÃO ELETRÔNICO.
- 12.7.1 No campo “assunto” do e-mail deverá estar identificado se trata-se de Pedido de Esclarecimento ou Impugnação, contendo o nº e objeto deste Pregão Eletrônico. Exemplo: “Pedido de Esclarecimento - PREGÃO ELETRÔNICO nº 90572/2024 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, AUDITORIA FÍSICA E MONITORAMENTO DA SALA COFRE E A TOTALIDADE DE SEUS SUBSISTEMAS, INCLUINDO SALA UPS, CORREDOR TÉCNICO, SALA DE MONITORAMENTO, SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DO DATACENTER DA COMPANHIA DO METRÔ.
- 12.8 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização da sessão pública.
- 12.9 Os casos omissos do presente PREGÃO ELETRÔNICO serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema pelo Governo Federal.
- 12.10 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo.
- 12.11 O resultado da presente licitação e demais atos pertinentes, passíveis de divulgação, serão publicados no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), opção “COMPRAS ELETRÔNICAS”.

### 13. ANEXOS

ANEXO 1	MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO 2	INFORMAÇÕES DE DADOS BANCÁRIOS E E-MAIL
ANEXO 3	TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
ANEXO 4	PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMADO
ANEXO 4.1-A	MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS
ANEXO 4.1-B	PLANILHA REFERENCIAL PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS
ANEXO 5	MODELO DE PLANILHA SERVIÇOS E PREÇOS QUE INTEGRARÃO O INSTRUMENTO CONTRATUAL NO CASO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL COM DIFERENÇA DA ALÍQUOTA
ANEXO 6	MODELO DE PLANO DE FATURAMENTO
ANEXO 7	DOCUMENTO(S) TÉCNICO(S)
ANEXO 8	MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA
ANEXO 9	MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SEUS ANEXOS
ANEXO 10	ORIENTAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE - ASGI

São Paulo,

LUIS ALBERTO FERREIRA DIAZ  
Gerente de Contratações e Compras

**ANEXO 1 - MODELO DE DECLARAÇÕES**

**(EM CASO DE CONSÓRCIO, SE PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO, ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO POR CADA UMA DAS EMPRESAS CONSTITUINTES DO CONSÓRCIO)**

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ da Proponente: \_\_\_\_\_

À COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ - São Paulo - SP

Número da Licitação: \_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_

Eu, na condição de representante legal da empresa acima identificada, interessada em participar do Pregão Eletrônico em referência, da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ, declaro, sob as penas da lei:

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 117 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

(I) sob as penas da lei, que observa as Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(II) Está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

**DECLARAÇÃO REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL**

(III) ter ciência de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL, exceto se suspenso, impede a contratação com a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, de acordo com a Lei estadual nº 12.799/08, sem prejuízo das demais cominações legais.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

(IV) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e normas específicas.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA COMPANHIA DO METRÔ**

(V) a) estar ciente do inteiro teor e submeter-se às disposições do Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô – disponível no site oficial do Metrô, inclusive no que concernem às sanções previstas, abstendo-se da prática de qualquer ato de corrupção, imoral, antiético, desleal ou de má-fé. b) estar ciente de que caso a empresa tenha seu próprio Código de Conduta e Integridade, este deverá ser encaminhado à Companhia do Metrô no momento da assinatura do contrato, para que seja avaliado e assegurado que o referido código é compatível com o Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô. Atentamos que caso o mesmo não seja compatível a empresa ganhadora se submeterá integralmente ao Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DOS IMPEDIMENTOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A COMPANHIA DO METRÔ**

(VI) que não se encontra impedido de licitar e contratar com a COMPANHIA DO METRÔ, em razão das hipóteses previstas, nos termos dos itens 2.8 e 2.9 das Condições Específicas deste Edital, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia do Metrô e do artigo 38, da Lei Federal nº 13.303/16.

**DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**[No caso do edital exigir a apresentação de certidão negativa de falência, as empresas em recuperação judicial devem incluir a declaração abaixo]**

(VII) estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou

documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.

#### **DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

***[No caso do edital exigir a apresentação de certidão negativa de falência, as empresas em recuperação extrajudicial devem incluir a declaração abaixo]***

(VII) estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

#### **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

***[Microempresas ou empresas de pequeno porte devem incluir a declaração abaixo]***

(VIII) a empresa não se enquadra nos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, aplicáveis a beneficiadas de qualquer forma pela Lei Complementar 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra. Ainda, a empresa está ciente que (conforme impedimento descrito no Artigo 4º § 2º da Lei Federal 14.133/2021) somente empresas que não tenham celebrado, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte poderão ser beneficiadas nesta licitação por qualquer das vantagens descritas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Diante disso, declara também que não se enquadra, na data deste pregão, nesse impedimento específico aplicável às empresas beneficiadas nesta licitação.

#### **DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE PROPOSTA**

(IX) especialmente para fins do disposto nas respectivas alíneas do item 4.20 do edital, declaro que: (a) a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela (licitante/Consórcio), e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de participar ou em qualquer outra decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; (d) o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do seu objeto; (e) o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e (f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

#### **DECLARAÇÃO DE VALORAÇÃO DA PROPOSTA**

(X) a proposta apresentada para participar da licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, considerando-se a data de sua entrega.

#### **REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE**

Nome completo e legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

***A PROPONENTE, PROVOCADA PELO PREGOEIRO, DEVERÁ ENCAMINHAR ESTE ANEXO DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO, CONFORME MODELO, POR MEIO DO SISTEMA COMPRASGOV OU MEIO ELETRÔNICO (E-MAIL)***

**ANEXO 2****INFORMAÇÕES DE DADOS BANCÁRIOS E E-MAIL**

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ da Proponente: \_\_\_\_\_

À COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ - São Paulo - SP

Número da Licitação: \_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_

Eu, na condição de representante da Empresa acima identificada, vencedora do certame em referência, da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ, informo, sob as penas da Lei, as informações a seguir, em atendimento às Normas da Companhia e, também, às Instruções do TCE-SP:

Dados da conta que mantém junto ao BANCO DO BRASIL S.A:

Agência nº: \_\_\_\_\_ Conta Corrente nº: \_\_\_\_\_

. Nome completo e legível: \_\_\_\_\_

. CPF: \_\_\_\_\_

. Email Pessoal: \_\_\_\_\_

. Email Profissional: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

NOTA: Estar ciente de que o Instrumento Contratual (digital e/ou digitalizado) será encaminhado via e-mail, ao endereço eletrônico informado acima, e no momento do recebimento a Contratada manifestará a recepção dele, bem como o encaminhamento de informações e/ou documentos de caráter sigiloso, como informe de rendimentos e outras informações fiscais. Caso a Contratada deixe de manifestar-se quanto ao recebimento do Instrumento Contratual (digital e/ou digitalizado), no prazo de 02 (dois) dias do envio, a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ considerará esta última data como a do recebimento. Nos casos em que for exigida assinatura por parte da Contratada no instrumento contratual, as informações acima deverão ser preenchidas com os dados do(s) signatário(s).

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): Os dados pessoais coletados por meio do presente Anexo, serão tratados de acordo com a LGPD e com a Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ.

**A PROPONENTE, SE PROVOCADA PELO PREGOEIRO, DEVERÁ ENCAMINHAR ESTE ANEXO DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO, CONFORME MODELO, POR MEIO DO SISTEMA COMPRAS.GOV OU MEIO ELETRÔNICO (E-MAIL)**

## ANEXO 3

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADO: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_



**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO  
DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

**A PROPONENTE, SE PROVOCADA PELO PREGOEIRO, DEVERÁ ENCAMINHAR ESTE ANEXO DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO, CONFORME MODELO, POR MEIO DO SISTEMA Compras.gov.br OU MEIO ELETRÔNICO (E-MAIL)**



## ANEXO 4

## PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. PARA 24 MESES	UN.	Data-base:	01/09/24
				PREÇOS EM REAIS	
				UNITÁRIO	TOTAL
	<b>SALA-COFRE</b>				
1	Manutenção preventiva, corretiva, auditoria física e monitoramento da sala cofre e a totalidade de seus subsistemas, incluindo sala UPS, corredor técnico, sala de monitoramento, sistema de climatização, geração de energia e todos os componentes.	24	serviço x mês	68.849,61	1.652.390,64
2	Serviço de recarga total de gás FM-200	2	serviço	30.908,00	61.816,00
3	Serviço de abertura e fechamento das blindagens existentes na sala cofre certificada	4	serviço	6.282,92	25.131,68
4	Confecção de nova abertura para passagem de cabos para acesso a sala cofre nas medidas 120mm x 220mm	2	serviço	9.768,42	19.536,84
5	Instalação de novos circuitos elétricos, incluindo todos os materiais necessários	20	serviço	1.104,56	22.091,20
6	Instalação de novos pontos de rede UTP certificados incluindo os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados	24	serviço	1.124,93	26.998,32
7	Instalação de novos pontos de fibra óptica, incluindo todos os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados	12	serviço	1.728,23	20.738,76
8	Serviço de capacitação técnica – para até 6 participantes	4	turma	3.030,00	12.120,00
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>					<b>1.840.823,44</b>

## Notas:

## 1. Fontes de Pesquisas de Preços:

## a. Pesquisas de Preços de Mercado



## ANEXO 4 - A

## MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS

Nº Processo Metrô					
Nº Pregão Eletrônico					
Compras.Gov					
Objeto:					
Razão Social da Proponente:					
Valor Total Proposto:		Data da Apresentação da Proposta:			
Os preços ofertados referem-se ao dia 01 (um) do mês e ano da apresentação da proposta.					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	PREÇO EM R\$	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Manutenção preventiva, corretiva, auditoria física e monitoramento da sala cofre e a totalidade de seus subsistemas, incluindo sala UPS, corredor técnico, sala de monitoramento, sistema de climatização, geração de energia e todos os componentes.	24	serviço x mês		
2	Serviço de recarga total de gás FM-200	2	serviço		
3	Serviço de abertura e fechamento das blindagens existentes na sala cofre certificada	4	serviço		
4	Confecção de nova abertura para passagem de cabos para acesso a sala cofre nas medidas 120mm x 220mm	2	serviço		
5	Instalação de novos circuitos elétricos, incluindo todos os materiais necessários	20	serviço		
6	Instalação de novos pontos de rede UTP certificados incluindo os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados	24	serviço		
7	Instalação de novos pontos de fibra óptica, incluindo todos os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados	12	serviço		
8	Serviço de capacitação técnica – para até 6 participantes	4	turma		
PREÇO TOTAL:				(1)	
OBSERVAÇÕES:					
(1) O valor total aqui resultante é o valor que deverá ser registrado pela PROPONENTE, por ocasião da apresentação de sua oferta no site da COMPRAS.GOV.					

**Esta Planilha deve ser preenchida e enviada ao Pregoeiro na etapa de negociação**

### ANEXO 4.2-A - PLANILHA REFERENCIAL PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. PARA 24 MESES	UN.	% REFERENCIAL
1	<b>SALA-COFRE</b> Manutenção preventiva, corretiva, auditoria física e monitoramento da sala cofre e a totalidade de seus subsistemas, incluindo sala UPS, corredor técnico, sala de monitoramento, sistema de climatização, geração de energia e todos os componentes.	24	serviço x mês	89,7637%
2	Serviço de recarga total de gás FM-200	2	serviço	3,3581%
3	Serviço de abertura e fechamento das blindagens existentes na sala cofre certificada	4	serviço	1,3652%
4	Confecção de nova abertura para passagem de cabos para acesso a sala cofre nas medidas 120mm x 220mm	2	serviço	1,0613%
5	Instalação de novos circuitos elétricos, incluindo todos os materiais necessários	20	serviço	1,2001%
6	Instalação de novos pontos de rede UTP certificados incluindo os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados	24	serviço	1,4666%
7	Instalação de novos pontos de fibra óptica, incluindo todos os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados	12	serviço	1,1266%
8	Serviço de capacitação técnica – para até 6 participantes	4	turma	0,6584%
<b>TOTAL</b>				<b>100,0000%</b>

Nos termos do item 6.22 das Condições Específicas do edital, finda a negociação, a PROPONENTE deverá encaminhar de imediato, por meio eletrônico, a Planilha de Preços que contenha os preços unitários e total para o serviço, a partir do valor total final obtido no certame, ocasião em que poderá considerar a presente Planilha Referencial meramente orientativa, para composição dos Preços Unitários.



**ANEXO 5**  
**MODELO DE PLANILHA SERVIÇOS E PREÇOS QUE INTEGRARÃO O INSTRUMENTO**  
**CONTRATUAL NO CASO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL COM DIFERENÇA DE**  
**ALÍQUOTA**

**NÃO APLICÁVEL**



## ANEXO 6 MODELO DE PLANO DE FATURAMENTO

### PLANO DE FATURAMENTO PARA CONTRATOS COM O METRO

**DADOS COMERCIAIS:** \_\_\_\_\_  
**RAZÃO SOCIAL / NOME:** \_\_\_\_\_  
**CNPJ/ CPF:** \_\_\_\_\_  
**CONTRATO Nº:** \_\_\_\_\_  
**OBJETO DO CONTRATO:** \_\_\_\_\_  
**OPTANTE DO SIMPLES:** ☐ SIM ☐ NÃO

ITEM PSP	DESCRIÇÃO:	TRIBUTOS INCIDENTES ALÍQUOTAS								Carga total de tributos (%)	NCM TIPI	CÓDIGO LEI 116/03	Tipo de doc. de cobrança	Empresa responsável pelo faturamento
		ICMS	IP	PIS	COFINS	CSLL	IR	INSS	ISS					

Nota: Havendo regime especial, isenção ou outro benefício fiscal, apresentar o ato de concessão e, se se referir a um ou mais itens do contrato, inserir coluna ao lado do item e detalhar o benefício (redução da alíquota, redução da base de cálculo etc.).

**\*Obs.: O objetivo desse plano é auxiliar no cadastramento dos tributos do contrato no Sistema "ERP/SAP". Portanto, as informações tributárias fornecidas são de inteira e exclusiva responsabilidade do contratado, que deverá observar o pleno atendimento à legislação vigente.**



## ANEXO 7

### DOCUMENTO TÉCNICO RT\_GTICOI/8x\_032\_24

**ANEXO 8**  
**MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA**

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ da Proponente: \_\_\_\_\_

À COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ - São Paulo - SP

Número da Licitação: \_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_

Número do Contrato: \_\_\_\_\_

Valor da Fiança: R\$ \_\_\_\_\_

Por extenso: \_\_\_\_\_

Prazo da Fiança: \_\_\_\_\_ Meses ou Dias: \_\_\_\_\_

Por extenso: \_\_\_\_\_

Recomendado o prazo de vigência contratual acrescido de 30 (trinta) dias.

**DADOS DO BANCO FIADOR**

Nome do Banco: \_\_\_\_\_

Endereço (Rua, Avenida, etc.): \_\_\_\_\_

Número: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

**DADOS DA PROPONENTE**

Endereço (Rua, Avenida, etc.): \_\_\_\_\_

Número: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Prezados senhores,

Ref.: FIANÇA BANCÁRIA

1. Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o BANCO acima identificado, por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador, até o limite informado, da empresa também já indicada, em garantia à fiel, completa, cabal e perfeita execução pela Contratada dos termos do Contrato supracitado, celebrado entre a empresa afiançada e essa Companhia, cujo objeto segue sobrescrito.

1.1 O valor limite acima estabelecido será automaticamente atualizado na mesma época, forma e periodicidade determinadas na Cláusula Reajuste do Contrato afiançado.

2. A fiança ora concedida visa assegurar o cumprimento, por parte da afiançada, de toda e qualquer cláusula e/ou condição relativa ao Contrato supra indicado, podendo o valor de tal fiança ser recebido por essa Companhia, a qualquer tempo, independentemente de autorização ou mera concordância da afiançada, ou ainda de ordem judicial, bem como de qualquer prévia justificação.

3. Este Banco, neste ato, renuncia expressamente aos benefícios do artigo 827, do Código Civil Brasileiro, e declara, sob as penas da Lei que:

3.1 Está legal e estatutariamente autorizado a emitir a presente carta de fiança;

3.2 Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária e regulamentações do Banco Central aplicáveis;

3.3 O valor da presente fiança se contém dentro dos limites permitidos por aquela instituição federal.

4. A presente Fiança Bancária vigorará pelo constante acima, contado a partir da data do Contrato ora afiançado, estando sua liberação, em qualquer caso, condicionada a comunicação, por escrito, dessa Companhia.

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_

**ANEXO 9****SEGUNDA PARTE****MINUTA DO CONTRATO E SEUS ANEXOS****ÍNDICE**

1.	OBJETO	fl.
2.	DOCUMENTOS INTEGRANTES	fl.
3.	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	fl.
4.	VIGÊNCIA/ PRAZOS	fl.
5.	PREÇOS	fl.
6.	MEDIÇÃO	fl.
7.	COBRANÇA	fl.
8.	PAGAMENTOS	fl.
9.	REAJUSTE	fl.
10.	TRIBUTOS	fl.
11.	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	fl.
12.	FISCALIZAÇÃO	fl.
13.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	fl.
14.	OBRIGAÇÕES RELACIONADAS A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)	fl.
15.	GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	fl.
16.	RESCISÃO	fl.
17.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS	fl.
18.	SUBCONTRATAÇÃO	fl.
19.	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS	fl.
20.	ACEITAÇÃO	fl.
21.	GARANTIA DOS SERVIÇOS	fl.
22.	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA COMPANHIA DO METRÔ	fl.
23.	DISPOSIÇÕES GERAIS	fl.

**MINUTA DO CONTRATO**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_  
CÓDIGO FORNECEDOR \_\_\_\_\_

Pelo presente Instrumento, feito em 1 (uma) via, de um lado, a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO METRÔ, CNPJ nº 62.070.362/0001-06, com sede em São Paulo, situada na Rua Boa Vista, 175, doravante denominada simplesmente COMPANHIA DO METRÔ, e de outro:

EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

doravante denominada simplesmente CONTRATADA, legalmente representadas e ao final assinadas, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, nos termos do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô (REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES), disponível para acesso em seu sítio eletrônico, e pelas disposições da Lei federal nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, assim como da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, especificamente no que se refere às infrações e sanções administrativas, pelo quanto disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas que se seguem:

**1. OBJETO**

- 1.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, auditoria física e monitoramento da sala cofre e a totalidade de seus subsistemas, incluindo sala UPS, corredor técnico, sala de monitoramento, sistema de climatização e geração de energia do datacenter da Companhia do Metrô.
- 1.2 Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço **unitário**.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

- 2.1 Integram este Instrumento todos os documentos do processo licitatório e mais os seguintes:
- 2.1.1 Planilha de Serviços e Preços – Anexo \_\_\_\_;
- 2.1.2 Documento Técnico RT\_GTICOI/8x\_032\_24 – Anexo \_\_\_\_;
- 2.1.3 Modelo de Plano de Faturamento – Anexo \_\_\_\_;
- 2.1.4 ORIENTAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE – ASGI – Anexo \_\_\_\_;
- 2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.
- 2.2.1 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

**3. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1 Os serviços objeto do presente instrumento deverão ser executados em estrita consonância ao disposto no Documento Técnico RT\_GTICOI/8x\_032\_24 – Anexo.

#### **4. VIGÊNCIA/PRAZOS**

- 4.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 25 (vinte e cinco) meses, contados da data deste instrumento contratual.
- 4.1.1 Os serviços objeto do Contrato têm prazo de execução de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato.
- 4.2 O Contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, até o limite de 05 (cinco) anos mediante avaliação prévia pela COMPANHIA DO METRÔ, das condições legais para tanto.
- 4.3 A inobservância dos prazos previstos neste Instrumento somente será admitida pela COMPANHIA DO METRÔ quando fundamentada nos motivos de força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, ou por motivos imputáveis à COMPANHIA DO METRÔ, os quais deverão ser comprovados sob pena de a CONTRATADA incorrer nas penalidades estipuladas neste Contrato.
- 4.4 A hipótese de que trata o item antecedente somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da CONTRATADA, até no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso, e, também por escrito, aceita pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 4.5 Após a conclusão e aprovação dos serviços, a COMPANHIA DO METRÔ emitirá o Termo de Encerramento Contratual (TEC), desde que não haja pendências fiscais, tributárias, técnicas, financeiras e trabalhistas.

#### **5. PREÇOS**

- 5.1 O valor total deste contrato é de R\$...... (extenso), na data-base de 01/\_\_\_/\_\_\_, conforme Planilha de Serviços e Preços – Anexo \_\_\_\_.
- 5.2 Os preços deste Contrato contemplam toda mão-de-obra, materiais, transportes, equipamentos, acessórios, tributos, encargos de natureza previdenciária, fiscal e trabalhista, incluindo benefícios sociais e os demais custos inerentes ao objeto contratual.

#### **6. MEDIÇÃO**

- 6.1 Medição será aplicável, conforme detalhado nos itens abaixo:
- 6.1.1 Os serviços descritos nos itens 2 a 8 da Planilha de Serviços e Preços objeto deste Contrato serão apontados por medições mensais, que deverão conter todos os eventos realizados no mês da apuração e que tenham sido aprovados pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 6.1.2 As medições serão feitas diretamente pela CONTRATADA, devendo seu início ser previamente comunicado à COMPANHIA DO METRÔ para acompanhamento.
- 6.1.2.1 As medições deverão ser numeradas sequencialmente, discriminando o número deste Contrato, o objeto, os serviços realizados e as respectivas quantidades bem como os locais de sua realização.
- 6.1.3 Procedidas as medições, os seus resultados deverão ser encaminhados pela CONTRATADA à COMPANHIA DO METRÔ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao mês apurado, para exame e aprovação ou rejeição, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, contados da data de entrega da medição.

- 6.1.3.1 As medições deverão ser encaminhadas diretamente ao gestor do Contrato, nos termos da Cláusula Comunicações adiante.
- 6.1.3.2 Os serviços que não tenham constado nas medições correspondentes aos meses em que foram realizados deverão ser apresentados em medição posterior, pelo valor da época de sua realização, obedecidas as demais condições contratuais.
- 6.1.4 No caso de rejeição de parte da medição, por responsabilidade da CONTRATADA, deverá ser observado o seguinte
  - 6.1.4.1 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta Cláusula.
  - 6.1.4.2 A parcela de medição rejeitada pela COMPANHIA DO METRÔ será devolvida à CONTRATADA para cancelamento ou correção. Neste caso os prazos estabelecidos nesta Cláusula serão contados novamente, a partir da sua reapresentação.
  - 6.1.4.3 A devolução total ou parcial das medições e/ou dos documentos de cobrança, não aprovados, bem como os prazos para sua reapresentação e reexame, em hipótese alguma será motivo para suspensão da execução dos serviços contratados.

## 7. COBRANÇA

- 7.1 Os documentos de cobrança deverão ser entregues em 2 (duas) vias, diretamente a/c do Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de seus vencimentos e deverão estar em conformidade com a legislação vigente e, caso contrário, serão devolvidos.
- 7.2 Nesses documentos deverão ser indicadas, obrigatoriamente, sob pena de rejeição, **ou no corpo do documento fiscal ou em documento apartado**, as seguintes informações:
  - a) Número do contrato.
  - b) Número da ordem de serviço (quando aplicável).
  - c) Número da medição (quando aplicável).
  - d) Identificação do item ou itens da planilha contratual correspondente ao faturamento apresentado (na hipótese de faturamento de valor do total de um item planilha do ou mais de um item).
  - e) Identificação do item ou itens da planilha contratual correspondente ao faturamento apresentado (na hipótese de faturamento de valores parciais do valor total de um item planilhado ou mais de um item) acompanhada de memória de cálculo que demonstre a apuração do valor faturado com base nas quantidades ou percentuais medidos em conformidade com o quanto pactuado no contrato.
- 7.3 A COMPANHIA DO METRÔ devolverá à CONTRATADA documentos de cobrança apresentados com erros. Neste caso, todos os prazos estabelecidos serão contados novamente, a partir da reapresentação da documentação devolvida.
- 7.4 Caso a CONTRATADA incorra em atraso na entrega de qualquer documento de cobrança e/ou medição, a COMPANHIA DO METRÔ postergará a respectiva data de vencimento pelo mesmo número de dias correspondente ao período de tal atraso. Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.

- 7.4.1 Ocorrendo atraso na apresentação de ambos, documento de cobrança e medição, a respectiva data de vencimento será postergada em função do documento que apresentar maior período de atraso.
- 7.5 A Nota Fiscal/Fatura/Recibo de Prestação de Serviços deverá ser emitido de acordo com as exigências estabelecidas no artigo 219 e §§ do Decreto Federal nº 3.048, de 06/05/99, e suas regulamentações, devendo ainda a CONTRATADA, nos termos do mesmo Decreto e de Instruções do Ministério da Previdência Social – Secretaria da Receita Previdenciária (MPS/SRP) em vigor à época da prestação do serviço/faturamento, fornecer, juntamente com tal documento, cópia da GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, correspondente ao mês da prestação de serviços, se aplicável. Para empresas que já estão obrigadas ao eSocial e DCTFWeb, fornecer instrumentos de confissão de dívida e de constituição do crédito previdenciário substituto.
- 7.5.1 Nos casos de inobservância, discrepância ou incorreção na indicação de valores, conforme estabelecido no referido Decreto, ou em casos de glosas aplicadas, a COMPANHIA DO METRÔ efetuará o ajuste necessário, comunicando tal fato à CONTRATADA.

## 8. PAGAMENTOS

- 8.1 O pagamento à CONTRATADA, referente ao item 1 da Planilha de Serviços e Preços, será realizado em 24 parcelas mensais, vencendo a primeira no 30º (trigésimo) dia, contado da data de assinatura do contrato.
- 8.1.1 O pagamento dos itens 2 ao 8 da Planilha de Serviços e Preços serão solicitados por Ordem de Serviço – OS e pagos no 30º (trigésimo) dia contado da realização dos serviços e desde que aprovados pela Companhia do Metrô.
- 8.2 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente junto ao Banco do Brasil S/A.
- 8.3 A CONTRATADA dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a COMPANHIA DO METRÔ, pela simples efetivação do crédito correspondente em sua conta corrente.
- 8.4 Caso ocorram atrasos nos pagamentos, por motivos imputáveis à COMPANHIA DO METRÔ, os valores devidos serão atualizados com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado “pro rata tempore” desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo. Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro:

$$VDA = VDO \times \left( \frac{IPC-FIPE\ 1}{IPC-FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \times \left( \frac{IPC-FIPE\ 2}{IPC-FIPE\ 1} \right) \times \left( \frac{IPC-FIPE\ 3}{IPC-FIPE\ 2} \right)^{(y/z)} \text{ em que:}$$

VDA = Valor atualizado do pagamento em atraso;

VDO = Valor em atraso;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês de vencimento da obrigação;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês de vencimento da obrigação;

IPC-FIPE 2 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês de pagamento da obrigação;

IPC-FIPE 3 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês de pagamento da obrigação;

n = número de dias contados da data do vencimento da obrigação, exclusive, até o último dia do mês do vencimento da obrigação, inclusive;

m = número de dias do mês do vencimento da obrigação;

y = número de dias contados do primeiro dia do mês do pagamento da obrigação, até o dia do pagamento da obrigação;

z = número de dias do mês do pagamento da obrigação.

- 8.4.1 No caso de o pagamento ocorrer no mesmo mês do vencimento, a fórmula a ser aplicada é:

$$VDA = VDO \times \left( \frac{IPC-FIPE\ 1}{IPC-FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \quad \text{em que:}$$

VDA = Valor atualizado do pagamento em atraso;

VDO = Valor em atraso;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação;

n = número de dias contados da data do vencimento da obrigação, exclusive, até a data do efetivo pagamento da obrigação, inclusive;

m = número de dias do mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação.

- 8.5 Fica expressamente estabelecido que a COMPANHIA DO METRÔ não aporá aceite em duplicatas, triplicatas e letras de câmbio e que somente liquidará os títulos que portem, no verso, a condição "Vinculado a Verificação e Cumprimento de Cláusulas Contratuais - Contrato nº 1002094501", firmada pelo emitente e eventuais endossatários.

- 8.6 Não será admitida a cessão de créditos da CONTRATADA em favor de subcontratadas.

## 9. REAJUSTE

- 9.1 Os preços constantes do presente Contrato poderão ter seus valores reajustados a partir de 1 (um) ano da sua data-base, com periodicidade de 12 (doze) meses, em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Plano Real e o Sistema Monetário Nacional, e observados os termos do Decreto Estadual 48.326, de 12/12/03, aplicando-se a fórmula de reajuste abaixo:

$$R = Po \left[ \left( \frac{IPC}{IPC_0} \right) - 1 \right], \quad \text{em que}$$

R = Parcela de reajuste;

Po = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços;

IPC = Índice IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, referente ao segundo mês anterior ao mês de aplicação do reajuste, segundo a periodicidade estabelecida na legislação vigente à época;

IPC<sub>0</sub> = Mesmo índice, porém referente ao segundo mês anterior ao mês da data-base dos preços.

- 9.2 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta Cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 9.2.1 O reajuste de preços de que trata o item anterior incidirá somente sobre eventos que estejam fixados contratualmente para cumprimento posterior à data de sua aplicação.
- 9.3 Em caso de aditamento ao Contrato, ocorrendo atraso atribuível à CONTRATADA, antecipação ou prorrogação na realização dos serviços, o reajuste obedecerá às seguintes condições:
- 9.3.1 Havendo atraso atribuível à CONTRATADA, se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para realização da atividade. Se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a atividade for executada ou concluída;
- 9.3.2 Ocorrendo o atraso por razões não imputáveis à CONTRATADA ou que não poderia ser evitado por sua atuação diligente, prevalecerão os índices vigentes nas datas em que a atividade for executada ou concluída, sendo permitido o pagamento do mesmo, antes da regularização dos prazos por meio de aditivo, desde que autorizado expressamente pela COMPANHIA DO METRÔ e limitado ao prazo de execução contratual.
- 9.3.3 Quando houver antecipação dos serviços, prevalecerão os valores da Tabela de Preços ou os índices do período em que os serviços foram realmente executados.
- 9.4 Caso até a emissão do documento de cobrança não seja conhecido o índice de reajuste correspondente, e a fim de permitir que o cálculo do mesmo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, projetada pelo número de meses faltantes, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste previsto nesta Cláusula.
- 9.4.1 Quando da publicação dos índices definitivos far-se-á a apuração e a realização do correspondente ajuste financeiro da diferença a maior ou a menor, considerada a mesma data do vencimento do documento de cobrança que tenha dado origem à ocorrência, e sujeito à mesma regra prevista na Cláusula Pagamentos deste Contrato.
- 9.5 Na eventualidade de qualquer dos indicadores referidos nesta Cláusula deixar de existir, sem prejuízo do previsto no item 9.4, a aplicação dos indicadores substitutivos definitivos somente se dará por meio de Aditivo Contratual.
- 9.6 Os valores de reajuste deverão ser indicados no corpo do documento de cobrança, separado do valor do principal, e acompanhado da respectiva memória de cálculo.
- 10. TRIBUTOS**
- 10.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência direta ou indireta da execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá sem direito a reembolso. A COMPANHIA DO METRÔ, quando ela for a fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos de lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela CONTRATADA, segundo a legislação vigente.

- 10.1.1 Tais tributos e encargos deverão ser listados e detalhados conforme modelo de Planilha constante no Anexo Plano de Faturamento deste Contrato, que deverá ser elaborado e entregue, em até 30 dias da data deste instrumento contratual deste Contrato, diretamente a/c do Gestor do Contrato.
- 10.2 Havendo, após a data-base dos preços, alteração, isenção, extinção de tributos ou encargos legais, ou instituição de outros que, incidam direta e comprovadamente nos preços contratados, a COMPANHIA DO METRÔ procederá conforme abaixo:
- 10.2.1 Caso haja diferença a maior, a COMPANHIA DO METRÔ somente procederá ao pagamento, após a aceitação da comprovação, pela CONTRATADA, dos ônus daí decorrentes.
- 10.2.2 Na hipótese de a CONTRATADA, ou a COMPANHIA DO METRÔ, vir a beneficiar-se de isenções ou reduções junto ao Fisco, proceder-se-á à revisão do indicado na data-base dos preços.
- 10.3 A CONTRATADA deverá comprovar o recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento, sempre que solicitado pela COMPANHIA DO METRÔ, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Sanções Administrativas deste instrumento.
- 10.4 Quando, por disposição legal, a COMPANHIA DO METRÔ for a responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste Contrato, e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimo e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento ou do não cumprimento das condições que possibilitem o seu correto recolhimento, tais valores, atualizados, serão descontados de quaisquer créditos da CONTRATADA perante a COMPANHIA DO METRÔ, ou por cobrança pela emissão de Nota de Débito.
- 10.5 A COMPANHIA DO METRÔ, em cumprimento a Lei Federal 9.711/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.048, de 06/05/99, e instruções do Ministério da Previdência Social – Secretaria da Receita Previdenciária (MPS/SRP) em vigor à época da prestação do serviço/faturamento, efetuará a retenção e o recolhimento ao INSS da contribuição à Seguridade Social sobre os valores devidos por conta do presente Contrato, na forma e prazos no mesmo estabelecidos, se aplicável.

## 11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1 A CONTRATADA obriga-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a manter todas as condições de habilitação exigidas no PREGÃO ELETRÔNICO que deu origem ao presente Instrumento, comunicando imediatamente qualquer fato ou circunstância superveniente que altere tais condições.
- 11.1.1 A CONTRATADA deverá manter seu endereço atualizado junto ao SICAF, obrigando-se a informar imediatamente qualquer alteração que ocorra durante a execução do Contrato.
- 11.1.2 Caso a CONTRATADA seja constituída na forma de consórcio, **se permitida a participação**, deverá apresentar a COMPANHIA DO METRÔ no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do contrato, o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, nos moldes da Instrução Normativa RFB nº 2119, de 06 de dezembro de 2022.

- 11.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os requisitos de segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais, os aspectos legais, os diversos tipos de acessos a sistemas e a dados, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe aplicadas as penalidades previstas neste Instrumento contratual, independentemente de sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis e eventuais ressarcimento de danos.
- 11.3 A CONTRATADA obriga-se a responder pelo pagamento de todos e quaisquer ônus, tributos e multas oriundas deste contrato, inclusive os de origem fiscal, previdenciária e/ou trabalhista.
- 11.4 A CONTRATADA é a responsável pelos danos causados diretamente à COMPANHIA DO METRÔ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 11.5 A CONTRATADA é responsável pela execução deste Contrato em plena conformidade com as especificações e normas técnicas pertinentes, obrigando-se no prazo que lhe for fixado pela COMPANHIA DO METRÔ a reparar, refazer ou repor qualquer parte da execução do serviço, que venha a apresentar defeitos ou incorreções, sem ônus adicionais e sem prejuízo do disposto na Cláusula Sanções Administrativas deste instrumento, resultantes de vícios na execução ou nos materiais empregados.
- 11.6 Caso sejam constatadas situações que possam caracterizar transgressão a normas técnicas, ou a regulamentos, ou a leis em vigor, caberá à CONTRATADA comunicar imediatamente à COMPANHIA DO METRÔ, por escrito, sobre tais possibilidades, a fim de que as eventuais irregularidades possam ser sanadas em tempo hábil.
- 11.7 Todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como as peças e componentes para substituição, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.8 A CONTRATADA obriga-se a substituir, imediatamente, os profissionais alocados para realização do objeto contratado, sempre que a COMPANHIA DO METRÔ observar ineficiência na qualidade dos serviços e/ou na capacitação técnica.
- 11.9 A CONTRATADA zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos de cobrança e demais documentos relativos a este Contrato, inclusive certificando-se da identificação do destinatário, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade ou até a suspensão na liquidação de compromissos e obrigações por parte da COMPANHIA DO METRÔ.
- 11.10 A CONTRATADA se responsabiliza pela conduta que seus empregados deverão ter durante as horas de trabalho em recinto da COMPANHIA DO METRÔ, assegurando, outrossim, que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia no relacionamento com os empregados da COMPANHIA DO METRÔ, bem como no sentido de que sejam observadas, rigorosamente, as exigências emanadas do SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 11.11 Os funcionários alocados ao serviço deverão ter vínculo profissional com a CONTRATADA, o qual poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, inclusive autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente pela execução dos serviços.

- 11.12 A CONTRATADA obriga-se a observar as normas aplicáveis, tanto federais, estaduais, municipais e de segurança e saúde do trabalho, constantes da CLT, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho, como, especialmente, as previstas no Instrumento Normativo NOR-00-206 da COMPANHIA DO METRÔ, nas Especificações Contratuais Ambiental e Especificações Contratuais de Segurança e Saúde Ocupacional emitidas pela COMPANHIA DO METRÔ, sob pena de, além de incorrer nas penalidades legais e contratuais estabelecidas, ter anotação no SICAF – SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES pelo descumprimento de quaisquer normas de segurança e meio ambiente, bem como ensejar a rescisão do Contrato.
- 11.13 O gerenciamento da equipe técnica e a coordenação dos trabalhos estarão sob a responsabilidade da CONTRATADA, ficando a cargo da COMPANHIA DO METRÔ o acompanhamento dos serviços executados.
- 11.13.1 A CONTRATADA deverá designar um supervisor técnico, que mensalmente se reunirá com a área técnica da COMPANHIA DO METRÔ, responsável pelos serviços, visando acompanhamento técnico na execução dos serviços prestados.
- 11.13.2 A reunião poderá ocorrer mensalmente, ou a qualquer momento, quando for verificado problemas na prestação dos serviços.
- 11.14 A CONTRATADA se responsabiliza pela instalação, nas dependências da COMPANHIA DO METRÔ, dos equipamentos para cumprimento do objeto deste Instrumento.
- 11.15 A CONTRATADA deverá fornecer lista contendo os nomes de seus empregados que prestarão serviços nas dependências da COMPANHIA DO METRÔ. Estes, quando em serviço, deverão obedecer às normas internas de segurança e portar crachá de identificação.
- 11.16 Os empregados da CONTRATADA, quando da realização de serviços nas dependências da COMPANHIA DO METRÔ, deverão estar devidamente uniformizados.
- 11.17 A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do objeto do Contrato em até 20 dias da data do Contrato.
- 11.18 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Companhia do Metrô e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à COMPANHIA DO METRÔ.
- 11.19 A CONTRATADA deverá informar imediatamente a Companhia do Metrô, caso apresente pedido de recuperação judicial/extrajudicial, durante a execução deste contrato.
- 11.20 É de responsabilidade da CONTRATADA comunicar à COMPANHIA DO METRÔ eventuais alterações em seu Código de Conduta e Integridade ou que implantou um Código de Conduta e Integridade, que até o momento da assinatura do contrato ainda não o tinha implantado.

- 11.20.1 As alterações no Código de Conduta e Integridade da CONTRATADA bem como o Código recém implantado deverão ser encaminhados à COMPANHIA DO METRÔ para avaliação, a fim de que seja assegurado que as referidas alterações ou que o novo Código recém implantado são compatíveis com o Código de Conduta e Integridade da COMPANHIA DO METRÔ. Se não mantida a compatibilidade, a empresa deverá submeter-se integralmente ao Código de Conduta e Integridade da COMPANHIA DO METRÔ.

## **12. FISCALIZAÇÃO**

- 12.1 A COMPANHIA DO METRÔ exercerá ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, sustentando qualquer atividade em execução que, comprovadamente, não esteja sendo realizada, de acordo com o objeto contratado.
- 12.2 Para efeito de fiscalização a CONTRATADA ficará obrigada a:
- 12.2.1 Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela COMPANHIA DO METRÔ ou pelo preposto por ela designado, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução, bem como às suas dependências;
- 12.2.2 Atender prontamente às reclamações, exigências ou observações feitas pela COMPANHIA DO METRÔ ou pelo preposto por ela designado, refazendo ou corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não obedeçam aos respectivos projetos, especificações, normas ou Ordens de Serviços;
- 12.2.3 Sustar qualquer serviço em execução que não esteja, comprovadamente, sendo executado com boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou de bens de terceiros, independentemente de solicitação da COMPANHIA DO METRÔ;
- 12.2.4 Informar, por escrito, à COMPANHIA DO METRÔ, em prazo de vinte e quatro horas, qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verificarem no local dos serviços, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata.
- 12.3 Para exercer completa fiscalização sobre a execução dos serviços, a COMPANHIA DO METRÔ terá amplos poderes, inclusive para:
- 12.3.1 Ordenar a imediata retirada, de suas instalações, de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou sem equipamento de segurança individual necessário, ou ainda, que embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, ou cuja permanência na área for considerada inconveniente em razão de comportamento inadequado ou de inaptidão técnica para a execução dos serviços;
- 12.3.2 Exigir, da CONTRATADA, a estrita obediência às especificações e normas contratuais;
- 12.3.3 Rejeitar ou sustar a execução de serviços insatisfatórios e exigir que estes sejam refeitos na extensão que entender necessária;
- 12.3.4 Vetar a utilização de materiais, equipamentos, métodos de trabalho ou de processos executivos que estejam, a seu juízo, em desacordo com as exigências e padrões técnicos e administrativos estipulados pelo presente Contrato.
- 12.3.5 Examinar, quando julgar conveniente, os documentos referentes à quitação regular da CONTRATADA para com a Previdência Social.

- 12.4 A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização da COMPANHIA DO METRÔ não restringe e nem exime a CONTRATADA da total responsabilidade pelos encargos e serviços que são de sua atribuição e competência, nem mesmo das obrigações assumidas neste Instrumento.

### 13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 13.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.5 prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 13.2 No caso de descumprimento de obrigações contratuais pela CONTRATADA, a COMPANHIA DO METRÔ, dependendo da gravidade do fato, e ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, poderá independentemente de a qualquer momento exercer o seu direito de rescindir este Contrato, aplicar, cumulativa ou isoladamente, as seguintes sanções, com respectiva anotação no SICAF:

- 13.2.1 advertência;
- 13.2.2 multa;
- 13.2.3 impedimento de licitar e contratar;
- 13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 13.4 A sanção de advertência será aplicada se a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- 13.5 A sanção de multa será aplicada por dia que exceda o prazo estabelecido para execução dos serviços, a ser calculada segundo a expressão abaixo, limitada a 30% (trinta por cento) do valor total da obrigação em atraso.

$$M_a = \left(0,1 \times \frac{V_o}{P_d}\right) \times n \quad \text{em que:}$$

$M_a$  = valor da multa por atraso em moeda corrente nacional.

$P_d$  = prazo contratual em dias consecutivos e ininterruptos.

$V_o$  = Valor da obrigação em atraso, atualizado até a data de sua efetiva realização. Caso se trate de obrigação cujo valor não esteja especificamente determinado no Contrato, deverá ser utilizado o valor total do Contrato, atualizado até a data de efetiva realização da obrigação.

$n$  = número de dias de atraso.

- 13.5.1 Será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado deste Contrato mencionado na Cláusula Preços e o dobro no caso de reincidência, pelo não cumprimento de quaisquer outras cláusulas ou condições deste Contrato, exceto para aquelas cujas sanções e procedimentos de regularização são os especificamente estabelecidos;
- 13.5.2 Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado deste Instrumento, por descumprimento total do seu objeto;
- 13.5.3 Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) do valor do saldo atualizado deste Instrumento, na hipótese de desistência ou não conclusão do objeto do contrato por ação ou omissão da Contratada.
- 13.5.4 Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor da complementação da garantia devida por dia que exceda o prazo estabelecido para sua apresentação, limitado a 12% (doze por cento), quando motivada por aditivo de suplementação/majoração de valor, aplicação de reajustamento contratual.
- 13.5.5 Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total da garantia devida por dia que exceda o prazo estabelecido para sua apresentação, limitado a 12% (doze por cento), quando motivada por aditivo de prorrogação de prazo ou alteração de razão social.
- 13.5.6 Aplicadas as multas, a COMPANHIA DO METRÔ as descontará dos pagamentos devidos à CONTRATADA, logo após a sua imposição.
- 13.5.6.1 No caso de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a CONTRATADA deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, na Gerência de Execução Financeira da COMPANHIA DO METRÔ, situado na Rua Boa Vista, 175 – 5º andar, nesta Capital, sujeitando-se, em não o fazendo, aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 13.5.6.2 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará, ainda, na atualização do valor a ser pago, com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado “pro rata tempore” desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, conforme fórmulas previstas nos itens 8.4 e 8.4.1 da Cláusula 8 deste contrato.
- 13.5.6.3 O pagamento das multas estabelecidas nos itens acima ou o seu desconto como aqui especificado, com exceção da multa referente à desistência ou descumprimento total do objeto contratado, não exime a CONTRATADA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste Instrumento.



- 13.5.6.4 O pagamento de quaisquer das multas estabelecidas nesta Cláusula, ou o seu desconto como aqui especificado, não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a ser causados diretamente à COMPANHIA DO METRÔ, seus empregados, prepostos, usuários e/ou terceiros em decorrência da execução do objeto do Instrumento Contratual.
- 13.5.6.5 É possível a cumulação das sanções de multa previstas nos itens acima quando tiverem origem em fatos geradores diversos.
- 13.5.6.6 As sanções previstas nesta cláusula, quando aplicadas isolada ou cumulativamente, não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Instrumento Contratual, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outras sanções de caráter não pecuniário e rescisão contratual.
- 13.5.6.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são cumuláveis com sanções de multa para um mesmo fato.
- 13.6 A Sanção de impedimento de licitar e contratar com qualquer Entidade ou Órgão da Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 3 (três) anos, referida no subitem 13.2.3 acima e prevista no inciso III e no § 4º do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com o consequente bloqueio no SICAF, bem como registro no sítio eletrônico [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br), será aplicada à CONTRATADA nas hipóteses de: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato, e ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, sem motivo justificado.
- 13.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar referida no subitem 13.2.4 acima e prevista no inciso IV e § 5º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, será aplicada à CONTRATADA nas hipóteses de: prestar declaração falsa durante a execução do contrato; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13, bem como nas hipóteses previstas no item 13.6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida.
- 13.7.1 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser fixado pela administração em sua decisão.
- 13.8 No caso de aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.9 A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, os princípios da administração pública, o CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA COMPANHIA DO METRÔ - acessível através do site oficial <https://governancacorporativa.metrosp.com.br/Paginas/Conduta-e-Integridade.aspx> -, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, punidos com as sanções previstas nos subitens 13.2.3 (impedimento de licitar e contratar) e 13.2.4 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) desta cláusula será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 e no Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô, devendo o contratado abster-se da prática de qualquer ato de corrupção, imoral, antiético, desleal ou de má-fé.

- 13.10 O cabimento das sanções estabelecidas nesta cláusula será analisado em processo administrativo sancionatório nos termos do Título IX do REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES DA COMPANHIA, observadas, todavia, as particularidades abaixo:
- 13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**
- 14.1 **Tratamento de dados pessoais.** A realização de atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis ("Dados Pessoais"), no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, deverá observar toda a legislação aplicável a tal tratamento, incluindo, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018, doravante "LGPD"), além das normas e regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados, notadamente, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), conforme aplicáveis à presente contratação.
- 15. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 15.1 **Será exigida Garantia de Execução Contratual, conforme detalhado nos itens abaixo:**
- 15.1.1 Para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA prestou garantia de 5 % (cinco por cento) do valor referente ao período de 12 (doze) meses deste Contrato, calculado com base no prazo de vigência contratual, com prazo de validade que abranja todo o período de vigência deste Contrato.
- 15.1.1.1 Em contratos que não sejam de natureza contínua, o valor de cobertura de tal garantia poderá ser reduzido, caso seja de interesse da CONTRATADA, na proporção da realização do Contrato e na mesma época do reajustamento de preços, passando a ser exigível sobre o saldo atualizado do mesmo, desde que especificamente atestado pelo Gestor designado pela COMPANHIA DO METRÔ para este Instrumento, que não reste qualquer pendência relativamente à parte já executada do Contrato.
- 15.1.2 Poderá haver substituição entre as modalidades de garantia previstas no Edital, quais sejam: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, durante a vigência deste Contrato, desde que previamente aprovada pela COMPANHIA DO METRÔ.

- 15.1.3 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ser emitida por uma instituição bancária devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, ter seu valor expresso em REAL e, se aplicável, com atualização automática de seu valor, na mesma época, forma e periodicidade, estabelecidas na Cláusula Reajuste da Minuta do Contrato – Anexo deste Edital, devendo ser apresentada conforme modelo anexo do Edital vinculado.
- 15.1.4 Em caso de aditamento ao Contrato que implique majoração ou complementação em seu valor, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias da data de emissão do respectivo Aditamento, a devida complementação do valor da garantia, de forma a manter a equivalência já estabelecida no item 15.1.1, sob pena de ser adotado o procedimento previsto em 15.1.8, e sem prejuízo na aplicação das penalidades previstas contratualmente.
- 15.1.5 Em caso de aditamento de alteração de razão social ou de prorrogação de prazo, a CONTRATADA também deverá apresentar, no mesmo prazo indicado no item 15.1.4, a devida regularização da garantia, quando prestado na modalidade de fiança bancária ou seguro garantia.
- 15.1.6 As complementações de garantia previstas nos itens acima deverão ser apresentadas para análise da Companhia do Metrô da seguinte forma:
- Documentos eletrônicos: por meio do endereço eletrônico [compromissos@metrosp.com.br](mailto:compromissos@metrosp.com.br) e a data de envio e recebimento do e-mail será o protocolo;
  - Documentos em papel: na Gerência de Execução Financeira, na Rua Boa Vista, 175 – Bloco B – 5º andar.
- 15.1.7 Quando se tratar da modalidade caução em dinheiro ou Seguro-Garantia, obriga-se a CONTRATADA, independentemente de qualquer comunicação prévia da COMPANHIA DO METRÔ, a apresentar sua devida complementação até o último dia do mês da aplicação do reajuste.
- 15.1.8 A não apresentação do complemento da garantia de execução contratual, qualquer que seja a modalidade prestada como garantia, implicará na retenção dos créditos da CONTRATADA vincendos a partir de seu inadimplemento, até o limite do valor previsto para a complementação, caracterizando-se, assim, a prestação de garantia como caução em dinheiro.
- 15.1.9 A COMPANHIA DO METRÔ devolverá à CONTRATADA o(s) valor(es) retido(s) por conta da aplicação das regras de retenção aqui estabelecidas, em até 10 (dez) dias após a data da apresentação do complemento ou da renovação da garantia, sem qualquer tipo de atualização.
- 15.1.10 A garantia de execução contratual responde por todos os danos e prejuízos que a Contratada causar à COMPANHIA DO METRÔ no curso da execução contratual, em especial pela exequibilidade das multas e pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de qualquer natureza, não honradas pela contratada.
- 15.1.10.1 Não sendo suficiente a garantia prestada, a CONTRATADA será responsável pelas diferenças que vierem a ser apuradas e pela reposição e/ou complementação de garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste Instrumento.
- 15.1.11 Atendidos todos os termos deste Contrato que se refiram à garantia prestada, em até 30 (trinta) dias após o encerramento dos serviços e efetivado o encerramento do Contrato, haverá a devolução do total ou de eventual saldo da mesma, conforme for o caso.

- 15.1.12 A garantia, quando prestada em dinheiro, ou seu saldo, será devolvida atualizada com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado "pro rata tempore" desde a data do depósito até a data da efetiva devolução, exceto para o procedimento previsto no item 15.1.8, conforme fórmula abaixo:

$$VDA = VDO \times \left( \frac{IPC - FIPE\ 1}{IPC - FIPE\ 0} \right)^{\left( \frac{n}{m} \right)} \times \left( \frac{IPC - FIPE\ 2}{IPC - FIPE\ 1} \right) \times \left( \frac{IPC - FIPE\ 3}{IPC - FIPE\ 2} \right)^{\left( \frac{y}{z} \right)}$$

Em que:

VDA = Valor atualizado da garantia em dinheiro;

VDO = Valor original da garantia em dinheiro;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do depósito da garantia;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do depósito da garantia;

IPC-FIPE 2 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês da devolução da garantia;

IPC-FIPE 3 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês da devolução da garantia;

n = número de dias contados da data do depósito da garantia, exclusive, até o último dia do mês do depósito da garantia, inclusive;

m = número de dias do mês do depósito da garantia;

y = número de dias contados do primeiro dia do mês da devolução da garantia, até o dia da devolução da garantia;

z = número de dias do mês da devolução da garantia.

- 15.1.12.1 No caso de a devolução da garantia ocorrer no mesmo mês do depósito, a fórmula a ser aplicada é:

$$VDA = VDO \times \left( \frac{IPC - FIPE\ 1}{IPC - FIPE\ 0} \right)^{\left( \frac{n}{m} \right)}$$

Em que:

VDA = Valor atualizado da garantia em dinheiro;

VDO = Valor original da garantia;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do depósito da garantia/devolução da garantia;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do depósito da garantia/devolução da garantia;

n = número de dias contados da data do depósito, exclusive, até a data da efetiva devolução da garantia, inclusive;

m = número de dias do mês do depósito da garantia/devolução da garantia.

- 15.1.13 A garantia responderá, também, por serviços executados por eventuais SUBCONTRATADAS.

## 16. RESCISÃO

- 16.1 Constitui motivo de rescisão do presente Contrato, mediante denúncia da COMPANHIA DO METRÔ, independentemente da aplicação de penalidades contratuais:
- 16.1.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, observadas as disposições deste Instrumento;
- 16.1.2 O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento ou no cumprimento de datas intermediárias ou datas marco que comprovadamente ensejem a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados e acarretem prejuízos à COMPANHIA DO METRÔ e em outros contratos;
- 16.1.2.1 A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à COMPANHIA DO METRÔ;
- 16.1.3 A subcontratação total ou parcial do serviço contratado;
- 16.1.4 A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem prévia autorização da COMPANHIA DO METRÔ;
- 16.1.4.1 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar execução do contrato, assim como as de seus superiores;
- 16.1.5 A cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Contrato sem prévia comunicação à COMPANHIA DO METRÔ, a qual poderá ou não anuir com a condição proposta;
- 16.1.6 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do objeto deste Contrato, e desde que não comunicado à COMPANHIA DO METRÔ, a qual poderá anuir ou não com a continuidade deste Instrumento.
- 16.1.7 O inadimplemento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 16.1.8 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- 16.1.8.1 A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- 16.1.9 As razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas por ato do Diretor Presidente da COMPANHIA DO METRÔ.
- 16.1.10 A inobservância pela CONTRATADA ao Código de Integridade e Conduta da COMPANHIA DO METRÔ;
- 16.1.10.1 No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.
- 16.1.10.2 No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.



- 16.1.10.3 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, passarão à propriedade da COMPANHIA DO METRÔ os serviços já elaborados ou em elaboração pela CONTRATADA até a data da decisão rescisória.
- 16.1.10.4 Se a CONTRATADA for uma cooperativa, o Contrato será imediatamente rescindido na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho não eventual, por pessoa física, com relação de subordinação ou dependência, em face da contratante.
- 16.2 Rescindido o Contrato nos casos acima, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na legislação licitatória e neste Contrato, assim como a sua responsabilização por prejuízos causados à COMPANHIA DO METRÔ, com retenção de eventuais créditos decorridos e/ou execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual, até o limite dos prejuízos causados.
- 16.3 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de rescisão.
- 16.4 Constituem motivo para rescisão do Contrato, mediante denúncia do(a) contratado(a) comunicada à COMPANHIA DO METRÔ, observado o previsto nos artigos 207 a 210 de seu REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias:
- A suspensão total da execução do objeto do contrato, por ordem escrita da COMPANHIA DO METRÔ, por prazo superior a 4 (quatro) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
  - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela COMPANHIA DO METRÔ decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

## 17. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

### 17.1 Cláusula - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS aplicável, conforme detalhado nos itens abaixo:

- 17.1.1 A COMPANHIA DO METRÔ poderá determinar a suspensão total ou parcial da execução dos serviços, mediante aviso por escrito à CONTRATADA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 17.1.2 Na ocorrência do acima previsto, a COMPANHIA DO METRÔ indicará, a título orientativo, o prazo estimado e as condições da suspensão.
- 17.1.3 Em tal caso, a COMPANHIA DO METRÔ pagará à CONTRATADA somente a importância devida por força e nos termos da Cláusula Pagamentos deste Instrumento, pelos serviços realizados até a data da efetiva paralisação das atividades, conforme previsto nesta Cláusula.

17.1.4 Decorridos 4 (quatro) meses da data da suspensão determinada pela COMPANHIA DO METRÔ, a CONTRATADA deverá formalizar, por escrito, em até 15 (quinze) dias, eventual interesse na rescisão contratual ou em suspender as suas obrigações até que seja normalizada a situação. O seu silêncio, após esse prazo, será considerado como opção pela suspensão de suas obrigações.

17.1.5 A comunicação para reinício dos serviços deverá ser feita por escrito pela COMPANHIA DO METRÔ, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data prevista para tal, período no qual deverá ser revisto o planejamento geral dos trabalhos e readequadas as “Ordens de Serviço”, sem contudo ferir qualquer cláusula ou condição definida neste Instrumento.

## **18. SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1 Não será permitida a subcontratação.**

## **19. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

19.1 Qualquer alteração deste Contrato, bem como dos seus anexos, somente será válida quando formalizada por aditamento.

## **20. ACEITAÇÃO**

20.1 Cláusula - ACEITAÇÃO não aplicável.

## **21. GARANTIA DOS SERVIÇOS**

21.1 Garantia dos serviços não será exigida.

## **22. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA COMPANHIA DO METRÔ**

22.1 A COMPANHIA DO METRÔ garantirá ao pessoal da CONTRATADA o acesso aos locais da execução dos serviços, obrigando-se, ainda a não permitir que terceiros interfiram no serviço.

22.2 A COMPANHIA DO METRÔ disponibilizará à CONTRATADA e eventuais SUBCONTRATADAS, em seu site oficial, material de divulgação sobre o seu CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE, cabendo às mesmas a divulgação do material e orientação sobre o seu cumprimento a todos os empregados que prestarão serviços à COMPANHIA DO METRÔ, em atendimento ao código de conduta vigente e futuras atualizações disponíveis no site oficial do Metrô

## **23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **23.1 COMUNICAÇÕES**

Toda e qualquer notificação ou comunicação relativa a este Contrato, deverá ser feita por escrito.

23.1.1 As comunicações recíprocas somente serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas aos gestores respectivos.

23.1.2 A entrega de qualquer correspondência deverá ser realizada, preferencialmente, por documento com assinatura digital enviado por meio de correio eletrônico com confirmação de recebimento, ou por outro meio indicado pela COMPANHIA DO METRÔ, desde que acompanhado por protocolo de recebimento.

23.1.3 Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar do documento o número do Instrumento Contratual, o assunto, data e o nome do remetente.



## 23.2 GESTÃO

23.2.1 A COMPANHIA DO METRÔ indica o Gerente de Tecnologia da Informação e Comunicação – GTI, como responsável pela gestão deste Instrumento Contratual.

23.2.2 Sua função será a de servir de ligação entre as partes, na administração de problemas, propondo soluções, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

23.2.3 As comunicações recíprocas somente serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas da seguinte forma:  
COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ  
Rua Boa Vista, 175 – Centro – PROTOCOLO GERAL  
CEP 01014-920– São Paulo - SP  
At. Gerente de Tecnologia da Informação e Comunicação  
Instrumento contratual nº 1002094501

23.2.4 A CONTRATADA deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias da data deste Instrumento, apresentar por escrito o nome do preposto respectivo.

## 23.3 NOVAÇÃO

Se qualquer das partes contratantes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente Contrato, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

## 23.4 VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente Contrato está vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico - Processo Metrô nº 10020945 e à proposta da CONTRATADA, no valor do seu lance vencedor.

## 23.5 FORO

As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer litígios referentes a este Contrato.

E, por se acharem justas e acordadas, firmam as partes perante as testemunhas abaixo, o presente Contrato, para que se produzam os efeitos legais.

São Paulo,

Pela COMPANHIA DO METRÔ

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Pela CONTRATADA: (Razão social completa)

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO 10

### ORIENTAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE - ASGI

A CONTRATADA DEVERÁ OBSERVAR E CUMPRIR, NO QUE APLICÁVEIS, AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES REFERENTES AOS ASPECTOS ASGI – AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE:

1. Quanto à prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, os princípios da administração pública, o CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA COMPANHIA DO METRÔ, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, ato imoral, antiético, desleal ou de má-fé, seguir conforme item 13.9 da Minuta do Contrato.

2. Quanto à responsabilidade da CONTRATADA comunicar alterações em seu Código de Conduta e Integridade ou que implantou, que até o momento da assinatura do Contrato ainda não o tinha implantado, seguir conforme item 11.23 da Minuta do Contrato.

2.1 Quanto à avaliação se as alterações no Código são compatíveis com o Código de Conduta e Integridade da COMPANHIA DO METRÔ, seguir conforme item 11.23.1 da Minuta do Contrato.

3. Quanto à obrigação de observar as normas aplicáveis de segurança e saúde do trabalho, sob pena de, além de incorrer nas penalidades legais e contratuais estabelecidas, bem como ensejar a rescisão do Contrato, seguir conforme item 11.12 da Minuta do Contrato.

4. A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a COMPANHIA DO METRÔ sobre qualquer ocorrência de anormalidade ambiental e tomar as medidas adequadas de correção.

5. A CONTRATADA assume toda responsabilidade pelos ônus decorrentes do atendimento e cumprimento da legislação ambiental vigente e suas atualizações e por evitar, mitigar ou reparar os danos e impactos ambientais negativos que podem ser causados em decorrência da execução do objeto do Contrato, estando todos os custos decorrentes do cumprimento desta obrigação incluídos no valor total do Contrato;

a) Excluem-se da obrigação acima apenas os ônus que o Contrato tenha expressa e determinadamente atribuído à COMPANHIA DO METRÔ, se houver, mantendo-se a responsabilidade da CONTRATADA sobre todos os demais ônus decorrentes da legislação ambiental;

6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais resultantes da execução do Contrato, salvo disposição em contrário no Contrato.

7. Quanto à inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais, seguir conforme item 16.1.7 da Minuta do Contrato.

8. É de responsabilidade da CONTRATADA obter as licenças ambientais específicas para fontes de poluição decorrente das suas atividades, conforme decreto 8.468 de 08/09/1976 que regulamenta a Lei nº 997 de 31/05/1976.

9. A CONTRATADA se responsabiliza, sob as penas da lei, a não utilizar, na execução dos serviços, produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em cumprimento à Lei estadual nº 12.684 de 26 de julho de 2007.

10. Quanto à obrigatoriedade dos funcionários alocados ao serviço ter vínculo profissional com a CONTRATADA, seguir conforme item 11.11 da Minuta do Contrato.

11. Quanto ao atendimento ao Decreto Estadual 53.047/08, a CONTRATADA obriga-se seguir conforme itens 11.19 e 11.20 da Minuta do Contrato.:

12. A CONTRATADA deverá apresentar previamente a definição dos locais de disposição final dos resíduos sólidos e do(s) aterro(s) para disposição do material excedente, bem como do

lançamento/disposição de efluentes e os documentos comprobatórios da regularidade ambiental dos locais e aterros para disposição final do material excedente, resíduos sólidos e dos efluentes.

13. A CONTRATADA deverá apresentar em até 90 (noventa) dias da data da assinatura do Contrato, o seu Plano de Gestão de Implementação levando em consideração todos os aspectos do gerenciamento, apresentando, no mínimo, sem a eles se limitar os seguintes planos/programas referentes à:

- a) Plano de Garantia da Qualidade (PGQ);
- b) Plano de Inspeção e Ensaios (PIE)
- c) Plano de Gestão Ambiental do Empreendimento.

14. A CONTRATADA deverá, se necessário, obter a autorização para manejo arbóreo junto ao órgão ambiental competente e executar as ações necessárias.

a) A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Gestão Ambiental, do empreendimento com detalhamento suficiente, para atendimento às licenças ambientais, contemplando os controles, monitoramentos e medidas que serão implantados para mitigar os possíveis aspectos e impactos ambientais relacionados às suas atividades, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Engenheiro Ambiental;

b) Apresentar relatórios mensais de gestão ambiental, comprovando a implantação do controle, monitoramento e mitigação ambiental, do atendimento às exigências das Licenças Ambientais de Instalação e Relatório de Consulta Prévia, dos Planos e Programas Ambientais relacionados no documento MD-15.00.00.00/5A9-010 e da legislação ambiental, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Engenheiro Ambiental;

c) Os relatórios mensais de gestão ambiental, devem ser encaminhados até o 20º dia do mês subsequente;

d) Os custos envolvidos na realização das atividades e na elaboração dos relatórios mensais devem ser considerados na composição dos preços dos serviços relacionados.

15. A CONTRATADA deverá apresentar à COMPANHIA DO METRÔ os documentos comprobatórios da regularidade ambiental das áreas previstas para a destinação final dos resíduos sólidos e efluentes, classificar os resíduos gerados, apresentar os Certificados de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRI's das empresas responsáveis pela disposição dos resíduos gerados e garantir o encaminhamento dos resíduos perigosos - Classe I a locais de tratamento e destinação final licenciados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB .

16. A CONTRATADA deverá executar trimestralmente o monitoramento dos níveis de ruído e vibração das suas atividades, além de medições pontuais no caso de reclamação de lindeiros, implementando as devidas medidas corretivas em conformidade com os requisitos normativos e legais vigentes.

17. A CONTRATADA obriga-se a observar e a atender prontamente às recomendações efetuadas pelos agentes de fiscalização da COMPANHIA DO METRÔ ou de prepostos por ela designados, para a regularização de aspectos e impactos ambientais, visando à preservação de condições adequadas nos canteiros e frentes de obra.

18. A CONTRATADA deverá encaminhar à COMPANHIA DO METRÔ antes do início das atividades, a avaliação prévia dos riscos presentes no ambiente de trabalho através de documento específico (Análise Preliminar de Risco – APR) mantendo nas frentes de trabalho e atualizando sempre que necessário.

19. Os locais de trabalho de várias frentes de serviço, montagem e recepção de material deverão ter sua localização, confinamento, leiaute, sinalização, procedimentos, equipamentos, materiais e cronograma de trabalho compatível com a vizinhança, visando manter níveis toleráveis de interferências em relação ao aparecimento de atividades ilegais ou socialmente inaceitáveis.

20. As demandas urgentes deverão ser prontamente atendidas pela equipe de Comunicação Social da CONTRATADA, devendo ser devidamente registradas e comunicadas de imediato à COMPANHIA DO METRÔ, conforme estabelecido no respectivo Plano de Comunicação Social.



21. Recomenda-se que a CONTRATADA apresente:

21.1 Parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade.

21.2 Evidências de ações de equidade salarial entre mulheres e homens em todos os cargos, incluindo as áreas técnicas, de operação, manutenção, engenharia, funções de apoio e cargos de liderança.

21.3 Quanto à declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendizes, seguir conforme itens 15.5.2 e 4.3.4 do Edital.

21.4 Quando aplicável, certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

21.5 Processos e estruturas otimizadas, inclusive de gestão de riscos e controles internos com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no Contrato, promovendo um ambiente íntegro e confiável, assegurando a eficiência, efetividade e eficácia na execução e entrega do objeto contratado.

22. Nos termos deste anexo, é desejável que a CONTRATADA respeite:

22.1 A legislação vigente durante a execução ou fornecimento do objeto contratado com relação a:

22.1.1 Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

22.1.2 Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

23. Será considerada conduta reprovável ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas.

24. Caso a CONTRATADA deixe de cumprir quaisquer obrigações Ambientais, Sociais, de Governança e/ou Integridade (ASGI) a COMPANHIA DO METRÔ poderá cumpri-las em seu lugar e descontar o respectivo custo de quaisquer créditos da CONTRATADA perante a COMPANHIA DO METRÔ, ou cobrá-los pela emissão de Nota de Débito, ou execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula de Sanções Administrativas do Contrato e das medidas judiciais cabíveis.

**Documento Técnico – SALA COFRE****TÍTULO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, auditoria física e monitoramento da sala cofre e a totalidade de seus subsistemas, incluindo sala UPS, corredor técnico, sala de monitoramento, sistema de climatização e geração de energia do Datacenter da COMPANHIA DO METRÔ.

**ÁREA RESPONSÁVEL**

GTI/TES/COI

**Destinatários****Documentos de Referência**

- N/A

**Aprovações**

- N/A

**Controle de Versões**

Versão	Data	Nome /Área	Descrição
01		Jonatan Pires Roldão	Elaboração e Revisão
		Rodrigo Mota Pedro	Elaboração e Revisão
		Luiz Cubas Marcondes	Elaboração e Revisão

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 2/33	

## 1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, auditoria física e monitoramento da sala cofre e a totalidade de seus subsistemas, incluindo sala UPS, corredor técnico, sala de monitoramento, sistema de climatização e geração de energia do Datacenter da COMPANHIA DO METRÔ.

## 2. DEFINIÇÕES

2.1. Para maior clareza, as expressões abaixo mencionadas terão os seguintes significados, ressaltando os casos em que os próprios textos exigem outra interpretação:

### 2.2. CONTRATADA

2.2.1. Representa a empresa designada para realizar os serviços contratados.

### 2.3. SUPERVISÃO

2.3.1. Indica o Fiscal, Gestor do Contrato ou Comissão de SUPERVISÃO designada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo.

### 2.4. MANUTENÇÃO

2.4.1. Atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características técnicas dos equipamentos e componentes da edificação, e seus sistemas e subsistemas, garantindo as plenas condições de funcionamento previstas no regulamento técnico do fabricante.

### 2.5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.5.1. Representa o conjunto de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos das instalações, equipamentos e sistemas envolvidos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com as normas técnicas, manuais e especificações dos fabricantes.

### 2.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.6.1. Conjunto de procedimentos destinados a corrigir quebras e defeitos, recolocando as instalações, equipamentos e sistemas envolvidos em perfeito estado de uso, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças, componentes e materiais, de acordo com os manuais, normas técnicas, especificações técnicas dos fabricantes.

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 3/33	

### 3. NORMAS, OMISSÕES E DIVERGÊNCIAS

- 3.1. As omissões e divergências técnicas desta especificação devem ser tratadas considerando as definições e considerações das normativas e literatura relacionadas abaixo:
- 3.2. Todo e qualquer serviço realizado pela CONTRATADA deverá obedecer às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho – NR, aprovada pela Portaria 3214, de 08 de junho de 1978, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em especial a NR-18 – condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
- 3.3. A SUPERVISÃO do Contratante poderá paralisar a execução dos serviços se a CONTRATADA não mantiver suas atividades dentro de padrões de segurança exigidos por lei.
- 3.4. Fica a CONTRATADA responsável pelo fornecimento e pela SUPERVISÃO do uso pelos profissionais, de equipamentos de proteção individual (EPI's) estabelecidos em norma regulamentadora do Ministério do Trabalho, tais como: uniformes, identificação profissional (crachá), capacetes de segurança, protetores faciais, óculos de segurança contra impactos, luvas e mangas de proteção, botas de borrachas, calçados de couro, cintos de segurança, máscaras, avental de raspa de couro e outros que se fizerem necessários.
- 3.5. O transporte, refeições, assistência médica e demais benefícios, bem como todos os custos trabalhistas para todos os seus funcionários deverão ser sempre providos pela CONTRATADA.
- 3.6. Todos os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, em especial:
  - 3.6.1. NR 1 – Disposições Gerais;
  - 3.6.2. NR 4 – Serviços Esp. Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
  - 3.6.3. NR 6 – EPI - Equipamentos de Proteção Individual;
  - 3.6.4. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
  - 3.6.5. NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
  - 3.6.6. NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 3.7. Para as atividades que envolva infraestrutura, deverá ser considerado como referência e fonte de consulta as seguintes:
  - 3.7.1. ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
  - 3.7.2. ASTM - American Society will be Testing Materials;
  - 3.7.3. ANSI - American Standard National Institute – TIA 942/ TIA 568C;
  - 3.7.4. ASME - American Standards Mechanical Engineering;
  - 3.7.5. ASHRAE - American Society Heat. Refrig. Air Cond. Engineers;
  - 3.7.6. Recommendations of the manual “Industrial Ventilation”;
  - 3.7.7. NFPA - National Fire Protection Association;

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 4/33	

3.7.8. IEC - International Electrical Code;

#### **4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 4.1. A sala cofre da Companhia do Metrô está localizada à Rua Vergueiro, 1200, bairro do Paraíso em São Paulo - SP, foi inaugurada em abril de 2010, com 49m2 de área total.
- 4.2. A sala cofre em questão é atestada para o atendimento as normas ABNT NBR 15247, ABNT NBR IEC 60529 e grau de proteção IP67, contendo toda a infraestrutura necessária para a hospedagem dos principais ativos de TIC indispensáveis à execução e disponibilidade dos serviços de tecnologia da informação para suporte às atividades das áreas de negócio da Companhia do Metrô.
- 4.3. A sala possui diversos componentes para garantir suas funcionalidades tais como: sistema de climatização, sistema de energia redundante, sistema de detecção e combate ao incêndio, sistema de supervisão de ambiente etc. Tais componentes são críticos e requerem manutenção constante, realizada por empresa especializada, para preservação do investimento na sua construção e garantia de confiabilidade, desempenho para sua plena operação e funcionamento.
- 4.4. Indivisibilidade do objeto
- 4.4.1. Por tratar-se de uma solução única composta por diversos subsistemas, cada um com diversos equipamentos, é necessário que todo o ambiente esteja sob gestão e responsabilidade de manutenção de uma única CONTRATADA, para garantia da qualidade do serviço, confiabilidade e eficiência da solução, uma vez que a falha de um componente pode comprometer todo o funcionamento e finalidade do ambiente.
- 4.5. A CONTRATADA prestará os serviços de manutenção, referentes ao objeto deste contrato, aos itens previstos no Anexo A. As atividades de manutenção e periodicidade que serão aplicadas na prestação de serviços, estão previstas no Anexo B, ambos parte integrante deste instrumento.
- 4.6. A CONTRATADA deverá executar todo e qualquer serviço de manutenção preventiva e corretiva, inclusive manutenções programadas, acompanhamento e atendimento de emergência, abrangendo os locais, as instalações, os equipamentos, os sistemas, as atividades e serviços relacionados nesta especificação, inclusive subsistemas que componham ou interajam com os sistemas e áreas descritas, visando prioritariamente à conservação, inteligente e continuidades da operação e funcionamento ininterrupto das instalações, equipamentos e sistemas objeto desta especificação.
- 4.7. A CONTRATADA ainda, deverá prestar orientação técnica (suporte) em projetos para adaptações, reformulações ou ampliações das instalações e sistemas, sempre que necessário ou quando solicitados pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 5/33	

#### 4.8. Área de atuação

- 4.8.1. Durante a vigência do contrato os serviços de manutenção serão prestados por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela CONTRATADA. A CONTRATADA deverá informar quem serão os responsáveis pelos serviços de manutenção.
- 4.8.2. As áreas de atuação da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE serão as seguintes:
  - 4.8.2.1. Sala cofre certificada da Companhia do Metrô;
  - 4.8.2.2. Corredor técnico;
  - 4.8.2.3. Sala UPS;
  - 4.8.2.4. Sala do gerador diesel;
  - 4.8.2.5. Sistema de climatização de precisão;
  - 4.8.2.6. Sistema de energia;
  - 4.8.2.7. Sistema de detecção e combate ao incêndio;
  - 4.8.2.8. Sistema de controle de acesso do Datacenter;
  - 4.8.2.9. Piso elevado;
  - 4.8.2.10. Sala de monitoramento.

### 5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços serão executados de acordo com o Anexo B, além dos procedimentos e rotinas nele listados, quando do atendimento preventivo serão feitos, se necessário, a inspeção, regulagem, ajuste e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnica da intervenção.
- 5.2. Nos casos em que os serviços de manutenção corretiva não puderem ser prestados nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá retirar e transportar o equipamento e ou peça para sua oficina e ou instalação de terceiro sem ônus extra para a CONTRATANTE, mediante autorização da SUPERVISÃO, devendo devolver no prazo acordado de forma a não impactar a operação do site.
- 5.3. Fica a cargo da CONTRATADA, de forma integral, os custos inerentes a mão de obra referentes a quaisquer atendimentos de serviços relativos aos chamados emergenciais de manutenção especializada, executados pela CONTRATADA e ou assistência técnica autorizada e ou fabricante.
- 5.4. Fica por responsabilidade da CONTRATADA através de seus operadores “on site” o suporte/ acompanhamento técnico de todas as atividades a serem realizadas por quaisquer provedores seja a própria CONTRATADA e ou prestador de serviços, sem que haja ônus extra para a CONTRATANTE.
- 5.5. Deverá ser elaborado e apresentado previamente um cronograma anual de atividades e intervenções preventivas, subdividido em semanas contemplando todos os itens da infraestrutura do complexo, respeitando as frequências pré-estabelecidas no Anexo B.

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 6/33	

5.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar aos responsáveis pela operação um sistema de comunicação móvel tipo celular para localização e acionamento, e intercomunicadores para comunicação interna entre os operadores e a SUPERVISÃO.

## **6. DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA**

### **6.1. Manutenção Preventiva e Corretiva**

- 6.1.1. A CONTRATADA deverá prever uma equipe de manutenção com capacidade de cobertura 24x7x365, nas localidades de cada site da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO.
- 6.1.2. Deverá ser designado um representante técnico (preposto) de nível superior, engenheiro, com capacidade para supervisionar os serviços do objeto deste instrumento, sendo também o representante da CONTRATADA perante a CONTRATANTE, devendo este ser indicado por escrito a CONTRATANTE, juntamente com cópia autenticada do respectivo registro do CREA. Este profissional deverá possuir experiência comprovada em funções relacionadas a infraestrutura de Data Centers, e deverá ser apresentado seu Currículo original, devidamente assinado e datado.
- 6.1.3. A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos sistemas e seus componentes, prestando assistência técnica, reparo e suporte sobre a configuração e operação, assim como acompanhar eventuais testes. Os serviços deverão obedecer às seguintes condições:
- 6.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma linha telefônica 0800 e site para abertura dos chamados técnicos e facilitar a solicitação de reparo. Deverá ser retornada à CONTRATANTE a confirmação de recebimento do chamado;
- 6.1.5. O atendimento remoto deverá ser imediato, na condição 24x7 (durante 24 horas por dia e nos 7 dias da semana), para chamados críticos.
- 6.1.6. Caberá à CONTRATADA a mão de obra, a substituição de peças e componentes defeituosos dos equipamentos, bem como a depuração e resolução de problemas relacionados aos ambientes.
- 6.1.7. Todos os serviços de manutenção deverão ser realizados “on-site”, ou seja, nas instalações da CONTRATANTE na condição 24x7 (durante 24 horas por dia e nos 7 dias da semana) incluindo sábados, domingos e feriados;
- 6.1.8. A CONTRATADA deverá fornecer todas as peças e materiais necessários para manter os equipamentos em condições operacionais, incluindo os aprimoramentos de engenharia disponíveis e recomendados. As peças de reposição deverão ser novas e originais, equivalentes ou melhores em desempenho e disponibilidade;
- 6.1.9. Os chamados expressos da CONTRATANTE para prestação de serviços deverão ser devidamente documentados e repassados METRO após a manutenção e assinatura do atendido, informando:

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 7/33	

- 6.1.9.1. Identificação do equipamento;
- 6.1.9.2. Data e hora do chamado;
- 6.1.9.3. Data e hora da chegada do técnico no local de instalação do equipamento;
- 6.1.9.4. Data e hora da conclusão do serviço;
- 6.1.9.5. Tipo do serviço / manutenção (preventiva ou corretiva);
- 6.1.9.6. Causa do defeito;
- 6.1.9.7. Descrição do serviço realizado;
- 6.1.9.8. Recomendações para prevenção de defeitos, se houver.
- 6.1.10. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes materiais, incluso no presente escopo de fornecimento, para execução das atividades objeto desta contratação e não cabendo quaisquer reembolsos e/ou cobranças posteriores a CONTRATANTE:
  - 6.1.10.1. Materiais consumíveis: Produtos de limpeza, fita isolantes, fita crepe, fita Helderman, velcros, estopa, lixas, panos de limpeza, detergentes, sabão, graxas, lubrificantes, silicones, gaxetas, isolantes, solventes e demais insumos correlatos de apoio;
  - 6.1.10.2. Acessórios para sinalização de segurança: Cones, faixas, fitas “zebradas” (inclusive adesivas), avisos, etc., bem como equipamentos de proteção individual (EPI’s) e uniformes especiais;
  - 6.1.10.3. Materiais de escritório: Papéis diversos, lápis, caneta, CD’s para gravação de arquivos, serviços de fotocópia em geral e demais insumos correlatos;
- 6.1.11. Além dos itens citados acima, a CONTRATADA deverá fornecer sem ônus adicional para a CONTRATANTE, os seguintes itens de reposição e consumo inerentes à operação dos sistemas e equipamentos existentes nos locais determinados neste instrumento:
  - 6.1.11.1. Itens consumíveis, tais como, filtros de ar (UPS e Condicionadores de Ar) e correias (Condicionadores de Ar) inerentes à manutenção dos equipamentos dedicados ao Data Center;
  - 6.1.11.2. Fornecimento dos filtros do sistema de detecção precoce e máquinas de refrigeração (ar, partículas, água, óleo), indicados pelos fabricantes, para as instalações, equipamentos e sistemas objeto destas especificações;
  - 6.1.11.3. Materiais auxiliares de fixação montagem, bricolagem (Ex.: Porcas, parafusos, cola, silicone, fitas, terminais e conectores) necessários à execução dos serviços de manutenção dos equipamentos dedicados ao Data Center.
  - 6.1.11.4. Gás refrigerante das máquinas de ar-condicionado e solda.
- 6.2. Manutenção Evolutiva
  - 6.2.1. Entende-se por manutenção evolutiva a visita técnica, “on site”, comunicada a CONTRATADA pela CONTRATANTE, por abertura de chamado, para fornecimento de novas funcionalidades relativas às ligações de novos equipamentos (instalações de cabos elétricos e de rede, reorganização do piso elevado, do leito aramado, das tubulações

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 8/33	

de detecção e combate a incêndio, bem como adequação e redimensionamento do quadro de força).

- 6.2.2. A manutenção evolutiva estará limitada ao ambiente de alta-disponibilidade.
- 6.2.3. É responsabilidade da CONTRATADA, mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, analisar e formalizar mediante emissão de relatório de avaliação, bem como as condições e necessidades de readequação de todos os subsistemas para recebimento dos novos equipamentos, caso ocorram novas aquisições.
- 6.2.4. A CONTRATADA deve possuir Central de Atendimento ou site de Internet para abertura dos chamados, comprometendo-se a manter registros constando nº de protocolo e descrição do problema.
- 6.2.5. Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, nos dias úteis (de segunda a sexta-feira) em horário comercial (das 8h às 17h).
- 6.2.6. Havendo qualquer impeditivo para realização dos serviços dentro das condições acordadas, deverá ser comunicado por documentação formal a ser avaliada e aprovada pela Companhia do Metrô.
- 6.2.7. As alterações de qualquer natureza deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 48h antes do início da execução do serviço.
- 6.2.8. O tempo médio de resposta ao atendimento é de até 4 (quatro) horas, a contar da abertura do chamado, nos dias úteis (segunda a sexta) em horário comercial (8h às 18h).
- 6.2.9. Após a execução dos serviços de manutenção evolutiva, a CONTRATADA deverá verificar a conformidade de todos os subsistemas às novas funcionalidades.
- 6.2.10. A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento dos recursos necessários, ao perfeito funcionamento do ambiente de segurança de alta-disponibilidade.
- 6.3. Monitoração Remota
  - 6.3.1. A contratada deverá prever um monitoramento remoto dos sites e deverá ser integrado ao sistema de gestão da manutenção, onde o atendimento deverá ser monitorado através de uma Central Integrada de Monitoramento 24x7 e Acionamento de sistemas de Suporte técnico.
- 6.4. Comunicação
  - 6.4.1. A comunicação entre o data center e a Central de Monitoramento e Controle deverá ocorrer por duas redes de dados distinta e links dedicados.
  - 6.4.2. Estes links devem ser providos por operadoras distintas e preferencialmente por meios de transmissão distintos (Fibra/ par metálico/ radio e outros aplicáveis)
  - 6.4.3. A rede criada para o monitoramento remoto deverá ser independente não possuindo vínculo com a rede local não causando quaisquer problemas como relação a segurança de rede,
  - 6.4.4. A central de monitoramento deverá receber as informações através dos links onde possuirá um sistema totalmente redundante garantindo assim o monitoramento simultâneo dos sistemas remoto.

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 9/33	

#### 6.5. Equipe de Monitoramento

6.5.1. A contratada deverá possuir na central de monitoramento, um sistema de monitoramento através de imagens e acionamentos, onde uma equipe dedicada irá monitorar 24x7 os sistemas de alarme e desvios de funcionamento do DC através de um geoprocessamento, onde os mapas serão visualizados assim como seus alarmes.

6.5.2. A equipe de monitoramento deverá possuir sempre no mínimo dois operadores 24x7 mais supervisão para a realização de monitoramento, acionamento e comunicação de qualquer anomalia dos sites monitorados, esta central deverá possuir um PDR (Plano Disaster Recovery) com as condições de visualização caso qualquer problema seja apontado na central principal, sendo transferido imediatamente para outro local. A equipe de monitoramento estará integrada ao sistema de campo via rádio e telefone.

#### 6.6. Tipos de Monitoramento e seus alarmes

6.6.1. O sistema deverá contar minimamente com os alarmes e monitoramento abaixo:

- 6.6.1.1. Climatizadores - Ligado / Desligado / Defeito
- 6.6.1.2. Temperatura
- 6.6.1.3. Umidade
- 6.6.1.4. Sensor de líquido
- 6.6.1.5. Stratos
- 6.6.1.6. Porta (Aberta / Fechada)
- 6.6.1.7. Alarma de Incêndio

#### 6.7. Ferramental

6.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a sua equipe, todo o ferramental de qualidade profissional e mobiliário (bancadas, armários roupeiros, computadores, impressoras, etc.) necessário para desenvolver as atividades do escopo desta contratação, e sempre que necessário deverá apresentar os devidos certificados de qualidade e aferição.

6.7.2. Equipamentos / Ferramentas com Fornecimento indispensável:

- 6.7.2.1. Multímetro / alicate amperímetro de categoria III, com certificado de aferição/calibração;
- 6.7.2.2. Jogo de Chaves – Fenda / Philips / Boca (Conjugada) / Catraca / Allen;
- 6.7.2.3. Mini compressor de Ar / Aspirador de pó para limpeza de detectores, panos, pincel;
- 6.7.2.4. Spray de Fumaça para testes de detectores;
- 6.7.2.5. Todos os EPIs e EPCs necessários para as atividades a executar.

6.7.3. A CONTRATADA manterá efetivo mínimo de ferramental “on site” para atendimento de todo e qualquer emergência do objeto do contrato.

6.7.4. Sempre que solicitado a CONTRATADA deverá apresentar relatório de aferição das ferramentas.

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 10/33	

## **7. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOLICITADOS POR ORDENS DE SERVIÇO**

- 7.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços conforme emissão de Ordens de Serviço elaboradas pela Companhia do Metrô. As quantidades solicitadas são limitadas aquelas definidas no Anexo Planilha de Serviço e Preços, podendo para cada um dos itens, ser solicitadas a quantidade total prevista em uma única ordem de serviço ou em quantidades fracionadas em mais de uma ordem de serviço.
- 7.2. Todos os serviços solicitados nessa modalidade devem ser realizados utilizando materiais e ferramentas adequados e executados por profissionais capacitados, de forma que garantam a manutenção das características originais da solução e preservação de sua eficiência, confiabilidade e desempenho de todos os itens que a compõem.
- 7.3. Serviço de recarga total de gás FM-200
- 7.3.1. Serviço de recarga total de gás FM-200 para que o sistema de combate a incêndio da sala cofre esteja plenamente apto a operar novamente, após eventual descarga dos cilindros. Caso a descarga de um ou mais cilindros ocorra devido a mal funcionamento ou manuseio indevido dos equipamentos pela CONTRATADA, o serviço deverá ser prestado sem custos para a Companhia do Metrô. Em qualquer dos casos, está incluso na prestação do serviço a total limpeza da sala após eventual descarga dos cilindros.
- 7.4. Serviço de abertura e fechamento das blindagens existentes na sala cofre certificada
- 7.4.1. Abertura e fechamento das blindagens para passagens de cabos nas aberturas já existentes na sala cofre, incluindo todos os materiais necessários e a realização de teste de estanqueidade com fornecimento de laudo comprovando a execução e aprovação no referido teste.
- 7.5. Confecção de nova abertura para passagem de cabos para acesso a sala cofre nas medidas 120mm x 220mm
- 7.5.1. Confecção de nova abertura de passagem de cabos para acesso a sala cofre nas medidas 120mm x 220mm, incluindo todos os materiais necessários e a realização de teste de estanqueidade com fornecimento de laudo comprovando a execução e aprovação no teste após a finalização da atividade.
- 7.6. Instalação de novos circuitos elétricos, incluindo todos os materiais necessários
- 7.6.1. Instalação de novos circuitos elétricos no mesmo padrão dos já existentes na sala, incluindo atualização do "AS BUILT" e todos os materiais necessários (cabos elétricos, disjuntos, plugs, tomadas, régua etc.).
- 7.7. Instalação de novos pontos de rede UTP certificados incluindo os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados.
- 7.7.1. Instalação de novos pontos de rede UTP certificados, incluindo atualização do "AS BUILT" e todos os materiais necessários com fornecimento de relatório de certificação dos novos pontos instalados.
- 7.8. Instalação de novos pontos de fibra óptica, incluindo todos os materiais necessários e fornecimento de relatório de certificação de todos os novos pontos instalados.

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 11/33	

7.8.1. Instalação de novos pontos de rede de fibra óptica, incluindo atualização do “AS BUILT” e todos os materiais necessário com fornecimento de relatório de certificação dos novos pontos instalados.

7.9. Capacitação técnica – para até 6 participantes

7.9.1. A CONTRATADA deverá realizar a capacitação dos colaboradores da CONTRATANTE, buscando garantir a utilização de práticas corretas na operação do ambiente e a correta reação nos casos de incidentes envolvendo os sistemas do datacenter. Compreende os seguintes treinamentos:

7.9.2. Módulo 1: Infraestrutura da Sala Cofre

- 7.9.2.1. Carga horária: 1 hora
- 7.9.2.2. Características e cuidados gerais da Sala Cofre
- 7.9.2.3. Estanqueidade do Data Center
- 7.9.2.4. Capacidade de cabos e procedimento de solicitação para abertura de caixa de passagem
- 7.9.2.5. Abertura e cuidados com a porta
- 7.9.2.6. Procedimentos de emergência

7.9.3. Módulo 2: Sistemas Elétricos do Data Center

- 7.9.3.1. Carga horária: 2 horas
- 7.9.3.2. Quadros Elétricos
- 7.9.3.3. Características e cuidados gerais da UPS
- 7.9.3.4. Configurações e cuidados com o Grupo Moto Gerador
- 7.9.3.5. Manobras de transferência emergenciais

7.9.4. Módulo 3: Sistemas de Climatização

- 7.9.4.1. Carga horária: 1 hora
- 7.9.4.2. Equipamentos de Climatização de Precisão: função e características
- 7.9.4.3. Reconhecimento dos diversos tipos de alarme
- 7.9.4.4. Primeiro combate ao alarme do sistema.

7.9.5. Módulo 4: Prevenção, Detecção e Combate à Incêndios

- 7.9.5.1. Carga horária: 1 hora
- 7.9.5.2. Cuidados gerais para prevenção de incêndio em Data Centers
- 7.9.5.3. Sistema de Detecção Convencional
- 7.9.5.4. Sistema de Detecção Precoce
- 7.9.5.5. Verificação visual
- 7.9.5.6. O Sistema de Combate via gás: funcionamento e cuidados

7.9.6. Módulo 5: Monitoramento e Controle de Acesso

- 7.9.6.1. Carga horária: 1 hora
- 7.9.6.2. Cadastramento e gerenciamento do acesso de pessoas ao Data Center
- 7.9.6.3. Acesso emergencial
- 7.9.6.4. O Netwatch e suas características de monitoramento

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 12/33	

**8. EXCLUSÕES**

- 8.1. Não estão cobertos pelo contrato qualquer defeito e/ou deficiência que seja constatado nos equipamentos objeto do presente contrato devido as intervenções executadas por funcionários da CONTRATANTE ou terceiros e técnicos não pertencentes ao quadro de funcionários da CONTRATADA;
- 8.2. Fica expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer falhas ou paralisações súbitas imprevisíveis dos equipamentos integrantes do Data Center que não tenham relação com os serviços de manutenção objeto deste contrato, como, por exemplo, mas não taxativamente, aquelas decorrentes do mal funcionamento de componentes que não sejam alcançados pela manutenção.

EMIÇÃO	VERIFICAÇÃO	APROVAÇÃO
	DA/GTI/TES	DA/GTI
	EDSON RODRIGUES BISPO	ALEXANDRE MAURI
REGISTRO	REGISTRO R34035-2	REGISTRO R33924-1

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 13/33	

**1. ANEXO A – Características técnicas****1.1. DATACENTER DATA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO**

Rua Vergueiro, 1200 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 01504-000

**1.1.1. Ambiente Seguro:**

Quant.	Descrição	Área
01	Aceco TI / Lampertz – Sala Cofre	49 m <sup>2</sup>

**1.2. Sistema de Climatização**

Quant.	Descrição	Capacidade
03	Evaporadoras Liebert Hiross S23	23 kW
03	Condensadoras Liebert Hiross HCE33	33 kW
02	Splits de Conforto	48.000 BTU/h
01	Split de Conforto	60.000 BTU/h

**1.3. Sistema de Energia**

Quant.	Descrição
05	Painéis de distribuição de baixa tensão
02	Nobreaks EATON 9390 120 kVA
02	Banco de baterias 40 baterias PWHR12280W4
01	Gerador STEMAC 650 kVA

**1.4. Sistema de Detecção e combate Incêndio**

Quant.	Descrição
01	Stratos Micra 25
01	Stratos Micra 100
01	Cilindro 80lb FM 200

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 14/33	

## 1.5. Monitoramento e Segurança

Quant.	Descrição
4	Controle de Acesso
1	CMC Netwatch

**ANEXO B – Atividades de Manutenção e Periodicidade****1. RELAÇÃO DE ITENS, DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E PERIODICIDADE ANUAL, REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:****1.1. Sala Cofre**

ITEM	VISI-TAS/ANO
PORTA	4
Verificar funcionamento do mecanismo	
Verificar lubrificação do mecanismo	
Verificar posição dos pinos	
Verificar funcionamento das chaves	
<b>Vedações:</b>	
Verificar as gaxetas	
Verificar contato gaxetas x batente	
Verificar isolantes térmicos	
<b>Dobradiças:</b>	
Lubrificar	
Verificar cordões de solda	
Verificar alinhamento folha x batente	
<b>Soleiras:</b>	
Verificar aspecto visual	
<b>Almofadas:</b>	
Verificar estado geral das almofadas e parafusos.	

<b>Mola Geze:</b>	
Verificar travamento	
Verificar fechamento automático	
Verificar cabos de ligação e duto flexível	
<b>Micro switch:</b>	
Verificar funcionamento	
<b>BLINDAGENS</b>	4
Verificar a integridade das blindagens	
Verificar as cunhas de aperto	
Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens	
Verificar lacres	
Verificar pontos de ruptura	
<b>ELEMENTOS</b>	4
Verificar integridade dos painéis	
Verificar as vedações e elementos químicos das junções entre os painéis e perfis de acabamento	
Realizar retoques de pintura (manter as características originais)	
Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	4
Verificar réguas de bornes	
Reapertar terminais	
Verificar funcionamento de botoeiras	

Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores	
Verificar temperatura da fonte e do Trafo	
Verificar tensão de alimentação, de saída do Trafo, de saída da fonte, de carga das baterias	
Verificar temporizadores, fusíveis de reserva	
Verificar Leds de iluminação e contadores	
Limpar painel interna e externamente	
Verificar fechaduras com grafite	
Verificar configuração lógica da CLP	
Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.	
<b>TESTES</b>	<b>4</b>
Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers	
<b>TESTE DE ESTANQUEIDADE</b>	<b>1</b>

**1.2. Piso Elevado**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PISO ELEVADO</b>	<b>4</b>
<b>Nivelamento:</b>	
Verificar nivelamento das placas	
Verificar cruzetas	
Verificar trims (piso americano)	
Verificar alinhamento das placas	

<b>Reforço:</b>	
Colocar suportes de reforço onde necessário	
<b>Placas:</b>	
Trocar placas danificadas	
<b>Leito aramado:</b>	
Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário	

**1.3. LIMPEZA**

ITEM	VISITAS/ANO
ELEMENTO DE FUNDO	2
Aspirar o pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado;	
PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)	2
Aspirar o pó e limpar a superfície das placas com pano úmido;	
PISO ELEVADO (PESADA)	2
Aspirar o pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante (em conformidade com as especificações do fabricante);	
LEITOS ARAMADOS	2
Aspirar o pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos nas dependências da sala cofre, sala de UPS e sala de operações;	

ELEMENTOS DAS SALAS	2
Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos (sensores, quadros, equipamentos de ar condicionado, cilindro de gás);	
PORTAS	2
Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas;	
LUMINÁRIAS	2
Limpeza da superfície refletora; das lâmpadas e das grelhas difusoras;	
MOBILIÁRIO	2
Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, dos nobreaks, da superfície externa dos quadros de energia.	

**1.4. SISTEMA DE ENERGIA**

ITEM	VISITAS/ANO
PAINEIS DE BAIXA	4
Verificar fixação, pintura e funcionamento da porta	
Verificar identificação do painel	
Efetuar limpeza do painel	
Efetuar limpeza interna e externa do painel	
Verificar cabos e canaletas do painel	
Organizar cabos e canaletas do painel	
Realizar Inspeção com Termovisor das conexões e componentes	
Verificar proteções de partes energizadas	

Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos	
Realizar inspeção com termovisor	
Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes	
Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel	
Verificar condições dos componentes elétricos	
Verificar aterramento e neutro do painel	
Verificar dispositivos de proteção	
Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar	

ITEM	VISI-TAS/ANO
<b>UPS</b>	<b>4</b>
Verificar condições do ambiente de instalação (limpeza, organização, temperatura)	
Verificar aspecto visual e condições de instalação	
Realizar limpeza interna e externa da UPS	
Realizar reaperto de todas as conexões elétricas	
Verificar banco de capacitores (vazamentos, sinais de aquecimento)	
Medir, com multímetro digital, a corrente elétrica entrada da UPS - Fase R	
Medir, com multímetro digital, corrente elétrica entrada da UPS - Fase S	
Medir, com multímetro digital, corrente elétrica entrada da UPS - Fase T	
Medir, com multímetro digital, corrente elétrica saída da UPS - Fase R	
Medir, com multímetro digital, corrente elétrica saída da UPS - Fase S	
Medir, com multímetro digital, corrente elétrica saída da UPS - Fase T	

Leitura de corrente elétrica de saída no display UPS - Fase R	
Leitura de corrente elétrica de saída no display UPS - Fase S	
Leitura de corrente elétrica de saída no display UPS - Fase T	
Medir tensão elétrica de entrada UPS - Fases R e S	
Medir tensão elétrica de entrada UPS - Fases R e T	
Medir tensão elétrica de entrada UPS - Fases S e T	
Medir tensão elétrica entre fases (V) Saída UPS	
Leitura de tensão elétrica entre fases (V) no display UPS	
Potência Saída (kVA)	
<b>BATERIAS</b>	<b>4</b>
Verificar condições do ambiente de instalação (limpeza, organização, temperatura)	
Verificar aspecto visual e condições de instalação	
Verificar condições de instalação, conservação e do ambiente	
Realizar limpeza externa	
Verificar estado dos bornes	
Limpar bornes	
Reapertar bornes	
Verificar temperatura das baterias	
Medir temperatura média do banco de baterias	
Realizar teste de autonomia do banco de baterias	
Realizar teste de carga das baterias (individualmente)	
Registrar tensão individual das baterias	

Emitir relatório de análise de resistência das baterias

ITEM	VISI- TAS/ANO
<b>GMG</b>	<b>12</b>
Verificar tomadas de força de manutenção, reparar se necessário	
Verificar fixação e aperto de suportes, reparar se necessário	
Realizar limpeza interna e externa do equipamento	
Verificar condições de instalação, conservação e do ambiente	
Verificação da estrutura de cabeamento/organização.	
Verificar nível de água sistema arrefecimento, completar se necessário	
Verificar temperatura água de resfriamento	
Verificar filtro de ar, substituir se necessário	
Verificar vazamentos no motor, reparar se necessário	
Verificar vazamentos no tanque diário, reparar se necessário	
Verificar tubulações e válvulas, reparar se necessário	
Medir tensão nas baterias, substituir se necessário	
Verificar retificadores de carga das baterias, reparar se necessário	
Verificar painel de comando, reparar se necessário	
Realizar teste de operação do gerador em vazio	
Realizar teste do gerador em carga	
Medir tempo de entrada em carga	
Verificar tensão gerada	
Verificar frequência gerada	

Registrar indicação do horímetro	
Potência Nominal (Placa)	
Tensão nominal	
Potência Utilizada (Medida)	
Tensão Alimentação Concessionária	
Limpar e organizar o local de trabalho	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>SISTEMAS ELÉTRICOS DE PROTEÇÃO (Sistema de Proteção a Descargas Atmosféricas, Sistema de proteção de Surto e Interferências Eletromagnéticas)</b>	<b>4</b>
Realizar inspeção dos cabos e isoladores, reparar se necessário	
Verificar dispositivos do sistema de proteção de surto, reparar se necessário	
Verificar aterramento de painéis e bandejamentos, reparar se necessário	
Verificar aterramento físico das estruturas metálicas	
Verificar continuidade dos sistemas	
Realizar medição de resistência do aterramento	

**1.5. SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO**

ITEM	VISITAS/ANO
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir tensão do ventilador	

Medir corrente do ventilador	
Medir corrente do compressor	
Medir corrente das resistências	
Medir corrente do umidificador	
Verificar disjuntores	
Reapertar conexões elétricas	
<b>Mecânica:</b>	
Verificar filtros de ar (trocar se necessário)	
Verificar resistência de cárter	
Verificar pontos de vazamento de óleo	
Verificar visor de líquido	
Verificar vazamentos de gás	
Limpar o equipamento (interno e externo)	
Medir temperatura de insuflamento de ar	
Medir temperatura de retorno de ar	
Realizar limpeza do dreno	
<b>Painel de revezamento:</b>	
Verificar funcionamento em modo automático	
Realizar limpeza interna e externa	
Realizar reaperto das conexões elétricas	
Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)	
Aferir sensores de temperatura e umidade	
<b>Parâmetros:</b>	

Set-point de temperatura	
Set-point de umidade relativa	
Set-point de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
CONDENSADORAS	6
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir corrente dos ventiladores	
Medir tensão das bombas	
Reapertar terminais e bornes	
<b>Pumpset:</b>	
Medir corrente do painel pumpset	
Teste operacional do painel pumpset	
<b>Mecânica:</b>	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	
Retirar ventilador e lavar a serpentina	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	

ITEM	VISITAS/ANO
INSTALAÇÕES – CLIMATIZAÇÃO	6
Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos	
Verificar estrutura dos equipamentos	
Verificar tubulações de água e dreno	
Verificar proximidades dos equipamentos e interferências	
Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos	
Verificar fixação das partes, tampas e vedações	
Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras	
Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade	
Verificar proporção de placas perfuradas	
Verificar distribuição adequada das placas perfuradas	
Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente	
Verificar obstáculos sob o piso elevado	

**1.6. SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE INCÊNDIO**

ITEM	VISITAS/ANO
DETECÇÃO DE INCÊNDIO	4
Realizar auto check da central de alarmes	
Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes	
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário	

Verificar identificação dos detectores	
Verificar tubulações	
Verificar módulos	
Verificar conectores e reapertar conexões	
Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de fumaça	
Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar funcionamento da sinalização do painel	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios	
Verificar a atuação na central de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO	4
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Realizar Auto check da central de alarmes	
Realizar limpeza externa da central de alarmes	
Verificar estado de conservação e fixação da central	
Verificar a fixação de componentes	
Verificar comunicação com elevadores, pressurização de escadas, controle de acesso e climatização (dampers automáticos)	
Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário	
Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em um detector	

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 28/33	

Cronometrar tempo para a primeira detecção (deve ser inferior a 120 seg.)	
Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)	

ITEM	VISITAS/ANO
COMBATE A INCÊNDIO	4
Verificar plugs de acionamento	
Verificar lacres do acionamento manual	
Verificar pressão do manômetro dos cilindros	
Realizar limpeza dos cilindros	
Verificar fixação dos cilindros	
Verificar data para manutenção dos cilindros	
Simular atuação de alarme de incêndio (fechamento de laço convencional e precoce)	
Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros	
Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los	

**1.7. SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA**

ITEM	VISITAS/ANO
CFTV	4
<b>Câmeras:</b>	
Verificar a necessidade de reposicionamentos ou ajustes	

Realizar limpeza externa e das lentes	
Verificar fixação e conexões elétricas	
<b>Painéis de switches:</b>	
Realizar limpeza interna e externa	
Organizar cabos e verificar conexões	
Verificar funcionamento dos switches	
Verificar o aterramento	
<b>Servidor:</b>	
Verificar funcionamento adequado do software do CFTV	
Verificar a gravação adequada das imagens (tempo / backup)	
Verificar conexões e funcionamento de rede	
<b>Monitores:</b>	
Testar funcionamento de detecção de movimentos e pop-ups	
Verificar revezamento das imagens	
Verificar funcionamento de câmeras móveis (controle remoto)	
Verificar posicionamento das câmeras e qualidade das imagens (foco / distorções)	

ITEM	VISITAS/ANO
CMC/NETWATCH	4
Verificar parâmetros de configuração	
Verificar sensor (es) de temperatura	
Verificar sensor (es) de umidade	

Verificar log de eventos	
Verificar leitora de cartões	
Verificar trava de porta	
Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética	
Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC	
Verificar recepção de traps nos equipamentos	
Verificar sensor de vibração	
Verificar sensor (es) de estado de porta (s)	
Verificar cabeamento de alarmes	
Verificar conectores de interligação	
Verificar painel frontal (led's e touch pannel)	
Verificar comunicação via TCP/IP	
Verificar software CMC Manager	
Verificar sensor de líquido CMC/IHM (com pano úmido para não queimar o cabo, relé ou I/O)	
Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido	

ITEM	VISITAS/ANO
CONTROLE DE ACESSO	4
<b>Leitores:</b>	
Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)	
Verificar condições de instalação e conservação	
<b>Portas:</b>	

Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário	
Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário	
Verificar fechamento automático e reparar, se necessário	
Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário	
Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo	
<b>Painéis das controladoras:</b>	
Realizar limpeza interna e externa dos painéis	
Reparar fixação do painel e componentes	
Verificar condições das conexões e realizar reapertos	
Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário	
<b>Infraestrutura:</b>	
Verificar componentes de campo	
Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura	
Estação de programação	
Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário	
Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças	
Realizar testes de navegação e acionamentos remotos	
Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo	
<b>Funcionamento:</b>	
Testar intertravamento com sistema de segurança (combate a incêndio)	

Código RT_GTICOI/8X-032_24	Versão 02
Página 32/33	

## 1.8. AS BUILT

1.8.1. Atualização quadrimestral dos desenhos técnicos do datacenter, com o objetivo de manter os projetos atualizados da forma como o ambiente se encontra. Os projetos sempre atualizados permitem que diferentes técnicos, trabalhem em um ambiente conhecido, o que diminui as chances de erro, acidentes e paradas não programadas. Compreende atualizações, com entregas nos formatos DWG e PDF, dos seguintes itens:

1.8.1.1. Layout do ambiente de TI;

1.8.1.2. Unifilar elétrico;

1.8.1.3. Isométrico ar-condicionado.

## 2. Auditoria física

2.1.1. Auditoria anual no ambiente, buscando encontrar não conformidades para que seja possível corrigi-las. Terá como produto final um relatório de auditoria emitido e entregue à CONTRATADA, constando os pontos de conformidade e não conformidade encontrados nos diversos ambientes do Data Center do cliente.

**ANEXO C – Acordo de Nível de Serviço****1. SLA – SERVICE LEVEL AGREEMENT**

Quadro geral dos prazos de atendimento, níveis de criticidade e correção definitiva:

Nível	Classificação	Prazos
<b>CRÍTICO</b>	Representa um incidente crítico que possa tornar inoperante o sistema do Data Center por inteiro, ou uma parte majoritária que é essencial aos negócios diários.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: <ul style="list-style-type: none"><li>• 04 horas para início do atendimento presencial;</li><li>• 48 horas para solução de contorno do incidente. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 72 horas.</li></ul>
<b>URGENTE</b>	Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação do ambiente operacional da Sala de equipamentos de TI. Apesar da degradação do ambiente, a sala continua em operação.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: <ul style="list-style-type: none"><li>• 06 horas para início do atendimento presencial;</li><li>• 48 horas para solução de contorno do incidente. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 5 dias.</li></ul>
<b>ROTINA</b>	Representam falhas mínimas que não estão afetando a performance, serviço ou operação da Sala de equipamentos de TI, ou ainda a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: <ul style="list-style-type: none"><li>• 12 horas para início do atendimento presencial;</li><li>• 72 horas para solução de contorno do incidente. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 5 dias.</li></ul>

80006 .192022 .6569 .4253 .10517848



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Superior do Trabalho  
6ª Região/PE

**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**  
**Nº 00019/2022**

Às 10:00 horas do dia 21 de setembro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 010/2021 de 09/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 9.010/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00019/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Serviços técnicos especializados de manutenção de Sala Cofre de 28m2, modelo Lampertz/Rittal Classe S60 D-Tipo B, certificada pela ABNT de acordo com a norma ABNT NBR 15247 e requisitos adicionais do PE-047, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital - Termo de Referência.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1****Descrição:** Instalação / Manutenção / Montagem - Sala Cofre / Sala Tele-presença / VídeoConferência**Descrição Complementar:** Serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva em Sala Cofre de 28m2 Lampertz/Rittal Classe S60 D-Tipo B com certificação ABNT 15.247.**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 1**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 26.802,1600**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** -**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Aceito para:** GREEN4T SOLUCOES TI SA, pelo melhor lance de R\$ 26.802,1600 e com valor negociado a R\$ 24.300,0000**Histórico****Item: 1 - Instalação / Manutenção / Montagem - Sala Cofre / Sala Tele-presença / VídeoConferência****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
03.698.620/0005-68	GREEN4T SOLUCOES TI SA	Não	Não	1	R\$ 29.143,4600	R\$ 29.143,4600	20/09/2022 16:48:03
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Serviços técnicos especializados de manutenção de Sala Cofre de 28m2, modelo Lampertz/Rittal Classe S60 D-Tipo B, certificada pela ABNT de acordo com a norma ABNT NBR 15247 e requisitos adicionais do PE-047, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital - Termo de Referência.							
<b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 29.143,4600	03.698.620/0005-68	21/09/2022 10:00:04:270
R\$ 26.802,1600	03.698.620/0005-68	21/09/2022 10:13:19:903

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item****Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Abertura	21/09/2022 10:05:06	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	21/09/2022 10:29:32	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	21/09/2022 10:29:32	Convocados os fornecedores para a 1ª etapa fechada que apresentaram lance no valor de R\$ 26.802,1600.
Encerramento	21/09/2022 10:34:33	Item encerrado para lances.

Encerramento etapa fechada	21/09/2022 10:34:33	Item com etapa fechada encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	21/09/2022 11:14:35	Convocado para envio de anexo o fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	21/09/2022 11:16:56	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68.
Abertura do prazo - Convocação anexo	22/09/2022 10:12:10	Convocado para envio de anexo o fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	22/09/2022 11:24:53	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68.
Aceite de proposta	29/09/2022 10:37:10	Aceite individual da proposta. Fornecedor: GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, pelo melhor lance de R\$ 26.802,1600 e com valor negociado a R\$ 24.300,0000. Motivo: Valor obtido após negociação.
Habilitação de fornecedor	29/09/2022 10:40:30	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, pelo melhor lance de R\$ 26.802,1600 e com valor negociado a R\$ 24.300,0000.

**Não existem intenções de recurso para o item**

### Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	21/09/2022 10:00:04	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 10:00 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	21/09/2022 10:00:06	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	21/09/2022 10:02:22	Bom dia Srs. Licitantes
Pregoeiro	21/09/2022 10:03:42	Serão enquadradas no subitem 19.1.6, as empresas arrematantes, que convocadas, deixarem de apresentar proposta e documentos solicitados, no prazo fixado pelo Pregoeiro
Pregoeiro	21/09/2022 10:03:52	Srs. Licitantes, favor observarem os valores dos lances a fim de evitar erros
Pregoeiro	21/09/2022 10:04:02	Srs. Licitantes, o valor estimado é o valor máximo para aquisição do serviço ofertado
Pregoeiro	21/09/2022 10:04:14	Informo que sempre comunico pelo CHAT, no final de cada sessão, a data e o horário das próximas sessões. Portanto é de suma importância que todos os licitantes acompanhem ou acessem diariamente o CHAT desse Pregão.
Sistema	21/09/2022 10:05:06	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	21/09/2022 10:05:23	Srs. Licitantes, solicito especial atenção ao disposto no item 19 do Edital que trata das sanções administrativas
Pregoeiro	21/09/2022 10:05:42	Após a sessão de lances, os fornecedores arrematantes serão convocados a enviar a proposta adequada aos lances e os documentos complementares (quando houver), via sistema. Serão convocados, via CHAT, com fixação de prazo.
Sistema	21/09/2022 10:29:32	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance no valor de R\$ 26.802,1600 poderá enviar um lance único e fechado até às 10:34:32 do dia 21/09/2022.
Sistema	21/09/2022 10:34:33	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	21/09/2022 10:34:33	O item 1 está encerrado.
Sistema	21/09/2022 10:35:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	21/09/2022 10:38:34	Para GREEN4T SOLUCOES TI SA - Solicito que a licitante se manifeste acerca da possibilidade de se reduzir o valor ofertado do seu lance final. Conforme Art. 38 do Decreto 10.024/2019
03.698.620/0005-68	21/09/2022 10:40:33	Bom dia! Solicito 10 min para verificarmos a possibilidade de redução
03.698.620/0005-68	21/09/2022 10:45:08	Sr. Pregoeiro, após minuciosa análise conseguimos chegar ao valor de R\$ 25.998,00 mensal
Pregoeiro	21/09/2022 10:57:10	Para GREEN4T SOLUCOES TI SA - ok. Favor enviar proposta adequada ao lance final, em até 2 (duas) horas, via sistema
Sistema	21/09/2022 11:14:35	Senhor fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	21/09/2022 11:16:56	Senhor Pregoeiro, o fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, enviou o anexo para o ítem 1.

Pregoeiro	21/09/2022 13:08:15	Os documentos enviados foram encaminhados à Unidade Técnica para análise.
Pregoeiro	21/09/2022 16:16:14	A sessão será suspensão neste instante e será reaberta em 22.09.22 às 10hs.
Pregoeiro	22/09/2022 10:10:42	sessão reaberta
Pregoeiro	22/09/2022 10:12:00	Para GREEN4T SOLUCOES TI SA - Solicito enviar proposta ajustada.
Sistema	22/09/2022 10:12:10	Senhor fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
03.698.620/0005-68	22/09/2022 10:16:09	Bom dia!, Senhor pregoeiro a proposta atualizada no valor de R\$ 25.998,00 mensal, foi enviada durante a sessão de ontem dia 21.09
Pregoeiro	22/09/2022 11:04:39	Para GREEN4T SOLUCOES TI SA - Sr. Representante, solicito avaliar novamente a possibilidade de reduzir o valor ofertado.
03.698.620/0005-68	22/09/2022 11:06:44	Solicito alguns minutos para avaliarmos junto com a diretoria a possibilidade de redução da nossa oferta
03.698.620/0005-68	22/09/2022 11:23:22	Senhor Pregoeiro, demonstrando nosso total empenho e transparência, em resposta a vossa solicitação de desconto, após reanálise junto a diretoria de todo o escopo envolvido no objeto desse certame, visando um relacionamento saudável e de longo prazo, de forma a manter a excelência de atendimento da nossa empresa, chegamos ao valor de R\$ 24.300,00 mensal
Sistema	22/09/2022 11:24:53	Senhor Pregoeiro, o fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	22/09/2022 11:39:55	Para GREEN4T SOLUCOES TI SA - Informo que a proposta negociada foi encaminhada à Unidade Técnica para análise.
Pregoeiro	22/09/2022 16:57:29	A sessão será suspensão neste instante e será reaberta em 23.09.22 às 10hs.
Pregoeiro	23/09/2022 10:13:08	Sessão reaberta
Pregoeiro	23/09/2022 16:44:13	Informo que os documentos enviados ainda se encontram sob análise da Unidade Técnica.
Pregoeiro	23/09/2022 16:44:21	A sessão será suspensão neste instante e será reaberta em 27/09/2022 às 10hs
Pregoeiro	27/09/2022 11:34:57	Devido às atualizações do sistema devido a implantação da Nova Lei de Licitações, o sistema comprasnet está apresentando inconsistências. Por esse motivo a sessão está sendo reaberta neste instante.
Pregoeiro	28/09/2022 10:08:55	A sessão não foi encerrada corretamente no dia 27/09/22 devido ao travamento do sistema.
Pregoeiro	28/09/2022 10:09:19	A sessão será reaberta neste instante.
Pregoeiro	28/09/2022 17:10:15	Informo que os documentos enviados ainda se encontram sob análise da Unidade Requisitante.
Pregoeiro	28/09/2022 17:10:41	A sessão será suspensão neste instante e será reabertam em 29.09.22
Pregoeiro	28/09/2022 17:10:53	às 10hs.
Pregoeiro	29/09/2022 10:01:04	Sessão reaberta.
Pregoeiro	29/09/2022 10:38:55	Senhor fornecedor: GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, solicito o envio de suas declarações em atendimento aos requisitos do edital. O prazo para envio será encerrado quando: forem enviadas as suas declarações ou o pregoeiro ordenar o encerramento para envio de suas declarações.
Pregoeiro	29/09/2022 10:39:51	Senhor fornecedor: GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68, o prazo para envio de suas declaração em atendimento aos requisitos do edital foi encerrado pelo pregoeiro.
Sistema	29/09/2022 10:40:30	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	29/09/2022 10:41:13	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 29/09/2022 às 11:15:00.

**Eventos da Licitação**

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	28/06/2022 09:29:25	
Abertura da sessão pública	21/09/2022 10:00:04	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	21/09/2022 10:35:28	Início da etapa de julgamento de propostas

Convocação do Fornecedor	29/09/2022 10:38:55	Convocação do fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68 para alteração das declarações.
Encerramento da convocação	29/09/2022 10:39:51	Encerramento do prazo de convocação do fornecedor GREEN4T SOLUCOES TI SA, CNPJ/CPF: 03.698.620/0005-68 para alteração das declarações.
Abertura do prazo	29/09/2022 10:40:30	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	29/09/2022 10:41:13	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 29/09/2022 às 11:15:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 11:30 horas do dia 29 de setembro de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

AURELAIDE DE SOUZA NASCIMENTO MENEZES  
**Pregoeiro Oficial**

---

DAYSE MARIA MEDEIROS  
**Equipe de Apoio**

---

KARINA SALES NOBREGA  
**Equipe de Apoio**

---



**Voltar**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

ROMULO  
ARAUJO DE  
ALMEIDA  
FILHO  
03/11/2022 13:11

**CONTRATO TRT6 Nº 042/2022**

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO  
RELATIVO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE  
MANUTENÇÃO DE SALA COFRE DE 28M2,  
MODELO LAMPERTZ/RITTAL CLASSE S60 D-  
TIPO B, CERTIFICADA PELA ABNT DE  
ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15247 E  
REQUISITOS ADICIONAIS DO PE-047, PARA  
O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
SEXTA REGIÃO.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.566.224/0001-90, com sede no Cais do Apolo, n.º 739, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP 50.030-902, neste ato representado pela Exma. Desembargadora Presidente, Sra. **MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO**, brasileira, casada, magistrada, inscrita no CPF/MF n.º 450.526.894-20 e portadora do RG n.º 1.823.734 SDS-PE, residente e domiciliada em Recife/PE, e a empresa **GREEN4T SOLUÇÕES TI S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.698.620/0005-68, estabelecida à Avenida Gupe, 10.767, Galpão 03, Jardim Belval, Barueri/SP, CEP 06422-120, e-mail: licitacao@green4t.com, neste ato representada pelos Srs. **ROGERIO TAKASHI FUJIMOTO**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º 213.026.138-80, portador da Cédula de Identidade n.º 25.622.574-6 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e **MÁRCIO JOSÉ MARTIN**, brasileiro, casado, tecnólogo, inscrito no CPF/MF sob o n.º 180.275.368-04, portador da Cédula de Identidade n.º 26.847.319 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, doravante denominados **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, consoante **Proad. TRT6 n.º 9.010/2022**, têm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, contratado o que a seguir declaram:

**DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato fundamenta-se:

- I – No **Pregão Eletrônico n.º 19/2022**, na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar n.º 123/2006, nos Decretos n.ºs 9.507/2018, 10.024/2019 e 8.538/2015 e na Instrução Normativa n.º 05/2017 - SEGES/MP e suas alterações e na Res. 310/2021 – CSJT (Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho);
- II – Nos termos propostos pela **CONTRATADA** que simultaneamente:
  - a) Constem no Proad TRT6 n.º **9.010/2022**;
  - b) Não contrariem o interesse público.
- III – Nas demais determinações da Lei n.º 8.666/1993;
- IV – Nos preceitos de Direito Público; e
- V – Subsidiariamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de manutenção de Sala Cofre

de 28m<sup>2</sup>, modelo Lampertz/Rittal Classe S60 D-Tipo B, certificada pela ABNT de acordo com a norma ABNT NBR 15247 e requisitos adicionais do PE-047, para o Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

Item	Especificação	Qtd.	Preço Unitário Mensal (R\$)	Preço Unitário Anual (R\$)	Preço Total (30 meses) (R\$)
1	Serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva em Sala Cofre de 28m <sup>2</sup> Lampertz/Rittal Classe S60 D-Tipo B com certificação ABNT 15.247	1	24.300,00	291.600,00	729.000,00

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Todos os serviços deverão ser executados de acordo com o Termo de Referência, bem como com a proposta da **CONTRATADA**, que são partes integrantes do presente instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Os serviços objeto do presente contrato serão realizados sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.

#### DO PREÇO

**CLÁUSULA QUARTA** – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de **R\$24.300,00** (vinte e quatro mil e trezentos reais).

#### DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA QUINTA** – O pagamento será efetuado em 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal pela Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**, devidamente atestada pelo gestor do contrato, sem ressalvas, por meio de ordem bancária em nome da **CONTRATADA**, conforme dados bancários por ela indicados ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A ordem bancária terá sua compensação em até 02 (dois) dias úteis, consoante normas do Tesouro Nacional.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a **CONTRATADA** efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O gestor do contrato atestará a nota fiscal em até 10 (dez) dias úteis, com ou sem ressalvas, a contar do seu recebimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** – No caso de a nota fiscal ser atestada com ressalva, o **CONTRATANTE** terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, após a ciência do fato, para decidir sobre o pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O **CONTRATANTE** poderá autorizar o pagamento da nota fiscal questionada, se ainda existirem prestações futuras que possibilitem a compensação de qualquer obrigação financeira de responsabilidade da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No ato do pagamento, serão retidos na fonte os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente, ficando os documentos comprobatórios das retenções à disposição do interessado na Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Nenhum pagamento será devido à **CONTRATADA** pela execução da garantia prevista neste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM= Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga;

I= Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (TX/100/365)$                        $I = (6/100/365)$                        $I = 0,0001644$

TX= Percentual da taxa anual = 6%

**PARÁGRAFO NONO** – A compensação financeira, prevista no parágrafo anterior, será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – No preço pago pelo **CONTRATANTE** estão incluídas todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro, frete e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação, as quais correrão por conta da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O **CONTRATANTE** poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

## DO REAJUSTE

**CLÁUSULA SEXTA** – O valor do presente contrato somente poderá sofrer reajuste após 12 (doze) meses de sua assinatura, sendo aplicado, no máximo, o percentual fixado no IGPM/FGV ou outro índice oficial que o substitua.

## DA VIGÊNCIA E DA GARANTIA

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O presente contrato tem vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante o disposto no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A prestação dos serviços será iniciada por ocasião da assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Todos os serviços prestados e componentes utilizados terão garantia de, no mínimo, 1 (um) ano.

## DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**CLÁUSULA OITAVA** – Os serviços serão recebidos mensalmente:

I - Provisoriamente, com o recebimento da fatura ou nota fiscal referente aos serviços prestados no mês anterior, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações. Após o recebimento provisório, em se verificando desconformidade será a **CONTRATADA** notificada para, a partir da ciência e às suas expensas, refazer os serviços ou reparar a irregularidade no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

II - Definitivamente, pela equipe de fiscalização/ gestão do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis depois de satisfeitas as condições do recebimento provisório, concluídas as correções e complementações eventualmente determinadas pela fiscalização.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade

da **CONTRATADA** por vícios de qualidade do material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, verificados posteriormente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os recebimentos provisório e definitivo deverão ocorrer por meio de entregas promovidas pela **CONTRATADA** nas datas agendadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O gestor do contrato providenciará, juntamente com o fiscal técnico, a verificação dos serviços prestados e/ ou equipamentos substituídos, da forma a seguir detalhada:

<b>Id</b>	<b>Etapas/Fase/Item (produto ou serviço)</b>	<b>Indicador</b>	<b>Prazos e Condições</b>
1	Entrega dos serviços	Recebimento provisório	Mensalmente, em até 10 (dez) dias após conclusão do mês de prestação de serviço anterior, mediante emissão de fatura ou nota fiscal
2	Serviço reparado ou regularizado	Reparação de serviço ou irregularidade	Apenas caso apontado pela equipe do Contratante, em até 5 (cinco) dias após verificada a desconformidade dos serviços prestados.
3	Validação dos serviços entregues	Recebimento definitivo	Até 5 (cinco) dias úteis após satisfeitas as condições do recebimento provisório, concluídas as correções e complementações eventualmente determinadas pela fiscalização.
4	Assistência técnica/ manutenção	Atendimento de chamados pelo Fabricante ou Contratada	Atendimento no horário comercial e recebimento de chamados no regime de período integral (24x7 - 24 horas por dia, 7 dias por semana), seguindo o IMR definido neste termo.
5	Manutenção da certificação ABNT 15.247	Certificado de Conformidade ABNT emitido	Anualmente, mediante reativação da certificação da sala cofre, que será efetivada após a execução da atividade de auditoria da ABNT nos serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados por empresa habilitada.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A auditoria da sala cofre deverá ser realizada anualmente, sem custos para o **CONTRATANTE**, e comprovada por meio de certificado de conformidade emitido pela ABNT.

#### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CLÁUSULA NONA** – Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Elemento de Despesa n.º 3390.40.12 – Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC, Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0026 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Pernambuco – Plano Orçamentário 0001 – Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação, do orçamento do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a nota de empenho n.º 2022NE000628, datada de 21/10/2022, no valor de R\$54.270,00.

#### **DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Obriga-se a **CONTRATADA** a:

I - Prestar os serviços, mensalmente, conforme chamados técnicos e planos de manutenção acordados;

II – Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa dos seus empregados ou prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

III - Fornecer os serviços, com a qualidade idêntica ao solicitado, nas condições e prazos previstos no Termo de Referência;

IV - Prover preposto e técnicos responsáveis para a condução dos serviços;

- a) O preposto deverá ter a sua indicação formalizada junto ao **CONTRATANTE** e contar com a anuência deste.
- V - Efetuar a troca de peças e componentes por produtos novos, de mesma marca e modelo ou equivalentes;
- VI - Efetuar o reparo de eventuais irregularidades encontradas pela equipe do **CONTRATANTE** quando da verificação dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, após verificada a desconformidade nos serviços prestados;
- VII - Entregar ao **CONTRATANTE** todos os relatórios e quaisquer produtos gerados ao longo da execução contratual;
- IX - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- X - Disponibilizar sistema com acesso à listagem de chamados e registro dos contatos e requisições realizadas pelo **CONTRATANTE**;
- XI - Entregar ao **CONTRATANTE** todos os relatórios e quaisquer produtos gerados ao longo da execução contratual;
- XII - Revogar/cancelar todo e qualquer acesso concedido a prestadores de serviço da **CONTRATADA**, ao final da contratação, bem como quando do desligamento de funcionário da **CONTRATADA**, cabendo a esta comunicar tal ocorrência ao **CONTRATANTE**;
- XIII - Ao fim da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá enviar lista de pendências das atividades em aberto, caso existam, com orientações que possibilitem a continuidade dos trabalhos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Compete, ainda, à **CONTRATADA** as seguintes obrigações em face da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018):

- I - Obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança de dados pessoais, constantes da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
- II - Aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais – PPPDP, do **CONTRATANTE**, instituída pelo ATO TRT6-GP n.º 242/2021, disponível no portal do TRT6, cumprindo os deveres legais e contratuais incluídos pela referida política;
- III - Responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas empregados pela **CONTRATADA** para o tratamento dos dados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Obriga-se o **CONTRATANTE** a:

- I - Designar, em conformidade com o disposto no Art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, um representante responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, sem prejuízo da total responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** ou para com terceiros;
- II - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- III - Manter local disponível para o recebimento de materiais;
- IV - Receber os serviços solicitados no prazo e condições estabelecidas na proposta e neste instrumento;
- V - Autorizar, quando necessária, a saída de materiais a serem reparados ou substituídos no prédio da Sede da **CONTRATADA**;
- VI - Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- VII - Permitir o acesso dos funcionários nos locais de execução dos serviços em horários

previamente combinados;

VIII - Atestar Notas Fiscais com ou sem ressalva no prazo fixado na Cláusula Quinta;

IX – Efetuar o pagamento do objeto em conformidade com as normas estabelecidas neste contrato.

X – Promover, por meio de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos técnicos, qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte daquela;

XI – Documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações telefônicas;

XII – Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidos;

XIII – Emitir pareceres, quando cabíveis, em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Compete, ainda, ao **CONTRATANTE** obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança de dados pessoais, constantes da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), observando a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais – PPPDP, instituída pelo ATO TRT6-GP n.º 242/2021.

## **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A Administração do **CONTRATANTE** indicará de forma precisa, individual e nominal, agente responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá ao gestor registrar as ocorrências relacionadas com a execução do contrato sempre que forem observadas irregularidades na execução ou em relação às obrigações da **CONTRATADA**, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As atribuições a serem desempenhadas pelos principais representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** envolvidos na execução do contrato serão:

I - Equipe de Gestão da Contratação: equipe composta pelo Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual, consoante às atribuições regulamentares;

II - Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, preferencialmente da área demandante, indicado pela autoridade competente;

III - Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;

IV - Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Secretaria de Tecnologia da Informação, indicado pelo respectivo Diretor para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

V - Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais, bem como fiscalizar aspectos trabalhistas e previdenciários;

VI - Preposto: funcionário representante da **CONTRATADA**, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato,

incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

## DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – O objeto da contratação não exige adequação do ambiente, considerados aspectos de infraestrutura tecnológica ou elétrica, espaço físico, logística de implantação, mobiliário e impactos ambientais;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Preferencialmente, peças e componentes utilizados não devem conter certas substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS27 (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** deve priorizar a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** deverá manter a conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999);

## DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – O instrumento de medição de resultado deverá obedecer aos níveis de severidade de incidentes estabelecidos na tabela a seguir:

Instrumento de Medição de Resultado (IMR) – Severidade de Incidentes		
Nível	Classificação	Prazo
<b>CRÍTICO</b>	Representa um incidente crítico que possa tornar inoperante qualquer serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação essencial à manutenção da atividade-fim do TRT da 6ª Região.	A partir da abertura do chamado técnico, a Contratada terá um prazo de: <ul style="list-style-type: none"><li>• 2 (duas) horas para início do atendimento presencial;</li><li>• 24 (vinte e quatro) horas para solução do incidente.</li></ul>
<b>URGENTE</b>	Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação no ambiente operacional. Apesar da degradação, continuam em operação os serviços essenciais para a manutenção da atividade fim do TRT6.	A partir da abertura do chamado técnico, a Contratada terá um prazo de: <ul style="list-style-type: none"><li>• 6 (seis) horas para início do atendimento presencial;</li><li>• 72 (setenta e duas) horas para solução do incidente.</li></ul>
<b>ROTINA</b>	Representam falhas mínimas que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação do TRT6 ou, ainda, a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.	A partir da abertura do chamado técnico, a Contratada terá um prazo de: <ul style="list-style-type: none"><li>• 48 (quarenta e oito) horas para início do atendimento presencial;</li></ul>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
RELATIVO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO DA SALA COFRE DE 28m<sup>2</sup>,  
MODELO LAMPERTZ/RITTAL CLASSE S60  
D-TIPO B, CERTIFICADA PELA ABNT DE  
ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15247 E  
REQUISITOS ADICIONAIS DO PE-047, PARA O  
TRT6.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.566.224/0001-90, com sede no Cais do Apolo, n.º 739, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP 50.030-902, neste ato, representado pelo Exmo. Desembargador Presidente, Sr. **RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA**, matrícula funcional n.º 00002738, brasileiro, casado, magistrado, inscrito no CPF/MF n.º 411.885.944-00 e portador do RG n.º 1654297 SSP-PE, residente e domiciliado em Recife/PE, e a empresa **GREEN4T SOLUÇÕES TI S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.698.620/0005-68, estabelecida na Avenida Gupe, 10.767, Galpão 03, Jardim Belval, Barueri/SP, CEP 06422-120, fones: (11) 99175-3610 / (11) 96912-0095 / (11) 98230-2474, e-mail: [licitacao@green4t.com](mailto:licitacao@green4t.com), neste ato representada pelos Srs. **MARCIO JOSÉ MARTIN**, brasileiro, tecnólogo, portador da carteira de identidade n.º 26.847.319 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 180.275.368-04 e **JOSÉ FERNANDO DE ALMEIDA ANDRADE JÚNIOR**, brasileiro, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 11.469.409-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 086.427.927-28, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, doravante denominados **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, consoante o **PROAD n.º 3.274/2025 (alteração)**, PROAD n.º 21.335/2022 (acompanhamento), vêm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, aditar o contrato nos termos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo visa à prorrogação da vigência do Contrato, por um período de 30 (trinta) meses, a partir de **28.04.2025**, de acordo com o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/1993, com a Cláusula Sétima do instrumento original e com a autorização da Presidência do **CONTRATANTE**, à fl. 260.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Visa, ainda, formalizar o reajuste do valor contratual no percentual de **4,261580%**, conforme negociação entre as partes, com amparo na Cláusula Sexta do Contrato e autorização da Presidência do **CONTRATANTE**, à fl. 260.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Com a aplicação do percentual de reajuste acima citado, o valor mensal do contrato passa de R\$24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais) para **R\$25.335,56 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)**, com efeitos financeiros a partir de 28 de outubro de 2024.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – As despesas com a execução do presente aditamento atenderão ao Elemento de Despesa nº 3390.40.12, Programa de Trabalho n.º 02.122.033.4256.0026 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Plano Orçamentário 0001.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho n.º 2025NE000404, datada de 10.04.2025, no valor de R\$ 2.174,68 (dois mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), relativa às despesas de exercícios anteriores, bem como o reforço ao empenho 2025NE000198, no valor de R\$ 231.126,72 (duzentos e trinta e um mil, cento e vinte e seis reais e setenta e dois centavos).

**CLÁUSULA QUARTA** – Continuam em vigor as demais cláusulas do contrato celebrado pelas partes em 28/10/2022.

E por estarem justos e acordados, foi o presente instrumento de **TERMO ADITIVO** confeccionado, considerando-se efetivamente formalizado, em Recife – PE, a partir da data da última assinatura.

---

**CONTRATANTE – TRT 6ª REGIÃO**

---

**CONTRATADA - EMPRESA**

---

**CONTRATADA - EMPRESA**

**VISTOS:**

---

**VINÍCIUS SOBREIRA BRAZ DA SILVA**

Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC/TRT6

---

**RÔMULO ARAÚJO DE ALMEIDA FILHO**

Divisão de Contratos – DCON/CLC/TRT6

## 1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características de desempenho atuais, incluindo monitoração remota, a fim de garantir a infraestrutura de alta disponibilidade do Centro de Dados da Presidência da República.

Grupo 1:

Item	Descrição do Serviço	CATSER	QTD	Unid.de medida	Valor unitário	Valor total
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	20710	12	Mês	42.000,00	504.000,00
Valor total estimado (R\$)						

Grupo 2:

Item	Descrição do Serviço	CATSER	QTD	Unid.de medida	Valor unitário	Valor total
2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda.	20710	01	Serviço	43.500,00	43.500,00
Valor total estimado (R\$)						547.500,00

## 2. JUSTIFICATIVA

...

## 3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes deverão ser prestados preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota, durante 12 meses após a assinatura do contrato, de acordo com as seguintes especificações:

### 3.1.1. Prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre

#### 3.1.1.1 Sala cofre

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
PORTA	4
<ul style="list-style-type: none"><li>Verificar funcionamento do mecanismo</li><li>Verificar lubrificação do mecanismo</li><li>Verificar posição dos pinos</li><li>Verificar funcionamento das chaves</li></ul>	
Vedações	
<ul style="list-style-type: none"><li>Verificar as gaxetas</li></ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar contato gaxetas x batente</li> <li>• Verificar isolantes térmicos</li> </ul>	
<b>Dobradiças</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lubrificar</li> <li>• Verificar cordões de solda</li> <li>• Verificar alinhamento folha x batente</li> </ul>	
<b>Soleiras</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar aspecto visual</li> </ul>	
<b>Almofadas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar estado geral das almofadas e parafusos</li> </ul>	
<b>Mola Geze</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar travamento</li> <li>• Verificar fechamento automático</li> <li>• Verificar cabos de ligação e duto flexível</li> </ul>	
<b>Micro switch</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento</li> </ul>	
<b>BLINDAGENS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a integridade das blindagens</li> <li>• Verificar as cunhas de aperto</li> <li>• Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens</li> <li>• Verificar lacres</li> <li>• Verificar pontos de ruptura</li> </ul>	
<b>ELEMENTOS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar integridade dos painéis</li> <li>• Verificar as vedações e elementos químicos das junções entre os painéis e perfis de acabamento</li> <li>• Realizar retoques de pintura (manter as características originais)</li> <li>• Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo</li> <li>• Verificar luminárias e efetuar substituição, se necessário.</li> </ul>	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar réguas de bornes</li> <li>• Reapertar terminais</li> <li>• Verificar funcionamento de botoeiras</li> <li>• Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores</li> <li>• Verificar tensão de alimentação de saída da fonte</li> <li>• Verificar temporizadores, fusíveis de reserva</li> <li>• Verificar Leds de iluminação e contatores</li> <li>• Limpar painel interna e externamente</li> <li>• Verificar fechaduras com grafite</li> <li>• Verificar configuração lógica da CLP</li> <li>• Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.</li> </ul>	
<b>TESTES</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers.</li> </ul>	

<b>TESTE DE ESTANQUEIDADE</b>	<b>1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar teste de acordo com o método descrito na norma ASTM E779-99.</li> </ul>	

### 3.1.1.2 Piso elevado

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>NIVELAMENTO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar nivelamento das placas</li> <li>Verificar cruzetas</li> <li>Verificar trims (piso americano)</li> <li>Verificar alinhamento das placas</li> </ul>	
<b>REFORÇO</b>	<b>1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Colocar suportes de reforço onde necessário</li> </ul>	
<b>PLACAS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Trocar placas danificadas</li> </ul>	
<b>LEITO ARAMADO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário</li> <li>Alteração de rota ou instalação de nova rota, se necessário</li> </ul>	

### 3.1.1.3 Limpeza

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>ELEMENTO DE FUNDO</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado.</li> </ul>	
<b>PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar a superfície das placas com pano úmido.</li> </ul>	
<b>PISO ELEVADO (PESADA)</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante, em conformidade com as especificações do fabricante.</li> </ul>	
<b>LEITOS ARAMADOS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos.</li> </ul>	
<b>ELEMENTOS DAS SALAS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos sensores, quadros, equipamentos de ar condicionado, cilindro de gás.</li> </ul>	
<b>PORTAS</b>	<b>2</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas.</li> </ul>	
<b>LUMINÁRIAS</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza da superfície refletora, das lâmpadas e das grelhas difusoras.</li> </ul>	
<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, da superfície externa dos quadros de energia.</li> </ul>	

#### 3.1.1.4 Sistemas de energia

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>PAINÉIS ELÉTRICOS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar fixação, pintura e funcionamento da porta</li> <li>• Verificar identificação do painel</li> <li>• Efetuar limpeza do painel</li> <li>• Efetuar limpeza interna e externa do painel</li> <li>• Verificar cabos e canaletas do painel</li> <li>• Organizar cabos e canaletas do painel</li> <li>• Realizar inspeção com termovisor das conexões e componentes</li> <li>• Verificar proteções de partes energizadas</li> <li>• Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos</li> <li>• Realizar inspeção com termovisor</li> <li>• Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes</li> <li>• Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel</li> <li>• Verificar condições dos componentes elétricos</li> <li>• Verificar aterramento e neutro do painel</li> <li>• Verificar dispositivos de proteção</li> <li>• Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar</li> </ul>	
<b>CIRCUITOS ELÉTRICOS</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança ou instalação de até 2 pontos de energia e disjuntores</li> </ul>	

#### 3.1.1.5 Sistema de climatização (3 equipamentos de precisão da marca Liebert)

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VISITAS/ANO</b>
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
Elétrica	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir tensão de entrada</li> <li>• Medir tensão do ventilador</li> <li>• Medir corrente do ventilador</li> <li>• Medir corrente do compressor</li> <li>• Medir corrente das resistências</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir corrente do umidificador</li> <li>• Verificar disjuntores</li> <li>• Reapertar conexões elétricas</li> </ul>	
Mecânica	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar filtros de ar (trocar se necessário)</li> <li>• Verificar resistência de carter</li> <li>• Verificar pontos de vazamento de óleo</li> <li>• Verificar visor de líquido</li> <li>• Verificar vazamentos de gás</li> <li>• Limpar o equipamento (interno e externo)</li> <li>• Medir temperatura de insuflamento de ar</li> <li>• Medir temperatura de retorno de ar</li> <li>• Realizar limpeza do dreno</li> </ul>	
Painel de revezamento	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento em modo automático</li> <li>• Realizar limpeza interna e externa</li> <li>• Realizar reaperto das conexões elétricas</li> <li>• Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)</li> <li>• Aferir sensores de temperatura e umidade</li> </ul>	
Parâmetros	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Set-point de temperatura</li> <li>• Set-point de umidade relativa</li> <li>• Set-point de alarmes</li> </ul>	
<b>CONDENSADORAS</b>	<b>6</b>
Elétrica:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir tensão de entrada</li> <li>• Medir corrente dos ventiladores</li> <li>• Medir tensão das bombas</li> <li>• Reapertar terminais e bornes</li> </ul>	
Pumpset:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir corrente do painel pumpset</li> <li>• Teste operacional do painel pumpset</li> </ul>	
Mecânica:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medir temperatura de entrada do ar</li> <li>• Medir temperatura de saída do ar</li> <li>• Retirar ventilador e lavar a serpentina</li> <li>• Medir temperatura de entrada do ar</li> <li>• Medir temperatura de saída do ar</li> </ul>	
<b>INSTALAÇÕES - CLIMATIZAÇÃO</b>	<b>6</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos</li> <li>• Verificar estrutura dos equipamentos</li> <li>• Verificar tubulações de água e dreno</li> <li>• Verificar proximidades dos equipamentos e interferências</li> <li>• Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos</li> <li>• Verificar fixação das partes, tampas e vedações</li> <li>• Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade</li> <li>• Verificar proporção de placas perfuradas</li> <li>• Verificar distribuição adequada das placas perfuradas</li> <li>• Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente</li> <li>• Verificar obstáculos sob o piso elevado</li> <li>• Efetuar recarga de gás refrigerante (caso necessário)</li> <li>• Efetuar retífica de compressores (caso necessário)</li> </ul>	

### 3.1.1.6 Sistema de detecção e combate a incêndio

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>DETECÇÃO DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar auto check da central de alarmes</li> <li>• Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes</li> <li>• Analisar o log de eventos da central de alarmes</li> <li>• Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário.</li> <li>• Verificar identificação dos detectores</li> <li>• Verificar tubulações</li> <li>• Verificar módulos</li> <li>• Verificar conectores e reapertar conexões</li> <li>• Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de fumaça</li> <li>• Cronometrar tempo para a primeira detecção</li> <li>• Verificar funcionamento da sinalização do painel</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes</li> <li>• Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios</li> <li>• Verificar a atuação na central de alarmes</li> </ul>	
<b>CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar Auto check da central de alarmes</li> <li>• Realizar limpeza externa da central de alarmes</li> <li>• Verificar estado de conservação e fixação da central</li> <li>• Verificar a fixação de componentes</li> <li>• Verificar controle de acesso e climatização (dampers automáticos)</li> <li>• Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário</li> <li>• Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em um detector</li> <li>• Cronometrar tempo para a primeira detecção</li> <li>• Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes</li> <li>• Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)</li> </ul>	
<b>COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar plugs de acionamento</li> <li>• Verificar lacres do acionamento manual</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar pressão do manômetro dos cilindros</li> <li>• Realizar limpeza dos cilindros</li> <li>• Verificar fixação dos cilindros</li> <li>• Verificar data para manutenção dos cilindros</li> <li>• Simular atuação de alarme de incêndio</li> <li>• Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros</li> <li>• Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los</li> </ul>	
--	--

### 3.1.1.7 Sistema de monitoração

DESCRIÇÃO	VISITAS/ANO
<b>CMC</b>	<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar parâmetros de configuração</li> <li>• Verificar sensor de temperatura</li> <li>• Verificar sensor de umidade</li> <li>• Verificar log de eventos</li> <li>• Verificar leitora de cartões</li> <li>• Verificar trava de porta</li> <li>• Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética</li> <li>• Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC</li> <li>• Verificar recepção de traps nos equipamentos</li> <li>• Verificar sensor de vibração</li> <li>• Verificar sensor de estado de porta</li> <li>• Verificar cabeamento de alarmes</li> <li>• Verificar conectores de interligação</li> <li>• Verificar painel frontal [led's e touch pannel]</li> <li>• Verificar comunicação via TCP/IP</li> <li>• Verificar software CMC Manager</li> <li>• Verificar sensor de líquido CMC/IHM</li> <li>• Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido</li> </ul>	
<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>3</b>
<b>Leitores</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)</li> <li>• Verificar condições de instalação e conservação</li> </ul>	
<b>Portas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário.</li> <li>• Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário.</li> <li>• Verificar fechamento automático e reparar, se necessário.</li> <li>• Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário.</li> <li>• Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo.</li> </ul>	
<b>Painéis das controladoras</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar limpeza interna e externa dos painéis.</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reparar fixação do painel e componentes.</li> <li>• Verificar condições das conexões e realizar reapertos.</li> <li>• Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário.</li> </ul>	
<b>Infraestrutura</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar componentes de campo.</li> <li>• Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura.</li> <li>• Estação de programação</li> <li>• Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário.</li> <li>• Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças</li> <li>• Realizar testes de navegação e acionamentos remotos</li> <li>• Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo</li> </ul>	
<b>Funcionamento</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Testar intertravamento com sistema de segurança (combate a incêndio)</li> </ul>	

### 3.2. Prestação de serviço de recarga de FM-200

Prestação de serviço de recarga de FM-200, sob demanda, para um (01) cilindro da marca Kidde Fire Systems, P/N 90-FM200M-002, do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, conforme discriminado a seguir.

- Fornecimento de Gás FM-200 P/N: 93-190000-001, Cód: 934SB-00281 para cilindro (vazio) com a seguinte característica: EMPTY WT 86.4 lb, FULL WT 172.4 lb.
- Fornecimento de kit de reparo de válvula 1.1/2" P/N: 90-140100-000, Cód.: 934SB-00682.
- Mão de obra/frete para coleta, retorno e reinstalação do cilindro de FM-200 com as devidas precauções requeridas para este tipo de equipamento.
- Serviço de teste hidrostático do cilindro.
- Serviço de decapagem e pintura do cilindro.
- Serviço de jateamento da válvula do cilindro.
- Serviço de envase do cilindro.
- Serviço de desconexão e conexão do cilindro.
- Apresentação de relatório de conformidade do cilindro.

## 4. VIGÊNCIA DO CONTRATO, LOCAL E PRAZO DE REALIZAÇÃO e FORMA DE PAGAMENTO

### Vigência do contrato

- A prestação do serviço de manutenção da Sala Cofre deverá ser rezada em contrato com vigência de doze (12) meses contados a partir da data de sua assinatura.
- A vigência contratual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, considerando-se o estabelecido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- 4.3. Os serviços de manutenção deverão executados na sala cofre da PR localizada no Palácio do Planalto, edifício Anexo I-A, sala 107.
- 4.4. A manutenção corretiva é de execução eventual no esquema 24 horas por dia, 7 dias por semana. O licitante vencedor deverá iniciar sua execução em, no máximo, quatro (04) horas após a abertura do chamado, em caso de ocorrência crítica.
- 4.5. A manutenção preventiva deverá ser agendada com a contratante para definição das datas correspondentes à execução dos serviços.

#### **Pagamento**

- 4.6. O pagamento deverá ser efetuado, mensalmente, em doze (12) parcelas fixas e iguais.
- 4.7. O pagamento será creditado em conta corrente do licitante vencedor, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.



# **Virtual**

**Tecnologia Integrada**

**A única do Brasil que  
fabrica, constrói e mantém  
Data Centers.**

## PROPOSTA COMERCIAL

### Solução Oferecida

Proposta de Serviço de Manutenção Preventiva

### Cliente

SECRETARIA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Joinville, 29 de maio de 2025

Ac. Sr. Marco Rosa



Somos referência  
em **entregar**

Com mais de 20 anos de mercado, a **Virtual** é especialista na **construção e manutenção de Data Centers de alta disponibilidade, resiliência e segurança.**

Nossa equipe própria de técnicos e engenheiros entrega ambientes de missão crítica com alta capacidade de processamento, armazenamento e conectividade.

**Atuamos em todo o Brasil**, atendendo empresas e instituições de médio e grande porte em projetos de diversas complexidades.

e

manter

excelência



● **MATRIZ JOINVILLE/SC**

Rua Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, 693  
Bucarein, Joinville/SC



● **UNIDADE FABRIL/OPERACIONAL**

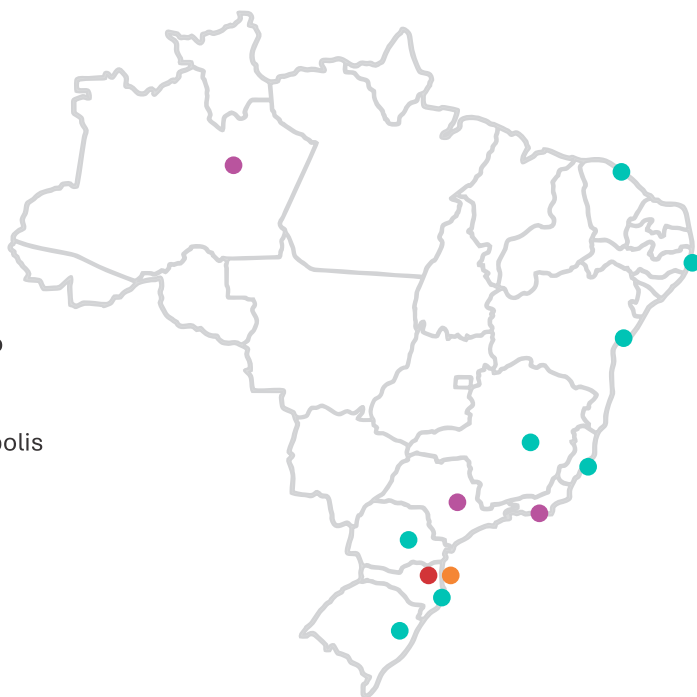
Araquari/SC

● **FILIAIS**

São Paulo | Manaus | Rio de Janeiro

● **BASES TÉCNICAS**

Belo Horizonte | Curitiba | Florianópolis  
Fortaleza | Porto Alegre | Recife  
Salvador | Vitória



**A Virtual é a única empresa no Brasil que **fabrica,**  
**constrói e mantém Data Centers.****

A abordagem única garante cuidado total do projeto, **desde a engenharia do data center modular até a engenharia de obra**, está apoiada em setores integrados e que se comunicam continuamente, evitando ruídos e assegurando uma **comunicação eficiente de ponta a ponta**.

**Esse ciclo integrado permite custos menores** e viabiliza projetos antes considerados inviáveis. Além disso, as soluções entregues protegem e potencializam os seus investimentos ao mesmo tempo em que atendem aos mais rigorosos aspectos de governança interna das empresas.



**Com a Virtual, você tem a confiança de que seu Data Center está nas mãos de quem realmente entende e cuida de tudo.**

## Certificações de governança de TI

### Normas nacionais e internacionais atendidas

Up Time Institute (Tier Standard Topology) - ANSI/TIA/EIA-942 – ANSI EIA/TIA 568B | NBR ABNT 15247 | ANBT NBR 5410 | ABNT NBR IEC 60439-1 | ABNT NBR 13534 | ABNT NBR 14664 | ABNT NBR 15014 | NR-10 | NR-18 | NR-35 | NFPA 2001 | NFPA 72 | ASTM E779 | ECB-S EN1047-2 | NBR 11836 | NBR 9441 | NBR-5419 | NBR-5410 | NBR 14565 | NBR 11515 | NBR ISSO/IEC 17799.



*Trabalhar com a Virtual tem sido excelente. Garantimos alta disponibilidade e reduzimos custos sem perder qualidade. A rapidez no atendimento nos dá a segurança necessária para o data center. A comunicação entre as equipes é excepcional. Recomendo a Virtual TI pela qualidade e confiabilidade dos serviços.*

**Ruy Kolb Magalhães**

Analista de Sistemas  
Eletronuclear



*A atuação da Virtual no HCPA começou faz alguns anos e, desde o começo, houve a preocupação da empresa em melhorar continuamente os serviços prestados, com competência e agilidade. Tê-los ao nosso lado traz segurança e confiabilidade, por termos um ambiente com manutenções em dia e uma equipe especializada no atendimento de eventuais emergências.*

**Guilherme Stoffel Messerschmidt**

Supervisor de Gestão de Datacenter  
HCPA



*A Virtual contribui para resultados voltados à Segurança, Conformidade e continuidade do negócio. A equipe da Virtual TI demonstra competência técnica ao lidar com sistemas críticos, como combate a incêndio, refrigeração e nobreaks.*

**Jeferson Alencar Olsen**

Coord. de Tecnologia da Informação  
Adami S/A

## OBJETIVO

**Proposta comercial para:** Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.

## SOLUÇÃO COMPLETA

### OPÇÃO A : 30 meses

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ ANUAL
1.1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	SERVIÇO	12	R\$ 26.100,00	R\$ 313.200,00
1.2	Recarga de GÁS FM200 (por demanda) (78kg)	SERVIÇO	1	R\$ 86.205,60	R\$ 86.205,60
TOTAL					R\$ 399.405,60

Condição de Pagamento: Em 28 após a emissão da NF, mediante a análise de crédito realizada após o recebimento da confirmação de compra.

Outras condições podem ser acertadas entre ambas as partes.

Impostos e fretes: Todos os impostos e fretes vigentes na data da emissão da proposta (II, IPI, ICMS, FINSOCIAL, etc.) estão incluídos em nossos preços. Caso haja alteração na legislação atual, que afetem positiva ou negativamente nossos preços por ocasião do faturamento, os mesmos serão revisados de modo a refletir estas mudanças.

Prazo de validade da proposta: 60 dias a partir a data de emissão da mesma

### DADOS PARA FATURAMENTO:

Virtual Infraestrutura e Energia Ltda.

CNPJ: 08.144.338/0001-29

I.E: 255.266.090

Endereço: Rua Elia Pintarelli nº 463 – Itinga- Araquari, CEP 89245-000– Joinville SC

Qualquer dúvida quanto ao escopo da proposta, termos e condições de pagamento ou qualquer outro ponto, estamos à disposição.

**Cordialmente,**  
**Leandro Guarido**  
**Fone: (47)3422-5858**  
**leandro@virtualti.net.br**





## PROPOSTA TÉCNICA & COMERCIAL

Empresa: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Data: 06/06/2025

Número da Proposta: 250605-12796-R00-250528

### Serviços Continuados

#### Ongoing

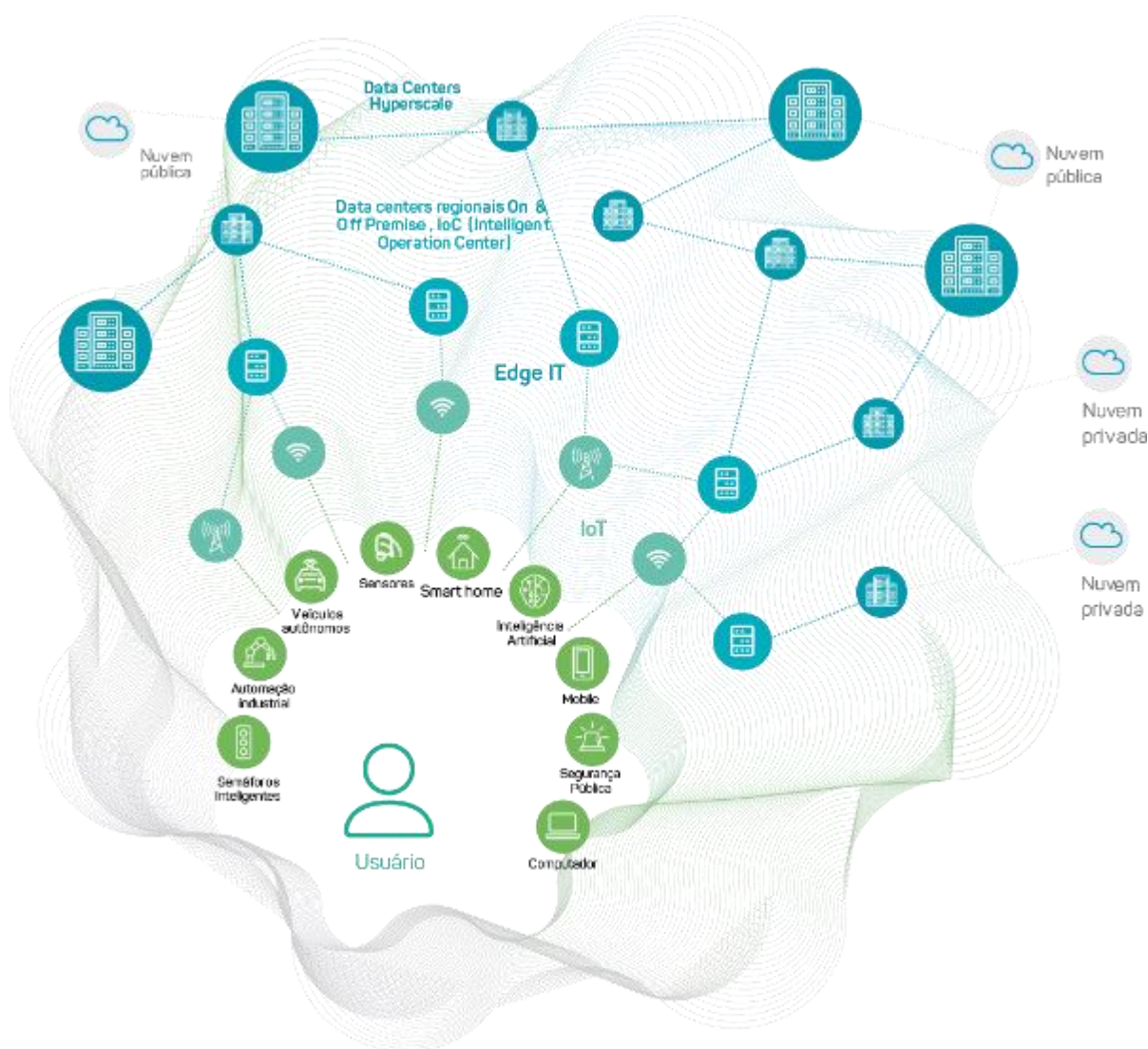
Intervenções inteligentes para  
maximizar a disponibilidade

#### Online

Transformamos dados em  
Intervenções inteligentes

## > Infraestrutura Digital

É um ecossistema que suporta a coleta, comunicação, processamento, armazenamento, integração e gerenciamento dos dados e informações.



## > Líder em soluções de infraestrutura digital

Uma empresa comprometida em dar suporte a um mundo mais seguro, conectado e sustentável, por meio de tecnologias inovadoras que apoiam a transformação digital das nações, cidades e empresas.

*Um único ponto de contato para soluções de infraestrutura digital*

A infraestrutura que suporta a TI de uma organização deve ser arquitetada, implementada e mantida de forma a promover o máximo de disponibilidade, eficiência e flexibilidade.

## > Nosso portfólio de soluções

A green4T desenvolve soluções de ponta a ponta, de forma customizada, respeitando as necessidades do negócio e a estratégia da equipe de TI.

# 01

DATA CENTER  
INFRASTRUCTURE SERVICES

**Serviços Continuados**

Ongoing

Online

**DCIM**

**Certificações**

# 02

SPECIAL PROJECTS

**CICC**

IT Moving

Sala Cofre

# 03

SMART CITIES

Trancity

Plancity

## > Data Center Infrastructure Services (DCIS)

Soluções de alto valor para ambientes de missão crítica, visando garantir alta disponibilidade, máxima segurança e eficiência energética comprovada da infraestrutura de TI.

### >> Serviços Continuados

- Ongoing
- Online
- DCIM

## > Serviços Continuados

A gestão eficiente do ambiente de TI, com profissionais especializados, processos e recursos tecnológicos e gerenciais aplicados nas diferentes camadas da infraestrutura, visando maximizar a sua disponibilidade.

### ALGUNS DE NOSSOS NÚMEROS:

#### » Certificações

15247 ISO 20000 ISO 9001

#### » + de 480

técnicos especializados em 26 estados e Distrito Federal do Brasil

#### » 99,99%

de disponibilidade, índice superior ao Tier IV

#### » + de 55 mil

devices gerenciados

#### » R\$ 20 milhões

em spare parts, o maior estoque da América Latina de peças sobressalentes

#### » + de 400

contratos de Ongoing no Brasil e América Latina

#### » 22 milhões

de horas em Serviços Continuados

## 1. Ongoing

Muito além da manutenção do data center: a garantia de disponibilidade

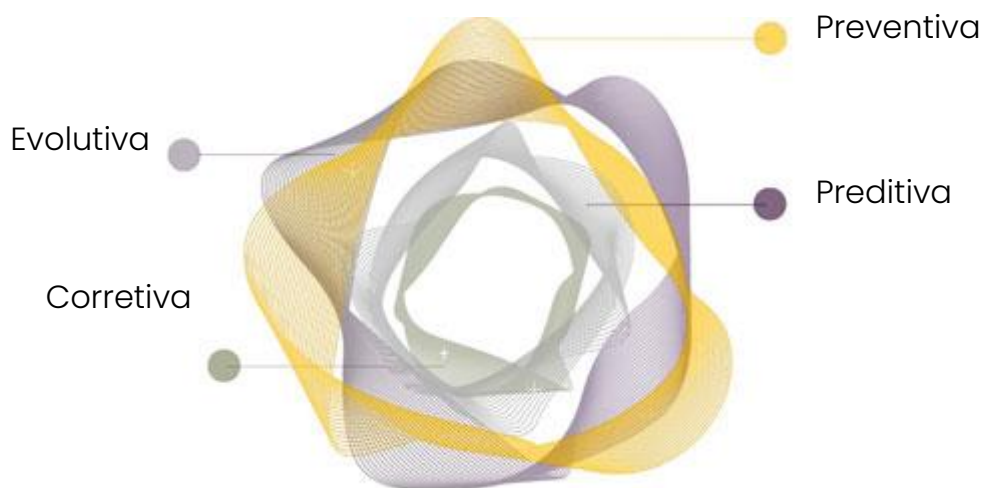


*22 milhões de horas de atuação com 99,999% de disponibilidade do data center dos nossos clientes*

Os data centers que foram projetados, implementados e mantidos por nós possuem disponibilidade superior ao nível **Tier IV**.

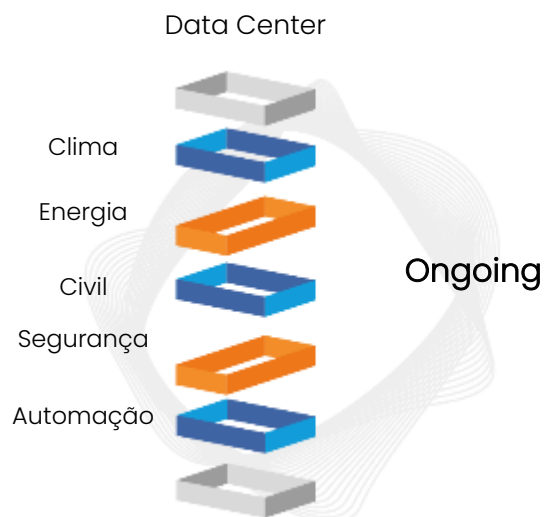


### > Escopo Diferenciado



### > Intervenções inteligentes para maximizar a disponibilidade

Um serviço diferenciado 24x7x365 que compreende ações preventivas, preditivas, evolutivas e corretivas para garantir a continuidade das operações, mitigando os riscos de downtime.



### **Preditiva**

*Ações com base em previsões*

Acompanhamento periódico através de coleta de dados, monitoramento e inspeções. Para previsão de vida útil dos componentes e equipamentos e as condições necessárias para que este tempo seja aproveitado.

### **Preventiva**

*Ações antes de falhas*

Trabalhamos periodicamente na prevenção de falhas garantindo máxima disponibilidade.

### **Corretiva**

*Correções de falhas*

Aplicada como complemento residual às manutenções preventivas e preditivas.

### **Evolutiva**

*Melhorias evolutivas*

A manutenção evolutiva consiste na disponibilização das versões mais recentes de uma determinada solução.

## > Onde estamos



Locais de atuação de  
Serviços Continuados

### **Capilaridade**

#### **Equipe + Spare Parts**

Estrutura e bases operacionais para a garantia de SLAs reduzidos nos contratos de serviços continuados no Brasil e na América Latina.

### **+350**

Técnicos especializados em missão crítica em 26 estados e Distrito Federal do Brasil

## 2. Benefícios e Diferenciais

### > Gestão Integrada

Planejamento integrado sem conflitos da gestão fracionada, com custo fixo conhecido. Gerenciamos todas as disciplinas e seus respectivos temas: climatização, detecção e combate a incêndio, automação, segurança eletrônica, conectividade e outros.




### > Gestão Fracionada

Planos de manutenções tradicionais, segregados por disciplinas, geram conflitos de agenda, problemas com fornecedores e fabricantes. Dificultando diagnósticos técnicos ocasionados por áreas cinzentas entre as fronteiras de responsabilidades, resultando em custos variáveis e maior risco de indisponibilidade.



### > Equipe capacitada de alta disponibilidade

Equipe multidisciplinar experiente em ambientes de missão crítica composta por equipe de front, retaguarda e coordenação ativa.



### **Coordenação e Retaguarda Ativa**

Equipe de retaguarda multidisciplinar, com plano de escalation 24x7x365, e coordenação especializada para garantir o planejamento e execução dos serviços de forma organizada. Documentação e Certificações (ITIL, ATADA, ATS, AOS, COBIT e ISO 20.000)

### **Equipe Front Certificada e Habilitada**

Equipe própria qualificada e experiente 24x7x365

Capacitação contínua tanto na parte teórica como em ambientes simulados

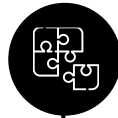
### **Equipamentos**

Disponibilidade de recursos para atendimento, análise e diagnóstico

### **Processos padronizados**

Para garantir a qualidade da prestação de serviços de forma padronizada alinhada com as particularidades de cada cliente

Plano de  
Manutenção  
Customizado



Elaboramos um plano de manutenção customizado de acordo com cada característica de projeto, levando em consideração: dimensionamento, complexidade e abrangência.

Visando, com isso, garantir a continuidade da operação com performance otimizada dos equipamentos.

Relatório de  
Assessment e Plano de  
Ação



Através de ferramenta de coleta e análise de dados é possível identificar riscos à continuidade e operação possibilitando a categorização e, consequentemente, um plano de ação para as correções, melhorias e atualizações.

Agilidade &  
Assertividade



Nossa base de conhecimento nos possibilita um diagnóstico assertivo tornando a tomada de decisão mais ágil.

Postura Consultiva e  
Proativa



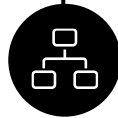
Identificamos e antecipamos ações com uma postura consultiva alinhando as nossas recomendações com as melhores práticas e tendências de mercado, buscando sempre inovações.

Capacity Plan



Análise da capacidade de crescimento do data center que considera: espaço físico, disponibilidade de energia, climatização, conectividade e demais impactos. Essas informações permitem o planejamento e escalabilidade da capacidade da infraestrutura existente.

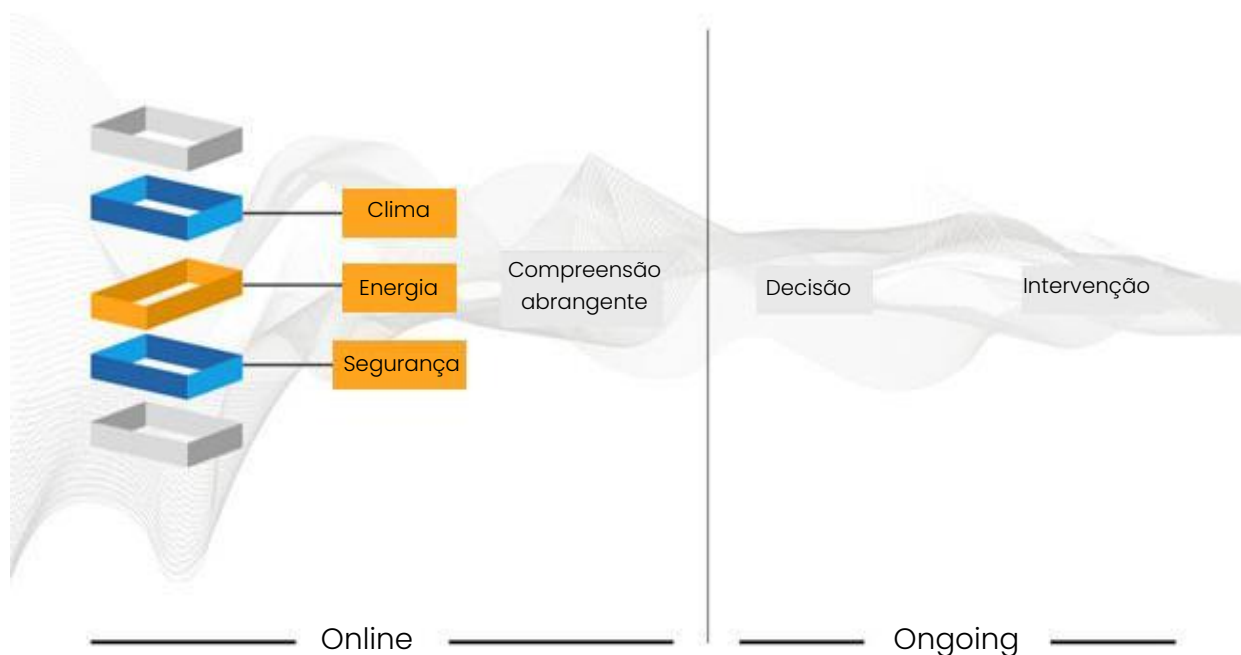
Processos padronizados



Utilizamos processos padronizados para garantir a qualidade da prestação de serviços, alinhados com as particularidades de cada cliente.

### 3. Online

> Transformamos dados em intervenções inteligentes



*Monitoramos os sensores para detecção de qualquer alteração nos subsistemas do data center*

Com o Online, nós monitoramos remotamente e em tempo real o clima, energia e segurança do data center; estamos a par de qualquer alteração, mesmo que mínima, na infraestrutura.

Dessa forma, contamos com a compreensão abrangente do cenário de todos os subsistemas do data center, para embasar a tomada de decisão.

Aliando o Online ao Ongoing, conseguimos antecipar o atendimento e acelerar o processo de decisão e, por consequência, tomar ações assertivas, assegurando a continuidade das operações.

## > Aliando o Online ao Ongoing não há gap de tempo



Quando uma incidência ocorre, normalmente há uma janela de tempo para o cliente tomar ciência do problema (SMS, alarme audiovisual e e-mail). Após a notificação, o próximo passo é acionar o nosso COR e, nesse momento, o Ongoing inicia o atendimento do incidente.

Com o Online, não há essa janela de tempo, pois o data center é monitorado 24 x 7 x 365 sem interrupções. Assim, o incidente e a ciência dele ocorrem concomitantemente. O chamado é aberto e o atendimento, iniciado. A informação em tempo real permite a antecipação das ações para uma resolução mais rápida e assertiva dos incidentes.

## 4. Benefícios e Diferenciais

### **Redução do Risco de Agravamento dos Incidentes**

A antecipação do atendimento pelas equipes de Ongoing diminui o tempo de regularização do incidente, o qual, muitas vezes, é um dos maiores fatores de risco para um downtime.

### **Minimiza os Riscos de Indisponibilidade do Data Center**

Com o Online, garantimos o monitoramento em tempo real, assegurando que não haja períodos sem vigilância, seja durante a noite, em finais de semana ou em feriados.

### **Segurança**

Com o ambiente monitorado por uma equipe qualificada e comprometida, elevamos o grau de segurança à continuidade.

### **Banco de Dados de Eventos**

Criação de um banco de dados de eventos separados por disciplinas e equipamentos, possibilitando uma análise global do ambiente.

### **Equipe Habilitada para Gestão de Crise**

Através de uma equipe multidisciplinar, com respaldo de uma equipe de retaguarda, tomamos decisões ágeis para regularização ou ações de contorno.

## 5. Descritivo Técnico da Solução Ongoing

O escopo consiste na prestação de Serviços técnicos especializados para supervisão e desenvolvimento de planos de manutenção, atendimento emergencial aos sistemas e subsistemas que compõem a infraestrutura de missão crítica do complexo do Data Center da Presidência da República que está localizado na cidade Brasília - DF e os serviços previstos nesta proposta levam em consideração as condições de funcionamento e operacionalidade, realizando sempre que necessário os devidos ajustes, reparos, assistência técnica e serviços.

### 5.1 ESCOPO DA SOLUÇÃO

CIVIL	Sala Cofre	Sala Cofre 29m <sup>2</sup>
	Piso Elevado	
	Limpeza	
ENERGIA	Painéis de Baixa	06 QDFs
CLIMATIZAÇÃO	Self Precisão	03 Evaporadoras 23kW
		03 Condensadoras
DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	Detecção Precoce	01 Stratos Micra 25
	Combate Automático	01 Cilindro de FM200
MONITORAMENTO E SEGURANÇA	CFTV	02 Câmeras
	Supervisório	01 Netwatch
	Controle de Acesso	01 Leitor Biométrico

### 5.2 PLANOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Os serviços periódicos de manutenção têm como objetivo: manter a continuidade operacional e preservar a vida útil dos equipamentos; garantir que os sistemas de alarmes funcionem corretamente; e manter os testados dos sistemas evidenciados. Contempla verificações, ajustes e correções nos seguintes itens:

## 5.2.1 MANUTENÇÃO DO AMBIENTE DE TI

### 5.2.1.1 Sala cofre

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PORTA</b>	<b>4</b>
Verificar funcionamento do mecanismo	
Verificar lubrificação do mecanismo	
Verificar posição dos pinos	
Verificar funcionamento das chaves	
<b>Vedações:</b>	
Verificar as gaxetas	
Verificar contato gaxetas x batente	
Verificar isolantes térmicos	
<b>Dobradiças:</b>	
Lubrificar	
Verificar cordões de solda	
Verificar alinhamento folha x batente	
<b>Soleiras:</b>	
Verificar aspecto visual	
<b>Almofadas:</b>	
Verificar estado geral das almofadas e parafusos.	
<b>Mola Geze:</b>	
Verificar travamento	
Verificar fechamento automático	
Verificar cabos de ligação e duto flexível	
<b>Micro switch:</b>	
Verificar funcionamento	
<b>BLINDAGENS</b>	<b>4</b>
Verificar a integridade das blindagens	
Verificar as cunhas de aperto	
Abertura e fechamento de caixas de passagens e blindagens	
Verificar lacres	
Verificar pontos de ruptura	
<b>ELEMENTOS</b>	<b>4</b>
Verificar integridade dos painéis	
Verificar as vedações e elementos químicos das junções entre os painéis e perfis de acabamento	
Realizar retoques de pintura (manter as características originais)	
Verificar os pontos de solda dos elementos de fundo	
<b>PAINEL DE COMANDO</b>	<b>4</b>

Verificar réguas de bornes	
Reapertar terminais	
Verificar funcionamento de botoeiras	
Verificar interruptor de corrente de fuga, disjuntores	
Verificar temperatura da fonte e do Trafo	
Verificar tensão de alimentação, de saída do Trafo, de saída da fonte, de carga das baterias	
Verificar temporizadores, fusíveis de reserva	
Verificar Leds de iluminação e contadores	
Limpar painel interna e externamente	
Verificar fechaduras com grafite	
Verificar configuração lógica da CLP	
Verificar as baterias e substituir a cada dois anos.	
<b>TESTES</b>	<b>4</b>
Em caso de detecção de incêndio: teste de funcionamento da porta, das luzes de emergência, da sinalização áudio visual, da automação dos dumpers	
<b>TESTE DE ESTANQUEIDADE</b>	<b>1</b>
Teste realizado de acordo com o método descrito na norma ASTM E 779-99.	

### 5.2.2 Piso elevado

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PISO ELEVADO</b>	<b>4</b>
<b>Nivelamento:</b>	
Verificar nivelamento das placas	
Verificar cruzetas	
Verificar trims (piso americano)	
Verificar alinhamento das placas	
<b>Reforço:</b>	
Colocar suportes de reforço onde necessário	
<b>Placas:</b>	
Trocar placas danificadas	
<b>Leito aramado:</b>	
Verificar alinhamentos e realinhar, se necessário	

### 5.2.3 Limpeza

ITEM	VISITAS/ANO
<b>ELEMENTO DE FUNDO</b>	<b>2</b>
Aspirar o pó e limpar a superfície com pano úmido nos locais que possuem piso técnico elevado;	
<b>PISO ELEVADO (SUPERFICIAL)</b>	<b>2</b>
Aspirar o pó e limpar a superfície das placas com pano úmido;	
<b>PISO ELEVADO (PESADA)</b>	<b>2</b>
Aspirar o pó e realizar limpeza pesada da superfície das placas utilizando produto alvejante (em conformidade com as especificações do fabricante);	
<b>LEITOS ARAMADOS</b>	<b>2</b>
Aspirar o pó e limpar com pano seco os leitos aramados e os cabos que passam pelos leitos aramados;	
<b>ELEMENTOS DAS SALAS</b>	<b>2</b>
Aspiração do pó e limpeza com pano úmido dos elementos laterais, teto e demais elementos (sensores, quadros, equipamentos de ar-condicionado, cilindro de gás);	
<b>PORTAS</b>	<b>2</b>
Limpeza das gaxetas de vedação e limpeza da superfície com pano úmido das portas;	
<b>LUMINÁRIAS</b>	<b>2</b>
Limpeza da superfície refletora; das lâmpadas e das grelhas difusoras;	
<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>2</b>
Limpeza da superfície dos racks fechados e abertos, dos nobreaks, da superfície externa dos quadros de energia.	

### 5.2.4 Sistemas de energia

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PAINÉIS DE BAIXA</b>	<b>4</b>
Verificar fixação, pintura e funcionamento da porta	
Verificar identificação do painel	
Efetuar limpeza do painel	
Efetuar limpeza interna e externa do painel	
Verificar cabos e canaletas do painel	
Organizar cabos e canaletas do painel	
Realizar Inspeção com Termovisor das conexões e componentes	
Verificar proteções de partes energizadas	
Verificar identificação de cabos, componentes e circuitos	

Realizar inspeção com termovisor	
Realizar reaperto das conexões elétricas nos bornes e componentes	
Verificar fixação e ajustes das tampas e portas do painel	
Verificar condições dos componentes elétricos	
Verificar aterramento e neutro do painel	
Verificar dispositivos de proteção	
Verificar a operação dos medidores, se necessário reparar ou ajustar	

### 5.2.5 Sistema de climatização

ITEM	VISITAS/ANO
<b>EVAPORADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir tensão do ventilador	
Medir corrente do ventilador	
Medir corrente do compressor	
Medir corrente das resistências	
Medir corrente do umidificador	
Verificar disjuntores	
Reapertar conexões elétricas	
<b>Mecânica:</b>	
Verificar filtros de ar (trocar se necessário)	
Verificar resistência de cárter	
Verificar pontos de vazamento de óleo	
Verificar visor de líquido	
Verificar vazamentos de gás	
Limpar o equipamento (interno e externo)	
Medir temperatura de insuflamento de ar	
Medir temperatura de retorno de ar	
Realizar limpeza do dreno	
<b>Painel de revezamento:</b>	
Verificar funcionamento em modo automático	
Realizar limpeza interna e externa	
Realizar reaperto das conexões elétricas	
Verificar parametrização (temperaturas e intertravamentos)	
Aferir sensores de temperatura e umidade	
<b>Parâmetros:</b>	
Set-point de temperatura	

Set-point de umidade relativa	
Set-point de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONDENSADORAS</b>	<b>6</b>
<b>Elétrica:</b>	
Medir tensão de entrada	
Medir corrente dos ventiladores	
Medir tensão das bombas	
Reapertar terminais e bornes	
<b>Pumpset:</b>	
Medir corrente do painel pumpset	
Teste operacional do painel pumpset	
<b>Mecânica:</b>	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	
Retirar ventilador e lavar a serpentina	
Medir temperatura de entrada do ar	
Medir temperatura de saída do ar	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>INSTALAÇÕES – CLIMATIZAÇÃO</b>	<b>6</b>
Verificar tubulações, suportes e isolamentos térmicos	
Verificar estrutura dos equipamentos	
Verificar tubulações de água e dreno	
Verificar proximidades dos equipamentos e interferências	
Verificar sinais de corrosão, amassados e obstáculos	
Verificar fixação das partes, tampas e vedações	
Verificar condições das proteções e ambiente das condensadoras	
Verificar posicionamento dos sensores de temperatura e umidade	
Verificar proporção de placas perfuradas	
Verificar distribuição adequada das placas perfuradas	
Identificar possibilidades de melhoria na circulação de ar no ambiente	
Verificar obstáculos sob o piso elevado	

### 5.2.6 Sistema de detecção e combate a incêndio

ITEM	VISITAS/ANO
<b>DETECÇÃO DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Realizar auto check da central de alarmes	
Verificar indicação de alarmes e avarias na central de alarmes	

Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Verificar detectores no ambiente e realizar limpeza, se necessário	
Verificar identificação dos detectores	
Verificar tubulações	
Verificar módulos	
Verificar conectores e reapertar conexões	
Realizar teste (aleatório) de detecção com spray adequado em detector de fumaça	
Cronometrar tempo para a primeira detecção	
Verificar funcionamento da sinalização do painel	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar botoeiras de acionamento manual do alarme de incêndios	
Verificar a atuação na central de alarmes	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CENTRAL DE ALARMES DE INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Analisar o log de eventos da central de alarmes	
Realizar Auto check da central de alarmes	
Realizar limpeza externa da central de alarmes	
Verificar estado de conservação e fixação da central	
Verificar a fixação de componentes	
Verificar comunicação com elevadores, pressurização de escadas, controle de acesso e climatização (dampers automáticos)	
Verificar data de reposição das baterias e substituir, se necessário	
Realizar teste de alarme projetando spray adequado no ambiente e em um detector	
Cronometrar tempo para a primeira detecção	
Verificar indicação de alarmes na central (precoce e convencional)	
Verificar o funcionamento do sistema audiovisual de alarmes	
Verificar a atuação do dispositivo de disparo do sistema de combate (cilindros)	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>4</b>
Verificar plugs de acionamento	
Verificar lacres do acionamento manual	
Verificar pressão do manômetro dos cilindros	
Realizar limpeza dos cilindros	
Verificar fixação dos cilindros	
Verificar data para manutenção dos cilindros	

Simular atuação de alarme de incêndio (fechamento de laço convencional e precoce)	
Verificar a atuação do solenoide de acionamento dos cilindros	
Rearmar o dispositivo de acionamento dos cilindros antes de reconectá-los	

### 5.2.7 Sistema de monitoramento e segurança

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CFTV</b>	<b>4</b>
<b>Câmeras:</b>	
Verificar a necessidade de reposicionamentos ou ajustes	
Realizar limpeza externa e das lentes	
Verificar fixação e conexões elétricas	
<b>Painéis de switches:</b>	
Realizar limpeza interna e externa	
Organizar cabos e verificar conexões	
Verificar funcionamento dos switches	
Verificar o aterramento	
<b>Servidor:</b>	
Verificar funcionamento adequado do software do CFTV	
Verificar a gravação adequada das imagens (tempo / backup)	
Verificar conexões e funcionamento de rede	
<b>Monitores:</b>	
Testar funcionamento de detecção de movimentos e pop-ups	
Verificar revezamento das imagens	
Verificar funcionamento de câmeras móveis (controle remoto)	
Verificar posicionamento das câmeras e qualidade das imagens (foco/distorções)	

ITEM	VISITAS/ANO
<b>CMC/NETWATCH</b>	<b>4</b>
Verificar parâmetros de configuração	
Verificar sensor(es) de temperatura	
Verificar sensor(es) de umidade	
Verificar log de eventos	
Verificar leitora de cartões	
Verificar trava de porta	
Verificar funcionamento de fechadura eletromagnética	
Verificar quantidade de equipamentos monitorados pelo CMC	
Verificar recepção de traps nos equipamentos	
Verificar sensor de vibração	

Verificar sensor(es) de estado de porta(s)	
Verificar cabeamento de alarmes	
Verificar conectores de interligação	
Verificar painel frontal (LEDs e touch panel)	
Verificar comunicação via TCP/IP	
Verificar software CMC Manager	
Verificar sensor de líquido CMC/IHM (com pano úmido para não queimar o cabo, relé ou I/O)	
Verificar os parâmetros de set point do sensor de líquido	
ITEM	VISITAS/ANO
<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	<b>4</b>
<b>Leitores:</b>	
Realizar testes de funcionamento (observar acessibilidade a áreas restritas)	
Verificar condições de instalação e conservação	
<b>Portas:</b>	
Verificar funcionamento das fechaduras e reparar, se necessário	
Testar abertura para saída em emergências (anti-pânico) e reparar, se necessário	
Verificar fechamento automático e reparar, se necessário	
Verificar fixação dos eletroímãs e reparar, se necessário	
Aplicar proteção contra corrosão nos eletroímãs de portas expostas ao tempo	
<b>Painéis das controladoras:</b>	
Realizar limpeza interna e externa dos painéis	
Reparar fixação do painel e componentes	
Verificar condições das conexões e realizar reapertos	
Testar funcionamento dos componentes e reparar, se necessário	
<b>Infraestrutura:</b>	
Verificar componentes de campo	
Verificar cabeamento e respectiva infraestrutura	
Estação de programação	
Testar funcionamento do servidor e comunicação e reparar, se necessário	
Testar acessibilidade e funcionamento dos softwares e licenças	
Realizar testes de navegação e acionamentos remotos	
Acompanhar atualizações de leituras de informações de campo	
<b>Funcionamento:</b>	
Testar intertravamento com sistema de segurança (combate a incêndio)	

### 5.2.8 Dynamic as built

Atualização quadrimestral dos desenhos técnicos do datacenter, com o objetivo de manter os projetos atualizados da forma como o ambiente se encontra. Os projetos sempre atualizados permitem que diferentes técnicos, trabalhem em um ambiente conhecido, o que diminui as chances de erro, acidentes e paradas não programadas. Compreende atualizações, com entregas nos formatos DWG e PDF, dos seguintes itens:

- a) Layout do ambiente de TI;
- b) Unifilar elétrico;
- c) Isométrico ar-condicionado.

### 5.2.9 Treinamento

Treinamento anual dos colaboradores da CONTRATANTE, buscando garantir a utilização de práticas corretas na operação do ambiente e para a correta reação nos casos de incidentes envolvendo os sistemas do datacenter. Compreende os seguintes treinamentos:

#### Módulo 1: Infraestrutura da Sala Cofre

##### Carga horária: 1 hora

Características, estanqueidade e cuidados gerais da Sala Cofre

Capacidade de cabos e procedimento de solicitação para abertura de caixa de passagem

Abertura e cuidados com a porta

Procedimentos de emergência

#### Módulo 2: Sistemas Elétricos do Data Center

##### Carga horária: 2 horas

Quadros Elétricos

Manobras de transferência emergenciais

#### Módulo 3: Sistemas de Climatização

##### Carga horária: 1 hora

Equipamentos de Climatização de Precisão: função e características

Reconhecimento dos diversos tipos de alarme

Primeiro combate ao alarme do sistema.

#### Módulo 4: Prevenção, Detecção e Combate a Incêndios

##### Carga horária: 1 hora

Cuidados gerais para prevenção de incêndio em Data Centers

Sistema de Detecção Convencional e Precoce

Verificação visual

O Sistema de Combate via gás: funcionamento e cuidados

## **Módulo 5: Monitoramento e Controle de Acesso**

### **Carga horária: 1 hora**

Cadastramento e gerenciamento do acesso de pessoas ao Data Center

Acesso emergencial

O Netwatch e suas características de monitoramento

### **5.2.10 Auditoria Física**

Auditoria anual no ambiente, buscando encontrar não conformidades para que seja possível corrigi-las. Terá como produto um relatório de auditoria emitido e entregue à CONTRATADA, constando os pontos de conformidade e não conformidade encontrados nos diversos ambientes do Data Center do cliente.

## **5.3 PEÇAS DE REPOSIÇÃO**

Todas as peças de reposição bem como os materiais auxiliares necessários para a realização de serviços de manutenção preventiva/programada e corretiva estão inclusas no escopo da proposta.

Não estão inclusos a substituição de equipamentos e peças ao final da vida útil. A green4T deverá indicar previamente para o cliente esses equipamentos, apresentando declaração do fabricante.

Como premissa, assumiremos a manutenção com peças de reposição dos equipamentos que estiverem em bom estado de conservação/funcionamento.

## **5.4 ANS – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS**

Nível	Classificação	Prazos
<b>CRÍTICO</b>	Representa um incidente crítico que possa tornar inoperante o sistema do Data Center por inteiro, ou uma parte majoritária que é essencial aos negócios diários.	A partir da abertura do chamado técnico, a Green4T terá um prazo de: <ul style="list-style-type: none"><li>• 04 horas para início do atendimento presencial;</li><li>• 48 horas para solução de contorno do incidente. Apresentação de relatório do</li></ul>

		incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 72 horas.
<b>URGENTE</b>	Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação do ambiente operacional da Sala de equipamentos de TI. Apesar da degradação do ambiente, a sala continua em operação.	<p>A partir da abertura do chamado técnico, a Green4T terá um prazo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 08 horas para início do atendimento presencial;</li> <li>• 48 horas para solução de contorno do incidente. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 5 dias.</li> </ul>
<b>ROTINA</b>	Representam falhas mínimas que não estão afetando a performance, serviço ou operação da Sala de equipamentos de TI, ou ainda a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.	<p>A partir da abertura do chamado técnico, a Green4T terá um prazo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 12 horas para início do atendimento presencial;</li> <li>• 72 horas para solução de contorno do incidente. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 5 dias.</li> </ul>

## 5.5 NORMAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

Todo e qualquer serviço realizado pela green4T obedecerá às leis e normas regulamentadoras, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho Local.

Todos os serviços deverão executados obedecendo rigorosamente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.

## 5.6 TREINAMENTO

Será elaborado pela green4T um programa de treinamento anual para todos os profissionais envolvidos no contrato, de forma a garantir o pleno entendimento de todos os itens objeto dessa contratação, sempre em conformidade com as definições de projeto, recomendações de fabricantes, melhores práticas, padrões do cliente, normas técnicas e regulamentadoras, bem como legislações aplicáveis.

## 5.7 FERRAMENTAL

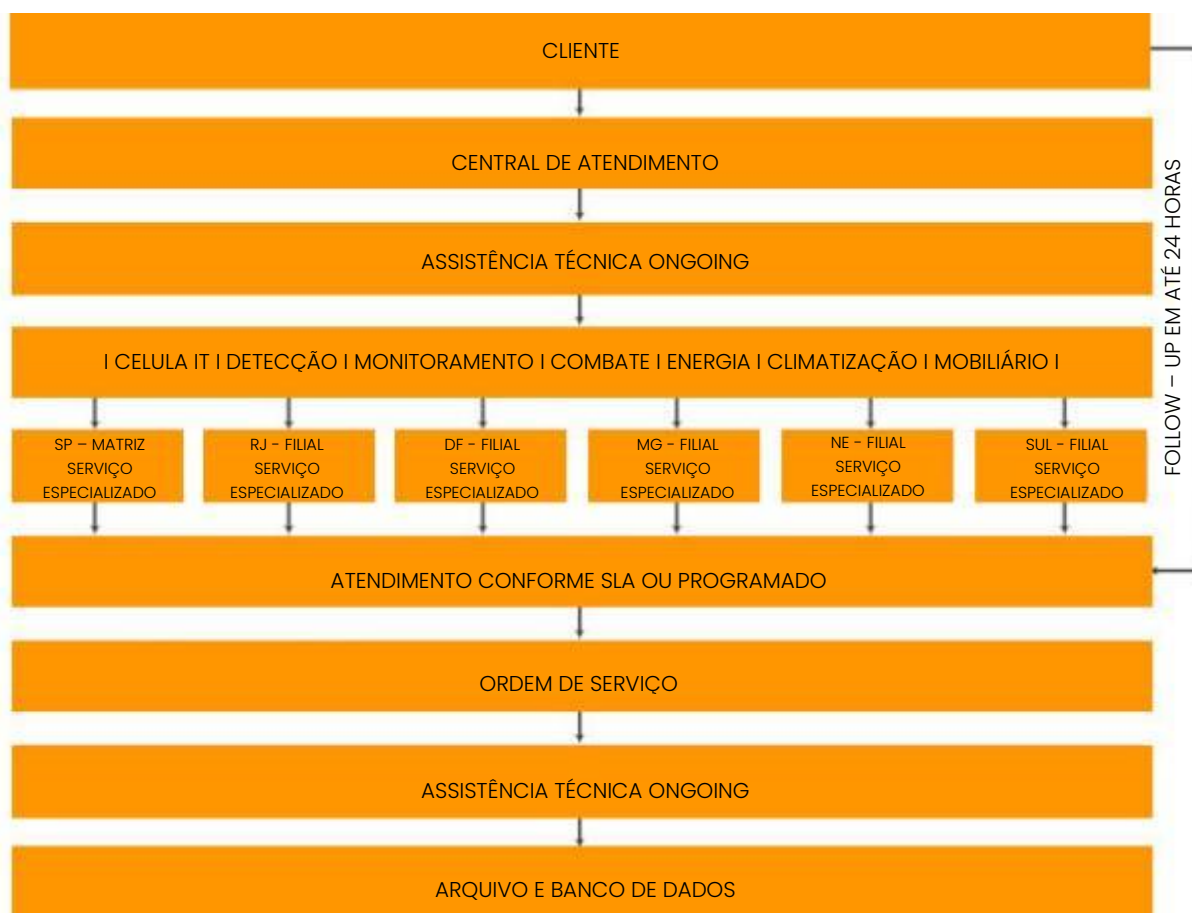
A green4T disponibilizará para a sua equipe, todo o ferramental de qualidade profissional necessário para desenvolver as atividades do escopo desta

contratação, e sempre que necessário deverá apresentar os devidos certificados de qualidade e aferição.

## 5.8 ATENDIMENTO PROGRAMADO E CORRETIVO

A green4T mantém uma estrutura de pronto atendimento 24x7x365 e equipes que entrarão em ação imediatamente em caso de uma ocorrência crítica.

De segunda à sexta das 8:00 às 18:00h, em caso de ocorrência ou qualquer outra necessidade chame a Central de Atendimento green4T 0800 887 0755.



## 6. Plataforma de Gestão Integrada

A plataforma de gestão integrada é uma ferramenta robusta para prover gerenciamento da infraestrutura de TI, abertura de chamados, gestão de ativos, acompanhamento em tempo real dos chamados em aberto/andamento e histórico dos chamados fechados através do acesso ao banco de dados, possibilitando a emissão de relatórios diversos, indicando a performance de atendimento ao SLA estipulado em contrato, quantidade de chamados corretivos mensais, comparativo de quantidade de corretivas mensais, emissão de relatórios, com interface WEB.

A plataforma de gestão trabalha em tempo real, permitindo no mínimo as seguintes atividades:



### 6.1 ORDENS DE SERVIÇO:

- Abertura de chamados para as modalidades corretivas e evolutivas, com a devida classificação por prioridade (baixa média, alta, critica), categorizando por ativo de infraestrutura e por disciplinas;
- Alteração de datas pré-agendadas para manutenção preventivas e preditivas;
- Acompanhamento do andamento da resolução da ordem de serviço aberta;
- Fechamento online da Ordem de Serviço após o término do atendimento e aprovação da Contratante;
- Avaliação do atendimento técnico pelo Contratante;
- Consulta em tempo real do cumprimento do SLA contratual.



## Gerenciamento das Ordens de Serviço

> Abertas > Andamento > Fechadas

### 6.2 GESTÃO DOS ATIVOS:

- Cadastro completo dos ativos de infraestrutura do ambiente crítico e dos demais ambientes contemplados no contrato;
- Indicação e controle do vencimento de garantia, quando aplicável;
- Possibilitar emissão de relatório por equipamento cadastrado, demonstrando as preventivas e corretivas realizadas;

### 6.3 BASE DE DADOS E DOCUMENTOS

Solução de Informação do Gerenciamento da Disponibilidade, conforme boas práticas da ITIL, ou seja, repositório virtual contendo todos os dados dos equipamentos contemplados em contrato, permitindo assim possuir um banco de dados específico para auditorias, como:

- Manuais;
- Desenhos técnicos;
- Relatórios;
- Atas de Reunião;
- Histórico de OS;
- Tutorias;
- Procedimentos de emergência.

### 6.4 Relatório

- Apresentação de Dashboard em tempo real;
- Indicadores personalizados de desempenho;

- Emissão de Relatórios em tempo real com no mínimo as seguintes configurações:

- Quantidade de Ordem de Serviço;
- Modalidade (preventiva, corretiva, preditiva e evolutiva);
- SLAs;
- Disciplina;
- Severidade;
- Por período;
- Por planta;
- Origem do chamado (abertura remota, e-mail, telefone).

## 7. Descritivo Técnico da Solução Online

Selecionamos e tratamos as informações coletadas pelo ambiente com seus devidos níveis de alarmes por criticidade para uma atuação proativa e assertiva através do Online. O descritivo técnico do Online é composto pelos seguintes elementos: Coleta de Dados, Comunicação de Rede, Plataforma de Monitoramento e NOC (Network Operations Center).

### 7.1 COLETA DE DADOS

A coleta de dados engloba o sensoriamento dos equipamentos da infraestrutura do data center a nível de rede local.

#### 7.1.1 Sensores

Coletaremos informações dos sensores existentes no data center. Além disso, verificaremos a conexão deles com o nosso cluster, no caso de falhas de comunicação um alarme será apresentado no sistema em tempo real.

Recomendamos que sejam monitorados no mínimo os seguintes atributos, para garantir a compreensão abrangente da infraestrutura.

- **Clima:**
  - Ar-condicionado: falha geral;
  - Ambiente: status temperatura e umidade;
- **Segurança:**
  - Sistema de incêndio: alarme e falha da central;
  - Ambiente: alerta detecção precoce, status de porta.

#### 7.1.2 Protocolos de Comunicação

Nosso sistema é compatível com os seguintes protocolos de comunicação:

- ICMP
- SNMP
- ModBus TCP
- IPMI
- API

### **7.1.3 Dispositivo de Rede**

O cliente deverá fornecer os links de comunicação. O dispositivo de rede possuirá dois links de conexão (fibra, ADSL ou 4G) para assegurar a redundância, que podem ser fornecidos pela contratante ou disponibilizados pela contratada. Esse equipamento será monitorado pelo sistema para a identificação de anomalias. Obs: em caso de chamados por falha de comunicação, a responsabilidade de restabelecimento será do cliente.

## **7.2 COMUNICAÇÃO DE REDE**

### **7.2.1 Rede Local**

Recomendamos que a rede local dos equipamentos de infraestrutura seja de uso exclusivo para monitoramento, com o objetivo de garantir a segurança dos dados.

### **7.2.2 Conexão Remota**

A comunicação dos ambientes monitorados com a Plataforma de Monitoramento é realizada através da instalação de um proxy/agent em uma Máquina Virtual (VM) com OS Linux que deverá ser disponibilizada pela Contratante e estar localizada na rede local.

Esse software realiza o monitoramento dos equipamentos e sincroniza os dados com a Plataforma através de uma comunicação criptografada baseada em PSK. Essa configuração permite uma maior flexibilidade, pois em caso de falha de comunicação com o cluster, os dados são armazenados localmente e descarregados no cluster, após a retomada da conexão. Além disso, facilita a configuração, visto que não dependerá de configurações de encaminhamentos de rede, apenas um acesso à internet via portas específicas.

## **7.3 PLATAFORMA DE MONITORAMENTO**

O Online utiliza um banco de dados com alta performance, infraestrutura com dualidade de link, arquitetura multiserver e configuração de alta disponibilidade. Assim garantimos confiabilidade, estabilidade e velocidade nas consultas de dados. A interface da plataforma, desenvolvida em HTML5, é intuitiva, responsiva, compatível

com dispositivos móveis e acessível via WEB. Essa inclui as seguintes telas: mapa, alarmes, histórico, dashboard e tendências.

## **7.4 NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER)**

### **7.4.1 Atuação**

O NOC possui atuação 24x7x365 e conta com dashboard de controle monitorados por agentes capacitados, o que assegura a compreensão abrangente e contínua da infraestrutura da contratante.

### **7.4.2 Matriz de Risco e Plano de Escalonamento**

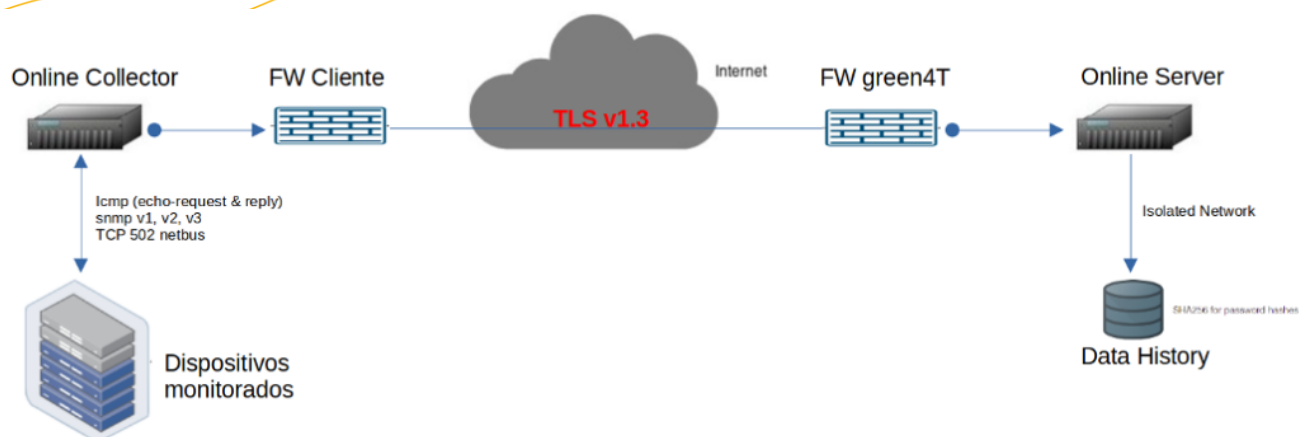
No caso de desvios de operação nos ambientes monitorados, a equipe atua acionando o responsável especificado de acordo com a matriz de risco e plano de escalonamento por severidade de alertas e disciplinas

## **7.5 REQUISITOS PARA IMPLANTAÇÃO (SOLICITAÇÃO DE VM)**

### **7.5.1 Requisitos e detalhamento para a VM de implantação do sistema**

Nessa VM será instalado o container engine Docker ou Podman (dependendo da distribuição) e utilizará imagem de container da green4t contendo o coletor o qual realizará o monitoramento dos equipamentos/ativos. Em anexo, estamos disponibilizando o roteiro com os procedimentos pertinentes.

O monitoramento dos equipamentos/dispositivos/software CMC, UPS e GMG via SNMP (UDP 161/162) e MODBUS (TCP 502) no Data Center do cliente será feito através dos protocolos SNMP versões 1, 2 e 3 e/ou ModBus e ICMP (ping – echo-request/echo-reply), sendo realizado localmente pelo coletor, que enviará as métricas para o Online Server hospedado na green4T, conforme arquitetura de referência abaixo



A imagem de container do coletor criada pela green4T utiliza os pacotes oficiais fornecidos pela Zabbix SIA e sincronizará as informações de monitoramento dos ativos/equipamentos com o nosso servidor Online Server através de protocolo TCP, sendo a comunicação criptografada com chave PSK de 2048-bit (256-bytes PSK, informado como 512 dígitos hexadecimais), TLS v1.3, sem a necessidade de publicação de serviços na rede/no ambiente do cliente.

Obs: O posicionamento do coletor na rede será determinado pelo cliente, conforme arquitetura, política de segurança e sub-rede, sendo necessário o administrador garantir que o host do coletor consiga resolver nomes e sair sentido internet com destino aos endereços do cluster Online Server green4T.

## 7.5.2 REQUISITOS E DETALHAMENTOS

### 7.5.2.1 Especificações da VM

- 1 vCPU
- 1 GB RAM
- 20 GB de disco

Distribuições e versões mínimas do Sistema Operacional LINUX (Oracle Linux 9, RHEL 9, Debian 11, Ubuntu 22 ou OpenSUSE / SLES 15).

### 7.5.2.2 Capacidades

A máquina virtual LINUX deve ser capaz:

- Resolver endereço IP para o DNS [ontime.green4t.com](https://ontime.green4t.com);
- Conectar a porta TCP 10051 nos endereços: [ontime.green4t.com](https://ontime.green4t.com).

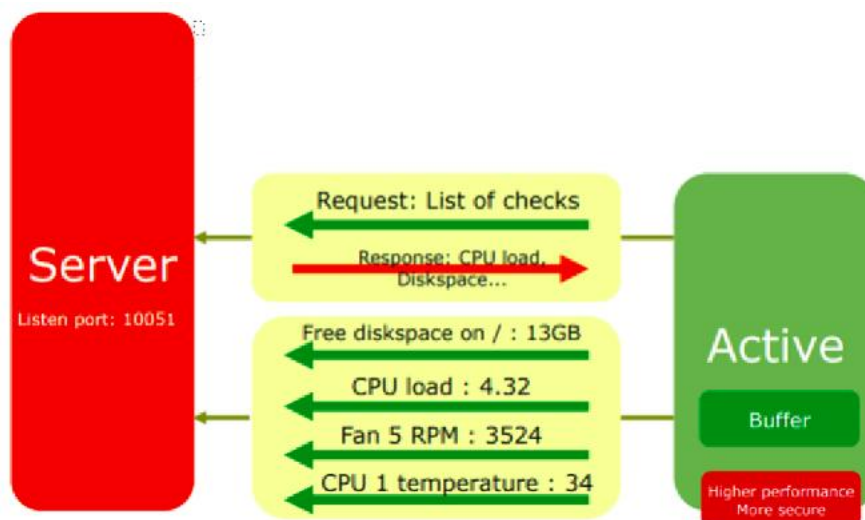
### 7.5.2.3 Orientações

Para a comunicação entre o coletor (sua infraestrutura) e Online Server (green4t) se fazem necessárias a criação de regras de firewall permitindo a comunicação seguindo o fluxo:

Origem	Destinos	Protocolo	Porta Destino
IP do Zabbix Proxy (rede cliente)	ontime.green4t.com 134.65.21.218 ( <b>Liberar por IP somente se o firewall não tiver FQDN</b> )	TCP	10051

### 7.5.2.4 Fluxo de comunicação

O coletor implantado no ambiente do cliente busca pelo servidor, iniciando a comunicação, recebe as diretivas de monitoramento contendo as informações referente aos itens que devem ser observados, efetua a atividade de monitoria, armazena as informações em uma base local e periodicamente envia as informações para o Online Server na green4T onde regras específicas de alertas são aplicadas e observadas pelo time de NOC.



## 8. Responsabilidades

### 8.1 RESPONSABILIDADES GREEN4T

- Guardar sigilo e não fazer uso das informações prestadas pelo Cliente;
- Respeitar os regulamentos de disciplina e segurança do Cliente;
- Cumprir com as normas de Segurança e Medicina no Trabalho durante a estadia nas instalações;
- Cumprir os serviços e prazos descritos nesta proposta, tanto para ocorrências críticas quanto para as programadas;
- Comunicar qualquer falha no sistema de monitoramento ou links;
- Manter o SLA contratado nos serviços de Ongoing com acionamento através da central de alarme, sem necessidade do chamado via cliente;
- No caso de falha do sistema de monitoramento será acionado uma equipe volante para verificar o estado do site.

### 8.2 RESPONSABILIDADES CLIENTE

- Disponibilizar acesso e autorizações de trabalho aos ambientes propostos para intervenção;
- Liberar os ambientes para intervenção após assinatura de contrato;
- Fornecer os links de comunicação e se responsabilizar pelos pagamentos mensais deles junto aos fornecedores;
- Liberação de lista do escalation plan;
- Informar os responsáveis pelo atendimento no site fora do horário normal de funcionamento (entrada no site), no caso de atendimento emergencial da equipe volante;
- Caso o técnico não consiga entrar no site para o atendimento, o não cumprimento SLA passará a ser responsabilidade do cliente, não cabendo qualquer punição à green4T;
- Estabelecer previamente normas, regras e procedimentos a serem respeitados.

## 9. Condições Comerciais e de Pagamento

### 9.1 PAGAMENTO

O Cliente desembolsará o valor em parcelas mensais com vencimento para 15 dias, a contar do primeiro mês na assinatura do contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre e seus componentes, preservando as características atuais de desempenho, incluindo monitoração remota.	12	MESES	R\$ 25.147,00	R\$ 301.764,00
2	Serviço de recarga de FM-200 do sistema de supressão de incêndio da sala cofre, sob demanda.	1	SOB DEMANDA	R\$ 112.700,00	R\$ 112.700,00

Código de faturamento: 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregas que ficam sujeitas ao ICMS).

### 9.2 VALOR TOTAL DO SERVIÇOS

O valor da proposta para os serviços Ongoing e Online green4T é referente ao fornecimento dos serviços pelo período de 12 meses, com valor base referente ao mês de junho de 2025. Para efeito de renovação futura do contrato de fornecimento de serviços, deverá tomar-se como base o escopo definido no item Escopo da Proposta e o valor dos Serviços, reajustado conforme indicado em 9.3 Reajuste.

### 9.3 REAJUSTE

As parcelas serão reajustadas a cada 12 meses de vigência do contrato, de acordo com o índice IPCA. Será aplicado o índice do mês anterior ao do pagamento da fatura sobre o índice base.

## 9.4 VIGÊNCIA

O período mínimo de prestação dos Serviços Ongoing contemplado nesta proposta é de 12 meses. A validade desta proposta é de 30 dias.

## 9.5 TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS

No preço foram consideradas todas as taxas, tributos diretos ou indiretos, que incidam sobre a prestação dos serviços.

A alteração da alíquota ou a criação de novos tributos e encargos, de natureza fiscal ou qualquer outra espécie, instituída pelo Governo que venham a incidir sobre os serviços em questão, ocasionando um acréscimo ou decréscimo do custo, acarretará a majoração ou redução dos preços ofertados, na proporção da incidência da alteração.

## 9.6 IMPORTANTE

A proposta comercial dos Serviços Preventivos Programados do Ongoing está orçada no horário comercial. Caso seja necessário um outro orçamento para manutenções fora dos dias úteis e do horário comercial, rogamos nos solicitar.

Os limites são o critério utilizado pela green4T, em concordância com o Cliente, para estabelecer a quantidade máxima de materiais, serviços e número de visitas incluídos na proposta.

Demandas que superem os Limites do escopo dos serviços de Ongoing poderão ser adquiridos à parte do constante na proposta, bastando contatar nosso Departamento Comercial.

## 9.7 PREMISSAS E CONSIDERAÇÕES

A proposta não contempla:

- Recarga de gás FM200;
- Qualquer servidor para guarda de imagens de CFTV e controle de acesso;
- Substituição das lâmpadas das luminárias, exceto Sala Cofre;
- Movimentação de equipamentos ou remanejamento de racks;
- Manutenção ou substituição do sistema Vídeo Wall e monitores;
- Fornecimento de Diesel, inclusive para testes.

## 9.8 LIMITES AO ESCOPO DOS SERVIÇOS ONGOING

ITEM	VISITAS/ANO
<b>SALA COFRE</b>	
Abertura e fechamento de blindagens existentes	4
Pintura dos elementos da sala	2m²

ITEM	VISITAS/ANO
<b>PISO ELEVADO</b>	
Troca de placas do piso	4 placas
Leito aramado: novos e alteração da rota	2m lineares
Reforços	1

ITEM	VISITAS/ANO
<b>SISTEMA DE ENERGIA</b>	
Mudança de até dois pontos de energia e disjuntores	04 pontos

ITEM	VISITAS/ANO
<b>SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO</b>	
Troca de filtros de ar	2 (por equip.)
Recarga de Gás Refrigerante (caso necessário)	1 (por equip.)
Troca de compressor (caso necessário)	1 (por equip.)

## 9.9 DADOS CADASTRAIS

**RAZÃO SOCIAL:** GREEN4T SOLUÇÕES TI S/A

**CNPJ nº** 03.698.620/0005-68

**Insc. Estadual:** 206.724.378.110

**Insc. Municipal:** 5.AH442-0

**ENDEREÇO:** Avenida Gupe, 10.767, Galpão 03, Jardim Belval, Barueri/SP, CEP 06422-120

**TELEFONE:** (11) 93332-3061/ (11)98230-2474

**CONTATO:** Juliana Vieira/ Nicolas Macedo Silva

**EMAIL:** [licitacao@green4t.com](mailto:licitacao@green4t.com)

## 9.10 DE ACORDO

Estamos cientes com as condições desta Proposta Técnica/Comercial e confirmamos os serviços ofertados, estando de acordo com a totalidade de seus termos e condições.